

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

OHARA BARBOSA NAGASHIMA

Declínio, interdependência e instabilidades na conjuntura de 1991-2012

Rio de Janeiro

2023

OHARA BARBOSA NAGASHIMA

Declínio, interdependência e instabilidades na conjuntura de 1991-2012

Tese de Doutorado apresentada no Programa de Economia Política Internacional do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Economia Política Internacional

Orientador: Professor Doutor José Luís Fiori

Rio de Janeiro

2023

## CIP - Catalogação na Publicação

N147d NAGASHIMA, OHARA BARBOSA  
Declínio, interdependência e instabilidades na  
conjuntura de 1991-2012 / OHARA BARBOSA NAGASHIMA.  
- Rio de Janeiro, 2023.  
344 f.

Orientador: José Luís Fiori.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio  
de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós  
Graduação em Economia Política Internacional, 2023.

1. Conjuntura. 2. Guerra Hegemônica - Declínio. 3.  
Estrutura. 4. Guerra de Cautela - Interdependência.  
5. Pivot para a Ásia. I. Fiori, José Luís, orient.  
II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a)  
autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

OHARA BARBOSA NAGASHIMA

Declínio, interdependência e instabilidades na conjuntura de 1991-2012

Tese de Doutorado apresentada no Programa de Economia Política Internacional do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Economia Política Internacional

Aprovada em \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Professor Doutor José Luís Fiori, Universidade Federal do Rio de Janeiro

\_\_\_\_\_  
Professor Doutor Maurício Médici Metri, Universidade Federal do Rio de Janeiro

\_\_\_\_\_  
Professor Doutor Raphael Padula, Universidade Federal do Rio de Janeiro

\_\_\_\_\_  
Professor Doutor Vágner Camilo Alves, Universidade Federal Fluminense

\_\_\_\_\_  
Professor Doutor Thomas Haye, Universidade Federal Fluminense

## Agradecimentos

Aos meus professores do Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEPI-IE-UFRJ) pela sólida formação que me proporcionaram. Em especial, agradeço ao meu Orientador, o Professor Emérito José Luís Fiori, que me deu a liberdade de errar e a inspiração e senso de responsabilidade necessários ao pensar.

Aos meus chefes, companheiros, ex-alunos e alunos da Marinha do Brasil que observaram e torceram pela minha tardia incursão na vida acadêmica, em especial os Almirantes Reis e Wieland, que me deram todo o tempo e incentivo que precisei.

A minha filha Ana Luísa que viveu, acompanhou e apoiou essa meia década de incertezas e aflições.

## Resumo

A tese que esta pesquisa sustenta é a de que os riscos estruturais que encerraram o período de 1991-2012 derivaram mais da gestão da interdependência econômica entre Estados Unidos da América (EUA) e a República Popular da China (RPC) do que da dinâmica entre uma potência declinante e uma em ascensão revisionista. A partir da significação da decisão de reorientação estratégica – *pivot* para a Ásia -, buscaremos apreender e entender as transformações do para estrutura-conjuntura no período considerado. Dada a complexidade e singularidade da relação entre esses dois atores, precisaremos de um aparato teórico construído e apoiado em diferentes pensadores. Sendo os EUA e a RPC os maiores parceiros comerciais do Brasil, julgamos interessante a compreensão do período que teve início com a supremacia do primeiro e se encerra tendo com a clara ascensão do segundo ao núcleo do Sistema Internacional (SI).

**Palavras-chave:** conjuntura, declínio, estrutura, interdependência e *pivot*.

## **Abstract**

The thesis supported by this research is that the structural risks which ended the 1991-2012 period derived more from the economic interdependence management between the United States of America (USA) and the People's Republic of China (PRC) than from the dynamics between a declining and a rising revisionist power. Based on the significance of the strategic reorientation decision – *pivot* to Asia - we will seek to apprehend and understand the structure-conjuncture transformations in the period considered. Given the complexity and singularity of the relationship between these two actors, we will need a theoretical instrument built and supported by different thinkers. Since the US and the PRC are Brazil's largest trading partners, we find it interesting to comprehend the period that began with the former's supremacy and ended with the latter's evident rise to the International System (IS) core.

**Keywords:** conjuncture, decline, structure, interdependence, and *pivot*.

## Índice

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	.....	13
<b>2</b>	<b>ALICERCES DA PESQUISA</b>	.....	15
2.1	O <i>acontecimento</i> na História	.....	18
2.1.1	O <i>acontecimento</i>	.....	19
2.1.2	Características do <i>acontecimento</i>	.....	23
2.2	Os tempos da História	.....	32
2.2.1	Os tempos	.....	33
2.2.2	A longa duração	.....	41
2.2.3	A conjuntura	.....	42
2.2.4	A curta duração	.....	48
2.2.5	Síntese dos tempos da História	.....	49
2.3	Mudanças Estruturais	.....	56
2.3.1	Desequilíbrio sistêmico	.....	57
2.3.2	Tipologia das crises	.....	64
2.3.3	Governança e Modificações	.....	65
2.3.4	Estrutura dominante, transições e crises	.....	70
2.3.5	Transições declinantes	.....	78
2.3.5.1	Economia hegemônica	.....	79
2.3.5.2	Deslocamento do centro	.....	85
2.3.5.3	Economia hegemônica e deslocamento do centro	.....	87
2.3.6	Guerras hegemônicas	.....	89
2.3.7	Síntese de Gilpin	.....	97
2.4	Interdependência e guerra	.....	99
2.5	Considerações parciais	.....	109
<b>3</b>	<b>A Conjuntura</b>	.....	112
3.1	Mudanças estruturais	.....	112
3.1.1	Desequilíbrio sistêmico	.....	113
3.1.1.1	Diferencial de poder	.....	113
3.1.1.2	Arrasto	.....	128
3.1.1.3	Comportamentos típicos	.....	137
3.1.1.4	Prevalência e significado das guerras	.....	142
3.1.1.5	Resiliência sistêmica	.....	149
3.1.2	Crises do período	.....	154
3.1.3	Governança e modificações	.....	171
3.1.3.1	Distribuição de poder	.....	171
3.1.3.2	Hierarquia de prestígio	.....	178
3.1.3.3	Regras e direitos	.....	182



3.1.3.4	Distribuição de Poder, hierarquia de prestígio e regras e direitos	.....	192
3.1.4	Estrutura típica, tipos e níveis de violência na transição e transição provável	.....	194
3.1.5	Transição declinante	.....	198
3.1.5.1	Economia hegemônica	.....	198
3.1.5.2	Deslocamento do centro	.....	214
3.1.5.3	Economia hegemônica e deslocamento do centro	.....	229
3.1.6	Guerras hegemônicas	.....	230
3.2	Interdependência e guerra	.....	259
3.2.1	Aspectos endógenos	.....	259
3.2.2	Aspectos exógenos	.....	295
3.2.3	Aspectos endógenos, exógenos e a redução da interdependência	.....	304
<b>4</b>	<b>O ACONTECIMENTO E A CONJUNTURA</b>	.....	<b>308</b>
4.1	O acontecimento	.....	309
4.2	O acontecimento através do par Conjuntura-estrutura	.....	310
4.3	O acontecimento através da interdependência	.....	315
4.4	O acontecimento para além de si	.....	317
4.5	Considerações parciais	.....	322
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	.....	<b>325</b>
<b>6</b>	<b>BIBLIOGRAFIA</b>	.....	<b>327</b>
	Anexo A - Quadro geral - aspectos observáveis	.....	334
	Anexo B – Versão completa da entrevista para Cláudia Antunes - O GLOBO	.....	339

## Abreviaturas

I GM	.....	Primeira Guerra Mundial
II GM	.....	Segunda Guerra Mundial
ALE	.....	Alemanha
BM	.....	Banco Mundial
BRICS	.....	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
COR	.....	Coreia do Sul
EUA	.....	Estados Unidos da América
FMI	.....	Fundo Monetário Internacional
HK	.....	Hong Kong
JAP	.....	Japão
NAFTA	.....	North American Free Trade Agreement
OCDE	.....	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	.....	Organização das Nações Unidas
OTAN	.....	Organização do Tratado do Atlântico Norte
P&D	.....	Pesquisa e Desenvolvimento
PPC	.....	Paridade de Poder de Compras
PIB	.....	Produto Interno Bruto
RPC	.....	República Popular da China
RUS	.....	Rússia
SI	.....	Sistema Internacional
TPP	.....	Trans-Pacific Strategic Economic Partnership Agreement
U-B	.....	Transição sistêmica Unipolar-Bipolar

UE	.....	União Europeia
U-M	.....	Transição sistêmica Unipolar-Multipolar
URSS	.....	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USD	.....	Dólar americano
U-T	.....	Transição sistêmica Unipolar-Tripolar

## Lista de Ilustrações

### Gráficos

			Página
Gráfico 1	-	Relação dívida-PIB dos EUA no período de 1990-2014	..... 206
Gráfico 2	-	Taxa de Juros reais dos EUA de 1990-2014	..... 208
Gráfico 3	-	Inflação da economia americana de 1960-2020	..... 209
Gráfico 4	-	Câmbio Euro-USD de 2002-2012	..... 210
Gráfico 5	-	Tributação entre 1868 e 2008	..... 232
Gráfico 6	-	Relação tributação/PIB entre 2000 e 2020	..... 233
Gráfico 7	-	Despesas militares dos EUA entre 1960 e 2019	..... 235
Gráfico 8	-	Balança de pagamento dos EUA entre 1970 e 2020	..... 236
Gráfico 9	-	Investimentos governamentais dos EUA em P&D entre 1956- 2018	..... 238
Gráfico 10	-	Investimentos públicos e privados dos EUA em P&D entre 1956-2018	..... 238

Gráfico 11	-	Percentual dos anos em que grandes potências estiveram envolvidas em conflitos 1500-2015	.....	250
Gráfico 12	-	Mortos em conflitos entre unidades a cada 100000 no período de 1950-2020	.....	251
Gráfico 13	-	Média de mortos por batalhas desde 1946	.....	253
Gráfico 14	-	Conflitos envolvendo Estados - 1991 e 2012	.....	253
Gráfico 15	-	Despesas militares da UE em relação ao PIB no período de 1990-2014	.....	255
Gráfico 16	-	Comércio de bens entre EUA-RPC entre 1985-2019	.....	260
Gráfico 17	-	Média mundial das exportações de bens e serviços / PIB	.....	265
Gráfico 18	-	Exportações de bens e serviços da RPC / PIB	.....	266
Gráfico 19	-	Despesas militares mundiais em relação ao PIB no período de 1990-2014	.....	276
Gráfico 20	-	Despesas militares da RPC em relação ao PIB no período de 1990-2014	.....	278
Gráfico 21	-	Despesas militares dos EUA em relação ao PIB no período de 1990-2014	.....	279
Gráfico 22	-	Taxa de crescimento do PIB mundial entre 1991-2012	.....	296
Gráfico 23	-	Taxa de crescimento do PIB da RPC entre 1991-2012	.....	297

## Figuras

Figura 1	-	Participação das principais economias no PIB mundial em 1991	.....	223
Figura 2	-	Participação das principais economias no PIB mundial em 2002	.....	224
Figura 3	-	Participação das principais economias no PIB mundial em 2012	.....	224
Figura 4	-	Comparação das capacidades militares EUA vs RPC 1996-2017	.....	302

## Tabelas

Tabela 1	-	Participação das regiões no PIB mundial para os anos de 1991, 2002 e 2012	.....	225
Tabela 2	-	Importações e exportações da RPC entre 1992-2012	.....	261
Tabela 3	-	O <i>pivot</i> , o par Conjuntura-Estrutura e a <i>interdependência</i> .	.....	318

## 1 – INTRODUÇÃO

A data de 11 de setembro de 2001 iniciou um significativo envolvimento dos Estados Unidos da América (EUA) nas regiões da Ásia central e Oriente Médio, em particular no Afeganistão e Iraque. Mais de uma década depois, quando os resultados do envolvimento ainda não estavam claros, os EUA passaram a considerar a possibilidade de retração dessas regiões e a reorientação dos seus esforços para o Leste e Sul da Ásia.

Temos interesse inicial e instrumental na decisão de 2012, anunciada pelo então presidente dos EUA, Barack Obama, e que ficou conhecida como “*pivot* para a Ásia”. Em termos muito gerais e explícitos, a decisão sustentava que o Leste e Sul asiáticos clamavam por maior atenção; implicitamente, declarava preocupações com a ascendência da China (RPC). E a decisão de *pivot* estava inserida em um contexto de aumento de tensões política, econômica e militar entre as duas potências globais, que são as maiores parceiras comerciais do Brasil. Disso, tiramos a relevância da pesquisa.

É prematuro garantir que as origens do aumento de tensão possam ser traçadas até a decisão de *pivot*. Na verdade, o mais provável é que a tensão entre as duas potências tenha começado antes. A decisão parece, neste momento, ter sido só a formalização de um embate em estágio de rápido desenvolvimento. O que intriga nesse crescente de tensão, que passa pela decisão de *pivot*, é o alto grau de interdependência econômica entre as duas potências.

Sustentaremos a tese de que a instabilidade sistêmica que encerrou a o período de 1991 a 2012 derivou mais da gestão da interdependência econômica entre EUA e RPC do que do declínio hegemônico. Estabeleceremos dois objetos de pesquisa. O primeiro, a decisão de reorientação estratégica dos EUA. E o segundo o período conjuntural compreendido entre a queda do ordenamento bipolar do Sistema Internacional (SI) em 1991 e a decisão de *pivot* para a Ásia em 2012, doravante referido como Conjuntura.

Mas a decisão de *pivot* não pode ser compreendida com considerações limitadas a ela mesma. Algum esforço de significação desse acontecido nas diferentes temporalidades históricas será necessário. Com os dois objetos da pesquisa definidos, nosso propósito será a

busca do significado amplo do objeto principal a partir do seu trânsito pelo secundário para, com esse esforço, sofisticarmos a compreensão da Conjuntura e assim ampararmos a tese da pesquisa.

A significação do objeto a partir da comparação com a Conjuntura irá demandar um esforço de abstração, que precederá a pesquisa da realidade. Esse esforço será empreendido no segundo capítulo. Buscaremos entender como dado fato ganha relevância histórica e se relaciona com os tempos conjunturais e estruturais, ou o “como” consideraremos o objeto. Depois disso, iremos identificar aspectos observáveis de interesse sobre possíveis mudanças no par conjuntura-estrutura e a relação entre interdependência econômica e a guerra, ou o “que” consideraremos na Conjuntura. Os aspectos observáveis de interesse, bem como suas relações *a priori*, guiarão a aquisição e tratamento das evidências referentes ao objeto secundário, a Conjuntura.

No terceiro capítulo apresentaremos e comporemos as evidências referentes a Conjuntura. No quarto capítulo transitaremos o objeto principal pelo apurado do secundário, de modo a adicionarmos camadas de significado e assim sustentarmos a tese que é produto desta pesquisa. Por fim, no quinto capítulo, apresentaremos as considerações finais da pesquisa.

Passemos então ao esforço de abstração que julgamos necessários a condução da pesquisa.

## 2 ALICERCES DA PESQUISA

Como já anunciamos na Introdução, nossa tese é a de que os crescentes riscos sistêmico<sup>1</sup> da Conjuntura derivaram mais da *interdependência*<sup>2</sup> do que do declínio hegemônico. Para o amparo da tese, transitaremos o objeto principal da pesquisa pelo secundário de modo a lhe conferir significado consistente e sofisticar a nossa compreensão do par Conjuntura-estrutura. Esse trânsito nos permitirá saber se a decisão de reorientação estratégica dos EUA marca mudanças de relevo na Conjuntura e quais seriam essas mudanças.

Para nos debruçarmos sobre os objetos precisaremos de algum esquema abstrato que oriente o nosso olhar, algum alicerce. Esse alicerce, do que investigamos até aqui, não está pronto, personalizado para o interesse da pesquisa; teremos que construí-lo. Será um desafio que não podemos nos furtar e que precisa preceder a investigação da realidade.

O alicerce funcionará como uma lente epistemológica mista, parte investigativa e analítica e parte teórica. Da lente, esperamos que nos diga o que olhar, como olhar e, com mais cautela, o que esperar. Essa construção terá dois eixos: o primeiro derivado da *práxis* do Professor José Luís Fiori<sup>3</sup> e o segundo derivado respectivamente das perspectivas analítica e teórica de Robert Gilpin e David Copeland.

O objeto de pesquisa pode ou não indicar alterações significativas na Conjuntura, o que o tornaria ou não de relevância histórica. Só teríamos certeza sobre essa questão se tivéssemos condições de viajar aos futuros, quando os desdobramentos do objeto estivessem amadurecidos, e retornássemos com a resposta, o que não é possível. Estando descartada a aventura nos futuros, sejam os futuros possíveis ou as diferentes temporalidades dentro do mesmo desencadeamento, precisaremos de outra orientação que guie a pesquisa. Está claro que se tivermos condições de entender o objeto para além do seu *em si*, das intenções que lhe deram origem e corpo, de suas fronteiras e implicações imediatas, estaremos diante de

---

<sup>1</sup> Para os efeitos da pesquisa, o termo sistêmico indicará a composição dos três níveis de apreensão e interpretação da realidade de que nos valeremos, que são: o da crônica, o da conjuntura e o da estrutura. Ainda neste Capítulo aprofundaremos o tratamento dos diferentes níveis.

<sup>2</sup> Doravante empregaremos as palavras ou expressões grafadas em itálico quando elas, além do já corriqueiro emprego para indicações de palavras em idiomas estrangeiros, tiverem uma carga conceitual, distinta do seu uso no senso comum. Especificamente sobre a *interdependência*, é um conceito que derivamos da obra de David Copland e que trataremos mais adiante, ainda no presente Capítulo.

<sup>3</sup> É um dos criadores e Professor Emérito do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEPI-UFRJ).



opção promissora. O desafio então é como ultrapassarmos os limites do objeto, o que nos remete ao primeiro eixo da construção que pretendemos.

O primeiro eixo nos capacitará a transitar com o objeto na Conjuntura. Esse transitar, e é necessário que deixemos claro desde já, não é uma perspectiva original. Ele foi derivado da *práxis* investigativa, analítica, ensaística e didática de Fiori, nos diversos cursos, seminários, leituras e aulas do PEPI-UFRJ<sup>4</sup> que este autor teve a oportunidade de participar. E a *práxis* de Fiori se dá com a composição do transitar e a referência da História; do transitar, o pensador chega ao que chamou de *sincronia significativa*; e da consulta a História, chega à *família de acontecimentos*<sup>5</sup>.

No trânsito, precisaremos remeter o objeto a estrutura que ordena o SI, que é, ao mesmo tempo, sustentáculo e resistência. Essa estrutura está em continuada e incremental transição, com suas crises ocasionais e esporádicas rupturas. Precisaremos também confrontar o objeto a Conjuntura que o situa, e que talvez ele mesmo seja marco fronteiro. Com isso, pretendemos enriquecer a compreensão do que precede o objeto, com a perspectiva do vislumbre de uma *sincronia significante*. Como ficará claro ainda nesse Capítulo, não poderemos concluir sobre o objeto de pesquisa se não entendermos as conjunturas que o precedem e sucedem<sup>6</sup> e como essas duas conjunturas afetam a estrutura do SI, o que nos remete ao segundo eixo. A significação e compreensão do objeto, de aparência simplória, remete o esforço a considerações bem mais amplas.

---

<sup>4</sup> O Professor Fiori apresenta uma ideia geral dessa *práxis* durante o lançamento do livro “*A Síndrome de Babel e a Disputa do Poder Global*”, lançado em 2020 pela editora Vozes, em um evento virtual promovido pelo Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (INEST-UFF). E remete a origem dessa *práxis* a sua tese de doutorado, na Universidade de São Paulo (USP), em uma entrevista ao Instituto de Humanidades da UNISINO, em 09/10/2021. Respectivamente nos links: [https://www.youtube.com/watch?v=Zj\\_JludRhA0](https://www.youtube.com/watch?v=Zj_JludRhA0) e <http://www.ihu.unisinos.br/613472-ideias-e-militancia-de-um-intelectual-publico-entrevista-com-jose-luis-fiori>. Acessos em 18/10/2021.

<sup>5</sup> A *sincronia significante* seria a apreensão do objeto considerando as diferentes temporalidades, como veremos, os tempos da crônica, conjunturas e estrutura; ou seja, retorno do objeto, inicialmente desconectado do seu espaço-tempo, conectado ao par estrutura-conjunturas, com uma compreensão para além do seu *em si* e da confusão jornalística. A *família de acontecimentos* seria o conjunto de objetos historicamente registrados e que guardam significados equivalentes ao objeto. A *práxis* de Fiori busca a família de acontecimentos em um espectro largo da História. Estreitaremos a nossa busca a modernidade histórica, com maior foco na ordem hegemônica dos EUA pós Segunda Guerra mundial (IIGM), por uma dupla limitação: a da pesquisa e a do pesquisador.

<sup>6</sup> Por limitações da pesquisa, consideraremos o objeto somente com referência a conjuntura que ele hipoteticamente encerra. Uma compreensão mais completa do objeto demandaria um esforço de duplo trânsito, através da que ele encerra e da que ele inaugura. Assim já antecipamos aqui uma possibilidade de pesquisa complementar a esta, a que transite com o objeto pela conjuntura que a ele se segue.

A ilusão do fim da História seduziu o homem fronteiro, espremido entre os séculos XX e XXI, com as ingenuidades do *télos* e da permanência, sufocando a imprevisibilidade e a ciclicidade, que estão no cerne do *acontecimento* e da conjuntura. Os desenvolvimentos recentes parecem inverter a maré, zombando das ilusões e salientando os valores hermenêuticos e metodológicos do par *acontecimento*-conjuntura. Por isso, também retirada das reflexões de Fiori<sup>7</sup>, assumiremos centralidade da conjuntura, intermediando o tempo em que as coisas se dão, ou da crônica, e a estrutura profunda e invisível. E a perspectiva de Fiori, que também explora a conexão entre passado-presente e futuro aproximado do objeto de pesquisa.

No segundo eixo, pretendemos enriquecer o nosso entendimento da Conjuntura e as suas afetações estruturais. Se mudanças significativas estão em curso na Conjuntura e estrutura do SI, é razoável assumirmos que macro indicadores sofram variações sensíveis. O desafio passa a ser identificarmos os indicadores, ou aspectos observáveis de interesse, bem como a relação entre eles. Os indicadores que selecionaremos e que orientarão a nossa busca por evidências serão a essência dos capítulos 3 e 4, apoiados nas obras selecionadas de Gilpin e Copeland.

A decisão de *pivô* para a Ásia, claramente ou não, assumiu o pressuposto de redução efetiva ou potencial do poder dos EUA. Por isso, a produção intelectual das décadas de 1980 e 1990 parecem promissoras no esforço de abstração que estamos prestes a iniciar, uma vez que muitas reflexões sobre a crise da hegemonia americana iniciada com o término da Guerra do Vietnã foram feitas nesse período. Por isso, as considerações de Fiori e Gilpin sobre crise de hegemonia nos parecem particularmente promissoras.

O presente capítulo está estruturado em cinco partes. Na primeira parte, buscaremos compreender o que distingue uma coisa que se dá na existência humana, um fato histórico, de um *acontecimento* de relevância para a História. Na segunda parte, consideraremos a questão dos tempos históricos. Na terceira parte, iremos identificar aspectos observáveis que se manifestariam em situações de mudanças conjunturais e

---

<sup>7</sup> Texto para discussão nº 44 dos cursos ministrados no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ), de 1984. Disponível em: [https://books.google.com.br/books/about/Por\\_uma\\_economia\\_pol%C3%ADtica\\_do\\_tempo\\_conj.html?id=2tFfGwAACAAJ&redir\\_esc=y](https://books.google.com.br/books/about/Por_uma_economia_pol%C3%ADtica_do_tempo_conj.html?id=2tFfGwAACAAJ&redir_esc=y). Acesso em 09 de abril de 2019.

estruturais. Na quarta parte, consideraremos, também com a intenção de identificar aspectos observáveis, a relação teórica entre interdependência econômica e guerra. E na quinta e última parte do capítulo, apresentaremos algumas considerações parciais sobre o que desenvolvemos.

Vejamos então a questão do *acontecimento* para a História.

## 2.1 O *acontecimento* na História

Neste subitem, pretendemos entender a primeira parte da *práxis* de Fiori, que é a compreensão do *acontecimento* histórico. Para retirarmos o objeto de pesquisa da confusão do que lhe é contemporâneo e transitá-lo por diferentes conjunturas e estrutura, é preciso ter algum entendimento do que separa as coisas que se dão e são pelo homem registradas, ou fatos históricos, dos *acontecimentos*, de relevância para a História.

Desejamos saber se o objeto de pesquisa seria ou não um *acontecimento*, se teria ou não relevância histórica, se seria um sinal ao invés de ruído; e se for um sinal, o que indicaria. O objeto pode nos falar só sobre ele mesmo, sobre a sua singularidade. Pode também nos falar sobre o que o antecede, pois nele se culmina parcela significativa do passado, aproximado e/ou afastado. Pode indicar o porvir, seja por pertencer a algum encaixe ou *télos* ou a partir do que inaugura com a sua singularidade. Pode nos falar do que infundavelmente se repete ou sobre forças profundas, presentes desde sempre, que condicionam nossas vidas para muito além das nossas limitadas percepção e desejo. Em síntese, o objeto, aliás qualquer objeto de qualquer pesquisa, pode ser muito mais do que o como ele se apresenta, como é percebido nas limitações do tempo da crônica.

Para a compreensão da primeira parte da *práxis* de Fiori, recorreremos ao pensamento de François Dosse, materializado na obra *Renascimento do Acontecimento*<sup>8</sup>. Trataremos inicialmente do que seria um *acontecimento* e em seguida de suas características. Vejamos, então, o que seria um *acontecimento*.

---

<sup>8</sup> Usaremos uma edição na língua portuguesa, da editora UNESP, de 2013.

### 2.1.1 O acontecimento

Como já antecipamos, temos interesse inicial em um fato específico, a decisão de *pivot* para a Ásia. A decisão constitui nosso objeto imediato de pesquisa. Mas qual seria a relevância histórica dessa decisão? O que nos diz que algo que aconteceu é ou não portador de uma significativa transformação histórica<sup>9</sup>? E o que caracterizaria um evento portador de transformação histórica? São essas características combináveis?

A primeira pergunta só poderá ser respondida ao concluirmos a pesquisa e foi aqui apresentada apenas para esclarecer o caminho da argumentação. Para tentarmos responder as três últimas perguntas que encerram o parágrafo anterior, recorreremos, como já anunciamos, ao pensamento de Dosse. Responderemos no presente subitem a segunda pergunta e no subitem 2.1.2 as terceira e quarta perguntas.

Chega até a nossa percepção o desdobrar de algo, o realizar-se de um evento registrado pelo homem, de qualquer coisa passível de afetar os nossos sentidos, estando esse algo no passado ou presente. A preocupação de Dosse é criar as condições para que possamos operar a distinção entre um evento sensível e ordinário, ou acontecido, de uma outra classe de eventos, igualmente sensível, mas com impactos transformadores na História, o *acontecimento*<sup>10</sup>.

A História é uma construção, uma construção humana. Mas ela não é só uma construção humana, ela é também antropocêntrica<sup>11</sup>. Construção humana e antropocêntrica são duas coisas que se aproximam, mas não se confundem. A biologia, por exemplo, é uma construção humana, mas não é necessariamente antropocêntrica. Ela, a História, é construída pelo homem e para o homem<sup>12</sup>; os produtos de seu saber não estão inscritos em alguma lei

---

<sup>9</sup> Trazendo para a realidade da nossa pesquisa, a reorientação estratégica dos EUA marca uma mudança significativa no par conjuntura-estrutura ou foi só um fato da crônica, sem maiores relevâncias?

<sup>10</sup> Um considerável debate existe sobre a questão. Nosso aprofundamento será apenas o necessário para o caminhar da pesquisa. Aqui, o *acontecimento* carrega um conteúdo conceitual e extraído de Dosse, que desenvolveremos ao longo do subitem.

<sup>11</sup> DOSSE, 2013, p. 5.

<sup>12</sup> Desenvolvendo o argumento da existência de forças históricas que correm nas profundezas, imperceptíveis ao olhar e a manipulação dos homens, Braudel denuncia a ideia limitadora de que é o homem que faz a História. Para ele, as forças históricas profundas também fazem o homem (BRAUDEL, 1992, p. 23). Discutiremos essa ideia mais adiante, mas, por enquanto e para efeitos de argumentação, aceitemos a História como produto do homem.

natural descoberta ou a ser descoberta, que transcenda ou independa do homem<sup>13</sup>, em seu tempo e com suas limitações. E o produto do seu saber também não interessa a vida, em seu sentido totalizante; interessa ao homem. A História é o produto do pensamento e ação do homem sobre o que se conserva. E nem tudo que aconteceu, e, ainda, nem tudo do que aconteceu se conserva. É preciso estarmos atentos aos limites do que cada coisa que se conserva, isoladamente ou em conjunto, pode nos dizer.

Podemos dividir - esquematicamente e para o interesse da compreensão do que seria um *acontecimento* - o que se conserva, ou vestígios, em indícios e fatos. Essa divisão esquemática não possui, infelizmente, fronteiras claras. Os fatos são construções confiáveis, o tanto quanto isso seja possível, da ocorrência de determinadas situações ou atos. Os indícios seriam pistas, diretas ou indiretas, de fatos. Por exemplo, o testemunho de algum observador sobre os eventos que culminaram com determinada revolta seria considerado com indício. Documentos - consideradas as possibilidades de erros não intencionais, alterações e falsificações - de registros da revolta seriam considerados também como indícios. A hipotética revolta, após combinados os vestígios disponíveis, seria então um fato histórico. Mas não há garantias que essa hipotética revolta, além de um fato ou acontecido histórico, se transforme em um *acontecimento*.

Para Dosse, o "*acontecimento* seria um fato assimilado por uma descrição particular"<sup>14</sup> e que "cria uma dinâmica, uma mudança em relação aos fenômenos estáveis, mas não se encontra sob o controle de um agente, de um ator"<sup>15</sup>. Ele também é considerado "capaz de alterar a psicologia coletiva da opinião pública"<sup>16</sup>. Salientamos que "não se encontra sob controle" não é o mesmo que dizer que dado ator não executou deliberadamente. Ele pode ter executado ou participado, mesmo com alto grau de deliberação, mas com baixo controle sobre a dinâmica que se seguiu ou ainda sobre a forma como o fato histórico foi assimilado e se converteu em um *acontecimento*. Pode também estar iludido sobre o grau de autonomia das suas considerações, decisões e ações, achando

---

<sup>13</sup> Perspectiva essa que contraria as acepções que atribuem um sentido, ou *telos*, a História, como as hegeliana, marxista e liberal.

<sup>14</sup> DOSSE, 2013, p. 11 e grifo nosso. Na obra, a citação do autor inverte os termos, ficando assim: "o fato é um acontecimento assimilado por meio de uma descrição particular". Isso porque, segundo Dosse, o uso mais frequente dos termos "fato" e "*acontecimento*" foi invertido ao longo do tempo, principalmente pelos filósofos.

<sup>15</sup> DOSSE, 2013, p. 11.

<sup>16</sup> DOSSE, 2013, p. 11.

que foi senhor do que fez, quando, na verdade, era somente uma de muitas engrenagens que agiam sobre forças mais profundas e imperceptíveis. E a distinção entre a ação de dado ator e as suas consequências históricas é de grande interesse da pesquisa.

Além disso, o estudo do *acontecimento* permite “uma incursão privilegiada no universo social recuperado, não a partir de arquétipos redutores, mas de singularidades que podem se destinar a ensinamentos mais amplos”<sup>17</sup>. Tem um duplo e contraditório<sup>18</sup> potencial: heurístico e holístico<sup>19</sup>. Citando Michel de Certeau, Dosse nos diz que “o *acontecimento* é o que ele se torna”<sup>20</sup>. Das considerações extraídas de Dosse, podemos dizer sobre o *acontecimento*: é uma descrição particular de determinado fato; inicia uma dinâmica autônoma, capaz de alterar a psicologia coletiva; e possui singularidades potencialmente expansíveis<sup>21</sup>. Se retornarmos à afirmação anterior sobre a hipotética revolta, podemos dizer que ela, conhecida a partir de seus diversos indícios, só transitaria da condição de fato histórico para *acontecimento* se a descrição dela sustentasse uma ruptura e salientasse as suas singularidades.

Dosse vai um pouco além de dizer somente o que seria um *acontecimento*. Ele manifesta duas duplicidades que lhe são inerentes, são do interesse da pesquisa e que chamaremos de: *duplicidade da escala e da personificação*. E é razoável inferir que essas duplicidades não são excludentes, nem dentro de si mesmas nem entre si. O *acontecimento*, em termos de escala, pode ser *acontecimento* mundo, ou o que afeta o cerne de determinada comunidade; ou o *micro acontecimento*, “que perturba a vida cotidiana do indivíduo”<sup>22</sup>. E o *acontecimento* tem uma dupla personificação: esfinge e fênix<sup>23</sup>.

Como esfinge, o *acontecimento* está sempre a nos encarar, com mistérios distintos, sedentos por serem desvendados e, se não desvendados, pronto para estrangular.

---

<sup>17</sup> DOSSE, 2013, p. 11. Essa ideia, aparentemente simples, tem sérias consequências ontológicas, epistemológicas e metodológicas para o desenvolvimento científico no campo das humanidades.

<sup>18</sup> Melhor seria dizer aparentemente contraditório, pois os termos heurísticos (pesquisa ou pesquisa do específico) e holístico (visão sistêmica) podem induzir a uma interpretação de oposição, que não seria totalmente inválida, mas também não seria necessária. Para maiores esclarecimentos, ver ABBAGNANO, 2015, p. 580 e 595.

<sup>19</sup> DOSSE, 2013, p. 1 e 11.

<sup>20</sup> DOSSE, 2013, p. 1 e grifo nosso.

<sup>21</sup> Salientamos que essa expansibilidade não se limita necessariamente ao porvir. Ele pode enriquecer entendimentos sobre o passado e presente.

<sup>22</sup> DOSSE, 2013, p. 7.

<sup>23</sup> DOSSE, 2013, p. 13.

Como fênix, ele guarda o potencial para ressurgir de qualquer pretensão de enclausuramento, totalização e de encerramento histórico. Então, o *acontecimento* não admitiria para si uma descrição definitiva; ele convida o observador para um eterno e reflexivo retorno<sup>24</sup> sobre ele. Não só não podemos saber tudo sobre dado *acontecimento*, como o que sabemos pode estar prestes a mudar. Ainda há o complicador de que o “não saber” não é uma opção sem consequências; pode ser uma questão de vida e morte. Triste e angustiante pode ser o esforço de conhecer, se o que desejamos conhecer não pode ser apreendido em sua totalidade e escapa a ilusão da permanência.

Além das duplicidades discutidas acima, Dosse aponta uma dupla variabilidade da relevância de um mesmo *acontecimento*. Uma variabilidade no tempo e outra sujeita aos desígnios dos historiadores<sup>25</sup>. Assim, o que se considera *acontecimento* hoje, pode não ser amanhã. E o que não foi *acontecimento* ontem, pode ser hoje e, depois, não ser amanhã. A variabilidade no tempo se opôs e compôs, principalmente a partir de meados do século XIX, com o fervor da neutralidade descritiva<sup>26</sup>. Só que a crença na possibilidade de neutralidade descritiva não garante essa mesma neutralidade. Podemos estar somente diante de mais uma de tantas das ingenuidades humanas: imprecisas e estimulantes são as tramas da História; e pretenciosos e ilusórios são os fervores humanos. Voltaremos, no parágrafo abaixo, a segunda pergunta que nos orientou, já substituindo a ideia de acontecido com impactos históricos pelo termo *acontecimento*.

O que nos diz que algo que aconteceu é ou não um *acontecimento*? Consideramos o *acontecimento* um fato que: é descrito de forma particular; inicia uma dinâmica autônoma e tem a capacidade de alterar a psicologia coletiva; e possui singularidades potencialmente expansíveis. Além disso, o *acontecimento* opera em determinada escala e sempre está aberto a novas interpretações; ele não pode ser limitado ou contido. E nem tudo que acontece é um *acontecimento*. A transição de indícios para fatos e destes para *acontecimento* é operada pela História, quando amparada pelas condições apresentadas na resposta da questão que abre este parágrafo.

---

<sup>24</sup> Fazemos referência aqui a ideia nietzschiana, que será desenvolvida mais adiante.

<sup>25</sup> DOSSE, 2013, p. 4.

<sup>26</sup> DOSSE, 2013, p. 4.

Já sabemos o que será, para os efeitos da pesquisa, um *acontecimento*. E o *acontecimento* possui características. E são sobre essas características que nos debruçaremos a seguir.

### 2.1.2 Características do *acontecimento*

Já sabedores do que seria um *acontecimento*, neste subitem buscaremos responder as terceira e quarta perguntas que anunciamos para orientar nossas investigações. São elas: que características podemos atribuir ao *acontecimento*? São essas características combináveis ou excludentes?

O *acontecimento* foi desprezado pela História factual, ou descritiva, e relativizado pelos grandes paradigmas racionais<sup>27</sup>, como o hegeliano e o marxista. Dosse anuncia em sua obra o ressurgimento do *acontecimento* como perspectiva histórica alternativa.

Extraímos do debate apresentado por Dosse quatro características do *acontecimento* que podem ajudar na formação das camadas de compreensão do fenômeno<sup>28</sup>. São elas: causalidade; acidentalidade; singularidade; e ruptura<sup>29</sup>. Derivamos essas quatro características de quatro grandes paradigmas: o clássico, o medieval, o iluminista e o nietzschiano. Para o interesse da pesquisa, e de forma muito limitada, sustentaremos a ideia de causalidade nos três primeiros paradigmas e a acidentalidade, a singularidade e a ruptura no paradigma nietzschiano. Após operada a apropriação das características, buscaremos, se possível, algumas possibilidades de combinação para benefícios epistemológicos. Começaremos pela característica da causalidade<sup>30</sup>.

---

<sup>27</sup> DOSSE, 2013, p. 1.

<sup>28</sup> Para maiores esclarecimentos sobre a etimologia do termo, ver o prefácio da obra *Renascimento do Acontecimento*, de François Dosse (DOSSE, 2013, p. 2).

<sup>29</sup> DOSSE, 2013, p. 4. Importante salientar que as referidas acepções dizem respeito a trajetória do termo *acontecimento* na língua francesa. Não é do interesse da presente pesquisa, mas consideramos possível, e até provável, que estudos etimológicos e filológicos do termo, nas distintas variações da língua portuguesa, possam indicar percursos e camadas diferentes da relação termo-significado.

<sup>30</sup> A **causalidade**, no sentido cientificista do termo – portanto derivado do Iluminismo –, explica uma condição posterior como o desenvolvimento necessário de uma condição anterior. Ambas as condições, anterior e posterior, no paradigma cientificista, estariam no mesmo plano, o plano material ou plano do homem. Nos paradigmas clássico e medieval, as condições anterior e posterior poderiam estar em planos distintos. A primeira – antecedência –, em alguma forma de transcendência, portanto, quando muito, só em parte acessível ao homem; e a segunda – consequência –, no plano do homem, portanto acessível ao conhecer. A semelhança do termo **causalidade** entre os paradigmas iluminista-cientificista e clássico-medieval está na implicação direta e



Os clássicos e os medievos inseriam o *acontecimento* em uma cronosofia<sup>31</sup>. Diferentes cronosofias, mas igual subordinação do *acontecimento*. A inserção do *acontecimento* na História, da perspectiva de Políbio<sup>32</sup>, é operada por alguma força fora do alcance humano, algum “poder soberano que daria sentido e coerência a todos os *acontecimentos* históricos”<sup>33</sup>. O *acontecimento*, fazendo ou não sentido para o homem, pertenceria a algum esquema prévio, transcendente<sup>34</sup> e que escaparia ao controle e antecipação. Sim, escapa ao controle e antecipação, mas pode ser, posteriormente, encaixado em um entendimento da ordem superior e seu destino, sua teleologia ou fatalismo<sup>35</sup>, “onde nada fica a cargo da contingência, do acaso, porque escaparia ao poder divino”<sup>36</sup>. Nas palavras de Dosse:

Portanto, cabe à realidade do *acontecimento* sujeitar-se ao esquema providencial e, quando ela parece contradizer sua lógica, é a nossa percepção que deve ser questionada, uma vez que nossas paixões nos confundem<sup>37</sup>.

O desejo de previsão do desenrolar das coisas, a antecipação do futuro, está presente<sup>38</sup>, mas tem uma faceta ritualística, mística e ambivalente. E encaixar o *acontecimento* aparentemente caótico em alguma espécie de ordenamento, de modo que as pessoas comuns pudessem apreender, é o papel do historiador para os clássicos<sup>39</sup>; para os medievos, a aceitação das realidades, na forma de vontade divina, ganha precedência sobre o encaixe, tendo o religioso substituído o historiador como principal operador.

---

necessária entre antecedente e consequente. Sabemos que a simplificação que operamos é rasa em demasia, mas atende ao interesse da pesquisa. Como veremos, a perspectiva nietzschiana que extraímos para a pesquisa vai, em um primeiro momento, se contrapor a essa relação direta e necessária entre antecedente e consequente.

<sup>31</sup> Dosse aponta variações de perspectiva, seja nos clássicos ou no medieval, da relação entre *acontecimento* e cronosofia, mas esse detalhamento escapa ao interesse da pesquisa. Para maiores esclarecimentos, ver o capítulo I – O acontecimento assimilado por uma cronosofia - da obra *Renascimento do Acontecimento*, de François Dosse.

<sup>32</sup> Dosse aponta as restrições que Políbio faz aos historiadores que reduzem todas as coisas ao desígnio da fortuna (DOSSE, 2013, p. 18).

<sup>33</sup> DOSSE, 2013, p. 4.

<sup>34</sup> Empregamos aqui o termo com o significado de algo que “está além de determinado limite” (ABBAGNANO, 2015, P.1160), ou em outro plano excluído da interferência humana.

<sup>35</sup> DOSSE, 2013, p. 17 e 18.

<sup>36</sup> DOSSE, 2013, p. 21.

<sup>37</sup> DOSSE, 2013, p. 22 e grifo nosso.

<sup>38</sup> Aqui salientamos uma distinção entre a perspectiva clássica e medieval. A clássica aceitava os esforços preditivos e ritualizados, a medieval não pois não cabia ao homem antecipar a vontade de Deus.

<sup>39</sup> DOSSE, 2013, p. 18.

A abertura da modernidade, entre os séculos XVI e XVII, não superou a inserção do *acontecimento* nos planos teleológicos e transcendente<sup>40</sup>, no sentido religioso do termo. Essa superação só vai ser operada claramente no Iluminismo<sup>41</sup>, dos séculos XVIII e XIX. Melhor dizendo, o Iluminismo opera não uma superação, mas uma substituição ou apropriação<sup>42</sup>. Mantem-se a submissão do *acontecimento* a uma teleologia e transcendência, mas o comando passa a ser, respectivamente, da História e da Razão. Nas palavras de Dosse:

A filosofia do Iluminismo distancia-se da ideia de um plano divino e inicia um processo de laicização da História, mas retoma para si a ideia de *télos*, de uma continuidade temporal fortemente adaptada em torno da realização do progresso humano que conduz a uma emancipação progressiva do gênero humano, graças ao triunfo de uma Razão capaz de conquistar mais transparência em cada etapa. Esse otimismo vai dar lugar a uma filosofia da História que marcará todo o século XIX, período habitualmente chamado de século da História<sup>43</sup>.

A crença iluminista não só na existência de um *télos*, como no comando desse mesmo *télos* por uma força superior, a Razão, tem um impacto indireto significativo: a possibilidade de eliminação dos espúrios<sup>44</sup>. Tudo aquilo que não se encaixa no esquema teleológico comandado pela Razão é acidental e de baixa relevância, podendo ser desprezado<sup>45</sup>; é um ruído e não um sinal<sup>46</sup>.

---

<sup>40</sup> DOSSE, 2013, p. 21.

<sup>41</sup> DOSSE, 2013, p. 23.

<sup>42</sup> “Em todo o século XIX, os historiadores se apoiavam no convicto sentimento de um presente superior ao passado e de inteira confiança em um futuro que só poderia ser melhor” (DOSSE, 2013, p.32); e “Todo o século XIX fora marcado por uma concepção linear e teleológica do tempo, entre os historiadores” (DOSSE, 2013, p.28).

<sup>43</sup> DOSSE, 2013, p. 23. Embora a afirmação da História sobre as diferentes formas de “plano divino” só ganhe força no século XIX, Dosse aponta que Kant já havia refletido sobre as possibilidades de regularidades racionais – e, importante salientar, não mecanicistas e não necessárias - na História com quase um século de antecedência (DOSSE, 2013, p. 24).

<sup>44</sup> DOSSE, 2013, p. 25.

<sup>45</sup> É atribuído a Kant a pretensão de promover a síntese entre o racionalismo e o empirismo, se colocando, assim, na vanguarda iluminista (MARCONDES, 2007, p. 212). A corrente racionalista, da qual Kant era adepto em suas primeiras reflexões, até ser desperto por Hume, salientava o caráter enganoso da experiência, atribuindo, por consequência, maior relevância a Razão. Os empiristas, por sua vez, tomavam “a experiência como guia e critério de validade de suas afirmações” (MARCONDES, 2007, p. 181). A síntese operada por Kant, e seus impactos na relação sujeito-objeto, abre espaço para considerações de maior ou menor relevância de determinada experiência, pois “não é o sujeito que se orienta pelo objeto (real), como quis a tradição, mas o objeto que é determinado pelo sujeito” (MARCONDES, 2007, p. 214). A questão do grau de relevância de determinada experiência, ou acontecimento, em qualquer esquema de entendimento da realidade é uma dificuldade frequentemente presente, seja no campo do pensamento ou das pesquisas; quando estamos diante de um sinal ou de um ruído? Para os efeitos da nossa pesquisa, e de muitas outras pesquisas também, fica a questão: estamos estudando um sinal ou um ruído?

<sup>46</sup> Para os efeitos da nossa argumentação, o sinal seria indicador de algo e o ruído seria um indicador de nada de relevância na questão, servindo apenas para poluir a identificação e compreensão dos fenômenos.

Essa possibilidade de eliminação dos espúrios também tem considerável potencial epistemológico nas perspectivas estruturalistas e da longa duração. Em ambas as perspectivas, a possibilidade de eliminação de espúrios é convidativa. Na verdade, essa possibilidade, nas duas perspectivas, não é só convidativa, é uma necessidade. Isso para que qualquer argumento construído dentro de cada uma das perspectivas seja internamente coerente. A questão de se existe uma distinção realizável entre sinal e ruído<sup>47</sup> - ou se tudo é sinal e, ainda, o quanto de tudo é ruído<sup>48</sup> -, e quando e como seria possível aplicar alguma seletividade confiável, é uma coisa séria no esforço do conhecer<sup>49</sup> em geral, com agravamento no campo das humanidades<sup>50</sup>.

Desde a antiguidade clássica até meados do século XIX, o *acontecimento* foi comandado por uma força transcendente, espiritual ou racional, e se encaixava em algum tipo esquema geral e superior, com uma marcha progressiva e teleológica. O *acontecimento* era reduzido ao conseqüente de um antecedente, comandado por uma transcendência e era teleológico. Variações sobre o tipo de força no comando e o fim para o qual caminhavam as coisas existiram com grandes diferenças. A expressão surgida mais saliente dessa aspiração de encaixe é a iluminista, apoiada na Razão e no sentido da História. Salientamos que a perspectiva iluminista não só pretende encaixar os acontecidos em algum plano geral, como persegue com mais veemência e pretensa transparência a predição<sup>51</sup>. Essas pretensões de encaixe, transparência e predição são radicalizadas nas derivadas iluministas do cientificismo e do positivismo<sup>52</sup>. Mas o *acontecimento* pouco tinha de inaugurador - no sentido de um novo,

---

<sup>47</sup> Estamos aqui falando metafóricamente e referindo ao campo das humanidades. Por certo que nas ciências da natureza, em particular as relacionadas a propagação de ondas, a distinção existe e pode ser, com elevado grau de confiabilidade, aplicada.

<sup>48</sup> Em uma perspectiva caótica, não existiriam sinais; tudo seria a negação de sinais, portanto, ruídos. Em uma cronosofia religiosa, com base em um Deus onipresente e onisciente, tudo seriam sinais e não existiriam ruídos. Mas o conhecer das questões humanas não está em um dos extremos, está no interregno. Enormes são os desafios que essa condição nos coloca.

<sup>49</sup> Do que podemos conhecer, o campo da epistemologia, e de como podemos conhecer, o campo da metodologia;

<sup>50</sup> Mais adiante, faremos algumas considerações sobre as reflexões de Fernand Braudel. Lá, essa questão será também investigada.

<sup>51</sup> ABBAGNANO, 2015, p. 927. Fernand Braudel, em suas reflexões contidas na obra *Escritos sobre a História*, coloca a questão da validade ou não de se buscar, tanto para a História como para outros saberes referentes as humanidades, a chancela da ciência. Em suas palavras: "Pensaríamos hoje que nenhuma ciência social, inclusive a História, é profética e, por conseguinte, segundo as antigas regras do jogo, nenhuma delas teria o direito ao belo nome de ciência" (BRAUDEL, 1992, p. 21).

<sup>52</sup> "Todo esforço do positivismo resume-se em conter a força disruptiva do acontecimento para pacificá-lo dentro de uma ordem estabelecida" (DOSSE, 2013, p. 32);

não antecipável e indiferente a Razão ou ao *télos*-, e a sua singularidade era tida como irrelevante diante das forças ordenadora e teleológica. Qualquer *acontecimento* ou seria uma etapa da consistente marcha histórica ou seria algo espúrio, desprezível<sup>53</sup>. Ele foi, é e sempre será o conseqüente de algum antecedente, sendo sempre remetido a uma causalidade. Nos parece que as condições para a formação de um sério arco cego cognitivo estavam presentes. Passaremos, a seguir, a considerar as características de acidentalidade, a singularidade e a ruptura.

Mas o encaixe necessário das coisas em um esquema geral não ficou isento de oposições. As críticas mais contundentes aos excessos da Razão e da História iluministas chegaram na segunda metade do século XIX, com as reflexões de Nietzsche sobre a primazia das descontinuidades, das irrupções<sup>54</sup>. “Em oposição a uma época que se apegou à razão triunfante da História ocidental, Nietzsche denuncia uma Razão que prepara o leito do despotismo do Estado”<sup>55</sup>.

Defendendo a inacessibilidade da verdade das coisas<sup>56</sup>, Nietzsche propõe uma relação distinta com o passado, uma relação genealógica, livre do peso impositivo da metafísica<sup>57</sup>. “Desmistificando a narrativa linear do progresso a partir da ruptura moderna do Iluminismo, Nietzsche contrapõe a primazia das descontinuidades: para nós, a História<sup>58</sup> é uma teologia camuflada”<sup>59</sup>. Na relação genealógica, são as descontinuidades, os sintomas, e as faltas que, após submetidas a lógica da suspeita, podem dar um melhor significado aos relatos do passado<sup>60</sup>. Nas palavras de Dosse: “a genealogia nietzschiana procura valorizar o espaço do sinal a ser reencontrado, revelado sob a espessura do discurso unitário da metafísica; o sentido não é manifesto, ele tem de ser descoberto sob a opacidade do texto, sempre contestado”<sup>61</sup>. E o papel de descobridor do sentido, ou genealogista – aquele que

---

<sup>53</sup> O que negaria a própria condição de “acontecimento”, se considerado o que discutimos no item anterior.

<sup>54</sup> DOSSE, 2013, p. 33.

<sup>55</sup> DOSSE, 2013, p. 33.

<sup>56</sup> DOSSE, 2013, p. 34.

<sup>57</sup> Dosse salienta a impossibilidade de se entender o caráter revolucionário do pensamento de Nietzsche sem a compreensão do paradigma ao qual ele se opõe, o paradigma iluminista no geral e, em particular, a força metafísica da dialética hegeliana (DOSSE, 2013, p. 35).

<sup>58</sup> Entenda-se aqui a História iluminista em geral, e em particular a metafísica hegeliana.

<sup>59</sup> DOSSE, 2013, p. 33.

<sup>60</sup> DOSSE, 2013, p. 34. “A história de um fenômeno é, antes de tudo, a história das forças que se apossam dele e modificam o seu significado” (DOSSE, 2013, p. 36).

<sup>61</sup> DOSSE, 2013, p. 34.

investiga genealógicamente o passado -, é exercido pelo indivíduo em um ato de vontade afirmativa<sup>62</sup>. Podemos dizer que Nietzsche abriu a porta para a possibilidade de inversão da relação sinal-ruído; o que era ruído, passa a ser sinal e o que era sinal, passa a ser ruído.

Com uma combinação de termos<sup>63</sup> polissêmicos e que pode induzir interpretações distintas - e até opostas da intenção do pensador -, Nietzsche reflete sobre o eterno retorno. O eterno retorno “não é o retorno do mesmo, o repisamento condenado por Nietzsche. Somente as diferenças voltam, logo, o retorno é o retorno do outro, da diferença”<sup>64</sup> em um tempo que precisa estar aberto ao novo. A ciclicidade se combinaria com a singularidade e não com a identidade<sup>65</sup>. O pensador privilegia o triplo caráter do *acontecimento*: singular, acidental - ou livre de finalidades<sup>66</sup> -, e disruptivo.

Salientamos então as consequências de interesse derivadas da perspectiva de Nietzsche e desenvolvidas nos parágrafos anteriores. A genealogia seria a investigação do passado livre das amarras de uma metafísica, com o olhar particularmente atento ao caráter acidental, singular e disruptivo das coisas que aconteceram. E o genealogista seria responsável por proceder a investigação de um acontecido em um ato mais de afirmação ou apropriação do que de submissão ou encaixe; o *acontecimento*, ou a leitura do *acontecimento*, revelaria mais sobre as forças que dele se apropriam do que sobre ele mesmo.

Entendemos ser necessário uma distinção, feita para o interesse da pesquisa, entre as três características atribuíveis ao *acontecimento*: acidentalidade, singularidade e potencial disruptivo. A acidentalidade desobriga o *acontecimento* de estar encaixado em alguma ordem metafísica ou teleológica<sup>67</sup> e, por consequência, causal. A singularidade

<sup>62</sup> DOSSE, 2013, p. 35. Dosse salienta, mais adiante, que essa visão de Nietzsche não o remete a considerações hermenêuticas “para encontrar um suposto sentido original, perdido, oculto, restaurado” (DOSSE, 2013, p. 36).

<sup>63</sup> Não desconsideramos a possibilidade da referida polissemia ser saliente nas diversas traduções que sofreu o conceito, em particular para a língua portuguesa, não estando presente na formulação inicial do pensador. Mas essa investigação escapa ao interesse da pesquisa.

<sup>64</sup> DOSSE, 2013, p. 35.

<sup>65</sup> Identidade aqui entendida como aquilo que se mantém, que permanece (ABBAGNANO, 2015, p. 612).

<sup>66</sup> DOSSE, 2013, p. 36. Dosse ainda cita a radicalização da ideia por Borges, em sua obra *Aleph*, quando o escritor diz: “todo instante é autônomo” (DOSSE, 2013, p. 10).

<sup>67</sup> Nos paradigmas clássico e medieval, o caráter de acidentalidade não implicava em irrelevância. Toda a acidentalidade precisava se encaixar e submeter a algum *télos* e a alguma transcendência. No paradigma iluminista, o acontecimento precisava ser “submetido” ao *télos* e a transcendência racional, portanto, desprezado como algo espúrio e irrelevante, se acidental. Não havia “ruídos” a serem desprezados nos paradigmas clássicos e medieval; “tudo era sinal”. Já o paradigma iluminista pretende distinguir sinal de ruído; o que obedece às forças da História e da Razão são sinais, o resto, ruídos, ou acidentes a serem minimizados e desprezados.

sustenta que o *acontecimento* é sempre portador de aspectos distintos, só seus; ele pode até se apresentar como repetição, mas é a repetição com novidades. E o potencial disruptivo aponta para a força sempre desestabilizadora do *acontecimento*, negando, a partir disso, qualquer possibilidade de um ordenamento permanente, ou metafísico, e de um *télos* na História.

Mas as três características apresentam maiores potenciais de esclarecimento quando consideradas em escalas continuadas e não em escalas discretas, ou binárias, de sim e não<sup>68</sup>.

Dessa distinção que operamos, é razoável considerar que as três características, em escalas de continuidade, teriam composições distintas para os distintos *acontecimentos*. Nos parece necessário, para tornar mais claro o “como” usaremos as características derivadas das reflexões de Nietzsche – acidentalidade, singularidade e potencial disruptivo -, apresentarmos, a título de exemplo, algumas reflexões sobre as suas possíveis combinações.

Podemos imaginar um *acontecimento* pouco acidental, pouco singular e muito disruptivo, por exemplo. Esse *acontecimento* teria a predominância<sup>69</sup> de encaixe ou coincidência em algum esquema racional<sup>70</sup> ou teleológico. Teria também muitas similaridades<sup>71</sup> com outros *acontecimentos* dados em condições aproximadas. Necessário salientar que a existência de pouca singularidade (ou muitas similaridades) não nos diz, necessariamente, sobre a relevância dessas mesmas singularidades (ou similaridades); quantidade e qualidade não se confundem, pelo menos em um primeiro momento. Mas esse mesmo *acontecimento* poderia provocar consideráveis alterações em determinado ordenamento ou no caminhar das coisas.

Podemos imaginar, ainda, um *acontecimento* muito acidental, muito singular e pouco disruptivo. Esse *acontecimento* teria pouca aderência a determinada racionalidade. Haveria nele também muita singularidade, quando comparado com outros *acontecimentos* dados em condições aproximadas. Mas seus impactos em dado ordenamento e caminhar das

---

<sup>68</sup> Deixamos claro que essa consideração das características em escalas continuadas é uma apropriação interessada para os fins específicos de potencializar a pesquisa; não está explícita nas fontes que consultamos.

<sup>69</sup> Uma predominância seria casuística e não necessária.

<sup>70</sup> Podemos considerar, e consideraremos ao longo da pesquisa, as teorias das diversas áreas de conhecimento como esquemas racionais ou racionalidades.

<sup>71</sup> Também casuísticas e não necessárias.

coisas seria pequeno. Esse caso específico seria um forte candidato ao juízo de espúrio, ou ruído, nas perspectivas, por exemplo, estruturalista ou da longa duração. Dos dois exemplos apresentados, podemos ver quão complexa pode ser a compreensão de determinado *acontecimento*.

A perspectiva nietzschiana liberta o *acontecimento* das rédeas curtas da causalidade, da conexão necessária. Se essa liberdade é promissora ou perigosa, não sabemos dizer.

Procederemos, a seguir, uma breve reflexão sobre a possibilidade de combinações das características derivadas dos paradigmas da causalidade e do nietzschiano.

As palavras e Dosse já se fazem impor sobre a possibilidade de combinação das características:

Hoje em dia o *acontecimento* que está “retornando” é examinado sob uma ótica científica, mas que lhe atribuí toda sua eficiência. Transformado em indício ou vestígio signficante, o *acontecimento* é compreendido duplamente, como sugere a sua etimologia, como resultado e como começo, como desfecho e como abertura de possíveis<sup>72</sup>.

A fim de enriquecer as possibilidades epistemológicas da pesquisa, buscaremos, na medida do possível, lançar um duplo olhar sobre o *acontecimento*.

O primeiro olhar será o da perspectiva causal. Buscaremos um encaixe do *acontecimento* de nosso interesse em algum esquema teórico. Mas o encaixe perseguido não será o necessário, e sim o contingente uma vez que o que volta, volta com singularidades. Tentaremos permanecer atentos às sutilezas e aos descompassos entre o esquema analítico e teórico selecionados e o *acontecimento* de nosso interesse. Essas sutilezas e descompassos já são potencialmente ricas, em termos epistemológicos; mas complicadoras em termos metodológicos.

O segundo olhar que lançaremos sobre o *acontecimento* de nosso interesse será o da perspectiva nietzschiana. Privilegiaremos, neste momento, os caracteres de acidentalidade, singularidade e potencial disruptivo, em suas variações contínuas e combinações.

---

<sup>72</sup>DOSSE, 2013, p.6 e grifo nosso.

Estamos, agora, em condições de apresentar respostas para as duas questões que abriram nossas reflexões.

O que caracterizaria um *acontecimento*? Derivadas de duas perspectivas distintas, quatro são as características que atribuiremos ao *acontecimento*: causalidade; accidentalidade; singularidade; e potencial de ruptura. Pretendemos que essas quatro características permitam um olhar aguçado sobre as sutilezas de um dos objeto selecionado para a pesquisa. Em um primeiro momento, as características isoladamente auxiliarão na análise - no sentido de decomposição – do objeto. Em um segundo momento, serão os elementos de uma aspirada síntese.

São essas características combináveis? As características não são necessariamente excludentes; também não são necessariamente combináveis. Só a pesquisa dirá. As características podem coexistir, em que pese o fato de que, para as ciências humanas, que se tornaram significativamente tributárias do positivismo iluminista, o *acontecimento* como singularidade é um problema e precisa ter a sua relevância reduzida.

Apresentaremos, a seguir, um esforço de síntese sobre o *acontecimento* e as suas características.

### **2.1.3 Síntese sobre o *Acontecimento***

Nos propusemos a responder quatro perguntas sobre o *acontecimento* na introdução do subitem 2.1.1 São elas: o que nos diz que algo que aconteceu é ou não um *acontecimento*? o que caracterizaria um *acontecimento*? e se seriam essas características combináveis? seria o nosso objeto de pesquisa um *acontecimento*? Empreendemos o esforço de resposta em separado, reservando quarta resposta para o final da pesquisa, respondendo a primeira pergunta no subitem 2.1.1 e as segunda e terceira no subitem 2.1.2.

Como resposta a primeira pergunta, vimos que o *acontecimento* é um fato histórico sujeito a descrição, marca a autonomização de suas consequências e tem potencial de alteração da psicologia coletiva. Também possui singularidades potencialmente expansíveis. Além disso, o *acontecimento* opera em diferentes escalas e se sujeita a novas interpretações, não se submetendo aos esforços de contenção. O *acontecimento* opera nas



diferentes escalas temporais e tem natureza de esfinge e fênix, com ameaçadores mistérios e sempre pronto ao renascimento interpretativo.

Como resposta às segunda e terceira perguntas, vimos que o *acontecimento* possui quatro características potencialmente combináveis e que nos ajudarão no esforço de utilização da *práxis* de Fiori. São elas: causalidade; acidentalidade; singularidade; e potencial de ruptura. Essas características nos remeterão a um duplo olhar sobre o objeto de pesquisa. O primeiro olhar, amparado na causalidade, nos remeterá aos modelos analítico de Robert Gilpin e teórico de David COPELAND. O segundo nos convidará a considerar a observar o objeto em seus potenciais de: acidentalidade, portanto desobrigado de encaixes causais; singularidade, portando características só suas; e potencial de ruptura, violando as expectativas de estabilidade.

Restou claro do que vimos de Dosse que a categorização de *acontecimento*, e a consequente relevância histórica do nosso objeto, não se limita a suas características intrínsecas, a ele mesmo ou seu *em si*. Além de não ser definitiva, a condição de acontecimental dependeria da inserção do objeto nas diferentes temporalidades históricas que escolhermos considerar em nosso esforço heurístico. A condição de *acontecimento* dependeria das visões que temos sobre o tempo e das diferentes temporalidades consideradas; se daria dentro de alguma compreensão temporal, que é extrínseca ao objeto.

Faremos, a seguir, algumas reflexões sobre o tempo, que auxiliarão no trânsito do objeto de pesquisa dentro das diferentes molduras temporais, como convida a *práxis* de Fiori. A base dessas reflexões serão os escritos de dois pensadores que se debruçaram sobre aspectos do tempo e que julgamos do interesse da pesquisa. São eles Ferdinand Braudel e o próprio Fiori.

## **2.2 Os tempos da História**

Já possuímos algum ferramental inicial para refletirmos sobre a condição ou não de *acontecimento* de um dos nossos objetos de pesquisa. Nos parece oportuno agora aprofundarmos as nossas reflexões sobre como esse objeto se relacionaria com os tempos da História.

Para tentarmos o aprofundamento referido no parágrafo anterior, recorreremos ao pensamento de Ferdinand Braudel, constante da obra *Escritos sobre a História*<sup>73</sup> e a um artigo de José Luís Fiori, cujo título é *Por uma Economia Política do Tempo Conjuntural*<sup>74</sup>. Decidimos combinar os pensamentos dos dois autores por julgar que as considerações de Fiori ampliam sobremaneira as possibilidades analíticas braudelianas sobre o tempo conjuntural constantes na obra referenciada. Braudel, como veremos, fraciona o tempo em longuíssima duração, longa duração, conjuntura e tempo da crônica ou curta duração.

As pesquisas de Braudel sobre a economia mediterrânea atraíram suas reflexões para os aspectos materiais de cada conjuntura, embora ele não negue a possibilidade e importância de outras forças conjunturais que não as econômicas. Fiori indica caminhos para um duplo uso da ideia de conjuntura: na análise política e na relação do passado aproximado com o presente e futuro. Essa indicação de Fiori, como pretendemos que fique claro ao longo do texto, terá grande impacto na forma como a pesquisa foi estruturada e redigida.

Com base nas reflexões de Braudel e Fiori, tentaremos aqui responder as seguintes perguntas: sendo o tempo cronológico continuado<sup>75</sup>, faz sentido fracioná-lo artificialmente? Se sim, que fracionamento seria de interesse? São esses fracionamentos combináveis?

Para respondermos as perguntas do parágrafo acima, veremos os tempos da História e em seguida seu fracionamento em longa duração, conjuntura e curta duração. Após isso, apresentaremos um breve esforço de síntese, onde trataremos de responder as perguntas que encerraram o parágrafo anterior. Passaremos, a seguir, a considerar o tempo e suas escalas, da perspectiva dos dois pensadores selecionados.

### 2.2.1 Os tempos

---

<sup>73</sup> Usamos uma edição em língua portuguesa, da editora Perspectiva, publicada no ano de 1992.

<sup>74</sup> Texto para discussão nº 44 dos cursos ministrados no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ), de 1984. Disponível em:

[https://books.google.com.br/books/about/Por\\_uma\\_economia\\_pol%C3%ADtica\\_do\\_tempo\\_conj.html?id=2tFfGwAACAAJ&redir\\_esc=y](https://books.google.com.br/books/about/Por_uma_economia_pol%C3%ADtica_do_tempo_conj.html?id=2tFfGwAACAAJ&redir_esc=y). Acesso em 09 de abril de 2019.

<sup>75</sup> Existe considerável debate sobre as insuficiências do tempo cronológico para a reflexão de questões humanas mais complexas. Trataremos, na medida da necessidade da pesquisa, de alguns pontos desse debate mais adiante.

Talvez por razões evolutivas, nossa atenção tenda a ser gravitacionalmente atraída pelas coisas que se dão, em termos de tempo, no nosso entorno, na nossa escala de percepção e compreensão, no tempo de nossas vidas. Essa cegueira gravitacional cria as condições para a confusão entre o imediato, ou próximo, e o relevante. O imediato é tido como relevante e o afastado, quase sempre negligenciado pela nossa atenção; é reduzido ao plano do factual e curioso. E o afastado, além de submerso, é apartado de nós, portanto, sem grandes influências e merecedor de desprezo. Mas seria muita ingenuidade confundir proximidade e afastamento com relevância; confundir afastamento com irrelevância e desconexão. Razões evolutivas dissemos, mas talvez seja forte demais para determinado homem imaginar que em seu tempo de vida nada realmente importante em termos históricos tenha se dado. Tudo que experimentamos sugere exatamente o contrário. Assim é o homem, com as suas limitações.

Ao que nos parece, duas grandes forças sustentam as reflexões de Braudel. A primeira é uma metafísica<sup>76</sup> distinta, podemos até dizer vitalista<sup>77</sup>. O desenrolar das coisas não se apresenta, clara e necessariamente, na escala de tempo e percepção do indivíduo. Forças profundas, construídas ao longo de largos intervalos temporais, existem e atuam, mas são fugidias a limitada cognição de um homem inserido no seu tempo; a vida tem diferentes compromissos, que nem sempre se manifestam nas causas imediatas. É a vida - e não a vida de determinado homem, inscrito em sua existência temporalmente limitada e geográfica e cronologicamente localizada - que deve ser compreendida<sup>78</sup>. E a segunda seriam as pesquisas do autor sobre o mundo mediterrâneo e a sua economia<sup>79</sup>. Essa combinação trouxe para a História uma perspectiva potencialmente rica.

Nos permitam uma breve e necessária digressão. Parece interessante tentar estabelecer, com um pouco mais de profundidade, a aproximação entre o pensamento braudeliano e a metafísica vitalista de Bergson. Isso para que fique clara a dimensão e os impactos das reflexões de Braudel.

---

<sup>76</sup> No sentido de “ciência *primeira*, por ter como objeto o objeto de todas as outras ciências, e como princípio um princípio que condiciona a validade de todos os outros” (ABBAGNANO, 2015, p. 766).

<sup>77</sup> Referência aos escritos de Henri Bergson, na obra *A evolução Criadora*, e que empregamos uma tradução para o português de 2015. Nos diz o filósofo: “O que equivale a dizer que a *teoria do conhecimento* e a *teoria da vida* nos parecem inseparáveis uma da outra” (BERGSON, 2015, p. 8 e grifos do autor).

<sup>78</sup> BRAUDEL, 1992, p. 32.

<sup>79</sup> BRAUDEL, 1992, p. 14 e 27.

Bergson oferece uma alternativa metafísica ao cientificismo exagerado, as relações causais imediatistas e descontextualizadas, onde “nosso pensamento, sob sua forma puramente lógica, é incapaz de representar a verdadeira natureza da vida”<sup>80</sup>. A metafísica que poderia dar conta da evolução da vida precisa considerar o tempo em escalas mais alargadas, do contrário, ela seria insuficiente, apequenada. Essa mesma metafísica viria acompanhada de suas derivadas, primeira, segunda e terceira – respectivamente, a ontologia, a epistemologia e a metodologia.

A distinção de escalas de tempo proposta por Braudel não pretende somente dizer o que a coisa *é*, ou seja, uma ontologia. Também não se reduz a um esquema de explicitação do *que se pode conhecer*, a uma epistemologia. Por fim, não se limita só a transformar o modo *como* nos aproximamos de determinado objeto em contemplação, a uma metodologia. A distinção parece estar em um plano metafísico, que condiciona suas três derivadas. A coisa toda nos parece mais séria.

A proposta de Braudel, entendemos que aderente a metafísica de Bergson, parece sugerir que simplesmente não estamos, ainda, equipados, em um plano mais profundo, para dar conta de algumas coisas. O que a perspectiva braudeliana enseja é a possibilidade de escapar das limitações do mecanicismo imediatista e da ditadura dos fatos, buscando uma aproximação, que nunca cessa de acontecer, ao plano mais profundo e que, com frequência, determina as coisas. Veremos o que diz Bergson e depois Braudel. Começemos com Bergson:

O que equivale a dizer que a *teoria do conhecimento* e a *teoria da vida* nos parecem inseparáveis uma da outra. Uma teoria da vida que não venha acompanhada de uma crítica do conhecimento é forçada a aceitar, tais e quais, os conceitos que o entendimento põe à sua disposição: não pode fazer mais que encerrar os fatos, por bem ou por mal, em quadros preexistentes, que ela considera como definitivos. Obtém assim um simbolismo cômodo, talvez mesmo necessário à ciência positiva, mas não uma visão direta de seu objeto. Por outro lado, uma teoria do conhecimento que não reinsere a inteligência na evolução geral da vida não nos ensinará nem como os quadros do conhecimento se constituíram, nem como podemos ampliá-los ou ultrapassá-los. É preciso que essas duas investigações, teoria do conhecimento e teoria da vida, se encontrem e, por um processo circular, se impulsionem uma à outra indefinidamente”<sup>81</sup>.

---

<sup>80</sup> BERGSON, 2015, p. 5.

<sup>81</sup> BERGSON, 2015, p. 8 e grifos do autor.

E, agora, o que nos diz Braudel, convergindo com Bergson na citação acima:

Mas não basta, vós o sabeis, refugiar-se nessa necessária e interminável prospecção de novos materiais. É preciso que esses materiais sejam submetidos a métodos [...]. É preciso, também, levantar essas informações, esses materiais, repensá-los à medida do homem e, além de suas especificações, tratar-se, se possível, de reencontrar a vida: mostrar como suas forças se ligam, se acotovelam ou se chocam, como também, frequentemente, misturam suas águas furiosas<sup>82</sup>. Retomar tudo, para tudo ressituar no quadro geral da História, para que sejam respeitadas, não obstante as dificuldades, as antinomias e as contradições entranhadas, a unidade da História que é a unidade da vida.<sup>83</sup>

E, ainda:

Como a própria vida, a História se nos aparece como um espetáculo fugidio, movediço, feito do entrelaçamento de problemas inextricavelmente misturados e que pode tomar, alternadamente, cem aspectos diversos e contraditórios. Como abordar e fragmentar essa vida complexa, para poder apreendê-la ou ao menos apreender alguma coisa dela? Numerosas tentativas poderiam nos desencorajar de antemão. Assim, não mais cremos na explicação da História por este ou aquele fator determinante.<sup>84</sup>

Das citações acima, observamos que a conexão entre os dois autores é mais profunda e que precisa derivar de forma refletida para o esforço de conhecer. Bergson salienta a necessidade de renovar o conhecer a partir de reflexões anteriores sobre o processar da vida. Braudel, sem negar as metodologias de pesquisa, subordina a obtenção e processamento de materiais a uma forma diferente de encarar as forças formativas da História, que não se dissociam das forças formativas da vida.

A digressão concluída no parágrafo anterior serviu a um propósito muito claro. Forneceu a dimensão e o impacto da perspectiva braudeliana, que, entendemos nós, enseja uma metafísica vitalista. Ela vai muito além do fracionamento do tempo em escalas. Na ontologia inferida da proximidade metafísica entre os pensadores, não existiria a permanência ou imutabilidade. Para Bergson isso se deve ao perpétuo movimento da vida; para Braudel, pela multiplicidade das forças a “ressituar” as coisas. Na epistemologia, podemos inferir que o que podemos saber é sempre sujeito a novas considerações. E a

---

<sup>82</sup> Aqui identificamos também a denúncia as perspectivas epistemológicas e metodológicas excessivamente mecanicistas e causais.

<sup>83</sup> BRAUDEL, 1992, p. 31.

<sup>84</sup> BRAUDEL, 1992, p. 22.

metodologia, derivada da mesma proximidade, não negaria a metodologia cientificista, mas precisaria ser mais, muito mais nos arriscamos a dizer, humilde e atenta.

Uma outra preocupação das reflexões de Braudel é a condição de observador<sup>85</sup>. Existe uma tendência do cientificismo positivista, principalmente do derivado das investigações da natureza material, e que influenciaram fortemente a infância da História e dos demais campos das humanidades, em considerar o papel do observador como predominantemente externo, neutro e objetivo. Essa tendência é reforçada pelo estabelecimento de um paradigma factual<sup>86</sup>, onde o observador pode, isentamente, se debruçar sobre os registros. O observador, que pode e constrói a verdade<sup>87</sup>, seria apartado dos registros. “A descoberta maciça do documento levou o historiador a crer que, na autenticidade documentária, estava toda a verdade”<sup>88</sup>. A verdade, denuncia Braudel, não pode nascer da limitada interação entre observador e objeto; ela é algo mais. Essa crescente valorização do observador, dada a sua isenção, tem um corolário mais sério, que paulatinamente ocupou o terreno das humanidades.

A valorização e neutralidade do observador diante da autenticidade documental implica, gradualmente, em um considerável vício de perspectiva: o sobressalto do indivíduo, as suas tramas e façanhas no tempo histórico. Indivíduo esse que, embora exista historicamente<sup>89</sup>, tem a sua importância majorada, ampliada para além do real<sup>90</sup>. O indivíduo, suas tramas e façanhas, ofuscam o social. Como já antecipado, sem negar o individual, nos diz Braudel:

Não há jamais na realidade viva, o indivíduo encerrado em si mesmo; todas as aventuras individuais se fundem numa realidade mais complexa, a do social, uma realidade ‘entrecruzada’, como diz a sociologia. O problema não consiste em negar o individual a pretexto de que foi afetado pela contingência, mas em ultrapassá-lo, em distingui-lo das forças diferentes dele, em reagir contra uma História arbitrariamente reduzida ao papel dos heróis quintessenciados: não cremos no culto de todos esses semideuses,

---

<sup>85</sup> BRAUDEL, 1992, p. 20.

<sup>86</sup> Que Braudel sustenta não ser exclusivo da História: “sejamos justos: se há um pecado factualista (*sic*), a História, acusada de escolha, não é a única culpada. Todas as ciências sociais participam do erro” (BRAUDEL, 1992, p. 55).

<sup>87</sup> Verdade é um termo complicado nas humanidades. Tanto quanto nos seja possível, buscaremos escapar da sua utilização. Aqui, não foi possível dada a citação direta que se segue.

<sup>88</sup> BRAUDEL, 1992, p. 46.

<sup>89</sup> Braudel não nega a importância do indivíduo e suas tramas, mas reduz a importância e salienta a distorção embutida (BRAUDEL, 1992, p. 23).

<sup>90</sup> BRAUDEL, 1992, p. 23.

ou, mais simplesmente, somos contra a orgulhosa palavra unilateral de Treitschke: ‘os homens fazem a História’. Não, a História também faz os homens e talha seu destino – a História anônima, profunda, e amiúde silenciosa, cujo incerto, mas imenso domínio, é preciso abordar agora”.<sup>91</sup>

E, ainda:

Notai que essa História narração tem sempre a pretensão de dizer as coisas como elas passaram realmente [...]. Para ela, a vida dos homens é dominada por acidentes dramáticos; pelo jogo dos seres excepcionais que aí surgem, amiúde, senhores de seu destino e mais ainda do nosso. E quando fala de ‘História geral’, é finalmente no entrecruzamento desses destinos excepcionais que pensa, porque é preciso que cada herói conte com outro herói. Falaciosa ilusão, todos nós sabemos [...]. A tarefa é justamente ultrapassar essa primeira margem da História. É preciso abordar, *em si mesmo e por si mesmo*, as realidades sociais.<sup>92</sup>

O excessivo domínio da perspectiva individual, e da conseqüente crença de que o caminhar da História deveria ser o produto da composição das tramas e façanhas dos heróis, ofuscou as dinâmicas sociais. “A História dos últimos quase cem anos, quase sempre política, centrada no drama dos grandes eventos, trabalhou no e sobre o tempo curto”<sup>93</sup>.

Existiriam duas outras perspectivas que, adicionadas a individual e social, vão sustentar o fracionamento do tempo por Braudel. A primeira seria a perspectiva evolucionária, na qual forças de seleção natural e da relação do homem com a geografia se manifestariam<sup>94</sup>, na escala de milhões de anos. A segunda seria a perspectiva conjuntural, uma condição intermediária entre a individual e a social, onde forças distintas, mas de certa forma dependentes, entre as de atuação individual e social seriam perceptíveis, variando entre dez e cinquenta anos<sup>95</sup>. Embora essas duas perspectivas façam parte das considerações de Braudel, como veremos, a sua atenção se volta mais intensamente para a oposição entre as perspectivas individual e social. Não há, na obra por nós pesquisada, um aprofundamento da perspectiva conjuntural<sup>96</sup>.

Às perspectivas individual e social, precisamos adicionar o fator tempo. Na perspectiva individual, com suas tramas e façanhas, o tempo considerado, por razões óbvias,

---

<sup>91</sup> BRAUDEL, 1992, p. 23.

<sup>92</sup> BRAUDEL, 1992, p. 24.

<sup>93</sup> BRAUDEL, 1992, p. 46.

<sup>94</sup> BRAUDEL, 1992, p. 13 e 15.

<sup>95</sup> BRAUDEL, 1992, p. 44.

<sup>96</sup> Mais adiante, tentaremos aprofundar, e até ampliar, a perspectiva conjuntural a partir de algumas reflexões realizadas por Fiori.

não pode ultrapassar os limites de meio século. Ainda que conectemos as façanhas de alguns indivíduos, mais ou menos contemporâneos, seria forçoso estender as conexões para além de um século. Só que o social opera em outro ritmo. É bem mais lento. Atua de forma mais dissimulada e fugidia, mas, nem por isso, menos condicionante ou mesmo determinante.

Julgamos necessário, antes de avançarmos para a inserção mais marcada do tempo em cada uma das perspectivas – evolucionária, social, conjuntural e individual -, salientarmos uma aparente contradição que o leitor, certamente que atento, já detectou. Anunciamos que o tempo do indivíduo não poderia passar de meio século. Logo em seguida, que a perspectiva conjuntural teria suas forças visíveis em intervalos de dez a cinquenta anos. Acontece que a perspectiva do indivíduo, para os nossos efeitos, não se confunde com o seu tempo de vida. A perspectiva do indivíduo diz respeito as coisas que ele faz e narra e que tem significação histórica. A perspectiva conjuntural, embora influenciada pela do indivíduo, se manifesta por meio de forças distintas.

E é na perspectiva social que se torna possível falar em estruturas, na qual “ciclos, interciclos, crises estruturais ocultam as regularidades, as permanências de sistemas, alguns disseram, de civilizações – isto é, velhos hábitos de pensar e de agir, quadros resistentes, duros de morrer, por vezes contra toda a lógica”<sup>97</sup>. São, então, os velhos hábitos de pensar e agir que constituem as forças estruturantes e civilizacionais. Afirma Braudel: “creio assim na realidade de uma História particularmente lenta das civilizações, nas suas profundezas abissais, nos seus traços estruturais e geográficos”<sup>98</sup>.

A ideia de estrutura só parece mesmo fazer sentido na perspectiva social. Para a perspectiva evolucionária, a ideia de estrutura seria irrelevante, uma vez que as relações de interesse são entre a espécie e o ambiente, a geografia. É pouco provável que estruturas sociais sobrevivessem o necessário para afetar tais relações<sup>99</sup>. Para a perspectiva conjuntural, espremida entre a social e a individual, a estrutura tende a afetar mais do que a ser afetada, embora o contrário não esteja descartado; Braudel diz que “as rupturas são mais raras, mais espaçadas no tempo” e muitos traços profundos permanecem, à revelia do que foi destruído

---

<sup>97</sup> BRAUDEL, p. 51.

<sup>98</sup> BRAUDEL, p. 25.

<sup>99</sup> Começa a surgir um debate sobre uma nova era denominada antropoceno, ou a era geológica onde o homem possui condições concretas de alterar a geografia e as condições de vida na terra. Mas esse debate é embrionário e escapa ao nosso interesse de pesquisa.



na superfície<sup>100</sup>. E na perspectiva do indivíduo, como já antecipamos, as forças sociais estão submersas, indetectáveis ao olhar desatento; não haveria, aparentemente, estrutura exercendo influência. Só um esforço deliberado e consistente poderia exhibir as estruturas e seus impactos na escala dos indivíduos. É na perspectiva social que as estruturas se tornam perceptíveis; elas são “o pano do fundo para o teatro dos indivíduos e, na verdade, a força motora, cuja ação impele os indivíduos”<sup>101</sup>.

Além de operar em um ritmo mais lento e tornar saliente as forças estruturais, o social não é uno. São incontáveis feixes de distintas forças sociais convergindo para o mesmo momento. E essas forças sociais têm momentos de nascimento distintos e intensidades variando, ciclicamente ou não. Para cada momento que se investiga, uma múltipla composição de forças sociais, desvendadas e a desvendar, está em atuação. Nos diz Braudel que “essa duração social, esses tempos múltiplos e contraditórios da vida dos homens, que não são apenas substância do passado, mas também o estofado da vida social atual”<sup>102</sup>. A lente braudeliana não aparta o passado do presente. Mas também não conecta passado e presente com o futuro, seja o futuro imediato ou distante<sup>103</sup>.

Para Braudel, não aceitar a intrincada e múltipla atuação de uma variedade de forças sociais em dado momento, o que impõe a perspectiva individual, constitui uma escolha epistemológica e metodológica fraca. Em suas palavras:

Imensos erros de perspectiva e de raciocínio, porque o que se procura assim harmonizar, inscrever no mesmo quadro, são movimentos que não tem a mesma duração, nem a mesma direção, que se integram, uns no tempo dos homens, o de nossa vida breve e fugidia, outros nesse tempo das sociedades para as quais uma jornada, um ano, não significam grande coisa, para as quais, por vezes, um século inteiro não é mais do que um instante de duração. Entendamo-nos: não há um tempo social com uma única e simples corrente, mas um tempo social com mil velocidades, com mil lentidões que

---

<sup>100</sup> BRAUDEL, 1992, p. 25. Mais adiante, nos diz: “alguns traços lhe são comuns e permanecem imutáveis, enquanto, em torno deles, entre outras continuidades, mil rupturas e agitações renovam o aspecto do mundo” (BRAUDEL, 1992, p. 52).

<sup>101</sup> BRAUDEL, 1992, p. 25.

<sup>102</sup> BRAUDEL, 1992, p. 43. Se quisermos insistir na aderência ao pensamento de Bergson, podemos citar a passagem onde este diz: “mil incidentes surgem, que parecem destoar daquilo que os precede e não se vincular àquilo que os segue. Mas a descontinuidade com que aparecem destaca-se sobre a continuidade de um fundo no qual se desenham e ao qual devem os próprios intervalos que os separam: são os címbalos retumbando de longe em longe na sinfonia” (BERGSON, 2015, p. 12).

<sup>103</sup> O que buscaremos fazer com as reflexões já anunciadas de Fiori.

nada tem a ver com o tempo jornalístico da crônica e da história tradicional<sup>104</sup>.

As forças sociais são múltiplas e o universo delas a se descobrir constitui um enorme desafio de pesquisa pois “todo problema em equacionamento não cessa de se complicar, de se ampliar em superfície e em espessura, de abrir sem fim novos horizontes de labor”<sup>105</sup>. O tamanho do desafio impõe uma atitude distinta da História e do historiador. Não estará pronto para o desafio um historiador encapsulado na segurança de sua disciplina e restrito, em sua análise, a limites estreitos de determinada fração do tempo. Seria preciso evitar a condenação da História ao estudo “somente os jardins bem fechados por muros”<sup>106</sup>.

Urge ampliar os horizontes e buscar a interação, desde já, com outras áreas do conhecimento<sup>107</sup>, pois a insuficiência de explicação “por este ou aquele fator dominante”<sup>108</sup> é patente; “não há História unilateral”<sup>109</sup>. Dirige-se, assim, Braudel aos campos vizinhos das ciências sociais:

Falarei, pois, longamente da História, do tempo da História. Menos para os leitores dessa revista, especialistas em nossos estudos, que para nossos vizinhos das ciências do homem: economistas, etnógrafos, etnólogos, (ou antropólogos), sociólogos, psicólogos, linguistas, demógrafos, geógrafos até mesmo, matemáticos sociais ou estatísticos – todos vizinhos que, há longos anos, seguimos em suas experiências e pesquisas porque nos parecia (e ainda nos parece) que colocada a seu reboque ou ao seu contato, a História se ilumina com uma nova luz<sup>110</sup>.

Passaremos, a seguir, a associar as perspectivas já anunciadas – evolucionária, social, conjuntural e individual – a determinadas escalas temporais da História, os tempos se quisermos.

### 2.2.2 Longa duração

---

<sup>104</sup> BRAUDEL, 1992, p. 25.

<sup>105</sup> BRAUDEL, 1992, p. 30.

<sup>106</sup> BRAUDEL, 1992, p. 15.

<sup>107</sup> BRAUDEL, 1992, p. 43

<sup>108</sup> BRAUDEL, 1992, p. 22.

<sup>109</sup> BRAUDEL, 1992, p. 22. Braudel também questiona a efetividade das pesquisas individuais, muito comuns entre historiadores, atribuindo maior poder de esclarecimento as pesquisas realizadas em grupos e, preferencialmente, multidisciplinares (BRAUDEL, 1992, p. 26).

<sup>110</sup> BRAUDEL, 1992, p. 44.

Braudel não nega a continuidade cronológica do tempo. Necessário salientar que continuidade cronológica e histórica ou social se entrelaçam, mas não se confundem. Sustenta que as diferentes forças que atuam em determinado momento tornam-se mais visíveis quando o tempo é, esquematicamente, fracionado. Ou seja, um artifício atenuador da precária pretensão humana de conhecer. A opção pelo não fracionamento do tempo criaria as tendências de valorização do próximo e de negligência do afastado, do submerso. E é esse submerso, com suas forças tectônicas e estruturantes, que Braudel pretende trazer para considerações mais atentas.

Seriam, da perspectiva braudeliana, quatro escalas de tempo. Cada escala de tempo trazendo para a luz do conhecer diferentes forças. Em cada momento da História, as forças - só explícitas nas diferentes escalas - se comporiam singularmente.

A primeira escala de tempo seria a da longuíssima duração. Um tempo geográfico, quase imutável e que comandaria as relações do homem com o meio ambiente<sup>111</sup>. Nessa escala de tempo é que as forças evolucionárias atuariam, moldando profundamente a espécie humana.

Com suas reflexões aderentes ao pensamento braudeliano, Daniel de Pinho Barreiros<sup>112</sup>, no início de um instigante ensaio e aqui colocado a título de exemplo, apresenta uma plausível explicação sobre a distinção da prática da violência nos espaços intragrupo e extra grupo, e a sua derivada ética. Nos diz Barreiros sobre essa escala do tempo:

Na longuíssima duração do tempo evolucionário, e considerando a trajetória das espécies na ordem dos primatas, é a violência coalizacional intersocietária – definição que torna todas as guerras humanas casos particulares – e a complexa rede de mecanismos etológicos que dão fundamentos, no campo do inconsciente humano, aos saberes éticos [...]. Certa sociabilidade primata, há pelo menos seis milhões de anos, gerou o contexto para a fixação de intrincados instrumentos cognitivos voltados para a resolução de conflitos intragrupos envolvendo complexas hierarquias de *status*, violência não letal, ritualizações e estratégias sociais; e simultaneamente, foi a base para esse raro fenômeno, consubstanciado na patrilinearidade cooperativa masculina, a partir do qual emergiu a violência letal extra grupo<sup>113</sup>.

---

<sup>111</sup> BRAUDEL, 1992, p. 13.

<sup>112</sup> O autor é Historiador e Professor do PEPI-UFRJ.

<sup>113</sup> BARREIROS, 2018, p. 23.

Do exemplo apresentado acima, podemos inferir que muito da nossa cognição e forma de agir possuem mecanismos inscritos há longuíssimo tempo em nossas mentes, em nossos *hardwares* se quisermos, que atuariam com alguma independência de nossos pretensos controles racionais. Especificamente, na questão colocada por Barreiros, a espécie humana teria uma tendência significativamente maior para o controle da violência dentro do grupo, quando comparada com a violência praticada fora do grupo. E essa tendência de controle diferenciado, com as suas consequências éticas, teria sido construída ao longo de seis milhões de anos, na escala da longuíssima duração.

A escala de tempo que se segue a da longuíssima duração é a longa duração, vinculada às forças sociais, onde os velhos hábitos de pensar e agir constituem forças estruturantes e civilizacionais. Nessa escala de tempo, acontece uma História lentamente ritmada, “uma história social, a dos grupos e dos agrupamentos”<sup>114</sup>. Essa escala recebe especial atenção da perspectiva braudeliana. Não só pelo fato de nela se apresentarem as forças estruturantes, os indicadores dos grandes movimentos tectônicos, mas pela tendência de ofuscamento dessa escala temporal pelas escalas mais curtas<sup>115</sup>.

A longa duração exhibiria coisas distintas, faz surgir “uma nova História, cujo tempo não se harmoniza com as nossas medidas e percepções”<sup>116</sup>. A longa duração permite denunciar a fantasia do imperativo da perspectiva individual, ao mesmo tempo em que salienta a riqueza e multiplicidade do tempo social, das estruturas. E é também na longa duração que o caráter paradoxal das estruturas se torna visível; estruturas são sustentáculos e obstáculos. Nas palavras de Braudel:

Para nós, historiadores, uma estrutura é, sem dúvida, articulação, arquitetura, porém mais ainda, uma realidade que o tempo utiliza mal e veicula mui longamente. Certas estruturas, por viverem muito tempo, tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações: atravessam a História, incomodam-na, portanto, comandando o escoamento. Outras estão mais prontas a se esfarelar. Mas todas são, ao mesmo tempo, sustentáculos e obstáculos. Obstáculos, assinalam-se como limites (envolventes, no

---

<sup>114</sup> BRAUDEL, 1992, p. 14.

<sup>115</sup> “Assim são os acontecimentos, para além desse clarão, a obscuridade permanece vitoriosa” (BRAUDEL, 1992, p. 23).

<sup>116</sup> BRAUDEL, 1992, p. 26.

sentido matemático) dos quais o homem e suas experiências não lhe podem libertar-se<sup>117</sup>.

Sim, Braudel salienta a importância da longa duração na iluminação de forças sociais e estruturais que impeliriam e limitariam determinado sujeito histórico. Mas o espanto que a negligência constante da longa duração, e suas forças estruturais, causa em Braudel o leva a uma certa reserva; uma preocupação com uma inversão radical das coisas. Braudel se preocupa com a possibilidade de que a perspectiva social e seu tempo da longa duração eliminem, ou ofusquem além do necessário, o indivíduo e, por consequência, a perspectiva humanizada. Essa inversão radicalizada seria tão maléfica quanto a negligência da longa duração. Em suas palavras:

O perigo de uma História social, todos nós o percebemos: esquecer, na contemplação dos movimentos profundos, da vida dos homens, cada homem às voltas com sua própria vida, seu próprio destino; esquecer, negar talvez, o que cada indivíduo sempre tem de insubstituível. Pois contestar o papel considerável que se quis dar a alguns homens abusivos na gênese da História, não é, certamente, negar a grandeza do indivíduo, enquanto indivíduo, nem o interesse de um homem de se debruçar sobre o destino de outro homem<sup>118</sup>.

Então, é na longa duração que forças normalmente imperceptíveis se manifestariam, forças de estrutura. A longa duração, além de denunciar a ilusão do tempo do indivíduo, exhibe possíveis paradoxos inscritos nas estruturas; as estruturas poderiam, ao mesmo tempo, limitar e imprimir movimento a determinado sujeito ou momento histórico. Avisados da existência e relevância das forças sociais que atuam na longa duração, passaremos a investigação das forças cíclicas do tempo conjuntural.

### 2.2.3 Conjuntura

Em seguida a longa, temos a escala dos tempos intermediários, onde fenômenos com tendência a ciclicidade preferem se manifestar: a escala da conjuntura ou conjuntural. Na conjuntura se percebe o respirar da História, suas expansões e contrações<sup>119</sup>. Salientando

---

<sup>117</sup> BRAUDEL, 1992, p. 49.

<sup>118</sup> BRAUDEL, 1992, p. 35.

<sup>119</sup> BRAUDEL, 1992, p. 48.

o potencial de análise do tempo conjuntural, em termos econômicos ou sociais<sup>120</sup>, nos diz Braudel:

Aparece uma nova forma de narrativa histórica, digamos o “recitativo” da conjuntura, do ciclo, até mesmo do interciclo, que propõe à nossa escolha uma dezena de anos, um quarto de século e, no limite extremo, o meio século do ciclo clássico de Kondratieff. Por exemplo, sem levar em conta acidentes breves e de superfície, os preços sobem, na Europa, de 1791 a 1817; baixam de 1817 a 1852; esse duplo e lento movimento de elevação e de recuo representa na época um interciclo completo na Europa e, mais ou menos, do mundo inteiro [...]. O historiador dispõe seguramente de um tempo novo, elevado à altura de uma explicação onde a História pode tentar inscrever-se, dividindo de acordo com referências inéditas, segundo essas curvas e a sua própria respiração<sup>121</sup>.

Braudel manifesta um certo espanto com a direção que as análises derivadas do tempo conjuntural imprimiram. Sua expectativa era que a conjuntura levasse, naturalmente, ao maior interesse pela longa duração. Para sua surpresa, isso não se deu. Alguma força atrativa promoveu, como regra, a costura da conjuntura com a História tradicional, mais curta em sua duração<sup>122</sup>. A longa duração parece insistir em se esconder ou, ainda, ser escondida.

Trataremos agora da perspectiva de José Luís Fiori sobre a conjuntura, que amplia as considerações braudelianas e que enriquecerá nossas reflexões sobre essa fração do tempo, que será a central da pesquisa.

Fiori, em um artigo de 1984 intitulado “Por uma Economia Política do Tempo Conjuntural” desenvolveu uma perspectiva muito particular de conjuntura. Essa perspectiva interessa e constituirá a orientação central da coleta de evidências e redação da pesquisa. Ao mesmo tempo em que se distingue, a perspectiva de Fiori é complementar ao pensamento braudeliiano, pois estende a análise conjuntural para a política.

Fiori abre suas reflexões sobre o tempo conjuntural denunciando o domínio do senso comum sobre a ideia de conjuntura e as prováveis confusões que daí podem decorrer. Credita à economia o rigor metodológico que o termo – e a sua derivada imediata, a expressão

---

<sup>120</sup> BRAUDEL, 1992, p. 48.

<sup>121</sup> BRAUDEL, 1992, p. 48.

<sup>122</sup> BRAUDEL, 1992, p. 48.

“análise conjuntural” - começa a adquirir<sup>123</sup>. Aponta, ainda, as dificuldades do desenvolvimento metodológico da análise conjuntural para as forças políticas<sup>124</sup>.

Como vimos, Braudel, historiador de formação, tem a preocupação de compor as forças estruturais, cíclicas e imediatas, visíveis respectivamente nos tempos da longa duração, conjuntural, e da crônica ou curta duração, em um dado momento histórico. Notemos que o interesse de Braudel está nas temporalidades históricas, portanto pertencente ao passado, sejam elas sociais, conjunturais e individuais. Fiori, combinando os termos “análise” e “conjuntura”, amplia as possibilidades epistemológicas e metodológicas da expressão para incluir o presente e uma fração imediata do tempo futuro. O que Fiori opera, em complemento a perspectiva Braudelianiana, é um duplo movimento: expansão da conjuntura para o campo da política; e o interesse da conjuntura, aí composta com a análise, nos tempos presente e ainda a se desdobrar, no futuro imediato. Sua preocupação final diz respeito ao entendimento das forças políticas em atuação, entendimento esse que poderia reduzir a imprevisibilidade do futuro aproximado, questão angustiante da existência humana. Em suas palavras:

Mais do que nunca, é no estudo do tempo presente que os valores envolvem e prejudicam a isenção necessária a qualquer esforço científico, dificultando a visibilidade dos verdadeiros atores, motivos e circunstâncias que podem explicar o presente aumentando a previsibilidade do futuro. Mas, por isso mesmo, é pouco o que se avançou, em política, na sistematização e no cumprimento eficaz do objetivo central de qualquer análise conjuntural, qual seja, a diminuição da imprevisibilidade com vistas ao aumento do controle do comportamento humano<sup>125</sup>.

E o interesse do autor sobre o futuro aproximado leva suas reflexões a considerar a fluidez entre o passado, o presente e o futuro aproximado: “atores e analistas movem-se num tempo presente que é condensação do passado vivido e conhecido e de um futuro que, sendo desconhecido, desejam prever. Na conjuntura, ambos experienciam o tempo como fluxo, e a estrutura como construção”<sup>126</sup>.

Fiori sustenta que existe uma pretensão humana de enquadramento dos possíveis, dos futuros próximos, por meio de crenças demasiadamente apoiadas em

---

<sup>123</sup> FIORI, 1984, p. 1.

<sup>124</sup> FIORI, 1984, p. 2.

<sup>125</sup> FIORI, 1984, p. 2.

<sup>126</sup> FIORI, 1984, p. 3.

expectativas oriundas de séries históricas e expectativas racionais<sup>127</sup>. A mesma economia que desenvolveu com rigor a ideia de conjuntura pode limitar os avanços analíticos do futuro aproximado. Isso porque entre o presente e o futuro aproximado existe uma relação, mas não uma relação necessária e racionalmente determinada<sup>128</sup>. A crença demasiada na relação necessária e racionalmente determinada limita o que a análise conjuntural pode oferecer. Uma análise conjuntural demasiadamente tributária das expectativas racionais ofereceria muito pouco sobre o futuro aproximado, uma vez que este seria predominantemente antecipável. Mas determinada realidade, melhor dizendo possibilidade de realidade, não é imune as expectativas. Expectativas podem, eventualmente, moldar não só a análise de determinada realidade a desenvolver-se, como a própria realidade. Então, a relação entre expectativas e realidades futuras, na análise conjuntural, é complexa<sup>129</sup> e parece constituir um campo pouco explorado da atividade de conhecer. As realidades futuras podem: ser determinadas pelas expectativas; ser influenciadas pelas expectativas; ou, ainda, não guardar qualquer relação com as expectativas. E as três possibilidades apontadas na frase anterior não são excludentes; podem se combinar em infinitas possibilidades.

Como a relação entre o presente e o futuro aproximado não é necessária nem racionalmente determinada, a análise conjuntural precisa abrir espaço para o imaginário<sup>130</sup>. Mas a combinação entre o imaginário e a produção de conhecimentos dentro do paradigma científico está longe de ser algo trivial<sup>131</sup> e de desfrutar de aceitação acadêmica.

Braudel anuncia a ideia de tempo conjuntural para a História, onde forças cíclicas de um passado consumado se manifestariam em periodicidades de até meio século. Também denuncia a facilidade com que as considerações conjunturais salientam a crônica ao mesmo tempo em que ocultam a estrutura. As reflexões de Fiori se dirigem menos a História e mais a análise política. Expandem a ideia de conjuntura braudeliana, fornecendo suporte abstrato para um olhar dirigido a conexão entre o passado recente, o presente e o futuro aproximado.

---

<sup>127</sup> FIORI, 1984, p. 3.

<sup>128</sup> FIORI, 1984, p. 3.

<sup>129</sup> Mais para frente, com apoio na obra de Copeland, aprofundaremos essa relação com foco no objeto de pesquisa.

<sup>130</sup> FIORI, 1984, p. 4. As implicações dessa ideia de Fiori são grandes para o universo acadêmico, onde a construção do conhecimento com frequência acredita prescindir da imaginação.

<sup>131</sup> Para maiores esclarecimentos, ver o capítulo 3, Progresso, ciência e modernidade, da obra *A presença dos mitos em nossas vidas*, de Mary Midgley (MIDGLEY, 2014).



Fiori também salienta a frequente ilusão da conexão necessária entre expectativas racionais e realidades, deixando aberta a análise conjuntural para forças mais afastadas, sejam elas cíclicas ou estruturais.

Como já anunciamos, a perspectiva de Fiori constituirá a orientação central da coleta de evidências e estruturação da pesquisa. Investigaremos determinada conjuntura recente e aparentemente encerrada pelo nosso objeto de pesquisa, a decisão de *pivot* para a Ásia. Tendo já investigado os tempos históricos da longa duração e conjuntural, passaremos ao tempo histórico da crônica ou curta duração.

#### 2.2.4 Curta duração

Finalmente, chegamos a menor escala de tempo histórico, associada a perspectiva individual: a História curta tradicional<sup>132</sup>, ou curta duração. O tempo confortável para o indivíduo, suas crônicas, tramas e limitações. Braudel não diz a mais irrelevante, mas a curta duração seria a mais enganosa e movediça das escalas<sup>133</sup>. E é no tempo da perspectiva individual, a curta duração, que as coisas concretas, os fatos históricos, se dão. “Na História tradicional, ou acontecimental, o que percebemos é só a agitação de superfície, que seduz a nossa atenção, nos cegando para o resto”<sup>134</sup>. Curta duração e *acontecimento* coexistem, mas não se confundem.

Braudel manifesta uma preocupação clara e repetida com a curta duração e seus penduricalhos. Em suas palavras:

E se se observa exclusivamente na esteira da atualidade, a atenção incidirá sobre o que se mexe depressa, brilha com razão ou sem razão, ou acaba de mudar, ou faz barulho, ou se revela sem esforço. Todo o fatural, tão fastidioso como o das ciências históricas, espreita o observador apressado, etnógrafo que encontra por três meses um povo polinésio, sociólogo industrial que entrega os clichês de sua última investigação, ou que pensa, com questionários hábeis, e as combinações dos cartões perfurados, cercar perfeitamente um mecanismo social. O social é uma caça muito mais artilosa<sup>135</sup>.

---

<sup>132</sup> BRAUDEL, 1992, p. 48.

<sup>133</sup> BRAUDEL, 1992, p. 52.

<sup>134</sup> BRAUDEL, 1992, p. 14.

<sup>135</sup> BRAUDEL, 1992, p. 57.

Percebemos em Braudel uma especial preocupação com a curta duração, com as suas distorções; “a História tradicional, atenta ao tempo breve, ao indivíduo, ao evento, habituou-nos há muito tempo a sua narrativa precipitada, dramática, de fôlego curto”<sup>136</sup>. Ele salienta o caráter duplamente enganoso da curta duração; evidencia o individual, ao mesmo tempo em que ofusca o conjuntural e social; e aparta o tempo curto - ou mesmo a combinação de tempo curto com o conjuntural - da longa duração<sup>137</sup>. Ofuscar e apartar são coisas distintas. É possível imaginar um ofuscar que não separe, ou seja, mantenha a ideia de continuidade, de conexão; e, ainda, um ofuscar que, explicitamente ou não, estabeleça uma segregação, uma ruptura.

Podemos dizer então que os fatos históricos se dariam no tempo curto; já os *acontecimentos*, com sua característica de fênix, poderiam se dar em tempos mais alongados. O tempo curto clamaria por uma dupla atenção: ao ofuscamento dos outros tempos, o conjuntural e a longa duração; e a ilusão de desconexão entre as escalas temporais. A História é narrada no tempo dos cronistas, com frequência desatentos às forças conjunturais e estruturais.

Apresentaremos a seguir uma síntese do interesse da pesquisa sobre o os tempos da História

### **2.2.5 Síntese dos tempos da História**

Apresentamos, nos parágrafos acima e com a profundidade necessária a orientação do nosso esforço de pesquisa, as perspectivas e escalas de tempo que derivamos das obras selecionadas de Braudel e Fiori. Investigaremos, nos próximos parágrafos, as possibilidades de combinação entre as escalas de tempo. Mas, antes de iniciarmos esse esforço, convém salientar que Braudel já antecipa essa possibilidade. Em que pese uma certa inclinação de Braudel pela força explicativa da longa duração, fica claro em seus escritos as possibilidades de combinação das escalas de tempo.

---

<sup>136</sup> BRAUDEL, 1992, p. 44.

<sup>137</sup> BRAUDEL, 1992, p. 59.

Para Braudel, a análise potencialmente mais rica é que combina e se torna sensível ao múltiplo temporal, e não a que segrega as escalas de tempo; “para mim, a História é a soma de todas as Histórias possíveis – uma coleção de misteres e de pontos de vista, de ontem, de hoje, de amanhã”<sup>138</sup>. “E a dificuldade não é conciliar, no plano dos princípios, a necessidade da História individual e da História social; a dificuldade é ser capaz de sentir uma e a outra ao mesmo tempo, e se apaixonando por uma, não desdenhar a outra”<sup>139</sup>. E é exatamente esse “sentir uma e a outra ao mesmo tempo” que observamos se materializar na *práxis* de Fiori.

E existiria, no esforço de considerar as diferentes escalas de tempos, uma dialética das durações. Nos diz Braudel:

Pois nada é mais importante, a nosso ver, no centro da realidade social, do que essa oposição viva, íntima, repetida indefinidamente entre o instante e o tempo lento a escoar-se. Que se trate do passado ou da atualidade, uma consciência clara dessa pluralidade do tempo social é indispensável a uma metodologia comum das ciências do homem”<sup>140</sup>.

Temos, da citação acima, duas ideias de interesse: a pluralidade das forças atuando no tempo social, que já tratamos antes, e a resultante dessas forças na dialética da duração.

Então, para Braudel, os tempos de nosso interesse - longa duração, conjuntural e curta duração – não seriam apartados nem excludentes. Diversas forças atuariam na longa duração; diversas longas durações existiriam e convergiriam para dado ponto. Diversas conjunturas dariam o ritmo de contração e expansão da História. Tudo convergindo para uma dada curta duração. As durações, e suas respectivas forças, se entrelaçariam, se comporiam. Novas forças descobertas, profundas ou não, seriam então adicionadas e entrelaçariam as já mapeadas, mantendo a História viva e afastada das pretensões do esgotamento e da permanência.

Vimos que, na longa duração, forças normalmente imperceptíveis, de estrutura, seriam detectáveis. A longa duração denuncia a ilusão imediatista da curta duração, do presente e do passado aproximado, e exhibe os paradoxos das estruturas. Já no tempo

---

<sup>138</sup> BRAUDEL, 1992, p. 53.

<sup>139</sup> BRAUDEL, 1992, p. 35.

<sup>140</sup> BRAUDEL, 1992, p. 35.

conjuntural, espremido entre a longa e curta duração, as forças cíclicas entram em evidência; aqui, a História respira. O tempo curto, tempo predominante dos fatos históricos, da crônica, demanda uma dupla atenção: ao ofuscamento dos outros tempos; e a ilusão de desconexão entre as escalas temporais. O que se dá no tempo curto não é necessariamente desprezível, mas também não é necessariamente relevante.

Antes de operarmos a pretendida combinação dos tempos braudelianos, nos sentimos impelidos a tentar, usando uma figura de linguagem, um exemplo que, pensamos nós, poderia tornar a perspectiva temporais de Braudel e Fiori mais palpáveis. Também achamos que o exemplo pode dar uma ideia inicial da *práxis* de Fiori. Julgamos esse esforço necessário porque não nos parece óbvio nem fácil aceitar o que sustentam os pensadores. Mas, uma vez entendida as suas perspectivas, é difícil não as perceber em quase tudo.

Imaginemos um galeão espanhol do século XVII, retornando carregado de prata do litoral caribenho rumo à península europeia. Por cinco dias e cinco noites as condições meteorológicas se deterioram. Uma tempestade cai sobre o navio e as agitações na superfície são intensas. Sabe-se que a fase da lua impõe as marés de sizígia<sup>141</sup> na região. Não se vê o céu, logo, não se sabe onde estão. Não sabendo onde estão, grande é a chance de estarem rumando para um lugar distinto do que se deseja. Carregado de prata, o galeão espanhol cala cinco metros<sup>142</sup>.

O experiente comandante tem a precisa noção de que o rumo que ele aponta o navio não é, necessariamente, o rumo que o navio se desloca geograficamente. Ele percebe a agitação das ondas na superfície, visível mesmo em condições meteorológicas degradadas, empurrando o navio da direção oeste para leste; uma situação favorável, dado o destino desejado. Mas nada pode saber sobre como as correntes marítimas em profundidades superiores a dois metros estão atuando. Ser humano que é, fica tranquilo com o que vê na superfície, pois, inconscientemente, se sente confortável avaliando o que é visível de sua posição, o que está ao alcance da sua percepção.

---

<sup>141</sup> Momentos da fase lunar onde as maiores variações de alturas de maré são registradas.

<sup>142</sup> Profundidade entre a linha da água e quilha, normalmente a maior profundidade observada para dado momento da embarcação.

No meio da sexta noite, o comandante é acordado com um imenso estrondo. O galeão está encalhado no ponto mais raso de uma saliência de recifes, há quatro metros da superfície. O buraco aberto no casco pode condenar o navio. O que teria acontecido?

As condições meteorológicas da manhã do sétimo dia são ótimas e o comandante consegue saber onde está encalhado. Está muitas milhas ao norte do que deveria estar, em uma região já mapeada de recifes. A agitação da superfície imprimiu tranquilidade, pois ela empurrava o navio em direção favorável. O comandante entende que uma corrente profunda e forte derivou o navio ao longo de cinco dias e noites para a região dos recifes. Mas não é só isso. Ainda existe a questão da maré.

O salvamento ou não do navio dependerá do comportamento da maré nas horas seguintes. Se a maré subir, o navio sairá lentamente do encalhe, dando tempo de tampar o buraco. Se a maré descer, mas não descer muito, o peso do navio se dividirá entre a região de impacto e a superfície em contato com o mar; existe a chance de o navio ser salvo. Agora, se a maré descer muito, todo o peso do navio estará na região de contato e o buraco se ampliará até dimensões que tornariam o reparo impossível.

Em breve a maré irá descer, e descer muito devido ao fenômeno de sizígia. Com o navio perdendo empuxo devido a redução da maré, seu peso exercerá uma crescente força sobre o ponto de encalhe, agravando ainda mais o grande buraco inicial. O navio, sua tripulação e toda a prata irão para o fundo.

A analogia acima foi uma tentativa de ilustrarmos a abstração e a composição dos tempos. O que se vê na superfície, no exemplo, é uma agitação enganosa, o tempo curto, onde se localiza a crônica e o fato histórico. A força que afastou muito o galeão da sua rota intencionada é a longa duração; forte, perene, submersa e, quando percebida, já definiu em muito a situação. E a oscilação periódica da maré, no caso em um período de descendência intensa, é a força conjuntural. Um passageiro desavisado da lógica dos tempos seria rápido em concluir que a tempestade, com suas forças aparentes, afundou o navio. Mas o galeão não afundou pelas forças aparentes da curta duração, pela agitação da superfície; ela, no máximo, criou condições de permissividade, quando reduziu a visibilidade. É a composição das forças de longa duração com uma conjuntura específica que condenou o navio.

Poderíamos imaginar infinitas composições dessas forças que atuaram no navio, como são infinitas as possibilidades de combinação dos tempos braudelianos.

Abandonada a digressão ilustrativa dos parágrafos acima, voltemos ao nosso esforço de síntese. Podemos especular sobre estruturas, construídas por forças sociais no tempo da longa duração, em fases distintas. Esquemáticamente, poderíamos ter estruturas em momentos de expansão, estabilidade e desmoronamento. E essas fases poderiam, ainda, estar em velocidades distintas. Vimos também que as estruturas são múltiplas no mesmo tempo.

A conjuntura permite observar as ciclicidades. Ciclicidades e repetições não se confundem. A ciclicidade seria, para os efeitos do nosso esforço de abstração, o encadeamento mais ou menos esperado das fases de um ciclo. As fases, e os períodos de cada fase, não possuiriam identidade necessária com as fases e períodos de ciclos anteriores. Já nas repetições, teríamos as características de fase e período com grandes similaridades as fases e períodos de ciclos anteriores; aqui, a identidade entre ciclos seria esperada.

Na curta duração, temos o que se move rápido e que não é nem estrutural nem conjuntural. Mas que é, em variadas medidas, condicionado pela estrutura e conjuntura. O fato histórico se dá na curta duração, mas a curta duração não se limita ao fato histórico e nem todo *acontecimento* se inscreve completamente em uma curta duração; a fênix acontecimental pode renascer dado fato histórico como *acontecimento* décadas, séculos ou milênios afastados da curta duração em que o fato histórico se deu.

Sabemos que a divisão braudeliiana do tempo é uma artificialidade, como quase todos os recursos dos quais o homem se vale para dar conta dos problemas complexos. Os tempos de qualquer realidade não possuem claras fronteiras. Os três tempos braudelianos se influenciam mutuamente, em um processo que produz, com frequência, singularidades temporais<sup>143</sup>. E dizer que todo momento é uma singularidade, produto dos tempos braudelianos, não é o mesmo que dizer que toda a singularidade possui relevância, pelo menos relevância histórica. Precisamos ficar atentos a essas sutilezas, para melhor orientação da pesquisa.

---

<sup>143</sup> “Cada atualidade reúne movimentos de origem, de ritmos diferentes: o tempo de hoje data, ao mesmo tempo, de ontem, de anteontem, de outrora” (BRAUDEL, 1992, p. 54).

O esquema dos tempos braudelianos e de Fiori não constitui uma teoria, no sentido epistemológico do termo, onde relações mais ou menos antecipáveis são apresentadas e esperadas. Por isso, o relacionamento prévio entre os tempos não pode ser estabelecido; cada relacionamento resulta, como dissemos no parágrafo anterior, em uma atualidade ou singularidade. A divisão dos tempos não se encontra inscrita na realidade; ela é um artifício. E seu maior poder seria investigativo e analítico. Permitiria um movimento de transitar nas escalas de tempo, ir e vir, subir e descer, ganhar e perder perspectiva, e assim enriqueceria continuamente o que se pode saber, ou se pensa poder saber, como se vê na *práxis* de Fiori. O passear de uma escala a outra não é um hábito fácil de ser adquirido, mas, como sugere Braudel e exerce Fiori, é potencialmente rico; “o tempo alongado permite um sair do tempo cíclico ou crônico para depois retornar a eles, agora de uma perspectiva mais rica, mais alongada, recheada de novas inquietudes e questões”<sup>144</sup>.

Costumamos pensar na História como produto do homem. Mas as reflexões de Braudel e Fiori nos sugerem algo diferente, mais sofisticado, mais sutil e menos aparente. Nas escalas de tempo da longuíssima, longa duração e conjuntura, podemos ver dado homem, cronologicamente localizado, e as suas ações como um produto da História; nas escalas de tempo da conjuntura e da crônica, a História seria o produto da ação dos homens. Incômodas são as derivadas disso.

Tendo percorrido brevemente alguns aspectos dos pensamentos de Braudel e Fiori com relação ao tempo e suas escalas, consideramos possível retornar as perguntas que orientaram a nossa investigação.

A primeira foi a seguinte: sendo o tempo cronológico continuado, faz sentido fracioná-lo artificialmente? Sim, faz sentido. O fracionamento carrega enorme potencial investigativo e analítico. A segunda pergunta foi: se sim, que fracionamento seria de interesse? Para o interesse da pesquisa, vamos considerar a longa duração, a conjuntura e a curta duração, onde se dá o fato histórico. E, finalmente, a terceira pergunta foi: são esses fracionamentos combináveis? Sim, são. E o maior potencial investigativo e analítico deriva exatamente da combinação das durações.

---

<sup>144</sup> BRAUDEL, 1992, p. 19.

Investigamos brevemente a questão do *acontecimento* e das escalas do tempo. Entender como se opera o passear do *acontecimento* nos tempos da estrutura, da conjuntura e da crônica foi o que fizemos até aqui. Todo esse esforço foi para tornar claro o que opera Fiori com fluidez em sua *práxis*. Precisamos investigar agora que aspectos observáveis seriam evidentes quando estamos diante de um *acontecimento* que prenuncia uma transição conjuntural, com ou sem mudança estrutural.

### 2.3 Mudanças estruturais

Vimos nos subitens anteriores, e a partir das reflexões de Braudel, Dosse e Fiori, algumas considerações analíticas sobre a estrutura<sup>145</sup> e a conjuntura, com frequência negligenciadas em detrimento do tempo da crônica ou curta duração. Essa trajetória anterior, que combina o *acontecimento* com as diferentes temporalidades, nos permitiu uma compreensão mais clara da *práxis* de Fiori.

Neste subitem, iremos nos aprofundar na perspectiva de Robert Gilpin expressas em sua obra *War and Change in World Politics*<sup>146</sup>, para compreensão dos momentos de crise ou rupturas estruturais<sup>147</sup> de dado SI<sup>148</sup>. Salientamos que Gilpin produz a sua obra nos anos 1970, época de séria crise hegemônica, com efervescências conjunturais, mudanças estruturais e forte crença no declínio hegemônico dos EUA. Essa influência ambiental na obra de Gilpin torna convidativo o nosso retorno aos seus escritos passados quase meio século.

---

<sup>145</sup> Para os efeitos da argumentação desta pesquisa, consideraremos a equivalência de significado entre os termos estrutura e sistema. Imaginamos que em pesquisas específicas sobre estruturas a distinção possa ter considerável potencial heurístico. Para Gilpin, a estrutura exerce forte influência no comportamento das unidades e atores de dado SI, embora essa mesma estrutura não seja imutável e nem totalizante (GILPIN, 1981, p. 86). Mas empregaremos o termo “sistêmico” para indicar fenômenos que tenham afetações na crônica, conjuntura e estrutura.

<sup>146</sup> Empregaremos a primeira edição na língua inglesa, datada de 1981.

<sup>147</sup> Gilpin abre a sua obra com uma citação de Keynes de alta aderência as preocupações braudelianas sobre estrutura, que investigamos acima. Nos diz Gilpin: “The great events are often due to secular changes in the growth of population and other fundamental economic causes, which, escaping by their gradual character the notice of contemporary observers, are attributed to the follies of statesmen or fanaticism of atheists (John Maynard Keynes, *The economic Consequence of the Peace*)”.

<sup>148</sup> Adotaremos a perspectiva do paradigma realista de centralidade do Estado-nação no SI moderno, embora, assim como Gilpin, reconheçamos a existência e relevância de outros atores (GILPIN, 1981, p. 18). Em adição, concordamos com Gilpin que as unidades de dado SI buscarão maximizar seu poder e interesses, mas esses esforços, quando compostos com os esforços das outras unidades, tornam as realidades deveras complexas, escapando ao controle dos atores (GILPI, 1981, p. 25) e reduzindo, em muito, o potencial de predição da análise racional.



Além disso, de lá para cá pouco foi produzido sobre crises de hegemonia pela simples razão de que a hegemonia não entrou em crise no período.

Assim como Dosse, Braudel e Fiori, Gilpin não apresenta uma teoria no sentido estrito do termo na obra que selecionamos. O que pretende é fornecer instrumentos abstratos que enriqueçam o potencial de análise<sup>149</sup>, principalmente para momentos de tensões e rupturas estruturais. Essa distinção nos parece fundamental para a orientação do esforço empreendido neste capítulo. Estamos envolvidos aqui na seleção e composição de ferramentas analíticas que melhor permitam dar conta de uma complexa realidade da continuidade passado recente, presente e futuro. Embora o nosso esforço nestas linhas esteja em um plano abstrato, ele não é o de construção teórica e sim de explicitação e potencialização de recursos analíticos.

Buscaremos no pensamento de Gilpin, e posteriormente de Copeland, três elementos: conceitos e entendimentos; identificação de macro indicadores subjetivos, ou aspectos observáveis de interesse; e as prováveis relações eles. Gilpin e Copeland nos indicarão o que olhar e o como olhar. Os aspectos observáveis de interesse, ou somente aspectos observáveis, nos permitirão buscar evidências dentro da conjuntura abarcada pela pesquisa. Orientados pelos aspectos observáveis, buscaremos as evidências. De posse das evidências e de suas prováveis relações, tentaremos um encaixe mais amplo dessas mesmas evidências dentro da *práxis* de Fiori.

Assim, tentaremos responder as seguintes perguntas: as crises ou rupturas estruturais são precedidas de indícios teoricamente consistentes<sup>150</sup>? se são, que indícios seriam esses? e quando as mudanças estruturais inclinariam o SI para guerras generalizadas ou hegemônicas<sup>151</sup>?

Sobre as três perguntas colocadas no parágrafo anterior, buscaremos as respostas para as duas primeiras de forma conjunta e, posteriormente, buscaremos resposta para a terceira. Para responder as perguntas apresentadas, investigaremos: desequilíbrio sistêmico;

---

<sup>149</sup> Salienta que as mudanças estruturais possuem alto grau de singularidade, o que tornaria inútil qualquer esforço de teorização ou sistematização (GILPIN, 1981, p. 2 e 3).

<sup>150</sup> GILPIN, 1981, p. 2.

<sup>151</sup> Gilpin também se faz essa pergunta. Faz ainda uma distinção entre guerras generalizadas ou hegemônicas, onde uma ameaça de significativa alteração estrutural do SI está presente, e as guerras triviais, ou entre atores isolados (GILPIN, 1981, p. 2 e 199).

tipologia das crises; *governança*; *estrutura dominante*, transições e crises; declínio e as *guerras hegemônicas*.

Vejamos a questão do desequilíbrio sistêmico.

### 2.3.1 Desequilíbrio sistêmico

Pretendemos, no presente subitem, debater e selecionar aspectos observáveis que nos permitam concluir sobre a existência ou não de desequilíbrio sistêmico. Esses mesmos indicadores permitirão a avaliação, igualmente subjetiva, sobre o grau de desequilíbrio e a sua tendência de transição na conjuntura de interesse. Como veremos, os aspectos observáveis que restarão do presente subitem são: as significativas variações nos aspectos político, econômico e tecnológico, com as suas consequências no *diferencial de poder*; desproporção e limites do *esforço de arrasto* das partes e a psicose hegemônica; os *comportamentos típicos* das unidades hegemônica e em ascensão, isso em relação ao *diferencial de poder e estrutura sistêmica*; prevalência e significado das guerras do período; e indicadores de *resiliência sistêmica*.

No prefácio da obra<sup>152</sup>, Gilpin salienta alguns aspectos que consideramos de grande valor para nossa pesquisa. Aponta a preponderância de forças sociais<sup>153</sup> sobre as forças racionais<sup>154</sup> nas estruturas<sup>155</sup> que ordenam dado SI. Mas forças sociais e racionais não são excludentes e as forças sociais não guardariam relação necessária com a pretensa racionalidade individual, o que abre espaço para comportamentos inesperados na estrutura<sup>156</sup>. Gilpin sugere que maior capacidade de compreensão de dada realidade estrutural, principalmente em seus momentos de transição, se potencializa com considerações que combinem as forças sociais e racionais<sup>157</sup>. Aponta, ainda, um desafio

---

<sup>152</sup> Empregaremos a primeira edição, de 1981, do livro *War and Change in World Politics*.

<sup>153</sup> Onde a composição do todo se autonomiza do comportamento isolado das partes.

<sup>154</sup> Baseadas na lógica individual, utilitarista (busca a maximização de benefícios, considerando riscos e malefícios) e muito associadas a visão economicista.

<sup>155</sup> Gilpin aponta três tipos de estrutura historicamente observadas. São elas: imperial, a mais frequente; bipolar, a mais instável e de curta duração; e a de equilíbrio de poder (GILPIN, 1981, p. 28).

<sup>156</sup> GILPIN, 1981, p. ix e x. Fiori, em uma de suas teses fundamentais sobre a hegemonia dos EUA, denuncia o “impulso desestabilizador da hiperpotência”, que faz com que “as principais crises do sistema sejam provocadas pelo próprio poder que deveria ser o seu grande pacificador e estabilizador” (FIORI, 2004, p. 15).

<sup>157</sup> GILPIN, 1981, p. xiii.

epistemológico frequente e com derivadas metodológicas, qual seja a escolha entre “explicar eventos menores com exatidão ou tratar de questões significativas com alguma imprecisão”<sup>158</sup>. Como já anunciamos na introdução do capítulo, optamos, assim como Gilpin, por uma abordagem mais ampla e apoiada em macros indicadores subjetivos, aceitando o comprometimento da precisão.

Gilpin se apoia em cinco pressupostos<sup>159</sup> sobre o comportamento das unidades do SI no que diz respeito a estabilidade ou desequilíbrio sistêmico. São eles: o SI é estável quando nenhuma unidade, com condições de interferência estrutural<sup>160</sup>, acredita ser lucrativa a mudança; dada unidade tentará mudanças quando, além de ser capaz, acreditar que os benefícios superam os riscos<sup>161</sup> e custos; o impulso de mudança dura enquanto os benefícios superarem os riscos e custos, tendendo, em seguida, o SI para a estabilidade; com o passar do tempo, se impõe a tendência de que os custos de manutenção do SI superem os recursos disponíveis para esta mesma manutenção; e “se o desequilíbrio<sup>162</sup> no SI não for resolvido, o sistema mudará e um novo equilíbrio que reflita a atual distribuição de poder<sup>163</sup> será estabelecido”<sup>164</sup>.

Para efeitos analíticos e generalizantes, Gilpin argumenta que mesmo um SI estável fica sujeito a ajustes, no mais das vezes de forma gradual e marginal, em uma espécie de equilíbrio dinâmico. E que ajustes ou rupturas sistêmicas não partem necessariamente de uma unidade em ascensão; podem partir da potência hegemônica do momento<sup>165</sup>.

---

<sup>158</sup> GILPIN, 1981, p. xiii e tradução nossa. No original: “[...] whether to explain trivial matters with exactitude or to treat significant matters with imprecision”.

<sup>159</sup> GILPIN, 1981, p. 10 e 11.

<sup>160</sup> Gilpin sustenta que dado SI possui muitos atores e unidades, mas poucos com capacidade de interferência sistêmica ou estrutural (GILPIN, 1981, p. 88).

<sup>161</sup> Gilpin não aponta, nesta fase da obra, a variável risco, talvez por considerar o risco uma variável embutida nos custos. Mas achamos oportuno torná-la explícita nas nossas considerações.

<sup>162</sup> Apresentaremos a conceituação de Gilpin para desequilíbrio nos parágrafos seguintes. Para maiores esclarecimentos, ver GILPIN, 1981, p. 14.

<sup>163</sup> Gilpin aponta o enorme debate que existe em torno do significado do termo. Decide empregar uma redução que considera a composição de capacidades militares, econômicas e tecnológicas de dada unidade (GILPIN, 1981, p. 13), redução esta que também adotaremos nesta pesquisa.

<sup>164</sup> GILPIN, 1981, p. 11 e tradução nossa. No original: “If the disequilibrium in international system is not resolved, then the system will be changed, and a new equilibrium reflecting the redistribution of power will be established”.

<sup>165</sup> GILPIN, 1981, p. 11 e 13. Gilpin menciona que desajustes políticos internos as unidades, principalmente ao *hegemon*, podem causar perturbações sistêmicas. Entretanto, são as alterações de poder entre as unidades que promovem ajustes, crises e rupturas a nível sistêmico.

Quando ajustes não resolvem o problema, a História sugere que a guerra se impõe. E a guerra que se impõe é de um tipo particular, a *guerra hegemônica*<sup>166</sup>, de interesse central para a pesquisa. Para os efeitos desta pesquisa, faremos uma distinção entre os conceitos de *guerras hegemônicas*, *guerras da hegemonia* e de *guerras triviais*. O primeiro se refere as guerras com claras rupturas estruturais. O segundo, inspirado em um artigo de Fiori<sup>167</sup>, quando o *hegemon* exerce a sua prerrogativa de imposição pelo uso da violência, mas sem consequências estruturais imediatas ou aparentes, podendo implicar ou não em consequências afastadas; importante salientar que, dessa perspectiva de Fiori, os resultados dessas guerras teriam relevância menor do que o ato em si de escolher exercer o direito a força. Aliás, o corolário mais incômodo da tese de Fiori é de que pode haver expansão mesmo nas derrotas. E o terceiro tipo de guerra, as *triviais*, envolveriam atores não hegemônicos, do centro ou da periferia do sistema, e sem consequências estruturais significativas. Mais à frente, e ainda no presente capítulo, iremos apresentar as características que são, para Gilpin, definidoras de uma *guerra hegemônica*. Por enquanto, julgamos oportuno salientar que: nem toda a disputa hegemônica compromete significativamente o equilíbrio estrutural; nem todo desequilíbrio leva a uma *guerra hegemônica*, no sentido de enfrentamento de fato de forças militares organizadas; e que nem toda *guerra hegemônica* decorre de ação direta da unidade beneficiária final<sup>168</sup>. Uma disputa hegemônica pode ser superada por mecanismos de ajustes, como apontamos anteriormente. Pode ainda ser resolvida pelo colapso endógeno<sup>169</sup> de uma das partes.

Gilpin assim define *desequilíbrio de poder*:

Desequilíbrio é uma situação em que variações de forças econômicas, políticas e tecnológicas aumentam consideravelmente os benefícios potenciais ou reduzem os potenciais custos de um ou mais Estados buscarem mudanças no SI<sup>170</sup>.

---

<sup>166</sup> GILPIN, 1981, p. 15.

<sup>167</sup> FIORI, 2021.

<sup>168</sup> GILPIN, 1981, p. 198. Podemos citar como exemplo o caso dos EUA, que foram os beneficiários finais das grandes guerras da primeira metade do século XX, de origem no então núcleo do SI, a Europa Ocidental.

<sup>169</sup> A título de exemplo, podemos citar a obra do jornalista e historiador Michael Dobbs, *A queda do Império Soviético*, que lança luz sobre as dinâmicas endógenas responsáveis pelo surpreendente colapso soviético. De sua perspectiva, em larga medida o colapso independeu da disputa com o hegemon da ocasião (DOBBS, 1998, xv e xvi).

<sup>170</sup> GILPIN, 1981, p. 14. Tradução nossa e no original: “Disequilibrium is a situation in which economic, political and technological developments have increased considerably the potential benefits or decreased the potential cost to one or more states of seeking to change the international system”.

Da conceituação acima, ressaltamos um aspecto e inferimos outro. Ressaltamos a importância de observarmos o comportamento das três variáveis significativas para o *desequilíbrio de poder*, quais sejam: econômica, política e tecnológica<sup>171</sup>. E inferimos, como já antecipado, que potenciais questionadores do *status quo* não são, necessariamente, potências em ascensão, seja no núcleo ou na periferia de dado SI. Aqui fica claro que as dualidades *hegemon*-periferia e conservação-contestação não admitem uma única e perene combinação. A depender do momento, a formação de distintas combinações seria possível como, por exemplo, *hegemon*-contestador.

As três variáveis – econômica, política e tecnológica -, de acordo com o modelo analítico de Gilpin, são indicadores fundamentais na detecção de forças potencializadoras de desequilíbrio estruturais, mas não são garantias nem de crises sistêmicas nem de rupturas do SI. Ajustes marginais e cumulativos, como já tratamos, podem garantir um reequilíbrio, o que definiria o grau de *resiliência sistêmica*. Pode acontecer também que o desequilíbrio em uma delas seja compensado por alguma forma de combinação de alterações nas outras duas. As três variáveis seriam condições necessárias, mas não suficientes de ajustes ou crises sistêmicas; e as crises sistêmicas seriam condições necessárias, mas não suficientes de *guerras hegemônicas*. Assim, a História sugere que as rupturas sistêmicas são precedidas por *guerras hegemônicas*. A História sugere, mas não determina.

A instabilidade sistêmica poderia decorrer de convulsões internas ao *hegemon* ou de modificações nas relações de poder entre as unidades, sendo as últimas as de interesse da pesquisa. As modificações nas relações de poder implicariam em um movimento de ascensão de uma ou mais unidades, o que poderia modificar dado SI, com ou sem desestabilização. Unidades em ascensão poderiam assumir distintas atitudes<sup>172</sup>. Em termos analíticos, teríamos diferentes atitudes das unidades ascendentes com relação a *estrutura sistêmica* e ao *diferencial de poder*, que trataremos, respectivamente, nos dois parágrafos que se seguem.

Com relação a *estrutura sistêmica*, podemos dividir as atitudes das unidades em: *submissas*, quando, ao mesmo tempo em que modificam o *diferencial de poder*, reforçam a

---

<sup>171</sup> Forças que, segundo o autor, escapam com frequência ao controle das unidades (GILPIN, 1981, p. 28).

<sup>172</sup> Não pretendemos aqui atribuir qualquer valor moral aos termos *submissa*, *progressistas*, *revisionista* ou *conservadora* e suas variantes. Posturas *submissa*, *progressistas*, *revisionista* ou *conservadora* podem trazer consequências boas ou más, dependendo da perspectiva e da temporalidade de sua maturação.

estrutura; *progressistas*, quando impõe lentos e acordados ajustes; *revisionistas*, quando atacam com vigor o ordenamento; e *conservadoras*, quando, na medida em que alteram o *diferencial de poder*, reforçam a ordem estabelecida pelo *hegemon* do momento.

Parafraseado a ideia do parágrafo anterior, com o foco agora no *diferencial de poder*, teríamos: *submissas*, quando limitam seu *diferencial de poder* a percepção de ameaça que *hegemon* tem; *progressistas*, quando reduzem gradualmente o *diferencial de poder*; *revisionistas*, quando pretendem alterar aceleradamente o *diferencial de poder*; e *conservadoras*, quando buscam sempre a manutenção do *diferencial de poder*. Oportuno aqui salientarmos que o *diferencial de poder* é um indicador relacional, auxiliando a comparação de duas unidades entre si, tendo sim implicações sistêmicas, mas não sendo um indicador sistêmico direto. Por certo que as atitudes, sejam com relação a *estrutura sistêmica* ou ao *diferencial de poder*, não seriam nem permanentes nem excludentes, o que quer dizer que dada unidade poderia combinar e ou fasear as diferentes atitudes a depender dos temas, dos opositores e das oportunidades.

Dos parágrafos anteriores, pode restar a ideia de que a dinâmica de desestabilização é necessariamente iniciada por unidades *revisionistas*, no que diz respeito ao *diferencial de poder*. Mas, como já apontamos anteriormente com base em uma das teses de Fiori, a dinâmica de desestabilização não é exclusividade do *revisionismo*. A *conservação* do *diferencial de poder* poderia promover, contraditoriamente, a desestabilização<sup>173</sup> sistêmica; para manter o que mais lhe interessa, impõe as mudanças que avaliar necessárias. Aqui julgamos oportuno um esclarecimento sobre a ambiguidade do termo *conservação*, que muito interessa a nossa pesquisa. A *conservação* poderia se referir a *estrutura sistêmica* ou ao *diferencial de poder* da unidade hegemônica; as duas ideias se aproximam e influenciam, mas não se equivalem plenamente.

Ilustrando o debate dos parágrafos anteriores, poderíamos ter dada unidade hegemônica consciente da sua incapacidade de interferir na redução do *diferencial de poder*, mas em franco esforço de *conservação* sistêmica; a Inglaterra da segunda metade do século XX com relação aos EUA. Poderíamos ter dada unidade hegemônica assumindo que a *conservação* do seu *diferencial de poder* só poderia ser mantida com transformações na

---

<sup>173</sup> GILPIN, 1981, p. 148.

*estrutura sistêmica*; mudanças na economia mundial nas décadas de 1970 e 80, operadas pelos EUA<sup>174</sup> sugerem essa dinâmica. Doravante, teremos que qualificar os termos *progressista*, *revisonista* e *conservador*, no que se refere ao *diferencial de poder* ou a *estrutura sistêmica*. No segundo exemplo deste parágrafo, teríamos os EUA como *conservador* no aspecto *diferencial de poder* e *revisonista* da *estrutura sistêmica*, que era produto do seu exercício hegemônico.

Salvo os casos de implosão do *hegemon*, as modificações de *diferencial de poder* ou a *estrutura sistêmica* se dão por expansões de determinadas unidades. Gilpin divide analiticamente as expansões em territoriais e econômicas, sendo as primeiras prevaletentes no ordenamento imperial pré-moderno e as segundas prevaletentes no ordenamento moderno, de base no Estado-Nação<sup>175</sup>. Uma vez em movimento, as unidades em expansão gerariam, a partir de dado ponto, resistências. E as resistências poderiam ser isoladas ou coletivas, a depender dos interesses afetados e da capacidade e do empenho em agregar outras unidades em seu bloco, que conceituaremos como *esforço de arrasto*. A dialética entre as forças *progressistas/revisonistas* e de *conservação* podem: gerar uma estabilidade dinâmica; promover ajustes marginais<sup>176</sup>; e gerar uma crise hegemônica, que se estabilizaria com o tempo ou levaria a uma ruptura nos casos mais raros.

Isso porque, no campo abstrato, a situação de hegemonia implica na capacidade de resistir não só a contestação de dada unidade *revisonista*, mas na capacidade de resistir a unidade *revisonista* majorada por quem ela conseguir arrastar em sua causa, o que constituem duas coisas bem diferentes. Uma variação incremental de recursos em dada unidade potencialmente *revisonista* da estrutura, combinada com variações incrementais em outras unidades susceptíveis de *arrasto*, implicariam em enormes custos individuais ao *hegemon* somente para ficar à altura de equilibrar a tendência. E esse argumento encontra amparo em uma das teses fundamentais do pensamento de Fiori: o *hegemon* não pode parar de se expandir, portanto, o sistema moderno também não<sup>177</sup>. Dessa perspectiva de Fiori, a

---

<sup>174</sup> FIORI, 2004, p. 93.

<sup>175</sup> GILPIN, 1981, p. 146.

<sup>176</sup> GILPIN, 1981, p. 147. Gilpin sustenta que o sistema europeu de equilíbrio de poder resultou da dialética de forças de contestação e conservação, que hora produzia equilíbrio dinâmico, hora produzia ajustes marginais e hora trocava o *hegemon*, mas sem implodir o ordenamento sistêmico moderno, impedindo assim o surgimento de um império europeu.

<sup>177</sup> FIORI, 2004, p. 56.

*resiliência sistêmica* que tratamos anteriormente só faria sentido em frações conjunturais da modernidade, uma vez que a expansão, com a conseqüente transformação, é uma característica estrutural, sistêmica, endógena e imutável.

Esse quadro de custos crescentes para o *hegemon* se agravaria no caso de a unidade *revisionista* da estrutura aumentar, também, a sua capacidade e *esforço de arrasto*, na medida em que aumenta o seu poder de contestação. Por certo que o *hegemon* também conta com o recurso do *arrasto*, mas pode, por exemplo, já operar em seu limite, fazer mal uso da capacidade ou ainda estar em uma crise centrífuga com seus aliados. Do considerado anteriormente, fica claro como alterações marginais de recursos e poder em unidades potencialmente contestadoras podem implicar em custos assimetricamente desfavoráveis ao *hegemon*, apenas para manter um favorável *diferencial de poder*. E alterações incrementais de poder, contestação e *arrasto* podem sim se reforçar de forma ameaçadora na percepção de dado *hegemon*, levando o mesmo a desestabilizar a estrutura por ele criada ou reforçada e que, até então, o fez o maior fiador e beneficiário. Ainda precisaríamos considerar a não desprezível possibilidade do *hegemon* perceber a intensidade da ameaça revisionista para a além de realidade concreta, em uma espécie de psicose hegemônica.

Assim, mudanças políticas, econômicas e tecnológicas alterariam o *diferencial de poder*, gerando tensões na estrutura, o que poderia provocar ou não um *desequilíbrio sistêmico*, a depender não só do diferencial como do *esforço de arrasto*. As unidades, seja o *hegemon* ou dada unidade em ascensão, exibem comportamentos tipificáveis em relação *diferencial de poder* e ao *desequilíbrio sistêmico*, que podem ser: *submissas*, *progressistas*, *revisionistas* e *conservadoras*. O recurso da guerra é usual, mas nem todas as guerras são sistêmicas ou possuem implicações sistêmicas. Dado SI pode ter *guerras triviais*, de *hegemonia* e *hegemônicas*, sendo as últimas as com conseqüências sérias na estrutura do SI.

Para analisarmos a Conjuntura de nosso interesse, iremos observar: significativas variações nos aspectos político, econômico e tecnológico, com as suas conseqüências no *diferencial de poder*; o *esforço de arrasto* das partes; os comportamentos típicos das unidades hegemônica e em ascensão; prevalência e significado das guerras do período (*triviais* e *da hegemonia*); os indicadores de *resiliência sistêmica*; e sinais de psicose hegemônica.



Debatemos e selecionamos aspectos observáveis de interesse para a avaliação de *desequilíbrio sistêmico*. A seguir investigaremos, também como esforço de construção de recurso analítico, as consequências imediatas do desequilíbrio: as crises sistêmicas.

### 2.3.2 Tipologia das crises

No tópico anterior, tratamos de *desequilíbrios sistêmicos*. Consideramos de valor para a pesquisa algumas reflexões de interesse investigativo e analítico e inspiração tipológica weberiana sobre as consequências do desequilíbrio, as crises. No presente subitem, o esforço maior será de conceituação. Restará, da nossa investigação, uma tipologia das crises, que, acreditamos, melhorará a nossa compreensão das consequências de alguns desequilíbrios sistêmicos. Como veremos, as crises podem ser tipificadas em *sistêmicas*, *conjunturais* e *imediatas*.

Podemos, especulativamente falando, ter em dado SI *crises sistêmicas*, *conjunturais* e *imediatas*, associadas, respectivamente, aos arranjos de forças estruturais, conjunturais e da crônica ou curta duração. Poderíamos, ainda para fins analíticos, dividir as *crises imediatas* em *acidentais* e *intencionais*, ambas associadas ao tempo da crônica e não necessariamente com caráter de mútua excludência; as primeiras, decorrentes de improváveis e aleatórios eventos e as segundas de articulações intencional de um ou mais ator ou unidade. As crises associadas a forças de uma temporalidade, ou mesmo as imediatas, não teriam, necessariamente, as suas consequências limitadas as respectivas temporalidades. Podemos perceber que essa dissociação entre tipos de crises e os limites de suas consequências incorpora alto grau de incerteza a compreensão de dado SI.

Poderíamos imaginar uma *crise imediata* e *acidental* que se dá em um ambiente de mudanças conjunturais, potencializando, por exemplo, forças de inversão de dada conjuntura ou, ainda, de aprofundamento da tendência manifesta. Essa inversão precipitada poderia encontrar uma estrutura em contestação, gerando consequências desfavoráveis nas possibilidades de ajustes graduais e cumulativos. Hipoteticamente falando, uma *crise*

*imediate* e *acidental* poderia precipitar uma *guerra hegemônica* e não há como não nos assustarmos com a possibilidade<sup>178</sup>.

Uma tipologia analítica, artificial em sua natureza, pode aumentar a nossa capacidade heurística para lidar com consequências prováveis de desequilíbrios sistêmicos. A tipologia que parece nos ajudar divide as crises em: *estruturais*, *conjunturais* e *imediatas*, sendo a última podendo admitir variantes *acidentais* e *intencionais*.

Até aqui, dentro da ideia geral de construirmos recursos analíticos para a compreensão das mudanças estruturais, investigamos o *desequilíbrio sistêmico* e os tipos de crise que dele poderiam derivar. Passaremos a seguir a tratar das questões de governança e estruturação de dado SI.

### 2.3.3 Governança e Modificações

Vimos, no subitem anterior, uma tipologia analítica das crises. Aqui, iremos nos debruçar sobre as questões de *governança* e *modificações* sistêmicas. Veremos que as unidades buscam o controle ou a *governança* do SI, por meio de manipulação na *distribuição de poder* entre unidades ou coalizões, na *hierarquia de prestígio* e nas *regras e direitos*<sup>179</sup>. Veremos também que a continuada e dinâmica relação entre as formas de governança produziria *modificações* sistêmicas tipificáveis. Acreditamos que as *modificações* tipificáveis, sujeitas aos esforços investigativo e analítico e a avaliações subjetivas, podem fornecer interessantes indicadores sistêmicos. Vejamos então a questão da *governança*, iniciando pela *distribuição de poder*.

A *distribuição de poder*<sup>180</sup> entre as unidades é uma medição multifatorial, com parâmetros objetivos e subjetivos<sup>181</sup>. Além disso, é um indicador amplo, ou seja, pretende

---

<sup>178</sup> Como já antecipamos, *guerras hegemônicas* possuem alto grau de singularidade, o que dificultaria qualquer esforço de antecipação de seu desenvolvimento. No mundo que se forma no pós-II Guerra Mundial, as *guerras hegemônicas* provavelmente aconteceriam com o emprego de artefatos nucleares, químicos e biológicos, o que torna a perspectiva uma crise acidental e imediata envolvendo grandes potências consideravelmente mais séria.

<sup>179</sup> GILPIN, 1981, p. 28.

<sup>180</sup> Fiori apresenta um interessante debate que conceitua poder e o relaciona com sua acumulação, a riqueza e as guerras (FIORI, 2004, p. 28).

<sup>181</sup> Podemos considerar o poder como possuidor de uma dupla dimensão. A primeira absoluta, com base nos recursos humanos e materiais que o sustentam. A segunda, relacional, onde os mesmos recursos humanos e materiais são comparados com diferentes unidades do SI.

refletir como os diversos *diferenciais de poder* se agregam na estrutura. Isso torna a sua avaliação mais fácil na medida em que é maior a assimetria de poderes e mais difícil na medida em que é maior a simetria. E nos momentos de reduções de assimetrias de poder, o jogo de percepções<sup>182</sup>, amparadas ou não na realidade, torna ainda mais difícil avaliações confiáveis, aumentando os riscos de erros de cálculo. Nos interessa ainda o corolário da *distribuição de poder*, ou seja, a *estruturação do SI*, o que trataremos mais para frente.

A *hierarquia de prestígio* é segunda forma das unidades buscarem a *governança* do SI. Prestígio e poder se aproximam, mas não se equivalem. E a discrepância entre os dois é condição potencial de crises sistêmicas<sup>183</sup>, se revestindo de particular interesse para a nossa pesquisa. Assim conceitua Gilpin prestígio e poder:

Prestígio é a reputação para o poder, e do poder militar em particular. Enquanto o poder se refere as capacidades econômicas, militares e outras correlatas, o prestígio se refere principalmente a percepção de outros Estados sobre as capacidades, habilidades e determinação de exercício do poder. Na linguagem da teoria estratégica contemporânea, o prestígio envolve a crença no poder de dado Estado e na sua determinação em dissuadir ou compelir outras unidades para atingir seus objetivos<sup>184</sup>.

E assim aponta Gilpin os riscos sistêmicos do descompasso entre poder e prestígio:

Por essa razão, as eras de relativa paz e estabilidade têm sido as épocas históricas durante as quais a *hierarquia de prestígio* está claramente entendida e se mantém sem desafios de questionamentos. E, ao contrário, o enfraquecimento de dada *hierarquia de prestígio* e uma crescente ambiguidade na sua interpretação são, com frequência, prelúdios de uma era de lutas e conflitos<sup>185</sup>.

---

<sup>182</sup> JERVIS, 1976, p. 3. Erros de percepção são frequentes na política internacional. Para maior aprofundamento, ver a obra de Robert Jervis, *Perception and Misperception in International Politics*.

<sup>183</sup> GILPIN, 1981, p. 31. Gilpin argumenta que o prestígio é a moeda corrente nas Relações Internacionais e não o poder.

<sup>184</sup> GILPIN, 1981, p. 31. Tradução nossa e no original: "Prestige is the reputation for power, and military power in particular. Whereas power refers to economic, military, and related capabilities of a state, prestige refers primarily to the perceptions of others states with respect to a state's capacities and its ability and willingness to exercise its power. In the language of contemporary strategic theory, prestige involves the credibility of a state's power and its willingness to deter or compel other states to achieve its objective".

<sup>185</sup> GILPIN, 1981, p. 31. Tradução e grifos nossos e no original: "For this reason, the era of relative peace and stability have been those historical epochs during which the prestige hierarchy has been clearly understood and has remained unchallenged. Conversely, a weakening of the hierarchy of prestige and increased ambiguity in interpreting it are frequently the prelude to eras of conflict and struggle".

Então, o poder decorre de condições concretas, mas o prestígio se apoia em considerações subjetivas sobre o próprio poder e suas condições de uso<sup>186</sup>. *Distribuição de poder e hierarquia de prestígio* alinhados tendem o SI para estabilidade; em desalinho, prenunciam abalos sistêmicos. Isso porque dada unidade em declínio de prestígio poderia se valer de seu poder, em queda menos acentuada que o prestígio, por exemplo, para reduzir ou mesmo reverter a dinâmica de crise de prestígio<sup>187</sup>.

As sutilezas e consequências da ideia contida no parágrafo anterior são grandes<sup>188</sup>; tensões sistêmicas poderiam, a princípio, surgir em momentos de consolidado equilíbrio estrutural, considerável assimetria de poder e grande interdependência entre as unidades. Especulativamente falando, isso poderia se dar devido a percepção da potência hegemônica, independente da conexão desta mesma percepção com a realidade, que seu prestígio se encontra em declínio e que a marcha do tempo lhe é desfavorável, ou devido a percepção, também independente da realidade, de dada unidade em ascensão de que o aumento de seu prestígio não equivale a variação de poder que experimenta. A oportunidade para iniciar a retomada ou aquisição de prestígio pode se dar de forma acidental ou deliberada; pode acontecer e em um momento inicial, intermediário ou mesmo terminal da dinâmica de queda de prestígio da unidade hegemônica. E para Gilpin, como já mencionamos, o estabelecimento e o reestabelecimento da *hierarquia de prestígio* se dá, predominantemente, por meio das *guerras hegemônicas*<sup>189</sup>.

As questões de *distribuição de poder e hierarquia de prestígio* carregam maior poder analítico quando avaliadas em conjunto, quando consideradas suas discrepâncias. E outros dois indicadores de interesse, derivados do desequilíbrio, são: se esses desajustes aumentam ou diminuem; e a velocidade em que isso se dá.

A *governança* do SI é função de três características: *distribuição de poder; hierarquia de prestígio; e regras e direitos*. Já tratamos das duas primeiras e agora

---

<sup>186</sup> Para Gilpin, o prestígio é função de: vitória militar na última guerra hegemônica; provimento de ordenamento ao SI (os “publics goods”); e valores (apoio ideológico ou religioso) (GILPIN, 12981, p. 34).

<sup>187</sup> GILPIN, 1981, p. 46.

<sup>188</sup> Guerras sistêmicas não como o confronto necessário entre impérios capitalistas ambiciosos e em expansão material, como assume algumas correntes do marxismo-leninismo nas RI (GILPIN, 1981 p. 77 e 94), mas como resultado de disputa entre poder e medo da decadência.

<sup>189</sup> GILPIN, 1981, p. 33, 45 e 49. Como já tratamos anteriormente, salvo os casos em que a *resiliência sistêmica* fosse significativa.

mencionaremos os dois aspectos mais importante da terceira. As *regras e direitos* cobrem três grandes áreas, a diplomacia, as regras de guerra e o ordenamento econômico<sup>190</sup>; e se apoiam predominantemente nos interesses da potência hegemônica<sup>191</sup>. Salvo os casos de ruptura do ordenamento e a eclosão de *guerras hegemônicas*, são as *regras e direito* que orientam e ajustam gradualmente dado SI, ou seja, constituem a base da *resiliência sistêmica*. E o corolário principal das *regras e direitos*, que é o que nos interessa, uma vez que nossa pesquisa não foca nas próprias *regras e direitos*, é a forma e frequência como se modifica de dado SI<sup>192</sup>. Seria esperado que em dado SI estável, as unidades respeitassem *regras e direitos*, seja para o funcionamento do próprio SI ou para os necessários e graduais ajustes; para um SI instável, o questionamento as *regras e direitos* seria majorado e a capacidade desses mesmos recursos de conferir *resiliência sistêmica* minorada.

Gilpin chama a atenção para as três formas como dado SI se modifica, estabelecendo uma tipologia que é necessariamente subjetiva, abstrata e, na prática, interligada. Essa tipologia, de natureza também weberiana, apresenta, no nosso entender, alto valor analítico e médio valor explicativo e baixo valor preditivo; e há um risco elevado na confusão entre os diferentes potenciais desse recurso heurístico.

As formas típicas de modificação seriam: *transformações do sistema*; *mudanças no sistema*; e *alterações de interações ou relacionais*<sup>193</sup>. As *transformações do sistema* aconteceriam por meio de alterações essenciais dos atores e entidades em condições de influir significativamente no SI e seria, das três formas de modificação, a mais relevante. As *mudanças no sistema* se dariam por meio de alterações no controle ou *governança*, “implica em alterações na distribuição internacional de poder e na *hierarquia de prestígio* e nas *regras e direitos* inerentes ao sistema, alterações essas que, quase sempre, acontecem

---

<sup>190</sup> GILPIN, 1981, p. 35.

<sup>191</sup> GILPIN, 1981, p. 35. Gilpin aponta quatro acordos de paz que pretendiam, com algum sucesso, estabelecer a paz sistêmica e dos vencedores. São eles: Westphalia (1648); Utrecht (1713); Viena (1815); e Versalhes (1919). Poderíamos argumentar que Versalhes acontece dentro de uma crise sistêmica com transição hegemônica, só equacionada com o término da II Guerra Mundial.

<sup>192</sup> Para a construção do argumento, estabelecemos uma associação entre formas de *variação* e os termos empregados. Para o nível sistêmico, empregamos o termo *transformação*; para a tipologia de Gilpin, empregamos o termo *mudança*; e para a relação entre unidades de dado SI, empregamos o termo *alterações*.

<sup>193</sup> GILPIN, 1981, p. 37. As expressões que Gilpin usa para caracterizar as formas de mudança são, respectivamente, as seguintes: *systems change*; *systemic change*; e *interaction change*.

simultaneamente”<sup>194</sup>. E, por fim, as *alterações relacionais* se dariam por meio de modificações na forma como os principais atores de dado SI interagem entre si. Nas *alterações relacionais*, com maior apelo acadêmico<sup>195</sup>, é possível identificar aspirações ou tendências de *mudanças no sistema* e até, com menor incidência, de *transformações do sistema*<sup>196</sup>.

Assim, dado SI está, com frequência, sujeito a modificações, sejam elas graduais e de ajuste ou de ruptura e estruturais, atuando simultaneamente ou não e se influenciando mutuamente ou não. *Alterações relacionais* podem potencializar forças de *mudança no sistema*, que podem ou não estender seus impactos para *transformações do sistema*, por acomodação gradual ou por ruptura. Poderíamos especular que a cadeia ascendente de modificações, *relacionais* → *no sistema* → *do sistema*, tenderia a ser mais frequente. Além disso, seria mais frequente e condutiva na primeira passagem de nível e menos frequente e condutiva<sup>197</sup> na segunda. Ainda especulativamente falando, a cadeia descendente de modificações, *do sistema* → *no sistema* → *relacionais*, tenderia a ser menos frequente no geral, porém mais condutiva, isso nas duas passagens de níveis. E não é impossível admitir a coexistência de cadeias ascendentes e descendentes, se afetando mutuamente ou não, a depender do tema em questão.

Precisamos considerar ainda que dada modificação típica pode não ser autônoma e sim a materialização de outra mais oculta aos olhos dos observadores contemporâneos. Por exemplo, dada *alteração relacional*, ou um conjunto delas, pode ser só a indicação de *transformações do sistema*; ou dada *mudanças no sistema* pode ser o resultado da composição de uma série de *alterações relacionais*. Como já antecipamos algumas vezes, o valor dessas tipificações e as especulações sobre elas é tão somente analítico, uma vez que o esforço para teorizar sobre as relações entre modificações típicas seria enorme e provavelmente infrutífero.

---

<sup>194</sup> GILPIN, 1981, p. 42 e tradução nossa. No original: “It entails changes in the international distribution of power, the hierarchy of prestige, and the rules and rights embodied in the system, although these changes seldom, if ever, occur simultaneously”.

<sup>195</sup> GILPIN, 1981, p. 44. Gilpin denuncia, aqui, a atração gravitacional que as *mudanças relacionais* exercem sobre as pesquisas em detrimento das *mudanças no sistema* e mais ainda *do sistema*.

<sup>196</sup> GILPIN, 1981, p. 43.

<sup>197</sup> Aqui, no sentido de permitir a que uma mudança em estágio anterior gere impacto significativo em um estágio posterior.

No corrente subitem, investigamos as questões de *distribuição de poder, hierarquia de prestígio e regras e direitos*, pretendendo delas extrair aspectos a serem observados na conjuntura de interesse. E restou a observarmos na conjuntura de interesse o descompasso entre *distribuição de poder e hierarquia de prestígio*; se existe, qual a tendência e com que velocidade. Observaremos ainda a inclinação das unidades para o recurso das *regras e direitos*, ocorrência e as relações entre as *transformações do sistema, mudanças no sistema e alterações relacionais* bem como as cadeias de modificações.

Tendo nos debruçado sobre as questões de *distribuição de poder, hierarquia de prestígio e regras e direitos*, que seriam as bases para a *governança* de dado SI e as suas respectivas modificações, passaremos a investigar as questões de estrutura dominante, transições e crises, sempre buscando destacar que aspectos observáveis poderiam ser úteis ao nosso esforço investigativo e analítico.

### **2.3.4 Estrutura Dominante, Transições e Crises**

Neste subitem, buscaremos sofisticar a nossa percepção e recursos de investigação e análise para observarmos a relação entre as estruturas típicas, suas transições e a tendência e intensidade de crises. Investigaremos a tendência e intensidade das crises dentro de cada estrutura típica bem como nas transições que nos interessam, quais seja, de SI unipolar para bipolar, tripolar e multipolar<sup>198</sup>. Desse esforço, deduziremos mais alguns aspectos observáveis do interesse da pesquisa.

Gilpin se debruça sobre a relação entre estabilidade e ruptura<sup>199</sup> em dado SI<sup>200</sup>. Salaria que, a despeito das disputas entre as unidades, tenderiam a ocorrer predominantemente dentro de determinados limites e a estabilidade preponderaria sobre a ruptura. E a preponderância sistêmica para a estabilidade se deveria ao fato de que seriam

---

<sup>198</sup> Assumiremos que o aspecto mais significativo do SI que se estabelece na modernidade é a centralidade do agente Estado-nação, independentemente da sua organização interna e forma de produção. As estruturas típicas aqui tratada modelam o SI sem alterar essa centralidade assumida.

<sup>199</sup> Optamos pelo emprego do termo *ruptura* como tradução de *change*, empregado por Gilpin (GILPIN, 1981, p. 50), para indicar transformações sistêmicas abruptas e significativas, em contrastes com as modificações sistêmicas graduais, predominantes nos momentos de estabilidade ou lentas transformações.

<sup>200</sup> GILPIN, 1981, p. 88. Gilpin apresenta o debate sobre *estabilidade-ruptura* tendo como referência o pensamento de Kenneth Waltz, expresso na obra *Theory of International Politics*, de 1979.

elevados os custos de ruptura. Ou seja, só sob condições muito específicas que a ruptura seria realizável e convidativa<sup>201</sup>.

A avaliação subjetiva de dada unidade sobre investir ou não em um esforço de ruptura consideraria não só os ganhos agregados projetados como também potenciais perdas antecipadas<sup>202</sup> e riscos envolvidos. Rupturas poderiam ser perseguidas de forma aberta ou dissimulada, em velocidades lentas ou aceleradas; forma e velocidade podem ser características fundamentais de dada dinâmica de ruptura, permitindo ou não a atuação da *resiliência sistêmica*.

Tanto para a estabilização quanto para a ruptura, os custos antecipados e reais poderiam ser externalizados por uma das partes<sup>203</sup> ou por ambas. Isso significa dizer que a unidade que tiver considerável capacidade e *esforço de arrasto* em seu movimento poderia conseguir socializar os custos e se apropriar desproporcionalmente dos benefícios, tornando realizável e convidativa uma ruptura que, individualmente, se mostraria pouco promissora e até proibitiva.

As alterações demográficas e de crescimento econômico tendem a ser mais relevantes para as modificações no longo prazo, mas, com frequência, “o mecanismo de ruptura se iniciaria por meio de assimetrias políticas, militares e econômicas, que sinalizariam ganhos significativos para dado Estado ou grandes perdas para outro no SI”<sup>204</sup>. As assimetrias referidas na frase anterior e que já havíamos anunciado, predominantemente de base material, não são condições que se impõe sobre as forças políticas; forças materiais e políticas se afetam e equilibram<sup>205</sup>.

As crises típicas que tratamos no subitem 2.3.2 poderiam existir em momentos de estabilidade sistêmica, mas sempre precederão as rupturas. Estabilidade e ruptura poderiam guardar relação direta com a preponderância ou não de dada unidade no SI, o que quer dizer

---

<sup>201</sup> GILPIN, 1981, p. 51.

<sup>202</sup> GILPIN, 1981, p. 52. Aponta, ainda, a tendência de terceira parte se beneficiar em disputas entre as unidades interessadas em *rupturas* e as interessadas na *estabilidade*.

<sup>203</sup> GILPIN, 1981, p. 53.

<sup>204</sup> GILPIN, 1981, p. 55 e tradução nossa. No original: “[...] the triggering mechanism for changes that promise significant gains to particular state or major losses to other state in an international system”.

<sup>205</sup> GILPIN, 1981, p. 67, 68, 75 e 76. O argumento expõe a divergência de Gilpin de algumas interpretações do marxismo, que consideram as forças políticas como reflexo das condições materiais e extrapolam essas considerações para o SI. Disputa de poder e o desejo de ganhos materiais seriam forças analiticamente distintas, mas inseparáveis na realidade; hora a primeira se impõe sobre a segunda e hora o inverso se dá.



que a preponderância ou não de dada unidade no SI seria indicador de interesse para a frequência e intensidade de crises.

A estruturação de dado SI é, em linhas gerais, de quatro tipos. Quando há um considerável *diferencial de poder* em benefício de uma única unidade, a estrutura imperial se estabelecerá e uma potência hegemônica ditará e corrigirá as regras de relacionamento, de acordo com os seus interesses<sup>206</sup>; teríamos um sistema unipolar. Quando duas unidades se equivalem em termos de poder, blocos ou coalizões se formariam na órbita de cada uma dessas unidades, que passariam a ditar as regras e relacionamentos dentro de seus respectivos blocos e entre essas unidades polares<sup>207</sup>; teríamos um sistema bipolar. Quando não há *diferencial de poder* significativo ou entre uma unidade e as demais ou entre duas unidades e as demais, o SI se estruturaria em na forma tripolar ou em um equilíbrio de poder. A terceira forma seria de natureza instável e transitória e na quarta os arranjos estruturais seriam consequências de “manobras diplomáticas, mudanças de alianças e conflitos abertos entre as unidades”<sup>208</sup>; teríamos então um sistema multipolar.

Uma variação de interesse das quatro formas referidas no parágrafo anterior seria um SI em dois blocos antagônicos, que não é o mesmo que um SI bipolar<sup>209</sup>; enquanto a primeira forma tenderia a instabilidade, a segunda tenderia a estabilidade. Um SI de blocos antagônicos seria caracterizado por duas grandes coalizões de atores que não seriam lideradas por uma unidade destacada, ou nos dois blocos ou em pelo menos um dos blocos. Podemos citar como exemplo de SI em blocos antagônicos a Europa que antecedeu a Grande Guerra e como exemplo de SI bipolar o que se formou durante a Guerra Fria.

Gilpin se mostra cuidadoso sobre o estabelecimento de uma correlação direta entre crises e as formas de preponderância, mas sustenta que SI tripolares<sup>210</sup> e em blocos antagônicos tendem a instabilidade, em função de demasiadas possibilidades e erros de

---

<sup>206</sup> GILPIN, 1981, p. 29. Gilpin retornará e aprofundará o debate sobre a estabilidade em função da estrutura em vigor, seja ela unipolar, bipolar, tripolar e multipolar (GILPIN, 1981, p. 88).

<sup>207</sup> GILPIN, 1981, p. 29.

<sup>208</sup> GILPIN, 1981, p. 29. No original: “[...]diplomatic maneuver, shifting alliances and open conflict”.

<sup>209</sup> GILPIN, 1981, p. 89.

<sup>210</sup> GILPIN, 1981, p. 91.

percepção e cálculo<sup>211</sup>, sendo os primeiros mais inclinados a instabilidade do que os segundos.

Para Gilpin, SI multipolares tenderiam a maiores e mais frequentes crises, com os correspondentes surtos de violência entre unidades, porém com menores consequências sistêmicas<sup>212</sup> e reagindo melhor a alterações na *hierarquia de prestígio* entre as unidades. Os bipolares seriam formas predominantemente estáveis<sup>213</sup>, embora com sérias consequências em caso de ruptura; e os tripolares e de blocos antagônicos seriam os menos estáveis e mais propensos a crises e rupturas sistêmicas. Já temos, como ferramenta investigativa e analítica, a propensão para crises dentro de cada estrutura típica. Mas relação entre tipo de SI em vigor e as probabilidades e intensidade de crise interessa tanto quanto o que se daria na transição de um tipo para outro, nas inversões de conjuntura com potencial de operar *transformações do sistema*.

Com baixa possibilidade de contestação em seus momentos iniciais, uma conjuntura de elevado *diferencial de poder* tenderia a estruturar um sistema unipolar<sup>214</sup>. Na medida em que o *diferencial de poder* diminui, lenta ou abruptamente, sincrônico ou não com a *hierarquia de prestígio*, esse SI transitaria para: bipolar, tripolar, multipolar (equilíbrio de poder) ou em blocos antagônicos. Do interesse de nossa pesquisa, são as transições de sistema unipolar para bipolar, tripolar ou multipolar<sup>215</sup>. Entraremos a seguir em especulações abstratas<sup>216</sup>, baseadas no que foi desenvolvido acima e sobre as referidas transições de SI, que nos auxiliem a entender a relação entre crises decorrentes de transições de conjuntura e a estrutura dominante.

---

<sup>211</sup> GILPIN, 1981, p. 89.

<sup>212</sup> GILPIN, 1981, p. 91.

<sup>213</sup> GILPIN, 1981, p. 89 e 91.

<sup>214</sup> Como a transição que afeta o objeto da nossa pesquisa é a de um sistema unipolar, com conjunturas de inversão no *diferencial de poder*, restringiremos nosso debate a essa situação.

<sup>215</sup> Nosso objeto de pesquisa, o *pivot* para a Ásia, parece encerrar uma conjuntura de alta e declinante *assimetria de poder*, com reflexos em uma estrutura unipolar. Antecipamos, *a priori*, que a conjuntura que se segue, a partir de 2012, tenderá a ser bipolar, tripolar ou multipolar. Ainda *a priori*, avaliamos que a presente capacidade de *arrasto* da RPC torne improvável um SI em blocos antagônicos e que, com a séria crise política que se abateu sobre a União Europeia a partir de 2008, um sistema multipolar seja também improvável, porém, ainda devendo ser considerado. Caso a RPC venha a aumentar significativamente a sua capacidade de *arrasto*, teríamos que assumir uma mudança significativa de conjuntura.

<sup>216</sup> O aprofundamento especulativo que estamos prestes a iniciar terá profundidade necessária a melhora de nossos recursos analíticos, não constituindo, portanto, um esforço de teorização.

Um sistema unipolar com continuada redução de *diferencial de poder*, síncrono ou não com a corrosão da *hierarquia de prestígio*, tenderia para uma crise inicialmente conjuntural. De certo que essa *crise conjuntural* dependeria não só do *diferencial de poder* e *hierarquia de prestígio*, mas também do comportamento das unidades hegemônica e em ascensão. Por exemplo, a combinação de unidade hegemônica *conservadora* com unidade em ascensão de postura *submissa* ou até *progressista* aumentaria em muito a *resiliência sistêmica*, tornando administráveis as *crises conjunturais* e impedindo impactos significativos na estrutura. Já a combinação de unidade hegemônica *contestadora* com unidade em ascensão de postura *submissa* degradaria em muito a *resiliência sistêmica*, mas é provável que as crises de conjuntura fossem administráveis, mesmo com impactos na estrutura, dado que o *hegemon* imporá suas demandas sem resistências significativas. Neste caso, não seria desprezível a possibilidade de *transformações do sistema* sem a irrupção de *crises sistêmicas* ou *conjunturais*. A situação tenderia a ficar realmente complicada se o *hegemon* tivesse uma postura *revisionista* e a unidade, ou unidades, em ascensão uma postura ou *progressista* ou *revisionista*, assumido o razoável de que as posturas dos dois apontam interesses e direções distintas.

O parágrafo acima nos deu indicações sobre o que olhar nas transições de uma estrutura unipolar para estruturas bipolares, tripolares e multipolares. Mudanças no *diferencial de poder* anteciparia a possibilidade de *crises conjunturais* e *estruturais*. O descompasso entre *diferencial de poder* e *hierarquia de prestígio*, como já debatemos, nos indica a provável postura típica do *hegemon* (*revisionista*, *progressista* ou *conservador*). As três transições teriam uma condição necessária: um *hegemon* em declínio de *diferencial de poder* e na *hierarquia de prestígio*. Mas é importante ressaltar que essa condição hegemônica não é irreversível.

Podemos inferir que dada transição sistêmica de unipolar para bipolar seria precedida de considerável redução de *diferencial de poder* entre as duas unidades e de alterações significativas na *hierarquia de prestígio*. Como o exercício hegemônico é gerador de desgaste natural e crescente, é provável que a queda de prestígio do *hegemon* seja desproporcional à ascensão de prestígio da unidade opositora e, também, mais acelerada do que a redução do *diferencial de poder*. Mas, ainda com a desproporcionalidade, é razoável assumir que haveria alguma ascensão na *hierarquia de prestígio* da unidade opositora.

Percebendo a queda na *hierarquia de prestígio* e a redução no *diferencial de poder*, no mais das vezes em dinâmicas assimétricas, perdendo prestígio mais rapidamente do que perde poder, o *hegemon* tenderia ao *reversionismo* e a intensificar a disputa com a unidade opositora, *progressista* ou *reversionista*, em condições ainda favoráveis, mas decrescentes de *diferencial de poder*, mesmo que comprometendo cada vez mais o prestígio e o ordenamento que é produto de sua criação e liderança. Com a crescente preocupação ao desafio hegemônico, o *hegemon* tenderia a ignorar disputas fora do eixo bipolar, implicando em um aumento de *guerras triviais* envolvendo unidades do centro não hegemônico ou da periferia. O esperado é que essas *guerras triviais* fossem de frequência, duração e intensidade menores em SI unipolares, uma vez que o *hegemon* faria valer sua autoridade de mediador e ordenador. Em síntese, nas inversões de conjuntura que marcariam a transição de unipolar para bipolar, o *hegemon* trocaria *as guerras da hegemonia* e a arbitragem das *guerras triviais* pela concentração de esforços na disputa hegemônica.

A transição sistêmica de unipolar para tripolar também seria precedida de considerável redução de *diferencial de poder* entre as três unidades e, também, de alterações significativas na *hierarquia de prestígio*. Aqui também seria esperado uma assimetria entre as reduções de *diferencial de poder* e as quedas na *hierarquia de prestígio* entre as três unidades envolvidas, com maiores corrosões para o *hegemon*. Mas uma significativa diferença seria esperada de uma transição de ordenamento unipolar para tripolar se comparada com uma transição de unipolar para bipolar: o *hegemon* tenderia a ser mais cauteloso em sua investida não só contra o suposto opositor como também contra a ordem que construiu, menos inclinado ao *reversionismo* e mais ao *progressismo*, uma vez que esforços de *conservação* tenderiam a inutilidade. Isso porque é provável que o *hegemon* temesse à união dos dois opositores, momentaneamente em posição de inferioridade se isolados, mas em considerável ameaça se unidos. Salientamos que essa hipotética cautela, materializada em uma postura *progressista*, estaria muito mais ligada à percepção do *hegemon* da transformação do ordenamento do que da transformação em si. Em síntese, caso o *hegemon* suspeitasse de uma mudança de ordenamento unipolar para tripolar, seria esperado uma maior cautela e alguns sinais de triangulação diplomática entre as partes, a exemplo do que foi feito regionalmente pelos EUA com a RPC e a então URSS no sudeste asiático e em meados dos

anos 1970<sup>217</sup>. As disputas hegemônicas seriam adiadas em detrimento do jogo triangular e as *guerras da hegemonia* e *triviais* seriam reduzidas, para evitar, respectivamente, a aproximação dos adversários e os erros de cálculo.

Por fim, teríamos a transição de um ordenamento unipolar para multipolar. Também aqui seria necessária uma redução do *diferencial de poder* e alterações da *hierarquia de prestígio*. Reconhecido como inevitável a transição, é provável que o *hegemon*, em atitude *conservadora* ou eventualmente *progressista*, até estimulasse disputas e crises entre as demais unidades e dentro delas, de forma a frear a redução do seu *diferencial de poder* e, atuando como árbitro, melhorasse na *hierarquia de prestígio*; os primeiros sinais do já referido equilíbrio de poder. Provável também que o *hegemon* evitasse as *guerras da hegemonia*, para conter desgastes de prestígio, caro em um SI que inicia a multipolaridade. Então, a transição de unipolar para multipolar tenderia a ser povoada por frequentes e estimuladas *guerras triviais* entre as unidades em ascensão, que serviriam ao interesse de um *hegemon* em declínio e com posturas *progressista* ou *conservadora*.

Vimos, nos três parágrafos anteriores, a tendência às crises e violência nas transições unipolar-bipolar, unipolar-tripolar e unipolar-multipolar. Nas três, as reduções no *diferencial de poder* e alterações na *hierarquia de prestígio* seriam condições necessárias, mas não irreversíveis.

Na primeira transição, unipolar-bipolar, o declinante *hegemon*, em postura franca e *revisionista*, trocava as *guerras da hegemonia* e os papéis de árbitro e ordenador sistêmico pelo declarado enfrentamento hegemônico, enquanto a perda de *diferencial de poder* é menos acentuada do que a sua perda na *hierarquia de prestígio*. Desse direcionamento de esforços, é esperado um aumento de *guerras triviais*, externas e internas as unidades da periferia. Poderíamos esperar também a intensificação de capacidade e *esforço de arrasto*. Na segunda transição, unipolar-tripolar, o *hegemon*, em atitude *progressista*, adiaría o enfrentamento hegemônico e assumiria uma postura cautelosa, a fim de evitar erros de cálculo e tentar ganhar no jogo de triangulação. É esperado que essa segunda transição seja

---

<sup>217</sup> Consideramos que as relações entre RPC, EUA e a ex-URSS, no contexto do encerramento da guerra do Vietnã, não foi a transição para uma ordem tripolar. Isso porque a RPC de então era um ator regional e não global e tinha interesses igualmente regionais, não tendo as condições e pretensões de alterar a bipolaridade sistêmica da Guerra Fria. Assim, o que se deu entre os três atores foi mais um jogo diplomático triangulado do que uma alteração sistêmica, de bipolar para tripolar.

menos violenta, em que pese a mudança para uma estrutura menos estável. Na terceira transição, um *hegemon* declinante, *conservador* ou eventualmente *progressista*, seria menos claro e mais manipulativo, estimulando *guerras triviais* que reduzissem as suas perdas, ao mesmo tempo em que aumentassem as de outras unidades, e lhe conferisse a condição de árbitro no jogo do equilíbrio de poder. Aqui, também seria esperado alguma tentativa de *arrasto*, mas muito mais baseada em parcerias casuais e temporária, sem grandes e permanentes compromissos. Nessa terceira transição, tenderíamos a ter mais frequentes e limitados surtos de violência organizada.

Reafirmemos a nossa preocupação nesse subitem: especular não só a frequência e intensidade de crises e violência dentro de cada estrutura típica como o que se daria nos momentos de transições. Já vimos que os SI tripolares são menos estáveis e mais violentos; que SI unipolares, bipolares e multipolares são mais estáveis. Embora crises possam ser frequente nos três últimos tipos, é esperado que sejam mais frequentes nos SI multipolares e que carreguem maior risco agregado nos SI bipolares. SI unipolares podem criar crises até frequentes, a depender de como se dá o exercício da hegemonia, gerando, no mais das vezes, as *guerras da hegemonia*. Crises e consequências não guardam relação necessária por conta da *resiliência sistêmica*; *crise sistêmica* com resiliência alta implicariam em soluções de ajuste. A irrupção e intensidade das crises nas transições de SI unipolar para bipolar, tripolar e multipolar dependeriam da percepção do *hegemon* e de outras unidades da forma típica subsequente, o que orienta o comportamento típico do *hegemon* e das unidades em ascensão.

Não podemos deixar de mencionar que as transições acima tratadas não estariam imunes ao fenômeno conhecido como profecia autorrealizada, onde a realidade que se impõe não encontra correspondência direta ao que ela seria *per se*. A realidade seria consequência mais das percepções e expectativas dos envolvidos do que de sua imanência. Vejamos a seguir que aspectos observáveis e do interesse da pesquisa podemos extrair das especulações que fizemos nos parágrafos precedentes.

Na transição unipolar-bipolar, teríamos um SI: saindo de uma forma estável para outra com tendência também a estabilidade; o *hegemon* em postura *revisionista* e claro esforço de enfrentamento hegemônico, estando a unidade em ascensão com postura *progressista* ou *revisionista*; sérias e delicadas crises da disputa bipolar em formação; e com

redução das *guerras da hegemonia* e aumento de *guerras triviais* e internas as unidades da periferia. Na transição unipolar-tripolar, teríamos um SI: saindo de uma forma estável para outra com alto grau de instabilidade; o *hegemon* em postura *progressista* e cautelosa, contra opositores *progressistas* ou *revisionistas*, em um jogo de delicada triangulação; o comportamento do *hegemon* buscaria eludir crises e riscos; e com redução de *guerras da hegemonia* e *triviais*, a calma antes da tormenta. E na transição unipolar-multipolar, teríamos um SI: saindo de uma forma estável para outra também estável, mas com frequentes surtos de violência desprovidos de consequências estruturais; um *hegemon conservador* e manipulativo, em oposição a *revisionistas* e *progressistas*, em frequentes esforços de medição de força e equilíbrio de poder; povoado de crises e *guerras da hegemonia* e *triviais*, com limitadas intensidade e consequências.

A síntese contida no parágrafo acima nos permitirá operar uma ideia fundamental para a pesquisa e que tiramos de Fiori<sup>218</sup> sobre o duplo potencial da conjuntura: recurso analítico do continuado passado-presente e especulação sobre o futuro avizinhado. Assim, o tratado aqui parece auxiliar a capacidade de avaliar não só a transição em que se localiza o objeto de pesquisa com as prováveis tendências imediatas.

Tendo investigado as questões de estruturas dominantes e suas crises e transições, passaremos a olhar com mais cuidado o caso de transições declinantes no subitem que se segue.

### **2.3.5 Transição Declinante**

Em sequência às conjunturas expansivas ou estáveis, o exercício hegemônico tenderia a se deparar com transições conjunturais declinantes. Essas conjunturas declinantes não selariam o destino do *hegemon*, admitindo reversões. Elas seriam o resultado da combinação de disfunções da economia hegemônica com o fenômeno de deslocamento de centro econômico sistêmico para a periferia do SI. Consideraremos em primeiro lugar as disfunções na economia hegemônica.

---

<sup>218</sup> Tratamos no subitem 2.3.2.

### 2.3.5.1 Economia Hegemônica

O exercício da hegemonia requer uma economia não só sólida como em continuado movimento de expansão<sup>219</sup>. E essa tendência expansiva precisaria vencer as resistências naturais como, por exemplo, as *demandas conflitantes* e os *retornos decrescentes*. Os custos envolvidos no exercício da hegemonia aumentam na medida em que se difundem os aspectos econômicos e tecnológicos que asseguraram a hegemonia em um primeiro momento. A redução de retornos e os desequilíbrios da economia hegemônica potencializariam o declínio do *diferencial de poder* e os abalos na *hierarquia de prestígio*, contribuindo para o declínio de dada conjuntura.

A economia de dado *hegemon* deve dar conta de equilibrar três demandas concorrentes: proteção, consumo e investimentos<sup>220</sup>. Isso ao mesmo tempo em que essa mesma economia se sujeitaria a lei de retornos decrescentes, onde suas taxas de crescimento encontrariam cada vez mais dificuldades de variações positivas em função da queda de retorno dos investimentos<sup>221</sup>. Mas esses limites ao crescimento poderiam ser atenuados, na medida em que novos paradigmas tecnológicos fossem criados. E o equilíbrio disfuncional entre as três demandas geraria convulsões internas e/ou crises de hegemonia.

Para Gilpin, a base do exercício hegemônico deve ser primeiramente econômica e não militar<sup>222</sup>, e isso por três razões. A primeira é que a supremacia militar precisaria de recursos que a sustentem<sup>223</sup> e seus benefícios só seriam palpáveis em condições de ameaça aproximada. Em adição, o emprego de força militar moderna é um evento altamente dispendioso, só sendo suportado por sólida base econômica. E a segunda é que sem uma base

---

<sup>219</sup> FIORI, 2004, p. 31.

<sup>220</sup> Essas demandas teriam, para efeitos analíticos, dimensões internas, externas e sistêmicas. E estariam sujeitas a grandes variações, a depender da conjuntura (GILPIN, 1981, p. 158). Por exemplo, no pós-II Guerra Mundial, os EUA tiveram enormes despesas de *proteção* e *investimento* (externos e sistêmicos) na Europa Ocidental e Japão para competir por influência com a URSS. A partir da reorganização dessas economias, as demandas de *investimento* externo diminuíram, mas as de *proteção* continuaram altas no contexto da guerra fria; na verdade, continuam altas até os dias em que essas linhas foram escritas.

<sup>221</sup> GILPIN, 1981, p. 159. Gilpin faz a ressalva de que, na contemporaneidade, as rápidas transformações tecnológicas têm reduzido o impacto do fenômeno da limitação de crescimento pela taxa de retorno decrescente.

<sup>222</sup> GILPIN, 1981, p. 151 e 156.

<sup>223</sup> Com uma tendência autossustentada de aumentos, o que se convencionou denominar “lei dos custos crescentes da guerra” (GILPIN, 1981, p. 162 e tradução nossa). Gilpin aponta ainda um incômodo paradoxo: o de que, na medida em da sociedade enriquece, suas despesas militares crescem, ao passo que a disposição bélica de sua população diminui (GILPIN, 1981, p. 163).



econômica não só sólida como expansiva, unidades revisionistas poderiam criar força militar que, isolada ou combinadamente, se tornassem capazes de ameaçar a hegemonia. Além disso, os benefícios de uma economia sólida, se razoavelmente distribuídos<sup>224</sup>, trariam consequências cotidianas que melhorariam a coesão social interna. E a terceira razão, que reforçaria a necessidade expansiva da economia hegemônica, é que os custos de manutenção de determinado ordenamento precisariam dar conta das crescentes despesas referentes ao exercício da hegemonia e outras despesas concorrentes<sup>225</sup>, internas e externas. Ao mesmo tempo em que essas despesas drenariam significativamente os recursos disponíveis para a manutenção do *status quo*, dada unidade *revisionista* poderia, e com frequência o faz, concentrar mais seus excedentes nos recursos de contestação. A unidade *revisionista* ou *progressista* poderia, ainda, se beneficiar da “vantagem dos atrasados”<sup>226</sup>, onde os custos de proteção e investimento, principalmente em pesquisas e saltos tecnológicos, seriam reduzidos em função de, respectivamente, menores compromissos e variadas formas de emulação e absorção organizacional e tecnológica.

Gilpin argumenta que, na medida em que dado *hegemon* enriquece e que sua população envelhece, o desequilíbrio entre as demandas de proteção, consumo e investimento tenderia ao disfuncional, com prejuízo para o exercício da hegemonia. Isso porque as despesas com proteção e consumo se imporiam sobre os investimentos, ameaçando a base econômica em futuro não muito distante<sup>227</sup>. Em considerações sobre o conflito distributivo interno que se daria no *hegemon* em momentos de disfuncionalidade, Gilpin aponta que forças sociais conservadoras ganhariam voz nesses momentos, constituindo indicador histórico de declínio hegemônico<sup>228</sup>. E o sinal mais evidente da elevação desproporcional dos custos de manutenção de dado SI seria uma crise fiscal no

---

<sup>224</sup> Gilpin sustenta que na modernidade a distribuição interna de riquezas melhora, mas a diferença entre os pobres dos Estados ricos e os pobres dos Estados pobres aumenta demasiadamente (GILPIN, 1981, p. 144).

<sup>225</sup> Gilpin cita, para o ambiente interno, o consumo e melhora das condições de vida (GILPIN, 1981, p. 157); para o ambiente externo, podemos apontar, por exemplo, o ônus imposto pelos *public goods* do funcionamento de dado SI (GILPIN, 1981, p. 145).

<sup>226</sup> GILPIN, 1981, p. 160, tradução nossa e no original: “advantages of backwardness”.

<sup>227</sup> GILPIN, 1981, p. 158, 163 e 164. Na última das páginas referidas (164), Gilpin faz referência a Lei de Wagner, das finanças públicas, onde as despesas sociais crescem mais do que a economia como um todo.

<sup>228</sup> GILPIN, 1981, p. 166. O autor faz várias considerações sobre dinâmicas sociais internas ao *hegemon* em momentos de tensão distributiva. Para os efeitos da nossa pesquisa, que pretende considerar forças sistêmicas, decidimos mencionar apenas a manifestação conservadora.

*hegemon*<sup>229</sup>; na direção contrária, é razoável inferirmos que as unidades em movimento de contestação do *status quo* acumulassem reservas, sincronicamente aos déficits do *hegemon*.

O poder hegemônico se apoia em uma economia expansiva. E equilibrar as *demandas conflitantes* de proteção, investimento e consumo, ao mesmo tempo em que a necessária expansão econômica se depararia com a dinâmica de *retornos decrescentes*, constitui um empreendimento complexo. *Demandas conflitantes* e limitações naturais ao crescimento tenderiam a gerar uma crise fiscal no *hegemon*, com o provável surgimento de movimentos sociais conservadores e endógenos ao *hegemon*. E isso se dá ao mesmo tempo em que unidades *revisionistas* encontrar-se-iam em fase de acumulação, sem compromissos equivalentes ao do *hegemon*, seja no plano interno, externo ou sistêmico, e colhendo alguns benefícios do desenvolvimento tardio.

Quando o *hegemon* falha em promover sua expansão econômica, ao mesmo tempo em que o equilíbrio entre as *demandas conflitantes* se torna disfuncional e unidades em ascensão acumulam reservas e se beneficiam da *vantagem dos atrasados*, teríamos uma conjuntura se convertendo em desfavorável, com provável redução no *diferencial de poder* e mudanças na *hierarquia de prestígio*.

Essa conjuntura desfavorável para o *hegemon* se manifestaria de duas formas: os *crescentes custos hegemônicos* e a perda de *liderança econômica e tecnológica*, tendendo a primeira a ser de maior relevância do que a segunda, com frequentes alterações na estrutura<sup>230</sup>.

Vejamos a questão dos *custos hegemônicos*, retomando algumas considerações que já fizemos anteriormente. Para cada incremento no poder de unidades em ascensão, a unidade hegemônica precisaria de esforço desproporcional para a manutenção do *status quo*. Isso se deve a três fenômenos que, normalmente, coexistem: possibilidade de *arrasto* na ascensão; o problema do *free-rider*; e a teoria dos bens públicos<sup>231</sup>.

Em primeiro lugar, temos a possibilidade de *arrasto* na ascensão, que se comporia com a existência de outras unidades também ascendentes ou com a possibilidade de serem

---

<sup>229</sup> GILPIN, 1981, p. 157.

<sup>230</sup> GILPIN, 1981, p. 168 e 169.

<sup>231</sup> GILPIN, 1981, p. 169.

cooptadas. A composição de pequenas variações de poder em unidades ascendentes com poder de *arrasto* implicaria em esforço assimétrico para o *hegemon*. Em segundo lugar, o problema de *free-rider*, que sugere que, em dado SI, a unidade hegemônica<sup>232</sup> arcaria com os custos de garantia e operação, enquanto outras, livres desses compromissos, poderiam gastar mais em, por exemplo, investimento e proteção. E em terceiro lugar, teríamos a assimetria posta pela teoria dos bens públicos<sup>233</sup>, que antecipa que as variações entre as despesas de manutenção de dado ordenamento e os benefícios daí decorrentes são assimétricas, tendendo as primeiras a crescerem mais do que os segundos. Basicamente, a diferença entre os mecanismos de *free-rider* e teoria dos bens públicos é que a primeira implicaria em redução no *diferencial de poder* a partir da existência de unidades em esforço de *catch-up*, ou seja, dependeria de agente externo; já a segunda seria uma dinâmica inerente a qualquer exercício hegemônico, ou seja, aconteceria independentemente da existência de unidades em esforço de *catch-up*.

Tendo, nos dois parágrafos acima, tratado dos *crescentes custos hegemônicos*, passaremos para a questão da *perda de liderança econômica e tecnológica*.

A perda da *liderança econômica e tecnológica*, em dinâmica semelhante à de *free-rider*, opera principalmente por meio da imparável difusão de organização e técnicas, referida como *difusão tecnológica* e com reflexos nos campos econômico e militar. E a *difusão tecnológica* também imporia custos assimétricos entre o *hegemon*<sup>234</sup>, no mais das vezes o desenvolvedor primeiro, e as outras unidades, que se beneficiariam da absorção, geralmente muito menos onerosa em recursos e tempo. Certo que a *difusão tecnológica* não beneficiaria a todos nem igualmente as unidades; dependeria em larga medida da sociedade receptora, de sua condição e vontade de aprender, de contornar as forças internas de conservação e reação<sup>235</sup>, que não costumam ser poucas. Assim explica Gilpin:

Isso quer dizer que, por meio da difusão para outros Estados, a potência dominante vai perdendo as vantagens nas quais seu sucesso político, militar ou econômico se baseou. Assim sendo, pelo exemplo, e mais frequentemente de forma mais direta, a potência dominante ajuda na criação dos seus desafiantes [...] A difusão de tecnologias militares e

---

<sup>232</sup> Para SI unipolares. Em outras formas de SI, outras unidades em condição de dominância participariam, em tese, dessas despesas.

<sup>233</sup> GILPIN, 1981, p. 169.

<sup>234</sup> GILPIN, 1981, p. 176.

<sup>235</sup> GILPIN, 1981, p. 178.

econômicas de sociedades mais avançadas para as menos avançadas é um elemento fundamental na redistribuição internacional de poder. E embora a tecnologia seja cara e desenvolvida com dificuldades, uma vez criadas elas geralmente se disseminam facilmente. Esforços para impedir a *difusão tecnológica* para oponentes militares ou competidores econômicos falham a longo prazo [...]”<sup>236</sup>.

Do acima tratado, fica claro que o exercício da hegemonia depende de bases materiais, da superioridade econômica e tecnológica, conquistadas a elevados custo e tempo. Mas as bases materiais que permitem a conquista e o exercício da hegemonia poderiam ser emuladas a custos reduzidos, por *revisionistas* e não *revisionistas*. O fato de a emulação ser operada por *revisionistas* e não *revisionistas* é um aspecto interessante da dinâmica. Isso porque as unidades não *revisionistas* do momento poderiam ser as *revisionistas* do futuro ou ainda serem arrastadas pelas *revisionistas*.

Em qualquer dos casos, é razoável assumirmos que, à medida em que a *difusão tecnológica* se espalha, os custos hegemônicos subiriam de forma acentuadamente desproporcional. A difusão alteraria a *hierarquia de prestígio* e reduziria o *diferencial de poder*, devido ao convidativo exemplo que as unidades em ascensão dariam para as demais na medida em que se mostrassem frutíferos seus esforços de *catch-up*. De certo que o *hegemon* não ficaria de observador passivo, vendo as alterações na *hierarquia de prestígio* como consequência da difusão dos caros recursos por ele desenvolvidos; alguma reação, provavelmente iniciada no plano ideológico acusativo, seria esperada. E o *diferencial de poder* seria reduzido pela corrosão das vantagens materiais do *hegemon*. Os impactos agregados da difusão poderiam chegar a tal ponto que, a partir de determinado momento e com a combinação certa de acumulação de recursos - humanos e materiais - e ousadia, houvesse uma mudança dos centros econômicos e tecnológicos para a periferia<sup>237</sup>.

Também é razoável assumirmos que a expansão de dado ordenamento hegemônico, com as suas componentes econômica e política, criasse condições de melhor,

---

<sup>236</sup> GILPIN, 1981, p. 176 e 177. Tradução e grifo nossos. No original: “That is to say, through a process of diffusion to other states, the dominant power loses the advantage on which its political, military or economic success has been based. Thus, by example, and frequently in more direct fashion, the dominant power helps to create challenging powers [...] The diffusion of military and economic technology from more advanced societies to less advanced societies is a key element in the international redistribution of power. Although technology is expensive and not easily created, once it is created it usually diffused relatively easily. Efforts to prevent the diffusion of technology to military opponents or economic competitors fail over long term [...]”.

<sup>237</sup> GILPIN, 1981, p. 181. Importante salientar que Gilpin antecipou essa possibilidade na década de 1980, quando não estava claro que o sul e sudeste asiático poderiam assumir tal papel.

maior e mais veloz *difusão tecnológica*. Isso colocaria o *hegemon* na desconcertante situação de investir cada vez mais a medida em que o seu *diferencial de poder* diminui. Mas essa relação inversa entre investimento e *diferencial de poder* se daria dentro do mesmo paradigma tecnológico. Caso o *hegemon* fosse capaz de, de tempos em tempos, promover um salto de paradigma tecnológico, é provável que a relação entre investimento e *diferencial de poder* se torne positiva nos primeiros momentos. Só que a mesma lógica valeria para a unidade em ascensão. Desse ela o salto de paradigma tecnológico, os decréscimos no *diferencial de poder* e as mudanças na *hierarquia de prestígio* seriam consideravelmente desfavoráveis ao *hegemon*. A redução do *diferencial de poder* afetaria, teoricamente, a capacidade do *hegemon* de se beneficiar da estrutura em vigor para o financiamento desse mesmo *diferencial de poder*. Disso, parece sustentável a afirmação de que, a partir de determinado ponto, a estrutura criada para servir ao *hegemon* se transforme em um estorvo<sup>238</sup>.

Discutimos acima as duas forças que impõe ao *hegemon* um crescente e desproporcional esforço para a manutenção do *status quo*, os *crecientes custos hegemônicos* e a *difusão tecnológica*. Mas essas duas forças não surgem já em sua forma ameaçadoramente acabada. Na verdade, o contrário tenderia a se dar. As forças surgiriam como incômodos irrelevantes ou até mesmo forças de expansão da hegemonia no ordenamento da modernidade<sup>239</sup>. As forças de *arrasto*, *free-rider*, bens públicos e *difusão tecnológica* convidariam a integração econômica das unidades não hegemônicas, sejam do núcleo do sistema ou da sua periferia, majorando os recursos disponíveis ao *hegemon*. A integração econômica em pouco tempo se transformaria em interdependência econômica<sup>240</sup>, concentrando riquezas no *hegemon*<sup>241</sup>. Mas, à medida em que avançasse a interdependência, avançaria também, de forma desproporcional, os custos de manutenção do sistema e a *difusão tecnológica*. As trocas de ideias, instituições, bens e serviços que sedimentam a

---

<sup>238</sup> GILPIN, 1981, p. 178.

<sup>239</sup> Exemplo clássico seriam os investimentos ingleses nos EUA na segunda metade do século XIX, que ajudaram ao desenvolvimento não só do futuro *hegemon* da modernidade, mas como do *hegemon* que desbancaria a própria Inglaterra ainda na primeira metade do século XX (FIORI, 2004, p. 68).

<sup>240</sup> Para os efeitos da argumentação, vamos considerar a integração econômica como sendo um estado de trocas entre unidades onde a sua interrupção, total ou parcial, não implicariam em grandes consequências para a conjuntura econômica do SI. Já a interdependência econômica seria um estado onde mesmo uma interrupção temporária e parcial causaria consideráveis consequências para essa mesma conjuntura. Mais adiante e ainda neste capítulo, aprofundaremos nossa investigação sobre a interdependência econômica.

<sup>241</sup> GILPIN, 1981, p. 177.

expansão da hegemonia também tornariam infrutíferos os esforços de contenção da difusão. A interdependência econômica se apresentaria como uma força ambivalente, potencializando e onerando o poder hegemônico, a depender do momento. Isso ao mesmo tempo em que o ordenamento criado para lhe servir dificultasse, cada vez mais, os freios à *difusão tecnológica*. Temos agora uma visão mais clara do comportamento hipotético e aparentemente paradoxal de dado *hegemon*, já denunciado por Fiori, de atacar o ordenamento por ele construído. O que Fiori sugere é que o ataque do *hegemon* à estrutura que ele construiu e que tão bem lhe serviu seja menos um paradoxo e mais uma necessária aposta na conservação do *status quo de diferencial de poder*<sup>242</sup>. Isso porque, como vimos, a partir de determinado momento e deixando livre o curso dos acontecimentos, dominaria a tendência de redução do *diferencial de poder*. Mas o comportamento aparentemente paradoxal do *hegemon* não seria a única força de corrosão de conjunturas.

Então, a redução da capacidade de dado *hegemon* de sustentar e de se beneficiar de dado ordenamento seria consequência da combinação dos desproporcionais e crescentes custos hegemônicos e da diminuição da liderança econômica e tecnológica. Os custos hegemônicos aumentariam desproporcionalmente, à medida em que aumentassem as unidades possíveis de serem arrastadas para a contestação e devido aos fenômenos de *free-rider* e da teoria dos bens públicos. E a *difusão tecnológica* reduziria o *diferencial de poder* em favor das unidades em ascensão, imprimindo custos desproporcionais e crescentes de pesquisa e desenvolvimento ao *hegemon*, que passaria a depender cada vez mais de expansão econômica e mudanças de paradigma tecnológico. Salientamos que cada um dos componentes aqui debatidos já teria impacto significativo, mas é provável que a combinação deles tenha um efeito sinérgico e cumulativo majorado, que contribuiriam para a formação de uma conjuntura declinante, que, eventualmente, poderia ser revertida.

Com o desequilíbrio entre a estrutura e a economia hegemônica, surgiria espaço para algum deslocamento de centralidade no SI, o que trataremos a seguir.

### 2.3.5.2 Deslocamento do centro

---

<sup>242</sup> FIORI, 2004, p. 93.

Apoiado no modelo analítico de Arnold Toynbee<sup>243</sup> e concordando com sua derivada mais ampla, Gilpin aponta a tendência histórica de deslocamento do centro de poder para as periferias do SI<sup>244</sup>. Essa tendência se daria pela combinação de duas dinâmicas<sup>245</sup>, que chamaremos de *despertar da periferia e fratricídio nuclear*<sup>246</sup>.

Na primeira dinâmica, as unidades periféricas “se tornariam cientes da superioridade das civilizações ‘avançadas’ e buscariam a emulação. A difusão de ideias e técnicas do centro para a periferia reduziria a diferença em capacidades, militares e outras”<sup>247</sup>. À medida em que a difusão se impõe e a periferia desperta, emulando principalmente sua organização econômica e produção industrial, aspectos de maior relevância no SI após a revolução industrial<sup>248</sup>, “as dificuldades e os custos de domínio da periferia aumentam”<sup>249</sup>.

A segunda dinâmica, o *fratricídio nuclear*, seja ele direto ou indireto, consome recursos e atenção do *hegemon* e de seus competidores próximos, gerando uma visão em túnel<sup>250</sup>, uma distração hegemônica que permitiria o avanço de unidades da periferia sem maiores resistências. Aqui, o *hegemon* e seus competidores se tornariam vítimas de seus próprios jogos competitivos<sup>251</sup>. Parece importante chamarmos atenção para o fenômeno da distração do núcleo ou do *hegemon*. É intuitivo aceitar que disputas fratricidas dentro do núcleo de dado SI enfraqueceriam as unidades desse mesmo bloco. Menos intuitivas são as ideias de Fiori de que: são exatamente as disputas fratricidas no núcleo do SI que desenvolveram as unidades e que promovem o ordenamento e a continuada expansão do sistema moderno<sup>252</sup>; e que os resultados das *guerras da hegemonia* importam menos do que

---

<sup>243</sup> Gilpin se apoia em duas obras de Toynbee (TOYNBEE, 1931 e 1961) para a construção do argumento.

<sup>244</sup> GILPIN, 1981, p. 183.

<sup>245</sup> GILPIN, 1981, p. 184.

<sup>246</sup> É possível que dado *hegemon* apareça de fora do núcleo do SI, como uma unidade periférica e inicialmente complementar ao *hegemon* da ocasião, como foi o caso dos EUA (FIORI, 2004, p. 68). Segundo Fiori, uma vez estabelecido o novo *hegemon*, este passa a fazer parte do núcleo, em constante expansão no SI moderno.

<sup>247</sup> GILPIN, 1981, p. 184 e tradução nossa. No original: “[...] they become aware of the superiority of the ‘advanced’ civilization and seek to adopt its way. The diffusion of ideas and techniques from the center to the periphery narrows the gap in military and other capabilities [...]”.

<sup>248</sup> GILPIN, 1981, p. 185.

<sup>249</sup> GILPIN, 1981, p. 184 e tradução nossa. No original: “[...] the difficulty and costs of dominating the periphery increase”.

<sup>250</sup> GILPIN, 1981, p. 184.

<sup>251</sup> GILPIN, 1981, p. 185.

<sup>252</sup> FIORI, 2004, p. 24 e 25.

o exercício do poder bélico hegemônico<sup>253</sup>. Menos intuitivo também é a ideia de que importa menos quais e como foram as disputas envolvendo o núcleo e o *hegemon* do que as suas consequências sistêmicas e contraditórias: ordenamento do SI<sup>254</sup> e a *distração hegemônica*.

Assim, embora o núcleo e o *hegemon* se desgastem em disputas fratricidas, na perspectiva de Fiori elas seriam necessárias ao dinâmico ordenamento e a continuada expansão, em uma espécie de avanço dialético. Nesse avanço, quando as forças de desgaste superassem significativamente as forças que desenvolvem cada unidade do núcleo isoladamente, o SI tenderia a ficar mais vulnerável ao surgimento de desafiantes da periferia; quando as forças de desenvolvimento superassem as de desgaste, as unidades do núcleo aumentariam o seu *diferencial de poder* em relação a periferia, abrindo distância de possíveis desafiantes periféricos e fechando os portões a novos entrantes. A combinação de *despertar da periferia* e *distração hegemônica* carregam consideráveis potenciais de desestabilização estrutural.

Vejamos, a seguir, a composição analítica que podemos deduzir da combinação de economia hegemônica e deslocamento do centro, buscando enumerar aspectos observáveis de interesse da pesquisa.

### 2.3.5.3 Economia Hegemônica e o Deslocamento do centro

As conjunturas expansivas do poder hegemônico trariam benefícios que em muito excederiam os custos, ao mesmo tempo em que acomodariam os privilégios do *hegemon* no ordenamento do SI. Nessas conjunturas, o equilíbrio das *demandas conflitantes* de proteção, investimento e consumo seria de fácil equacionamento. Mas o cenário mudaria quando tivéssemos inversões de conjuntura. O *hegemon* experimentaria o *retorno decrescente* e a consequente contração econômica, o que pode coincidir com o aumento dos custos de manutenção do *status quo* e com o momento em que a *difusão tecnológica* converteu aliados

---

<sup>253</sup> Ensaio intitulado “AS ESTRANHAS DERROTAS DE UMA POTÊNCIA que não para de se expandir e acumular poder”, de julho de 2021 e publicado no site SUL21. No link: <https://sul21.com.br/opiniao/2021/07/as-estranhas-derrotas-de-uma-potencia-que-nao-para-de-se-expandir-e-acumular-poder-por-jose-luis-fiori/> e acesso em 14/10/2021.

<sup>254</sup> Fiori aponta a necessária transitoriedade de qualquer ordenamento do SI moderno. Isso porque é a constante dinâmica competitiva e expansiva, sempre em movimento, que constrói temporariamente cada ordenamento singular, sempre prestes a se desfazer (FIORI, 2004, p. 28).



em competidores. Equilibrar as *demandas conflitantes* não só se tornaria difícil como pode até ser impossível, degradando a *liderança econômica e tecnológica* e mergulhando o *hegemon* em uma crise fiscal, momento de provável manifestação de forças sociais e políticas reacionárias. A inescapável dinâmica de *retorno decrescente* poderia ser contornada com um salto tecnológico, de altos custos e incerteza. Os benefícios do salto aliviarão a fase declinante para o *hegemon*, podendo até mesmo inverter a conjuntura. Mas os benefícios do salto não seriam eternos; inevitavelmente, a *difusão tecnológica* acabaria se impondo e corroendo os benefícios iniciais.

A *difusão tecnológica* aconteceria, em um primeiro momento, atendendo a interesses hegemônicos impostos em sua fase eufórica e expansiva. A difusão se apresentaria como potencializadora das complementariedades, tornando as economias, mundial e das unidades, integradas e, posteriormente, interdependentes. Em que pese integração e interdependência atenderem desproporcionalmente aos interesses do *hegemon*, elas majoram o espaço para a *difusão tecnológica* e *despertar da periferia*. Despertadas, algumas unidades da periferia avançariam, explorando duas oportunidades criadas pelo próprio *hegemon*: as criadas pela euforia expansiva e pela *distração hegemônica*.

Lutando para lidar com o equilíbrio de *demandas conflitantes*, *retornos decrescentes* e consistentes pioras na relação custo-benefício da ordem que criou, o *hegemon* mergulharia em uma crise fiscal. A crise fiscal e os desgastes cotidianos do exercício da hegemonia desviariam a atenção para o que estaria acontecendo em partes do “resto”<sup>255</sup>, onde unidades parceiras ou relegadas ascenderiam de forma assustadoramente antecipável e negligenciada. A ascensão de unidades da periferia criaria centros político e econômico com dinâmicas próprias e algum grau de autonomia, clamando a atenção hegemônica somente em estágios avançados de tensões estruturais. Os benefícios agregados e em declínio para o *hegemon* se combinariam com a excentricidade da economia mundial, iniciando um ciclo declinante do *par diferencial de poder/hierarquia de prestígio*, com prováveis impactos na inversão de conjuntura, de expansiva para contrativa.

---

<sup>255</sup> Referência a ideia apresentada por Deepak Nayyar, que divide o mundo do período de 1820 a 1950 entre “ocidente” e o “resto” (NAYYAAR, 2013, p. 36).

Até aqui, na investigação das considerações analíticas de Gilpin, chegamos ao ponto em somos capazes de responder as duas primeiras perguntas colocadas no início desse subitem. São elas: as crises ou rupturas estruturais são precedidas de indícios teoricamente consistentes? Se são, que indícios seriam esses? O esforço para responder a terceira, que interroga quando mudanças estruturais inclinariam dado SI para *guerras hegemônicas*, será empreendido no próximo subitem, o 2.3.6. E no subitem 2.3.7, que sintetiza o que extraímos do pensamento de Gilpin, apresentaremos as respostas que formulamos para as três perguntas.

A seguir, como anunciado no parágrafo anterior, nossa atenção se voltará para a questão de quando, dada a existência de uma conjuntura declinante, o SI se inclinaria para uma *guerra hegemônica*.

### **2.3.6 Guerras Hegemônicas**

Conforme afirmamos em um dos parágrafos que encerra o subitem anterior, já temos condições de responder duas das três perguntas para as quais buscamos sustentação no pensamento de Gilpin. No presente subitem, buscaremos sustentação para a terceira, que é: quando mudanças estruturais inclinariam dado SI para *guerras hegemônicas*?

Com o deslocamento do centro para a periferia e as tensões na economia hegemônica, sérias instabilidades estruturais tenderiam a aparecer. Eventualmente, essas tensões se transformariam em crises e as crises em *guerras hegemônicas*. Neste subitem, investigaremos sob que condições uma crise desencadearia uma *guerra hegemônica*. Para isso, nos debruçaremos mais um pouco sobre o fenômeno da redução do *diferencial de poder* entre o *hegemon* e o desafiante (s). Depois disso, veremos que condições seriam criadas com a dialética de *diferencial de poder* e que dinâmicas seriam esperadas dessas mesmas condições no caminhar sistêmico para a *guerra hegemônica*. Das considerações que fizemos sobre os aspectos da dialética de *diferencial de poder*, condições e dinâmicas das *guerras hegemônicas*, retiraremos os aspectos que pretendemos observar nas conjunturas de interesse. Começemos pela dialética do *diferencial de poder*.

Para Gilpin, qualquer que seja a razão e intensidade do desequilíbrio, o *hegemon* da ocasião tentará manter ou mesmo aumentar o seu *diferencial de poder*<sup>256</sup>, com ou sem a conservação do ordenamento que construiu. E buscará a manutenção do *diferencial de poder* seja pela *incorporação de recursos* ou pela *redução de compromissos*<sup>257</sup>. Essa busca pela manutenção ou aumento do *diferencial de poder* não só é historicamente recorrente na modernidade, com também é a sua contestação. Vejamos o que nos diz Gilpin:

[...] parece não haver qualquer exemplo de uma potência dominante que, voluntariamente, decline de sua posição em dado SI em favor de uma potência em ascensão para evitar a eclosão de uma guerra. Como não há exemplo de potências ascendentes que falharam em explorar as suas vantagens e se intimidaram de tentar restaurar o SI para acomodar seus interesses de segurança e econômico”<sup>258</sup>.

A afirmação de Gilpin é forte e de profundas consequências. Tomada isoladamente, poderíamos precipitar a conclusão de que sempre que existissem unidades em ascensão, a *guerra hegemônica* seria inevitável. Mas, ao longo da sua obra, Gilpin deixa claro que outros mecanismos sistêmicos ou discricionários ao *hegemon* poderiam negar a inevitabilidade, como, por exemplo, ajustes, resiliência e saltos de paradigma tecnológico. Do que já desenvolvemos anteriormente, ressalvamos ainda que unidades ascendentes podem assumir diferentes posturas típicas (*submissa*, *progressista*, *revisionista* ou *conservadora*), com variações temáticas, no tempo e ainda combinações entre elas. Assim, hegemonia e ascendência não são suficientes para uma *guerra hegemônica*, embora sejam condições necessárias.

Gilpin sustenta que a dialética entre a manutenção/aumento e a redução do *diferencial de poder* entre o *hegemon* e unidades ascendentes é presença constante dos SI da

---

<sup>256</sup> GILPIN, 1981, p. 187.

<sup>257</sup> Gilpin apresenta um debate sobre a recorrência cíclica e periodicidade de *guerras hegemônicas* na modernidade (GILPIN, 1981, p. 204), questionando a ideia dos ciclos hegemônicos de cem anos. Em que pese ser estimulante o debate, não iremos considerá-lo para efeito da pesquisa, nos focando nas condições e indicadores desse tipo de guerra. Argumenta ainda, ao longo de todo o capítulo seis da obra em uso, que as modificações sistêmicas do pós-IIGM (artefatos nucleares, interdependência econômica e sociedade global) não teriam eliminado os riscos de *guerras hegemônicas*. Importante lembrarmos que as reflexões de Gilpin estão ambientadas na crise dos anos 1970 e 1980.

<sup>258</sup> Tradução nossa e no original: “[...] there do not appear to be any examples of a dominant power willingly conceding dominance over an international system to a rising power, in order to avoid war. Nor are examples of rising power that have failed to press their advantage and have refrained from attempts to restructure of system to accommodate their security and economic interests” (GILPIN, 1981, p. 208 e 209). Em um primeiro momento, poderíamos argumentar que a Inglaterra teria voluntariamente abdicado de sua hegemonia em favor dos EUA, após o término da II GM. Mas o argumento é falho; a Inglaterra lutou duas *guerras hegemônicas* com a Alemanha (I e II GM) antes de perceber a sua incapacidade de continuar como o *hegemon* de plantão.

modernidade. Da parte hegemônica, fundamental nos momentos em que as unidades em ascensão ainda não teriam condições de iniciativas mais ousadas, a manutenção ou aumento do *diferencial de poder* se daria pela *incorporação de recursos* e/ou *redução de compromissos*.

A *incorporação de recursos* pode se dar pela taxação interna, inflação, desequilíbrio na balança de pagamentos<sup>259</sup> ou, como já vimos, salto de paradigma tecnológico. É razoável assumirmos que a composição das diferentes formas de *incorporação de recursos* tenha alto grau de variabilidade, sendo singular para cada momento.

E a *redução de compromissos* levaria o *hegemon* ao abandono, parcial ou integral, de instituições e aliados, que teriam sido o produto de lenta, cara e desgastante construção. Seria esperado, em movimentos amplos de *reduções de compromissos*, que o *hegemon* apresentasse continuadas queixas sobre os custos que lhe são impostos pelo ordenamento que ele criou, pelas parcerias e sistemas de aliança. Se essas queixas fossem acompanhadas de liderança franca para soluções efetivas, teríamos um esforço de ajuste, de pequenas *mudanças no sistema*; se essas mesmas queixas não fossem acompanhadas de liderança franca, provavelmente estaríamos diante de um esforço discursivo e preparatório para o abandono. Parece ser razoável inferirmos que exista um grau de afetação negativa entre a *redução de compromissos* e a *incorporação de recursos*, principalmente via redução da capacidade de financiamento dos desequilíbrios de pagamentos. É provável que a *redução de compromissos* venha a ser um processo traumático, tanto interna<sup>260</sup> quanto externamente, e que comprometa, mas não impeça, a capacidade do *hegemon* de reconstruir a sua liderança. E a *redução de compromissos* poderia ser mais uma questão de necessidade do que de opção<sup>261</sup>. Os comportamentos de *incorporação de recursos* e *redução de compromissos* podem até se alternar, mas não são necessariamente de mútua excludência, admitindo, ainda possibilidades paradoxais, como, por exemplo, o aumento da capacidade de financiamento à medida em que compromissos são reduzidos.

---

<sup>259</sup> GILPIN, 1981, p. 188.

<sup>260</sup> Gilpin sustenta que convulsões e revoluções internas só afetam significativamente dado SI se alterassem a capacidade de mobilização das unidades, do contrário, seriam irrelevantes para as questões sistêmicas (GILPIN, 1981, p. 203).

<sup>261</sup> É possível imaginarmos que os defensores da Política Externa do ex-Presidente Donald Trump usem, em ciclos fechados, esse argumento para justificar algumas ações internacionais que chocaram o mundo ocidental, notadamente no que diz respeito a Europa e Oriente Médio. Igualmente possível, seria imaginar que o lema “América First” auxilie no enfraquecimento interno do apoio ao ordenamento internacional construído pelos EUA no pós-Guerra.

A *incorporação de recursos e redução de compromissos* atuariam para a sustentação ou retomada do *diferencial de poder*, necessários ao exercício hegemônico dentro da estrutura em tese ameaçada. Se os dois movimentos falharem, teríamos alguma redução de *diferencial de poder* e, como consequência, a possibilidade de instabilidade estrutural. A instabilidade pode ser resolvida ou atenuada gradualmente ou criar as condições para uma crise ou ainda uma *guerra hegemônica*. Portanto, esforços de *incorporação de recursos e/ou redução de compromissos* seriam observáveis nos períodos que precedem uma *guerra hegemônica*. E a *redução de compromissos* seria altamente provável nas transições estruturais unipolar-bipolar e unipolar-multipolar.

Do que foi debatido acima, buscaremos evidências, na conjuntura de interesse, do grau de empenho do *hegemon* na manutenção/aumento do seu *diferencial de poder*, se valendo da *incorporação de recursos e/ou da redução de compromissos*. Esse empenho será avaliado por meio dos aumentos significativos na taxação interna, descontrole inflacionário e desequilíbrio na balança de pagamentos. Veremos ainda se o *hegemon* buscou saltos de paradigma tecnológico para potencializar a *incorporação de recursos* e implementou discursos e/ou medidas de abandono. Por fim, avaliaremos como os esforços de manutenção do *diferencial de poder* se afetaram mutuamente. É razoável inferirmos que se o *hegemon* intensificou seus esforços nas diversas frentes que tratamos, a percepção de ameaça saiu do plano discursivo e se converteu em medidas concretas. Sendo que a percepção do *hegemon* sobre o que acontece com o seu *diferencial de poder* aproximaria perigosamente dado SI de uma *guerra hegemônica*. E essa perigosa aproximação não seria somente produto da realidade objetiva do momento, mas também produto de uma profecia hegemônica autorrealizada, antecipando e consolidando tensões até prováveis, mas não necessárias. A dialética do *diferencial de poder* criaria condições observáveis na iminência e na materialização das *guerras hegemônicas*.

Gilpin oferece uma poderosa caracterização analítica, apresentando condições que, combinadas e em variados graus, inclinariam dado SI para tensões hegemônicas, com risco de evolução para o enfrentamento bélico<sup>262</sup>. Para o autor, as *guerras hegemônicas*

---

<sup>262</sup> GILPIN, 1981, p. 199 e 200. Para Gilpin, o mundo moderno presenciou quatro guerras hegemônicas, que são: Guerra dos Trinta Anos (1618-1648); Guerras de Luís XIV (1667-1713); Guerras Napoleônicas (1792-1814); e I e II Guerras Mundiais (1914-1918 e 1939-1945). Não tendo sido mencionada por Gilpin, avaliamos que a disputa entre EUA e a ex-URSS, a chamada Guerra Fria, teria sido uma tensão hegemônica, que teria sim evoluído para

seriam condicionadas por: disputa entre *hegemon* e desafiante; estar em jogo a governança do SI; e emprego ilimitado de recursos, meios e duração.

A disputa entre *hegemon* e desafiante, ou desafiantes, tenderia a ser precedida por um esforço de *arrasto* de ambas as partes, em uma teia construída de interesses e disputas que levaria a ampliação de envolvidos, com a formação de blocos pouco flexíveis<sup>263</sup>. E como o que está em jogo é a governança do SI e a sua provável inclinação na direção que favoreça o *diferencial de poder* do vitorioso, é esperado que, uma vez deflagrada a tensão hegemônica, uma dinâmica de escalada de violência se imponha, limitada apenas pelos recursos disponíveis, tecnologia e medo.

Do discutido acima, iremos observar na conjuntura de interesse: se existe a tendência de formação de blocos pouco flexíveis; e se as tensões entre *hegemon* e revisionista implicam em considerações sobre uso indiscriminado de violência. Tendo a dialética do *diferencial de poder* criado as condições para uma *guerra hegemônica*, Gilpin aponta dinâmicas que precederiam a guerra.

Três dinâmicas tenderiam a preceder uma *guerra hegemônica: intensificação de conflitos* entre diversas unidades, *tempestividade* e a *redução do controle racional* sobre o desenrolar dos eventos<sup>264</sup>.

A expansão individual das unidades, aspecto de base material, exploraria os benefícios mútuos das diversas formas de troca, impulsionadas pelas condições favoráveis criadas pela ordem hegemônica<sup>265</sup>. Por certo que a exploração dos benefícios, bem como as condições para essa mesma exploração, dependeria não só das unidades em si como também das condições a elas disponíveis e ou ofertadas. Mas há limites para a expansão de dada conjuntura. E, esgotada a conjuntura expansiva, pequenas e difusas tensões entre unidades começariam a surgir. Essas tensões iniciais seriam o primeiro sinal de que o jogo cooperativo e construtivo da fase expansiva, potencialmente desigual na produção e distribuição de

---

os estágios iniciais de uma *guerra hegemônica*, mas foi vencida pelo *hegemon* de plantão sem o enfrentamento militar definitivo.

<sup>263</sup> GILPIN, 1981, p. 199.

<sup>264</sup> GILPIN, 1981, p. 200.

<sup>265</sup> Gilpin constrói seu argumento com base nas expansões territoriais e econômicas (GILPIN, 1981, p. 200). Mas já tinha nos alertado antes que no SI moderno e pós-Revolução Industrial a expansão das unidades é consequência do crescimento econômico e não da expansão territorial.

benefícios, começaria a se inclinar para uma forma egoísta e destrutiva; um jogo sinérgico começaria a se converter em um “jogo de soma zero”<sup>266</sup>. E quando a forma do jogo muda, se desfaz a convergência de valores e interesses, tornando mais caro a governança e reduzindo-se as chances de ajuste graduais<sup>267</sup>.

Por certo que esses sinais seriam sutis e de difícil detecção na sua fase inicial onde, a princípio, seria mais promissora a interferência. Não é absurdo considerarmos que tais sinais de inversão de conjuntura, de uma expansiva para uma contrativa, de uma cooperativa para uma egoísta, não sejam óbvios no tempo de sua materialização ou, se óbvios, não sejam agregados pelos analistas contemporâneos ao fenômeno. Ainda que óbvios e agregados pelos contemporâneos, poderiam não despertar o clamor necessário para a reversão da tendência. E o que complicaria mais ainda a avaliação dos contemporâneos é que inversões de conjuntura e seus sinais podem ou não trazer consequências estruturais.

Como já discutimos, as oscilações conjunturais podem até implicar em crises sistêmicas, mas, no mais das vezes, seriam contornadas por ajustes; não provocariam *mudanças no sistema* e menos ainda em *mudanças do sistema*<sup>268</sup>. E esse é um perigoso viés que pode estar condicionando a nossa percepção. Com isso, disputas ou *guerras triviais* podem ser indicadores de riscos sistêmicos, se estiverem relacionadas a inversões de conjuntura e omissões hegemônicas, onde o *hegemon*, podendo agir, escolhe a não interferência.

A *tempestividade*, um aspecto de base psicológica, derivaria da pressuposição de determinadas unidades de que a marcha do tempo lhes é desfavorável<sup>269</sup>; a disputa, qualquer que seja ela, precisaria ser definida o quanto antes, do contrário teria que ser enfrentada mais para frente, em condições menos favoráveis ou mesmo proibitivas. O pressuposto de *tempestividade*, aderente em variados graus à realidade concreta, tenderia a gerar tensões hegemônicas, com perspectivas de soluções de natureza *preventiva* ou *preemptiva*<sup>270</sup>.

---

<sup>266</sup> GILPIN, 1981, p. 201.

<sup>267</sup> GILPIN, 1981, p. 209.

<sup>268</sup> GILPIN, 1981, p. 208.

<sup>269</sup> GILPIN, 1981, p. 201.

<sup>270</sup> Par os efeitos da nossa pesquisa, adotaremos as interpretações mais usuais dos termos, que são: esforço preventivo é o iniciado para impedir que dado adversário em potencial venha a adquirir condições de afetar e limitar as opções; e esforço preemptivo o iniciado para impedir que determinado adversário, aí já não

Com relação a implementação, soluções *preventivas* e *preemptivas* possuem distintas temporalidades, com diferentes relações entre riscos e benefícios. Em ações *preventivas* efetivas, o tempo de acomodação seria majorado, uma vez que um razoável intervalo de tempo seria esperado para que o outro lado voltasse a condição anterior a ação, e os riscos sistêmicos seriam minorados, uma vez que o outro lado estaria impedido de possuir as condições de ameaça. Ações *preemptivas* forneceria menor tempo de acomodação após a sua implementação e os riscos seriam majorados, uma vez que o outro lado provavelmente teria condições de retaliar.

Essa rápida especulação sobre esforços *preventivos* ou *preemptivos*, suas temporalidades de implementação e suas relações com risco sistêmico, pode sugerir que as ações *preventivas* são sempre as desejadas, perseguidas e implementadas. Acontece que a maior parte da aquisição de capacidades poderia se dar na fase expansiva e cooperativa dos ciclos, quando essa mesma aquisição não seria vista como ameaça e sim um sinal de integração ao ordenamento. A percepção de ameaça se daria em momento muito próximo ao da inviabilização de esforços *preventivos*, restando apenas opções *preemptivas*. Além disso, esforços *preventivos* podem deflagrar tensões e conflitos em áreas que os problemas antecipados não se materializariam em níveis inaceitáveis ou soluções de acomodação gradual acabariam se impondo naturalmente<sup>271</sup>, sendo, portanto, a solução desnecessária para um problema inexistente, declinante ou administrável.

No parágrafo acima, debatemos três opções disponíveis ao *hegemon* diante de um potencial contestador, em uma ou mais áreas, e que são de grandes dificuldades de avaliação. São elas: acreditar que os mecanismos de ajuste cumpriram seu papel; iniciar um esforço *preventivo*, de preferência na forma mais antecipada possível; ou, na falha da segunda opção, desencadear oportunamente esforços *preemptivos*. Nos casos em que dúvidas pairassem sobre a primeira opção, a questão se reduziria não a se haverá uma *guerra hegemônica*, mas quando<sup>272</sup>. E como a escolha entre as opções disponíveis se daria com base não em avaliações sobre realidades concretas, ou atuais, mas com base na combinação entre avaliações atuais e projeções inescapavelmente incertas, é esperado que o exercício da

---

potencialmente, mas de forma concreta, fazendo uso das condições já adquiridas, tente afetar ou limitar determinada situação.

<sup>271</sup> GILPIN, 1981, p. 201.

<sup>272</sup> GILPIN, 1981, p. 201.



hegemonia seja carregado de ansiedades<sup>273</sup> e erros, com consequências na gestão racional dos diversos tipos de crises.

A combinação da ansiedade e dos erros com o que estaria em jogo nos eventuais avanços contestadores e seus arrastados levaria a uma crescente *redução do controle racional*. A ilusão humana sobre o controle de dinâmicas complexas se desfaria em um instante histórico<sup>274</sup>. E, do que já foi tratado, seria razoável assumirmos que essa redução seria assimétrica, afetando significativamente mais a percepção do *hegemon*. A ansiedade se transformaria em paranoia, a paranoia em histeria e a histeria em guerra. E não a guerra antecipada, mas a que se impõe, com as consequências mais do acaso do que as desejadas<sup>275</sup>.

Assim, teríamos três dinâmicas que precederiam uma *guerra hegemônica*: *intensificação de conflitos*; *tempestividade*; e a *redução do controle racional*. Disso, decorre termos que observar se, na conjuntura de interesse, os seguintes aspectos referentes à *intensificação de conflitos*: indícios de inversão de conjuntura, de cooperação para desagregação; omissão hegemônica; significativa perda de convergência de valores; e se aumentam, inicialmente de forma difusa, as tensões e conflitos de interesses relacionados a essa inversão. Esses aspectos teriam que acontecer em grau significativamente detectável e com pouca ou nenhuma interferência efetiva do *hegemon*, do contrário, estaríamos simplesmente diante de um exercício funcional da hegemonia. Decorrente da *tempestividade*, observaremos se houve redução da confiança nos mecanismos graduais de ajuste e se esforços preventivos e preemptivos ganharam espaço. Por fim, no que diz respeito à *redução do controle racional*, buscaremos se houve um descolamento de percepções entre o *hegemon* e o desafiante sobre aspectos sistêmicos.

Uma inescapável dialética entre *hegemon* e ascendente (s) pelo *diferencial de poder* seria a força motriz a colocar dado SI na marcha para uma *guerra hegemônica*. Nessa dialética, o *hegemon* buscaria *incorporar recursos e/ou reduzir compromissos*, gerando os seguintes aspectos do interesse da nossa observação: aumento de tributação; descontrole de inflação e balança de pagamentos; busca por mudança de paradigma tecnológico; e se, nos planos discursivo ou concreto, sinalizações de abandono foram dadas aos aliados. Da dialética

---

<sup>273</sup> GILPIN, 1981, p. 201.

<sup>274</sup> GILPIN, 1981, p. 202.

<sup>275</sup> GILPIN, 1981, p. 202.

entre *hegemon* e ascendente (s), surgiriam as condições necessárias de *guerra hegemônica*. Dessas condições, observaremos se: o que está em jogo é a governança do SI; há a formação de blocos pouco flexíveis; e aparecem ameaças consideráveis sobre o emprego ilimitado de recursos de força. Dada como existente as condições, três dinâmicas e suas consequências observáveis se imporiam. As dinâmicas seriam: *intensificação de conflitos*, *tempestividade*, e *redução do controle racional*. Dessas dinâmicas, pretendemos observar na nossa pesquisa as seguintes implicações: alteração de ânimos de cooperação para desagregação; perda de convergência de valores; tensões e conflitos de interesses entre unidades, com a negligência hegemônica; redução da confiança nos mecanismos de ajuste; intensificação de esforços preventivos e preemptivos; e descolamento de percepções entre o *hegemon* e o desafiante (s) sobre aspectos sistêmicos.

Tendo visto as condições que inclinam dado SI para a *guerra hegemônica* e que aspectos observáveis seriam esperados nessa situação, já estamos em condições de apresentarmos a nossa resposta para a terceira e última pergunta que abriu as investigações sobre a obra em estudo de Gilpin.

### **2.3.7 Síntese de Gilpin**

Anunciamos na introdução deste subitem, 2.3, o esforço de respondermos três perguntas. Investigamos as duas primeiras de forma agrupada nos subitens de 2.3.1 a 2.3.5 e a terceira no subitem 2.3.6. Aqui ofereceremos as respostas para as perguntas propostas e que orientaram a nossa busca pelos aspectos observáveis e suas relações. Apresentaremos abaixo as respostas às referidas perguntas.

As crises ou rupturas estruturais são precedidas de indícios teoricamente consistentes? Sim. Se são, que indícios seriam esses? Seriam esperados: redução significativa no *diferencial de poder*; intensificação do *esforço de arrasto* das partes; alterações nos comportamentos típicos do par *hegemon-ascendente*; mudanças de prevalência e significado na tipificação das crises e guerras na conjuntura; redução de *resiliência sistêmica*; sinais de psicose hegemônica; descompasso entre *distribuição de poder* e *hierarquia de prestígio*; confiança no recurso as *regras e direitos*; e as modificações sistêmicas e as suas cadeias de

ocorrência e as relações entre as *transformações do sistema, mudanças no sistema e alterações relacionais* bem como as cadeias de modificações.

Quando as mudanças estruturais inclinariam o SI para *guerras hegemônicas*? Quando notássemos na esfera hegemônica: aumento de tributação, descontrole de inflação e balança de pagamentos; busca por mudança de paradigma tecnológico; sinalizações de abandono aos aliados; e a percepção de perda da governança do SI. E quando observássemos nas esferas hegemônica e do ascendente: se há formação de blocos pouco flexíveis; e aparecem considerações sobre o emprego ilimitado de recursos de força. Além do que seria possível notar nas esferas de influência do par *hegemon-ascendente*, observaríamos as seguintes dinâmicas: alteração de ânimos de cooperação para desagregação; perda de convergência de valores; tensões e conflitos de interesses entre unidades, com a omissão hegemônica; redução da confiança nos mecanismos de ajuste; intensificação de esforços *preventivos e preemptivos*; e descolamento de percepções entre o *hegemon* e o desafiante sobre aspectos sistêmicos.

As reflexões de Gilpin, como não poderiam deixar de ser, são datadas. O autor observou, refletiu e escreveu sobre as décadas de 1970 e 1980, de fortes tensões na estrutura bipolar e conjuntura contrativa do par *diferencial de poder/hierarquia de prestígio* dos EUA. O que não fazia parte do mundo sensível de Gilpin era a abrangência e escala com que a economia global se integraria, com suas consequências para a eclosão de *guerras hegemônicas*. As reflexões de Gilpin não aprofundaram tensões hegemônicas entre unidades de alta complementariedade econômica em escala global pelo simples fato dessa situação ser de alta singularidade histórica<sup>276</sup>. Elas sofisticaram os recursos analíticos que dispomos para olharmos a conjuntura de interesse e certamente apoiarão a complementação da abstração que empregaremos na pesquisa, mas precisamos dar conta da singularidade que se salientou no SI: tensão hegemônica com alta interdependência econômica.

Buscaremos a partir da obra de Dale Copeland<sup>277</sup> derivar aspectos observáveis que ajudem na compreensão da singularidade que anunciamos no parágrafo anterior, a de

---

<sup>276</sup> De certo que Gilpin poderia ter observado casos históricos de tensões políticas dentro de fortes parcerias comerciais. Mas essa não era a realidade da segunda metade do século passado. Além disso, os casos históricos disponíveis eram, quando muito, regionais, como a interdependência entre a Inglaterra e Alemanha na primeira década do século XX.

<sup>277</sup> Usaremos a primeira edição da obra *Economic Interdependence and war*, de 2015.

alta interdependência, em escala global, entre *hegemon* e ascendente. Essa singularidade faz parte da conjuntura de interesse e se manifestou de forma crescente ao longo das últimas quatro décadas.

## 2.4 Interdependência e guerra

A obra de Copeland é recente, lançada em 2015. O autor está preocupado em teorizar sobre as condições que inclinam dada parceria econômica para a paz ou para a guerra. Esse esforço teórico apresenta alto potencial heurístico para a nossa pesquisa e dele pretendemos também retirar aspectos observáveis de interesse. Esses aspectos, combinados com o que derivamos de Gilpin, nos permitirão construir uma perspectiva investigativa e analítica mais rica para a relação de cooperação e conflito que envolveu os EUA e a RPC na conjuntura de interesse.

Veremos quais condicionantes *endógenas* e *exógenas* afetariam as relações de dada parceria econômica e que possíveis interações dinâmicas seriam esperadas. Apresentaremos e debateremos de forma limitadas os aspectos *endógenos* de *assimetria*, *expectativas*, *retroalimentação*, *sinalizações* e *comprometimento*. Dos aspectos *exógenos*, apresentaremos e debateremos o *crescimento sustentado e diversificado* do parceiro menos relevante, a *redução de assimetrias*, *conversão de benefícios* materiais em recursos militares e a redução da interdependência.

Disposto a responder a incômoda questão de “quando e sob que condições os laços comerciais e de investimento entre unidades levariam à paz ou ao conflito militar”<sup>278</sup>,

---

<sup>278</sup> COPELAND, 2015, p. VII, 1, 3 e tradução nossa. No original: “When and under what condition will the trade and investment ties between nations (*sic*) lead to either peace or military conflict?” (COPELAND, 2015, p. 1). A preocupação teórica de Copeland não se limita as *guerras hegemônicas*; o autor se propõe a investigar a guerra e a paz entre grandes potências em condições de interdependência econômica, reconhecendo que guerras existiram sem qualquer relação com interdependência econômica. E o termo “nação”, na língua portuguesa, traz um significado voltado para solidariedades abstratas e artificiais entre indivíduos. Essas solidariedades permitem a coesão social de grupos ampliados, bem maiores do que permitiriam as solidariedades familiar e tribal. Por conta desse sentido mais usual na língua portuguesa, optamos pela tradução de “unidades” para o original “nations”. Para maiores esclarecimentos sobre a questão do nacionalismo enquanto força social artificial, ver a obra de Benedict Anderson, *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*.

Copeland se debruça sobre a tensão dialética entre os *custos de oportunidade* e os *custos de ajuste*<sup>279</sup>, tensão essa que remete o autor às perspectivas liberal e realista.

Os laços comerciais e de investimento, doravante referidos como interdependência econômica, ou somente *interdependência*, trariam benefícios materiais mútuos para as partes, assumem os arautos da visão liberal. A não existência da *interdependência* ou a sua ruptura implicariam em consideráveis e equiparáveis *custos de oportunidade* e na erupção de forças endógenas nocivas, que passariam a determinar ações externas de orientação agressiva<sup>280</sup>. As negações e rupturas da *interdependência* só seriam explicadas a partir da irracionalidade social e política interna as unidades envolvidas, em mecanismos predominantemente internos, patológicos, evitáveis e com equiparáveis *custos de oportunidade* para ambos, casos considerados raros por Copeland<sup>281</sup>. Para os liberais, a *interdependência* e a paz são os corolários da necessária racionalidade materialista internacional, só sendo ameaçadas pela irracionalidade interna, emotiva e eventual de dada unidade; a *interdependência* seria a certeza de perenes, mútuos e equiparáveis benefícios materiais, perpetuando crescentemente a paz.

Para os realistas, os benefícios comerciais também existiriam. Acontece que, para eles, o aumento da *interdependência* não viria sem custos; a conta chegaria e seria prudente assumir que em momento desfavorável. A *interdependência* traria vulnerabilidades assimétricas entre as unidades mais e menos dependentes da parceria<sup>282</sup>, que seriam exploradas oportunamente. Parte da economia e até da segurança passaria a depender do humor e boa vontade de outros. E, para atenuar ou eliminar as vulnerabilidades, significativos e assimétricos *custos de ajuste* precisariam ser assumidos pela unidade mais frágil da parceria. Para os realistas, a *interdependência* pode trazer benefícios, mas com vulnerabilidades. A partir de determinado ponto, as vulnerabilidades seriam inaceitáveis, empurrando pelo menos uma das partes para um enfrentamento que garantisse suas necessidades à revelia das concessões de outros<sup>283</sup>. Então, para os realistas, a *interdependência* material criaria

---

<sup>279</sup> COPELAND, 2015, p. 33. Para os efeitos da nossa pesquisa, os custos de oportunidades seriam as perdas estimadas decorrentes da não efetivação ou ruptura de dada parceria comercial e/ou de investimentos; e custos de ajustes seriam as perdas decorrentes de dada unidade para se adequar a mudanças impostas por outra parte.

<sup>280</sup> COPELAND, 2015, p. 6 e 7.

<sup>281</sup> COPELAND, 2015, p. 14.

<sup>282</sup> COPELAND, 2015, p. 8.

<sup>283</sup> COPELAND, 2015, p. 8 e 34.

fortes e assimétricos incentivos para conflitos, em uma racionalidade sistêmica, previsível e inescapável, independentemente dos benefícios mútuos e das dinâmicas internas as partes envolvidas; a *interdependência* seria origem de inevitáveis riscos e incertezas políticas, que tornariam o conflito não uma questão de se, mas de quando.

Copeland junta as perspectivas da Economia Política Internacional com as da Segurança<sup>284</sup>, subordinando a segunda a primeira. O paradigma da segurança, de matriz realista, inclina a atenção para as crises e *guerras hegemônicas* iniciadas por um *hegemon* declinante, sobressaltando os aspectos de poder militar. Usando o que extraímos de Gilpin, enquanto seu *diferencial de poder* declina menos do que a sua posição na *hierarquia de prestígio*, enquanto seus recursos militares garantem a superioridade é que a *guerra hegemônica* deveria ser travada. Para Copeland, a sua teoria representaria uma dupla expansão heurística das tensões sistêmicas. Primeiro porque seria capaz de dar conta não só das crises estruturais e *guerras hegemônicas* iniciadas por unidades interessadas em controlar dado SI, mas de uma variedade maior de embates entre grandes potências<sup>285</sup>. E segundo porque acredita elucidar a razão do temor de declínio de longo prazo de dada unidade, temor esse capaz de “empurrá-la para uma custosa guerra preventiva ou para arriscar ações preventivas que aumentasse as chances da espiral da guerra”<sup>286</sup>. E a razão desse temor seria a avaliação da unidade em esforço preventivo de que a evolução da sua situação comercial não permitiria a manutenção de sua segurança<sup>287</sup>.

Após estudar os últimos duzentos anos dos SI tributários da modernidade, Copeland encontra eventos de paz ou guerra entre unidades interdependentes explicados a partir de ambas as perspectivas, a liberal e a realista<sup>288</sup>. Encontra também casos em que as perspectivas se combinam em variados graus e sequenciamentos. Mas encontra eventos de

---

<sup>284</sup> COPELAND, 2015, p. 2.

<sup>285</sup> COPELAND, 2015, p. 2.

<sup>286</sup> COPELAND, 2015, p. 3, 6, 27 e tradução nossa. No original: “[...] propel them into costly preventive wars or risky preventive actions that increase the chance of a spiral to war” (COPELAND, 2015, p. 2). Ressaltamos que no 2º parágrafo da página 3, Copeland parece indicar a possibilidade do uso da variável interveniente *expectativa* também para as avaliações da unidade menos dependente de dada *interdependência*. Mas essa possibilidade é claramente negada nos 2º parágrafos das páginas 6 e 27, onde reafirma a conceituação de sua variável interveniente como sendo as *expectativas* da unidade dependente, conceituação essa que será empregada ao longo da pesquisa.

<sup>287</sup> COPELAND, 2015, p. 3.

<sup>288</sup> COPELAND, 2015, p. 6.

paz e guerra não explicados por nenhuma delas<sup>289</sup>, em uma espécie de insuficiência teórica ou arco cego. A partir dessa insuficiência e considerando a dialética entre *custos de oportunidade* e *custos de ajuste*, constrói a sua teoria, que considera as duas perspectivas, suas forças e insuficiências cognitivas, explicativas e preditivas<sup>290</sup>. A consequência mais ampla das reflexões de Copeland é fragilização da permanência de ambas as perspectivas<sup>291</sup>, liberal e realista. Na primeira, a *interdependência* tenderia para a estabilidade e benefícios mútuos; na segunda, para a instabilidade e assimetria de riscos e perdas. Para Copeland, a conexão entre *interdependência* e *guerra de cautela*<sup>292</sup> seria, ao contrário das duas perspectivas, contingencial e não necessária, seria dinâmica e não estática.

Como o estudo da correlação entre *interdependência* e *guerras de cautela* empregando-se uma das perspectivas que apresentamos acima é inconclusivo para parte dos casos selecionados, Copeland investiga se o poder explicativo da relação entre os dois fenômenos aumentaria se ele considerasse a intermediação entre os fenômenos. Dessa suspeita, estabelece uma variável interveniente<sup>293</sup> entre as variáveis independente

---

<sup>289</sup> COPELAND, 2015, p. 1.

<sup>290</sup> COPELAND, 2015, p. 2 e 6. Ainda que considere de valor as duas perspectivas, Copeland funda a sua teoria no paradigma realista.

<sup>291</sup> COPELAND, 2015, p. 37.

<sup>292</sup> COPELAND, 2015, p. 2. Copeland usa a expressão “preventive war”, mas o sentido que confere é distinto do que assumimos anteriormente. Anteriormente, atribuímos a expressão *guerra preventiva* a iniciada pelo *hegemon* para impedir que dada unidade viesse a possuir determinada capacidade. Aqui, Copeland estabelece como guerra preventiva as iniciadas por unidades em situação maior de vulnerabilidade em dada *interdependência* econômica antes que os riscos e *custos de ajustes* fossem proibitivos. Em função dessa distinção na relação termo-significado, doravante manteremos para o primeiro caso a expressão com grifo e para o segundo caso empregaremos a tradução de *guerras de cautela*. De certo que as *guerras de cautela* envolvendo unidade em ascensão e o *hegemon* equivalerão a uma *guerra hegemônica*.

<sup>293</sup> Em dada pesquisa onde se suspeita de uma relação causal e direta entre dois fenômenos, a variável independente – ou o antecedente – é aquela cuja seleção ou manipulação é do controle do pesquisador. A variável dependente – ou o conseqüente – é aquela cujos valores são comandados pela variável independente, consideradas as condições externas em que a relação direta entre os fenômenos se dá. E há situações que a relação de causalidade, consideradas as condições externas, existe, mas não é direta, havendo uma intermediação entre as variáveis independente e dependente. Quando isso ocorre, teríamos a chamada variável interveniente. Esquemáticamente falando, em uma relação causal direta entre dois fenômenos, teríamos as variáveis A (independente) e B (dependente) representadas da seguinte forma:  $A \rightarrow B$  (os valores de A causando diretamente os valores de B). Quando suspeitamos da existência de interveniência, teríamos a variável Y intermediando a relação entre A e B e a seguinte representação:  $A \rightarrow Y \rightarrow B$  (os valores de A causando diretamente os valores de Y; e os valores de Y causando diretamente os valores de B). Há um enorme debate sobre o potencial e vícios desse recurso esquemático para pesquisas dentro das humanidades e, apesar de termos selecionado a teoria das expectativas comerciais de Copeland para apoio a nossa pesquisa, somos da opinião que o recurso tem sim profundas limitações para a compreensão, explicação e predição de fenômenos humanos complexos. Para maiores esclarecimentos, ver a obra *Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research*, de Gary King, Robert Keohane e Sidney Verba.

(*interdependência*) e dependente (*guerras de cautela*)<sup>294</sup>. Assume também que a *interdependência* tende à assimetria, com uma unidade menos dependente, que no nosso caso seria o *hegemon*, e outra mais dependente, doravante referida como *dependente*. De certo que essa assimetria só seria um problema hegemônico se ela fosse acentuadamente decrescente, pois reduziria a ascendência do *hegemon* sobre o *dependente*.

A variável interveniente assumida por Copeland é a expectativa de comércio e investimentos do *dependente*, doravante referida como *expectativa*<sup>295</sup>. A ideia de *expectativa* é que dará nome a teoria desenvolvida pelo autor, a teoria da expectativa comercial. Parece oportuno ressaltar o cerne teórico de Copeland: a mutável *expectativa* da unidade *dependente* é que intermedia significativamente a relação entre *interdependência* e *guerras de cautela*.

Ao conectar causalmente *interdependência* → *expectativa* → *guerras de cautela*, o que Copeland nos diz é que os valores e as condições da *interdependência*, variáveis no tempo, condicionam os valores das *expectativas*; e são os valores das *expectativas* que condicionam a inclinação ou não para *guerras de cautela*. Em suas palavras, “em uma grande variedade de casos envolvendo grandes potências, a combinação de *interdependência* econômica com *expectativas* sobre o futuro do comércio e investimentos são forças cruciais na constituição das probabilidades de guerra entre grandes potências”<sup>296</sup>. Assim, poderíamos ter altos valores de *interdependência* gerando ou não tensões e *guerras de cautela*, a depender das *expectativas*. E as *expectativas* dependeriam da interação entre *hegemon* e *dependente*, do que seria *endógeno*, mas não só dela; dinâmicas externas a parceria, ou *exógenas*, poderiam também afetar as *expectativas*.

Como vimos, com a existência de considerável assimetria entre unidades de uma *interdependência*, a interação iria variar não em função dos resultados diretos da *interdependência*, mas em função das variações de *expectativas*. Mas se assim o é, o que explicaria dado *hegemon* não manter em valores altos as *expectativas*<sup>297</sup>? Além de não

---

<sup>294</sup> COPELAND, 2015, p. 2.

<sup>295</sup> COPELAND, 2015, p. 6.

<sup>296</sup> COPELAND, 2015, p. 3 e tradução e grifos nossos. No original: “As I will show, in a wide variety of great power settings, the combination of economic interdependence along with expectation of future trade and investment was a critical driving force shaping the probability of war and conflict between great power”.

<sup>297</sup> COPELAND, 2015, p. 38.



manter as *expectativas* em valores altos, o que explicaria dado *hegemon* atuar francamente para degradá-las<sup>298</sup>?

Para tentarmos responder as questões que encerram o parágrafo acima, iremos apresentar algumas condicionantes *endógenas* e *exógenas* em relação à *interdependência*, sob a perspectiva de Copeland. A teoria das expectativas comerciais pretende dar conta dos casos em que as *expectativas* são condicionadas por duas dinâmicas sutis e *endógenas*: a *retroalimentação* e o *comprometimento*<sup>299</sup>. Dada *interdependência* pode ser mantida, reforçada ou rompida em função de condicionantes externas a parceria *hegemon-dependente*, ou *exógenas*<sup>300</sup>. É frequente que atitudes dos parceiros gere incertezas sobre a *interdependência*, afetando a *expectativa* de forma também *exógena*<sup>301</sup>. Certamente que as condicionantes *endógenas* e *exógenas* podem, e com frequência acontece, se alimentar umas das outras. Tendo em vista a necessidade de limitar o escopo da pesquisa, daremos maior atenção às condicionantes *endógenas* da *interdependência*, observando apenas a condicionante *exógenas* que julgarmos de maior relevância no período da Conjuntura. Começemos pela questão da endogenia.

Pequenas e degenerativas atitudes reduziram a *expectativa*, alimentando incertezas inicialmente precificadas e aceitas; essas pequenas incertezas afetariam incrementalmente novas atitudes, um pouco mais degenerativas, que por sua vez elevariam ainda mais as incertezas, em uma dinâmica de retroalimentação corrosiva para a *interdependência*. Importante salientarmos que a avaliação das atitudes e incertezas é uma complexa questão de percepção, com variáveis graus de adesão a realidade<sup>302</sup>, e remete a parceria ao dilema comércio-segurança<sup>303</sup>; atitudes moderadas com incertezas baixas, predomínio da confiança e da agenda comercial e atitudes agressivas com incertezas altas,

---

<sup>298</sup> Fiori responde essas questões em um texto seminal intitulado *Formação, Expansão e Limites do Poder Global* (FIORI, 2004, p. 11). A resposta de Fiori a essas questões é de uma perspectiva sistêmica que ultrapassa os limites analíticos da interdependência econômica, e das relações endógenas e exógenas. Fiori conclui pela impossibilidade do *hegemon* cumprir, por períodos alongados, o papel de estabilizador do ordenamento.

<sup>299</sup> COPELAND, 2015, p. 39.

<sup>300</sup> Copeland cita dois exemplos: o caso em que dada *interdependência* fosse enfraquecida em função do esgotamento da matéria prima em que uma das partes é fornecedora; e o caso da avaliação do Japão no período que antecedeu a IIGM de que os EUA iriam canalizar seu esforço econômico para a Europa (COPELAND, 2015, p. 39). Nos dois exemplos, o enfraquecimento da *interdependência* é consequência mais de imposições exógenas do que escolha de pelo menos uma das partes.

<sup>301</sup> COPELAND, 2015, p. 39.

<sup>302</sup> JERVIS, 1978, p. 8.

<sup>303</sup> COPELAND, 2015, p. 39.

predomínio da desconfiança e da agenda de segurança. A composição dos fenômenos de atitudes, incertezas e retroalimentação permite que a teoria das expectativas comerciais auxilie nas reflexões sobre as duas perguntas que colocamos anteriormente sobre a corrosão hegemônica das *expectativas*. As  *sinalizações* trocadas entre *hegemon* e *dependente* seriam as ferramentas com potencial de estabilizar, atenuar ou agravar a escalada degenerativa do binômio atitudes-incertezas.

Para Copeland,  *sinalizações* como “ *mobilização, declarações públicas e formação de alianças*”<sup>304</sup> permitiriam as partes comunicarem claramente as suas percepções e intenções, reduzindo as incertezas e criando espaços de barganha para que ambos encontrem algum comprometimento que evite a espiral degenerativa e  *endógena* das  *expectativas*. Se as  *sinalizações* não reduzirem as incertezas, abrindo o espaço necessário para acomodações, as pressões de pelo menos uma das partes poderiam se intensificar na pressuposição de que a outra parte recuaria, aproximando ambos do precipício da guerra<sup>305</sup>. A parte pressionada poderia recuar, mas também poderia “dobrar a aposta”.

Por exemplo, acreditando perseguir a estabilidade, o  *hegemon* poderia exercer algum tipo de pressão sobre o  *dependente*, tendo como consequência a degradação das  *expectativas*, que alteraria de forma gradual e degenerativa as atitudes. Isso enfraqueceria mais do que fortaleceria a  *interdependência*; buscando evitar deterioração da  *interdependência*, o  *hegemon* hipotético só estaria sendo corrosivo. Ou ainda, um  *dependente* mais assertivo preventivamente, agindo para limitar os exageros hegemônicos e igualmente na busca de reforço da  *interdependência*, poderia gerar desconfianças no  *hegemon*, que, em resposta, emitiria sinais menos favoráveis para a  *expectativa*. Buscando evitar a deterioração, o hipotético  *dependente* só estaria sendo corrosivo. E as incertezas e atitudes de ambos em combinação poderiam resultar em perigosas escaladas retroalimentadas. Mas, mesmo em cenários de comunicações claras e reduções significativas de incertezas, restaria aos parceiros a séria incerteza sobre a  *interdependência* em horizontes temporais mais alongados, ou o problema do  *comprometimento*<sup>306</sup>.

---

<sup>304</sup> COPELAND, 2015, p. 40. No original: “[...] mobilization, public stands, and alliance formation [...]”.

<sup>305</sup> COPELAND, 2015, p. 40. Disso, podemos imaginar como discursos e medidas protecionistas podem afetar as  *expectativas*, inclinando lentamente a parceria para a deterioração; seria o protecionismo como o prelúdio da guerra.

<sup>306</sup> COPELAND, 2015, p. 41. Tradução e grifo nossos. No original: “commitment problem”.

A combinação retroalimentada de atitudes-incertezas comandaria os valores das *expectativas* nos horizontes temporais curtos, sendo, portanto, um mecanismo de maior controle das partes envolvidas. No longo prazo, as *expectativas* seriam comandadas pelo problema do *comprometimento*<sup>307</sup>, que podemos resumir como a capacidade de dada unidade garantir a outros o seu comportamento em futuros distantes. E o problema *endógeno* do *comprometimento* decorreria de duas incertezas alongadas, que comandariam os valores das *expectativas* nos médio e longo prazos<sup>308</sup>, sendo, portanto, um mecanismo de baixo controle das partes envolvidas. As duas incertezas, no que diz respeito a teoria das *expectativas* comerciais e independentemente de termos ou não completude de informações de curto prazo, são: *manutenção dos altos níveis de comércio e futuras posturas hostis*<sup>309</sup>.

A primeira dessas incertezas, a *manutenção dos altos níveis de comércio*, coloca o *dependente* diante da seguinte questão: devo continuar em uma *interdependência* que me torna assimetricamente mais vulnerável antes de algum estágio de equilíbrio? E a segunda das incertezas coloca o *hegemon* diante da seguinte questão: devo enfraquecer a *interdependência* antes que seus benefícios materiais tornem viável e convidativa para o *dependente* uma agressão militar?

As duas questões colocadas no parágrafo acima sugerem a possibilidade de respostas curtas e claras, o que não é necessariamente a regra. O *dependente* pode diversificar suas parcerias e buscar alguma autonomia, ao mesmo tempo que mantém alto ou reduz incrementalmente a *interdependência*, ou seja, se comporta de forma cautelosa ou *progressista*. Nessa diversificação e autonomização, o *dependente* precisaria de alguma segurança militar para garantir os dois movimentos. E o *hegemon* poderia tolerar alguma expansão militar que fosse limitada a segurança dos dois movimentos do *dependente*. O problema então passa a ser de duas naturezas: a leitura que as outras partes fariam e a frequente impossibilidade de se dissociar categoricamente os meios militares de conservação e de ruptura. O esforço de diversificação do *dependente* poderia ser lido só como

---

<sup>307</sup> COPELAND, 2015, p. 41.

<sup>308</sup> Essa decomposição das incertezas em curto e médio/longo prazo é artificial e só tem valor analítico e para esclarecimento da argumentação, uma vez que as incertezas de diferentes temporalidades são inseparáveis na realidade.

<sup>309</sup> COPELAND, 2015, p. 40.

diversificação ou como queda de *comprometimento*; a tolerância do *hegemon* poderia ser interpretada como esforço de *comprometimento* ou como fraqueza.

Como as atitudes em um futuro alongado pouco dependem das situações e lideranças atuais, o *comprometimento* requer uma considerável convergência entre as partes no presente, convergência essa que seria condição necessária, mas não suficiente. Copeland julga o *comprometimento* um aspecto tão sério que sugere que guerras poderiam se iniciar mesmo quando houvesse boa vontade entre as partes e completude de informações<sup>310</sup>. Isso significa dizer que o futuro não poderia ser deixado ao duplo acaso dos desdobramentos do presente e das realidades do porvir; o futuro precisaria ser construído, o que está longe de ser óbvio. Resta saber se esse esforço de construção é ou não uma desvairada ingenuidade humana.

Até aqui, consideramos abstratamente a *endogenia* da parceria *hegemon-dependente*. Seleccionamos e apresentamos os aspectos analíticos de: *assimetria*; *retroalimentação*; *sinalizações* (mobilização, declarações públicas e formação de alianças); e *comprometimento*. A partir do próximo parágrafo, consideraremos as condicionantes *exógenas* a *interdependência* e que julgamos de valor analítico para pesquisa. Vejamos a seguir as questões que são *exógenas* a *interdependência*.

Copeland apresenta seis condicionantes *exógenas* que inclinariam o *hegemon* a corrosão das *expectativas* de uma *interdependência* por ele construída e que tão bem teria lhe servido, dos quais somente uma restará de nosso interesse. Três delas dizem respeito a terceiras partes e que, por necessidade de limitação da pesquisa e por julgar que não foram condicionantes de peso na Conjuntura, iremos declinar em nossas considerações<sup>311</sup>. As outras

---

<sup>310</sup> COPELAND, 2015, p. 41.

<sup>311</sup> A primeira condicionante seria em que medida os interesses de dada terceira parte limitariam as ações do *hegemon* de reforço a *interdependência*. A segunda condicionante, o grau de instabilidade política doméstica em terceiras partes necessárias ao desenvolvimento econômico do *hegemon* ou *dependente*. E a terceira condicionante seria a ação de uma quarta parte contra uma terceira, que forçasse a interferência do *hegemon* com prejuízo aos interesses e expectativas do *dependente* (COPELAND, 2015, p. 44). Para a nossa pesquisa, a questão de Taiwan, que ocupa com frequência os noticiários e se enquadraria na segunda condicionante, não afetou significativamente a *interdependência* na conjunturas de nosso interesse, sendo mais uma questão de afirmação dos EUA e RPC do que a razão primeira da tensão entre as duas unidades. Lembramos que os dois países se envolveram em três sérias crises por conta de Taiwan (1954-1955, 1958 e 1995-1196) e ainda assim cresceram em interdependência. Concordamos com Copeland que uma dessas três condicionantes *exógenas*, notadamente a segunda, poderia desencadear uma rápida deterioração da *interdependência* e a precipitação de uma *guerra hegemônica*, o que não se deu até o presente momento; seria mais um gatilho ou uma ocasião para uma tensão já marcha do que propriamente uma condicionante.

três seriam: ganhos agregados e sustentados do dependente; exaustão de recursos naturais a disposição do *hegemon*; e política interna do *hegemon*. Como não antecipamos na Conjuntura impactos relevantes das duas últimas condicionantes *exógenas*, de exaustão de recursos naturais e a da política interna<sup>312</sup>, essas, a exemplo do que fizemos com a questão das terceiras partes, serão desconsideradas em nossa pesquisa. Vejamos então a questão do crescimento do *dependente*.

O crescimento inicial do *dependente*, como já dissemos, seria desejável e benéfico a expansão hegemônica. Mas se esse crescimento se transmutar em algo sustentado, diversificado, razoavelmente independente da parceria e capaz de reduzir as assimetrias de benefícios<sup>313</sup>, a postura do *hegemon* poderia mudar de incentivo para tolerância, e de tolerância para cautela, e de cautela para contenção. Essas mudanças de postura seriam mais rápidas e acentuadas no caso de o *dependente* conseguir converter os benefícios da interdependência em recursos militares utilizáveis em esforço de contestação. Nos estágios de cautela e contenção, o *hegemon* poderia decidir pela redução da *interdependência* enquanto ainda fosse possível limitar a ascensão do *dependente*.

Vimos então as condicionantes *endógenas* e *exógenas* de dada *interdependência* que, compostas e realimentadas, inclinariam as *expectativas* e as escolhas políticas no espectro comércio-segurança, criando ou não a tendência a uma *guerra de cautela*. A *endogenia* nos convida a observar nas conjunturas de interesse os aspectos analíticos de: *assimetria; expectativas; retroalimentação; sinalizações (mobilização, declarações públicas e formação de alianças); e comprometimento*. A condicionante *exógena* do crescimento do *dependente* nos convida a observar os aspectos analíticos de: *crescimento sustentado e diversificado; alternativas do dependente a parceria; redução de assimetrias; conversão de benefícios materiais em recursos militares; e redução da interdependência*. A observação e composição dos aspectos observáveis aqui enumerados na conjuntura de interesse nos

---

<sup>312</sup> Copeland aponta uma disfunção muito específica na política interna do *hegemon*, que seria a divergência entre executivo e legislativo sobre a continuidade da *interdependência*, onde o primeiro seria favorável a parceria, mas incapaz de convencer o segundo (COPELAND, 2015, p. 46). Em que pese a existência de sérias disfuncionalidades na política interna dos EUA, já manifestas na Conjuntura de interesse, notadamente as questões interconectadas da polarização e populismo, essa disfunção específica entre executivo e legislativo sobre a *interdependência* não foi notada na Conjuntura. A denúncia dos alegados prejuízos econômicos dos EUA em função da *interdependência* com a RPC tem sido mais um fator de convergência do que de divergência na política interna.

<sup>313</sup> COPELAND, 2015, p. 45.

auxiliará nas considerações sobre *expectativa*, *comprometimento* e as relações entre *hegemon* e *dependente*, indicando algo sobre a tendência ou não de uma *guerra de cautela*.

Tendo nos debruçado sobre a teoria das expectativas comerciais de Copeland e dela retirado aspectos observáveis a serem pesquisados e considerados na Conjuntura abarcada pela pesquisa, apresentaremos a seguir as considerações parciais deste capítulo, que constituirão os alicerces abstratos da pesquisa.

## 2.5 Considerações parciais

No presente capítulo, nos propusemos a construir os alicerces abstratos que orientarão a pesquisa. Essa construção seguiu dois grandes eixos, que nos dirão o “como” olhar o objeto principal e o “que” considerarmos no objeto secundário, ou Conjuntura.

No primeiro, inspirado na *práxis* de Fiori, buscamos a compreensão e algum domínio da capacidade de transitar com o objeto entre a crônica, a conjuntura em que o objeto se insere e a estrutura. Para a aquisição desse domínio, recorreremos a obras de Braudel, Dosse e do próprio Fiori. Esperamos com isso sermos capazes de situar o objeto para além do seu *em si*, considerando sua inserção nas diferentes temporalidades, o que Fiori chamou de *sincronia significativa*. Restou claro, desse esforço, que o domínio dessa *práxis* está décadas a frente da nossa capacidade atual. Isso porque o exercício dela requer fluidez, oriunda da repetição continuada em torno dos mais diversos objetos, e larga base histórica. E a fluidez e a História não nos chegarão nos limites estreitos desta pesquisa. Mas o esforço empreendido nesse primeiro eixo nos fornece amparo suficiente para o que será o desenho geral da pesquisa.

No segundo eixo buscamos, a partir das construções analítica de Gilpin e teórica de Copeland, identificar aspectos observáveis de interesse, com algumas reflexões sobre as suas interações, que nos permitam um olhar holístico e atento da Conjuntura em que o objeto de pesquisa parece encerrar. Esses aspectos, tratados ao longo do capítulo, são os indicadores amplos que orientarão as buscas de evidências e o posterior confronto entre o objeto principal e a Conjuntura. Dessa comparação, esperamos tornar explícitas as tendências tectônicas que se movimentam no SI e que serão integradas ao nos aproximarmos do final da

pesquisa. Apresentamos a tabulação dos aspectos observáveis no anexo A, de modo a não carregar em demasia essas considerações parciais.

Dois eixos formam a nossa lente epistemológica, de algum valor investigativo e analítico, mas de pouco valor preditivo. A lente não nos diz aonde chegaremos, mas de onde partiremos. Agora, estamos em condições de apresentar o desenho geral da pesquisa com um pouco mais de clareza.

Já apontamos e delimitamos a Conjuntura na qual o objeto de pesquisa, *pivot* para a Ásia, está inserido e que talvez constitua ele mesmo *acontecimento* fronteiriço. Com a Conjuntura delimitada e orientados pelos aspectos observáveis, buscaremos as evidências. De posse das evidências, faremos dois esforços. No primeiro, integraremos as evidências dentro da Conjuntura; no segundo, transitaremos com o objeto pelo apurado para a Conjuntura. Buscaremos ainda ficar atentos às alterações incrementais que eventualmente tenham se imposto sobre a estrutura. Por fim, combinando o que encontramos nos esforços, teremos um quadro mais claro não só da Conjuntura como de eventuais transformações ou tendências estruturais.

De posse de um entendimento mais claro da Conjuntura, teremos condições de retornar às considerações de *acontecimento* ou não do objeto de pesquisa, buscando seu significado para além do seu *em si* e escapando das ilusões do tempo da crônica. Pretendemos ao final desse esforço, sermos capazes de sustentar a tese da pesquisa.

Ao concluirmos a investigação abstrata de que trata este capítulo, não podemos nos furtar de questionarmos o valor dessas esforços. Nos debruçaremos sobre uma conjuntura muito recente, cuja História ainda não está decantada. Então, o que seria mais relevante, a lente epistemológica que orientará as observações ou as conclusões derivadas dessas mesmas observações? Embora desconfiemos que não chegaremos à resposta nos limites desta pesquisa, parece claro que a lente construída é menos confusa e complexa do que as realidades do passado aproximado e do fugidio e continuado presente-futuro. Mas é preciso salientar que a lente construída é demasiadamente específica, tendo serventia para a compreensão de um tipo muito específico de transição do par estrutura-conjuntura, a que envolve a atual e franca interdependência econômica.

A seguir, passaremos a apresentar e considerar as evidências da Conjuntura, coletadas a partir dos aspectos observáveis de interesse indicados por Gilpin e Copeland.



### 3 A Conjuntura

No Capítulo anterior apresentamos os recursos de abstração que orientarão a busca e tratamento das evidências. Neste Capítulo apresentaremos e consideraremos as evidências para, em seguida, transitarmos com o objeto pela Conjuntura. Pretendemos que esse transitar nos indique não só a condição ou não da reorientação estratégica enquanto *acontecimento* mas também que aspectos da Conjuntura sofreram as transformações de maior relevância. A comparação dessas transformações, considerando os modelos de Gilpin e Copeland, nos fornecerá o sustentáculo da tese desta pesquisa: os crescentes riscos sistêmico da Conjuntura derivaram mais da *interdependência* do que do declínio hegemônico.

Veremos que a decisão de *pivot* para a Ásia representa um momento em que sérias transformações do para Conjuntura-estrutura estavam claras, com razoável amparo no pesquisado a partir de Gilpin e forte amparo a partir de Copeland. Também que a Conjuntura não exibiu clara e acelerada transição declinante e que não foram formadas as condições para uma *guerra hegemônica*. Por outro lado, as condições para uma *guerra de cautela* se formaram ao término da Conjuntura a partir da deterioração das expectativas curtas e alongadas da RPC.

O Capítulo está dividido em duas partes, onde trataremos das mudanças estruturais e da *interdependência*.

#### 3.1 Mudanças estruturais

Vimos no capítulo 2 que mudanças políticas, econômicas e tecnológicas poderiam alterar o *diferencial de poder*, com prováveis impactos na *hierarquia de prestígio*, gerando ou não, e em diferentes graus, um *desequilíbrio sistêmico*, a depender não só do diferencial como do *esforço de arrasto*. Vimos ainda que as unidades exibem comportamentos tipificáveis - *submissas, progressistas, revisionistas e conservadoras* - em relação *diferencial de poder* e ao *desequilíbrio sistêmico*. As guerras no período podem ser *triviais*, de *hegemonia* e *hegemônicas*, sendo as últimas as com consequências sérias na estrutura do SI. E são esses os aspectos observáveis e de interesse que iremos considerar sobre a Conjuntura para, em

seguida, integrá-los e concluirmos sobre a existência ou não de *desequilíbrio sistêmico* seu grau, com impacto ou não na estrutura.

Passaremos, a seguir, a questão do *desequilíbrio sistêmico*.

### 3.1.1 Desequilíbrio sistêmico

O *desequilíbrio sistêmico* será considerado por meio de duas categorizações subjetivas sobre os aspectos de *diferencial de poder* e *arrasto*. Na primeira, será avaliada a sua existência ou não. E na segunda, o seu grau, podendo ser baixo, médio e alto para os diferenciais político, econômico e tecnológico.

A pesquisa permitirá concluirmos que o *diferencial de poder* político entre a RPC e os EUA transitou de alto para médio; o econômico continuou alto em favor dos EUA; e o tecnológico saiu de alto para médio. Veremos que o *diferencial de poder* entre os EUA e a RPC saiu de alto para médio. O *hegemon* manteve alta a sua capacidade de *arrasto* ao mesmo empo em que começaram a perceber distorcidamente a realidade sistêmica.

Veremos a seguir os aspectos observáveis de *diferencial de poder* e *arrasto*, começando pelo *diferencial de poder*.

#### 3.1.1.1 Diferencial de poder

Nossa investigação sobre o *diferencial de poder* irá considerar os campos político, econômico e tecnológico. Ao final, pretendemos integrar os três campos e concluirmos sobre a alteração ou não do diferencial e seu grau. Vejamos em primeiro lugar o aspecto político do *diferencial de poder*.

*Diferencial de poder* político era alto no início da Conjuntura. A Conjuntura tem início com uma enorme assimetria de poder entre a superpotência remanescente da guerra fria e o resto do mundo<sup>314</sup>. A então URSS, o polo oposto da ordem bipolar que se desmonta,

---

<sup>314</sup> FIORI, 2004, p. 94. O autor sustenta que nesse momento da História o mundo testemunha o estabelecimento no SI de um "Império Global". Em outra obra editada em 2008, O mito do colapso americano, Fiori aponta que a enorme assimetria de poder dos EUA no pós-1991 só vai mostrar verdadeira dimensão no pós-11/SET (FIORI, 2008, p. 37).

implode. A RPC, uma potência de envergadura regional e ambições globais não está, ainda, à altura de despertar preocupações no *hegemon*. E o processo de enquadramento dos principais aliados do pós-II GM, Europa e JAP, iniciado no final da década de 1970<sup>315</sup> está maduro, reduzindo as chances de contestação do *diferencial de poder* dentro do remanescente bloco ocidental<sup>316</sup>. Uma grande assimetria se forma e não poderia existir sem sua siamesa, a contestação.

O alto *diferencial de poder* político no início da Conjuntura estimula o desenvolvimento das capacidades de contestação. No plano internacional, os EUA se apresentavam como o grande vitorioso da guerra fria, já contemplando um projeto de hegemonia global unilateralista<sup>317</sup> mesmo antes da derrocada efetiva da URSS. A implementação desse projeto admitia considerável grau de flexibilidade e combinações em seus princípios e meios, oscilando desde a contenção ativa e predominantemente militar até a globalização comercial e econômica, tutelada por um “império mundial cosmopolita”<sup>318</sup>. Viável no início da Conjuntura, o projeto não era capaz de inibir as ambições e ressentimentos de dois atores de peso da guerra fria: RPC e RUS<sup>319</sup>, que formularão percepções próximas com relação a atuação do *hegemon*.

As capacidades de contestação militar foram percebidas como uma necessidade existencial pela RPC. A visão unilateralista, já concebida e em curso, ainda que na forma suave do globalismo, inicia na Conjuntura uma transição lenta e profunda do SI. Sai da aceitação racional dos interesses das unidades, de suas soberanias e autonomias e da tolerância a diversidade para a afirmação da existência de valores universais e necessários. É uma mudança fundamental imposta ao SI pelo *hegemon*, fugidia na confusão da crônica, mas perceptível no tempo da Conjuntura. Nas palavras de Foot:

O foco passou de um entendimento pluralista no qual a sociedade internacional aceitava uma ética da diferença entre cada Estado soberano, para um outro definido em termos solidaristas – a ideia segundo a qual há valores comuns globais que merecem ativa defesa da sociedade

---

<sup>315</sup> BELLUZZO e TAVARES, 2004, p. 125.

<sup>316</sup> KISSINGER, 2015, p.192. O autor se refere especificamente ao caso do Japão.

<sup>317</sup> FIORI, 2004, p. 96 e 97.

<sup>318</sup> FIORI, 2004, p. 97.

<sup>319</sup> FIORI, 2021, p. 9. Fiori (Org) argumenta, na apresentação de sua obra “Sobre a Paz”, que a imposição da paz sobre os derrotados é, com frequência, a força motriz das guerras do porvir.

internacional. A ênfase passou a estar em noções de bem comum e não mais nos interesses independentes de países soberanos<sup>320</sup>.

Essa visão tem duas consequências de interesse. Ataca a ordem de Westfália, que foi uma acomodação prática, baseada na soberania e no equilíbrio de poder, e não em um conjunto de reflexões morais, onde “divisão e multiplicidade, um acidente na história da Europa, passaram a ser as principais características de um novo sistema de ordem internacional com uma filosofia própria e distinta”<sup>321</sup>. E atiza as preocupações da RPC com interferências em seus assuntos internos<sup>322</sup>. Com isso, a RPC se viu em uma armadilha de integração: se submetia ou se preparava para estabelecer limites aos ataques a ordem internacional acordada até então. A capacidade de se defender no SI do início da Conjuntura pode a ser uma questão vida ou morte para a RPC e aumentar suas despesas militares parece o corolário óbvio.

A RPC decidiu aumentar seu poder militar em resposta a ameaças existenciais. Dois eventos do início da Conjuntura I, a Guerra do Golfo (1991)<sup>323</sup> e Terceira Crise do Estreito de Taiwan (1996), indicaram claramente a considerável assimetria de poder militar não só entre a RPC e EUA, mas como a deste com relação ao resto do mundo. A intervenção americana no Kuwait aconteceu com aprovação internacional, em um exercício de liderança hegemônica consensual. Além da disposição para o consenso nesses momentos iniciais da Conjuntura, um outro sinal foi emitido pelo *hegemon*. Em uma espécie de dissuasão estendida, anunciou sem declarações formais que capacidade bélica convencional a disposição do *hegemon* era irresistível<sup>324</sup>. E a Terceira Crise de Taiwan, na forma de uma coerção explícita, salientou ainda mais a fragilidade relativa da RPC<sup>325</sup> em sua pretensa área de influência. Os dois eventos reacenderam a crença maoísta de que o poder nasce do cano de uma arma, levando a conclusão de que seria necessário aumentar os esforços de conversão de recursos econômicos em militares<sup>326</sup>, pelo menos em níveis suficientes para

---

<sup>320</sup> FOOT, 2010, p. 10.

<sup>321</sup> KISSINGER, 2015, p. 11.

<sup>322</sup> BRESLIN, 2010, p. 39.

<sup>323</sup> Ainda sob as enormes incertezas oriundas da queda do muro de Berlin (1989) e das tensões da cambaleante URSS, que viria a deixar de existir em dezembro de 1991.

<sup>324</sup> FIORI, 2004, p. 99.

<sup>325</sup> ALLISON, 2020, p. 158.

<sup>326</sup> Dados corrigidos para valores presentes do Banco Mundial indicam um aumento de mais de dez vezes no orçamento militar da RPC entre 1990 e 2010, enquanto as despesas dos EUA pouco mais do que dobram no mesmo período. As despesas partem de patamares bem diferentes, o que significa que o aumento da RPC em um primeiro momento, tende a ser mais fácil do que para os EUA. A RPC parte de 9,926 bilhões de USD,

impor perdas desproporcionais aos EUA em caso de intervenções no Sul e Sudeste Asiático<sup>327</sup>. Fica claro também que a capacidade bélica do *hegemon* não se limitaria ao uso em crises e conflitos de natureza estritamente militar. Poderia ser usada para sufocar a economia chinesa<sup>328</sup> - importações e exportações -, que é altamente dependente do escoamento marítimo por regiões facilmente estranguláveis. E a escolha da RPC de incrementar a conversão de recursos econômicos em militares se dá em uma região delicada do SI.

As regiões do Sul e Sudeste asiático são de natureza tensa e perigosa e a RPC e os EUA possuíam percepções e diferenças políticas fundamentais, o que agravou a situação. A queda do muro de Berlin criou condições favoráveis para o avanço do projeto supranacional na Europa, em uma tentativa de superação do paradigma westfaliano. Mas no Sul e Sudeste asiáticos o paradigma westfaliano e sua derivada primeira, o equilíbrio de poder, se impunha claramente<sup>329</sup>, com o agravante de ter que acomodar o rápido e “dramático ressurgimento de uma civilização de cinco mil anos e 1,4 bilhão de habitantes”<sup>330</sup>, com históricos problemas fronteiriços<sup>331</sup>. E “a busca simultânea de tantos programas de construção de prestígio nacional introduz um grau de volatilidade na ordem regional”<sup>332</sup>. Vejamos agora o que nos diz Kissinger sobre as diferentes percepções dos dois principais atores da região:

As formações culturais e políticas dos dois lados divergem em aspectos importantes. O enfoque americano em relação à política é pragmático; o da China é conceitual. Os Estados Unidos nunca se viram sob ameaça de um vizinho poderoso; a China nunca esteve sem um vizinho poderoso nas suas fronteiras. Os americanos sustentam que para cada problema há uma solução; os chineses pensam que cada solução é um ingresso para uma nova série de problemas. Os americanos buscam um resultado que seja uma resposta às circunstâncias imediatas; os chineses se concentram na mudança dentro de uma perspectiva evolutiva. Os americanos esboçam um programa com itens práticos, que possam ser ‘entregues’; os chineses estabelecem princípios gerais e analisam onde todos eles irão conduzir. O pensamento chinês é moldado em parte pelo comunismo, mas adota numa medida cada vez maior um modo de pensar tradicionalmente chinês; os

---

enquanto os EUA partem de 32,129 bilhões de UDS. Acesso em 12/04/2022, no sítio: <https://data.worldbank.org/indicator/MS.MIL.XPND.CD?locations=CN-US>. Na verdade, um programa de investimentos militares já estava em curso na RPC desde o final da década de 1980, mas se acelerou a partir da década de 1990 (ALLISON, 2020, p. 40). Para uma avaliação mais cuidadosa de dados de despesas militares comparativos entre os EUA e a RPC, ver ALLISON, 2020, p. 160 e 253.

<sup>327</sup> ALLISON, 2020, p. 40.

<sup>328</sup> ALLISON, 2020, p. 247.

<sup>329</sup> KISSINGER, 2015, p. 370.

<sup>330</sup> ALLISON, 2020, p. 252.

<sup>331</sup> KISSINGER, 2011, p. 37.

<sup>332</sup> KISSINGER, 2015, p.214 e 215.

americanos não se mostram intuitivamente familiarizados com nenhum dos dois<sup>333</sup>.

Assim, tínhamos um quadro regional de natureza volátil, de disputas westfalianas entre unidades muito próximas - a exemplo do que se deu na Europa a partir do século XVI e XVII e um jogo pouco conhecido pelos EUA - equilibrando seus poderes ao mesmo tempo em que tentavam acomodar um gigante que ressurgiu rapidamente. Essa situação já seria complicada mesmo que a RPC não tivesse a clara intenção de afirmações regionais mais incisivas e que os dois principais atores estivessem alinhados em termos de crenças e percepções. A instabilidade regional encontrou um quadro de gradual redução do *diferencial de poder*.

O início da Conjuntura é marcado por grande *diferencial de poder* político entre EUA e RPC, que se foi se reduzindo gradualmente. Uma política externa gradualmente mais ambiciosa e assertiva<sup>334</sup> da RPC, seja por razões regionais/globais ou por preocupações com instabilidades internas<sup>335</sup>, foi a razão e o agravante de um problema crônico e por si mesmo complicado, o de acomodar a ascensão da RPC. A reinserção internacional da RPC só poderia acontecer com o aumento de recursos destinados a redução do *diferencial de poder* com relação a atores regionais e, principalmente, com relação ao *hegemon*. Mesmo que esses recursos não fossem ainda os necessários para impedir ou afastar a presença hegemônica, a pura existência da ameaça de um poder militar capaz de ferir alguém que tem compromissos espalhados pelo mundo já impõe uma considerável redução de *diferencial de poder*<sup>336</sup>. Isso porque mesmo essa limitada capacidade poderia desencadear uma difusa onda de contestações. A redução do *diferencial de poder* foi se acelerando, na medida em que a Conjuntura se desdobrava, reduzindo gradualmente a vantagem hegemônica<sup>337</sup> na região. Mas essa redução estava sujeita a certos limites.

A redução do *diferencial de poder* político não foi linear nem condenatória da superioridade dos EUA. O primeiro aspecto foi que os substanciais investimentos materiais da RPC são condições necessárias, mas não suficientes para a redução significativa do *diferencial de poder* político do *hegemon*; aspectos não materiais como “estabelecimento de

---

<sup>333</sup> KISSINGER, 2015, p. 228.

<sup>334</sup> ZAKARIA, 2020, p. 60.

<sup>335</sup> BRESLIN, 2010, p. 39.

<sup>336</sup> ALLISON, 2020, p. 95.

<sup>337</sup> JOFFE, 2015, p. 227.

agendas, habilidades diplomáticas, reputação e atratividade cultural”<sup>338</sup> são aquisição mais lenta e limitam a capacidade de redução. Um segundo aspecto é que a diferença em termos de arsenais nucleares, recursos de última instância, não foi significativamente reduzida na Conjuntura<sup>339</sup>. Em terceiro lugar, ainda que tenha havido um decréscimo absoluto e material na diferença entre os recursos militares convencionais no período, o indicador mais útil seria o de que capacidades de contestação essas reduções trariam. E para Joffe, em termos de capacidades de recursos militares convencionais e colocando as despesas em perspectiva, a redução não foi tão grande como parece<sup>340</sup>. Assim, a Conjuntura realmente presenciou uma redução do *diferencial de poder* político no período, mas essa redução encontrou limites e não afetou decisivamente a posição dos EUA. Sintetizaremos a seguir o que restou sobre o *diferencial de poder* político entre RPC e EUA na Conjuntura.

O *diferencial de poder* político era alto no início da Conjuntura, com a realização do que Fiori chamou de um Império Global. Essa assimetria de início de Conjuntura estimulou o desejo e os esforços de desenvolvimento de capacidades contestatórias pela RPC, que percebia essas mesmas capacidades como uma garantia existencial. Essa dinâmica de reinserção regional e global de um ator de peso se deu em uma parte delicada do SI, agravadas pelas significativas diferenças de visão e percepção entre RPC e EUA<sup>341</sup>. O *diferencial de poder* político entre RPC e EUA se reduziu ao longo da Conjuntura, mas a redução encontrou limites. Ameaçou a supremacia, mas não ao ponto de condenar a superioridade regional do *hegemon*. Aqui, o *diferencial de poder* transitou de alto para médio. Tendo investigado e sintetizado o aspecto político do *diferencial de poder* entre RPC e EUA, passaremos a considerar o aspecto econômico.

A RPC aumentou significativamente a sua participação na economia mundial. O crescimento econômico da RPC durante a Conjuntura impressiona<sup>342</sup>. Em 1990 a RPC respondia por 1,28% do PIB mundial, logo atrás do Brasil (1,38%) que ocupava a décima

---

<sup>338</sup> No original: “agenda setting, diplomatic skills, reputation, cultural attraction” (JOFFE, 2015, p. 92).

<sup>339</sup> JOFFE, 2015, p. 93.

<sup>340</sup> JOFFE, 2015, p. 92 a 98.

<sup>341</sup> Na segunda metade da Conjuntura, a RPC aumenta sutilmente seus esforços de inserção em três regiões afastadas do seu entorno, Caribe, África subsaariana e América do Sul.

<sup>342</sup> Existe um enorme debate sobre os dados que são considerados na produção de macro indicadores econômicos e sobre o quanto cada um desses indicadores conseguem representar a realidade. Para os efeitos dessa pesquisa, preocupada com alterações Conjunturais e estruturais, considerações simplificadas sobre os dados e indicadores são suficientes.

classificação na lista global, contra 21,08% dos EUA, que liderava a lista; em 2012 a RPC já ocupava a segunda posição e passou a responder por 9,77% contra 18,56% dos EUA<sup>343</sup>, ainda isolado na liderança. Embora a RPC tenha crescido seu percentual do PIB mundial, dentro de um fenômeno mais amplo e denominado “ascensão do resto”<sup>344</sup>, a redução do percentual dos EUA não foi em valores alarmantes<sup>345</sup>. Contudo, já ficava claro que “enquanto a União Soviética rivalizava com os Estados Unidos apenas militarmente, a China está emergido como um rival militar e econômico – anunciando uma mudança profunda na distribuição de poder”<sup>346</sup>. Certo que não existe garantias de que um elevado percentual do PIB mundial tenha correspondência direta no *diferencial de poder*, mas é razoável assumir que a correlação seja alta<sup>347</sup>. Mas o crescimento econômico, com o seu reflexo na participação do PIB mundial, não conseguiria, em tese, se manter de forma linear e sustentada. Também não constitui um indicador completo.

A RPC não enfrentou, na Conjuntura, as limitações naturais as altas taxas de crescimento. Altas taxas de crescimento econômico, com ou sem variação na participação do PIB mundial, já foram observadas em outros países da região, que seguiram um modelo de desenvolvimento similar<sup>348</sup>. Só que as altas taxas de crescimento tendem ao transiente, encontrando enormes dificuldades de se sustentar para além dos momentos iniciais<sup>349</sup>; “o crescimento é sempre espetacular, quando iniciado de patamares baixos”<sup>350</sup> mas, na medida em que a economia fica madura, as taxas de crescimento tendem a diminuir<sup>351</sup>. Cabe observar que a escala da capacidade de produção e principalmente a dimensão do mercado interno da

---

<sup>343</sup> Dados obtidos em 18/04/2022 e no sítio [https://www.theglobaleconomy.com/rankings/gdp\\_share/](https://www.theglobaleconomy.com/rankings/gdp_share/). Joffe sustenta que, em 2012, a economia americana ainda era 3 vezes a do JAP e 2 vezes a da RPC (JOFFE, 2015, p. 73). E afirma que era 27% da economia mundial em 1970 contra 25.4% em 2012 (JOFFE, 2015, p. 80), uma redução pequena se considerarmos o longo período e o fenômeno da Ascensão do Resto. Allison, por sua vez, sustenta que a participação da economia americana na economia global saiu de 50% no pós Guerra para 16% com a ascensão da RPC. A RPC saiu de 2% na década de 1980 para 18% em 2016 e estará em 30 em 2040, contra 11% dos EUA (ALLISON, 2020, p.17). Os dados apresentam divergências, mas, salvo melhor juízo, não o suficiente para invalidar nosso argumento.

<sup>344</sup> Para maiores esclarecimentos, ver a Parte II da obra “A corrida pelo crescimento: Países em desenvolvimento na economia mundial”, de Deepak Nayyar.

<sup>345</sup> JOFFE, 2015, p. 80.

<sup>346</sup> IKENBERRY, 2010, p. 66.

<sup>347</sup> ALLISON, 2020, p. 40.

<sup>348</sup> JOFFE, 2015, p. XV, 20, 21e 25.

<sup>349</sup> JOFFE, 2015, p. 80.

<sup>350</sup> Tradução nossa e no original: “Growth is always spectacular When it starts from low base” (JOFFE, 2015, p. 81).

<sup>351</sup> JOFFE, 2015, p. 83.



RPC particulariza a situação. Na Conjuntura, o crescimento da RPC se deu predominantemente pela exploração de sua capacidade produtiva, voltada para atender as exportações; a expansão de seu mercado interno não foi explorada em toda a sua potencialidade. Mas, como visto no parágrafo anterior, o crescimento da RPC não esbarrou em limitações de retorno decrescente. Mas é preciso olharmos com algum cuidado os indicadores mais amplos de redução de *diferencial de poder econômico*.

Para o interesse de considerações Conjunturais, limitaremos a investigação do *diferencial de poder econômico* a quatro aspectos: tamanho do PIB, renda *per capita* ajustada pelo PPC<sup>352</sup>, participação das economias no total do mundo e vantagem da dominância. Começaremos pela questão do PIB.

Na Conjuntura em consideração, 1991-2012, PIB da RPC sai de 383 para 8.535 bilhões de USD correntes, enquanto o dos EUA variam de 6.158 para 16.197 bilhões de USD<sup>353</sup>. Ou seja, o PIB dos EUA que representava mais de 22 vezes o da RPC no começo da Conjuntura, passa a representar menos de 2 vezes ao término; em termos absolutos é uma redução que impressiona, isso em curto intervalo de tempo<sup>354</sup>. Mas impressiona também o crescimento da economia americana no período<sup>355</sup>, que, mesmo partindo de patamares elevados de PIB, consegue manter uma média anual de crescimento de 2,47 de 1990 a 2012<sup>356</sup>. Vejamos a questão do PIB per capita.

Quando consideramos o PIB *per capita* corrigido pelo PPC<sup>357</sup>, temos a RPC saindo de 1.534,71 USD em 1991 para 10.370,73 USD em 2012, de 143ª para 108ª no *ranking* global;

---

<sup>352</sup> “A paridade do poder de compra (PPC) é uma métrica que compara as moedas de diferentes países através de um índice para o poder de compra. A abordagem desta medida considera a quantidade em moeda para adquirir um conjunto de produtos e serviços em um país, que pode ser comparada com a medida de outros”, acesso em 21/04/2022 e no sítio: <https://www.dicionariofinanceiro.com/paridade-poder-compra/>.

<sup>353</sup> Acesso em 21/04/2022 e no sítio: [https://www.theglobaleconomy.com/rankings/GDP\\_current\\_USD/](https://www.theglobaleconomy.com/rankings/GDP_current_USD/).

<sup>354</sup> Joffe chama atenção para os cuidados que precisamos ter ao considerarmos a velocidade de expansão de dada economia. Em suas palavras: “Speed does not measure what truly matters in comparing national economies. It is size and weight that count [...] If leading economy is a huge as the American one, a small growth rate still adds a lot of weight every year” e “And though speed fascinates, mass counts for more when calculating relative economic power” (JOFFE, 2015, p. 86).

<sup>355</sup> FIORI, 2004, p. 8.

<sup>356</sup> Acesso em 22/04/2021 e no sítio: <https://www.statista.com/statistics/188165/annual-gdp-growth-of-the-united-states-since-1990/#professional>.

<sup>357</sup> Joffe faz restrições ao uso desse indicador específico por distorcer o quadro em favor do argumento de que os EUA estão declinando significativamente em relação a RPC. Sustenta que as questões de custo de mão de obra e desvalorização cambial afetariam a capacidade do indicador em oferecer uma representam fidedigna da realidade (JOFFE, 2015, p. 84).

no mesmo período, os EUA saíram de 38.469,32 USD para 55.581,41 USD, mudando muito pouco a sua posição, de 10º para 12º<sup>358</sup>. Ou seja, a relação entre as *rendas per capita* ajustadas pelo PPC sai de 25 para pouco mais de 5 vezes em favor dos EUA. A redução também impressiona, mas notemos que é por um fator menor do que a redução entre os PIB das unidades. Passemos a participação das economias no panorama mundial.

Já apresentamos anteriormente os dados sobre a participação dos PIB das duas unidades na economia mundial. Vimos que a RPC respondia por 1,28% do PIB mundial em 1990 e os EUA 21,08%; em 2012 a RPC ocupava a segunda posição e passou a responder por 9,77% contra 18,56% dos EUA, que continuava o primeiro da lista. Notemos aqui que há uma significativa desproporção entre o avanço da RPC e a queda dos EUA na economia mundial. A RPC vê sua participação aumentar em 760%, enquanto os EUA têm sua participação reduzida em apenas 14%, o que sugere que o avanço da participação chinesa na economia mundial foi em detrimento de um grupo mais espalhado de unidades e não somente com prejuízo dos EUA. Por fim, chegamos à questão da vantagem da dominância.

A vantagem da dominância nos indica, em termos amplos, o quanto o *hegemon* conseguiu converter sua posição em benefícios. No final da II GM, os EUA criaram o ordenamento da economia de boa parte do mundo. Esse ordenamento, embora benéfico para uma série de unidades, foi mais cuidadoso com os interesses dos próprios EUA. E a expansão de empresas e interesses econômicos dos EUA pelo mundo foi algo sem paralelo na História.

Em conjunturas anteriores, alguns aliados se recuperaram das perdas da II GM dentro do ordenamento criado e mantido pelos EUA. Mas esse mesmo ordenamento, que nasceu cooperativo, durou pouco. Foi gradualmente substituído por uma nova ordem, onde EUA e “Inglaterra promovem uma maior abertura da ordem financeira mundial através de uma ação rigorosamente unilateral e que a liberalização unilateral se mostrou eficaz para o rápido aumento da atividade financeira internacional”<sup>359</sup>. Além disso, o aumento da atividade financeira internacional, sob a tutela dos EUA, lançou as bases para um domínio da economia

---

<sup>358</sup> Acesso em 21/04/2022 e no sítio: [https://www.theglobaleconomy.com/rankings/GDP\\_per\\_capita\\_PPP/](https://www.theglobaleconomy.com/rankings/GDP_per_capita_PPP/).

<sup>359</sup> FIORI, 2004, p. 92 *apud* HELLEINER, 1994, p. 99. Fiori indica que esse projeto de dominação financeira tem início na crise Conjuntural dos anos 1970, vai ficando mais claro na medida em que se encerram os anos 1980 e está maduro em início dos anos 1990.

mundial que vai muito além da produção e circulação de bens e serviços; dotou os EUA da seguinte capacidade, apontada por Torres:

O Banco Central dos EUA, o FED, é a única entidade que não está sujeita a qualquer tipo de restrição de sobrevivência. Esse arranjo dá aos Estados Unidos um poder assimétrico entre as nações. Não se trata apenas de um ‘privilégio exorbitante’ apontado na literatura e que lhe permita financiar automaticamente seus gastos. É mais do que isso. Significa a capacidade de usar o poder do monopólio transacional detido na arena internacional pela sua moeda para operar o isolamento forçado de um país-alvo. O impacto dessa exclusão é semelhante ao de uma economia que sofre um bloqueio militar quase absoluto<sup>360</sup>.

E essa globalização financeira criou três fenômenos altamente favoráveis a dominância americana. Dois deles já foram apontados por Torres. No primeiro, referido como privilégio exorbitante, os EUA se tornaram capazes de financiar seus déficits orçamentários com os superávits do resto do mundo<sup>361</sup>. No segundo, a arma financeira e exclusiva dos EUA que Torres denominou de “bomba-dólar”<sup>362</sup> começou a tomar corpo, embora a sua maturidade esteja a quase uma década a frente<sup>363</sup>; após o ataque as torres gêmeas, em 2001, caem muitos dos limites que impediam a operacionalização eficaz da bomba-dólar<sup>364</sup>. E o terceiro fenômeno constitui um paradoxo apontado por Eichengreen: em 2008 uma séria crise endógena da economia americana<sup>365</sup> - e que rapidamente se torna global - disparou uma corrida para o USD<sup>366</sup>, exatamente o contrário do esperado. Ou seja, a crise de 2008, que

<sup>360</sup> TORRES, 2021, p. 445.

<sup>361</sup> TORRES, 2021, p. 437 e RAJAN, 2012, p. 327. Eichengreen sustenta que dominância do USD no comércio internacional e nas reservas fazia sentido no mundo pós-II GM, mas não faz atualmente, quando os EUA respondem por menos de 15% das exportações mundiais (EICHENGREEN, 2010, p. 2), o que indica o poder estrutural que os EUA exercem e uma considerável força inercial da moeda americana.

<sup>362</sup> “Trata-se, portanto, de uma maneira nova de a potência hegemônica operar a segurança da ordem global em ‘tempos de paz’” (TORRES, 2021, p. 416). A bomba-dólar “consiste na interdição de todos os atores internacionais – governos, empresas e bancos, americanos ou não – de fazerem uso da moeda dos Estados Unidos, o dólar, para realizar as suas transações financeiras com qualquer entidade direta ou indiretamente vinculada a um país específico” (TORRES, 2021, p. 416). Torres também indica diferentes visões sobre a vulnerabilidade dos países alvo e a eficácia da bomba-dólar (TORRES, 2021, p. 418 e 420).

<sup>363</sup> TORRES, 2021, p. 419.

<sup>364</sup> FARRELL e NEWMAN, 2020, p. 70. Nos diz Torres: “O discurso do presidente Bush impressiona pelo conteúdo e pelo fato de ter sido proferido em poucos dias após o atentado. Na prática, revela que os EUA já haviam desenvolvido a ‘tecnologia’ para operar artefatos financeiros e estavam apenas aguardando a oportunidade para ampliar seu impacto” (TORRES, 2021, p. 423).

<sup>365</sup> Rajam sustenta que a crise de 2008 tomou rapidamente dimensões globais em decorrência da combinação de três “linhas de falha” estruturais: tensões políticas internas, desequilíbrios comerciais entre importadores e exportadores e interações entre diferentes sistemas econômicos (RAJAN, 2012, p. 30).

<sup>366</sup> EICHENGREEN, 2010, p. 5 e 95. Mais à frente em sua obra, Eichengreen alerta que o movimento paradoxal de busca pela moeda do país originário da crise pode gerar um efeito corrosivo ao USD em prazos mais alongados, uma vez que os países que perderam na crise podem iniciar um movimento de diversificação de suas poupanças e reservas (EICHENGREEN, 2010, p. 148).

nasce de disfuncionalidades internas combinadas com características da economia globalizada, fortaleceu a posição financeira dos EUA na Conjuntura. Consideramos o impacto conjuntural dos aspectos de tamanho do PIB, renda *per capita* ajustada pelo PPC<sup>367</sup>, participação das economias no total do mundo e vantagem da dominância na composição do *diferencial de poder* econômico. A seguir, apresentaremos uma síntese desse impacto.

Na Conjuntura, a RPC, de forma impressionante, aumentou o seu PIB e a participação na economia mundial, não esbarrando nas restrições esperadas para países em rápido crescimento econômico. Os EUA também experimentaram crescimento econômico consistente e considerável, com pequena redução na participação da economia mundial. Quando observamos o crescimento *per capita* da economia, ajustado pelo PPC, o avanço da RPC continua elevado, mas avançando em proporção menor em relação aos EUA. E quem abriu distância em relação ao outro, no que diz respeito ao *diferencial de poder* econômico, foram os EUA pois conseguiram converter sua condição econômica em recursos de potencial sistêmico. Continuou a ser capaz de financiar seus déficits com superávits e reservas de outras unidades, criou e ensaiou uma arma financeira inédita e exclusiva que fortaleceu sua capacidade de pressão e, mesmo quando as condições se mostram altamente desfavoráveis, fortaleceu internacionalmente a sua moeda. Na medida em que se aproximava o final da Conjuntura, mesmo sendo o epicentro e causador de uma crise econômica mundial, com impactos políticos sérios como o aumento das tensões na UE, os EUA estavam sem rivais no que diz respeito ao *diferencial de poder* econômico. No aspecto econômico, em que pese o considerável crescimento da RPC, a nossa avaliação é que o *diferencial de poder* em favor dos EUA permaneceu alto. Vejamos o que se deu no que diz respeito ao *diferencial de poder* tecnológico.

A exemplo do que se deu com o crescimento econômico, o salto tecnológico da RPC impressiona. E, ao contrário da crença dominante, esse salto não se explica exclusiva ou predominantemente pela espionagem industrial e subtração de propriedade intelectual<sup>368</sup>

---

<sup>367</sup> “A paridade do poder de compra (PPC) é uma métrica que compara as moedas de diferentes países através de um índice para o poder de compra. A abordagem desta medida considera a quantidade em moeda para adquirir um conjunto de produtos e serviços em um país, que pode ser comparada com a medida de outros”, acesso em 21/04/2022 e no sítio: <https://www.dicionariofinanceiro.com/paridade-poder-compra/>.

<sup>368</sup> SHEEHAN, 2022. Artigo publicado no sítio da revista Foreign Affairs em abril de 2022. Acesso em 23/04/2022 e no sítio: <https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2022-04-21/chinese-way-innovation>. No artigo, há uma grande preocupação do autor com o setor de tecnologia da informação, mas é notório que a dinâmica

dos EUA. A RPC reduziu o *diferencial de poder* tecnológico por meio da combinação de três diferentes estratégias. Criou massa crítica qualificada, combinou a atração de investimentos externos com a proteção de mercado e aumentou drasticamente os próprios investimentos e subsídios. Os resultados apareceram e a RPC encerrou a Conjuntura com um ecossistema próprio, capaz de reduzir o *diferencial de poder* tecnológico.

A RPC iniciou a Conjuntura com limitadas capacidades tecnológicas. Mas, fazendo uso sofisticado de suas limitadas condições, a RPC começou a contrariar o consolidado estereótipo de copiadora, incapaz de produção e rupturas tecnológicas<sup>369</sup> e fabricante de produtos de pouco valor agregado. E, embora essa capacidade não estivesse madura ao início da Conjuntura<sup>370</sup>, a RPC demonstrou a clara intenção de escapar dessa condição.

Decisões de alto nível, oportunismo e persistência burocrática estão por trás do início do desenvolvimento tecnológico da RPC. O avanço Tecnológico da RPC foi consequência de uma sofisticada combinação recursos, flexibilidade e resolução burocrática, contrariando a crença ingênua de que esse tipo de avanço só se daria em condições de plena liberdade política e econômica<sup>371</sup>, como defenderiam os arautos da visão neoliberal. Na base de tudo está uma decisão de mais alto nível da RPC, a de se transformar em uma locomotiva de desenvolvimento regional, funcionando como mercado consumidor e fonte de investimentos diretos, desenvolvendo e transferindo tecnologia<sup>372</sup>. Partindo da atratividade que o potencial mercado interno da RPC exercia sobre empresas estrangeiras, foram criadas condições para a entrada de investimentos e empresas ligadas a diferentes áreas tecnológicas<sup>373</sup>. E a decisão de sair do subdesenvolvimento tecnológico tomou corpo na composição de três estratégias.

A RPC criou massa crítica qualificada. Sheehan defende que na primeira estratégia, que teria durado “décadas, a China manteve laços comerciais e científicos com

---

implementada pela RPC neste setor foi semelhante ao que implementou em outros, como biotecnologia e manufatura, por exemplo. Allison aponta a capacidade da RPC de conduzir grandes projetos tecnológicos (ALLISON, 2020, p. 39) em diferentes áreas, inclusive para a produção de armas de caráter assimétrico (ALLISON, 2020, p. 40).

<sup>369</sup> SHEEHAN, 2022.

<sup>370</sup> Joffe sustenta que é uma ilusão acreditar que fabricar coisas é indicador mais confiável de sucesso nacional do que inventar e projetar, disseminar e transportar, comercializar e financiar (JOFFE, 2015, p. 26). Sustenta ainda, no ano de sua obra, que levará um tempo para que a RPC adquira essas capacidades (JOFFE, 2015, p. 195).

<sup>371</sup> SHEEHAN, 2022.

<sup>372</sup> BRESLIN, 2010, p. 38.

<sup>373</sup> BRESLIN, 2010, p. 61

empresas de ponta, universidades e laboratórios do ocidente, principalmente nos EUA”<sup>374</sup>. Nessa parceria, onde nenhum dos dois era ingênuo – a RPC querendo acesso a tecnologias que não dispunha e os EUA acesso ao gigantesco mercado chinês -, a RPC foi menos ladrão intelectual e mais um aluno competente; o processo foi mais de aprendizado do que de roubo<sup>375</sup>, que também aconteceram.

Combinou a atração de investimento e proteção de mercado com porosidade de ideias. Na segunda estratégia, implementada de 2000 a 2010, a RPC abriu parcialmente seu mercado, atraindo investimentos externos e instigando a competitividade de suas empresas por meio da oferta de altos lucros em um ambiente cuidadosamente protegido, evitando que empresas internacionais impedissem o surgimento e desenvolvimento das concorrentes nacionais<sup>376</sup>. Essa proteção não foi ingênua e indiscriminada; a RPC calibrou cuidadosamente e caso a caso, “isolando o mercado chinês da competição externa, mas nunca bloqueando a entrada de novas ideias”<sup>377</sup>. Adicionalmente, a partir de 2008 a RPC aumentou seus esforços de repatriação de cientistas e pesquisadores chineses com conhecimento e conexões no exterior, facilitando o estabelecimento de empresas nacionais e adaptadas a realidade chinesa, tudo isso em ambiente protegido<sup>378</sup>. E, nesse período, o governo da RPC também incentivou parcerias acadêmicas e empresas estrangeiras a abrirem centros tecnológicos e de pesquisa dentro de seu território. A segunda estratégia encontrou as condições construídas na primeira, em fases preparatórias e mais alongadas no tempo, gerando já algumas condições de ignição de um ecossistema tecnológico e de inovações<sup>379</sup>.

Fez maciços investimentos e subsídios estatais. Com as condições resultantes da primeira e segunda estratégia entrando em amadurecimento, sem um sequenciamento temporal preciso, a RPC aumentou em muito a destinação de esforços, recursos e investimentos em tecnologia<sup>380</sup>, o que veio a constituir a terceira estratégia. Com resultados

---

<sup>374</sup> SHEEHAN, 2022. Tradução nossa e no original: “For decades, China has maintained scientific and commercial ties to leading Western companies, universities, and labs— especially U.S. ones” (SHEEHAN, 2022). O autor aponta que alguns setores da sociedade americana consideram essa estratégia difusa da RPC como um grande projeto de subtração de propriedade intelectual.

<sup>375</sup> SHEEHAN, 2022.

<sup>376</sup> SHEEHAN, 2022.

<sup>377</sup> SHEEHAN, 2022. Tradução nossa e no original: “insulating the Chinese market from foreign competition but never fully isolating it from new ideas” (SHEEHAN, 2022).

<sup>378</sup> SHEEHAN, 2022.

<sup>379</sup> SHEEHAN, 2022.

<sup>380</sup> SHEEHAN, 2022.

frutíferos e muito além do esperado pelos observadores, assim define Sheenan o resultado agregado do modelo chinês no que diz respeito a tecnologia:

Por meio da construção e proteção de seu mercado, enquanto aprendia com o ecossistema de inovação global, a China decididamente acelerou sua capacidade de desenvolver tecnologias chave. Esse sucesso não foi o resultado da execução de um único plano acabado e perfeitamente executado. Ao contrário, foi o produto de uma certa paranoia ideológica, planejamentos oportunistas, trabalho duro e um pouco de sorte. Originalmente, a China construiu suas barreiras de proteção para garantir sua capacidade de censura e, somente mais tarde, direcionou o adquirido em benefício de inovações. Embora a intenção da China fosse confusa e por vezes contraditória, os resultados excederam quaisquer expectativas<sup>381</sup>.

Com todo o bem-sucedido esforço da RPC, a dianteira tecnológica dos EUA ainda se manteve ao final da Conjuntura. Só que os EUA não estavam mais sozinhos no jogo. Para Sheehan, 2005 foi o ano em que a RPC atingiu o ponto de desenvolvimento independente em seu ecossistema, ou seja, os esforços de contenção do *diferencial de poder* tecnológico provavelmente seriam infrutíferos<sup>382</sup>. E essa nova condição viabilizou e ampliou uma tendência já em curso em toda a região, a de transformar as adquiridas capacidades tecnológicas em recursos militares. Para Kissinger, “com a evolução das modernas tecnologias, as maiores potências da Ásia se armaram com arsenais de um poder de destruição muito maior do que mesmo o Estado europeu mais forte possuía no século XIX, aumentando dessa forma os riscos representados por eventuais erros de cálculo”<sup>383</sup>.

Vimos que a RPC combinou três diferentes estratégias em seu bem-sucedido esforço de redução do *diferencial de poder* tecnológico. Inicialmente, criou massa crítica qualificada, aprendendo no exterior para quando as condições internas fossem favoráveis. Depois, combinou a atração de investimento com a proteção de mercado, permitindo a porosidade de ideias necessárias ao avanço inovativo. E finalmente aumentou de forma maciça os investimentos e subsídios estatais destinados a tecnologia e inovação. Essa

---

<sup>381</sup> SHEEHAN, 2022. Tradução nossa e no original: “By building and protecting its markets while learning from global innovation ecosystems, China ultimately accelerated its own development of key technologies. That success wasn’t all the result of some perfectly executed master plan. Instead, it was the product of ideological paranoia, smart planning, a lot of hard work, and a bit of good luck. China originally built the Great Firewall to protect its highly censored information environment and only later stumbled into the innovation benefits. Although China’s intentions were mixed and sometimes self-contradictory, its end results exceeded almost anyone’s expectations” (SHEEHAN, 2022).

<sup>382</sup> SHEEHAN, 2022.

<sup>383</sup> KISSINGER, 2015, p.2 14 e 215.

combinação criou um ecossistema próprio, capaz de imprimir uma crescente redução do *diferencial de poder* tecnológico, com consequências nos *diferenciais de poder* político e econômico. A Conjuntura se encerrou com significativa redução do *diferencial de poder* tecnológico entre a RPC e os EUA.

Vimos até aqui e em separado as vertentes política, econômica e tecnológica do *diferenciais de poder*. Enumeraremos a seguir os principais aspectos detectados da variação do *diferencial de poder* (total) na Conjuntura. Para isso, apresentaremos, de forma resumida, o apurado até aqui e, em seguida, concluiremos parcialmente sobre o *diferencial de poder*.

A existência de um Império Global e intervencionista estimulou a percepção de uma ameaça existencial na RPC, envolvida em um complicado e delicado processo de reinserção regional. O *hegemon* e a RPC se viram envolvidos em um jogo complicado por si mesmo e agravado por sérias diferenças de percepção. O *diferencial de poder* político declinou, mas a redução é limitada; eliminou a supremacia, mas não condenou a superioridade global e regional do *hegemon*. O *diferencial de poder* político transitou de alto para médio. No aspecto econômico, RPC apresentou um aumento impressionante de sua economia e participação mundial, não esbarrando nas restrições esperadas para países em rápido crescimento econômico. Os EUA também experimentaram crescimento econômico consistente e abriram distância no que diz respeito ao *diferencial de poder* econômico por ter conseguido converter sua condição em uma arma exclusiva, a bomba-dólar. Continuaram sendo capazes de financiar externamente seus déficits a remunerações escolhidas e fortaleceram o USD. A Conjuntura termina com a ascensão econômica da RPC, mas com os EUA ainda isolados na dianteira. O *diferencial de poder* econômico continua alto em favor dos EUA. No aspecto tecnológico, a RPC opera uma redução do *diferencial de poder* tecnológico, pela sofisticada combinação de criação de massa crítica qualificada, atração de investimentos externos, a proteção de mercado e maciços investimentos e subsídios estatais. Essa combinação criou um ecossistema que ganhou vida própria e reduziu o *diferencial de poder* tecnológico. O *diferencial de poder* tecnológico transitou de alto para médio.

O *diferencial de poder* político entre a RPC e os EUA diminuiu consideravelmente ao término da Conjuntura, transitando de alto para médio. No aspecto econômico, o *diferencial de poder* sofre redução, mas continua alto em favor dos EUA. No aspecto tecnológico, o *diferencial de poder* se altera de alto para médio. Integrando as alterações



percebidas nos diferentes aspectos, concluímos que a Conjuntura se encerrou com *diferencial de poder* médio entre os EUA e a RPC. Isso não foi o suficiente para excluir os EUA de atuar na região, como este se dispôs a fazer na segunda metade do século XIX, ao declarar a doutrina Monroe e pretender interditar a presença de potências europeias no Caribe. A interação entre aumento da participação econômica da RPC, enorme potencial de seu mercado interno e resolução político-burocrática criou condições para uma rápida e consistente insurgência tecnológica. Recursos econômicos combinados com habilitadores tecnológicos tornaram a RPC um sério ator global e uma dominante potência regional, mas ainda incapaz de enfrentar de forma definitiva o domínio hegemônico em sua periferia. Os *diferenciais de poder* político, econômico e tecnológico se comportaram, respectivamente, da seguinte forma: transitou de alto para médio; continuou alto, mas com redução; e transitou de alto para médio. Por isso, sustentamos que o *diferencial de poder* entre os EUA e a RPC transitou, na Conjuntura, de alto para médio.

Iremos investigar a seguir a questão do *arrasto* na Conjuntura.

### 3.1.1.2 Arrasto

Para Gilpin, o esforço de *arrasto* seria a capacidade e empenho de agregar outras unidades em torno de si. Variações incrementais em unidade *revisionista*, em composição com outras unidades arrastáveis, demandariam enormes esforços do *hegemon* para frear ou reverter a tendência. Via de regra, o *hegemon* teria superioridade de *arrasto*, mas poderia estar em seu limite, empregar de forma questionável a capacidade ou estar em crise com seus aliados. Alterações incrementais em potenciais contestadores podem distorcer a percepção hegemônica, levando o mesmo a ações desestabilizadoras.

A exemplo do que fizemos com o *diferencial de poder*, avaliaremos a existência ou não de variações no *arrasto* e os patamares desse aspecto, em alto, médio e baixo.

Veremos que na Conjuntura, em processo natural de fragmentação, o maior agressor do ordenamento é o próprio *hegemon* e que a capacidade de *arrasto* dos EUA se manteve na dianteira e em grau alto, com a RPC reduzindo a diferença. Veremos ainda que os EUA começaram a perceber distorcidamente as variações Conjunturais e estruturais.

Antes de entrarmos na investigação concreta do *arrasto*, julgamos importante três esclarecimentos. O primeiro é que, mantidas as demais condições, se a capacidade de *arrasto* hegemônica for muito pequena, o SI tende a fragmentação, se for muito grande, cria uma ordem imperial; no meio do espectro há possibilidades complicadas, dinâmicas e de avaliação subjetiva. O segundo é que os EUA já enfrentaram contestações amplas<sup>384</sup>, com reduções significativas em sua capacidade de *arrasto*<sup>385</sup>, mas retornaram à posição hegemônica na década de 1990<sup>386</sup>. E o terceiro é que, historicamente, a RPC já exerceu, durante muito tempo, um *arrasto* favoravelmente desproporcional a suas condições objetivas<sup>387</sup>.

Veremos duas características sistêmicas presentes na Conjuntura – ataque hegemônico e fragmentação sistêmica - e depois trataremos das diferenças de *arrasto* entre EUA e RPC. Começaremos pela primeira das características sistêmicas, o ataque do hegemom ao ordenamento de sua criação e manutenção.

O *hegemon*, novamente, foi o maior agressor do SI. A capacidade de *arrasto* dos EUA, desde o pós II GM, seja pela sedução ou força, não encontra paralelo na História em termos de escala e custos<sup>388</sup>, mas oscilou significativamente<sup>389</sup>, enfrentado contestações e reveses, de opositores e aliados. Vejamos o que diz Zakaria:

Vale a pena lembrar que a ordem liberal internacional nunca foi liberal, ou internacional ou ordeira como se costuma descrever nostalgicamente. Desde o início, sofreu virulenta oposição da União Soviética, seguida por uma série de interrupções na cooperação com os aliados (na crise de Suez em 1956 e no Vietnã uma década depois) e o abandono parcial dos EUA, presidido por Nixon, do sistema monetário internacional baseado no padrão dólar-ouro em 1971. A imagem mais realista seria a de um nascente ordenamento internacional liberal marcado, desde seu início, pelas

<sup>384</sup> KISSINGER, 2015, p. 310. O autor cita especificamente a combinação conjuntural de retirada do Vietnã, crise dos reféns no Irã, invasão soviética ao Afeganistão e convulsões diversas na América central.

<sup>385</sup> Entrevista de Fiori ao sítio Carta Maior. Acesso em 06/02/2022 e no link:

<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-Capital-e-o-Nacional-/4/52642>.

<sup>386</sup> Mais do que isso até, se considerarmos a tese de Fiori do Império Global (FIORI, 2004, p. 94).

<sup>387</sup> KISSINGER, 2011, p. 113.

<sup>388</sup> JOFFE, 2015, p. 220.

<sup>389</sup> Kissinger atribui boa parte dessa oscilação a um movimento pendular da sociedade americana no que diz respeito a política externa, onde “o idealismo e o ‘excepcionalismo’ americano foram as forças motrizes por trás da construção de uma nova ordem mundial” (KISSINGER, 2015, p. 278). Diz ainda que “a atitude dos Estados Unidos tem alternado entre a defesa do sistema westfaliano e o ataque aos seus pressupostos – balança de poder e não interferência nos assuntos domésticos – como imorais ou ultrapassados, e às vezes as duas coisas ao mesmo tempo” (KISSINGER, 2015, p.15). Se ele estiver certo, o SI não poderia esperar coerência hegemônica, como sustenta Fiori, nem a superação do movimento pendular hegemônico.

exceções, discordâncias e fragilidades. Os EUA, por sua vez, operaram com frequência desrespeitando as regras, realizando intervenções militares com ou sem a aprovação internacional; no período de 1947 a 1989, quando os EUA supostamente estavam construindo o ordenamento internacional, promoveu alterações de regime em 72 vezes. Se comportou de forma semelhante na área econômica, implementando medidas protecionistas, mesmo quando denunciava medidas mais modestas de outros países<sup>390</sup>.

Impressão da citação acima é a combinação dos enumerados comportamentos erráticos com a recuperação do *arrasto* após 1991<sup>391</sup>. O espanto encontra amparo nas reflexões de Fiori, que sustenta, em uma de suas teses fundamentais, que “é intrigante que, após três décadas do fim da guerra fria, a potência unipolar do novo sistema, que seria teoricamente a responsável pela tutela da paz mundial, esteve em guerra durante quase todo o período”<sup>392</sup>. Além das ações erráticas, o comportamento hegemônico irresponsável na gestão da economia mundial, amparado por uma ideologia incapaz de dar conta das complexidades das interações econômicas em escala mundial e das inúmeras singularidades das diversas economias nacionais, gerou três grandes crises econômicas – dos Emergentes, *dot.com* e 2008 – que tiveram impacto na credibilidade dos EUA<sup>393</sup>. Independentemente das razões, e já discutimos isso anteriormente apoiados na tese expansiva de Fiori de que esse caráter errático pode estar associado mais a necessidades do que a escolhas, os ataques hegemônicos contribuíram para a tendência já visível de fragmentação sistêmica<sup>394</sup>, o que veremos a seguir.

---

<sup>390</sup> Tradução nossa e no original: “It is, however, worth remembering that the liberal international order was never as liberal, as international, or as orderly as it is now nostalgically described. From the very beginning, it faced vociferous opposition from the Soviet Union, followed by a series of breakdowns of cooperation among allies (over the Suez crisis in 1956, over Vietnam a decade later) and the partial defection of the United States under Nixon, who in 1971 ended Washington’s practice of underwriting the international monetary order using U.S. gold reserves. A more realistic image is that of a nascent liberal international order, marred from the start by exceptions, discord, and fragility. The United States, for its part, often operated outside the rules of this order, making frequent military interventions with or without an approval; in the years between 1947 and 1989, when the United States was supposedly building up the liberal international order, it attempted regime change around the world 72 times. It reserved the same right in the economic realm, engaging in protectionism even as it railed against more modest measures adopted by other countries” (ZAKARIA, 2020, p. 63).

<sup>391</sup> JOFFE, 2015, p. 227. Foot sustenta que a “China e outros países têm apontado justificadamente para a hipocrisia e a existência de dois pesos e duas medidas quando essas instâncias de comportamento ilegal ocorrem. Mas, apesar dessas críticas, os países continuam a invocar o papel tutelar americano em momentos de crise” (FOOT, 2010, p. 23).

<sup>392</sup> Acesso em 29/04/2022 e no link: <https://teoriaedebate.org.br/2022/04/12/a-guerra-da-ucrania-e-uma-nova-ordem-internacional/>. Kissinger converge com Fiori, sustentando que EUA são construtor/fiador e esquivo/sabotador do ordenamento internacional (KISSINGER, 2015, p. 236).

<sup>393</sup> Veremos essa questão mais para frente, quando tratarmos das crises Conjunturais do período.

<sup>394</sup> JOFFE, 2015, p. 92.

Ficou visível a tendência de fragmentação do SI na Conjuntura. Kissinger sustenta que uma lenta dissolução das condições sistêmicas que permitiram a liderança americana do pós-guerra e a construção da ordem internacional a sua imagem está em curso<sup>395</sup>. Para o autor, dado ordenamento teria dois componentes em sua base: um conjunto de regras comumente aceitas e uma balança de poder<sup>396</sup>, onde o “equilíbrio entre legitimidade e poder é extremamente complexo<sup>397</sup>; quanto menor a área geográfica à qual se aplica e quanto mais coerentes forem as convicções culturais no seu interior, mais fácil é extrair dele um consenso”<sup>398</sup>. Essa complexidade faria da tendência a dissolução um movimento quase natural de qualquer ordenamento temporariamente estável. E a expansão do ordenamento hegemônico para a Ásia não conseguiu escapar das dificuldades de consenso nem da alteração da balança de poder<sup>399</sup> com o ressurgimento da RPC. Nos diz Kissinger que:

Um ímpeto antagônico se ergueu em várias partes do mundo para construir muralhas contra o que é visto como políticas concebidas pelo mundo desenvolvido com o propósito de fomentar crises, um raciocínio que questiona certos aspectos da globalização [...] À medida em que os países reduzem de forma expressiva seus arsenais nucleares ou diminuem o papel desempenhado pelas armas nucleares em sua doutrina estratégica, países do chamado mundo em desenvolvimento se empenham com grande energia em desenvolvê-las<sup>400</sup>.

E

Além disso, a associação do país às políticas promovidas pelo FMI, no decorrer da crise financeira asiática, também reduz o apoio aos valores e cultura americanos (cultura definida em termos político-econômico se não no contínuo apelo de uma ou outra marca). Portanto, em muitos aspectos, o interesse pela ascensão do ‘poder brando’ chinês deve ser entendido

---

<sup>395</sup> KISSINGER, 2015, p. 279. Essa afirmação parece contrariar uma outra tese fundamental de Fiori, a da retomada do poder americano após a crise dos anos 1970. Uma leitura mais cuidadosa mostra, ao invés, convergência. Disse Fiori em 2004: “Não há dúvida que os Estados Unidos da América enfrentarão dificuldades crescentes nas próximas décadas para manter o seu controle global no campo político e econômico. Mas não há sinais econômicos ou militares de que estas dificuldades sejam parte de uma crise terminal [...], Mas, tampouco parece provável que consigam impor ao mundo o seu projeto de império mundial” (FIORI, 2004, p. 102). Alison concorda com o diagnóstico da dissolução das condições que deram corpo ao ordenamento americano (ALLISON, 2020, p. 253).

<sup>396</sup> KISSINGER, 2015, p. 16.

<sup>397</sup> “Toda ordem internacional cedo ou tarde deve enfrentar o impacto de duas tendências que desafiam a coesão: uma redefinição do que se entende por legitimidade ou uma mudança significativa na balança de poder” (KISSINGER, 2015, p. 367);

<sup>398</sup> KISSINGER, 2015, p. 17.

<sup>399</sup> JOFFE, 2015, p. 227.

<sup>400</sup> KISSINGER, 2015, p. 367.

como relacionado à concomitante perda do ‘poder brando’ dos Estados Unidos em particular e aos desafios à hegemonia americana em geral<sup>401</sup>.

As citações acima confirmam a tendência de fragmentação, agravada por uma crise moral do *hegemon*, e aponta uma de suas mais perigosas consequências, a proliferação nuclear. Da fragmentação, surgiram solidariedades regionais ou tipológicas, como os BRICS por exemplo, mas sem grandes impactos sistêmicos<sup>402</sup>. É certo que a fragmentação do SI implicou em dificuldades para o exercício hegemônico, mas não significou a condenação da capacidade de *arrasto* dos EUA. Basta vermos o espalhamento que tiveram desde o início da Conjuntura as diversas formas de globalização, excetuada a migratória, e o Consenso de Washington que sustentava que “a melhor maneira de promover o crescimento é por meio de orçamentos equilibrados, inflação baixa, mercados desregulamentados e livre-comércio”<sup>403</sup>. Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que a fragmentação adicionou complexidade ao exercício hegemônico aumentou a atratividade dos EUA para parcela significativa de unidades. E a atratividade hegemônica foi reforçada pela capacidade dos EUA em definir agendas, oferecer proteção e criar laços econômicos.

Os EUA mantiveram alta a capacidade de estabelecer agendas. O exercício hegemônico tem a sua base na capacidade do uso da força, mas não se reduz a isso; a capacidade de estabelecer as agendas<sup>404</sup> atua reduzindo ou mesmo eliminando o recurso à força – sua, de outros e entre outros -, ainda que essa capacidade tenha sido usada de forma errática e com perda de legitimidade. Para Joffe, a posição de ‘*default*’ “implica na capacidade de definir as questões, determinar as agendas e convencer as outras unidades. E quando se trata de ações coletivas, a potência ‘*default*’ geralmente carrega o peso maior, mas também obtém os maiores benefícios”<sup>405</sup>. No campo econômico, por exemplo, é a potência hegemônica quem dita, a baixos custos, contra quem e em qual intensidade a bomba-dólar

---

<sup>401</sup> BRESLIN, 2010, p. 51.

<sup>402</sup> JOFFE, 2015, p. 52, 73, 74. O autor excetua a UE (JOFFE, 2015, p. 76 e 78), com sua meia irmã, a OTAN, em que pese as sérias crises do arranjo europeu potencializadas após 2008.

<sup>403</sup> KRUGMAN, 2009, p. 36.

<sup>404</sup> JOFFE, 2015, p. 92.

<sup>405</sup> Tradução nossa e no original: “implies that it defines the issue, sets the agenda, and convinces the rest. If it comes to collective action, this Default Power usually assumes the largest burden and acquires most of the shares” (JOFFE, 2015, p. 250).

seria disparada<sup>406</sup>. Com isso, acaba sendo natural que um número considerável de unidades escolha “ficar ao lado do mediador, que reúne as condições de recompensar ou punir”<sup>407</sup>.

Em que pese a intensificação dos esforços da RPC após a crise de 2008 para se colocar como um agente moderador dos riscos sistêmicos inerentes ao capitalismo financeiro globalizado<sup>408</sup>, potencializada por comportamentos hegemônicos erráticos<sup>409</sup>, o estabelecimento de agendas é um papel que a RPC não demonstrou interesses, condições materiais e nem as capacidades executivas em assumir<sup>410</sup>. Ao final da Conjuntura, a RPC demonstrou sim maior interesse em participar na definição das agendas, mas não intencionou comandar o processo, assim sua capacidade de estabelecer agendas sai de baixo para médio. E essas capacidades dos EUA, clara e assimetricamente favoráveis em relação a RPC, avaliadas de uma perspectiva ampla, não sofreram reduções significativas na Conjuntura; citamos como exemplo o que se deu em 2001, com a guerra global ao terror e em 2008, com a resposta à crise econômica. Vejamos a seguir a questão do fornecimento de proteção.

A atratividade de proteção dos EUA era alta ao término da Conjuntura. A atratividade via proteção oferecida pelos EUA tem três componentes. A primeira, seria o medo natural que qualquer unidade experimenta ao ver um vizinho historicamente poderoso que ressurgir rapidamente; claro que esse medo poderia ter o efeito de inclinar as unidades da região na direção da RPC<sup>411</sup>, mas não é essa a tendência histórica apontada por Joffe<sup>412</sup>. A segunda seria a própria supremacia militar. Em que pese os compromissos globais dos EUA contra os regionais da RPC, ao final da Conjuntura, o orçamento militar dos EUA correspondia

---

<sup>406</sup> TORRES, 2021, p. 443.

<sup>407</sup> Tradução nossa e no original: “to remain on the good side of a mediator who has the capacity to reward and to punish” (JOFFE, 2015, p. 251).

<sup>408</sup> BRESLIN, 2010, p. 59 e 60. O autor cita a criação de fundos de estabilização regional e ambiciosos programas de investimento. Em suas palavras: “A China está se tornando cada vez mais importante para a região como fonte de financiamento” e “Se a crise de 1997 marcou o ponto de virada crucial no pensamento e na política econômica para a região, a crise global de 2008 pode vir a ser vista como tendo facilitado a consolidação do papel regional da China” (BRESLIN, 2010, p.60).

<sup>409</sup> BRESLIN, 2010, p. 56 e 57. O autor cita a crise de 2008 como um reforço as desconfianças do modelo neoliberal desregulado, mas também como uma afirmação da necessidade de liderança dos EUA.

<sup>410</sup> BRESLIN, 2010, p. 53. Joffe concordaria, adicionando que RUS ou Índia também não teriam interesses e/ou capacidades (JOFFE, 2015, p. 250).

<sup>411</sup> Como exemplo, podemos citar a avaliação de Kissinger sobre as opções de inserção internacional do JAP diante do ressurgimento da RPC: continuar a aliança com os EUA; adaptar-se a ascensão da RPC; e “o recurso a uma política externa cada vez mais nacional” (KISSINGER, 2015, p.193).

<sup>412</sup> JOFFE, 2015, p. 260. Joffe cita os seguintes países preocupados com o ressurgimento da RPC: Coreia do Sul, Japão, Índia, Indonésia, Filipinas, Tailândia, Vietnã e Malásia. Acrescentaríamos a Austrália.

a 40% das despesas militares mundiais; as despesas da Índia, RPC e RUS combinadas representavam 1/3 dos gastos americanos; e o orçamento militar da RPC, estima-se, variou entre 1/3 e 1/13 do americano<sup>413</sup> no mesmo ano. Os números, claro que sujeitos a interpretações e contestações, dão uma ideia da diferença de poder militar entre os EUA e a RPC. E a terceira componente seria a capacidade exclusiva dos EUA em atacar comercial, financeira e impunemente seus opositores<sup>414</sup>, sejam eles estatais ou privados, aliados ou adversários. A Conjuntura se encerrou com alta atratividade de proteção dos EUA, devido a diferentes combinações de receios do ressurgimento da RPC, bomba-dólar e confiança na capacidade militar dos EUA.

Como já vimos, a Guerra do Golfo (1991) e Terceira Crise do Estreito de Taiwan (1996) desencadearam um considerável aumento de orçamento militar por parte da RPC e, com isso, a sua capacidade de garantir proteção se alterou de baixa para média ao término da Conjuntura. E atratividade dos EUA é, ao mesmo tempo, benéfica e perigosa<sup>415</sup> para o ordenamento que ele criou e gerenciava, pois pode dar início a um instável sistema de alianças, onde interesses ou ações de terceiras partes coloquem os dois principais atores em rota de colisão. Após investigarmos as componentes do *arrasto* de definição de agendas e proteção, veremos a capacidade de criar laços econômicos.

Terminou como alta a diferença entre as capacidades de estabelecer parcerias econômicas entre a EUA e RPC na Conjuntura. A componente econômica da atratividade dos EUA foi o gigantismo, a singularidade e a complementariedade da sua economia<sup>416</sup> se comparada com a das demais unidades. Isso deu corpo, ao longo de toda a Conjuntura, a expansão de sua economia liberal em escala global, onde combinou os preceitos do Consenso de Washington com as diversas facetas da globalização, excetuada a migratória como já

---

<sup>413</sup> JOFFE, 2015, p. 92 e 93. Em que pese a existência de meios militares de contestação muito mais baratos do que os destinados a dominância, os dados mostram a significativa superioridade militar dos EUA. Em termos nucleares, o arsenal americano é medido na escala de milhares, enquanto o da RPC em dezenas ou no máximo centenas; a Marinha americana excedia, em toneladas, a combinação das treze Marinhas que se seguiam; das vinte maiores Marinhas, dezoito ou eram neutras ou aliadas dos EUA; e os EUA terminam a Conjuntura com 115 bases espalhadas pelo mundo (JOFFE, 2015, p. 94 a 98 e 250).

<sup>414</sup> Para Torres: “Não se trata apenas de manipular ou comprometer o valor da moeda do inimigo, mas de isolar totalmente o país-alvo do sistema internacional. Desse ponto de vista, a bomba-dólar tem o efeito semelhante ao de um amplo bloqueio comercial e financeiro, sem, no entanto, envolver diretamente a mobilização de tropas nem equipamentos militares” (TORRES, 2021, p. 442).

<sup>415</sup> ALLISON, 2020, p. 248. Allison cita os riscos de um alinhamento deveras pronunciado contra a RPC na região.

<sup>416</sup> JOFFE, 2015, p. 92.

dissemos. Com seu enorme mercado consumidor, seu desenvolvido, inovador e globalizado mercado financeiro e de dívidas, exerceu atração de complementariedade nas unidades da região do Leste e Sudeste asiático que dependiam de exportar, possuíam mercados financeiros e de dívidas de atuação nacional ou, quando muito, regional e capacidade de investimento limitada em pesquisa e desenvolvimento.

A RPC, no mesmo período, também buscou integração econômica regional, com a criação ou retomada de esforços nessa direção<sup>417</sup>, inegavelmente com alguns resultados<sup>418</sup>. Mas seu desenvolvimento econômico baseado em exportações em escala fez com que seus principais fluxos fossem os de obtenção de matérias primas de unidades afastadas da região e suas exportações tinham foco principal nos EUA e Europa, sendo, portanto, potencial competidora das unidades da região que se industrializaram antes dela. A RPC tinha uma economia com enorme potencial, capaz de atrair fortemente os interesses exportadores, investir diretamente na região e espalhar tecnologia<sup>419</sup>. Mas, em que pese a manifesta intenção em operar essas transformações, os resultados ainda foram limitados durante a Conjuntura. A crise de 2008 expôs os riscos de um sistema financeiro globalizado, desregulamentado, arquitetado, implementado e gerido pelos EUA, permitindo a afirmação da RPC como ator regional econômico responsável<sup>420</sup>. Assim, a RPC fortaleceu laços comerciais com unidades exportadoras de matérias primas e afastadas e conquistou mercados consumidores, ao mesmo tempo em que se apresentava como competidora para outras unidades da sua região<sup>421</sup>, até mesmo pelo seu continuado dinamismo<sup>422</sup>, com isso

---

<sup>417</sup> RUDD, 2021, p. 66. O autor se refere especificamente a Asian-Pacific free-trade Agreement (APTA), de 2005 e Regional Comprehensive Economic Partnership (RCEP), de 2011. Breslin indica uma mudança de visão da RPC ao início da Conjuntura. Para o autor, até a década de 1990, a RPC via os outros países da região como meros representantes do interesse de cercamento dos EUA. A visão da RPC vem mudando, acreditando que há espaço para o avanço da influência regional da RPC por meio de parcerias bilaterais e multilaterais, principalmente com o foco no engajamento e cooperação econômica (BRESLIN, 2010, p. 33).

<sup>418</sup> ALLISON, 2020, p. 183. Breslin argumenta que esse esforço tem o propósito de impedir a formação de uma ampla aliança regional contra o desenvolvimento da RPC, apontando os eventos da Praça da Paz Celestial (1989) e da Crise dos mísseis de Taiwan (1996) como pontos de inflexão da postura da RPC para a região, de mais ameaça para mais cooperação (BRESLIN, 2010, p. 36 e 37). Levanta também a hipótese de que esse abrandamento tenha relação com suas instabilidades internas (BRESLIN, 2010, p. 39).

<sup>419</sup> BRESLIN, 2010, p. 38, 61 e 62.

<sup>420</sup> BRESLIN, 2010, p. 59 e 60. Breslin argumenta que a crise de 2008 acelerou o projeto de aumento do consumo interno e redução das dependências das exportações de itens de baixo valor agregado (BRESLIN, 2010, p.58).

<sup>421</sup> BRESLIN, 2010, p. 34. Mais adiante, Breslin argumenta que a dependência chinesa de exportações poderia ser, em 2010, menor do que parece (BRESLIN, 2010, p. 58)

<sup>422</sup> Allison nos diz que a desaceleração da economia da RPC pós-2008 foi de 1/3, quando comparada com uma redução de quase 50% para o resto do mundo; e desde 2008, 40% do crescimento da economia mundial se deveu a economia da RPC (ALLISON, 2020, p. 33).



alterando a sua capacidade de implementar parcerias econômicas de baixa para média. A RPC iniciou seus avanços na capacidade de estabelecer parcerias econômicas, mas a Conjuntura se encerrou com alta assimetria em favor dos EUA.

Vimos que a Conjuntura presenciou, em um contexto de fragmentação sistêmica, ataques hegemônicos ao ordenamento internacional. Depois disso, tratamos do *arrasto* dos EUA e RPC, considerando a capacidade de estabelecer agendas, de garantir proteção e de estabelecer parcerias econômicas. Veremos, a seguir, como o *hegemon* percebeu essas dinâmicas.

Ao término da Conjuntura, o *hegemon* percebia distorcidamente a realidade. A compreensão errônea ou incompleta de dado momento histórico é frequente, ainda mais quando operada pelos contemporâneos. Kissinger nos diria que determinado ordenamento se desfaz “em decorrência do fracasso em não compreender a natureza e o alcance do desafio que está sendo lançado contra ele”<sup>423</sup>. E se a incompreensão é frequente, ela tenderia a se agravar quando a posição hegemônica estivesse em disputa. É natural que potências estabelecidas, hegemônicas ou não, temam o declínio<sup>424</sup>, pois no jogo sempre dinâmico de sobe e desce na hierarquia do SI, as consequências frequentemente são sérias.

Joffe sustenta que há, nos EUA, uma tendência histórica de distorção da realidade. Essa tendência teria criado cinco ondas pessimistas sobre o par presente-futuro do *hegemon* do pós II GM, que ele denominou ondas “declinistas”. Cada onda teria surgido a partir da valorização demasiada de um evento real. As cinco ondas declinistas foram<sup>425</sup>: a primeira, na década de 1950 e conhecida como o choque do Sputnik, afirmava que a URSS tinha tomado a dianteira na liderança mundial; a segunda, nas décadas de 1960 e 70, na agitação interna dos direitos civis e atoleiro militar no Vietnã, anunciava a implosão dos EUA; a terceira, em meados dos anos 70, salientava a supremacia social e produtiva nipônica; a quarta, já na segunda metade da década de 1970, via um imparável ressurgimento soviético; e a quinta, a

---

<sup>423</sup> KISSINGER, 2015, p. 368.

<sup>424</sup> ALLISON, 2020, p. 73, 81 e 82. A título de exemplo, Allison afirma que o início da I GM teria sido mais um erro de cálculo do que ignorância. A opção “racional” pelo risco da guerra teria sido preferida ao invés de uma perda imaginada de prestígio nacional.

<sup>425</sup> JOFFE, 2015, p. xiv.

atual, apareceu inicialmente em 2003<sup>426</sup>, mas que tomou corpo com a crise de 2008<sup>427</sup>. O autor não nega o ressurgimento e importância da RPC nem garante a perpetuação da hegemonia americana. Discorda, a partir de avaliações comparativas entre as duas unidades e de considerações mais estruturais do que cíclicas<sup>428</sup>, do diagnóstico psicótico e declinista dos EUA de que uma substituição hegemônica em horizonte curto esteja em andamento. Portanto, a Conjuntura se encerrou com o *hegemon* percebendo distorcidamente a realidade do SI que criou e liderava. Apresentaremos, a seguir, uma síntese de nossas investigações sobre o *arrasto*.

Vimos que na Conjuntura, e mais uma vez na vigência da *pax americana*, o *hegemon* se colocou como o agressor do ordenamento por ele criado. E essa tendência a agressão hegemônica aconteceu em um SI tendente a fragmentação após os momentos iniciais da década de 1990, quando caiu o opositor e estabilizador soviético. Os EUA mantiveram altas as capacidades de estabelecer agendas, garantir a proteção e formar e manter parcerias comerciais. A RPC viu passar para médias as suas capacidades de garantir proteção e de formar e manter parcerias comerciais, mas manteve baixa a sua capacidade de estabelecer agendas. Portanto, no que diz respeito a capacidade de *arrasto*, os EUA se mantiveram na dianteira e em grau alto, tendo a RPC reduzido a diferença. A percepção hegemônica começa a se distorcer com mais ênfase a partir de 2008, criando uma situação potencialmente perigosa, onde os EUA e a RPC possuíam percepções diferentes das alterações Conjunturais e estruturais.

Veremos, a seguir, o comportamento típico com relação ao *diferencial de poder* e a *estrutura sistêmica*.

### 3.1.1.3 Comportamentos típicos

Vimos anteriormente que o *diferencial de poder* político diminuiu consideravelmente, mudando de alto para médio; que no aspecto econômico o *diferencial de poder* sofreu alguma redução, mas continua alto em favor dos EUA; que no aspecto

---

<sup>426</sup> Com um relatório do Goldman Sachs (Deraming with BRICs: The path to 2050), que anunciava a RPC como a economia nº 1 do mundo por volta de 2050 (JOFFE, 2015, p. 129 e 130).

<sup>427</sup> JOFFE, 2015, p. 2.

<sup>428</sup> JOFFE, 2015, p. 263. Questiona, por exemplo, a capacidade da RPC de manter taxas de crescimento econômicos elevadas em contexto de sérias reduções demográficas e consequente aumento do custo da mão de obra (JOFFE, 2015, p. xiv).

tecnológico o *diferencial de poder* saiu de alto para médio. A nossa avaliação foi a de que a composição do *diferencial de poder* sofreu redução, de alto para médio. E, a seguir, iremos tipificar a postura de cada um dos dois atores em relação a essa variação como: *submissa*; *progressista*; *reviscionista*; e *conservadora*. Isso para o *diferencial de poder* e para a *estrutura sistêmica*.

Veremos que os dois atores, EUA e RPC, serão classificados quanto sua atitude diante do *diferencial de poder* como sendo, respectivamente, de *reviscionista* e *progressista*. No que diz respeito a *estrutura sistêmica*, classificaremos os EUA em *reviscionista* e a RPC com uma postura dual, *progressista* regionalmente e *conservadora* globalmente.

Os EUA, em boa parte de sua história e igualmente ao longo da Conjuntura, acreditou em sua excepcionalidade e no seu dever civilizador, não vendo problemas em usar a força e violar regras <sup>429</sup> para construir um mundo a sua imagem, assumindo que os fins justificariam os meios. Como exemplo dessa postura, Kissinger afirma que a guerra do Golfo teve só a aparência de consenso, mas, na verdade, teria sido somente uma ratificação da decisão já tomada<sup>430</sup>, evidenciando o uso do alto *diferencial de poder* do início da Conjuntura para impor suas agendas e crenças supremacistas, necessariamente universalizantes e conflituosas<sup>431</sup>. Para o autor, com a queda do muro de Berlim “os EUA e seus aliados passariam ‘de uma política de contenção para ir além, aplicando uma política de engajamento ativo’”<sup>432</sup>, o que se repetiria nas longas intervenções ligadas a chamada guerra ao terror<sup>433</sup>. O *diferencial de poder* também foi usado pelos EUA para converter em arma sua posição de organizador da economia mundial<sup>434</sup>, ou seja, não só para aumentar o *próprio diferencial* de poder como também para criar condições de alterações sistêmicas. Tavares e Fiori apontam, a partir do

---

<sup>429</sup> FOOT, 2010, p. 13 e 14; KISSINGER, 2011, p. 34; e KISSINGER, 2015, p. 323 e 324.

<sup>430</sup> KISSINGER, 2015, p. 265.

<sup>431</sup> KISSINGER, 2011, p. 438.

<sup>432</sup> KISSINGER, 2015, p. 316.

<sup>433</sup> KISSINGER, 2015, p. 318. O autor salienta que houve razoável consenso internacional no começo da campanha no Afeganistão e que “o que houve de singular – e tradicionalmente norte-americano – a respeito desse esforço militar no Iraque foi a decisão de encarar o que era efetivamente uma ação para a implementação de uma ordem legal como um aspecto de um projeto destinado a disseminar a liberdade e a democracia. Os Estados Unidos reagiram à onda crescente do universalismo islâmico radical, reafirmando a universalidade dos seus próprios valores e de seu conceito de ordem mundial” (KISSINGER, 2015, p. 324).

<sup>434</sup> TORRES, 2021, p. 419.

endurecimento da postura dos EUA no pós-1991, a alta disposição dos EUA em interferir sistemicamente de acordo com a sua conveniência<sup>435</sup>.

A RPC, assim como os EUA, também não tinha dúvidas sobre a sua excepcionalidade<sup>436</sup>, isso ao longo de toda a sua história, com continuidade na Conjuntura. Mas foi mais contida em suas ambições intervencionistas e civilizadoras, buscando um equilíbrio mais modesto entre fins e meios e convencida de que um mundo a sua imagem era uma impossibilidade<sup>437</sup>. Não apregoava a universalização da sua sociedade<sup>438</sup> ou ideologia<sup>439</sup>, que é nacionalista, ao invés de internacionalista<sup>440</sup>. Também não desejava as mesmas coisas que os EUA<sup>441</sup> nem se apoiou na redução do *diferencial de poder* para gradualmente violar normas formais ou não do ordenamento em vigor<sup>442</sup>. Mas buscou, como vimos anteriormente e de forma *progressista*, investir em recursos para a redução do *diferencial de poder*<sup>443</sup>. Mas as duas potências experimentaram oscilações de percepção sobre a sua inserção sistêmica, com os EUA sujeitos a mais um ciclo declinista.

Para Joffe, são frequentes as oscilações de ânimo dos EUA e muito pouco seria necessário para a inversão, seja do triunfalismo para o declinismo<sup>444</sup> ou vice-versa. Para o autor, o comando da oscilação seria acionado por uma visão limitada da realidade, restringindo as considerações as variáveis dos campos econômico e militar<sup>445</sup>. Ilustra essa oscilação citando dois intervalos de tempo internos a Conjuntura em que o ânimo teria saído

<sup>435</sup> TAVARES, 1997, p. 82 e FIORI, 2008, p. 37.

<sup>436</sup> ALLISON, 2020, p. 274 e KISSINGER, 2015, p. 228.

<sup>437</sup> KISSINGER, 2011, p. 34. Além de, historicamente, considerar com reserva o recurso à força (KISSINGER, 2011, p. 106). Em outra obra, Kissinger apresenta a visão histórica chinesa sobre o ordenamento internacional: “De acordo com essa visão, a ordem mundial refletia uma hierarquia universal, não um equilíbrio de Estados soberanos competindo entre si” (KISSINGER, 2015, p. 216);

<sup>438</sup> Para Kissinger, a “China não era uma sociedade imbuída de uma missão no sentido ocidental do termo” (KISSINGER, 2015, p. 217).

<sup>439</sup> ALLISON, 2020, p. 274 e JOFFE, 2015, p. 259.

<sup>440</sup> KISSINGER, 2011, p. 72.

<sup>441</sup> ALLISON, 2020, p. 273 e LEGRO, 2010, p. 89.

<sup>442</sup> FOOT, 2010, p. 13 e 14. Como citamos recentemente, para Kissinger a guerra do Golfo foi a ratificação da decisão já tomada pelos EUA (KISSINGER, 2015, p. 265), evidenciando o uso do alto *diferencial de poder* do início da Conjuntura para impor a suas agendas e crenças, o que se repetiria nas longas intervenções ligadas a chamada guerra ao terror (KISSINGER, 2015, p. 318).

<sup>443</sup> Legro chama a atenção para o fato de que a “realidade mostra que nem sempre os países ampliam a sua política externa à medida em que seu poder aumenta. Do mesmo modo, eles nem sempre restringem na medida em que seu poder declina. Anomalias históricas são comuns” (LEGRO, 2010, p. 96).

<sup>444</sup> JOFFE, 2015, p. 33 e 41. Legro sustenta que esse tipo de consenso abstrato que se forma em dado momento histórico tem grande influência na condução das relações entre unidades do SI (LEGRO, 2010, p. 100 e 103).

<sup>445</sup> JOFFE, 2015, p. 92.

do triunfalismo para o declinismo: de 1992 até 1997 os EUA experimentaram o maior boom de sua economia<sup>446</sup>, impulsionando o triunfalismo que se materializou na formação e expansão de uma economia globalizada; e de 2007 em diante, onde, após a crise dos *subprime*<sup>447</sup>, toma corpo e amadurece a quinta onda declinista<sup>448</sup>. A quinta onda se formou independentemente da rápida recuperação econômica no pós-2008, da recuperação de algumas indústrias e do boom do setor de óleo e gás<sup>449</sup>, além da expansão impressionante das empresas digitais e associadas ao vale do silício.

Essa oscilação de ânimo, de frequência alta, não encontraria amparo na realidade histórica, onde o declínio dos impérios se daria de forma alongada e o colapso abrupto só aconteceria em situações de derrotas em guerras sistêmicas, situação pouco plausível para o autor<sup>450</sup>. A quinta onda declinista distorceu a percepção de redução do *diferencial de poder*, criando a crença de um fenômeno mais acelerado e intenso do que efetivamente aconteceu. Como já vimos, é certo que houve redução do *diferencial de poder*, mas a redução não foi exagerada, acelerada e nem espalhada em todas as áreas. O que parece mais sério e perigoso é o descompasso entre a percepção e a realidade da variação do *diferencial de poder*. E é a partir dessa percepção distorcida que os EUA orientaram suas atitudes. E a RPC não foi imune as oscilações de ânimo, embora experimentasse diferentes formas e frequências de variação.

A RPC também apresenta um histórico de oscilações de ânimo<sup>451</sup>, mas com inversões mais lentas<sup>452</sup>. Em que pese a sua vulnerabilidade econômica, em função do seu modelo predominantemente exportador<sup>453</sup>, na Conjuntura existiu uma preocupação da RPC

---

<sup>446</sup> KISSINGER, 2015, p. 317.

<sup>447</sup> JOFFE, 2015, p. 34 e 35.

<sup>448</sup> JOFFE, 2015, p. xiv. E para o autor, apoiada no pressuposto duvidoso de que a RPC poderia manter por tempo prolongado altas taxas de crescimento econômico e que o crescimento econômico isoladamente seria um indicador suficiente (JOFFE, 2015, p. 35, 90 e 92).

<sup>449</sup> JOFFE, 2015, p. 41.

<sup>450</sup> JOFFE, 2015, p. 35 e 36.

<sup>451</sup> ZAKARIA, 2020, p. 68.

<sup>452</sup> ALLISON, 2020, p. 181. Nos diria Foot: “Entretanto, nos anos de 1950 e 1960, o comportamento chinês tendeu a ser predominantemente interpretado como reflexo do desejo de articular novas concepções de sociedade internacional e não como uma tentativa de entrar no clube das grandes potências. Sua diplomacia tradicional foi insuficiente para acabar com a imagem da China como o mais radical dos países revolucionários. Foi nos anos 1970 e 1980 que a China passaria a ser vista mais como ‘mantenedora’ ou ‘exploradora’ do sistema do que como ‘opositora’” (FOOT, 2010, p. 17).

<sup>453</sup> RAJAN, 2012, p. 130.

em não se apresentar como uma ameaça aos EUA<sup>454</sup>. Para Ikenberry e Legro, o considerável crescimento econômico da RPC foi usado para reforçar sua integração com o resto do mundo<sup>455</sup>. Foot afirma que “na década de 1970, a China havia assinado apenas 10% a 20% dos acordos de controle de armamentos; enquanto isso, em 1996, o número oscilava entre 85% e 90%”<sup>456</sup>; afirma ainda que “Pequim nunca cessa de contrastar seu bom histórico de adesão a regimes internacionais com atitudes ‘unilaterais’ e ‘hegemônicas’ dos Estados Unidos”<sup>457</sup>. Zakaria vai na mesma direção, sustentando que a “grande vantagem da RPC no sistema de comércio mundial não advém do seu desejo de violar as regras, mas das suas dimensões, que atrairiam empresas dispostas a fazer concessões para ter acesso a esse mercado”<sup>458</sup>, também porque, no período considerado, a RPC experimentava um ânimo de ascendência<sup>459</sup>.

Além de não se valer da redução do *diferencial de poder* para corroer o ordenamento, a RPC se empenhou em usar o próprio ordenamento para evitar a adesão de seus vizinhos ao cercamento oriundo dos EUA<sup>460</sup>. Assim, o risco de precipitar tensionamentos na região que viessem a consolidar um bloco coeso contra sua ressurgência tornou a RPC mais equilibrada no que diz respeito ao uso da redução do *diferencial de poder*<sup>461</sup>. Essa postura foi ficando mais clara na sequência de dois eventos significativos: as manifestações da Praça da Paz Celestial (1989) e a Crise de Taiwan (1996)<sup>462</sup>. As crises financeiras de 1997 - que atingiram fortemente os países em desenvolvimento do Sul e Leste asiático - e de 2008 sugeriram certa irresponsabilidade da liderança americana. Mas, ainda assim, a RPC não demonstrou

---

<sup>454</sup> KISSINGER, 2011, p. 248 e ALLISON, 2020, p. 182. Allison chama a atenção para o fato de a RPC já ter recorrido a força em condições de inferioridade (ALLISON, 2020, p. 183 e 185), o que indica que a questão da inferioridade não seria determinante. E Kissinger usa o exemplo da Guerra da Coreia como demonstração do pouco respeito da RPC tinha no momento por regras internacionais das quais ela não tivesse tomado parte nas formulações (KISSINGER, 2015, p. 295).

<sup>455</sup> IKENBERRY, 2010, p. 73 e LEGRO, 2010, p. 89. Legro apresenta uma tipologia tripla, de isolacionista, integracionista e revisionista, classificando a RPC como integracionista.

<sup>456</sup> FOOT, 2010, p. 25.

<sup>457</sup> FOOT, 2010, p. 26.

<sup>458</sup> ZAKARIA, 2020, p. 58. Tradução nossa e no original: ““China’s greatest advantage in global trading system has come not from its willingness to violate the rules but from its sheer size. Countries and companies want access to China and are willing to make concessions to get it”.

<sup>459</sup> ALLISON, 2020, p. 181 e LEGRO, 2010, p. 106 e 107. Joffe defende que a RPC se posicionou desde o início e em linhas gerais a favor da globalização (JOFFE, 2015, p. 207).

<sup>460</sup> BRESLIN, 2010, p. 33 e 35.

<sup>461</sup> BRESLIN, 2010, p. 36.

<sup>462</sup> BRESLIN, 2010, p. 36 e 37. Breslin levanta a hipótese dessa mudança com relação às outras unidades da região ter forte vínculo com uma insegurança sobre a sua situação política interna (BRESLIN, 2010, p. 39) e não necessariamente com o cercamento que se inicia pelos EUA.

qualquer interesse em desbancar a dominância internacional do USD<sup>463</sup>. Esse conjunto de acontecidos abriu espaço para o aumento da influência regional da RPC<sup>464</sup> sem o apelo direto a redução do *diferencial de poder*.

Portanto, EUA e RPC apresentaram ao longo da Conjuntura diferentes formas de excepcionalismo. O dos EUA oscilou do supremacismo intervencionista para o declinismo paranoico, ao passo que a RPC conteve seus impulsos supremacistas, buscando uma integração regional mais sóbria e consensual. Os EUA não se frearam em usar o alto *diferencial de poder* para impor as suas vontades, violando ou não o ordenamento, e criar instrumentos dissuasórios e punitivos de caráter exclusivos (bomba-dólar). Enquanto isso, a RPC se valeu do que conseguiu no *diferencial de poder* apenas para começar a influenciar regionalmente, ao passo que se mantinha fiel ao ordenamento internacional. Assim, se apoiando em uma percepção distorcida da realidade e por buscar o aumento de diferencial a partir de recursos exclusivistas, classificamos a postura dos EUA no que diz respeito ao *diferencial de poder* como sendo *revisionista*; a RPC, que incrementou gradualmente seus recursos, foi classificada como *progressista*. Com relação a *estrutura sistêmica*, vimos que os EUA não se inibiram em violar o ordenamento acordado, tendo tido, portanto uma postura *revisionista*; já a RPC agiu dualmente, regionalmente foi *progressista*, mas globalmente foi *conservadora*. Tendo concluído sobre a atitude dos atores em relação ao *diferencial de poder* e a *estrutura sistêmica*, passaremos a classificar as guerras da Conjuntura, a partir da tipificação construída no capítulo anterior.

### 3.1.1.4 Prevalência e significado das guerras

Tipificamos as guerras no capítulo 2 em três: *guerras hegemônicas*; *guerras da hegemonia*; e as *guerras triviais*. A primeira, uma disputa hegemônica com rupturas sistêmicas; a segunda, conduzida pelo *hegemon*, quando não está em clara disputa a posição

---

<sup>463</sup> EICHENGREEN, 2010, p. 8. E em que pese a RPC defender uma maior diversidade de moedas no sistema financeiro internacional.

<sup>464</sup> BRESLIN, 2010, p. 46, 51 e 58. Sustenta o autor: “A China está se tornando cada vez mais importante para a região como fonte de financiamento” e “se a crise de 1997 marcou o ponto de virada crucial no pensamento e na política econômica para a região, a crise global de 2008 pode vir a ser vista como tendo facilitado a consolidação do papel regional da China” (BRESLIN, 2010, p.60). O autor cita ainda a atratividade exercida pelas dimensões da economia da RPC (BRESLIN, 2010, p. 62), neste caso, a influência estaria ligada a redução do *diferencial de poder* econômico.

hegemônica e sem consequências estruturais imediatas ou aparentes; e a terceira entre atores não hegemônicos, do centro ou da periferia, e sem consequências sistêmicas significativas. Não tivemos *guerras hegemônicas* na Conjuntura e excluiremos da nossa investigação as *guerras triviais*, voltando a nossa atenção para as *guerras da hegemonia*<sup>465</sup>, de maior prevalência e interesse da pesquisa, que são as guerras do Golfo (1991), do Afeganistão (2001-2021) e do Iraque (2003-2011).

Veremos que o início da Conjuntura ofereceu as condições para a implementação do projeto supremacista e civilizacional hegemônico. E que ao longo da Conjuntura, três *guerras da hegemonia* deixaram claro um quadro consistente da atuação dos EUA, que foi: do uso competente, crescentemente unilateral e pouco realista dos recursos militares, que vai encontrando seus limites ao longo das três guerras; de desvinculação progressiva dos aliados; da capacidade de perdurar em guerras longas e inconclusivas; do comprometimento da visão global e sistêmica em detrimento de atuações regionalizadas; e da falta de empatia para com os derrotados. Começaremos pela guerra do Golfo.

Para Kissinger, nas cinco guerras mais relevantes em que os EUA se envolveram no pós-II GM foi grande a dificuldade de compatibilizar “propósitos e possibilidades”, obtendo combinação satisfatória e continuado consenso internacional somente na Guerra do Golfo<sup>466</sup>, a mais curta delas e que para Fiori marca o início da era unipolar<sup>467</sup>. Como marco dessa nova era, a Guerra do Golfo também sepultou a tensão bipolar da Guerra Fria, apresentando um

---

<sup>465</sup> Joffe chamou de as três guerras da unipolaridade, que tomaram lugar na Ásia Central e Oriente Médio. Sustenta que essas guerras não teriam acontecido caso a URSS ainda existisse (JOFFE, 2015, p. 215). Tivemos também a intervenção no Kosovo, mas, em função da duração e escala, consideraremos mais uma intervenção do que uma guerra. E uma intervenção que segue o mesmo roteiro geral que as Guerras do Afeganistão e Iraque, mudando duração e escala. Nas palavras de Fiori, “Em 1999, as tropas da OTAN, sob a liderança militar dos Estados Unidos, fizeram uma ‘intervenção humanitária’ no Kosovo, bombardearam e destruíram a economia iugoslava e assumiram a administração direta da província, sem conseguir reorganizar o país, nem muito menos eliminar os conflitos étnicos que seguem dividindo a população local, e que foram o motivo explícito da ocupação militar” (FIORI, 2004, p. 100 e 101).

<sup>466</sup> KISSINGER, 2015, p. 303 e 329. O autor cita as guerras da Coreia (1950-1953), Vietnã (1955-1975), sendo que o envolvimento dos EUA só toma corpo a partir de 1961 e, ao final desta guerra, os EUA teriam sofrido a sua primeira derrota), Guerra do Golfo, do Afeganistão e do Iraque. Allison concorda, em termos gerais, com essa perspectiva (ALLISON, 2020, p. 192). A avaliação dos dois converge com uma das teses de Fiori discutida no capítulo anterior (publicada no artigo “As estranhas derrotas de uma potência que não para de se expandir e acumular poder”), a de que a escolha pelo emprego da força não em relação necessária com a avaliação favorável dos resultados (FIORI, 2021).

<sup>467</sup> FIORI, 2004, p. 99 e *id*, 2021, p. 12.



grande e crescentemente assertivo vitorioso<sup>468</sup> e um perdedor amargurado que, também para Fiori, estava destinado ao revisionismo, a Rússia<sup>469</sup>. O vitorioso da Guerra Fria dava sinais de pouca empatia com os derrotados.

A primeira das guerras, a do Golfo, foi esperançosamente percebida na ocasião como uma escolha hegemônica para a imposição de princípios básicos do mundo moderno e contemporâneo, “uma guerra que poderia elevar os mecanismos de segurança coletiva e a defesa de princípios humanitários universais à condição de prioridade estratégica dos Estados nacionais, especialmente dos EUA”<sup>470</sup>; a expectativa era do surgimento de uma nova e harmônica ordem mundial<sup>471</sup>, com um *hegemon* benevolente<sup>472</sup> e policialesco. Os EUA, com um considerável apoio internacional e vinte e oito aliados militares, agiram contra um recente aliado<sup>473</sup> para retornar as fronteiras do Kwait<sup>474</sup>.

Passada a euforia da combinação de ingenuidade e deslumbramento que marcou os momentos iniciais da guerra, três realidades começaram a ficar claras. A primeira evidenciou que não foi o multilateralismo que se valeu dos recursos militares americanos para se impor; foi a vontade dos EUA que se impôs escudada pelo multilateralismo<sup>475</sup>. A segunda, provavelmente a mais perigosa lição da guerra, indicou que a combinação bélica empregada pelos EUA de recursos tecnológicos com sofisticação doutrinária era impossível de se equiparar<sup>476</sup>, conferindo, e essa era a percepção de então, ao *hegemon* ampla liberdade de

---

<sup>468</sup> Para Fiori, “a potência unipolar desse novo sistema, que seria teoricamente responsável pela tutela da paz mundial, esteve em guerra durante quase todas as três décadas posteriores ao fim da Guerra Fria” (FIORI, 2021, p. 12).

<sup>469</sup> FIORI 2008, p. 49 e 50. Notemos que o autor faz essa afirmação em 2008 e, enquanto essa pesquisa está sendo escrita, no primeiro semestre de 2022, a Rússia invadiu a Ucrânia, colocando a Europa em alerta de guerra.

<sup>470</sup> FARIAS, 2021, p. 364.

<sup>471</sup> FARIAS, 2021, p. 369 e 377.

<sup>472</sup> FIORI, 2004, p. 95.

<sup>473</sup> FARIAS, 2021, p. 369 e 375. Farias evidencia a proximidade entre EUA e Iraque, no contexto da guerra Irã-Iraque, apontando, inclusive, o fornecimento de armas químicas e biológicas do primeiro para o segundo.

<sup>474</sup> Farias mostra que, contraditoriamente, a mesma presteza dos EUA para garantir a integridade do Kwait não foi aplicada na proteção dos enclaves xiitas e curdos internos ao Iraque quando a guerra terminou (FARIAS, 2021, p. 383), sugerindo que a questão humanitária era relativa, quando se afirmava absoluta.

<sup>475</sup> FARIAS, 2021, p. 378. E Fiori diz que “o que nos anos 90 podia parecer o início de uma nova fase de hegemonia global ‘benevolente’, ficou claro, na década seguinte, que se tratava de fato de um projeto imperial explícito” (FIORI, 2004, p. 95).

<sup>476</sup> FARIAS, 2021, p. 376. Bracken sugere a desconfiança nas ações futuras dos EUA pós-Guerra do Golfo como um fator na proliferação da segunda era nuclear (BRACKEN, 2012, p. 6), que muito ocupa as preocupações de Kissinger pela precariedade do controle dessas armas (KISSINGER, 2015, p. 334), ao contrário do que existia na Guerra Fria. Narang sustenta que a proliferação nuclear que se iniciou no Oriente Médio, particularmente o caso de Israel, também tem relação com a Guerra do Golfo (NARANG, 2014, p. 181).

ação, excetuada a ameaça de retaliação nuclear. É preciso que deixemos claro que o Iraque de então não era um país militarmente fraco; havia saído de uma guerra longa com o Irã (1980-1988), possuindo experiência e equipamentos. E a terceira, corolário da segunda, deixou o alerta de que qualquer unidade do SI poderia ser enquadrada militarmente<sup>477</sup> e que a expectativa de empatia hegemônica com os derrotados era uma ilusão arriscada. No começo da Conjuntura, a esmagadora vitória dos EUA na Guerra do Golfo criou as condições para a expansão e apogeu da ordem liberal<sup>478</sup>. Mas ali também apareceram as sementes da desconfiança na capacidade do *hegemon* em organizar e respeitar o ordenamento internacional. A Guerra do Golfo abriu, em termos de enfrentamentos bélicos, a Conjuntura, indicando a capacidade quase irresistível do *hegemon* de impor a sua vontade, com indiferença aos derrotados e as consequências<sup>479</sup>, e tornou explícito o momento unipolar da estrutura. Vejamos a segunda das *guerras da hegemonia*, a do Afeganistão.

O atentado terrorista contra as torres gêmeas, em 11 de setembro de 2001, inicia a mais longa guerra dos EUA. Chocado, o país se uniu e o mundo apoiou a iniciativa militar, antecipando um envolvimento limitado, destinado a capturar os responsáveis e limitar o apoio de alguns Estados no fornecimento de bases de treinamento e abrigo aos terroristas. As operações iniciais atingiram o propósito de remover o grupo ocupante do poder formal e de colocar em fuga os terroristas que operavam no Afeganistão. Novamente, uma competente combinação de doutrinas e material, contra um adversário incapaz de se defender em termos convencionais, selou outro triunfo militar.

Mas o sucesso inicial, como é frequente, mascarou os desafios do porvir; confundiu-se a fácil e rápida remoção dos estabelecidos no poder com a difícil e lenta criação de instituições nos moldes das democracias ocidentais em um país rural e predominantemente tribal<sup>480</sup>, apontando claramente que havia limites ao recurso as armas. Kissinger argumenta que, mais uma vez, os EUA tiveram dificuldades de alinhar objetivos militares irreais com o que era politicamente viável<sup>481</sup>. As ações militares no Afeganistão logo

---

<sup>477</sup> FIORI, 2004, p. 95 e 99.

<sup>478</sup> FARIAS, 2021, p. 381.

<sup>479</sup> Novamente, referência ao que aconteceu com as minorias existentes no Iraque após o término da campanha e foi apontado por Farias (FARIAS, 2021, p. 383).

<sup>480</sup> FIORI, 2004, p. 101.

<sup>481</sup> Entrevista de Henry Kissinger, traduzida pelo jornal O Estado de São Paulo em 28/08/2021. Acesso em 19/05/2022 e no link: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20210828-46701-nac-16-int-a16-not>. Se o

se transformariam em uma outra coisa, a declarada Guerra ao Terror<sup>482</sup>. A Guerra ao Terror criou um discurso de supremacia moral, passando a amparar a atuação global e unilateral do poder bélico dos EUA<sup>483</sup>. Os esforços diplomáticos passaram a se subordinar completamente aos objetivos militares<sup>484</sup> que, como sustentado por Kissinger, eram politicamente irreais.

Em pouco tempo, o rápido sucesso militar convencional se transformou em um atoleiro da insurgência, onde *hegemon* viu a vitória clara do início da campanha se transformar em uma agonizante indefinição. Ao longo da guerra, foi aumentando a indiferença dos EUA com o resto do mundo no que diz respeito ao uso da força e a incapacidade de impor uma vitória militar decisiva que convertesse o Afeganistão em uma democracia liberal. Três consequências dessa guerra e do interesse da pesquisa ficaram claras ao final da Conjuntura: ofuscou a visão global do *hegemon* em detrimento de problemas regionais<sup>485</sup>; potencializou uma séria fissura entre os EUA e seus aliados<sup>486</sup>; e estabeleceu limites do que era possível ao combinado de unilateralismo internacional com poder militar convencional<sup>487</sup>, em que pese os EUA terem demonstrado a capacidade de permanecer em duas longas e inconclusivas guerras<sup>488</sup>. A Guerra do Afeganistão, iniciada em meados da Conjuntura, deixou clara a capacidade e a intenção do uso da força de forma unilateral, retaliatória e preventiva, abriu fissuras com aliados, distraiu o *hegemon* e estabeleceu limites

---

autor está correto, surpreende ainda mais a capacidade dos EUA em permanecer em longas guerras mesmo quando o pretendido alinhamento não se materializava.

<sup>482</sup> Entrevista de Bernie Sanders para a Revista Foreign Affairs, em 24 de junho de 2019. Acesso em 18/05/2022 e no link: <https://www.foreignaffairs.com/articles/2019-06-24/ending-americas-endless-war>. Rhodes aponta uma série de consequências indiretas e internas da chamada Guerra ao Terror em um artigo denominado “Them and Us: How America Lets Its Enemies Hijack Its Foreign Policy”, na edição de setembro/outubro de 2021 da revista Foreign Affairs.

<sup>483</sup> A chamada Doutrina Bush, anunciada em 2005, mas formulada bem antes, clamava o direito de ações militares unilaterais e preventivas. Matéria “Ashes from ashes: How America wasted its unipolar moment”, da edição de 11/09/2021 da revista The Economist. Acesso em 20/05/2022 e no link: <https://www.economist.com/briefing/2021/09/11/how-america-wasted-its-unipolar-moment>.

<sup>484</sup> BURNS, 2019, p. 100.

<sup>485</sup> Matéria denominada “America and the world: The real lessons from 9/11”, da edição de 11/09/2021 da revista The Economist. Acesso em 20/05/2022 e no link: <https://www.economist.com/leaders/2021/09/11/the-real-lessons-from-9/11>.

<sup>486</sup> Entrevista de Fiori para a jornalista Cláudia Antunes, de O GLOBO, em 11 de setembro de 2021 e constante, em sua íntegra, no anexo B.

<sup>487</sup> Fiori vê o primeiro sinal de estabelecimento de limites ao poder imperial dos EUA já em 2008, na Guerra da Geórgia (entrevista referenciada na nota anterior), o que não se contrapõe aos nosso argumento, de que, em 2012 e com base clara na situação do Afeganistão, esses limites estavam já bem claros.

<sup>488</sup> JOFFE, 2015, p. 15, 216 e 217. O autor é da opinião que o envolvimento em duas longas e custosas guerras é característica que somente os EUA possuem sendo, portanto, um indicador de força. Allison salienta que EUA se envolveram em guerras alongadas e inconclusivas em uma conjuntura onde a aceitação interna de perdas em combate declinou (ALLISON, 2020, p. 193).

ao que seria possível, ao mesmo tempo em que marcou uma notável capacidade dos EUA de permanecer em guerras indefinidas por mais de uma década. Veremos a seguir a terceira e última das *guerras da hegemonia*, a Guerra do Iraque.

Em março de 2003, alegando a iminência de produção e uso de armas de destruição em massa e a exemplo do que fez nas Guerras do Golfo e Afeganistão, os EUA lideraram uma campanha militar preventiva e preemptiva, que mais uma vez combinava de forma competente doutrinas e materiais. Se no Afeganistão houve algum cuidado em construir um consenso internacional em torno do início das operações militares, facilitado pela empatia internacional após o ataque as torres gêmeas, no Iraque esse cuidado foi mínimo; o *hegemon* praticamente ignorou as posições divergentes.

Fiori conecta a campanha de 2003 com o que já vinha acontecendo por mais de uma década, em um projeto civilizacional global que se iniciou no Oriente Médio e Ásia Central. Em suas palavras, “entre 1991 e 2003, os Estados Unidos e a Inglaterra bombardearam o território iraquiano, de forma quase contínua, mas não conseguiram atingir e mudar o regime político, nem liquidar o aparato militar de Saddam Hussein”<sup>489</sup>. O sucesso militar sobre as forças convencionais do Iraque foi rápido e indubitável, mas, como aconteceu no Afeganistão, esse claro sucesso inicial não garantiu o atingimento das metas políticas<sup>490</sup>, mais uma vez inatingíveis na avaliação de Kissinger. Logo, o sucesso militar inicial se converteu em outro atoleiro da insurgência. O Iraque se desintegrou em uma série de disputas sectárias, o que converteu o país não em uma democracia liberal, mas em um território fértil para dois desdobramentos indesejados desde o início: caldo de cultura para insurgentes e terroristas e o aumento da influência regional do Irã. No Iraque, como no Afeganistão, as mesmas três consequências de interesse da pesquisa vão se manifestar, só que de forma mais marcada. São elas: troca da perspectiva global pela regional; indiferença com relação as preocupações e interesses de aliados; e a existência de limites ao unilateralismo internacional apoiado em poder militar. A Guerra do Iraque, no que diz respeito ao interesse dessa pesquisa, foi igualmente civilizacional e seguiu dinâmica geral semelhante ao Afeganistão, com pequenas diferenças. Assim como no Afeganistão, só que de forma mais pronunciada, o *hegemon*: manifestou a capacidade e a intenção do uso unilateral da força, adicionando as modalidades

---

<sup>489</sup> FIORI, 2004, p. 100.

<sup>490</sup> FIORI, 2004, p. 101.

preventiva e preemptiva; aumentou a insensibilidade para as considerações dos aliados e para a situação dos derrotados; e aumentou o próprio grau de distração. Também, e até mais do que no Afeganistão, evidenciou os limites do que seria possível, ao mesmo tempo em que confirmou a capacidade dos EUA de envolvimento em guerras desgastantes e indefinidas por longos períodos.

O que concluiremos a seguir converge com o que pensa Fiori sobre o uso hegemônico da força na Conjuntura. Vejamos o que ele nos diz:

Portanto, treze anos depois da Guerra do Golfo e do fim da Guerra Fria, o balanço que se pode fazer deste novo tipo de império, do ponto de vista dos objetivos norte-americanos, é bastante negativo. Suas intervenções militares não expandiram a democracia nem os mercados livres; as guerras aéreas não foram suficientes, sem a conquista territorial; e a conquista territorial militar não conseguiu dar conta da reconstrução nacional dos países derrotados<sup>491</sup>.

Depois da síntese acima de Fiori, o que salta aos olhos, se considerarmos em perspectiva as três *guerras da hegemonia* iniciadas na Conjuntura? Quando colocamos em uma perspectiva conjuntural as três *guerras da hegemonia* que investigamos e em que peses singularidades até relevantes, um quadro consistente e progressivo se apresenta. Vejamos esse quadro.

No início da Conjuntura, ainda atordoado pela implosão do adversário e equilibrador da Guerra Fria, o *hegemon* iniciou seu projeto supremacista e civilizacional com o emprego competente do uso da força militar. Nesse momento, demonstrou alguma preocupação de consenso com os aliados e podemos dizer até que toma as iniciativas de forma cuidadosa, se compararmos ao que se deu ao longo das outras duas guerras. Nas duas guerras seguintes, seja no início ou na condução, de forma crescentemente afirmativa, o *hegemon* passou a depender menos de consenso e apoio, mesmo de aliados. Iniciou e conduziu as guerras de acordo exclusivamente com o seu arbítrio e a companhia dos que lhe eram subservientes. A primeira guerra, de curta duração, se singularizou das outras duas, que se alongaram por mais de década até o final da Conjuntura, pelo acoplamento realista das campanhas militares aos fins políticos. A combinação de duração com a compatibilidade de campanhas militares e fins políticos fez com que só as duas últimas guerras deixassem claro

---

<sup>491</sup> FIORI, 2004, p. 101.

que existiam limites para o que poderia ser alcançado com a combinação de unilateralismo e capacidade bélica.

Nas três guerras, a capacidade militar hegemônica manda de forma crescente um claro sinal: não há possibilidade de resistência convencional ao poder militar dos EUA. Ao longo da Conjuntura, duas reações estabeleceram os limites do poder bélico hegemônico que, iludido, acreditava tudo poder: a proliferação nuclear e as insurgências no Afeganistão e Iraque. Nas três guerras ficou claro que o sucesso militar inicial não era garantia da capacidade de organização ou mesmo reconstrução dos espaços devastados e ocupados, meta fundamental do projeto civilizacional; a crua realidade se impôs sobre a delirante e ingênua ideia de construir um mundo a sua imagem.

Ao longo das três guerras, o *hegemon* demonstrou incapacidade de empatia com os derrotados, seja pela humilhação que sofreram (Rússia) ou pela incompreensão do que seria desejado e possível para cada uma das sociedades (Afeganistão e Iraque). Além da ausência empática, permitiu que uma visão messiânica democrático-liberal criasse uma distração hegemônica para questões sistêmicas e para outras regiões do SI. Se posicionou cada vez mais isolado com relação as considerações alheias, até mesmo de aliados, ao mesmo tempo que deu um considerável sinal de vontade e força ao permanecer por longos períodos em guerras inconclusivas e impopulares.

Veremos, a seguir, a questão da *resiliência sistêmica*.

### **3.1.1.5 Resiliência sistêmica**

Vimos que a *resiliência sistêmica* é a capacidade de reequilíbrio por meio de ajustes marginais e cumulativos e que, apoiados em uma das teses fundamentais de Fiori, ela só faria sentido em Conjunturas ou frações Conjunturais, uma vez que a estrutura estaria sempre em movimento expansivo. Veremos que a *resiliência sistêmica* transitou de alta para média ao longo da Conjuntura, a despeito dos esforços hegemônicos de desorganização.

Em que pese a capacidade de acomodação de grandes unidades (RPC e IND), o projeto supremacista e civilizacional foi, em si, um desgaste da *resiliência sistêmica*, uma vez que o que ele pretendeu foi uma mudança substancial na tendência da estrutura.

Para Ikenbrerry, existem duas importantes características sistêmicas, presentes ao longo da Conjuntura. A primeira é que a ascensão de grandes unidades de fora do núcleo sistêmico se deu com altos graus de complementariedade<sup>492</sup>. A segunda, derivada da primeira, é que “o mais importante benefício que essa característica da ordem internacional traz é a impressionante capacidade de acomodação das potências ascendentes”<sup>493</sup>. Ou seja, a competição entre potências estabelecidas e ascendentes se deu em dado contexto, em que convergiram interesses mútuos entre as unidades em benefício da acomodação. É interessante salientarmos que essa tendência se impôs à revelia dos continuados esforços do *hegemon* de enfraquecimento da ordem<sup>494</sup>, por ação ou inação, na medida em que implementou seu projeto supremacista e civilizacional. É incognoscível, mas de interesse reflexivo, a avaliação do grau de fragilidade desse arranjo de acomodação a uma reação em cadeia; quando e sob que condições os interesses difusos e conflitante se imporiam sobre a convergência que permitiu a acomodação. Na Conjuntura, o SI demonstrou capacidade de acomodação das unidades em ascensão, a despeito dos esforços desestabilizadores do *hegemon*. Mas essa capacidade de acomodação coexistiu com o paradoxo da fragmentação.

A expansão do projeto supremacista e civilizacional hegemônico, a ordem democrático-liberal, que foi imposta ao mundo de forma crescente desde início da Conjuntura criou uma espécie de paradoxo<sup>495</sup>; na medida em que avançava, estimulava resistências e lançava sementes de fragmentação<sup>496</sup>. Pretendeu criar sedução e harmonia,

---

<sup>492</sup> Para Ikenberry, “A Ordem Ocidental tem o potencial de transformar a transição de poder em uma mudança pacífica, em termos favoráveis aos americanos. Mas isso só acontecerá se os Estados Unidos reforçarem a ordem vigente. Hoje, com Washington preocupado com o terrorismo e com a guerra no Oriente Médio, reconstruir as regras ocidentais pode parecer para alguns de importância marginal. Muitos membros do governo Bush eram abertamente hostis ao sistema multilateral e regrado que os Estados Unidos têm moldado e liderado. Tal hostilidade é tola e perigosa” (IKENBERRY, 2010, p. 71); e “A OMC está em estado crítico. O princípio básico de não discriminação está em risco graças a proliferação de acordos bilaterais e regionais. [...] Essas questões podem parecer pequenas, mas o caráter fundamental da ordem liberal internacional - seu compromisso com regras universais de abertura que promovam equidade de ganhos – está em risco. Dúvidas similares assombram uma variedade de outros acordos multilaterais – sobre aquecimento global e não proliferação nuclear, entre outros – e estes também precisam de uma renovação da liderança dos Estados Unidos” (IKENBERRY, 2010, p. 77).

<sup>493</sup> IKENBERRY, 2010, p. 71. Breslin salienta que a RPC tem preocupações de impedir a formação de uma coalizão ampla contra seus interesses, o que impõe um comportamento mais equilibrado (BRESLIN, 2010, p.36), reforçando a ideia de um consenso para a preservação, pelo menos nessa Conjuntura.

<sup>494</sup> FARIAS, 2021, p. 385; IKENBERRY, 2010, p. 75; e KISSINGER, 2015, p. 236.

<sup>495</sup> KISSINGER, 2015, p. 371.

<sup>496</sup> FIORI, 1997, p. 89. Diz o autor: “E hoje, contra o novo pensamento vulgar que define a globalização como resultante exclusiva das forças de mercado, a economia política reconhece as transformações ocorridas no plano da concorrência intercapitalista e do progresso tecnológico, mas considera incompreensível a ‘nova economia-mundo’ sem tomar em conta, simultaneamente, a oligopolização a financeirização do mercado, as mudanças

mas foi também, de forma crescente, impositiva e conflitiva<sup>497</sup>. Para Kissinger, “um ímpeto antagônico se ergueu em várias partes do mundo para construir muralhas contra o que é visto como políticas concebidas pelo mundo desenvolvido com o propósito de fomentar crises, um raciocínio que questiona certos aspectos da globalização”<sup>498</sup>. Assim, forças de resistência ao avanço surgiram, como é a tendência do SI<sup>499</sup>, e, em que pese tímidas para o momento, vieram a se compor com sementes de fragmentação, que eram plantadas na medida em que o projeto avançava<sup>500</sup>. E, com a imposição da globalização econômica e política<sup>501</sup> no pós 1991, aumentaram as desconfianças decorrentes do emaranhamento dos diversos atores. Nos dizem Farrell e Newman:

Em resumo, a globalização provou ser não uma força de libertação, mas uma nova fonte de vulnerabilidade, competição e controle; as conexões em demasia tiveram mais o efeito de correntes aprisionadoras do que de caminhos para a Liberdade. Mas os governos e as sociedades demoraram para entender o fenômeno, tornando impossível a reversão<sup>502</sup>.

E

Por décadas, os especialistas viram a globalização como uma extensão natural da liberdade dos mercados. As conexões econômicas internacionais gerariam sim desavenças, mas, segue o argumento, estariam limitadas aos grupos que se beneficiariam ou não da abertura dos mercados. Mas esse raciocínio não considera que a globalização teria criado um tipo novo de conflito. Na medida em que as redes econômicas e informacionais se expandiam, surgiram pontos de controle que concentravam esses fluxos e alguns Estados descobriram como usar esses pontos como armas contra seus competidores<sup>503</sup>.

---

nas relações sociais de poder e a intensificação da competição interestatal, processos que se aceleram e mudam conjuntamente de direção a partir dos anos setenta” (FIORI, 1997, p. 89).

<sup>497</sup> KISSINGER, 2011, p. 438. Allison no diz que a globalização produziu mais riqueza, ao mesmo tempo em que abria espaço para desconfiança, populismo, nacionalismo e xenofobia (ALLISON, 2020, p. 268).

<sup>498</sup> KISSINGER, 2015, p. 367.

<sup>499</sup> Entrevista com o Professor Fiori, acesso em 06/02/2022 e no link:

<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-Capital-e-o-Nacional-/4/52642>.

<sup>500</sup> BURNS, 2019, p. 99.

<sup>501</sup> Entendidos para os efeitos dessa pesquisa como aumento de fluxos comerciais e financeiros e espalhamento da ideia da supremacia da ordem democrática-liberal.

<sup>502</sup> Tradução nossa e no original: “Globalization, in short, has proved to be not a force for liberation but a new source of vulnerability, competition, and control; networks have proved to be less paths to freedom than new sets of chains. Governments and societies, however, have come to understand this reality far too late to reverse it” (FARRELL e NEWMAN, 2020, p. 70).

<sup>503</sup> Tradução nossa e no original: “For decades, commentators understood globalization as a natural extension of market freedoms. To the extent that international economic networks would lead to disagreements, the thinking ran, those squabbles would lie largely between the groups that benefited from open markets and those that opposed them. But that line of thinking missed the fact that globalization itself would also allow for a new kind of conflict. As the world’s economic and information networks expanded many of them coalesced around



Assim, a expansão hegemônica criou resistências ao seu avanço e tensões de fragmentação. Surgiu como uma força estrutural profunda, de maturação lenta e percepção defasada, com sinais que só ficaram claros na medida em que a Conjuntura se desdobrava. E o paradoxo da fragmentação se compôs com o aumento do risco sistêmico.

Kissinger aponta a existência de uma tendência natural de crescimento do risco sistêmico, quando diz que “toda ordem internacional cedo ou tarde deve enfrentar o impacto de duas tendências que desafiam a coesão: uma redefinição do que se entende por legitimidade ou uma mudança significativa na balança de poder”<sup>504</sup>, duas condições presentes desde o início da Conjuntura. Além disso, o início da Conjuntura marca uma divergência entre as organizações econômica e política, a primeira se globalizando e a segunda ainda apoiada no modelo westfaliano de Estado-Nação, com impactos diferenciados nas diversas unidades<sup>505</sup>, o que contribuiu para o aumento do risco. Na medida em que se expandiu o projeto hegemônico e as economias em geral se tornaram crescentemente interdependentes, foi ficando cada vez mais difícil o retorno as condições confortáveis de autonomia<sup>506</sup>, empurrando o entrelaçamento para maiores graus de intensidade e complexidade, em uma espiral crescente e autônoma. E essa dinâmica foi mais marcada na relação entre EUA e RPC, chegando ao ponto, ainda na Conjuntura, do risco de um caos generalizado na eventualidade de um desacoplamento econômico entre as duas unidades<sup>507</sup>.

Rajam adiciona novas variáveis ao crescimento de risco sistêmico oriundas da interdependência econômica, que são as suas três “linhas de falha”: tensão política interna, desequilíbrios comerciais e interação de diferentes sistemas econômicos<sup>508</sup>. Pelo menos os

---

single points of control, and some states learned to wield those hubs as weapons against their competitors” (FARRELL e NEWMAN, 2020, p. 71).

<sup>504</sup> KISSINGER, 2015, p. 367.

<sup>505</sup> KISSINGER, 2015, p. 370. Para o autor: “Essa dinâmica produziu décadas de crescimento econômico sustentado, pontuado por crises financeiras de intensidade aparentemente crescente: Na América Latina nos anos 1980; na Ásia em 1997; na Rússia em 1998; nos EUA em 2001 e outra, mais uma vez, iniciada em 2007; na Europa depois de 2010. Os vencedores – os que são capazes de aguentar a tempestade por um período razoável e depois seguir adiante – nutrem poucas reservas a respeito do sistema. Os perdedores, no entanto – como os que são vítimas de erros estruturais de concepção, como é o caso dos países da ala sul da União Europeia -, buscam saída por meio de soluções que negam, ou pelo menos obstruem, o funcionamento do sistema econômico global”; e “ainda que cada uma dessas grandes crises tenha tido uma causa diferente, sua característica comum tem sido a de especulações pródigas e uma subestimação sistêmica do risco” (KISSINGER, 2015, p. 371).

<sup>506</sup> FARRELL e NEWMAN, 2020, p. 70.

<sup>507</sup> FARRELL e NEWMAN, 2020, p. 70.

<sup>508</sup> RAJAN, 2012, p. 30.

dois últimos com fortes correlação a expansão da globalização e as chamadas “crises dos emergentes”, que ocorreram no período de 1994-2001<sup>509</sup> e prenunciaram a de 2008. Nessas eventos da segunda metade da década de 1990 e início da de 2000, a expansão da globalização criou instabilidades e crises, mas também foi capaz de, com consideráveis custos aos envolvidos, implementar operações de resgates em larga escala<sup>510</sup>. E Kissinger, preocupado com a questão do combinado risco e equilíbrio de poder, apresenta seguinte questão retórica: “estaremos nós diante de uma época na qual o futuro será determinado por forças além do controle de qualquer ordem?”<sup>511</sup>. O risco sistêmico aumenta gradualmente ao longo da Conjuntura I. E aumenta em contexto de rápidas mudanças na Conjuntura.

A forma como a Conjuntura se iniciou, com a implosão praticamente instantânea de um dos polos em equilíbrio dinâmico da Guerra Fria, criou as condições para o exercício descuidado da supremacia hegemônica e para a expansão apressada do projeto civilizacional. Fiori nos dá um exemplo dessa dinâmica descuidada e apressada na Europa, núcleo original do SI moderno. Em suas palavras:

Em 1991, depois do fim da Guerra Fria, não houve um acordo de paz que estabelecesse as perdas da URSS e que definisse claramente as regras da nova ordem mundial imposta pelos vitoriosos, como havia acontecido no fim da Primeira e da Segunda Guerras Mundiais [...] De fato, a URSS não foi atacada, seu exército não foi destruído e seus governantes não foram punidos, mas durante toda a década de 90 os EUA e a UE apoiaram a autonomia dos países da antiga zona de influência soviética, e promoveram ativamente o desmembramento do território russo<sup>512</sup>.

Ao longo da Conjuntura, o avanço hegemônico sobre o que foi a área de influência soviética impressiona. “Desde o fim da União Soviética, em 1991, a OTAN incorporou Polônia e República Checa, em 1999, Romênia, Bulgária, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Lituânia e Letônia, em 2004, Albânia e Croácia, em 2009”<sup>513</sup>. Assim, rápidas e consideráveis

---

<sup>509</sup> MARICHAL, 2016, p. 222.

<sup>510</sup> Marichal nos diz que: “Um dos legados das grandes crises financeiras dos mercados emergentes em fins do século XX consiste sem dúvida na experiência adquirida para levar a efeito resgates coordenados de grande envergadura” (MARICHAL, 2016, p. 222);

<sup>511</sup> KISSINGER, 2015, p. 10. O autor demonstra especial preocupação com as incertezas oriundas da fragilidade do equilíbrio nuclear (KISSINGER, 2015, p. 334 e 340), que avançou no desenrolar da Conjuntura I.

<sup>512</sup> Artigo do Professor Fiori denominado “A Rússia foi a grande perdedora da década de 90 e, contra o senso comum, será a grande questionadora da nova ordem mundial”. Acesso em 24/05/2022 e no link: <https://vermelho.org.br/2008/08/14/jose-luis-fiori-guerra-e-paz/>.

<sup>513</sup> Acesso em 26/05/2022 e no link: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2022/02/25/o-que-e-a-otan-e-quais-sao-os-paises-que-fazem-parte-da-organizacao>.

transformações aconteceram ao longo da Conjuntura. Apresentaremos, no parágrafo abaixo, uma síntese dos aspectos que julgamos relevantes na avaliação da *resiliência sistêmica*.

Na Conjuntura, o SI demonstrou capacidade de acomodação das unidades em ascensão, a despeito dos esforços desestabilizadores do *hegemon*. Como vimos anteriormente, a RPC se comportou de forma *progressista* com relação ao *diferencial de poder*, ao mesmo tempo em que foi *progressista* regionalmente, mas *conservadora* com relação a estrutura. Essas posturas contrastaram significativamente com as dos EUA, que foram *revisionistas* com relação ao *diferencial de poder* e a estrutura<sup>514</sup>. A expansão revisionista hegemônica criou resistências ao seu avanço e tensões de fragmentação, que surgiram como forças estruturais profundas, de maturação lenta e percepção defasada, claras somente ao término conjuntural. O risco sistêmico aumentou gradualmente, se compondo com rápidas e consideráveis transformações; essas, a cada mudança, reforçando aquele. Assim, avaliamos que a *resiliência sistêmica* transitou de alta, ao início da Conjuntura, no momento imperial e unipolar, para média em seu final, a despeito dos esforços hegemônicos de desorganização. E são as outras unidades do SI, inclusive a RPC, que garantiram uma *resiliência sistêmica* capaz de impedir maiores graus de desorganização.

Passaremos a considerar, a seguir, as crises que se deram na Conjuntura pesquisada.

### 3.1.2 Crises no período

No capítulo 2 apresentamos uma tipologia das crises, que intencionou a classificação destas em *estruturais*, *conjunturais* e *imediatas*, com a última admitindo as variantes *acidentais* e *intencionais*. Esse esforço prévio pretendeu oferecer ferramentas analíticas para uma avaliação subjetiva do impacto das crises mais relevantes do período nas forças conjunturais e estruturais. Para o interesse da pesquisa, selecionamos para a investigação e classificação quatro crises, uma de natureza político-militar e as outras três econômicas. São elas: Terceira Crise do Estreito de Taiwan (1996); Crise dos Emergentes; a Crise *dot.com* e a de 2008. As considerações que faremos sobre as crises selecionadas serão

---

<sup>514</sup> Amparados na tese de Fiori da natureza expansiva do SI moderno (FIORI, 2004, p. 58), deixamos claro não fazer qualquer sentido avaliações morais e antropomorfizadas do comportamento hegemônico.

somente as necessárias para a avaliação de consequências conjunturais e sistêmicas, que são o interesse da pesquisa.

Veremos que a Terceira Crise do Estrito foi uma crise *imediate e acidental*, que afetou a dinâmica conjuntural pelo desencadear de instabilidades políticas na região, ao mesmo tempo em que despertou alguma preocupação na RPC com a sua imagem entre os vizinhos. As três crises econômicas, todas avaliadas como *conjunturais* por terem sido criadas a partir de forças características do período, formaram uma continuidade com consequência do interesse da pesquisa. Começaremos nossa investigação pela terceira crise do estrito de Taiwan, em 1996.

As eleições taiwanesas de 1996 trouxeram para o debate, pelo menos da perspectiva da RPC, a possibilidade de independência total da ilha, ameaçando um preceito caro aos continentais, o de “uma China”<sup>515</sup>. O que acontecia internamente em Taiwan poderia transcender o ideal de uma RPC unificada, que é uma meta de prazo mais alongado. Poderia gerar expectativas e contágios democráticos no continente, desencadeando tensões internas de difícil controle<sup>516</sup>. Ou seja, a insegurança sobre dinâmicas internas<sup>517</sup>, como a que se deu durante os protestos da Praça da Paz Celestial em 1989, afetou significativamente a forma como a RPC viu e vê questão de Taiwan.

Percebendo uma dupla ameaça – ao preceito de uma única China e a segurança interna do regime – a RPC decidiu influenciar a dinâmica eleitoral interna de Taiwan por meio da opção militar limitada e dissuasória, “lançando mísseis a pouca distância da ilha e ameaçando a navegação mercante da qual o país dependia”<sup>518</sup>. Mas a resposta militar dos EUA foi rápida e firme, impondo um recuo das forças chinesas na área<sup>519</sup>. Allison aponta três consequências diretas da crise: a evidenciação das vulnerabilidades militares da RPC diante do poder militar dos EUA; reforço do compromisso americano com a ilha; e explicitação da

---

<sup>515</sup> ALLISON, 2020, p. 189.

<sup>516</sup> Nas palavras do autor: “Além disso, a democratização pode ser um processo precário. Não é raro que países em vias de democratização inclinem-se ao conflito, uma vez que não há instituições suficientemente fortes para conter o nacionalismo nascente e as expectativas populares exageradas” (LEGRO, 2010, p. 99). Não podemos esquecer que a RPC enfrentou sérios problemas internos durante as manifestações da Praça da Paz Celestial (1989) e viu com atenção o desastre da transição soviética no início da Conjuntura.

<sup>517</sup> BRESLIN, 2010, p. 39.

<sup>518</sup> ALLISON, 2020, p. 189.

<sup>519</sup> ALLISON, 2020, p. 190.

possibilidade de opção pela força por parte da RPC<sup>520</sup>. Breslin viu, após a crise, uma mudança da postura da RPC para a região, de mais ameaça para mais cooperação<sup>521</sup>. A decisão da RPC pela opção militar mostrou a combinação de vontade com fragilidade, o que levou Kissinger a denunciar, com preocupação, um aumento dos orçamentos militares na região<sup>522</sup>. A RPC percebeu que inspirou receio nos vizinhos e, a partir daí, buscou promover uma transformação da própria imagem, o que será potencializado nas crises econômicas que veremos mais à frente. Pelas consequências apontadas nas duas frases precedentes, classificamos a terceira crise do estrito de Taiwan *imediate accidental*, com consequências conjunturais significativas, como o reforço da instabilidade militar e a preocupação da RPC em se apresentar como um ator regional responsável. Passaremos a seguir a investigarmos as crises econômicas, começando pela Crise dos Emergentes.

O agrupamento das crises do México (1994), dos países Asiáticos (1997), da Rússia e Brasil (1998) e finalmente da Argentina, em 2001, em um único pacote, denominado de Crise dos Emergentes, é usado com frequência e atende aos interesses da nossa pesquisa por evidenciar o fio condutor, as forças comuns que se impuseram ao longo da Conjuntura. Assim, em que pese as singularidades de cada uma das crises, concordamos com Marichal que indica que as referidas crises foram movidas pelas mesmas forças subjacentes: a acelerada instabilidade cambial decorrente da volatilidade de grandes fluxos de capital<sup>523</sup>. Rajan, ao apresentar seu modelo teórico das linhas de falha, salientou a frequente e inerente incompatibilidade entre o que é bom para dada unidade, ou algumas unidades, e o que seria bom em termos sistêmicos<sup>524</sup>. E nessas frequentes incompatibilidades residiriam as origens das três linhas de falha, variáveis centrais do seu modelo e que são: as tensões políticas internas as unidades; os desequilíbrios comerciais externos; e a interação de diferentes sistemas financeiros<sup>525</sup>, sendo as duas últimas de maior interesse nosso. O modelo de Rajan confere mais atenção a forças profundas e ocultas, que geralmente se escondem do

---

<sup>520</sup> ALLISON, 2020, p. 158 e 190.

<sup>521</sup> BRESLIN, 2010, p. 36 e 37

<sup>522</sup> KISSINGER, 2015, p. 180.

<sup>523</sup> MARICHAL, 2016, p. 189 e 190. Na crise *dot.com*, como veremos mais a frente, a volatilidade de grandes fluxos de capitais, combinada com condicionantes internas aos EUA, provocou não uma instabilidade cambial clássica, onde uma moeda que não a de referência sofre acelerada depreciação contra o USD, mas uma apreciação irreal de ativos.

<sup>524</sup> RAJAN, 2012, p. 11.

<sup>525</sup> RAJAN, 2012, p. 30.

observador turvado pelo corriqueiro da crônica, pela ação dos indivíduos ou categorias. Se referindo a crise de 2008, nos diz Rajan:

As verdadeiras causas da crise que experimentamos não somente são mais generalizadas como também mais ocultas. Devemos resistir à tentação de arrebanhar os suspeitos mais próximos e colocar a culpa neles. Banqueiros gananciosos podem ser regulamentados; funcionários públicos negligentes podem ser substituídos. Essa é uma abordagem conveniente, pois os vilões são facilmente identificados, e contra malversação e negligência existem medidas a serem tomadas. Além do mais, nos absolve da responsabilidade de haveremos precipitado a crise. Mas é uma resposta muito simplória<sup>526</sup>.

De certo que muitas outras explicações existem e ainda existirão para as crises do final do milênio<sup>527</sup>, mas julgamos que a composição das duas apresentadas é suficiente para os limites da pesquisa.

Desequilíbrios comerciais favoráveis em unidades exportadoras, podendo ser potencializado por altos graus de poupança, gerariam enormes estoques de capital, que precisariam ser postos em reservas externas para fins estabilizadores e para não afetar a competitividade própria via valorização cambial<sup>528</sup>. Em paralelo, grandes fundos privados de investimentos de países ricos buscariam maior potencial de retorno nos países periféricos e em desenvolvimento. Sob as condições favoráveis criadas pelo afrouxamento das regras de controle dos fluxos internacionais de capital, oriundas da expansão da globalização financeira e pelo desenvolvimento tecnológico, esses enormes fluxos de capital poderiam circular em volumes e velocidades nunca imaginados<sup>529</sup> entre diferentes sistemas financeiros, gerando enormes instabilidades cambiais<sup>530</sup>, com sérias consequências nas economias reais. E essa é a dinâmica geral da Crise dos Emergentes.

O chamado *big-bang*, que começou em 1986 em Londres<sup>531</sup>, iniciou a chamada revolução financeira, que, para Marichal, foi composta de: desregulamentação dos mercados;

---

<sup>526</sup> RAJAN, 2012, p. 25.

<sup>527</sup> MARICHAL, 2016, p. 219. Marichal indica que, em seu capítulo 4, a obra *Capital estrangeiro y política económica: las crisis financieras del Sudeste Asiático*, de Clara García, traz uma boa síntese sobre as diferentes perspectivas explicativas.

<sup>528</sup> RAJAN, 2012, p. 114 e 115. O autor aponta, além da questão cambial, outras as fragilidades inerentes as economias voltadas para a exportação e como essas mesmas economias agravariam os riscos sistêmicos a economia global.

<sup>529</sup> MARICHAL, 2016, p. 200. E para o autor, as praças capazes de absorver e circular tal volume de capital em grandes velocidades são Londres e Nova Iorque, a partir dos sofisticados sistemas financeiros que dispõe (MARICHAL, 2016, p. 190 e 191).

<sup>530</sup> RAJAN, 2012, p. 39.

<sup>531</sup> MARICHAL, 2016, p. 191.

aumento dos fluxos internacionais de capitais; e inovações nos instrumentos financeiros<sup>532</sup>. Essa revolução, impulsionada pela capacidade de *arrasto* dos EUA, foi o que sustentou a globalização financeira, amadurecida uma década mais tarde. A globalização financeira respondeu pela maior bonança histórica de Wall Street, que se dá entre 1992 e 2001<sup>533</sup>, dinamizando sim o crescimento econômico de boa parte do mundo, mas também ocultando forças que se desenvolviam em submersão<sup>534</sup>. Essas forças, inicialmente ocultas, vão ficando cada vez mais clara ao longo da Conjuntura, se manifestando na Crise dos Emergentes, na *dot.com* e na de 2008. A ilusão otimista da eliminação das crises econômicas, a chamada de “Grande Moderação”<sup>535</sup> não demorou a ser desbancada. Passemos a olhar a Crises dos Emergentes, começando pelo que aconteceu no México, em 1994.

Assim como a maior parte dos países latino-americanos, o México havia estabilizado a sua economia no início da Conjuntura, após décadas de enormes dificuldades<sup>536</sup>. Mas a estabilização durou pouco. Em 1994 se impôs a maior crise da história mexicana, a chamada “crise da tequila”<sup>537</sup>.

Em 1990, o México foi aceito com entusiasmo no NAFTA (North American Free Trade Agreement), acelerando a sua abertura e sinalizando um caminho irreversível para a sua globalização econômica<sup>538</sup>. Uma série de reformas institucionais e privatizações convenceram o mundo da inclinação mexicana na direção do Consenso de Washington. Isso foi o suficiente para uma onda otimista, que precipitou uma entrada crescente de capitais estrangeiros no país.

A composição de reformas com a grande entrada de capital estrangeiro teve baixo impacto no crescimento econômico mexicano, que subiu pouca coisa além das taxas de

---

<sup>532</sup> MARICHAL, 2016, p. 190.

<sup>533</sup> E que foi distribuída por vários setores (MARICHAL, 2016, p. 191).

<sup>534</sup> MARICHAL, 2016, p. 190. E, para o autor, “as razões apregoadas para enaltecer a nova economia desde princípios da década de 1990 eram, sem dúvidas, poderosas, mas existiam, e não devem ser esquecidas, fortes contradições subjacentes – de caráter político e econômico – nas distintas regiões do mundo” (MARICHAL, 2016, p. 201).

<sup>535</sup> KRUGMAN, 2009, p. 10. Para Rajan, seria o crescimento econômico desacoplado dos riscos cíclicos e inflacionários (RAJAN, 2012, p 180). Notemos que o anúncio do razoável controle dos ciclos econômicos, a “Grande Moderação”, é de 2003, quando o mundo já havia presenciado todas as Crises dos Emergentes e mais a *dot.com*.

<sup>536</sup> KRUGMAN, 2009, p. 33 e 37.

<sup>537</sup> KRUGMAN, 2009, p. 33.

<sup>538</sup> KRUGMAN, 2009, p. 39.

expansão demográfica<sup>539</sup>, o que deveria ter servido de alerta. E, na tentativa de manter a situação cambial com ares de estabilidade, evitando uma depreciação politicamente custosa - nacional e internacionalmente -, o México aceitou uma acelerada drenagem de suas reservas<sup>540</sup>, na medida em que consideráveis volumes de capital começavam a sair do país. Depois de um tempo, a situação ficou insustentável e a opção pela desvalorização foi tomada, o que acelerou a já em curso fuga de capitais<sup>541</sup>; o otimismo se transformou em desconfiança e a desconfiança em pânico. Depois da fuga em massa e da depreciação cambial, a captação de recursos por meio de dívida soberana exigiu, somente para a manutenção dos compromissos mínimos, a elevação da taxa de juros para 75%<sup>542</sup> e, “em 1995, o PIB do México caiu 7% e a produção industrial 15%; muito pior do que qualquer coisa experimentada pelos Estados Unidos desde a década de 1930”<sup>543</sup>. A velocidade com que grandes volumes de capital deixaram o país colocaram o México em uma grave recessão, que, segundo Krugman, também contaminou a Argentina<sup>544</sup>. Para os dois países, foi montada uma considerável operação de socorro.

Superando as resistências internas, particularmente no que diz respeito ao México, os EUA coordenaram uma enorme operação de socorro dos dois países, envolvendo o Tesouro americano, o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI)<sup>545</sup>. Salientando que as lições erradas foram as que ficaram, Krugman sustenta que:

Dois anos depois da Crise da Tequila, parecia que tudo voltara à normalidade. O México e a Argentina prosperavam; os investidores que se mantiveram calmos na verdade se saíram muito bem. E, assim, de modo perverso, o que deveria ter sido um alerta se transformou, ao contrário, em fonte de complacência<sup>546</sup>.

---

<sup>539</sup> KRUGMAN, 2009, p. 45.

<sup>540</sup> KRUGMAN, 2009, p. 47.

<sup>541</sup> KRUGMAN, 2009, p. 48.

<sup>542</sup> KRUGMAN, 2009, p. 49.

<sup>543</sup> KRUGMAN, 2009, p. 49.

<sup>544</sup> KRUGMAN, 2009, p. 52. Um pouco mais para frente na mesma obra, Krugman sugere que a dinâmica da crise mexicana, com suas consequências na economia real, teria sido produzida não predominantemente pela velocidade e volume dos fluxos de capital, mas pela disfuncionalidade política do país (KRUGMAN, 2009, p. 54). Essa perspectiva, individualizada e casuística, é enriquecedora em termos heurísticos, mas não contradiz as explicações mais estruturais, como as de Marichal e Rajan.

<sup>545</sup> KRUGMAN, 2009, p. 53. Para Marichal, “o pacote de resgate financeiro – coordenado pelo tesouro dos Estados Unidos – foi o maior organizado para um país na história, ao menos até então” (MARICHAL, 2016, p. 214).

<sup>546</sup> KRUGMAN, 2009, p. 53.



Ainda que consideremos os efeitos pesados e alongados nas economias e sociedades, é importante salientar a capacidade de mobilização, liderada pelos EUA, e a operação de resgate<sup>547</sup>. Com a mobilização, resgate e retomada relativamente rápida das economias, as causas mais profundas foram negligenciadas<sup>548</sup> e alimentou-se a ilusão de que operações de resgate futuras seriam simples, igualmente eficazes<sup>549</sup> e que não deixariam sequelas. A solução ofuscou os riscos, o que não ajudou a evitar crises de dinâmica semelhante<sup>550</sup>; na verdade, pode até ter estimulado. Tendo saído de forma rápida e inconsequente do México, o capital internacional buscou novas zonas promissoras de investimento em alguns países da Ásia, dando continuidade a Crises dos Emergentes.

Para Marichal, “uma das consequências da crise mexicana foi que, depois de 1994, os fluxos internacionais de capital tenderam a reorientar-se em direção à Ásia Oriental, em particular China, Tailândia, Malásia, Indonésia e Filipinas”<sup>551</sup>, impulsionados também pelas baixas taxas de juros nos países mais ricos no início da Conjuntura<sup>552</sup>. A Tailândia foi onde a coisa primeiro estourou<sup>553</sup>, anunciando uma dinâmica semelhante ao que aconteceu em seguida nos outros países<sup>554</sup>, excetuada a RPC<sup>555</sup>: a entrada de enorme volume de capital estrangeiro gerou grande expansão de crédito. Alta disponibilidade de crédito trouxe pressão

---

<sup>547</sup> Para Krugman, “os esforços foram bem-sucedidos, embora somente depois de a economia ter sido punida com rigor” (KRUGMAN, 2009, p. 56).

<sup>548</sup> KRUGMAN, 2009, p. 33 e 55. Diz o autor: “não há dúvida que aprendemos as lições erradas com a crise da América Latina” (KRUGMAN, 2009, p. 53).

<sup>549</sup> KRUGMAN, 2009, p. 55.

<sup>550</sup> MARICHAL, 2016, p. 215.

<sup>551</sup> MARICHAL, 2016, p. 215. Krugman diz que: “Em 1990, os fluxos de capital privado para os países em desenvolvimento eram de US\$ 42 bilhões, e órgãos oficiais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, financiavam mais investimentos no Terceiro Mundo que todos os investidores privados em conjunto. No entanto, em 1997, enquanto o fluxo de dinheiro oficial efetivamente desacelera, o ingresso de capitais privados nos países em desenvolvimento quintuplicara para US\$ 256 bilhões. De início, boa parte do dinheiro rumou para a América Latina, principalmente México; porém, depois de 1994, os fluxos se dirigiram, cada vez mais, para as economias aparentemente mais seguras do sudeste da Ásia” (KRUGMAN, 2009, p. 81).

<sup>552</sup> KRUGMAN, 2009, p. 81.

<sup>553</sup> KRUGMAN, 2009, p. 82.

<sup>554</sup> O autor sustenta ainda, assim como o faz Rajan (RAJAN, 2012, p. 94, 103 e 104), que uma perigosa proximidade entre agentes do governo com a iniciativa privada local, além de alocar mal os recursos internalizados, garantia o resgate dos empréstimos estrangeiros nos casos de necessidade. Em suas palavras: “em toda a região, então, garantias governamentais implícitas distorciam investimentos que eram na realidade mais arriscados e menos promissores, não fosse a presunção de socorro, se algo desse errado, adicionando combustível ao que provavelmente teria sido, de qualquer maneira, boom especulativo superaquecido” (KRUGMAN, 2009, p. 86). Essa posição é reforçada por Marichal, que vê a crise mexicana como “exemplo da complexidade e da particularidade das interseções entre políticas e finanças, que eram características das diversas crises latino-americanas e asiáticas que irromperam ao longo dos anos 1990” (MARICHAL, 2016, p. 210).

<sup>555</sup> Para Marichal, “que não aceitou investimentos em carteira e recebeu, em especial, investimentos diretos (em longo prazo), devido a sua estrita regulamentação” (MARICHAL, 2016, p. 216).

cambial<sup>556</sup>, elevação de salários e gradual perda de competitividade, seguida de uma onda especulativa que inflou artificialmente os valores de ativos mobiliários e imobiliários<sup>557</sup>. A aceleração das exportações diminuiu e as importações passaram a ser custeadas com o capital externo que continuava entrando<sup>558</sup>.

Começava a ficar clara a semelhança com o que se deu no México, a combinação de entrada eufórica e descalibrada de capitais externos, com a possibilidade e risco de rápido abandono<sup>559</sup>. Para Marichal, “de fato, desde o início da crise mexicana de dezembro de 1994, colapsos financeiros multiplicar-se-iam em muitas partes do planeta”<sup>560</sup>; a instabilidade e a volatilidade estimuladas pela desregulamentação financeira não eram em absoluto desprezíveis. Assim, no período da segunda metade de 1996 até a primeira metade de 1997, o fluxo de capitais se inverteu<sup>561</sup>, deixando predominantemente de entrar e passando a sair. O governo da Tailândia, tendo praticamente esgotado as suas reservas no período, aquiesceu com a depreciação abrupta da sua moeda<sup>562</sup>, o mesmo que se deu no México, em 1994. E o que aconteceu com Tailândia iniciou um rápido e pernicioso contágio na região.

A afetação das economias da região independeu da solidez de seus fundamentos<sup>563</sup>; a principal força por trás do contágio foi o fato de que os emergentes da região eram considerados como fazendo parte de um “mesmo saco” – o que não era verdade - e quando uma maçã pareceu podre, o saco todo foi considerado suspeito<sup>564</sup>. Com isso, “na Malásia, na Indonésia, na Coreia e na Tailândia, a perda de confiança nos mercados deflagrou

---

<sup>556</sup> RAJAN, 2012, p. 112.

<sup>557</sup> KRUGMAN, 2009, p. 83. Para Marichal, “nesses últimos países (Coreia do Sul, Indonésia, Tailândia, Malásia e Filipinas) os fluxos internacionais de capitais foram em grande parte responsáveis por gravíssimas crises que espocaram simultaneamente em 1997” (MARICHAL, 2016, p. 204 e 206).

<sup>558</sup> KRUGMAN, 2009, p. 83.

<sup>559</sup> KRUGMAN, 2009, p. 84. Rajan salienta a importante diferença entre as crises do México e as asiáticas: no caso do México, o governo atuou diretamente na construção das condições que criaram a crise; já na Ásia, o setor bancário privado foi o potencializador das condições (RAJAN, 2012, p. 135)

<sup>560</sup> MARICHAL, 2016, p. 208.

<sup>561</sup> KRUGMAN, 2009, p. 86.

<sup>562</sup> KRUGMAN, 2009, p. 89. Para Marichal, “os governos e os bancos centrais desses países haviam tentado defender as suas moedas durante vários meses, mas fracassaram devido ao volume e a volatilidade dos fluxos financeiros globais”, gerando depreciações cambiais entre 34 e 78% em um ano em relação ao USD (MARICHAL, 2016, p. 216).

<sup>563</sup> Krugman diz que a economia da Indonésia era percebida como sólida e bem conduzida, entretanto, “em três meses a Indonésia estava em situação ainda pior do que a do resto do Sudeste Asiático; na verdade, a caminho de uma das piores quedas na atividade econômica da história mundial” (KRUGMAN, 2009, p. 95).

<sup>564</sup> KRUGMAN, 2009, p. 95 e 96.

um círculo vicioso de colapso econômico e financeiro”<sup>565</sup>, de enormes custos sociais<sup>566</sup>. Para atenuar as crises, os países pediram ajuda ao FMI, que impôs um pacote econômico austero, gerando considerável contração das economias em 1998, com quedas de PIB entre 5,5 e 14%<sup>567</sup>. Mas a Crise dos Emergentes não parou na Ásia. “Um ano depois da eclosão das crises asiáticas, os efeitos colaterais alcançaram também o Brasil e a Rússia, que sofreram evasão de capitais e forte desvalorização de suas moedas”<sup>568</sup>. E a última manifestação dessa crise se deu na Argentina, em 2001<sup>569</sup>. A chamada Crise dos Emergentes gerou desconfiança e inspirou precaução.

A desconfiança gerada diz respeito aos benefícios e riscos da globalização<sup>570</sup>, uma vez que os países mais atingidos haviam se aberto francamente para a economia global. Para Rajan, os impactos da Crise dos Emergentes não foram só social e economicamente devastadores, foram também humilhantes<sup>571</sup>. Os austeros pacotes de recuperação implementados pelo FMI despertaram as seguintes queixas: desconsideravam o fato de que os governos não haviam sido os responsáveis e sim o setor bancário e privado de cada país, cooptado pela enorme e barata disponibilidade de capital externo; impunham francas medidas de abertura das economias, que deveriam ser decisões soberanas; e agiam como ponta de lança do chamado colonialismo financeiro<sup>572</sup>. E a precaução gerada foi a necessidade de acúmulo de grandes reservas internacionais, preferencialmente em USD, para proteção contra as crescentes instabilidades cambiais<sup>573</sup>.

A Crise dos Emergentes obedeceu, em cada uma de suas manifestações concretas, uma dinâmica geral muito similar. Inicialmente, a entrada eufórica e rápida de capitais estrangeiros em valores além do que a economia real poderia absorver. Essa

---

<sup>565</sup> KRUGMAN, 2009, p. 96.

<sup>566</sup> MARICHAL, 2016, p. 222.

<sup>567</sup> MARICHAL, 2016, p. 217 e 218.

<sup>568</sup> MARICHAL, 2016, p. 218.

<sup>569</sup> MARICHAL, 2016, p. 220.

<sup>570</sup> MARICHAL, 2016, p. 205, 206 e 208.

<sup>571</sup> RAJAN, 2012, p. 39.

<sup>572</sup> RAJAN, 2012, p. 138.

<sup>573</sup> Para Marichal, “a partir de 1999, o auge do comércio internacional e das exportações dos países periféricos permitiu-lhes pôr em prática esse ‘remédio’ preventivo. Entre 2000 e 2007, a China aumentou as suas reservas internacionais em mais de 1200 bilhões de dólares; a Coréia do Sul, a Índia e Taiwan em cerca de 200 bilhões (cada qual em adição ao que já tinham); enquanto a Rússia e os demais países exportadores de petróleo lograram um aumento de quase 800 bilhões de dólares. Na América Latina, tanto o Brasil quanto México se aproximaram, cada qual, de patamar de 100 bilhões de dólares em 2007” (MARICHAL, 2016, p. 224).

assimetria desencadeou o aumento da atividade econômica, mas também pressões cambiais e apreciação exagerada de ativos. E essa entrada de capitais se deu com garantias, explícitas ou não, de proteção contra riscos. Em dado momento, quando começou a ficar claro que a moeda e os ativos locais estavam artificialmente apreciados, o fluxo de capital se inverteu, iniciando a saída. Nessa fase e evitando uma depreciação cambial abrupta, as poucas reservas existentes para estabilização foram consumidas. Logo, a depreciação franca se tornou inevitável, gerando um enorme desaparecimento de riquezas e redução significativa da atividade econômica, novamente com enormes custos sociais. Ficou também a desconfiança e a sensação de humilhação. Em síntese, a garantia da livre circulação e capitais levou a instabilidade a países que estavam com as economias organizadas. O contágio espalhou a crise para países em diferentes graus de fragilidade. Da Crise dos Emergentes restou alguma desconfiança da globalização financeira, a impunidade dos fluxos de capitais desestabilizadores e o desejo de formação de grandes reservas em moeda forte. Pelas forças que a criaram e pelas consequências apontadas na frase anterior, classificamos a Crise dos Emergentes com uma séria crise conjuntural, que deveria ter soado alarmes.

Aliás, é provável que a necessidade de acúmulo preventivo de reservas, investidas predominantemente no mercado americano, tenha até potencializado a crise seguinte, a chamada *dot.com*.

A crise *dot.com* nos interessa mais pelas suas consequências para a crise seguinte, a de 2008 e que veremos em seguida, do que pela sua dinâmica propriamente dita, predominantemente interna aos EUA. O período compreendido entre 1992 e 2001 constituiu a maior bonança histórica das bolsas americanas, com especial destaque no setor tecnológico<sup>574</sup>. Fluindo pelos canais abertos pela globalização financeira<sup>575</sup>, parte do enorme volume de capital acumulado no período vai alimentar a Crise dos Emergentes, que já tratamos, e outra parte permanece nos EUA, apreciando os valores de diversos ativos. Após as crises da Ásia, parte desses recursos voltaram para os EUA buscando segurança e se

---

<sup>574</sup> MARICHAL, 2016, p. 191 e 234.

<sup>575</sup> Marichal nos diz que o fenômeno da globalização financeira responde por parte da dinâmica; outra parte advém do crescimento interno nos EUA do setor financeiro. Em suas palavras, “deve-se também levar em conta que a expansão dos mercados financeiros não foi resultado apenas da globalização, pois tinha também raízes domésticas. O crescimento do setor financeiro dos Estados Unidos tem sido um fenômeno de longo prazo: em 1947, esse setor representava apenas 2,3% do PIB e 2,7% do emprego nesse país, enquanto em 2005 alcançava 7,7% e 7,6% respectivamente” (MARICHAL, 2016, p. 240).

juntaram com as enormes reservas que gradualmente os países afetados pela Crise dos Emergentes passaram a acumular<sup>576</sup>. Essa dinâmica gerou uma combinação perigosa: demasiada disponibilidade de capital e busca por investimentos rentáveis em um lugar assumido como seguro. E o resultado foi a apreciação irreal dos ativos mobiliários, particularmente das empresas tecnológicas.

Como não poderia deixar de ser, a apreciação irreal das ações do setor tecnológico não durou para sempre. Razões endógenas desencadearam o estouro da bolha, o que era inevitável de qualquer jeito. E, em março de 2002, a depreciação teve início, provocando a maior queda das bolsas dos EUA desde 1929<sup>577</sup>. Essa queda assustou os EUA que, temendo o início de uma severa recessão, iniciou uma série de medidas contracíclicas.

Avaliamos que a crise *dot.com* foi uma crise conjuntural que potencializou as condições de possibilidade da crise de 2008. Embora tenha tido uma dinâmica predominantemente endógena aos EUA, apresentou características que irão se repetir em 2008, só que em uma escala global. Passaremos a investigar a última das crises da Conjuntura, a de 2008, onde trataremos das questões de antecedentes, mercado imobiliário, e o consequências da crise.

A partir de 2001 e na tentativa de minimizar a recessão que se instala com a crise *dot.com*<sup>578</sup>, os EUA combinaram: frouxa política monetária; expansionismo fiscal, composto de isenções mais as despesas militares decorrentes das Guerra do Iraque e Afeganistão; aceleração dos avanços na desregulamentação e inovações financeiras; e funcionamento peculiar do mercado hipotecário<sup>579</sup>. Com a contração econômica gerada após a crise de 2001, afirma Rajan que:

após o estouro da bolha das *ponto.com*, os EUA adotaram políticas monetária e fiscal extremamente expansionistas durante um longo período, criando assim um excesso de demanda para absorver os excedentes, financiado com as poupanças geradas por países superavitários [...] os EUA

---

<sup>576</sup> KRUGMAN, 2009, p. 185 e RAJAN, 2012, p. 27.

<sup>577</sup> MARICHAL, 2016, p. 226.

<sup>578</sup> RAJAN, 2012, p. 27.

<sup>579</sup> MARICHAL, 2016, p. 227 e 233. Marichal salienta que houve uma redução nas taxas de juros após 2001 (chegando a 1%) para impedir uma recaída nas bolsas após o 11 de setembro, o que acabou estimulado em demasia os mercados (MARICHAL, 2016, p. 227).

não tiveram outra opção a não ser se transformar no tomador mundial de último recurso<sup>580</sup>.

Além disso, “o FED tentou compensar o colapso dos investimentos promovendo um corte substancial nas taxas de juros de curto prazo. De 6,5% em janeiro de 2001, as taxas foram para 1% em junho de 2003”<sup>581</sup>. Todas as medidas anteriormente apresentadas e predominantemente endógenas encontraram duas forças conjunturais: elevada disponibilidade de reservas internacionais acumuladas preventivamente após a Crise dos Emergentes<sup>582</sup> e crescente fluidez de capitais, decorrentes do continuado avanço da globalização financeira<sup>583</sup>. Assim, a disponibilidade de poupança mundial criada ao longo da década de 1990, combinada com a busca por locais seguros para investimentos, fez com que enormes volumes de capital retornassem aos EUA. Lá, encontraram a combinação de taxas de juros reduzidas com estímulos ao setor imobiliário<sup>584</sup>.

Além do aumento de liquidez na economia americana no período que se seguiu a crise do *dot.com*, sinalizações foram dadas de que de o governo não permitiria quedas acentuadas na atividade econômica. O FED manifestou a intenção de não interferir na elevação de preços de ativos, ainda que estivessem artificialmente apreciados, agindo somente para minimizar os impactos, na fase de recuperação. Essa perigosa declaração “alimentou as chamas da inflação de preços dos ativos”, o que ficou conhecido como

---

<sup>580</sup> RAJAN, 2012, p. 145. E não foi a primeira vez que os EUA se tornaram grandes devedores. E 1976, os EUA tomaram emprestado 70% da economia do mundo (RAJAN, 2012, p. 327). Krugman concorda que, ao longo da Conjuntura, os EUA aumentaram a sua condição de devedores líquidos do mundo (KRUGMAN, 2009, p. 185).

<sup>581</sup> RAJAN, 2012, p. 177.

<sup>582</sup> Para Marichal, “todos esses fatores aumentaram a liquidez nos mercados financeiros norte-americanos, precisamente quando esses se converteram nos receptores de grandes fluxos de capitais de outros países” (MARICHAL, 2016, p. 234). E “assim, a liquidez poupada de forma preventiva pela periferia ajudou a financiar tanto o déficit público quanto o consumo dos estadunidenses, que, na prática, deixaram de poupar e se endividaram com o resto do mundo” (MARICHAL, 2016, p. 237). Para Rajan, a dinâmica de saída de USD dos EUA e a sua volta, “reciclados por países exportadores temerários da valorização de suas moedas”; e “dessa forma, o dinheiro que saiu dos EUA a procura de ativos mais arriscados ao redor do mundo, voltou para lá em busca de aplicações aparentemente seguras, mas de maior rendimento [...] De certa forma, a política do FED estava transformando os EUA em um gigantesco fundo de hedge, que investia ativos de risco em todo o mundo e era financiado por dívida emitida para o mundo” (RAJAN, 2012, p. 183).

<sup>583</sup> KRUGMAN, 2009, p. 185 e 186.

<sup>584</sup> RAJAN, 2012, p. 27. Nos capítulos 4 e 5 da obra, Rajan explica as condicionantes sociais e políticas que acabam por empurrar a economia americana para ciclos traumáticos de expansão e contração. Para Marichal, “desde 2001, o crédito barato estimulou o maior auge nos mercados residenciais em toda a história dos Estados Unidos” (MARICHAL, 2016, p. 241).

*Greenspan put* e que deu aos bancos a certeza de que seriam socorridos<sup>585</sup>, criando as condições para a tomada de alavancagem e riscos excessivos.

Vimos que, de uma perspectiva mais elevada, é possível assumirmos uma continuidade entre a Crise dos Emergentes, a *dot.com* e a de 2008<sup>586</sup>. Forças conjunturais combinadas com as dolorosas lições da primeira e algumas particularidades da economia dos EUA formaram as condições antecedentes da segunda e terceira. As forças conjunturais da globalização financeira, que manipulavam volumes e velocidades dos fluxos internacionais de capitais de forma crescente, passaram a dispor de enormes reservas internacionais formadas preventivamente a partir da Crise dos Emergentes. Somaram-se as reservas internacionais as poupanças internas dos países desenvolvidos, que vão buscar praça segura na economia dos EUA após 1998. Lá, encontraram estímulos fiscais e monetários que criaram as condições para as crises *dot.com* e de 2008. Na tentativa de atuar de forma anticíclica após a crise *dot.com*, os EUA alimentam o caldo de cultura em que se criou a última, mais séria e mais espalhada das três crises, a de 2008<sup>587</sup>. Depois de entendermos os antecedentes da crise de 2008, passaremos a apresentar algumas breves considerações sobre o mercado imobiliário dos EUA.

Como já mencionamos, Rajan sustenta que tensões sociais e políticas internas podem orientar a economia de forma descolada de seus fundamentos, gerando uma das linhas de falha de seu modelo explicativo. Crescentes níveis de desigualdade e desemprego, combinados com a inexistência de robusta rede de amparo social, podem gerar pressões para a criação de crédito, afetando o delicado equilíbrio entre renda e consumo<sup>588</sup>. Em função dos valores, tempos envolvidos e apelo emotivo da posse de uma residência, esse desequilíbrio

---

<sup>585</sup> RAJAN, 2012, p. 245. Marichal, na mesma linha, sustenta que a alta liquidez da economia induziu a formação de perigosas bolhas imobiliárias (MARICHAL, 2016, p. 236 e 241). E Krugman vê semelhança de dinâmica geral entre as Crise dos Emergentes e a de 2008. Em suas palavras: “neste caso (2008), as perdas decorreram do colapso do valor dos ativos financeiros arriscados, não do colapso do valor da moeda nacional, como na Indonésia ou na Argentina, mas a história é a essencialmente a mesma” (KRUGMAN, 2009, p. 179.)

<sup>586</sup> Em que pese o alto grau de singularidade da crise que Krugman aponta (KRUGMAN, 2009, p. 173), para os efeitos da nossa pesquisa daremos maior relevância a atuação de forças conjunturais, que já estavam presentes nas crises anteriores.

<sup>587</sup> Krugman intitulou o capítulo 9 de sua obra, e que trata das condições existentes para a formação da bolha imobiliária de “A soma de todos os medos”; e denomina o subitem que trata do estouro da bolha de “A mãe de todas as crises cambiais” (KRUGMAN, 2009, p. 172 e 185).

<sup>588</sup> RAJAN, 2012, p. 31, 32 e 33. Rajan sustenta que é frequente a facilitação de crédito para o alívio de tensões sociais e políticas, citando como exemplo o afrouxamento de financiamentos agrícolas após a crise de 1930, o que teria levado uma série de bancos comerciais a falência.

em benefício do consumo seria mais crítico no setor imobiliário. A criticidade aumentaria se o crédito facilitado se combinasse com um ambiente financeiro sofisticado<sup>589</sup> e pouco supervisionado<sup>590</sup>, que, como vimos antes, estivesse disposto, e até incentivado, a alavancagens e riscos excessivos. E esse era o quadro geral dos EUA na década que precedeu a crise, onde o aumento de riqueza que o país experimentou desde o início dos anos 1990 não resolveu de forma sólida as questões sociais mais profundas.

Em 2005 já havia sinais de que os ativos imobiliários estavam artificialmente apreciados<sup>591</sup>, mas a ilusão de que a situação estava sob controle acabou se impondo até bem perto da crise<sup>592</sup>. A partir de 2006, iniciou-se uma queda mais vigorosa nas vendas de imóveis<sup>593</sup>, com a consequente depreciação de ativos imobiliários. Essa queda mais acentuada inviabilizou o modelo geral em uso no setor, que era baseado em empréstimos com possibilidade de renegociação sempre que o mutuário tivesse dificuldades. Isso porque, a partir de determinado ponto, a dívida renegociada superava em muito o valor em depreciação do imóvel<sup>594</sup>, deixando o mutuário na situação de decidir entre pagar muito mais do que o imóvel valia ou abandonar a negociação, o que era convidativo uma vez que muitos dos empréstimos eram tomados com baixos valores de entrada. Essa dinâmica mais geral acontecia em um ambiente financeiro onde as dívidas imobiliárias eram agrupadas, fatiadas, vendidas e seguradas, tornando difícil, mesmo que esse fosse o desejo, a supervisão e a avaliação das dimensões do problema<sup>595</sup>.

A combinação das condições antecedentes, oriundas de forças conjunturais, com as particularidades sociais e políticas encontraram um sistema financeiro sofisticado e pouco

---

<sup>589</sup> RAJAN, 2012, p. 33.

<sup>590</sup> MARICHAL, 2016, p. 230.

<sup>591</sup> KRUGMAN, 2009, p. 174 e RAJAN, 2012, p. 241. Marichal indica que os sinais de sérios problemas no setor imobiliário começam a aparecer em 2006 (MARICHAL, 2016, p. 246).

<sup>592</sup> KRUGMAN, 2009, p. 173. Rajan, na Introdução de sua obra, nos diz que: “o problema não era ninguém ter alertado sobre os perigos; era que aqueles que se beneficiavam do superaquecimento da economia – e isso incluí um monte de gente – não tinham motivos para ouvir” (RAJAN, 2012, p. 21 e 22). A partir do que diz Rajan, podemos especular que o dilema dos grandes fundos de investimento não é entrar ou não em uma dinâmica de bolha, e sim o de sair enquanto ainda estão ganhando, no momento certo. Só que, além da sutileza dessa calibragem, os intervalos de tempo envolvidos que separam a normalidade do colapso sofreram grandes reduções em função da velocidade de circulação das decisões.

<sup>593</sup> Para Krugman, “em âmbito nacional, os imóveis residenciais provavelmente estavam sobrevalorizados em 50%, no verão de 2006” (KRUGMAN, 2009, p. 177).

<sup>594</sup> Krugman diz que, a partir desse momento, “a execução das hipotecas não era apenas uma tragédia para os proprietários, mas também para os credores” (KRUGMAN, 2009, p. 175).

<sup>595</sup> MARICHAL, 2016, p. 232.



supervisionado, que criou instrumentos de altos lucros e altos riscos para o setor imobiliário, alimentaram o que alguns denominaram de “tempestade perfeita”<sup>596</sup>. Compostas as condições com as particularidades, foi só uma questão de tempo e da fagulha certa até a bolha estourar<sup>597</sup>. A crise, que poderia ter sido só uma crise americana, começou a se alastrar rapidamente para boa parte do mundo.

A aceleração da globalização financeira, que aumentou os fluxos, a interdependência de capitais e as arriscadas apostas transfronteiriças, criou as condições para rápidos “mecanismos de transmissão”<sup>598</sup>, assim como aconteceu na Crise dos Emergentes<sup>599</sup>, só que gerando impactos globais e não mais regionais. A contaminação das economias foi larga, com sérias consequências nos setores produtivos<sup>600</sup>. Uma vez espalhada a crise, olharemos as consequências mais amplas e de interesse conjuntural.

Após a eclosão e o rápido contágio da crise de 2008, que teve as mesmas forças conjunturais presentes na Crise dos Emergentes e a *dot.com*, o saldo mais amplo começou a ficar claro. Na então segunda economia do mundo, a da União Europeia (UE), a crise econômica desencadeou sérias consequências políticas<sup>601</sup>, comprometendo um projeto societário que remontava ao Iluminismo kantiano de uma paz perpétua para a Europa. A crise evidenciou algumas cisões ocultas entre o norte e o sul, respectivamente credor e devedor. A visão austera dos credores impôs severas medidas de ajustes aos devedores, tornando pagáveis as dívidas criadas, mas ao mesmo tempo desencadeando sérias desconfiâncias sobre a União e sobre a globalização, com suas derivadas nos debates políticos internos de cada unidade.

---

<sup>596</sup> Acesso em 16/06/2022 e no link: <https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/banca---financas/detalhe/ex-lehman-ceo-fuld-perfect-storm-led-to-2008-crisis>.

<sup>597</sup> Nos diz Marichal que o desencadeador da reação em cadeia foi “o afundamento da firma Lehman Brothers” e que essa queda e da AIG transformam uma crise de liquidez em uma crise de solvência (MARICHAL, 2016, p. 231 e 246).

<sup>598</sup> KRUGMAN, 2009, p. 185, 186 e MARICHAL, 2016, p. 230. Para um maior detalhamento de como se deu o mecanismo de contágio da crise, ver o capítulo 15 da obra **Oito Séculos de delírios financeiros: desta vez é diferente**, de Kenneth Rogoff e Carmen Reinhart.

<sup>599</sup> Para Krugman, e se referindo a crise de 2008, “tudo isso apresenta grandes semelhanças com as crises cambiais anteriores – Indonésia, 1997; Argentina, 2002. Mas a escala agora é muito maior. Esta é, efetivamente, a mãe de todas as crises cambiais e representa novo desastre para o sistema financeiro mundial” (KRUGMAN, 2009, p. 188).

<sup>600</sup> MARICHAL, 2016, p. 231.

<sup>601</sup> MARICHAL, 2016, p. 259. Fiori, em um ensaio de 2008, já indicava a tendência de fragmentação do projeto da UE que resta claro enquanto essa pesquisa está sendo escrita. Acesso em 04/10/2022 e no link: <https://correiocidadania.com.br/internacional/31-mundo/1976-23-06-2008-os-sinos-estao-dobrando>.

Nos EUA, uma enorme quantidade de riqueza foi destruída, sendo boa parte dela de fundos previdenciários, o que sugere que os impactos geracionais da crise ainda não foram sentidos enquanto essas linhas estão sendo escritas. E, a exemplo do que se deu na UE, as desconfianças sobre a globalização - nas suas cinco formas principais: produtiva, comercial, migratória, informacional e financeira -, que já ganhavam força desde a Crise dos Emergentes, aumentaram<sup>602</sup>, em que pese a crise ter uma relação muito maior com a vertente financeira do fenômeno. Nos EUA, assim como em muitos países da UE, a crise implicou em sérias consequências na economia real, reduzindo consideravelmente níveis de emprego e consumo, no que Krugman denominou de “prostração global”<sup>603</sup>. Também a exemplo da Europa, essa desconfiança trouxe reflexos na política interna dos EUA.

Marichal percebe uma assimetria de impactos da crise entre os diferentes grupos de países. Em suas palavras:

Um dos aspectos mais notáveis da crise financeira mundial contemporânea é que não se produziram pânico bancários nem o colapso de dívidas soberanas nos países em desenvolvimento. É manifesto o contraste com as nações mais avançadas. Não obstante, ficou evidente que o sucedido atingiu todas as economias desses países a partir de setembro de 2008<sup>604</sup>.

Especificamente na América Latina, os impactos foram predominantemente indiretos, afetando as exportações, fluxos de investimentos, as remessas e o turismo internacional, claro que tudo isso com implicações fiscais, monetárias e cambiais. “Porém, na maior parte da região, a evolução das finanças públicas e dos sistemas bancários resultou em volatilidade bem menor do que no passado”<sup>605</sup>.

No que diz respeito as implicações conjunturais, uma considerável contradição se impôs. Os questionamentos sobre responsabilidade e a posição de liderança dos EUA na economia mundial, que já havia começado e tomado tração regional na Crise dos Emergentes, aumentaram, com “cada vez mais interrogações acerca da possibilidade de perda da sua hegemonia monetária”<sup>606</sup>. E essas interrogações reforçaram a imagem da RPC como ator

---

<sup>602</sup> RAJAN, 2012, p. 252.

<sup>603</sup> KRUGMAN, 2009, p. 188.

<sup>604</sup> MARICHAL, 2016, p. 262.

<sup>605</sup> MARICHAL, 2016, p. 263.

<sup>606</sup> MARICHAL, 2016, p. 262. Eichengreen acredita que o esperado é uma perda gradual de dominância do USD e que a velocidade dessa perda dependeria muito mais dos fundamentos da economia americana (EICHENGREEN, 2011, p. 175).

economicamente responsável no pós crise<sup>607</sup>. Mas essa tendência ao questionamento se compôs com o reforço da moeda americana<sup>608</sup>, isso durante uma crise que começou nos EUA, onde o esperado seria uma fuga do USD e não corrida para o USD. Para Krugman, “as taxas de juros dos títulos do Tesouro dos Estados Unidos – ou seja, dívida a curto prazo – caíram para quase zero, uma vez que os investidores debandavam para a segurança e as únicas coisas que se dispunham a comprar eram os títulos do Tesouro dos Estados Unidos”<sup>609</sup>. No parágrafo seguinte, apresentaremos as consequências da crise de interesse da pesquisa.

A crise de 2008 foi o zênite das crises da Conjuntura e por isso classificaremos como a mais séria crise conjuntural. Em que pese as singularidades de cada uma delas – Emergentes, *dot.com* e 2008 -, foram criadas pela possibilidade de rápidas movimentações de grandes volumes de capital oriundos de reservas nacionais e poupanças privadas, predominantemente dos países mais ricos, que geraram instabilidades cambiais e apreciação irreal de ativos. No ambiente financeiro altamente sofisticado, crível e desregulamentado dos EUA, o setor imobiliário absorveu uma quantidade de capital, nacional e internacional, incompatível com a economia real, gerando uma bolha de grandes proporções. Quando a bolha estourou, uma grande quantidade de riqueza foi destruída, novamente com sérias consequências políticas, principalmente na UE e EUA. A composição de destruição de riquezas com a recessão pós crise espalhou e amplificou as desconfianças sobre a globalização em geral e sobre a capacidade dos EUA de organizar a economia mundial. Mas, paradoxalmente, a moeda americana se fortaleceu durante a crise, embora o debate sobre a razoabilidade da sua dominância tenha aumentado significativamente.

Selecionamos as quatro crises de maior relevância Conjuntural, uma política e três econômicas. As crises de interesse foram a Terceira crise do Estrito, a dos Emergentes, a *dot.com* e a de 2008. A seguir, apresentaremos uma síntese das três, com uma avaliação de seus impactos conjunturais.

---

<sup>607</sup> Para Breslin, além do ganho de imagem com a crise que se origina nos EUA, a RPC pode avançar em uma forma mais concreta de influência: a criação de um fundo estabilizador e de investimentos, para o apoio de grandes projetos regionais de infraestrutura (BRESLIN, 2010, p.59 e 60).

<sup>608</sup> Para Torres, “a resposta americana à crise financeira de 2008 revelou que, a despeito das desconfianças iniciais, o dólar continua a ser a moeda central do sistema internacional, sem rivais a sua altura” (TORRES, 2018, p. 286).

<sup>609</sup> KRUGMAN, 2009, p. 180. Para Eichengreen, “o dólar se fortalecia em comparação com o euro e com outras moedas. O dólar ainda era o último porto seguro para investidores assustados em todo o mundo” (EICHENGREEN, 2011, p. 95 e 96).

A Terceira Crise do Estreito, *imediate e acidental*, deixa claro para a RPC que sua capacidade militar estava significativamente abaixo de apoiar as suas pretensões regionais. Soou o alarme na região sobre a assertividade chinesa e desencadeou uma tendência de investimentos militares e instabilidade, ao mesmo tempo em que alertou a própria RPC dos custos impostos a sua imagem. As crises econômicas, todas *conjunturais* e que cresceram em gravidade, tiveram como força motriz a capacidade de rápida movimentação de grandes volumes de capital, levando a instabilidades cambiais e apreciação irreal de ativos. Geraram e destruíram riquezas, mas, no saldo, corroeram crescentemente a credibilidade dos EUA desde o início da Conjuntura e a euforia com as diversas faces da globalização ao mesmo tempo em que fortaleceram o USD. A RPC foi pouco afetada pelas três crises econômicas, saindo da sequência com sua imagem de ator econômico responsável, o que se compôs com suas ações que visavam mitigar os efeitos regionais da Terceira Crise de Taiwan. De uma perspectiva conjuntural mais ampla, a RPC saiu das quatro crises em condições melhores do que estava ao início da Conjuntura.

A seguir, passaremos a tratar das questões de governança e modificações sistêmicas.

### **3.1.3 Governança e Modificações**

Tratamos abstratamente no capítulo 2 as questões de *distribuição de poder, hierarquia de prestígio e regras e direitos*, de forma a auxiliar-nos no entendimento da Conjuntura de interesse. O que iremos observar aqui é o descompasso entre *distribuição de poder e hierarquia de prestígio*; se existem, qual a tendência e com que velocidade. Vamos observar também a inclinação das unidades para o recurso das *regras e direitos*, ocorrência e as relações entre as *transformações do sistema, mudanças no sistema e alterações relacionais* bem como as cadeias de modificações.

Veremos que no curto intervalo da Conjuntura as variações na *distribuição de poder* foram menores do que a alteração na *hierarquia de prestígio*, com a degradação das *regras e direitos*. Em que pese consideráveis reduções no *diferencial de poder* entre EUA e RPC, o *hegemon* terminou isolado na *distribuição de poder*, mas declinante em termos de prestígio. E que o SI presenciou a corrosão da *governança* e da *resiliência sistêmica*.

Trataremos isoladamente nos três subitens seguintes da *distribuição de poder*, *hierarquia de prestígio* e *regras e direitos*. No quarto subitem subsequente apresentaremos uma síntese dos três anteriores. Passemos para a questão da *distribuição de poder*.

### 3.1.3.1 *Distribuição de Poder*

Como vimos, EUA e RPC adotaram diferentes posturas típicas com relação ao *diferencial de poder* e estrutura. Os EUA foram *revisionistas* com relação ao *diferencial de poder* e a estrutura. Já a RPC se comportou de forma *progressista* com relação ao *diferencial de poder*, ao mesmo tempo em que foi *progressista* regionalmente, mas *conservadora* com relação a estrutura. Essas posturas fizeram com que o *diferencial de poder*, que é um indicador analítico e relacional, tenha transitado de alto para médio. De posse do indicador analítico e relacional do *diferencial de poder*, buscaremos a seguir a avaliação da *distribuição de poder*, que é um indicador igualmente analítico e subjetivo, mas de caráter sistêmico<sup>610</sup>.

As posturas típicas debatidas anteriormente e rerepresentadas no parágrafo acima, bem como a redução efetiva do *diferencial de poder*, poderiam ou não ter alterado a *distribuição de poder*. Não são raros os casos em que posturas *revisionistas* de unidades em ascensão, acompanhadas até de efetiva redução no *diferencial de poder*, provocaram o efeito contrário na *distribuição de poder*, ou seja, reforçaram o *status quo*<sup>611</sup>. Podemos citar como exemplo a redução do *diferencial de poder* entre os principais países europeus e os EUA e entre os países europeus do bloco comunista e a URSS no pós IIGM. Em termos relacionais, esses países internos aos dois blocos reduziram o *diferencial de poder* com relação aos EUA e URSS, mas, como eram aliados dentro dos diferentes blocos, reforçaram o *status quo* sistêmico. A questão que nos resta responder é se a já constatada redução do *diferencial de poder*, que transitou de alto para médio entre os EUA e RPC, teria afetado significativamente a *distribuição de poder*. E, uma vez de posse da avaliação sobre a *distribuição de poder*, iremos

---

<sup>610</sup> Para os efeitos dessa pesquisa, consideraremos como indicadores relacionais os que consideram as diferenças entre as condições dos EUA e RPC e os indicadores sistêmicos os que colocam as situações relacionais em uma escala global. De certo que os indicadores sistêmicos são de bases relacionais, mas como o nosso foco é estrutural, aceitaremos os riscos dessa simplificação.

<sup>611</sup> Fiori menciona, e citaremos mais a frente, a redução do *diferencial de poder* entre os EUA e dois derrotados da II GM, Alemanha e Japão (FIORI, 2008, p. 21), que não teriam provocado corrosões significativas na distribuição de poder em detrimento dos EUA.

confrontá-la com a variação na *hierarquia de prestígio*. Passaremos a olhar com mais atenção a questão da *distribuição de poder*.

A mudança de *distribuição de poder* foi inevitável. Para Kissinger, as tendências desagregadoras acabam se impondo. Essa tendência deriva de duas forças endógenas: “uma redefinição do que se entende por legitimidade ou uma mudança significativa na balança de poder”<sup>612</sup>. A questão da legitimidade está fortemente conectada com a *hierarquia de prestígio*, que veremos mais para frente. A balança de poder, um indicador sistêmico, tem, para os efeitos da pesquisa, equivalência com a *distribuição de poder*. Vejamos então o que teria acontecido com a *distribuição de poder*. A mudança na *distribuição de poder* foi inevitável, mas teria inibido ações hegemônicas desestabilizadoras?

O *hegemon* agiu livre de restrições e resistências significativas. O início da Conjuntura foi marcado pela unipolaridade dos EUA<sup>613</sup>. Mas essa condição de estabilidade momentânea, por mais benéfica que fosse ao *hegemon* e como anteciparam Fiori e Kissinger<sup>614</sup>, não teria como durar<sup>615</sup>. Há um vivo debate sobre se estaríamos presenciando ou não um declínio do poder americano, ou seja, um rearranjo significativo da *distribuição de poder*. Joffe, que escreveu em 2015, sustenta que esse debate seria só mais uma manifestação histórica e predominantemente americana<sup>616</sup>, a quinta segundo suas pesquisas. Não nega o rearranjo, mas acredita serem exagerados o diagnóstico e o prognóstico. Isso converge com o que Fiori apresentou em 2008. Diz Fiori:

Por isto, pode-se falar de um ‘declínio relativo’ do poder americano com relação à China, como já se falou do declínio do poder econômico americano com relação ao Japão e à Alemanha na década de 1970. Mas esse declínio relativo dos Estados Unidos não significa – necessariamente – um ‘colapso’ do seu poder econômico e de sua supremacia mundial<sup>617</sup>.

Da citação acima, temos confirmada a aceitação da redução do *diferencial de poder* ao longo da Conjuntura, mas não a variação necessária e significativa da *distribuição de*

---

<sup>612</sup> KISSINGER, 2015, p. 367.

<sup>613</sup> FIORI, 2008, p. 12.

<sup>614</sup> Para Fiori, “a hegemonia mundial não interrompe o expansionismo, nem apazigua o *hegemon*, pelo contrário, é uma posição transitória que deve ser conquistada e mantida pela luta constante por mais poder, e neste sentido, ela é autodestrutiva, porque o próprio *hegemon* quer se desfazer de suas limitações para alcançar a conquista completa do poder global” (FIORI, 2004, p. 91). E KISSINGER, 2015, p. 367.

<sup>615</sup> JOFFE, 2015, p. 215.

<sup>616</sup> JOFFE, 2015, p. xiv.

<sup>617</sup> FIORI, 2008, p. 21.

*poder*. Fiori apresenta outra evidência de que a redução do *diferencial de poder* EUA-RPC ao longo da Conjuntura não limitou a ação desestabilizadora do *hegemon*, ou seja, não afetou significativamente a *distribuição de poder* entre EUA e RPC<sup>618</sup>. Afirma o autor que “durante toda a década de 90, os EUA e a OTAN promoveram ativamente a cooptação dos países do antigo Pacto de Varsóvia, a o desmembramento do próprio território russo, consolidado desde o início do século XIX”<sup>619</sup>, isso enquanto a RPC operava a já constatada redução do *diferencial de poder*. Adicionamos ao argumento de Fiori da expansão da OTAN as três *guerras da hegemonia* que já tratamos e que foram iniciadas e travadas de forma crescentemente unilateral, o que seria improvável em uma Conjuntura de redução significativa da *distribuição de poder*. Assim, as ações hegemônicas e desestabilizadoras sofreram poucas limitações no período. Vejamos então o que se deu no aspecto econômico.

Joffe, remontando a uma série histórica mais alongada e sustentando seu argumento geral das distorções de diagnóstico provocadas pela quinta onda declinista, apresenta outras evidências de que a *distribuição de poder* foi pouco afetada pela redução do *diferencial de poder* EUA-RPC. Se focando no PIB global, mostra que quando consideramos o percentual da economia mundial que os EUA representam, excetuado um período anômalo do final da II GM, vemos uma considerável permanência. 20% nos anos que precederam a IGM; 27% nos anos 1950; 27% nos anos de 1970; 26% no final do século<sup>620</sup> e 25.4 % 2012<sup>621</sup>. Para se ter uma referência comparativa e geral, Nayyar mostra que no período de 1950 a 2008, o PIB de toda a região da Ásia passou de aproximadamente 16% para menos de 40% do PIB mundial<sup>622</sup>. Se combinarmos os dados de Joffe e Nayyar, vemos que a ascensão econômica do agrupamento de países da Ásia se deu sem perdas significativas para os EUA. Claro que a participação na economia mundial não é o único indicador de mudança na *distribuição de poder*, mas a correlação é forte segundo Allison<sup>623</sup>. Se considerarmos o caso

---

<sup>618</sup> Zakaria, escrevendo em 2020, sustenta que o SI centrado no eixo do Atlântico Norte, EUA e Europa, onde países emergentes participariam pouco das decisões globais não é mais possível; algum rearranjo precisará ser feito para incorporar a participação da RPC nos níveis mais altos de gestão global (ZAKARIA, 2020, p. 62).

<sup>619</sup> Acesso em 18/06/2021 e no link: <https://www.brasil247.com/blog/o-controle-militar-da-ucrania>.

<sup>620</sup> JOFFE, 2015, p. 30.

<sup>621</sup> JOFFE, 2015, p. 80. De acordo com dados do Banco Mundial, em 2012 o PIB mundial foi de 75,32 trilhões de USD, enquanto os EUA responderam por 16,2 trilhões, ou seja, 22% do PIB mundial. A diferença provavelmente deriva da forma como os indicadores são tratados, mas não invalida o argumento de Joffe. no link: [https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?end=2020&name\\_desc=false&start=2020&view=map&year=2012](https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?end=2020&name_desc=false&start=2020&view=map&year=2012) e acesso em 18/06/2021.

<sup>622</sup> NAYYAR, 2013, p. 94.

<sup>623</sup> ALLISON, 2020, p. 40.

histórico da Inglaterra, que foi superada em termos de produção ainda no século XIX pela Alemanha e EUA, combinado com a pouca redução da participação da economia americana no mundo, é razoável assumirmos como válido o argumento de Joffe<sup>624</sup>.

E a superioridade econômica dos EUA foi usada para, ao longo de toda a Conjuntura, solidificar ainda mais a *distribuição de poder* em seu favor. Para Torres, em suas investigações sobre a transformação em arma das vantagens econômicas dos EUA, as restrições aplicadas aos demais países excetam os EUA. Em suas palavras:

O Banco Central dos EUA, o FED, é a única entidade que não está sujeita a qualquer tipo de restrição de sobrevivência [...] Esse arranjo dá aos Estados Unidos um poder assimétrico entre as nações. Não se trata apenas de um 'privilégio exorbitante' apontado na literatura e que lhe permita financiar automaticamente seus gastos. É mais do que isso. Significa a capacidade de usar o poder do monopólio transacional detido na arena internacional pela sua moeda para operar o isolamento forçado de um país-alvo. O impacto dessa exclusão é semelhante ao de uma economia que sofre um bloqueio militar quase absoluto<sup>625</sup>.

Assim, embora seja necessário reconhecer o significativo aumento da participação da economia da RPC no mundo e período, que reduziu o *diferencial de poder* EUA-RPC, avaliamos que o impacto significativo na *distribuição de poder* foi pequeno. Mas a *distribuição de poder* também esteve sobre tendência de alterações a partir dos arranjos regionais, típicos ou de diferentes formas de solidariedade.

Os agrupamentos que surgiram na Conjuntura não materializaram alterações significativas na *distribuição de poder*. A unipolaridade explícita do início da Conjuntura criou a expectativa de que diferentes formas de agrupamentos de unidades do SI viessem a se organizar para equilibrar o *diferencial de poder* do *hegemon* com o resto do mundo. Mas a possibilidade de alterações significativas na *distribuição de poder* oriundas de arranjos regionais, solidariedade hemisférica ou agrupamentos típicos também não se materializou<sup>626</sup>, seja por falta de organização, similaridades e coesão ou por rivalidades históricas<sup>627</sup>. A UE poderia, aos poucos, ter iniciado o distanciamento da influência americana e, após ter superado

---

<sup>624</sup> E Joffe ainda aponta que no caso dos EUA, a economia americana é maior do que as três seguintes combinadas, dos quais duas, Japão e Alemanha, são aliados de primeira ordem (JOFFE, 2015, p. 76). Situação, por exemplo, diferente da Inglaterra quando de sua disputa hegemônica com a Alemanha.

<sup>625</sup> TORRES, 2021, p. 444 e 445.

<sup>626</sup> JOFFE, 2015, p. 52.

<sup>627</sup> JOFFE, 2015, p. 73 e 74.



suas tensões internas, se apresentar como um competidor capaz de alterar significativamente a *distribuição de poder*<sup>628</sup> ao longo da Conjuntura. Mas as consequências políticas da crise de 2008 negaram ao bloco a criação das condições de coesão necessárias. Certamente que atores não estatais das mais diversas origens e agendas surgiram e até ganharam expressividade, mas também não afetaram significativamente a *distribuição de poder*<sup>629</sup>. Em sínteses, os diferentes agrupamentos que se formaram em oposição ao momento unipolar dos EUA não tiveram impactos significativos na *distribuição de poder*. Vejamos o que se deu com relação a questão militar.

Um outro macro indicador de valor para avaliação de variações na *distribuição de poder* ao longo da Conjuntura é a disponibilidade e a disposição para o uso de recursos militares. Já tratamos da disposição para o uso da força pelos EUA a partir das reflexões de Fiori<sup>630</sup>, o que contrasta marcadamente com a opção pelo uso da força da RPC. Em um cenário de reduções significativas e reais na *distribuição de poder*, seria esperado uma maior reserva por parte dos EUA, o que não aconteceu.

No que diz respeito a disponibilidade de recursos militares, recorreremos mais uma vez a Joffe. Para o autor, os EUA atravessaram a Conjuntura sem rivais, respondendo sozinho por 40% das despesas militares do mundo em 2012<sup>631</sup>. No mesmo ano, a RPC, a Índia e a Rússia gastaram juntas 1/3 do orçamento militar americano; a RPC responderia por algo variando entre 1/7 e 1/13 do orçamento dos EUA<sup>632</sup>. E, embora a RPC tenha construído um arsenal nuclear capaz de ameaçar crivelmente os EUA, a disparidade entre os arsenais dos dois países é medida em milhares de ogivas<sup>633</sup>.

Dentro da questão militar, outras variáveis contam, como capacidade de projeção e a *capacidade de arrasto*, onde a Marinha dos EUA excede a soma de todas as outras trinta seguintes combinadas e onde das vinte Marinhas com relevância global dezoito são aliadas dos EUA ou potencialmente neutras; a Inglaterra, no auge de seu poder, pretendia ter uma

---

<sup>628</sup> JOFFE, 2015, p. 76 e 78.

<sup>629</sup> JOFFE, 2015, p. 222 e 223.

<sup>630</sup> Diz o autor: “é intrigante que, após três décadas do fim da guerra fria, a potência unipolar do novo sistema, que seria teoricamente a responsável pela tutela da paz mundial, esteve em guerra durante quase todo o período”. Acesso em 29/04/2022 e no link: <https://teoriaedebate.org.br/2022/04/12/a-guerra-da-ucrania-e-uma-nova-ordem-internacional/>).

<sup>631</sup> JOFFE, 2015, p. 92.

<sup>632</sup> JOFFE, 2015, p. 92 e 93.

<sup>633</sup> JOFFE, 2015, p. 93.

Marinha que fosse o dobro da que se colocasse em segundo lugar<sup>634</sup>. Combina-se com isso que, durante toda a Conjuntura, os EUA foram os únicos a comprovar a efetiva capacidade de conduzir guerras alongadas e afastadas de seu território<sup>635</sup>. No aspecto militar, a exemplo do que aconteceu em termos econômicos, a RPC avançou em termos de redução de *diferencial de poder*, criando inclusive capacidades críveis de atuação regional, mas consideramos que isso tenha alterado pouco a *distribuição de poder*. Passaremos a apresentar uma breve síntese do que se deu na Conjuntura de interesse no que diz respeito a *distribuição de poder*.

Em que pese a inevitabilidade de alterações na *distribuição de poder*, essas não foram suficientes para inibir ações desestabilizadoras do *hegemon* ao longo da Conjuntura. A RPC foi se tornando um ator cada vez mais relevante ao longo da Conjuntura, principalmente em termos regionais; ascendeu francamente na *distribuição de poder* com relação a todas as outras unidades do SI, mas limitadamente com relação ao *hegemon*. Isso se deu devido a combinação de sua postura globalmente *conservadora* com as vantagens que o *hegemon* conseguiu manter ou ampliar e que reduziram os impactos possíveis na *distribuição de poder*. O *hegemon* iniciou guerras, impôs a boa parte do mundo uma ideologia ingênua sobre a organização da economia mundial e ignorou sinais de sérias crises econômicas. A RPC aumentou a sua participação na economia mundial e seus recursos militares, reduzindo o *diferencial de poder* e afetando significativamente a *distribuição de poder* sem, com isso, ter sido capaz ou optado por limitar as ações hegemônicas. Os diferentes agrupamentos supranacionais e as mais diversas formas de organizações não governamentais e infranacionais que se formaram em oposição ao momento unipolar dos EUA também não tiveram impactos significativos. Assim, concluímos que foi pequena a variação da *distribuição de poder*, sendo o *hegemon* ainda o maior beneficiário da distribuição ao término da Conjuntura. Do apurado e concluído sobre a *distribuição de poder*, com a ascensão da RPC e a conservação da posição hegemônica, fica constatada a tendência de transformações estruturais e do delicado e complexo equilíbrio presente ao término da Conjuntura.

---

<sup>634</sup> JOFFE, 2015, p. 94

<sup>635</sup> JOFFE, 2015, p. 96.

Passaremos a nos debruçar sobre a *hierarquia de prestígio*. Veremos se houve ou não alterações e a intensidade dessas, para em seguida confrontarmos com o que se deu com relação a *distribuição de poder*.

### 3.1.3.2 Hierarquia de Prestígio

Quando tratamos das guerras e crises do período, vimos que, ao longo da Conjuntura, os EUA foram os responsáveis pela corrosão de seu prestígio, que começou em alta, após vencer a disputa hegemônica e bipolar com a URSS. As suas posturas *revisionistas* diante do *diferencial de poder* e estrutura sistêmica colaboraram com a corrosão. De seu lado, a RPC despertou alguns receios na região após a Terceira Crise de Taiwan, mas nas duas das três crises econômicas do período, a dos Emergentes e a de 2008, se apresentou como ator internacional responsável. Combinado com isso, demonstrou uma postura cautelosamente *progressista* com relação ao *diferencial de poder* e *progressista* regionalmente, mas *conservadora* globalmente no que diz respeito a estrutura. As impressões apresentadas nesse parágrafo são o produto sintetizado do que já investigamos anteriormente. Elas já oferecem bons indicadores para uma avaliação da tendência geral de alterações na *hierarquia de prestígio*. Nos parágrafos seguintes adicionaremos outras considerações ainda não tratadas para compor a nossa avaliação subjetiva da *hierarquia de prestígio*. Começaremos pelo caso dos EUA.

Como já dissemos, os EUA saíram da guerra fria como os grandes vencedores, abrindo as portas para ao que Fiori chamou de “Império Global”<sup>636</sup>. De certo que apresentaram alguma cautela nesses momentos iniciais<sup>637</sup>, mas ao longo da Conjuntura foram se tornando mais assertivos<sup>638</sup>, ao ponto de, em 2003, aceitarem conduzir uma guerra por razões duvidosas e sem apoio de seus aliados da II GM e Guerra Fria<sup>639</sup>. Isso ao mesmo tempo em que expandiram os limites de seu arranjo de segurança europeu, a OTAN, e interferiram

---

<sup>636</sup> FIORI, 2004, p. 94. Brzezinski diria que nunca na história humana uma unidade do SI se tornou tão destacada (BRZEZINSKI, 2007, p. 3).

<sup>637</sup> BRZEZINSKI, 2007, p. 11.

<sup>638</sup> FIORI, 2004, p. 94. Fiori defende que o 11 de setembro marca a virada dos EUA, de alguma timidez inicial para a postura de Império.

<sup>639</sup> BRZEZINSKI, 2007, p. 12.

militarmente em duas ocasiões no continente<sup>640</sup>. Com todas as contradições hegemônicas do período e as crises econômicas que cresciam em gravidade, os EUA conseguiram disseminar por boa parte do mundo a sedutora e otimista ideologia da globalização<sup>641</sup>. Além disso, o SI não poderia renunciar à liderança americana, ainda que tivesse condições de, pelo risco de desorganização caótica<sup>642</sup>.

O conjunto de atitudes enumeradas acima, reflexos de uma crença supremacista progressista<sup>643</sup> reforçada pelo momento de Império Global, aumentou a desconfiança entre os aliados tradicionais<sup>644</sup>, com consequências ao prestígio dos EUA na Conjuntura e reflexos desproporcionais na sua política interna<sup>645</sup>. Essa desproporção entre a queda real de prestígio dos EUA e a sua percepção do fenômeno, exagerada segundo Joffe, teve a séria consequência, ao final da Conjuntura, de início da demonização da RPC.

Pelo apresentado, concluímos que os EUA sofreram uma redução considerável de seu prestígio internacional, a partir das suas próprias escolhas. Essa redução, embora tenha sido considerável mesmo entre os aliados históricos, foi insuficiente para alterar significativamente a posição hegemônica, mas suficiente para gerar uma histeria interna. Vejamos o que se passou com a RPC.

A RPC deu um salto impressionante, que começa mesmo antes da Conjuntura<sup>646</sup> e se acelera com a globalização, principalmente nas suas facetas comerciais e produtiva. Milhões foram retirados da pobreza e grandes saltos tecnológicos e produtivos foram dados por um regime totalitário e comunista, que, em tese, teria sido superado pela sociedade remanescente da dialética histórica após a derrocada soviética, a democracia liberal. Os

---

<sup>640</sup> BRZEZINSKI, 2007, p. 12 e 13.

<sup>641</sup> BRZEZINSKI, 2007, p. 31.

<sup>642</sup> JOFFE, 2015, p. 249. Joffe denomina esse papel exercido pelos EUA de “*default power*”, o que ampliaremos mais adiante na pesquisa quando tratarmos da questão das regras e direitos.

<sup>643</sup> KISSINGER, 2015, p. 228.

<sup>644</sup> KISSINGER, 2015, p. 367.

<sup>645</sup> JOFFE, 2015, p. xiv. O autor se refere ao que chamou de “*declinismo*” e que vai dar, alguns anos mais à frente, nos questionamentos a globalização; em uma postura predominantemente isolacionista e até egoísta (*America First*); e na forma como os EUA interferiram e lideraram o mundo.

<sup>646</sup> “Se o produto interno chinês cresceu, desde o começo das reformas econômicas lançadas por Deng Xiaoping, em 1978, até 2008, a uma impressionante taxa média de 9,5% ao ano, três vezes a média dos EUA, não se pode negligenciar o fato de que, mesmo nos trinta anos precedentes, de 1948 a 1978, período marcado por grande instabilidade política e econômica – Revolução de 1949, “Grande Salto Adiante”, retirada da ajuda econômica e técnica da URSS após o cisma sino-soviético, Revolução Cultural –, o crescimento do produto chinês foi, em média, de 6% ao ano” (LYRIO, 2010, p. 36).

países originais do núcleo moderno do SI (Europa ocidental) mais EUA e JAP não teriam como impedir alguma admiração difusa<sup>647</sup> diante de um fenômeno não só dessa escala e velocidade como oriundo de um modelo de organização social, política e econômica tido como superado.

Apesar de sua crença supremacista<sup>648</sup>, a RPC não impôs seus valores e formas de organização regionalmente, muito menos globalmente. Exerceu influência regional, e em menor medida global, exclusivamente dentro das normas vigentes<sup>649</sup>, até mesmo para atenuar as chances de surgimento de coligações regionais contra si<sup>650</sup>.

Como já vimos, as crises econômicas da Conjuntura criaram as condições de projeção da RPC como ator responsável. Para Breslin:

a China está se tornando cada vez mais importante para a região como fonte de financiamento [...] se a crise de 1997 marcou o ponto de virada crucial no pensamento e na política econômica para a região, a crise global de 2008 pode vir a ser vista como tendo facilitado a consolidação do papel regional da China<sup>651</sup>.

Sustenta ainda Breslin que a RPC decidiu se transformar em uma locomotiva de desenvolvimento regional, funcionando como mercado consumidor e fonte de investimentos diretos e desenvolvimento e transferência de tecnologias<sup>652</sup>. A combinação das evidências apresentadas nos levam a concluir que a RPC gerenciou bem o seu prestígio durante a Conjuntura. Evitou, na medida do possível, a formação de resistência regional significativa ao mesmo tempo em que se apresentava como um ator responsável e agindo dentro das normas. Vejamos agora a interação das posturas das duas unidades e o seu resultado na questão a *hierarquia de prestígio*.

Vimos que os EUA, por conta de suas próprias ações hegemônicas, sofreram redução considerável de seu prestígio internacional ao longo da Conjuntura, mas que tal redução foi insuficiente para alterar significativamente sua condição hegemônica.

---

<sup>647</sup> ZAKARIA, 2020, p. 62.

<sup>648</sup> ALLISON, 2020, p. 274. O autor sustenta ainda que a RPC não é pós ideológica. Kissinger defende que a RPC e os EUA são ambos excepcionalistas e supremacistas, mas a China é contida e os EUA missionário (KISSINGER, 2015, p. 228).

<sup>649</sup> BRESLIN, 2010, p. 35.

<sup>650</sup> BRESLIN, 2010, p. 36. Allison aponta a tendência natural a formação de aliança regional envolvendo Japão, Coréia do Sul, Índia e Vietnã, capitaneadas pelos EUA contra a RPC, com os benefícios de equilíbrio e os riscos que isso poderia causar (ALLISON, 2020, p. 248).

<sup>651</sup> BRESLIN, 2010, p. 60.

<sup>652</sup> BRESLIN, 2010, p. 38.

Consequências indiretas das escolhas hegemônicas dispararam uma crise interna de confiança, desacoplada da realidade e que Joffe chamou de a quinta onda declinista. Essa onda teve profundo impacto na forma como os EUA passaram a perceber a sua condição internacional e a ascensão da RPC. A RPC gerenciou bem o seu prestígio, reduzindo a força da resistência regional ao seu ressurgimento; se apresentou como um ator responsável e agiu dentro das normas internacionais. Por conta disso, somos levados a concluir que, para os dois atores, houve considerável alteração de prestígio. Os EUA sofreram redução, mas não perderam a liderança. A RPC, vista ao início da Conjuntura como o próximo tijolo a cair do muro totalitário e comunista, ascendeu consideravelmente de prestígio, passando a condição de ator global e responsável. A *hierarquia de prestígio* se modificou, com a RPC ascendendo para o primeiro bloco, onde estão UE, JAP e EUA, que permaneceu na liderança. Passaremos a seguir a confrontar a *distribuição de poder* com a *hierarquia de prestígio* dentro da Conjuntura.

A RPC reduziu o *diferencial de poder*, mas afetou pouco a *distribuição de poder* quando consideramos a posição do *hegemon*, que é o interesse maior da pesquisa. Ou seja, as alterações na *distribuição de poder* foram de pequena monta e não o suficiente para inibir ações desestabilizadoras do *hegemon*. Assim, o *hegemon* ainda ocupava a posição de liderança isolada ao término da Conjuntura. No que diz respeito ao prestígio internacional, concluímos que as duas unidades tiveram alterações. Os EUA sofreram redução, não perderam a liderança e desenvolveram uma visão desacoplada da realidade. A RPC transitou para a condição de ator do primeiro grupo mundial, construindo uma imagem de ator responsável e se aproximando dos EUA. Assim, a *hierarquia de prestígio* global se alterou, mas a ascendente RPC não desbancou a liderança do *hegemon*. Os indicadores relacionais, *diferencial de poder* e *prestígio*, sofreram alterações significativas, mas os indicadores sistêmicos que lhes são atrelados de *distribuição de poder* e *hierarquia de prestígio*, variaram em menores proporções. Disso, resta uma avaliação nossa, subjetiva e portadora de consequências, que relaciona os dois indicadores sistêmicos: a alteração na *distribuição de poder* foi muito menor do que a alteração na *hierarquia de prestígio*. Esse quadro complexo de transformações nos indicadores relacionais e sistêmicos se deu em um curto intervalo de tempo, o de duração da Conjuntura, com complicações para a *resiliência sistêmica*. E isso fez com que a Conjuntura se encerrasse com uma possibilidade preocupante e antecipada no

capítulo 2, a de que o *hegemon* tenha percebido, a partir da redução de seu prestígio, que a derrocada é uma questão de tempo e que seria prudente agir enquanto as condições concretas de poder ainda são favoráveis. Passaremos, a seguir, a investigar a questão das *regras e direitos* durante a Conjuntura.

### **3.1.3.3 Regras e Direitos**

Vimos no capítulo 2 que a governança do SI é função de três características: *distribuição de poder; hierarquia de prestígio; e regras e direitos*. Nos parágrafos acima já tratamos e consideramos as duas primeiras. Passaremos agora a tratar especificamente da terceira, que cobre as áreas da diplomacia, as regras de guerra e o ordenamento econômico, voltadas naturalmente para atender aos interesses maiores do *hegemon*. Como antecipamos no capítulo 2, não é o foco da pesquisa aprofundamentos específicos nas três áreas que compõe as *regras e direitos*, e sim em suas dinâmicas e consequências amplas, Conjunturais e estruturais, ou seja, a forma e a frequência como se modificam em dado SI. Veremos que a Conjuntura presenciou uma séria degradação das *regras e direitos*, com significativas *alterações relacionais e mudanças no sistema* sem, contudo, constataremos *transformações do sistema*, que implicariam na mudança de atores e entidades em condições de influir decisivamente no SI.

Assumimos, para efeitos analíticos, que as formas típicas de modificação seriam: *transformações do sistema; mudanças no sistema; e alterações de interações ou relacionais*. As *transformações do sistema* implicariam na mudança da composição dos atores e entidades em condições de influir significativamente, sendo a mais relevante das três formas de modificação; as *mudanças no sistema* implicariam em alterações no controle ou governança, ou seja, na *distribuição de poder* e na *hierarquia de prestígio*, o que quase sempre acontece simultaneamente; e as *alterações relacionais* modificariam a forma como os principais atores interagem entre si. E consideramos também a existência das cadeias ascendentes de descendentes de modificações, com as respectivas tendências de frequência e permissividade.

Nesse momento, julgamos importante salientar e ilustrar uma assimetria de percepção existente em qualquer conjunto de *regras e direitos*, que vai ganhando relevância e impactos na medida em que esse conjunto pretende atender a agrupamentos mais complexos e de níveis mais alto.

Um conjunto de *regras e direitos* que ordene, por exemplo, o funcionamento do trânsito de um dado país tem impactos menores do que o que ordene os direitos fundamentais de seus cidadãos. Dentro de cada conjunto de *regras e direitos*, e conseqüentemente do sistema que abarca todos eles juntos, existe a tendência de assimetria de percepção que apontamos no parágrafo anterior. Essa assimetria implica na desconsideração do número de regras cumpridas quando uma outra é violada, principalmente no conjunto de *regras e direitos* que atendem a agrupamentos maiores e a níveis mais altos; se as conseqüências tiverem alta repercussão coletiva; ou em direitos de segundos considerados mais fracos. Por exemplo, um dado cidadão que respeitou todos os sinais vermelhos de sua vida pode ser considerado um assassino se avançar somente um que cause o atropelamento com morte na faixa de pedestre. Um outro exemplo que pode ajudar a ilustrar essa assimetria é o de um nadador olímpico. Um pequeno erro na saída, em uma das viradas ou respirações podem subtrair as frações de segundos necessárias a vitória e o argumento de que, além do único e pequeno erro, fez tudo certo, de pouco adiantaria no resultado da prova. Tanto o caso do motorista como o do nadador tenderiam a ganhar maior repercussão quanto maiores fossem as posições relativas dos indivíduos envolvidos dentro de seus grupos sociais.

Em termos de dinâmica geral, é grande a similaridade entre o que discutimos no parágrafo anterior e o respeito as *regras e direitos* no SI, particularmente se as violações forem oriundas do *hegemon*. A avaliação das outras unidades não será comparativa, considerando as *regras e direitos* cumpridos e violados, mas absoluta. Portanto, se o *hegemon* viola ou se faz negligente mesmo com poucas das *regras e direitos* que organizam dado SI, a maioria das quais criadas por ele, a percepção será assimétrica, independentemente das que ele atendeu. Passaremos a seguir a relembrar o que tratamos anteriormente e que nos ajudarão na questão das *regras e direitos*.

Vimos nos subitens anteriores que: houve redução no *diferencial de poder*, mas com pouca afetação sistêmica na *distribuição de poder*, permanecendo os EUA na liderança



isolada; o prestígio internacional das duas unidades se alterou, com perdas para os EUA, mas ainda mantendo a liderança, tendo desenvolvido uma visão desacoplada da realidade; e a RPC, com aumento de prestígio e ascensão na *hierarquia de prestígio*, passou a integrar o núcleo do SI. Assim, vimos que os indicadores relacionais, *diferencial de poder* e prestígio, sofreram alterações no curto intervalo de tempo da Conjuntura, mas os indicadores sistêmicos de *distribuição de poder* e *hierarquia de prestígio* variaram em menores proporções. Disso, restou a preocupação com o descompasso entre as alterações de *distribuição de poder* e *hierarquia de prestígio*, que carrega significativo risco sistêmico como antecipado no capítulo 2.

A síntese apresentada no parágrafo acima já nos dá boa base evidencial para as avaliações das formas típicas de modificação das *regras e direitos*, que são as *transformações do sistema; mudanças no sistema; e alterações de interações ou relacionais*. Nos parágrafos seguintes, adicionaremos mais algumas evidências as formas típicas de modificação, de modo a enriquecer o já considerado. Uma vez que o interesse maior da pesquisa repousa em considerações sistêmicas, procedermos a tentativa de enriquecimento na sequência inversa, iniciando pelas *alterações de interações ou relacionais* e finalizando com a *transformações do sistema*. Começaremos pela questão das *alterações relacionais*.

Trataremos a seguir dos aspectos significativos da Conjuntura que influenciaram a relação entre o *hegemon* e o resto das unidades, com algumas considerações específicas sobre suas relações com a RPC.

O início da Conjuntura, que foi caracterizado por uma enorme assimetria de poder entre o *hegemon* e o resto do mundo<sup>653</sup>, poderia ter inaugurado um período de harmonia sistêmica, mas não foi o que aconteceu. As condições concretas permitiriam, em princípio, relações mais moderadas, colaborativas e multilaterais entre um *hegemon* benevolente e as outras unidades. Só que a enorme assimetria de poder do pós-1991 imprimiu uma direção oposta, passando o *hegemon* a mostrar assertividade crescente, marcadamente no pós-11/SET, passando a agir de forma “explícita, bélica e unilateral”<sup>654</sup>. Essa realidade não causaria espanto em Fiori, que em 2008 disse:

---

<sup>653</sup> FIORI, 2004, p. 95.

<sup>654</sup> FIORI, 2008, p. 37.

A própria 'potência líder' ou 'hegemônica' precisa seguir expandindo o seu poder de forma contínua, para manter a sua posição relativa. E sua acumulação de poder, como a de todos os demais, também depende de competição e da preparação para a guerra contra adversários reais ou virtuais, que vão sendo criados pelas contradições do sistema. Se esta competição desaparece, as 'potências líderes' ou 'hegemônicas' também perderiam força, como todos os demais Estados, e todo o sistema mundial se desorganizaria, entrando em estado de homogeneização entrópica. Assim se consegue entender melhor porque é logicamente impossível que algum *hegemon* possa ou consiga estabilizar o sistema mundial, como pensa a teoria dos 'ciclos hegemônicos'. A própria potência hegemônica – que deveria ser o grande estabilizador, segundo aquela teoria – precisa de competição e guerra, para seguir acumulado poder e riqueza. E para se expandir, muitas vezes, ela precisa ir além e destruir as próprias regras e instituições que ela mesma construiu, num momento anterior, depois de alguma vitória<sup>655</sup>.

Assim, o considerável *diferencial de poder* hegemônico moldou as suas relações com outras unidades e encorajou a convicção e ações supremacistas.

Essa convicção inclinou o *hegemon* a impor, ao longo da Conjuntura e com poucas considerações as singularidades de um sistema tão diversificado, sua visão catequética de mundo<sup>656</sup>. Criou também as condições para que os EUA atuassem de forma dual - como construtores/fiadores e sabotador do ordenamento internacional -, mas crescentemente comprometendo a estabilidade<sup>657</sup>. Mesmo na guerra do Golfo, nos momentos iniciais da Conjuntura e quando o *hegemon* ainda tinha reservas, Kissinger sustenta que só teria havido a aparência de consenso para ratificar a decisão já tomada pelos EUA<sup>658</sup>. E o SI recém-saído

---

<sup>655</sup> FIORI, 2008, p. 31.

<sup>656</sup> KISSINGER, 2011, p. 442. Kissinger aponta ainda a insensibilidade para as divergências fundamentais sobre disseminação da democracia e direitos humanos (KISSINGER, 2015, p. 231).

<sup>657</sup> KISSINGER, 2015, p. 236 e já apontado por Fiori (FIORI, 2008, p. 31).

<sup>658</sup> KISSINGER, 2015, p. 265. Torres apresenta outra evidência de como os EUA agiram unilateralmente para criar recursos de poder exclusivos em áreas de interesse coletivo, como o sistema financeiro internacional. Nas palavras de Torres: "O discurso do presidente Bush impressiona pelo conteúdo e pelo fato de ter sido proferido em poucos dias após o atentado. Na prática, revela que os EUA já haviam desenvolvido a 'tecnologia' para operar artefatos financeiros e estavam apenas aguardando a oportunidade para ampliar seu impacto" (TORRES, 2021, p. 423).

da Guerra Fria era altamente dependente da capacidade de manutenção e intervenção dos EUA<sup>659</sup>, o que conferia larga alavancagem hegemônica<sup>660</sup>.

Essa combinação de dependência sistêmica com alavancagem hegemônica permitiu aos EUA interferirem significativamente e com efeito em vários aspectos do SI, como, por exemplo, as finanças e informações globais<sup>661</sup>. Mas, ao mesmo tempo, gerou desconfiças, uma vez que qualquer unidade poderia ser o alvo de suas investidas, ou seja, ser enquadrada<sup>662</sup>.

Vimos que, no geral, as *alterações relacionais*, ou seja, a relação entre o *hegemon* e as demais unidades do SI, foram caracterizadas por uma grande assimetria de poder entre o *hegemon* e o resto do mundo, o que permitiu uma atuação supremacista, catequética e eventualmente indiferente, em um SI altamente dependente do poder de ordenar dos EUA. Faremos, a seguir, algumas considerações específicas sobre as *alterações relacionais* entre EUA e RPC.

Para Zakaria, a relação com a ressurgente RPC é algo novo e desafiador para os EUA. Desde o final da II GM, as principais potências ascendentes – Japão, Alemanha e Coréia - se recuperaram com apoio americano, vieram do bloco ocidental da Guerra Fria e seus ressurgimentos reforçaram a estrutura hegemônica<sup>663</sup>. A RPC é uma novidade pois, para o autor:

não é somente muito maior, que as potências ascendentes antes dela, ela também sempre esteve fora das estruturas de aliança e esfera de influência dos EUA. Como resultado, ela inevitavelmente buscará maior independência e influência. O desafio para os EUA e para seus aliados será definir os limites toleráveis da crescente influência da RPC e promover a acomodação possível, assim como agir com credibilidade quando as ações

---

<sup>659</sup> Para Breslin, por exemplo, a crise de 2008 reforçou as desconfiças do modelo neoliberal desregulado, mas também afirmou a necessidade de liderança dos EUA (BRESLIN, 2010, p. 57). Para Foot, “a China e outros países têm apontado justificadamente para a hipocrisia e a existência de dois pesos e duas medidas quando essas instâncias de comportamento ilegal ocorrem. Mas, apesar dessas críticas, os países continuam a invocar o papel tutelar americano em momentos de crise” (FOOT, 2010, p. 23). Joffe indica ainda que não haveria alternativa para o papel de organizador global desempenhado pelos EUA (JOFFE, 2015, p. 52).

<sup>660</sup> RAJAN, 2012, p. 327.

<sup>661</sup> FARRELL e NEWMAN, 2020, p. 79.

<sup>662</sup> Para Tavares, “o fulcro do problema não reside sequer no maior poder econômico e militar da potência dominante, mas sim na sua capacidade de enquadramento econômico, financeiro e político-ideológico de seus parceiros e adversários” (TAVARES, 1997, p. 28).

<sup>663</sup> ZAKARIA, 2020, p. 60 e 61.

de Beijing. Até agora, se mostrou baixa a capacidade dos EUA e seus aliados de se adaptarem ao ressurgimento da RPC<sup>664</sup>.

Allison aponta a expectativa americana de que a continuidade da estratégia de *engage but hedge*, tivesse convencido a RPC a seguir o caminho do Japão e Alemanha<sup>665</sup>. Além dos aspectos apontados por Zakaria, que por si só já tornariam a *alterações relacionais* entre EUA e RPC complicadas, ainda teríamos ações unilaterais americanas<sup>666</sup>, que já tratamos mais acima, com altos impactos no ordenamento internacional. Assim, as expectativas indicadas por Allison não compensaram as deficiências apontadas por Zakaria, Farrell e Newman, ou seja, tendendo a tornar as *alterações relacionais* entre os dois degenerativa.

As *alterações relacionais* entre os dois atores também estiveram influenciadas pela postura regional *progressista* e global *conservadora* com relação a *estrutura sistêmica* da RPC, ao passo que os EUA se comportaram de forma *revisionista*. A RPC se conformou crescentemente as instituições e normas internacionais desde o início da década de 1990<sup>667</sup>, ao mesmo tempo que os EUA e seus principais aliados limitaram a acomodação chinesa. Nas palavras de Zakaria:

Os EUA e a Europa têm, por exemplo, sido relutantes em ceder espaço para a China nas principais instituições de governança da economia global, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, que continuam exclusividade euro-americana. Por anos, a China buscou maior atuação no Banco de Desenvolvimento da Ásia, mas os EUA resistiram<sup>668</sup>.

A combinação da postura predominantemente conformada da RPC com as resistências americanas abriu espaço para uma perspectiva de perseguição no

---

<sup>664</sup> Tradução nossa e no original: “is not only much larger than the rising powers that came before; it has also always been outside the United States’ alliance structures and sphere of influence. As a result, it will inevitably seek a greater measure of independent influence. The challenge for the United States, and the West at large, will be to define a tolerable range for China’s growing influence and accommodate it—so as to have credibility when Beijing’s actions cross the line. So far, the West’s track record on adapting to China’s rise has been poor” (ZAKARIA, 2020, p. 60 e 61).

<sup>665</sup> ALLISON, 2020, p. 257

<sup>666</sup> FARRELL e NEWMAN, 2020, p. 79.

<sup>667</sup> FOOT, 2010, p. 25. Foot salienta que a aceitação pela RPC das Instituições internacionais não é incondicional. Estaria limitada pela premissa de que essas mesmas instituições não venham a limitar o desenvolvimento interno e a sua independência estratégica (FOOT, 2010, p. 26).

<sup>668</sup> ZAKARIA, 2020, p. 68. Tradução nossa e no original: “the United States and Europe have, for example, been reluctant to cede any ground to China in the core institutions of global economic governance, the World Bank and the International Monetary Fund, which remain Euro-American clubs. For years, China sought a larger role in the Asian Development Bank, but the United States resisted”.

relacionamento, o que sustentou boa parte das desconfianças contra os EUA<sup>669</sup>. Para Breslin, “políticas externas intervencionistas combinadas à pressão por liberalização (incluindo setores econômicos que continuam fechados em muitos países ocidentais), exercidas tanto bilateralmente quanto por meio de Instituições financeiras internacionais dominadas pelo Ocidente, de fato têm gerado desconfianças”<sup>670</sup>. Assim, a RPC “nunca cessou de contrastar seu bom histórico de adesão a regimes internacionais com atitudes ‘unilaterais’ e ‘hegemônicas’ dos Estados Unidos”<sup>671</sup>, ao mesmo tempo em salientava o declínio moral das grandes potências ocidentais<sup>672</sup>.

Então, podemos dizer que as relações entre os dois atores foram condicionadas pelos seguintes fatores mais amplos: posturas em relação a *estrutura sistêmica*; singularidade da ascensão da RPC quando comparada com a de outras potências do pós IIGM; pela percepção que a RPC formou da desproporção entre suas atitudes e o reconhecimento que lhe seria devido; e por algum declínio de prestígio do *hegemon*. Em síntese, no período Conjuntural, ao contrário do que seria possível e desejável, as relações entre os dois atores evoluíram de forma crescentemente degenerativa. Tendo tratado neste parágrafo da alteração relacional entre os dois atores de interesse da pesquisa, passaremos a apresentar breves considerações sobre as *alterações relacionais* na Conjuntura.

Ao longo da Conjuntura, a forma mais ampla como as principais unidades passaram a se relacionar se modificou. O *hegemon* atuou de forma supremacista e catequética, em um SI altamente dependente de sua capacidade de ordenamento. Algumas unidades, núcleo e periferia, se beneficiaram dessa forma de atuação hegemônica, mas de forma casuística; poderiam, igualmente, terem sido prejudicadas, uma vez que a orientação para a ação hegemônica era autocentrada e não coletiva. Especificamente no que diz respeito a RPC, as relações entre as unidades evoluíram de forma crescentemente tensa. Assim, concluímos que durante a Conjuntura houve *alterações relacionais* na direção degenerativa,

---

<sup>669</sup> Zakaria sustenta, por exemplo, que é questionável o argumento de que as práticas comerciais da RPC afetariam significativamente a economia americana, lembrando que o mesmo argumento foi usado contra o JAP nos anos 1980-90). Mesmo assim, os EUA arriscaram insinuações de uma guerra comercial que desacredita o sistema que ele mesmo criou, com consequências bem mais sérias na Conjuntura seguinte (ZAKARIA, 2020, p. 57, 58 e 69).

<sup>670</sup> BRESLIN, 2010, p. 56.

<sup>671</sup> FOOT, 2010, p. 26.

<sup>672</sup> BRESLIN, 2010, p. 46 e 51.

abrindo um perigoso espaço para ou aumento de divergências e redução da *resiliência sistêmica*.

Ainda dentro de nossas investigações sobre as *regras e direitos* durante a Conjuntura, veremos a seguir a questão das *mudanças no sistema*.

Assumimos que as *mudanças no sistema* implicariam em alterações quase sempre simultâneas no controle ou governança, ou seja, na *distribuição de poder* e na *hierarquia de prestígio*. Quando tratamos especificamente de *distribuição de poder* e *hierarquia de prestígio*, vimos que: A RPC reduziu o *diferencial de poder*, mas afetou pouco a *distribuição de poder* sistêmica, permanecendo os EUA isoladamente na posição hegemônica; e os EUA sofreram perda internacional de prestígio e desenvolveram uma visão desacoplada da realidade, enquanto a RPC ganhou prestígio. Chamamos a atenção para o perigo sistêmico dessa assimetria de perdas entre *distribuição de poder* e *hierarquia de prestígio*, onde o declínio mais acentuado do segundo poderia criar as condições para o aumento de tensões e mesmo do uso precipitado da força. Apontamos neste parágrafo as condicionantes já tratadas com impacto nas *mudanças no sistema* e passaremos, a exemplo do que fizemos com relação as *alterações relacionais*, a adicionar novas evidências, de forma a refinar o entendimento.

Kissinger defende que dado ordenamento se baseia em dois componentes: um conjunto de regras comumente aceitas e uma balança de poder<sup>673</sup>. Em uma espécie de circularidade lógica, a balança de poder, localizada em dado espaço-tempo, singular portanto, criaria as condições de possibilidade para o estabelecimento das *regras e direitos* e essas, com o tempo, reforçariam ou não o equilíbrio que lhes deu origem. Embora seja necessário reconhecer a circularidade da relação entre balança de poder e *regras e direitos*, julgamos razoável assumirmos, como o faz todo o paradigma realista, que a precedência e primazia é da balança de poder. Razoável também assumirmos que o conjunto de *regras e direitos* funcione predominantemente como a massa de um sistema massa mola, conferindo inércia ao conjunto e reduzindo as oscilações de grandes amplitudes. Das considerações que aqui fizemos a partir de Kissinger, fica claro que as *regras e direitos* tenderiam a ser facilmente negligenciáveis, principalmente se estão funcionando de forma limitadora as realidades de *mudanças no sistema*. Assim, as *mudanças no sistema - hierarquia de prestígio e distribuição*

---

<sup>673</sup> KISSINGER, 2015, p. 16.

de poder -, ainda que favorecessem o próprio *hegemon*, seriam indicadores fortes de enfraquecimento subsequente das *regras e direito*. Allison e Fiori não ficariam surpresos.

Para Allison, as regras de *status quo* já tenderiam a uma natureza precária<sup>674</sup>. Se combinarmos isso com a tese de Fiori de que seria “logicamente impossível que algum *hegemon* possa ou consiga estabilizar”<sup>675</sup> dado sistema, não há como evitar uma perspectiva inicial cautelosa e até pessimista com relação a obediência, principalmente hegemônica, das *regras e direitos*. Dito isso, a *distribuição de poder* que vigorou na Conjuntura foi francamente favorável ao *hegemon*. Mas essa distribuição não foi usada para promover *mudanças no sistema* que visassem aliviar as sérias tensões estruturais que já surgiam mesmo antes do fim da ordem bipolar e que ganharam força no desenrolar dos anos 90, resultando na afirmação de Kissinger de que “as organizações políticas e econômicas do mundo estão em desacordo umas com as outras. O sistema econômico internacional tornou-se global, enquanto a estrutura política do mundo permaneceu baseada no conceito de Estado-Nação”<sup>676</sup>. Também não foi usada para prevenir ou aliviar riscos sistêmicos e outros tantos tipos de tensões difusas<sup>677</sup>; para a manutenção da coesão com aliados históricos<sup>678</sup> e redução das contradições endógenas<sup>679</sup>; e para a criação ou reforço de “mecanismos efetivos para que as grandes potências se consultem e possivelmente cooperem a respeito das questões de maior relevância”<sup>680</sup>. Uma outra tese de Fiori, ligada a que apresentamos no início do parágrafo, indica, paradoxalmente, benefícios aos EUA em eventuais destruições de ordenamentos pretéritos por ele mesmo construído, mas em distintas condições conjunturais.

---

<sup>674</sup> ALLISON, 2020, p. 238. Especificamente sobre as relações entre EUA e RPC, aponta a impossibilidade de manutenção de uma ordem mundial ditada pelos EUA, em função das enormes transformações estruturais da economia mundial (ALLISON, 2020, p. 253).

<sup>675</sup> FIORI, 2008, p. 31.

<sup>676</sup> KISSINGER, 2015, p. 370.

<sup>677</sup> Kissinger aponta as seguintes: crises econômicas, tensões e implosões de ordenamentos regionais, carnificinas sectárias, terrorismo e “guerras terminadas sem uma vitória clara” (KISSINGER, 2015, p. 366). E diz ainda que, embora “cada uma dessas grandes crises tenha tido uma causa diferente, sua característica comum tem sido a de especulações pródigas e uma subestimação sistêmica do risco” (KISSINGER, 2015, p. 371).

<sup>678</sup> KISSINGER, 2015, p. 367.

<sup>679</sup> Para Kissinger, “a ordem internacional se vê, assim, diante de um paradoxo: sua prosperidade depende do sucesso da globalização, mas o processo produz uma reação política que muitas vezes age no sentido contrário ao das suas aspirações” (KISSINGER, 2015, p. 371). E para Fahnbulleh, o capitalismo liberal padeceu de uma crise de credibilidade nos últimos quarenta anos; grandes avanços foram feitos, mas a frustração faz renascer ideias alternativas, como o socialismo e o nacionalismo (FAHNBULLEH, 2020, p. 38 e 39).

<sup>680</sup> KISSINGER, 2015, p. 372.

O enfraquecimento das *regras e direitos* teve o efeito paradoxal de reforçar a posição hegemônica, pelo menos em um primeiro momento. Reforçou positivamente a *distribuição de poder* e negativamente o prestígio; permitiu, por exemplo, que o *hegemon* interferisse em assuntos internos de outras unidades<sup>681</sup>, diretamente ou por meio de representantes, sem impactos imediatos e significativos<sup>682</sup> na *distribuição de poder*. Para Fiori, esse impulso desorganizador tomou corpo desde o início da Conjuntura. Nas palavras do autor:

Mas esse impulso desestabilizador da hiperpotência ficou muito mais visível depois de 1991, quando os Estados Unidos se expandiram e se envolveram cada vez mais em todo o mundo, fazendo intervenções militares, inovando e aumentando sem parar seus arsenais e abandonando, sucessivamente, quase todos os regimes e acordos que haviam defendido nas últimas décadas<sup>683</sup>.

Assim, concluímos que as *mudanças no sistema* durante a Conjuntura não só não reforçaram as *regras de direitos* como ajudaram na corrosão, reduzindo os recursos a disposição do próprio *hegemon* para os ajustes necessários<sup>684</sup>. Mas, ao mesmo tempo e de forma contraditória, essas mesmas *mudanças no sistema* indicaram e reforçaram a posição isolada dos EUA na estrutura de poder do SI.

Tratamos até aqui de dois dos três aspectos que compõe, para Gilpin, a questão das *regras e direitos*, que foram as *alterações de interações ou relacionais* e as *mudanças no sistema*. A seguir, passaremos a combinar o que já concluímos sobre os dois primeiros aspectos a fim de concluirmos sobre o terceiro, as *transformações do sistema*, e, em seguida, sobre o que se deu em termos mais amplos nas *regras e direitos* durante a Conjuntura.

Mesmo com os indicadores relacionais de *diferencial de poder* e prestígio sofrendo alterações, os indicadores sistêmicos de *distribuição de poder e hierarquia de*

---

<sup>681</sup> Para Kissinger, “a atitude dos Estados Unidos tem alternado entre a defesa do sistema westfaliano e o ataque aos seus pressupostos – balança de poder e não interferência nos assuntos domésticos – como imorais ou ultrapassados, e às vezes as duas coisas ao mesmo tempo” (KISSINGER, 2015, p. 15). Para Foot, fica claro o uso de Instituições criadas em uma Conjuntura particular para propagar os valores de outra, como, por exemplo, o Banco Mundial (FOOT, 2010, p. 19 e 20).

<sup>682</sup> FARRELL e NEWMAN, 2020, p. 70 e 79, TAVARES, 1997, p. 28 e ZAKARIA, 2020, p. 63.

<sup>683</sup> FIORI, 2004, p. 15.

<sup>684</sup> Kissinger, preocupado com as respostas regionais a algum grau de desorganização global, antecipa sérios riscos em situações de pouca resiliência. Em suas palavras, “o triunfo de um movimento radical pode vir a trazer ordem para uma região enquanto prepara o cenário para uma convulsão no interior e entre todas as outras” (KISSINGER, 2015, p. 373).



*prestígio* variaram pouco, o que trouxe sério risco sistêmico para a Conjuntura. As *alterações relacionais* sofreram degeneração a partir da atuação supremacista e catequética do *hegemon*, isso em uma Conjuntura altamente dependente de sua capacidade de ordenamento. Em consonância com esse quadro mais amplo, as relações entre EUA e RPC também evoluíram de forma crescentemente tensa. As *mudanças no sistema* corroeram as *regras e direitos*, contribuindo para a redução da *resiliência sistêmica* ao mesmo tempo que reforçaram a posição isolada dos EUA na estrutura. Assim, as *transformações relacionais* e as *mudanças no sistema* enfraqueceram as *regras e direitos* ao mesmo tempo em que fortaleceram a posição hegemônica, de forma muito semelhante ao que Fiori constatou em suas pesquisas sobre a “crise da década de 1970”<sup>685</sup>. Mas não tivemos *transformações do sistema*, que implicariam na mudança da composição dos atores e entidades em condições de influir decisivamente no SI. Concluímos, portanto, a partir da combinação das avaliações subjetivas que fizemos das *alterações relacionais*, *mudanças no sistema* e *transformações do sistema* que a Conjuntura presenciou uma séria degradação das *regras e direitos*, sem prejuízo condenatório da posição hegemônica.

#### **3.1.3.4 Distribuição de poder, hierarquia de prestígio e regras e direitos**

A governança do SI é função de três características, *distribuição de poder*, *hierarquia de prestígio*, e *regras e direitos*. Tratamos em separado cada uma das características e agora passaremos a integrar o que a pesquisa apurou.

Vimos que, de forma impressionante e no curto espaço temporal da Conjuntura, a RPC reduziu o *diferencial de poder*, indicador relacional, afetando pouco a *distribuição de poder*, que é um indicador sistêmico. A *distribuição de poder* manteve os EUA isolado na liderança e permitiu ações hegemônicas desestabilizadoras. Em termos de prestígio, vimos que as duas unidades tiveram alterações; os EUA com redução e a RPC passando a condição de ator do primeiro grupo mundial. A *hierarquia de prestígio* global se alterou, sem que a liderança dos EUA fosse comprometida. Assim, os indicadores relacionais de *diferencial de poder* e prestígio sofreram alterações significativas, mas os indicadores estruturais atrelados, de *distribuição de poder* e *hierarquia de prestígio*, variaram pouco, com a alteração na

---

<sup>685</sup> FIORI, 2008, p. 17.

*distribuição de poder* muito menor do que a alteração na *hierarquia de prestígio*, comprometendo a *resiliência sistêmica*.

As *alterações relacionais* sofreram degeneração a partir da atuação supremacista, catequética e intervencionista do *hegemon*, degradando também as relações entre EUA e RPC. Isso em um SI altamente dependente da capacidade de ordenamento hegemônica. As *transformações relacionais* e as *mudanças no sistema* enfraqueceram as *regras e direitos* ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, fortaleceram a posição hegemônica. Em que pese a redução do *diferencial de poder* em favor da RPC, precisamos considerar que a sua postura com relação a estrutura sistêmica foi *conservadora*. Assim, não constatamos mudança da composição dos atores e entidades em condições de influir decisivamente no SI, as *transformações do sistema*, encerrando-se a Conjuntura com os EUA, ainda que degradado em termos de prestígio e avisado de seus limites, na posição destacada do início da década de 1990. Ou seja, as *alterações relacionais*, *mudanças no sistema* e *transformações do sistema* que a Conjuntura presenciou indicaram uma séria degradação das *regras e direitos*, sem comprometimento decisivo da posição hegemônica.

A alteração na *distribuição de poder* foi muito menor do que a alteração na *hierarquia de prestígio*; a isso, somou-se a degradação das *regras e direitos*. A Conjuntura se encerrou com o *hegemon* isolado na *distribuição de poder*, declinante em termos de prestígio e com corrosão da governança e da *resiliência sistêmica* ao mesmo tempo em que ressurgia a RPC. Essa composição indicou uma propensão alta ao recurso continuado da força<sup>686</sup>, com consideráveis riscos sistêmicos.

Veremos, a seguir, como se transformaram ao longo da Conjuntura a estrutura do SI, os níveis de violência e se tivemos ou não a tendência a transições.

---

<sup>686</sup> Essa propensão a um estado de “guerra infinita”, em sua fase amadurecida, foi apontada por Fiori (Org) no epílogo da obra *Sobre a Guerra*, quando interpreta o conteúdo da nova Estratégia de Segurança Nacional dos EUA, declarada em 2017. Segundo o autor, “Os EUA, portanto, abrem mão da ideia de uma hegemonia ética e cultural universal e optam pelo uso da força e das armas, se necessário, para impor seus interesses em todos os tabuleiros geopolíticos e geoeconômicos do mundo. Mesmo que seja através da mudança de governos e regimes que sejam considerados uma ameaça política ou econômica aos interesses norte-americanos” (FIORI, 2018, p. 399). Notemos que o apresentado por Fiori inverte a tendência supremacista e catequética que dominou a Conjuntura pesquisada, sem renunciar ao caráter intervencionista.

### 3.1.4 Estrutura típica, tipos e níveis de violência na transição e transição provável

Vimos no capítulo 2 que seria possível avaliar a tendência de transição estrutural em curso a partir da consideração de aspectos observáveis manifestos ao longo da Conjuntura. A redução do *diferencial de poder*, lenta ou abrupta, sincrônica ou não com alterações na *hierarquia de prestígio*, implicaria, caso a tendência não se revertesse, em transição do SI pós Guerra Fria para bipolar, tripolar ou multipolar. As posturas das duas principais unidades em relação ao *diferencial de poder* e a *estrutura sistêmica* também afetariam a tendência, sendo o cenário mais complicado quando o *hegemon* tivesse uma postura *revisionista* e a unidade em ascensão uma postura ou *progressista* ou *revisionista*. As guerras e crises da Conjuntura seriam bons indicadores de avaliação do tipo provável de transição em curso (unipolar-bipolar; unipolar-tripolar; e unipolar-multipolar). Julgamos oportuno salientar que a avaliação das tendências é circunscrita a Conjuntura considerada e, talvez, aos limites mais baixo da conjuntura seguinte; alterações ou inversões de tendências presentes em dada conjuntura não são raras de acontecer em períodos posteriores.

Na transição estrutural de unipolar-bipolar (U-B), o *hegemon* tenderia ao revisionismo e franco enfrentamento ao ascendente; a unidade em ascensão apresentaria uma postura *progressista* ou *revisionista*; sérias e delicadas crises da disputa bipolar estariam em formação; seria possível observar a redução das *guerras da hegemonia*, da arbitragem de disputas e das *guerras triviais* para concentrar esforços no confronto hegemônico.

Na transição estrutural unipolar-tripolar (U-T), teríamos um *hegemon* em postura *progressista* e cautelosa, em triangulações com opositores *progressistas* ou *revisionistas*, e buscando eludir crises e riscos; observaríamos redução de *guerras da hegemonia* e das *triviais*.

E na transição estrutural unipolar-multipolar (U-M), teríamos frequentes e difusos surtos de violência, mas desprovidos de consequências estruturais; um *hegemon conservador* e manipulativo, em oposição a *revisionistas* e *progressistas*, em jogos de medição de força e equilíbrio de poder; observaríamos *guerras da hegemonia* e *triviais*, com limitadas intensidade e consequências. E seria esperado que, nas três transições consideradas, a percepção do *hegemon* e do *ascendente* condicionassem a realidade para além do que ela seria *per si*.

A exemplo do que já fizemos antes, relembremos o já apurado na pesquisa para, em seguida, adicionamos evidências que depurem as nossas considerações prévias sobre a tendência de transição estrutural que se manifestou na Conjuntura.

Nossa pesquisa já nos apontou que o *diferencial de poder* entre os EUA e a RPC se reduziu, passando de alto para médio; que os dois atores, EUA e RPC, manifestaram, respectivamente, as atitudes *revisionista* e *progressista* diante do *diferencial de poder*. No que diz respeito a *estrutura sistêmica*, os EUA se posicionaram de forma *revisionista* e a RPC com uma postura dual, *progressista* regionalmente e *conservadora* globalmente. Três *guerras da hegemonia*, de baixos níveis de violência, dominaram a Conjuntura, com o *hegemon* demonstrando competência e persistência no uso do recurso da força, mas percebendo cada vez mais os limites do recurso. Quatro crises foram consideradas em nossa pesquisa, uma política e três econômicas. A primeira, a Terceira do Estreito de Taiwan, *imediate* e *acidental*, desencadeou instabilidades políticas regionais e despertou a preocupação da RPC com a sua imagem. As três seguintes, continuadas, de natureza econômica e avaliadas como Conjunturais, foram criadas a partir da atuação hegemônica negligente no funcionamento da economia mundial.

Quando comparamos a síntese contida no parágrafo acima com o tipificado a partir de Gilpin, vemos que a inclinação conjuntural mais provável é para a transição U-B<sup>687</sup>. Mas a correspondência entre o tipificado e o apurado não é total; há nuances a serem consideradas. O *hegemon* tendeu ao *revisionismo*, mas sem um franco enfrentamento ao ascendente; ao longo da Conjuntura, o que predominou foi a interferência hegemônica em teatros regionais distintos do domicílio do ascendente. A RPC apresentou uma postura *progressista* regionalmente, mas *conservadora* globalmente, sugerindo uma tendência a instabilidade regional maior do que a tendência de instabilidade estrutural. Das quatro crises do período, só a primeira envolveu diretamente o par *hegemon*-ascendente, sendo as outras três consequências do ordenamento econômico global imposto unilateralmente pelo *hegemon*. As *guerras da hegemonia* não se reduziram em detrimento da disputa hegemônica;

---

<sup>687</sup> Kissinger sustenta que queda da URSS promoveu um desmoronamento do curto equilíbrio triangular entre CHI-EUA-URSS, contribuindo para a crescente divergência entre CHI e EUA (KISSINGER, 2011, p. 411). Zakaria antecipa que uma disputa bipolar entre EUA e a RPC seria mais longa e cara do que a que envolveu os EUA e a então URSS (ZAKARIA, 2020, p. 53). Na mesma linha que Zakaria, Ikenberry diz que “enquanto a União Soviética rivalizava com os Estados Unidos apenas militarmente, a China está emergido como um rival militar e econômico – anunciando uma mudança profunda na distribuição de poder” (IKENBERRY, 2010, p. 66).

na verdade, elas dominaram a Conjuntura e apontaram limites aos resultados do uso da força. De fato, ao final da Conjuntura, o *hegemon* começou a questionar o seu envolvimento nos teatros periféricos da Ásia Central e Oriente Médio e sinalizou maior atenção ao enfrentamento hegemônico. Essa correspondência parcial pode indicar uma mudança de tendência na Conjuntura seguinte, de U-B para, por exemplo, U-T ou U-M. Adicionaremos a seguir algumas reflexões de Fiori que contribuirão para enriquecer a avaliação da tendência de transição.

Em 2008, quase ao término da Conjuntura e no ano da crise econômica que, *a priori*, deveria anunciar uma séria crise hegemônica<sup>688</sup>, Fiori sustentou que:

Por fim, no plano das ‘longas durações’, históricas, onde tudo se transforma de maneira mais lenta, as derrotas militares americanas e a expansão chinesa não significam, necessariamente, uma crise final do poder americano. Pelo contrário, do nosso ponto de vista, elas fazem parte de uma grande transformação expansiva do sistema mundial, que começou na década de 1970 e se prolonga até hoje, associada, em grande medida, à expansão contínua e vitoriosa do próprio poder americano neste período. Sem distinguir estes planos e os diferentes tempos, pode-se confundir, com facilidade, o fim de um ciclo normal da economia capitalista com uma crise estrutural ou terminal do próprio capitalismo. Ou mesmo confundir o impasse militar dos Estados Unidos no Iraque, ou sua derrota no Vietnã, com a perda de sua supremacia política e militar no mundo [...] Por isto, pode-se falar de um ‘declínio relativo’ do poder americano com relação à China, como já se falou do declínio do poder econômico americano com relação ao Japão e à Alemanha na década de 1970. Mas esse declínio relativo dos Estados Unidos não significa – necessariamente – um ‘colapso’ do seu poder econômico e de sua supremacia mundial<sup>689</sup>.

Do referenciado acima, vimos que ainda que sejamos capazes de inferir uma tendência de alteração estrutural na Conjuntura, essa tendência não foi suficiente para desbancar o *hegemon*. Ou seja, a tendência a transição não se efetivou completamente, o que caracterizou uma imposição da percepção dos EUA sobre a realidade concreta<sup>690</sup>. Essa percepção dos EUA culminou com a pretensão de reorientar as preocupações estratégicas do Oriente Médio e Ásia Central para o Leste e Sul da Ásia. E a contribuição de Fiori não para nessa perspectiva mais sóbria das consequências da redução de *diferencial de poder* em

---

<sup>688</sup> BRESLIN, 2010, p. 57.

<sup>689</sup> FIORI, 2008, p. 20 e 21. Joffe concordaria com Fiori ao sustentar que os outros países não teriam a liberdade de errar que os EUA dispõem (JOFFE, 2015, p. 216), o que, a partir de seu tamanho, peso e capacidade retaliatória, lhes garantiriam a condição de *existencial deterrence* (JOFFE, 2015, p. 217).

<sup>690</sup> JOFFE, 2015, p. xiv e ZAKARIA, 2020, p. 52.

prejuízo dos EUA. Na mesma obra e um pouco mais a frente o autor indica uma tendência estrutural mais oculta na Conjuntura pesquisada. Para ele:

Por isso, pode-se dizer – apesar do aparente paradoxo – que a estratégia imperial americana dos anos 1970 teve um papel decisivo na transformação de longo prazo da geopolítica mundial, ao trazer de volta a Rússia e a Alemanha e ao fortalecer a China, a Índia e quase todos os principais concorrentes dos Estados Unidos neste início de século. Ao mesmo tempo, pode-se dizer que, do ponto de vista do curto prazo, que a liderança dos Estados Unidos, depois de 2003, deu visibilidade ou abriu as portas para que essas novas e velhas potências regionais passassem a atuar de forma mais ‘desembaraçada’ na defesa dos seus interesses nacionais e na reivindicação de suas ‘zonas de influência’<sup>691</sup>.

Os desdobramentos da Conjuntura pesquisada, com as nuances que já apresentamos, indica a tendência de transição U-B. Essa transição U-B foi mais aparente do que as tendências indicadas por Fiori na citação acima, que parecem apontar para uma transição U-M<sup>692</sup> ou mesmo U-T em uma perspectiva temporal mais alongada. Essa diferença entre o que constatamos e as projeções mais alongadas de Fiori não só não se contradizem como indicam o grau de complexidade e a velocidade com que grandes mudanças podem acontecer. E a tendência apontada por nós para a Conjuntura, além da combinação com as camadas retiradas das reflexões de Fiori, estaria exposta a inércia estrutural do interesse de algumas das demais unidades<sup>693</sup>. Assim, teríamos duas ou três tendências de transição atuando em conjunto e em distintas camadas e intensidades; na camada mais aparente, a tendência U-B e nas camadas mais ocultas as tendências U-M e U-T. As considerações dos últimos parágrafos, a partir das reflexões conjunturais e estruturais de Fiori, não alteram a tendência que já anunciamos para a Conjuntura, mas adicionam complexidade ao quadro de transição e apontam possibilidades que só ficarão claras em uma análise da conjuntura que

---

<sup>691</sup> FIORI, 2008, p. 37.

<sup>692</sup> As reflexões de Fiori consideram o efeito agregado da combinação de todas as fontes do poder dos EUA. Para Kissinger, “pode ser que a proliferação de armas leve à formação de sistemas de alianças comparáveis, em sua rigidez, àquelas que conduziram à Primeira Guerra Mundial, ainda que as superando amplamente em termos de abrangência global e poder destrutivo” (KISSINGER, 2015, p. 341). Eichengreen, preocupado apenas com a questão da dominância financeira dos EUA, sustenta que o mundo caminha para uma multipolaridade, enfraquecendo o USD e, conseqüentemente, o hard power americano (EICHENGREEN, 2010, p. 174). E Joffe indica que a ordem que surge no século XXI tornou o poder mais difuso (JOFFE, 2015, p. 246), ao mesmo tempo em que denunciou a incapacidade de atores secundários, ainda que do núcleo do SI, de agirem sem a tutela prática dos EUA (JOFFE, 2015, p. 251).

<sup>693</sup> Ikenberry nos diz que “Transições de poder são tipicamente retratadas como protagonizadas por duas potências, uma ascendente e uma em declínio, com a ordem cedendo assim que a balança muda. Mas, na ordem atual, a agregação de países democráticos e capitalistas – e a resultante acumulação de poder – inclina a balança em favor da ordem vigente” (IKENBERRY, 2010, p.71).

se segue a que é objeto desta pesquisa. Vejamos uma síntese da nossa avaliação da tendência de transição estrutural manifesta na Conjuntura.

Então, a tendência de transição estrutural em curso na Conjuntura foi a U-B, com consideráveis diferenças da transição típica derivada de Gilpin. Essa tendência implicou em aumento considerável da instabilidade no Leste e Sul da Ásia, mas manteve a ampla liberdade de ação hegemônica no plano global. E a tendência manifesta U-B foi reforçada pela percepção dos EUA, que coabitou e foi influenciada pelas tendências U-M e U-T, que estavam ocultas, com maturação possível em espaços temporais externos ao considerado na pesquisa.

Veremos, a seguir, se foi possível ou não observarmos na Conjuntura indícios de transição hegemônica declinante.

### **3.1.5 Transição declinante**

Vimos no capítulo 2 que seria possível avaliar dada conjuntura como expansiva, estável ou declinante; e o tipo de conjuntura seria indicador da transição em curso. Gilpin nos ofereceu aspectos observáveis de interesse a serem considerados, agrupados em dois grandes campos, o da *economia hegemônica* e o do *deslocamento do centro*, que trataremos, respectivamente, nos subitens 3.1.5.1 e 3.1.5.2. No subitem 3.1.5.3 apresentaremos uma síntese e a nossa avaliação da Conjuntura. Começaremos pela questão da *economia hegemônica*.

#### **3.1.5.1 Economia hegemônica**

Sabemos que a base do poder hegemônico seria uma economia expansiva, que equilibraria as *demandas conflitantes* de proteção, investimento e consumo. Essa expansão econômica enfrentaria a dinâmica de retornos decrescentes, tendendo a uma crise fiscal no *hegemon* e ao surgimento de movimentos sociais conservadores nas inversões para conjunturas declinantes. Enquanto isso, a unidade *revisionista* estaria em fase de acumulação, se valendo dos benefícios do desenvolvimento tardio e da baixa contribuição para sustentar o ordenamento no qual ela estaria ascendendo. Sabemos também que a

redução da capacidade de sustentar e se beneficiar de dado ordenamento seria o resultado da combinação dos desproporcionais e *crescentes custos hegemônicos* e da perda da *liderança econômica e tecnológica*. Os fenômenos de *free-rider* e da teoria dos bens públicos imporiam custos desproporcionais ao *hegemon*, na medida em que aumentassem as unidades possíveis de serem arrastadas para a contestação. A *difusão tecnológica* tenderia a reduzir o *diferencial de poder* em favor das unidades em ascensão, imprimindo custos desproporcionais e crescentes de pesquisa e desenvolvimento ao *hegemon*, cada vez mais dependente de expansão econômica e mudanças de paradigma tecnológico.

Quando investigamos o aspecto econômico do *diferencial de poder*, vimos que a RPC aumentou o seu PIB e a participação na economia mundial de forma impressionante, sem esbarrar nas restrições frequentes em países com altas taxas de crescimento e acumulando crescentes reservas em USD. Esse acúmulo de enormes reservas em USD fez da RPC o maior credor da dívida americana em 2008<sup>694</sup>. Os EUA tiveram crescimento econômico consistente, considerável e com pequena redução na participação da economia mundial; na Conjuntura, o crescimento da participação da economia da RPC na economia global foi da ordem de 760%, enquanto os EUA tiveram sua participação reduzida em apenas 14%. Já no crescimento *per capita* da economia, ajustado pelo PPC, vimos que o avanço da RPC continuou elevado, mas em proporção menor do que o crescimento do PIB. E, no que diz respeito ao *diferencial de poder* econômico que continuou alto, foram os EUA que abriram distância. Conseguiram explorar bem sua condição pois: continuaram a financiar seus déficits com superávits e reservas de outras unidades, inclusive com a *acumulação revisionista* da RPC, a taxas arbitradas por eles mesmo; criaram uma arma financeira exclusiva; e fortaleceram internacionalmente a sua moeda, mesmo quando foram o epicentro de duas sérias crises, a *dot.com* e a de 2008. Na medida em que se aproximava o final da Conjuntura, os EUA estavam sem rivais no que diz respeito ao *diferencial de poder* econômico. Assim, vimos que, em que pese o considerável crescimento da RPC, o *diferencial de poder* econômico em favor dos EUA permaneceu alto, a mesma situação que observamos no que diz respeito a capacidade de *arrasto*. Ou seja, não houve comprometimento da liderança econômica e do *arrasto* dos EUA.

---

<sup>694</sup> KISSINGER, 2011, p. 461.



Vimos que o *diferencial de poder* tecnológico entre os EUA e a RPC transitou de alto para médio. Essa redução se deu por uma sofisticada combinação, por parte da RPC, de: tentativas e erros; planejamento estratégico; vigor burocrático; criação de massa crítica qualificada; atração de investimentos externos; proteção de mercado; e maciços investimentos e subsídios estatais. A combinação explorou bem a ideia de *vantagem dos atrasados* e criou um ecossistema que ganhou vida própria, reduzindo o *diferencial de poder* e fazendo com que a RPC transitasse, no que diz respeito a tecnologia, do subdesenvolvimento para a condição de ator do núcleo do SI no curto espaço da Conjuntura. Assim, embora tenhamos tido na Conjuntura uma redução do *diferencial de poder* tecnológico, os EUA ainda mantiveram a liderança.

Tendo revisto o que a nossa pesquisa já apontou, e que já nos permitiu algumas conclusões preliminares sobre a questão da perda de liderança econômica e tecnológica, passaremos a tratar de outras considerações e evidências que possam enriquecer a nossa avaliação sobre as *demandas conflitantes* e os *crescentes custos hegemônicos*. E começaremos pelas reflexões de Niall Ferguson<sup>695</sup> sobre o fenômeno por ele denominado de *a grande degeneração*, que acreditamos nos oferecer uma visão mais ampla do que se passou no ocidente e que teria criado condições de permissividade para disfuncionalidades no equilíbrio das *demandas conflitantes* no ocidente em geral e em particular nos EUA.

A preocupação de Ferguson consiste em explicar o que estaria se passado com os países do ocidente<sup>696</sup>, ou desenvolvidos, em uma moldura temporal um pouco mais alongada do que a Conjuntura, mas cujas consequências estavam amadurecidas no período de 1991-2012. O autor afirma que “o ocidente está estagnado, e não só em termos econômicos”<sup>697</sup>. Sustenta que o argumento de matriz econômica e de moldura de tempo conjuntural, que atribui os problemas do ocidente ao doloroso e cíclico processo de redução do consumo e do endividamento das famílias, ou desalavancagem, seria, sozinho, incapaz de explicar o que se

---

<sup>695</sup> Na obra “A grande degeneração: a decadência do mundo ocidental”, de 2012.

<sup>696</sup> Não há, por parte do autor, uma grande preocupação em definir claramente quem seriam os componentes desse grupo e que parâmetros justificariam o enquadramento individual. Assumiremos que seriam os países com modelos políticos democráticos e economias de variações liberais. Sabemos que são enormes dificuldades de conceituar os termos “democracia” e “economias liberais”, e em seguida enquadrar individualmente cada país. Por isso, iremos assumir que o grupo denominado por Ferguson *como ocidente* equivale, em termos muito gerais, ao grupo dos países ditos desenvolvidos.

<sup>697</sup> FERGUSON, 2013, p. 9.

passa<sup>698</sup>. Para ele, forças sociais e endógenas mais profundas, que não se tornam explícitas nos debates políticos polarizados entre liberais e conservadores, comandariam a dinâmica<sup>699</sup>. Essas forças, presentes no ocidente em geral e nos EUA em particular, encaminhariam as *demandas conflitantes* para a disfuncionalidade.

Usando fragmentos do pensamento econômico clássico de Adam Smith, Ferguson caracteriza o estado atual dos países desenvolvidos como estacionário<sup>700</sup>, com sérias e maléficas consequências sociais. E esse estado estacionário, que teria sido percebido por Smith na China de seu tempo, é consequência direta de um conjunto de leis e instituições<sup>701</sup>. O estado estacionário seria aferido por indicadores econômicos, mas as suas derivações sociais seriam muito mais sérias e complexas, impedindo as condições para o equilíbrio funcional das *demandas conflitantes*. Por exemplo, a crise de 2008 seria somente o sintoma mais marcante, econômico e conjuntural, de um fenômeno mais amplo e sistêmico, que o autor denomina a *grande degeneração*<sup>702</sup>, de matriz institucional.

E as quatro forças institucionais, denominadas por Ferguson como “as quatro caixas pretas”<sup>703</sup>, responsáveis pelo estado estacionário seriam: “*democracia*”; “*capitalismo*”; “*estado de direito*”; e “*sociedade civil*”<sup>704</sup>. De sua perspectiva, “um motivo pelo qual o argumento institucional é tão convincente é que ele também parece oferecer uma boa explicação para o fracasso da maioria dos países não ocidentais em alcançar um crescimento econômico sustentável até o fim do século XX”<sup>705</sup>.

---

<sup>698</sup> FERGUSON, 2013, p. 11 e 12.

<sup>699</sup> FERGUSON, 2013, p. 11.

<sup>700</sup> Referindo-se a Adam Smith, caracteriza o Estado estacionário como sendo “a condição de um país rico que parou de crescer”. Defende que no estado estacionário, bem como no estado decadente – em que a economia sistematicamente encolhe –, uma dinâmica social negativa se estabelece, independentemente do nível de riqueza que o país possui (FERGUSON, 2013, p. 14), sendo para ele, portanto, um fenômeno exclusivamente endógeno.

<sup>701</sup> O autor não define o que considera como “instituições”. Assumiremos, para os efeitos da presente pesquisa, que instituições são constituídas pelas regras, formais ou não formais, excluídas as leis, e as organizações responsáveis pelo funcionamento de determinado país.

<sup>702</sup> FERGUSON, 2013, p. 15.

<sup>703</sup> FERGUSON, 2013, p. 15.

<sup>704</sup> FERGUSON, 2013, p. 15, grifo nosso. Poderíamos adicionar ao argumento predominantemente endógeno de Ferguson a primeira das três linhas de falha que, para Rajan, ameaçam a economia mundial, as tensões políticas internas (as outras duas seriam os desequilíbrios comerciais e as interações de diferentes sistemas econômicos) (RAJAN, 2012, p. 30).

<sup>705</sup> FERGUSON, 2013, p. 15. Convincente sim, aderente a realidade é uma outra história. Os países que se desenvolveram na segunda metade do século XX, particularmente China e Índia, não podem ser considerados modelos de instituições funcionais, considerando os padrões do grupo dos *desenvolvidos*. Outro caso de

Sobre a *democracia* ocidental, Ferguson defende seus benefícios *vis-à-vis* governos autoritários e de partido único<sup>706</sup>. Sustenta que a sua adoção funcional, ainda que repleta de imperfeições, inicialmente pela Inglaterra em 1688, e depois pelos demais países do grupo dos desenvolvidos, criou as condições para que cada Estado se tornasse um agente econômico mais confiável e menos errático. Essa confiança permitiu o levantamento, e posterior pagamento, de dívidas em escala inimagináveis para o período. E são essas dívidas que irão alavancar os membros do grupo<sup>707</sup>. Mas essa mesma confiança financeira, adquirida pelos Estados desenvolvidos por meio da pressão democrática, carregou uma semente de disfuncionalidade. Ela permitiu, e infelizmente até incentivou, que os agentes políticos de dado momento criassem dívidas que seriam eleitoralmente vantajosas, a serem pagas pela geração seguinte<sup>708</sup>. Para Ferguson, o pacto entre gerações não é promissor e “o sistema atual é, para dizer às claras, fraudulento”<sup>709</sup>, impondo disfuncionalidade no equilíbrio entre proteção, investimento e consumo.

Na organização interna das economias – a que Ferguson se refere como *capitalismo* –, a crença de que a ausência, ou a redução, de regulamentações tem criado as condições de crises cíclicas e de deterioração dos padrões de vida é a dominante<sup>710</sup>. O corolário dessa crença é o seguinte: mais regulamentação. Alguns problemas são apontados pelo autor sobre os riscos de se aumentar a regulamentação. Um desses problemas é o da

---

desenvolvimento, dessa vez na segunda metade do século XIX, completamente alheio as instituições ocidentais é o Japão. O Japão emulou as técnicas de produção e adotou, em um primeiro momento, as instituições ocidentais, mas é difícil sustentar que o Japão pré-1945 tenha sido um país institucionalmente ocidentalizado. E temos o caso contrário, onde a adoção de instituições nos modelos ocidentais não levou o país para as altas taxas de crescimento ou funcionalidade política e econômica; os exemplos mais marcantes seria, respectivamente, Uruguai e a Rússia pós-soviética. Claro que Ferguson poderia, com efeito, argumentar que apresentamos exceções que não desqualificariam o seu argumento da existência de uma tendência geral e institucional.

<sup>706</sup> FERGUSON, 2013, p. 36. Sabemos que o argumento do autor é comparativo e entre países autoritários e democráticos do núcleo do SI, o que reduz muito o alcance da comparação. Julgamos oportuno salientar que o autor não trata dos casos em que o argumento institucional é falho, como, por exemplo, nos casos de diferentes civilizações que tentaram emular o modelo democrático-liberal em curta moldura temporal. Citamos o caso da Rússia, que, após a queda do regime soviético, tentou adotar instituições ocidentais sem os resultados esperados. Outros dois exemplos onde o argumento institucional apresentou resultados altamente duvidosos foram Iraque e Afeganistão após as intervenções dos EUA. Nos casos referidos na frase anterior, a questão é até anterior ao funcionamento ou não de instituições ocidentais; é se elas seriam ou não universalizáveis.

<sup>707</sup> FERGUSON, 2013, p. 35.

<sup>708</sup> FERGUSON, 2013, p. 37.

<sup>709</sup> FERGUSON, 2013, p. 41.

<sup>710</sup> FERGUSON, 2013, p. 43. Aqui o autor desenvolve um interessante argumento. Diz que não existem mercados desregulamentados. Os mercados são, desde sempre, regulamentados. A questão que realmente interessa é o tipo de regulamentação que seria ou não favorável.

“lei das consequências imprevistas”<sup>711</sup>. Por essa lei, não importa o quão “bem-intencionadas” sejam as ações, e aqui, no nosso caso, as regulamentações, elas terão consequências imprevistas. E quanto mais complexas as regulamentações, maiores seriam as chances de desdobramentos não antecipados e indesejáveis, complicando ainda mais as soluções antecipadas para os problemas das demandas conflitantes e, secundariamente, dos custos hegemônicos.

As transformações, ao longo do tempo, também não foram somente positivas para o *estado de direito*. O *estado de direito* dos países desenvolvidos estaria, na perspectiva de Ferguson, sob quatro singulares e combináveis ameaças. As ameaças seriam: corrosão das liberdades individuais; aumento da influência da perspectiva de *civil law* sobre a *common law*<sup>712</sup>; complexidade das leis; e o elevado custo de acesso e utilização do sistema judiciário<sup>713</sup>. Essas ameaças se comporiam com um aparato judiciário cada vez mais burocratizado, no sentido disfuncional do termo, e esclerótico. E esse aparato judiciário viria adquirindo maior capacidade de representação de seus interesses, que com frequência são diferentes do interesse coletivo, junto aos poderes políticos<sup>714</sup>. Ou seja, o *estado de direito* também complicou a funcionalidade do equilíbrio das demandas conflitantes.

E chegamos à última *caixa preta* do argumento de Ferguson, a *sociedade civil*. Para o autor, uma crescente incapacidade de se conectar verdadeiramente e de se organizar para enfrentar as questões coletivas vem se instalando nos países desenvolvidos desde a década de 1980<sup>715</sup>. Explicações alternativas para essa desarticulação social são apresentadas, mas Ferguson escolhe a que se baseia nas previsões de Tocqueville<sup>716</sup>. De acordo com essa perspectiva, foi o gigantismo do Estado, “com a sua promessa de segurança do ‘berço ao túmulo’”<sup>717</sup> que teria incentivado a apatia dos indivíduos e o consequente abandono das

---

<sup>711</sup> FERGUSON, 2013, p. 49.

<sup>712</sup> No seu texto, Ferguson explica a diferença entre os dois sistemas. O primeiro, de origem francesa, mais vinculado ao cumprimento das leis codificadas. O segundo, de origem inglesa, com maior liberdade de interpretação dos juízes, com possibilidades de incorporação não só de tradições não escritas como também mais ágeis alterações do sistema, decorrentes de mudanças nos padrões sociológicos.

<sup>713</sup> FERGUSON, 2013, p. 77.

<sup>714</sup> FERGUSON, 2013, p. 85.

<sup>715</sup> FERGUSON, 2013, p. 96.

<sup>716</sup> FERGUSON, 2013, p. 95.

<sup>717</sup> FERGUSON, 2013, p. 96.

causas e envolvimento coletivos. Apatia e abandono de causas coletivas também degradariam as chances de um equilíbrio saudável das demandas conflitantes.

A composição das forças sociais endógenas, institucionais e estruturais<sup>718</sup> consideradas por Ferguson da *democracia, capitalismo, estado de direito e sociedade* estão por trás do fenômeno chamado de a *grande degeneração*, que não é nem necessário nem irreversível. Isoladamente, cada uma dessas quatro forças sociais imprimiu tensões internas e complicou a formação de consenso político. Essa composição deu espaço para o surgimento de forças políticas conservadoras, antecipadas nas reflexões de Gilpin, que apareceram discretamente no início da Conjuntura, orientando a Guerra do Golfo, submergindo em seguida para reaparecer com mais vigor após o atentado as torres gêmeas<sup>719</sup>. Assim, elas tornaram o esforço hegemônico de equilíbrio das demandas conflitantes complexo e disfuncional.

As considerações apresentadas acima por Ferguson reforçariam a predição de uma crise fiscal hegemônica antecipada por Gilpin em situações de Conjuntura declinante, onde seria necessário compensar, ou pelo menos atenuar, os crescentes custos decorrentes do equilíbrio das demandas conflitantes de proteção, investimento e consumo. Uma crise fiscal teria deixado pistas no comportamento da relação dívida-PIB, nas flutuações das taxas de juros, índices de preços e na estabilidade cambial do USD. O esperado seria um considerável aumento na relação dívida-PIB, acompanhado de uma elevação consistente no par índices de preços / taxas de juros e uma fuga internacional do USD. Vejamos então o que aconteceu.

Considerando os dados do BM<sup>720</sup> apresentados no gráfico 1<sup>721</sup>, observamos o seguinte comportamento da relação dívida-PIB: em 1990, era de 40,9%; em 1993, apresentou

---

<sup>718</sup> Usamos o termo “estrutural” para nos referirmos a organização social e não ao SI.

<sup>719</sup> ZAKARIA, 2008, p. 138 e 237. Submergiram novamente, mas irão reaparecer com mais vigor na Conjuntura seguinte, ao final da segunda década do século, representando considerável ameaça ao sistema democrático americano.

<sup>720</sup> Acesso em 18/07/2022 e no link: <https://data.worldbank.org/indicador/GC.DOD.TOTL.GD.ZS?locations=US>.

<sup>721</sup> O gráfico 1 é o primeiro de uma série de gráficos, tabelas e imagens que utilizaremos ao longo da pesquisa com a destinação de apresentar dados amplos e agregados. A agregação de dados em macro indicadores de séries temporais alongadas pode ocultar, e com frequência assim o faz, uma variedade de sutilezas e nuances de alta pertinência para os debates específicos de cada área de conhecimento. Como o interesse da nossa pesquisa é a compreensão de uma conjuntura mundial de aproximadamente duas décadas de duração, precisamos escapar dos dados e debates mais detalhados e buscar indicadores mais amplos, aceitando as imprecisões intrínsecas em troca de perspectivas mais amplas e sistêmicas.

uma ligeira alta, atingindo 48,2%, coincidindo com a Guerra do Golfo (1990-1991), mas iniciando uma tendência de declínio, até 2001; em 2001, a relação era de 15,2%; em 2002, já iniciada a guerra ao terror e após a crise *dot.com*, sobre abruptamente para 53,9%, permanecendo com pequena variação até 2007, quando era de 55,7%; de 2008 até 2012, no período posterior a crise de 2008, salta de 63,8% para 93,8%<sup>722</sup>. Para Joffe, o salto da dívida pública dos EUA observado a partir de 2008 se deveu aos incentivos monetários para reduzir os efeitos da crise dos *subprime* e ao atendimento de despesas sociais<sup>723</sup>. A observação do gráfico 1 deixa claro que a Conjuntura observou dois períodos de relativa estabilidade na relação dívida-PIB, 1991-1998 e 2002-2007, e dois períodos de considerável oscilação, 1998-2001 (redução) e 2008-2012 (aumento). Se considerarmos o início e término da Conjuntura, fica claro um considerável aumento da relação dívida-PIB, saindo de 48,2% e indo para 93,8%, indicador provável de crise fiscal. Mas esse aumento não constitui um indicador necessário, uma vez que a dívida poderia, em tese, ser paga.

---

<sup>722</sup> JOFFE, 2015, p. 101.

<sup>723</sup> JOFFE, 2015, p. 263.

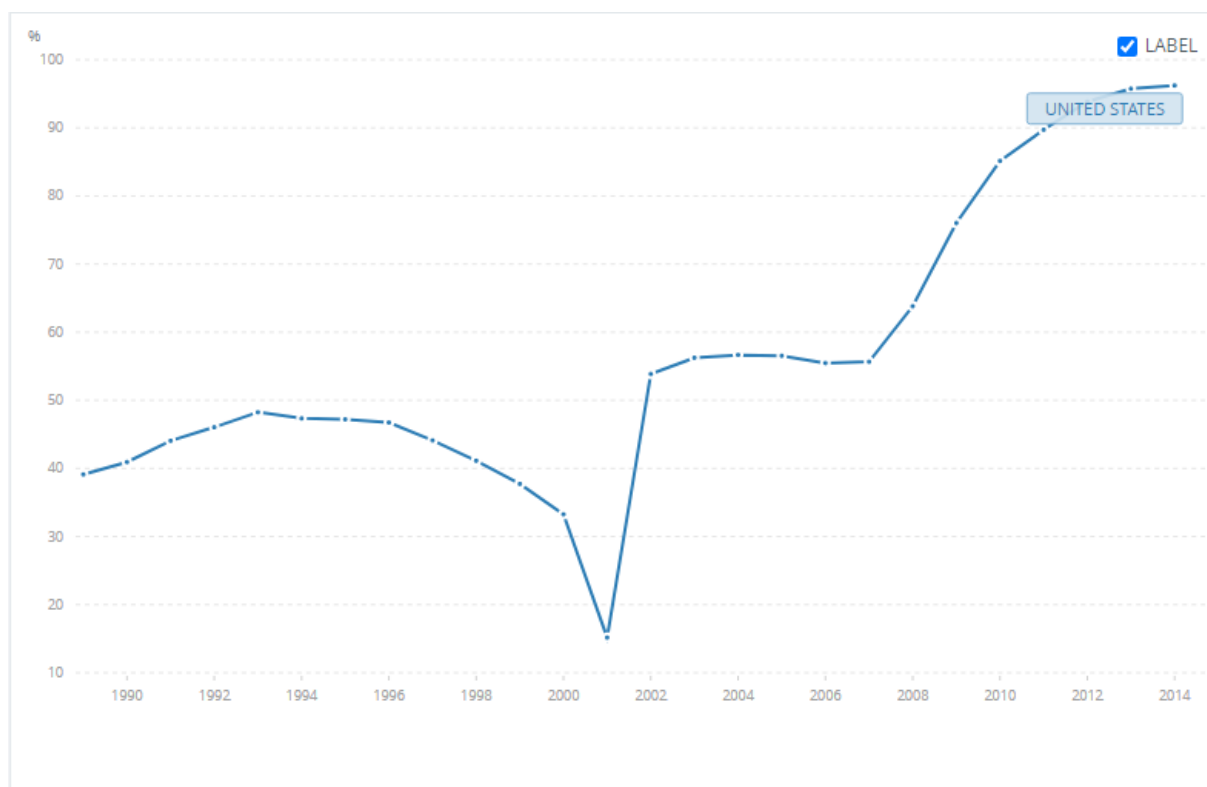


Gráfico 1 – Relação dívida-PIB dos EUA de 1990-2014 (fonte Banco Mundial)<sup>724</sup>

Vejamos o que se deu com relação as taxas de juros, considerando igualmente os dados disponibilizados pelo BM e apresentados no gráfico 2. Em 1991, a taxa era de 4,9%, sofrendo pequena oscilação negativa, atingindo 3,5% em 1993; de 1993 a 1995, subiu para 6,6%, se mantendo com pequenas oscilações até 2000, quando atingiu 6,8%; de 2000 a 2004, quando se iniciaram duas *guerras da hegemonia*, Iraque e Afeganistão, e ocorre a crise *dot.com*, as taxas de juros sofreram considerável queda, saindo de 6,8% até atingir 1,6%; de 2004 até 2007, novo aumento para 5,2%; e, finalmente, de 2007 até 2012, período abarcado pela crise de 2008 e suas consequências, observamos uma considerável queda, saindo de 5,2% para 1,4%. Já possível notarmos que é baixa a correlação entre as taxas de juros de cada período e as *guerras da hegemonia*. A primeira das guerras, que foi curta, se deu com um período de pequena queda das taxas, de 4,9% para 3,5%; nas duas seguintes, que começam entre 2001 e 2003, o que se deu foi uma considerável queda, saindo de 6,8% até atingir 1,6%. Importante notarmos também que entre 2001 e 2003 tivemos a crise *dot.com* que, como já

<sup>724</sup> Acesso em 18/07/2022 e no link:

<https://data.worldbank.org/indicator/GC.DOD.TOTL.GD.ZS?end=2014&locations=US&start=1989&view=chart>.

vimos, desencadeou medidas fiscais e monetárias de viés anticíclico e expansivo. Nova queda acentuada caracterizou o período que se seguiu a crise de 2008, saindo de 5,2% para 1,4% ao término da Conjuntura. Assim, avaliamos que o comportamento da taxa de juros da economia americana sofreu pouco impacto do uso da força pelo *hegemon* e não exibiu o continuado aumento que seria característico de um período de crise fiscal.

Além disso, Eichengreen, em suas pesquisas sobre a dominância do USD, nos diz que “o benefício mais controverso do *status* do USD como moeda internacional decorre dos recursos reais que outros países oferecem aos EUA para adquirir a moeda americana”<sup>725</sup>; e que “os juros que os EUA pagam por seus passivos externos são 2 ou 3% inferiores as taxas de retorno de seus investimentos no exterior”<sup>726</sup>.

Dos dados apresentados e da observação do gráfico 2, é possível concluirmos que a correlação entre as taxas de juros e as *guerras da hegemonia* não foi alta, ao contrário do que se deu com a correlação entre as taxas de juros e as crises de 2001 e 2008, que essa sim foi alta. Ou seja, as taxas de juros parecem ter flutuado muito mais em função das oscilações econômicas, internas e cíclicas, principalmente para a manutenção dos níveis de emprego e liquidez, do que em função de uma possível crise fiscal hegemônica. Essa correlação entre as taxas de juros e as duas crises parece encontrar amparo na descrição que Goldstein faz do ciclo de negócios descrito por Marx<sup>727</sup>, com duração aproximada de 7 a 11 anos e predominantemente comandado por forças endógenas, que o autor tenta distinguir do ciclo de Kondratieff, uma manifestação conjuntural que combina forças endógenas e exógenas e de temporalidade ente 30 e 50 anos.

---

<sup>725</sup> EICHENGREEN, 2010, p. 3.

<sup>726</sup> EICHENGREEN, 2010, p. 4.

<sup>727</sup> GOLDSTEIN, 1988, p. 27.



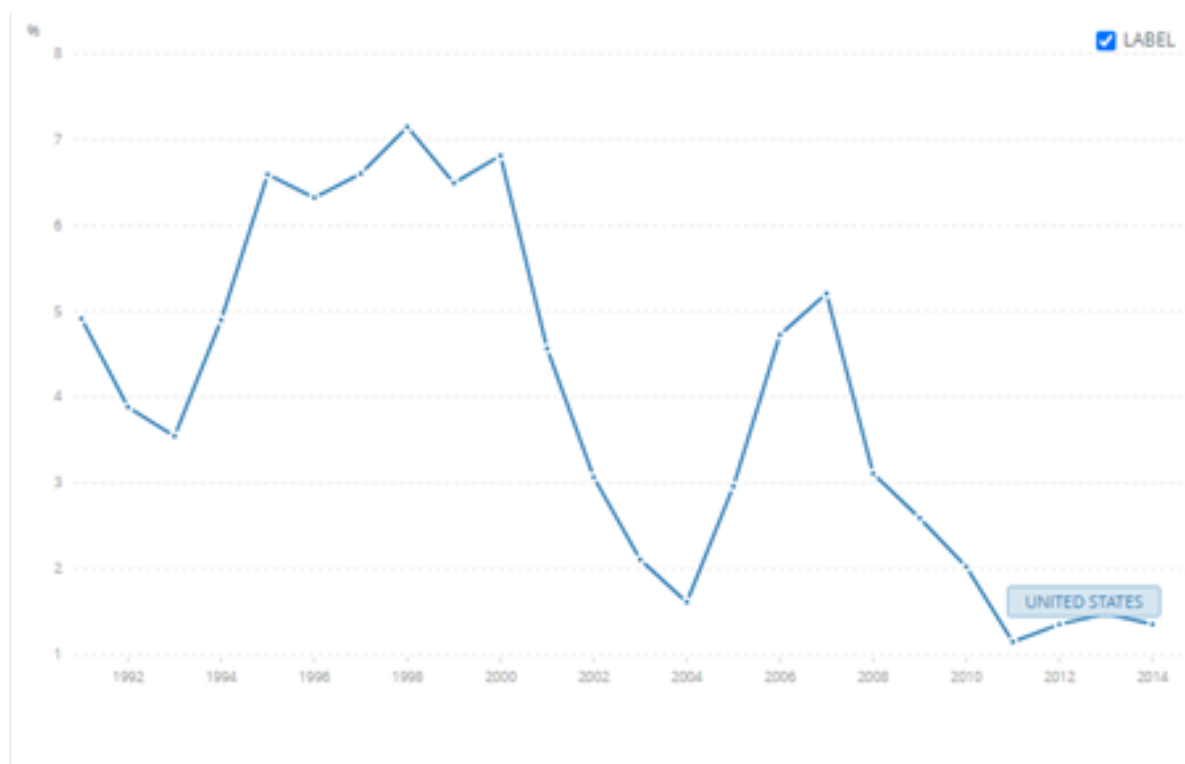


Gráfico 2 – Taxa de Juros reais dos EUA de 1990-2014 (fonte Banco Mundial) <sup>728</sup>

Vejamos agora como se comportou a inflação geral da economia americana a partir dos dados disponibilizados pelo BM e apresentados no gráfico 3. Os dados obtidos mostram que no período de interesse a inflação não foi um problema sério para a economia americana. Apresentou uma tendência geral de declínio, com o pico de 5,4% no início da Conjuntura e declinando a partir daí, termina a Conjuntura indicando 2,1% em 2012. Durante a maior parte do tempo, oscilou entre 0 e 4%, o que indica considerável grau de controle macroeconômico<sup>729</sup>. Ao que parece, a oscilação de preços da economia americana parece ter maior correlação com a ideia de ciclo de negócios que tratamos no parágrafo anterior do que com uma crise fiscal decorrente das *guerras da hegemonia*. Se compararmos com o que aconteceu no período de 1970 a 1980, onde, além do pico de 13,4% em 1980, as oscilações foram de grande amplitude, podemos dizer que o comportamento dos preços da economia americana não indicou uma crise fiscal.

<sup>728</sup> Acesso em 18/07/2022 e no link:

<https://data.worldbank.org/indicator/FR.INR.RINR?end=2014&locations=US&start=1991>.

<sup>729</sup> Enquanto essa pesquisa está sendo escrita, em meados de agosto de 2022, a taxa de juros da economia brasileira supera os 13%.

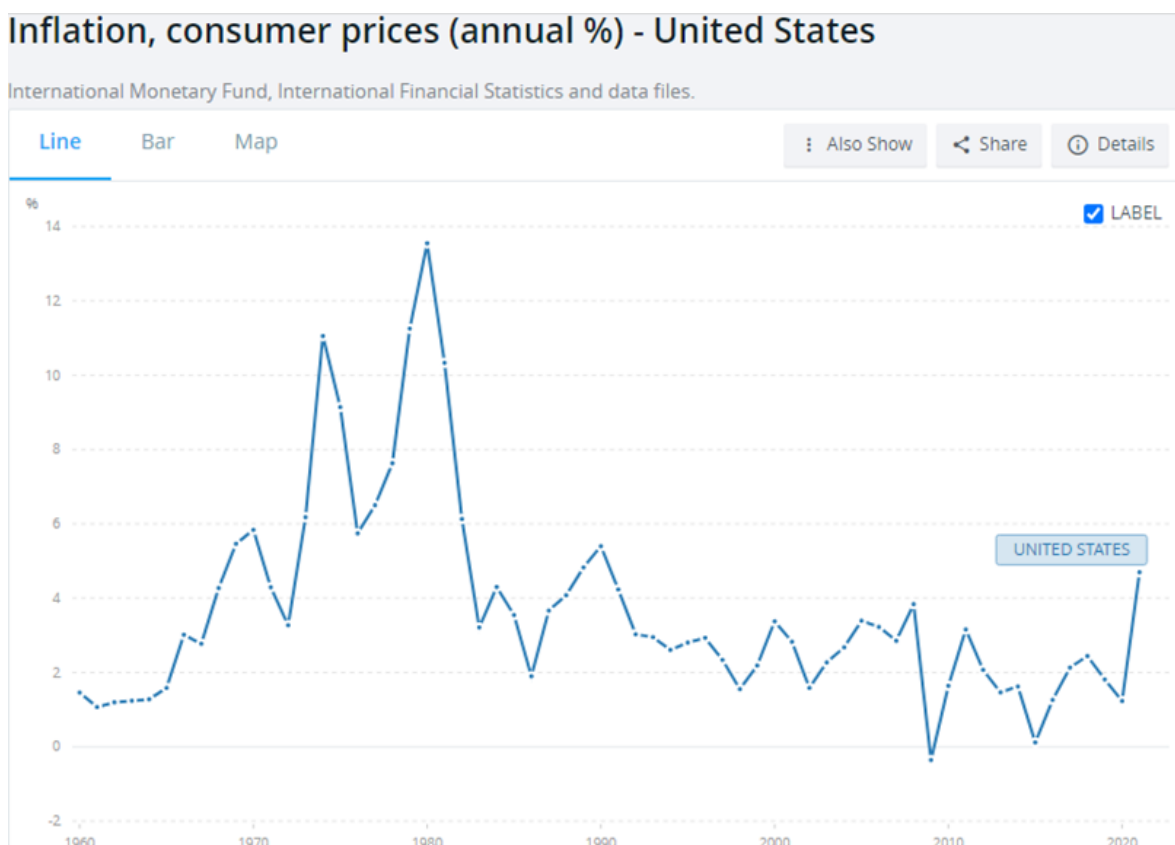


Gráfico 3 – Inflação da economia americana 1960-2020 (fonte Banco Mundial)<sup>730</sup>

Verificaremos a seguir se o USD apresentou depreciação consistente, esperada em uma situação de crise fiscal. Para a nossa avaliação, iremos considerar as variações das taxas de câmbio entre o euro e o USD<sup>731</sup>, apresentadas no gráfico 4. Essa opção, em que pese limitar o intervalo temporal dentro da Conjuntura que dispomos de dados em função da data de entrada em vigor da moeda europeia (2002), nos parece suficiente para a caracterização de fuga ou não da moeda americana, que se daria em larga medida para a moeda da que foi a segunda economia do mundo durante quase toda a Conjuntura.

A flutuação cambial euro-USD no período 2002-2012 oscila de 0,87 até 1,31, com um pico em 2008 de 1,56, declinado a partir daí, como indicado no gráfico 4. Não é possível garantirmos que o período de apreciação do euro tenha relação com uma crise fiscal hegemônica. Desde o início da Conjuntura, muitas incertezas existiam sobre o funcionamento da economia europeia e a estabilidade de sua moeda, uma vez que inexistia uma política fiscal única. É bem provável que boa parte da apreciação do euro no período de 2002-2008 tenha

<sup>730</sup> Acesso em 27/07/2022 e no link: <https://data.worldbank.org/indicator/FP.CPI.TOTL.ZG?locations=US>.

<sup>731</sup> Além de ser a segunda economia do mundo, a UE não sofre as acusações de manipulação cambial para benefício de suas exportações, como é o caso da RPC.

tido relação com a diluição dessas incertezas e com as melhorias da economia europeia. E se a apreciação do euro tivesse relação com a perda de confiança no USD, essa variação, que foi de aproximadamente 80% em favor do euro em seis anos até 2008, não teria declinado a partir de 2008, momento da crise de 2008 e de esperada, porém não concretizada corrida contra o USD. Ou seja, se a apreciação do euro indicasse uma crise de confiança no USD, não teríamos tido uma inversão da tendência a partir da crise; teríamos uma depreciação continuada do USD. Na verdade, como já vimos quando investigamos a crise de 2008, a corrida para o USD que aconteceu imediatamente após a crise, mesmo com a redução das taxas de juros da economia americana, e que deprecia com oscilações o euro, denotou a força da moeda hegemônica, o que é mais uma vez incompatível com uma crise fiscal. Assim, o comportamento cambial do USD em relação ao euro também não indicou uma crise fiscal hegemônica.



Gráfico 4 – Câmbio Euro-USD de 2002-2012 (fonte Banco Central Europeu) <sup>732</sup>

Tivemos um considerável aumento da relação dívida-PIB ao longo da Conjuntura, mas esse aumento não esteve exclusivamente ligado as despesas de proteção do exercício da hegemonia. Esse aumento isoladamente, que foi de 95% ao longo da Conjuntura e mostrou dois consideráveis saltos após as crises *dot.com* e 2008, não caracterizou, *per si*, uma crise fiscal pois não esteve acompanhado de dificuldades de pagamento. Essas dificuldades teriam impactos nas taxas de juros, inflação e na estabilidade cambial, ou seja, o aumento da dívida

<sup>732</sup> Acesso em 18/07/2022 e no link:

[https://www.ecb.europa.eu/stats/policy\\_and\\_exchange\\_rates/euro\\_reference\\_exchange\\_rates/html/eurofxref-graph-usd.en.html](https://www.ecb.europa.eu/stats/policy_and_exchange_rates/euro_reference_exchange_rates/html/eurofxref-graph-usd.en.html).

pública deveria ser síncrono com o aumento das taxas de juros, inflação e com a depreciação cambial. Quando comparamos os gráficos 1, 2, 3 e 4, o que vemos é a inexistência de sincronias consistentes entre os quatro indicadores e entre eles e a condução das *guerras da hegemonia*. Além disso, o que salta aos olhos é a capacidade dos EUA em reduzir as taxas de juros nos momentos em que decidiu adotar medidas monetárias anticíclicas - na sequência de sérias crises econômicas - sem que a sua moeda sofresse depreciação significativa. Assim, esse quadro geral não indicou a existência de crise fiscal hegemônica; na verdade, indicou uma das capacidades exclusivas dos EUA. Podemos agora, depois de considerado o comportamento da relação dívida-PIB, das taxas de juros, índices de preços e da relação cambial eurodólar, sustentar que não tivemos uma crise fiscal hegemônica durante a Conjuntura. Agora, e como já antecipamos, mesmo com o aumento da relação dívida-PIB, os EUA possuíam recursos exclusivos para lidar com a questão.

Os EUA tiveram condições de promover um equilíbrio das *demandas conflitantes* empregando em escala créditos externos a sua economia<sup>733</sup>, que o singulariza entre o grupo dos desenvolvidos e até de outras e prévias potências hegemônicas extrativistas. Além disso, em termos econômicos, os EUA demonstraram continuado vigor na Conjuntura<sup>734</sup>, evidenciado pela velocidade com que se recuperou das crises de 2001 e 2008. Ou seja, com as poupanças e reservas de outras unidades, e por meio do considerável aumento de endividamento<sup>735</sup> a juros arbitrados por ele mesmo e ignoradas quaisquer demandas dos credores<sup>736</sup>, o *hegemon* não foi afetado por uma crise fiscal e conseguiu atenuar a tendência ao disfuncional que derivamos de Ferguson. E, para Joffe, isso não deveria causar espanto pois “os EUA sempre tiveram que enfrentar a diferença entre os recursos que dispunham e o que poderiam adquirir”<sup>737</sup>. Em síntese, reforçamos aqui o que concluímos anteriormente que, ainda que tenhamos tido uma redução do *diferencial de poder* econômico entre os EUA e a

---

<sup>733</sup> EICHENGREEN, 2010, p. 6 e 124.

<sup>734</sup> EICHENGREEN, 2010, p. 174.

<sup>735</sup> Lembremos que “o Banco Central dos EUA, o FED, é a única entidade que não está sujeita a qualquer tipo de restrição de sobrevivência” (TORRES, 2021, p. 444). E que “esse arranjo dá aos Estados Unidos um poder assimétrico entre as nações (TORRES, 2021, p. 445).

<sup>736</sup> Seja no nível do indivíduo, das empresas e dos Estados, a capacidade de financiamento a juros arbitrados pelo devedor, desconsideradas demandas dos credores, impressiona.

<sup>737</sup> Tradução nossa e no original: “the United States has Always faced a distinct gap between what it had in the bank and what it could buy with the hoard” (JOFFE, 2015, p. 222).

RPC, os EUA não perderam a liderança econômica, permanecendo em boas condições de lidar com os *crescentes custos hegemônicos*.

Detectamos uma considerável contradição quando investigamos as Crises dos Emergentes, a *dot.com* e a de 2008: as três crises evidenciaram a ingenuidade ou irresponsabilidade dos EUA na organização e condução da economia mundial, ao mesmo tempo em que fortaleceram o papel do USD, disponibilizando ilimitadas quantidades de capital ao exercício hegemônico. E essa contradição também reforçou a capacidade dos EUA de, durante a Conjuntura, lidar com o aumento dos custos hegemônicos.

Além disso, os EUA não sofreram, na Conjuntura, restrições ao seu padrão de consumo em função da necessidade de privilegiar despesas com proteção e investimento, o que certamente aconteceu na RPC. Em que pese a tendência não ter se iniciado na Conjuntura pesquisada, Rajan indica a cumplicidade dos EUA com a transformação da sua sociedade no centro de consumo mundial após a crise *dot.com*. Isso não só como medida anticíclica, mas principalmente para o alívio das sérias tensões internas<sup>738</sup> decorrentes da globalização produtiva, que diminuiu os níveis de emprego e aumentou a desigualdade. Ou seja, para buscar o equilíbrio entre as *demandas conflitantes*, os EUA não sofreram compressão no padrão de consumo.

Joffe chama a atenção de que o foco demasiado no que ele chamou de “3D” (déficit, dívida e disfuncionalidade) pode pintar um quadro distorcido<sup>739</sup>. Esses aspectos, de natureza endógena, não indicam necessariamente tendências estruturais e perenes, e sim cíclicas e reversíveis<sup>740</sup>. Os EUA continuaram com a vantagem em aspectos estruturantes, como demografia, imigração e inovação, que transcendem as ciclicidades econômicas<sup>741</sup> e facilitam o equilíbrio das *demandas conflitantes*.

---

<sup>738</sup> RAJAN, 2012, p. 31, 32 e 33.

<sup>739</sup> JOFFE, 2015, p. 262.

<sup>740</sup> JOFFE, 2015, p. 263.

<sup>741</sup> JOFFE, 2015, p. 263. Sobre imigração e demografia, Joffe salienta as diferenças entre EUA e RPC. Para o autor, enquanto a RPC envelhece, os EUA se tornam mais jovens, graças a combinação de razoável taxa de natalidade (boa parte mantida por famílias de imigrantes) com a imigração de jovens; e a expectativa é que a atração imigratória para os EUA deve continuar altas, ao contrário do que parece ser provável na RPC (JOFFE, 2015, p. 166). Sobre demografia, a alteração de composição etária de dada sociedade não altera somente a disponibilidade de mão de obra, muda também a composição cultural, entre estabilidade e mudança, entre reação e progresso; e os custos previdenciários que acompanham uma sociedade que envelhece (por exemplo, consomem 1/3 do PIB da Europa), reduzindo o disponível para investimentos (JOFFE, 2015, p. 167 e 168).

Joffe também se preocupa em reduzir o temor de que o aspecto proteção das *demandas conflitantes* tenha escapado das possibilidades dos EUA, com prejuízos ao investimento e consumo. Ampliando a perspectiva e antes de chegarmos ao caso concreto dos EUA, Joffe sustenta que, na modernidade, a correlação entre aumento de gastos militares e declínio hegemônico seria fraca; também seria fraca a correlação entre aumento de gastos militares e crises econômicas<sup>742</sup>, que vai ao encontro do que tratamos quando investigamos a questão da crise fiscal hegemônica. Especificamente sobre os EUA, nos diz Joffe:

O império americano voa de primeira classe, pagando classe econômica. Os gastos com defesa desde a II GM se parecem com um taco de hóquei, inofensivo de um lado, mas cortante no outro. No pico da II GM, os EUA gastaram 2/5 do PIB em defesa; durante a Guerra do Vietnã, foi 1/10. A tendência atual é de 5%, se considerarmos a década que se seguiu ao ataque as Torres Gêmeas em 2001 até a retirada dos EUA do Iraque em 2011. Nunca uma guerra imperial foi tão barata, com uma média de 4,5% do PIB por ano<sup>743</sup>.

Após a apresentação do argumento da baixa correlação entre as despesas com proteção e declínio ou mesmo crises econômicas, Joffe aponta, para o caso dos EUA, a origem da disfuncionalidade do equilíbrio entre demandas conflitantes. Para os EUA e em suas palavras: “como os registros dos últimos cinquenta anos mostram, não foram as guerras que pesaram economicamente, mas o continuado aumento das despesas sociais, acima de tudo as despesas com saúde e transferência de renda”<sup>744</sup>.

---

<sup>742</sup> JOFFE, 2015, p. 102. Para o autor, a ideia de um império sobrecarregado de despesas militares afetando o desempenho econômico não encontra amparo na história moderna e não dá conta de explicar que as maiores crises econômicas dos EUA (1929 e 2008) não tiveram relação com despesas militares ou com um exercício hegemônico que excedesse a sua capacidade. O autor cita, a título de exemplo, que a economia inglesa do final do século XIX e início do XX foi muito mais afetada por demandas sociais do que por despesas imperiais. Para Joffe, a afetação do aumento das despesas militares pode ser até positiva, como o que se deu durante a II GM, que terminou a crise iniciada em 1929 e colocou os EUA isoladamente na posição de maior economia do mundo.

<sup>743</sup> Tradução nossa e no original: “The American empire flies first class but pays economy. Defense spending since World War II looks like a hockey stick lying on its side – blade left, shaft right. In the peak year of the war, the United States spent two-fifths of GDP on its military. During Vietnam years, it was one-tenth. The defense outlays trended down to 5 percent. Take the war decade of the naught, from the attack on the Twin Towers in 2001 to departure of U.S. troops from Iraq in 2011. Never has an imperial warfare been so cheap: an average of 4.5 percent of GDP per year” (JOFFE, 2015, p. 101). De certo que as guerras estão inseridas em diferentes contextos, mas acreditamos que isso não invalida o argumento geral de Joffe para o caso dos EUA, e que fique claro que é uma realidade hegemônica singular.

<sup>744</sup> JOFFE, 2015, p. 103. Tradução nossa e no original: “In the United States, as the record of the last half century shows, it wasn’t the war that weighed down the economy, but the steady growth of civilian expenditure, above all for publicly financed health care and income transfer”. Salientamos que o autor aponta a guerra do Vietnã como exceção, ou seja, onde as despesas militares teriam excedido as sociais.

Chegamos ao ponto em que podemos apresentar o apurado no que diz respeito a economia hegemônica, de forma a concluirmos, mais a frente e após combinarmos com o que será apurado a respeito do *deslocamento do centro* do SI, sobre a tendência conjuntural para o declínio, estabilidade ou expansão.

Vimos que a redução do *diferencial de poder* econômico não comprometeu a posição de liderança econômica dos EUA, o que se repetiu no que diz respeito ao *diferencial de poder* tecnológico e capacidade de *arrasto*. Ou seja, não foi observada a perda de liderança econômica e tecnológica nem a existência de uma crise fiscal hegemônica, o que deu aos EUA condições de lidar satisfatoriamente com os *crescentes custos hegemônicos*. Forças endógenas e institucionais imprimiram tensões internas e complicaram a formação de consenso político, tornando complexo e disfuncional o esforço de equilíbrio das *demandas conflitantes* de proteção, investimento e consumo. Essas mesmas forças abriram espaço para correntes políticas conservadoras, que emergiram e submergiram ao longo da Conjuntura. E, ainda, essas disfuncionalidades internas não limitaram o exercício hegemônico, tanto que três *guerras da hegemonia* foram conduzidas, sendo duas de longa duração. As *demandas conflitantes* disfuncionais também não impediram que os EUA agissem com liberdade para recuperar a sua economia de duas sérias crises econômicas, a *dot.com* e a de 2008. No esforço de equilíbrio, os EUA não sofreram compressão no padrão de consumo – o aumento dos padrões de consumo, como vimos, foi uma das razões apontadas por Rajan para a crise de 2008 - nem tiveram limitados o seu acesso a recursos extranacionais; na verdade, o contrário se deu. E as despesas necessárias ao exercício hegemônico também não imprimiram custos proibitivos a economia dos EUA.

Investigamos as questões das *demandas conflitantes*, dos *custos hegemônicos* e da *perda de liderança* econômica e tecnológica para concluirmos sobre a transição conjuntural, se estável, expansiva ou declinante, o que faremos no subitem 3.1.5.3. Passaremos, a seguir, a considerar a questão do *deslocamento do centro* do SI.

### **3.1.5.2 Deslocamento do centro**

De Gilpin, derivamos a tendência histórica de *deslocamento do centro* de dado SI para as periferias pela combinação das dinâmicas de *despertar da periferia* e *fratricídio*

*nuclear*. Na primeira, as unidades periféricas buscariam a emulação das unidades do núcleo se valendo da *difusão tecnológica*, imprimindo assim algum aumento dos custos hegemônicos. Na segunda, valiosos recursos das unidades do núcleo seriam consumidos, gerando uma *distração hegemônica* que facilitaria a primeira dinâmica. Mas as disputas fratricidas também poderiam fortalecer individualmente as unidades do núcleo, como explicou contra intuitivamente Fiori; o núcleo e o *hegemon* se desgastariam em disputas fratricidas que seriam necessárias ordenamento e expansão desse mesmo núcleo. Nessa dinâmica, a interação entre as forças de desgaste e as de avanço ditariam o espaço de oportunidade para os desafiantes na periferia e para o *deslocamento do centro*. Assim, a combinação de *despertar da periferia* e *fratricídio nuclear*, com a derivada da *distração hegemônica*, carregariam potenciais de *deslocamento do centro*, com ou sem desestabilização estrutural.

Para a nossa avaliação sobre as questões de *despertar da periferia*, nos apoiaremos no pensamento de Deepak Naayyar<sup>745</sup>, que investigou histórica e genealogicamente, de uma perspectiva temporal mais alongada do que a Conjuntura de nosso interesse, os fenômenos da *grande divergência*, *especialização* e *convergência*<sup>746</sup> entre os grupos de países desenvolvidos e em desenvolvimento. Seu esforço foi muito mais de apresentação e caracterização do que de explicação<sup>747</sup>. Nas suas palavras, “descortina um panorama geral esboçado em grossas pinceladas numa tela ampla, mas não pretende ligar os pontinhos”<sup>748</sup>.

Uma das claras preocupações de Naayyar, e que muito nos interessa, é a “inclinação do balanço de poder econômico um pouco mais para o Sul”<sup>749</sup> nos últimos

---

<sup>745</sup> Obra “A Corrida pelo crescimento: países em desenvolvimento na economia mundial”.

<sup>746</sup> O autor considerou, basicamente, os indicadores macroeconômicos, partindo-se de dados concretos ou estimativas históricas, de produção agregada (ou PIB), renda *per capita*, população e produção industrial (NAYYAR, 2014, p. 23). A *grande divergência*, que vai de 1820 até 1950, seria o período onde os indicadores macroeconômicos divergem de forma favorável aos desenvolvidos; a *especialização* seria a divisão internacional do trabalho, onde o grupo dos desenvolvidos se dedicaria a produção de manufaturas industrializadas e de alto valor agregado e o grupo dos em desenvolvimento se dedicaria ao fornecimento de matéria prima e mercado consumidor; e a *convergência* seria o período, iniciado em 1950, onde os indicadores macroeconômicos indicariam alguma reversão da tendência.

<sup>747</sup> Por certo que, eventualmente, o autor se detém para explicar uma coisa ou outra, mas não nos parece ser o esforço principal da obra.

<sup>748</sup> NAYYAR, 2014, p. 9.

<sup>749</sup> NAYYAR, 2014, p. 21.



sessenta anos<sup>750</sup>. E essa inclinação foi aferida, basicamente, pelos indicadores macroeconômicos, partindo-se de dados concretos ou estimativas históricas, de produção agregada (PIB), renda per capita, população e produção industrial<sup>751</sup>.

Sustenta Nayar que “a divisão do mundo em países industrializados e países em desenvolvimento é mais recente do que supõe a crença geral”<sup>752</sup> e “não remonta a um passado distante”<sup>753</sup>. Categoriza o autor os países *desenvolvidos* ou industrializados como sendo os países da Europa, oriental e ocidental, América do Norte, Oceania e Japão e os *em desenvolvimento* como os pertencentes a Ásia (exceto o Japão), África e América Latina<sup>754</sup>.

Recuando no tempo para o período de 1000-1500 da era cristã, Nayar apresenta as estimativas de que o agregado oriundo da composição de renda da Ásia, África e América Latina, no início do período, era de 83% da renda global<sup>755</sup>. No final do período, essa proporção da renda das regiões *em desenvolvimento* ainda é elevada, no patamar de 75%, sendo que as parcelas referentes à composição da China e Índia chegam a 50%<sup>756</sup>. Mas já fica evidente que, no início da segunda metade do segundo milênio, algum descolamento entre as categorias de *desenvolvidos* e *em desenvolvimento* se fez notar em benefício da categoria *desenvolvidos*, quando comparados ao início do milênio. É importante notar que nesse ponto da análise de Nayar, segunda metade do segundo milênio, a categorização de *desenvolvidos* e *em desenvolvimento*<sup>757</sup>, em termos econômicos, não faz muito sentido pois, como já visto, somente a China e Índia respondiam pela metade do agregado global. Naquele momento, os

---

<sup>750</sup> Como veremos, para Nayar essa inversão da tendência histórica comece nos anos de 1950, e se tornará mais evidente a partir dos anos de 1980 (NAYYAR, 2014, p. 23), abarcando o período de interesse da nossa pesquisa.

<sup>751</sup> NAYYAR, 2014, p. 23 e grifo nosso. O autor também manifesta a sua preocupação com os indicadores de desigualdade e salienta a insuficiência da renda *per capita* como indicadora de qualidade de vida da população geral, por ser uma média aritmética, incapaz de evidenciar os níveis de desigualdade (NAYYAR, 2014, p. 48) e qualidade de vida.

<sup>752</sup> NAYYAR, 2014, p. 31.

<sup>753</sup> NAYYAR, 2014, p. 31.

<sup>754</sup> NAYYAR, 2014, p.31. Essa categorização se reveste de extrema importância na pesquisa de Nayar pois é, basicamente, ela que fará o enquadramento dos dados ou estimativas para a pretendida comparação, indicadora dos fenômenos agregados de *convergência* ou *divergência* entre *desenvolvidos* e *em desenvolvimento*.

<sup>755</sup> NAYYAR, 2014, p.35.

<sup>756</sup> NAYYAR, 2014, p.35.

<sup>757</sup> Nayar deixa claro o seu entendimento das enormes diferenças existentes no interior das categorias, em particular a categoria dos “*em desenvolvimento*”, também referida como “*resto*” (aqui a palavra não parece sugerir o sentido negativo normalmente atribuído no seu uso comum). Como veremos, tanto para os fenômenos da *divergência* como para a sua reversão, a *convergência*, são os indicadores da China e da Índia que alteram o panorama. Os impactos dos outros países asiáticos, dos países da África e da América do Sul têm uma relevância significativamente menor (NAYYAR, 2014, p. 39, 40 e 121).

ditos *desenvolvidos* seriam China e Índia e a Europa ocidental certamente seria enquadrada como *em desenvolvimento*. Mas a categorização de Nayyar tende a ser espacial<sup>758</sup> e invariável no tempo, o que certamente ajuda a apresentação do seu argumento geral.

Da consideração de dados e estimativas, Nayyar indica claramente um período em que o descolamento entre os *desenvolvidos* e *em desenvolvimento* teria começado. E o período é de 1820 até 1870<sup>759</sup>. O início do segundo milênio registra que “os níveis de renda *per capita* eram aproximadamente os mesmos em todo o mundo”<sup>760</sup>, mas no período que vai de 1870 até 1950 acontece o que se denominou de *a grande divergência*, em que, em “130 anos, a Europa Ocidental e as ramificações do Ocidente (principalmente os EUA) dispararam na dianteira, deixando o resto do mundo para trás”<sup>761</sup>. Nesse mesmo período de 130 anos, a Ásia no geral, e a China e a Índia em particular, se encontrava envolvida em franca decadência de seus indicadores macroeconômicos, com taxas negativas de crescimento do PIB *per capita* por longos períodos<sup>762</sup>.

Sumarizando sua caracterização da *grande divergência*, nos diz Nayyar:

Entre 1830 e 1913, a participação da Ásia, da África e da América Latina na produção industrial global, que pode ser atribuída, sobretudo, à Ásia, em particular a China e à Índia, despencou de 60% para 7,5%, enquanto a participação da Europa, da América do Norte e do Japão subiu de 40% para 92,5% e se manteve nesse patamar até 1950. A industrialização da Europa Ocidental e a desindustrialização da Ásia durante o século XIX foram os dois lados da mesma moeda. Isso levou à *Grande Especialização*, o que significou que a Europa Ocidental, seguida pelos Estados Unidos, produziu bens manufaturados enquanto a Ásia, a África e a América Latina produziram produtos primários<sup>763</sup>.

Para o nosso interesse, podemos notar que dois fenômenos correlatos, mas não necessariamente siameses<sup>764</sup>, aconteceram nos 130 anos que se seguiram ao ano de 1820.

---

<sup>758</sup> NAYYAR, 2014, p.36.

<sup>759</sup> Nayyar salienta a dificuldade de precisar o momento, mas sustenta que em 1820 os indícios são perceptíveis e que em 1870 a divergência já era um fenômeno claramente identificável (NAYYAR, 2014, p.36); e se manifesta na “Europa Ocidental até 1870 e com os Estados Unidos da América (EUA) após 1870”; a Europa Oriental, a antiga URSS e o Japão em uma categoria intermediária, que não se enquadrava em nenhum dos dois blocos anteriores (NAYYAR, 2014, p.41).

<sup>760</sup> O autor ainda salienta as dificuldades metodológicas desse tipo de comparação (NAYYAR, 2014, p.41).

<sup>761</sup> NAYYAR, 2014, p. 45.

<sup>762</sup> NAYYAR, 2014, p. 46.

<sup>763</sup> NAYYAR, 2014, p. 61 e grifo nosso.

<sup>764</sup> Não necessariamente siameses pois não nos parece absurdo aceitar uma *divergência* que tivesse acontecido como consequência de dinâmicas predominantemente endógenas ao grupo dos *desenvolvidos*. Desenvolveremos o argumento mais adiante no texto.

Em um primeiro momento, a *grande divergência* criou as condições de melhoria na agregação de valor ao produzido, o que reforçou a própria *divergência*. Em um segundo momento, ou por perceber que não valeria a pena dispendir recursos de produção em itens básicos da cadeia ou mesmo por ser incapaz, por razões geográficas e climáticas, de produzir esses mesmos itens básicos; a *grande especialização* se impôs, com desproporcionais benefícios ao grupo dos *desenvolvidos*. *Grande divergência* e *grande especialização* se constituíram com uma interação que reforçou cada um dos fenômenos, com prejuízos claros para o grupo dos *em desenvolvimento* no geral, e em particular para a China e para a Índia. Fica claro ainda que o violento e acelerado processo de desindustrialização dos *em desenvolvimento*, particularmente da China e da Índia, foi imposto por forças exógenas ao grupo, pelo grupo dos *desenvolvidos*.

Consideramos importante desenvolver uma ideia contida no parágrafo anterior. E a ideia é a de que a *grande divergência* implicaria, necessariamente, em uma *grande especialização*, subentendida como uma divisão internacional do trabalho entre *desenvolvidos* e *em desenvolvimento*. Como bem nos caracterizou Nayyar, ela aconteceu na economia global no período que vai de 1870 até 1950. Nosso ponto é que, no plano da especulação, essa relação não é necessária no plano global. A *grande divergência* poderia ter gerado uma *grande especialização* – e em alguns aspectos é provável que tenha acontecido – somente dentro do grupo dos *desenvolvidos*. A *grande especialização* poderia ter sido um fenômeno predominantemente interno ao grupo dos *desenvolvidos*, intensificando as trocas endógenas e mantendo o restante do mundo fora da economia global, o que acabou acontecendo com muitos países. Outra possibilidade, que historicamente foi tentada, seria o desenvolvimento com projetos de autossuficiência<sup>765</sup>. Portanto, a *especialização* (produção de itens industrializados e de maior valor agregado) poderia ser o resultado de divisões internas de trabalho dentro do grupo dos *desenvolvidos* ou mesmo como consequência de projetos de autossuficiência.

Por 130 anos, partindo-se de 1820, os fenômenos da *grande divergência* e da *grande especialização* se reforçaram. Mas, para Nayyar, esse ciclo favorável para os

---

<sup>765</sup> Neste caso, teríamos que desenvolver reflexões mais profundas sobre o conceito de *especialização*. Isso porque a relação entre os grupos, *desenvolvidos* e *em desenvolvimento*, poderia ser de trocas para consumo, mas não de integração de trocas em benefício da cadeia produtiva.

*desenvolvidos* começou a anunciar o início de seu esgotamento por volta de 1950. Um movimento de inversão da tendência anterior, que o autor chama de *convergência*<sup>766</sup>, teve início e aconteceu no período de 1950 a 2010, parte coincidindo com a Conjuntura do interesse da pesquisa.

Sustenta Nayar que o continuado declínio da participação do grupo dos países *em desenvolvimento* no PIB mundial chegou ao ponto de inflexão em 1962. Saiu de  $\frac{1}{4}$  e “aumentou rapidamente depois de 1980, a ponto de chegar a quase  $\frac{1}{2}$  em 2008, o que ficou próximo de sua participação por volta de 1850”<sup>767</sup>. Essa evidente *convergência* nos indicadores de produção não se replicou, nas mesmas proporções, para a renda *per capita*, uma vez que houve um aumento significativo das populações do grupo dos países *em desenvolvimento*, e isso foi combinado com graus variados no aumento da concentração de renda.

Nayar dedica uma especial atenção ao período que vai de 1950 a 1980. Nos anos correspondentes à *grande divergência* e *grande especialização*, e que antecederam 1950, já se notava uma lenta e crescente integração dos países *em desenvolvimento* com a economia mundial. Mas algo aconteceu por volta de 1950. Em suas palavras<sup>768</sup>:

Na era pós-colonial, que começou por volta de 1950, a maioria dos países em desenvolvimento adotou estratégias de desenvolvimento que contrastaram vivamente com o seu passado durante a segunda metade do século XIX. Essa mudança teve três dimensões. Houve uma tentativa consciente de limitar o grau de abertura e integração à economia mundial, em busca de um desenvolvimento autônomo. Atribuiu-se ao Estado um papel estratégico no desenvolvimento, pois o mercado, por si só, não era visto como suficiente para atender às aspirações dos retardatários no desenvolvimento. E a industrialização foi vista como um imperativo do processo de emparelhamento, que tinha de começar pela substituição de importações no setor manufatureiro. Esses três elementos essenciais

<sup>766</sup> NAYYAR, 2014, p. 87 e 272. Aqui também o autor insiste em afirmar as enormes diferenças internas ao grupo dos *em desenvolvimento*, salientando que o fenômeno da *convergência* entre os grupos de *desenvolvidos* e *em desenvolvimento* se manifesta com mais vigor na RPC e na Índia.

<sup>767</sup> NAYYAR, 2014, p. 121. O autor também deixa claro que a *convergência* varia no tempo, sendo mais discernível e com base mais ampla durante a década de 2000.

<sup>768</sup> A caracterização de Nayar é a dominante do paradigma que veio a ser conhecido como “desenvolvimentismo”. A questão dos motivos que teriam levado os países *desenvolvidos* a concordar com a postura desenvolvimentista é ponto de enorme debate. Grande parte da literatura a respeito atribui maior importância aos aspectos geopolíticos e ideológicos de um mundo que era, então, bipolar. Acreditava-se que o avanço do bloco socialista, liderados pela então URSS, teria menores chances de sucesso em países com economias capitalistas e industriais com algum grau de desenvolvimento. Por certo a RPC, então mais inclinada ao bloco socialista, e a Índia, com tendências ou indefinidas ou oscilantes, constituem particularidades que demandam maior atenção.

representam pontos de afastamento da era colonial, caracterizada por economias abertas e mercados não regulados, que havia associado à desindustrialização nos cem anos anteriores, em grande parte do mundo subdesenvolvido<sup>769</sup>.

A interação das três dimensões apresentadas na citação acima induziu uma alteração estrutural nas economias dos países que, com algum grau de sucesso, optaram por adotar variações do desenvolvimentismo<sup>770</sup>, se valendo, em grande medida, das possibilidades de *difusão tecnológica*. Em tese<sup>771</sup>, a interação dos setores da economia – agrícola, industrial e de serviços – em um primeiro momento do desenvolvimentismo cria uma dinâmica que favorece a produção industrial<sup>772</sup>. Mas esse favorecimento tenderia a não se manter ao longo do tempo. Com o passar do tempo, o setor de serviços passaria a absorver parcelas maiores dos recursos produtivos, principalmente mão de obra e investimentos, criando as condições para o que foi descrito nos países industrializados como “*desindustrialização*”<sup>773</sup>. Nos parece importante ressaltar que a dinâmica de alteração estrutural dos países *em desenvolvimento*, e que adotaram variações do desenvolvimentismo, seria comandada, partindo da perspectiva acima apresentada, pela composição de forças endógenas. E, segundo a perspectiva empregada por Nayyar, a *desindustrialização* dos desenvolvidos também teria obedecido uma dinâmica predominantemente endógena.

Voltando nossa atenção para a industrialização dos *em desenvolvimento*, um certo grau de protecionismo, com programas de substituição de importações, foi necessário para o avanço inicial dos projetos desenvolvimentistas<sup>774</sup>. Mas, em um segundo momento, a abertura comercial, seletiva e controlada, dos países do grupo *em desenvolvimento* que se industrializavam, em particular a RPC e Índia, foi a chave para o crescimento mais

---

<sup>769</sup> NAYYAR, 2014, p. 159

<sup>770</sup> NAYYAR, 2014, p. 160.

<sup>771</sup> A realidade tende a ser mais complexa. Nas palavras de Nayyar, “o desdobramento da realidade, todavia, não é tão uniforme nem tão simples quanto o desses fatos padronizados” (NAYYAR, 2014, p. 163).

<sup>772</sup> Nayyar sustenta que a “mudança estrutural parece ser condição necessária, mas não suficiente para impulsionar o crescimento econômico” (NAYYAR, 2014, p. 165).

<sup>773</sup> NAYYAR, 2014, p. 161.

<sup>774</sup> NAYYAR, 2014, p. 197.

acelerado<sup>775</sup>. E isso se deu por conta da internacionalização da produção<sup>776</sup>, que iniciou uma reorganização da distribuição da produção industrial global.

Sintetizando o apresentado nos parágrafos anteriores, tanto a dinâmica de industrialização dos *em desenvolvimento* quanto a de *desindustrialização* dos *desenvolvidos* teriam sido comandadas, inicialmente, por forças endógenas. E foram forças endógenas não a cada grupo, e sim predominantemente a cada país isoladamente, que estavam na origem do processo. Em seguida, a internacionalização da produção teria acelerado o processo. As dinâmicas de *desindustrialização* dos *desenvolvidos* e de *industrialização* dos *em desenvolvimento* teriam sido simultâneas no tempo, mas com forte conexão somente no segundo momento. O que difere sutilmente da *desindustrialização* dos *em desenvolvimento* – entre 1820 e 1870 –, que teria acontecido com maior conexão com a *industrialização* dos *desenvolvidos* desde o início.

Achamos conveniente salientarmos alguns aspectos do pensamento de Nayyar que julgamos de maior relevância para, em seguida, combinarmos com o que a pesquisa já havia apontado sobre o *diferencial de poder* tecnológico.

Vimos que a *grande divergência* e a *grande especialização* foram fenômenos correlatos, com características de retroalimentação causal, que acontecem nos 130 anos que se seguiram ao ano de 1820. A *grande divergência* criou as condições para a *grande especialização* e a *grande especialização* reforçou a *grande divergência*. Tudo isso aconteceu com enormes benefícios ao grupo dos *desenvolvidos* e enormes prejuízos ao grupo dos *em desenvolvimento* no geral, e em particular China e Índia. Vimos ainda que o violento e acelerado processo de desindustrialização dos *em desenvolvimento*, particularmente da China e da Índia, no período de 1820 a 1870, obedeceu às forças que eram exógenas ao grupo; foi imposto pelo grupo dos *desenvolvidos*.

---

<sup>775</sup> Podemos especular que grandes variações de resultados seriam possíveis nessa relação entre industrialização e abertura. Também é de se esperar variações para os diferentes setores da indústria. Por exemplo, uma abertura que se desse em um momento prematuro, em que uma indústria incipiente ainda não tivesse obtido ganhos significativos de produtividade poderia ser prejudicial. Outra situação seria a exposição da indústria nacional a um sistema de competição internacional em que houvesse ou manipulações cambiais, ou regras de custos de mão de obra significativamente diferentes, ou ainda situações de subsídios, diretos ou indiretos. Nayyar sustenta que essa relação entre industrialização e abertura foi favorável nos casos específicos da RPC e Índia.

<sup>776</sup> NAYYAR, 2014, p. 197.

Mas algo começa a acontecer em meados do século XX. Em 1950 teve início o fenômeno da *convergência* entre os grupos dos *desenvolvidos* e dos *em desenvolvimento*. O período que se iniciou em 1950 marca a adoção, por alguns países do grupo dos *em desenvolvimento* e em graus e formas variadas, do paradigma desenvolvimentista, que se aproveitou das possibilidades oferecidas pela *difusão tecnológica*. E o paradigma desenvolvimentista sustentava que são forças predominantemente internas que criariam as condições para o crescimento econômico. Essas forças foram, então, manipuladas. Surgiram, assim, as condições para alterações estruturais em alguns países do grupo dos *em desenvolvimento*. As alterações estruturais aconteceram e alguns membros do grupo dos *em desenvolvimento* iniciaram um acelerado processo de convergência, comandados inicialmente por forças endógenas, que encontraram reforço nas forças exógenas de internacionalização da produção. Em 2008 o PIB dos países ditos em desenvolvimento, em particular RPC e Índia, atingiu  $\frac{1}{2}$  do PIB mundial, enfraquecendo relativamente o eixo atlântico – EUA e Europa –, que organizou a economia mundial no pós II GM. Agora, relembremos o que a pesquisa já havia indicado sobre o *diferencial de poder* tecnológico.

Sabemos que o *diferencial de poder* tecnológico entre os EUA e a RPC transitou de alto para médio. A RPC operou uma sofisticada combinação de tentativas e erros, planejamento estratégico, vigor burocrático, criação de massa crítica qualificada, atração de investimentos externos, proteção de mercado e maciços investimentos e subsídios estatais. A RPC, se valendo da *difusão tecnológica* e da *vantagem dos atrasados*, operou com maestria a combinação referida na frase anterior e reduziu o *diferencial de poder*, fazendo com que, no que diz respeito a tecnologia, saísse do subdesenvolvimento para a condição de um dos atores do núcleo tecnológico no espaço da Conjuntura pesquisada. Sobre o *arrasto*, o SI, ainda que em natural processo de fragmentação, manteve em grau alto a capacidade do *hegemon*.

Do que apuramos de Nayyar e da nossa pesquisa sobre o *diferencial de poder* tecnológico, fica claro que ocorreu a *difusão tecnológica* para uma das periferias. Essa difusão criou as condições e foi, ao mesmo tempo consequência, de um *despertar da periferia* asiática, que se deu com alguma redução da importância do eixo Atlântico, supremo na economia mundial desde o término da II GM. Esse despertar tornou a economia mundial mais difusa, o que não quer dizer que deslocou o seu centro para a Ásia. Vejamos a seguir o que outros dados podem nos dizer.

Vamos considerar os dados do FMI transformados em iconográficos<sup>777</sup> e posteriormente tabulados para três momentos que julgamos proporcionar uma visão panorâmica da questão do *despertar da periferia*. Escolheremos os dados de participação no agregado mundial das principais economias no início (1991), meio (2002) e término (2012) da Conjuntura. Vejamos os gráficos para, em seguida, apresentarmos as nossas considerações.

#### MAP (1991)

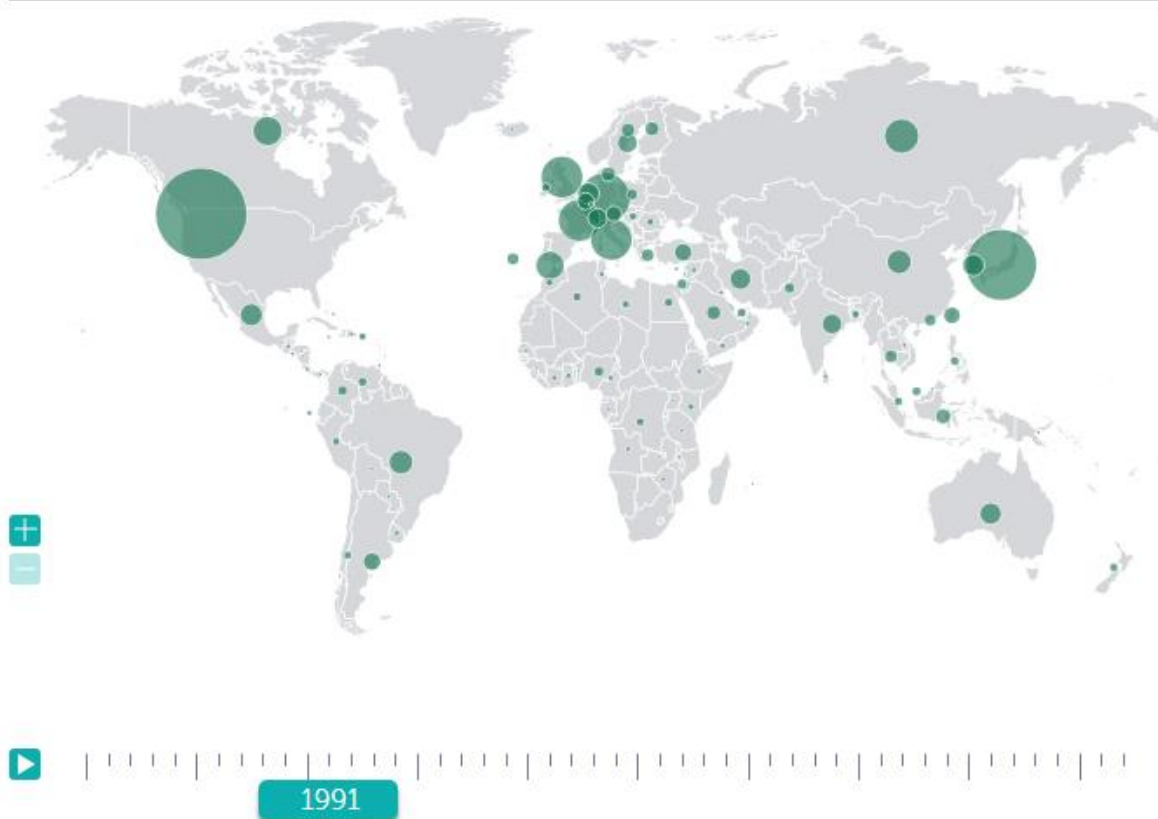


Figura 1 – Participação das principais economias no PIB mundial em 1991

<sup>777</sup> Acesso em 27/07/2022 e no link: <https://www.imf.org/external/datamapper/NGDPD@WEO/OEMDC>.



## MAP (2002)

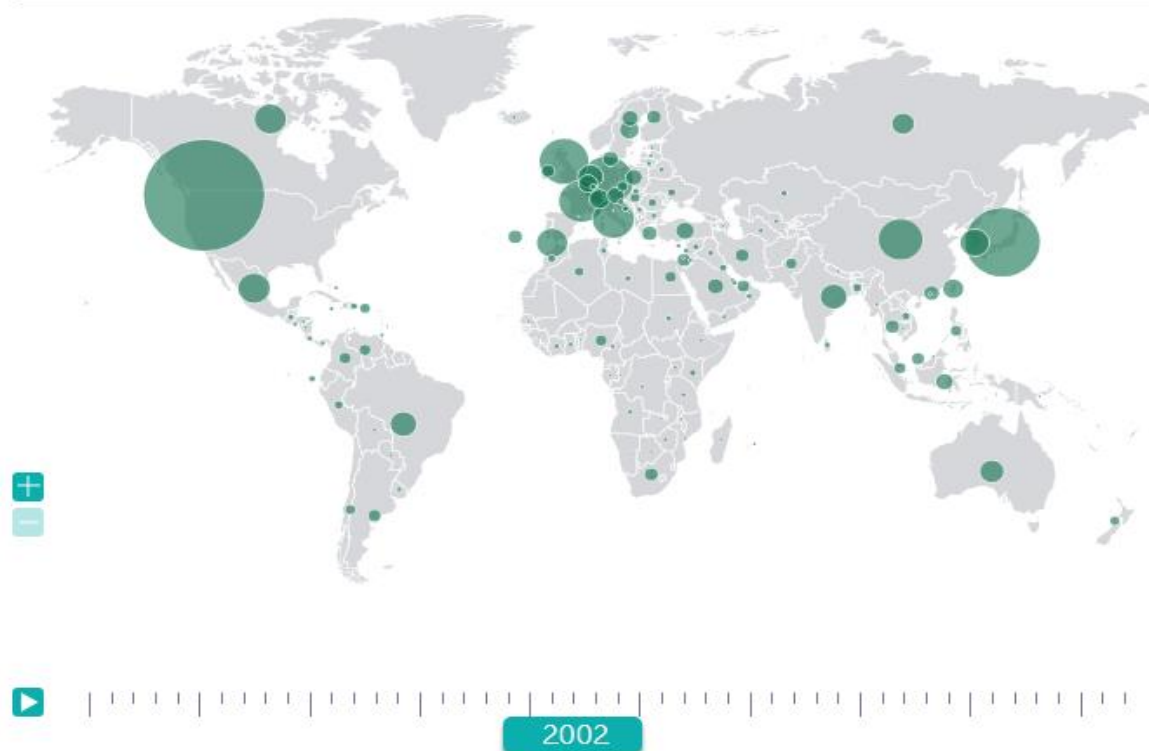


Figura 2 – Participação das principais economias no PIB mundial em 2002

## MAP (2012)

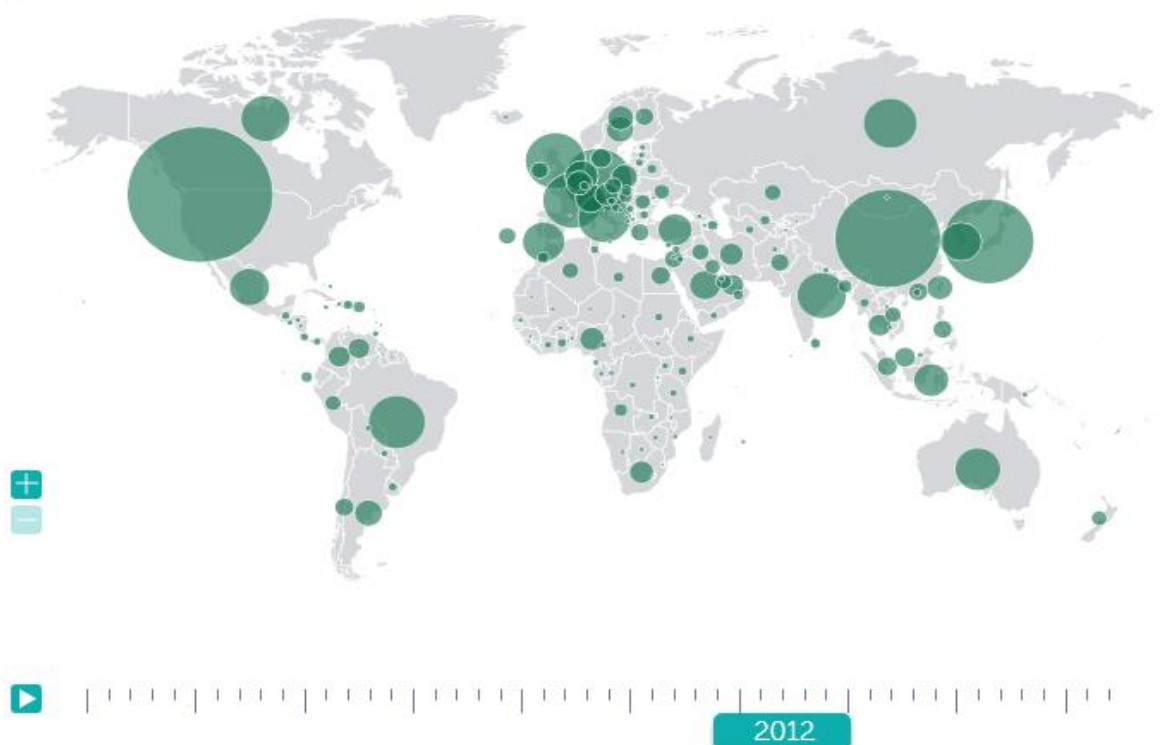


Figura 3 – Participação das principais economias no PIB mundial em 2012

Apresentaremos a seguir a tabulação, para os mesmos anos, das participações na economia mundial das seguintes regiões: América no Norte, Leste e Sudeste Asiático e Europa Ocidental, ainda com base nos dados do FMI.

	Agregado Mundial	Leste e Sudeste Asiático	América do Norte	Europa Ocidental
1991	24,5	4,7	7,2	8,1
2002	35	7,2	12,5	9,9
2012	75,1	19,2	19,4	17,2

Tabela 1 - Participação das regiões no PIB mundial para os anos de 1991, 2002 e 2012 em Trilhões de USD

Quando consideramos os dados acima tabulados, fica evidente o salto de importância econômica do Leste e Sudeste Asiático. O PIB dessa região tida como periférica salta de 31% da soma dos PIB da América do Norte e Europa Ocidental em 1991 para 52% em 2012. Enquanto o PIB mundial é multiplicado por um fator de 3,1 entre 1991 e 2012, o PIB do Leste e Sudeste da Ásia é multiplicado por 4,1; o da Europa Ocidental a um fator 2,1; e o da América do Norte a um fator de 2,7<sup>778</sup>. Esses dados indicam duas tendências que ficaram evidentes na Conjuntura. A primeira é a confirmação de que tivemos o despertar dessa periferia ou a *convergência* pesquisada por Nayyar, a partir da *difusão tecnológica* do período. A segunda é a já mencionada perda de relevância do eixo Atlântico. Em 1991, o eixo do Atlântico representava 62% do agregado mundial; em 2012, passou a representar 49%. Quando olhamos o eixo Pacífico, América do Norte-Ásia (Leste e Sudeste), constatamos que o salto foi de 49% em 1991 para 51% em 2012; e quando olhamos o eixo Europa-Ásia no mesmo período, a variação declinante foi de 52% para 48%. Em que pese termos tido variações consideráveis no período Conjuntural, não é possível garantir um deslocamento do centro econômico do mundo. O que nos parece claro é que ao início da Conjuntura a economia mundial já tinha a forma tripolar assimétrica em termos de riqueza - com a economia japonesa e dos tigres asiáticos<sup>779</sup> influenciando significativamente nos níveis de

<sup>778</sup> Joffe apresenta um debate que qualifica esses dados agregados, denunciando que boa parte desse crescimento e das trocas entre as regiões precisam considerar quem fabrica e inventa, projeta, dissemina, transporta, comercializa e financia (JOFFE, 2015, p. 26).

<sup>779</sup> Para Kissinger, “após décadas de guerras e turbulência revolucionária, a Ásia se transformou radicalmente. A ascensão dos ‘Tigres Asiáticos’, fato evidente a partir de 1970, envolvendo Hong Kong, A República da Coreia,

participação da Ásia-, distribuída pelas três regiões presentes na tabela 1. Ao término da Conjuntura, esse quadro se altera, para uma distribuição tripolar mais simétrica, porém mais difusa, com outros pontos de destaque distribuídos globalmente, como por exemplo os casos do Brasil e Rússia. Portanto, podemos concluir que tivemos sim um considerável despertar *da periferia*, que garantiu uma distribuição tripolar da economia mundial, mas não implicou em um *deslocamento do centro* da economia mundial. A economia mundial se expandiu consideravelmente - multiplicada por um fator de 3,1 ao longo de 21 anos -, constituindo um arranjo global tripolar simétrico e com a substituição do principal eixo econômico mundial, que deixa de ser o eixo Atlântico. Vejamos a seguir outras evidências que podem enriquecer a nossa análise da questão do deslocamento do centro da economia mundial.

Como vimos, Nayyar sustenta que boa parte da reversão do que ele chamou de *grande divergência* derivou, além da adoção de variações do desenvolvimentismo, da interação econômica entre núcleo (*desenvolvidos*) e periferia, beneficiando principalmente os *desenvolvidos*. Mas já é possível sustentarmos que a reversão da *grande divergência* só aconteceu por conta da *difusão tecnológica* oriunda do ocidente, principalmente a partir de 1950, que iniciou o *despertar da periferia*. Fiori apresenta uma perspectiva mais ampla do que a econômica e explorada por Nayyar, que também explica, e no nosso entender até de forma mais convincente, parte do fenômeno do *despertar da periferia*. Para Fiori, interesses hegemônicos - e que não negariam os econômicos de Nayyar - mais amplos teriam comandado a dinâmica de cooptação e criado as condições de permissividade do *despertar da periferia*. Em suas palavras:

[...] pode-se dizer – apesar do aparente paradoxo – que a estratégia imperial americana dos anos 1970 teve um papel decisivo na transformação de longo prazo da geopolítica mundial, ao trazer de volta a Rússia e a Alemanha e ao fortalecer a China, a Índia e quase todos os principais concorrentes dos Estados Unidos neste início de século. Ao mesmo tempo, pode-se dizer que, do ponto de vista do curto prazo, que a liderança dos Estados Unidos, depois de 2003, deu visibilidade ou abriu as portas para que essas novas e velhas potências regionais passassem a atuar de forma mais ‘desembaraçada’ na

---

Cingapura, Taiwan e Tailândia, fez com que a prosperidade e o dinamismo econômico passassem a fazer parte da perspectiva do continente”; e “em 1979, a China mudou seu curso e, com Deng Xiaoping, proclamou uma política externa não ideológica e uma política de reformas econômicas que, continuada e acelerada por seus sucessores, exerceu um efeito profundamente transformador sobre a China e o Mundo” (KISSINGER, 2015, p. 177).

defesa dos seus interesses nacionais e na reivindicação de suas ‘zonas de influência’<sup>780</sup>.

Só que o grau de controle do *hegemon* sobre as portas que abriu para que a periferia despertasse e adentrasse ao núcleo parece ter sido baixo, com projeções perigosas para Allison. Em termos econômicos, Allison diz que participação da RPC na economia global “saiu de 2% na década de 1980 para 18% em 2016 e estará em 30% em 2040, contra 11% dos EUA”<sup>781</sup>, lançando um desafio que transcende em muito a questão econômica, pois “enquanto a União Soviética rivalizava com os Estados Unidos apenas militarmente, a China está emergindo como um rival militar e econômico – anunciando uma mudança profunda na distribuição de poder”<sup>782</sup>. Assim, usando uma expressão aplicada a alguns dos países de desenvolvimento tardio, podemos dizer que a cooptação e o *despertar da periferia* foi a convite. Despertar esse parcialmente comandado por forças econômicas, endógenas e exógenas, mas, principalmente, desencadeado pelo exercício hegemônico, com baixo grau de controle sobre a velocidade e os desdobramentos em prazos mais alongados.

Mas a cooptação e o despertar não garantiram o aumento da influência econômica e grandes alterações na distribuição de poder. Para Joffe, “A RPC, Rússia e Índia possuem dimensões, mas suas influências globais não são proporcionais. A UE tem fabulosa riqueza, mas não a ambição de ator estratégico global. E ambas, a RPC e a Rússia pós-soviética não possuem apelos universalistas”<sup>783</sup>. Ou seja, o *deslocamento do centro* econômico não pode ser aferido somente pelas variações numéricas dos agregados de produção e riqueza, precisa considerar também o quanto essas variações afetaram o exercício da liderança hegemônica, ou seja, o *arrasto*, que não aconteceu em grau significativo.

Apresentaremos neste parágrafo uma síntese do que discorreremos sobre o *despertar da periferia*, para, em seguida, combinarmos com a questão do *fratricídio nuclear* e concluímos sobre o *deslocamento do centro*.

---

<sup>780</sup> FIORI, 2008, p. 37.

<sup>781</sup> ALLISON, 2020, p. 17. Joffe se posiciona criticamente sobre as projeções deveras otimistas da capacidade da RPC de manter em níveis elevados e por longos períodos suas taxas de crescimento econômico (JOFFE, 2015, p. xiv, 80 e 83).

<sup>782</sup> IKENBERRY, 2010, p. 66. E KISSINGER, 2011, p. 113, e ZAKARIA, 2020, p. 60. Joffe, porém assegura que, mesmo em 2015, a RPC não estaria pronta para ser uma ameaça global nem regional aos EUA (JOFFE, 2015, p. 217).

<sup>783</sup> JOFFE, 2015, p. 225. No original e tradução nossa: “China, Russia and India have mass, but their global influence is not commensurate. Europe musters a fabulous riches, but not the ambitions of a global strategic player [...] Post-Soviet Russia has no such universalist appeal, nor does China”.

Combinando características a convite com projetos nacionais autônomos, a Conjuntura presenciou em grau considerável a *difusão tecnológica* para periferia asiática, que teve como consequência a redução da importância do eixo Atlântico. A economia mundial se expandiu consideravelmente e evoluiu para um modelo que combinou tripla polaridade com difusão, mas não implicou em um claro *deslocamento do centro*. Passaremos a investigar a questão da *distração hegemônica*.

A *distração hegemônica* antecipada por Gilpin entre as unidades do núcleo consumidas em desgastante *fratricídio nuclear* e que permitiriam o livre desenvolvimento de uma das periferias, como aconteceu com a Europa durante as I e II GM e que permitiram e até potencializaram a ascensão dos EUA, não foi detectada na Conjuntura. Na verdade, o núcleo do SI teve sua atenção dividida. A UE introspectiva e concentrada em resolver os sérios problemas da sua unificação; e os EUA expansivos e em uma cruzada supremacista e catequética, agravada após o 11 de setembro.

Como vimos, três *guerras da hegemonia* foram travadas no período, sinalizando a supremacia convencional dos EUA. Distraído pelo envolvimento em duas desgastantes insurgências e sem ameaças para o exercício do poder militar convencional, o *hegemon* viu a difusão de atores com arsenais nucleares. Muita energia foi gasta na ingênua tentativa de reconstrução, a sua imagem, dos espaços devastados e ocupados no Oriente Médio e Ásia Central durante as duas últimas *guerras da hegemonia*, criando uma *distração hegemônica* para questões globais, o que colocou os EUA cada vez mais isolado com relação as considerações alheias, até mesmo de aliados. Passaremos a apresentar as nossas considerações integradas sobre a questão do *deslocamento do centro* do SI.

Vimos que a combinação de permissividade hegemônica com projetos nacionais autônomos proporcionou considerável *difusão tecnológica* para periferia asiática. A difusão, também combinada com a permissividade, promoveu o *despertar da periferia*, sem contanto corroer significativamente a *capacidade de arrasto* hegemônica, que continuou alta. A combinação de *despertar da periferia* com alterações significativas na *capacidade de arrasto* do *hegemon* seria um prenúncio de crises da hegemonia e francas alterações estruturais em curso, o que não aconteceu na Conjuntura. Outra consequência da *difusão tecnológica* e do consequente *despertar da periferia* foi a redução da importância do eixo Atlântico.

A economia mundial se expandiu consideravelmente e evoluiu para um modelo que combinou tripla polaridade com difusão, mas não implicou em um claro *deslocamento do centro*. A visão messiânica e intervencionista dirigiu a atenção hegemônica para duas periferias distintas de onde a RPC se recuperava e ganhava espaço global, ou seja, tivemos alto grau de *distração hegemônica*.

A Conjuntura não presenciou o *fratricídio nuclear*, mas as *guerras da hegemonia* distraíram os EUA e deram sinais claros ao mundo sobre o poder e os limites hegemônicos. Interessante notarmos que enquanto na passagem de guarda entre a Inglaterra e EUA o *fratricídio nuclear* e a *distração hegemônica* vieram geminados<sup>784</sup>, na Conjuntura de interesse da pesquisa as duas forças apareceram desacopladas; tivemos a segunda na ausência da primeira.

Assim, podemos concluir que a Conjuntura presenciou considerável *difusão tecnológica* e o conseqüente *despertar da periferia*, em parte conseqüência de ações hegemônicas anteriores ao início da Conjuntura e em parte devido as opções das unidades da região do Leste e Sudeste Asiático. Mas a referida região não corroeou, em benefício próprio, a *capacidade de arrasto* hegemônica. O *hegemon* se distraiu, mas não se envolveu em dispendioso *fratricídio nuclear*. O panorama geral da economia mundial mudou para uma forma tripolar mais equilibrada e difusa, não caracterizando claramente o *deslocamento do centro*.

Combinaremos a seguir o que a pesquisa apurou sobre a *economia hegemônica* e o *deslocamento do centro* de forma a concluirmos sobre a natureza da Conjuntura, se expansiva, estável ou declinante.

### 3.1.5.3 Economia hegemônica e deslocamento do centro

As reduções dos *diferenciais de poder* econômico e tecnológico não comprometeram a posição de liderança econômica dos EUA, tampouco este esteve sujeito a uma crise fiscal, o que garantiu plenas condições para lidar com eventuais aumentos nos custos hegemônicos. Forças sociais endógenas complicaram o equilíbrio das *demandas*

---

<sup>784</sup> Fazemos alusão as guerras do núcleo do SI durante a primeira metade do século XX.

*conflitantes* de proteção, investimento e consumo, mas as consequentes disfuncionalidades não limitaram o exercício hegemônico, tanto que três *guerras da hegemonia* foram conduzidas, com consenso interno, pelo menos inicialmente, e sem as consequências da combinação de inflação e estagnação que se viu após a guerra do Vietnã. Com exclusivo acesso a enormes recursos externos - poupanças privadas e reservas nacionais -, os EUA não se viram tolhidos em sua liberdade de: travar as suas guerras; agir para recuperar a sua economia de duas sérias crises econômicas, a *dot.com* e a de 2008; e manter alto o padrão de consumo de sua sociedade. Ou seja, nem passaram perto de uma crise fiscal, gastando os recursos que acreditaram serem necessários gastar transferido riscos e custos de oportunidade para os detentores externos de reservas e poupanças.

A considerável *difusão tecnológica* do período desencadeou, em condições de permissividade garantidas e até incentivadas pelo *hegemon*, o *despertar da periferia* da região do Leste e Sudeste Asiático. Mas não observamos corrosão significativa da *capacidade de arrasto* hegemônica. O *hegemon* se distraiu em outras periferias, mas não se envolveu em dispendioso *fratricídio nuclear*. A economia mundial mudou, migrou para uma forma tripolar equilibrada e difusa, sem o *deslocamento do centro*.

Embora o *hegemon* não tenha perdido a *liderança econômica e tecnológica*, se viu diante de disfuncionalidades na gestão de suas *demandas conflitantes*. Mas isso não o colocou diante de uma crise fiscal nem limitou significativamente suas escolhas, uma vez que o resto do mundo estava disponível para financiar suas despesas, com remunerações arbitradas pelo próprio devedor. Embora a Conjuntura tenha presenciado a *difusão tecnológica* e o *despertar da periferia*, não viu o desgastante *fratricídio nuclear*. E a economia mundial não sofreu um *deslocamento de centro*. Assim, somos levados a concluir que a Conjuntura pesquisada, embora já tenha exibido sinais iniciais de inversão, foi predominantemente *expansiva* em benefício do *hegemon*.

Passaremos, a seguir, a investigar as guerras hegemônicas.

### **3.1.6 Guerras hegemônicas**

De Gilpin, vimos que a dialética entre *hegemon* e ascendente (s) poderia colocar o SI no caminho de uma *guerra hegemônica*, onde o *hegemon* atuaria para *incorporar recursos e/ou reduzir compromissos*, gerando aspectos do interesse que demandam atenção. Esses aspectos seriam: aumento de tributação; descontrole de inflação e balança de pagamentos; busca por mudança de paradigma tecnológico; e sinalizações de abandono aos aliados. De Gilpin também derivamos que dado SI estaria no caminho de uma *guerra hegemônica* se: o que está em jogo é a governança do SI; há a formação de blocos pouco flexíveis; e aparecem ameaças e considerações sobre o emprego ilimitado de recursos de força. Com a existência das condições, três dinâmicas e suas consequências observáveis se imporiam: *intensificação de conflitos*, *tempestividade*, e *redução do controle racional*. Dessas dinâmicas, verificaremos as seguintes derivadas: alteração de ânimos de cooperação para desagregação; perda de convergência de valores; tensões e conflitos de interesses entre unidades, com a negligência hegemônica; redução da confiança nos mecanismos de ajuste; intensificação de esforços preventivos e preemptivos; e descolamento de percepções entre o *hegemon* e o desafiante (s) sobre aspectos sistêmicos.

Como vimos, o modelo analítico de Gilpin nos permite avaliar se dado SI estaria ou não nos trilhos de uma *guerra hegemônica*. Tudo que pesquisamos até aqui pretendeu fornecer evidências e robustez para essa avaliação. Mas fez mais do que isso; nos forneceu material para uma visão mais detalhada da Conjuntura pesquisada, que vai se mostrando cada vez mais complexa do que o esperado. E essa visão mais detalhada, independentemente da aceitação do que concluirmos sobre a existência das condições para uma *guerra hegemônica*, já constitui um avanço heurístico.

Vamos investigar, de uma perspectiva mais ampla, a atuação hegemônica para *incorporar recursos e/ou reduzir compromisso*, começando pela questão do aumento da tributação. Em que pese precisarmos estar alertas para o fato de que tributação e despesas não se equivalem diretamente, pois existem maneiras de aumentar as despesas adiando ou burlando a tributação, o que derivamos de Gilpin nos convida a olhar a tributação. Pegaremos dados de duas fontes distintas que, apesar de alguma diferença nos períodos considerados, julgamos suficientes para indicar a mesma tendência durante a Conjuntura: não houve



aumento significativo da proporção de tributação praticada pelo *hegemon*<sup>785</sup>. Os dados serão apresentados a partir dos gráficos 5 e 6, que indicam, respectivamente, a tendência histórica e ampliada de tributação entre 1868 e 2008 e a relação impostos/PIB entre 2000 e 2020<sup>786</sup>.

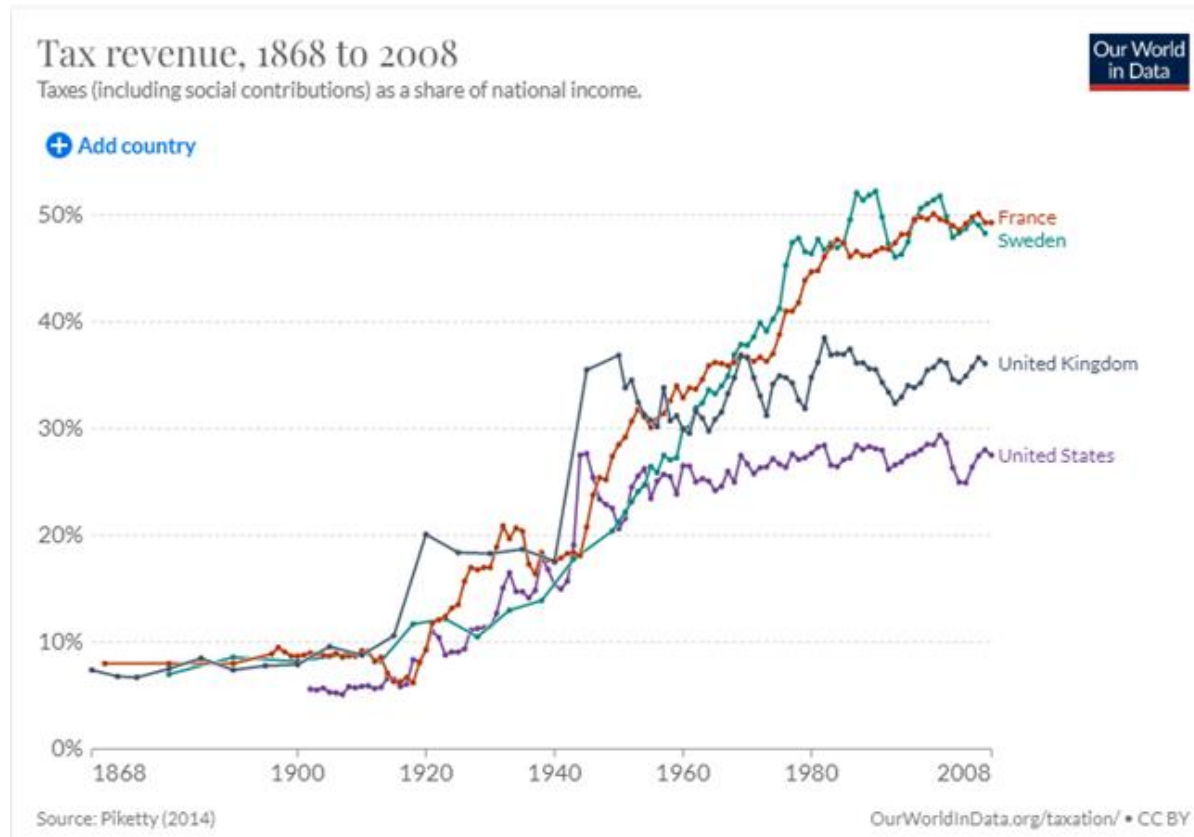


Gráfico 5 - Tributação entre 1868 e 2008 (Fonte Our World in Data)<sup>787</sup>

<sup>785</sup> Certamente que com o aumento da riqueza dos países do núcleo, o valor real do montante de recursos disponíveis a cada unidade aumentou. Mas nosso interesse se limita a questão da tributação em relação a riqueza produzida, o que doravante nos referiremos como tributação.

<sup>786</sup> Acesso em 27/07/2022 e nos links: <https://ourworldindata.org/taxation>; e <https://www.oecd.org/tax/revenue-statistics-united-states.pdf>.

<sup>787</sup> Acesso em 27/07/2022 e nos links: <https://ourworldindata.org/taxation>.

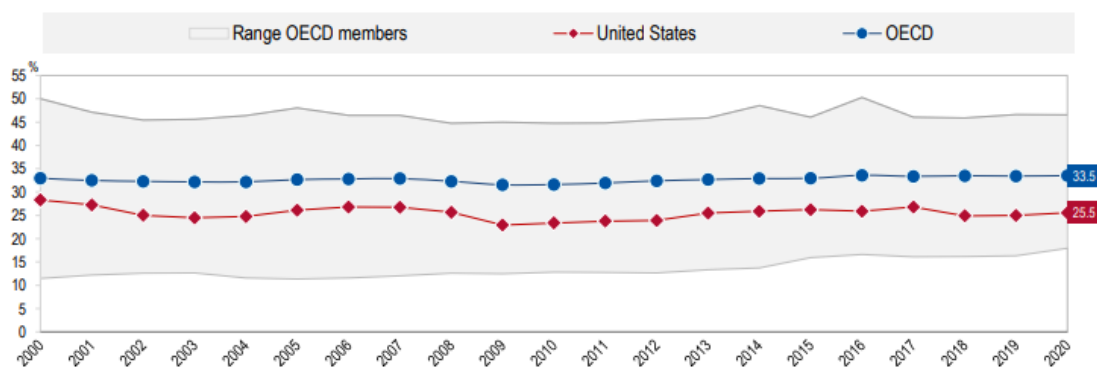


Gráfico 6 – Relação tributação/PIB entre 2000 e 2020 (Fonte OCDE)<sup>788</sup>

Os dois gráficos nos indicam duas tendências de interesse. A primeira é que, de uma perspectiva histórica, o *hegemon* não se desviou do núcleo do SI no que diz respeito ao aumento de tributação; manteve suas despesas gerais em níveis comparáveis - e até abaixo – com a média dos países do núcleo do SI. Enquanto os países da OCDE mantiveram uma média de 33,5% de despesas no período considerado pelo gráfico 6, os EUA mantiveram, no mesmo período, uma média de 25,5%.

A segunda tendência combina os dados apresentados no gráfico 5 com uma das teses derivadas das pesquisas de Fiori. Se observarmos os intervalos de tempo do gráfico 5 referentes as I e II GM, veremos que a tributação na Inglaterra e França aumentou muito nos dois períodos<sup>789</sup>. Nos EUA, a tributação também sofreu aumento significativo no período da II GM. Não só esses aumentos nos períodos de guerra como o comportamento histórico da tributação no núcleo do SI são compatíveis com uma das teses derivadas das pesquisas de Fiori, a de que os custos, portanto em algum momento a tributação, dos Estados modernos e do núcleo tendem a aumentar. Nos diz Fiori que “o que cresceu de forma regular e constante foram as dimensões e os custos das guerras, ficando cada vez mais difícil enfrentá-las e vencê-las sem dispor de recursos abundantes, em expansão exponencial”<sup>790</sup>. Claro que o aumento da tributação dos países do núcleo nos períodos excetuados de grandes conflitos não se

<sup>788</sup> Acesso em 27/07/2022 e no link: <https://www.oecd.org/tax/revenue-statistics-united-states.pdf>.

<sup>789</sup> Particularmente no que diz respeito a IGM, há uma pequena defasagem temporal entre o início da guerra e o aumento de tributação na França, o que não aconteceu com a Inglaterra. Essa defasagem tem provável ligação com a forma como o país custeou as despesas iniciais da guerra, seja dispendendo reservas, aplicando o confisco ou emitindo títulos de dívida. Qualquer combinação das três possibilidades adiará o aumento da tributação, explicando a referida defasagem.

<sup>790</sup> FIORI, 2004, p. 29.

deveu unicamente a preparação para guerra; despesas sociais também se impuseram. Mas ambos os grupos de despesas estão fortemente correlacionados com a competição internacional.

A observação do gráfico 5 nos impõe uma outra consideração. No geral, a tributação aumentou acentuadamente nos períodos das guerras, declinando em seguida. As duas grandes guerras se deram, de forma predominante, dentro do paradigma de mobilização nacional ao longo do período. Isso foi possível pois a tecnologia, tempo de produção e o treinamento envolvidos na dotação e operação do material bélico ser relativamente curto. Ou seja, era possível iniciar uma guerra com baixa dotação de material e pessoal e construir essas capacidades ao longo do tempo, o que aconteceu com os EUA e a ex-URSS durante a II GM. Mas os níveis de tecnologia consideradas no material bélico vem aumentando e, com isso, os custos e tempo de produção bem como as demandas de formação e treinamento. Essa mudança sugere que nos conflitos hegemônicos dentro do atual paradigma tecnológico, as despesas, portanto as tendências de tributação, tenderão a aumentar previamente ao enfrentamento, o que não aconteceu na Conjuntura pesquisada, como fica claro na observação do gráfico 7, abaixo apresentado e que mostra a variação no tempo das despesas militares dos EUA, em termos absolutos e como percentual do PIB.

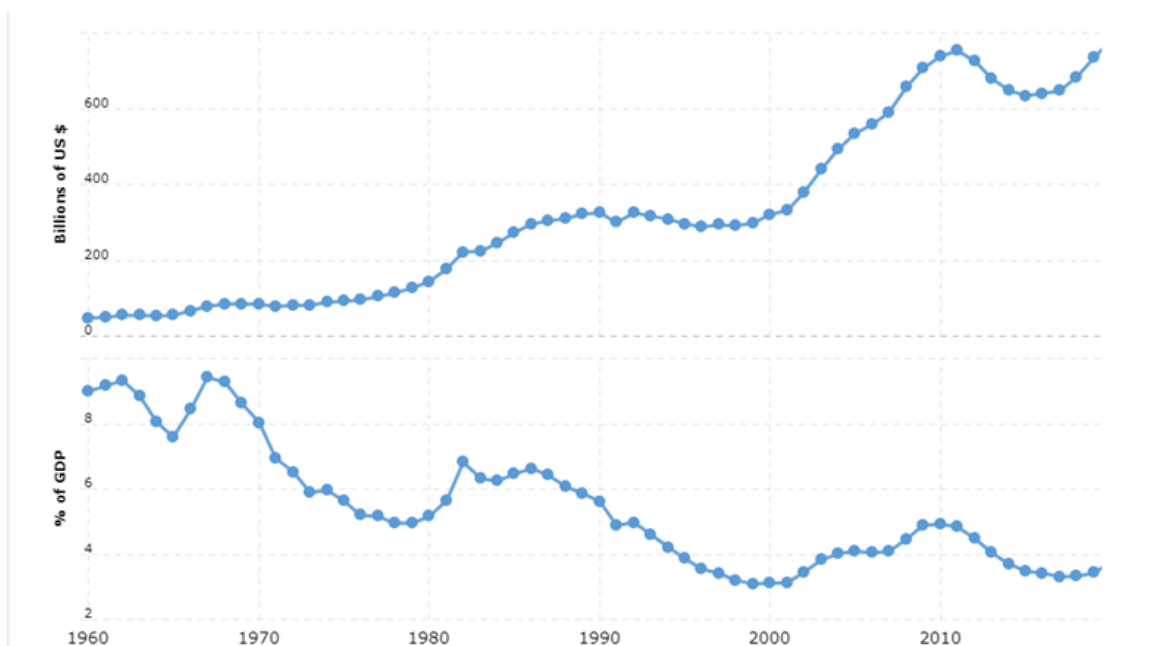


Gráfico 7 – Despesas militares dos EUA entre 1960 e 2019 (Fonte BM)<sup>791</sup>

Quando consideramos o gráfico 7, podemos ver que as despesas militares - proporcionais ao PIB - dos EUA após o período da guerra do Vietnã entram em considerável declínio, saindo do pico de 9,4 % em 1967 para 3,1% em 2000<sup>792</sup>. No período da Conjuntura de interesse, as despesas militares encontraram uma oscilação em entre 5,1% do PIB em 1991, pico do período, para 4,5% em 2008, mantendo uma oscilação na faixa dos 4%. Esses dados são consistentes com as pesquisas de Joffe que avalia o poder militar dos EUA de baixos custos e altos benefícios<sup>793</sup>. Para o autor, foram duas as razões para o grande aumento da dívida americana no período conjuntural: incentivos monetários para reduzir os efeitos da crise de 2008 e despesas sociais<sup>794</sup>.

Já consideramos o comportamento da inflação no item 3.1.5, quando investigamos a economia hegemônica. Vimos que na Conjuntura a inflação não foi um problema para os EUA. No que diz respeito a balança de pagamentos, representada no gráfico 8, a economia americana experimentou um aumento do déficit entre 1991 e 2006, para, em seguida, iniciar uma recuperação ao término da Conjuntura, atingindo um déficit de 3,4% do PIB. As oscilações presentes no gráfico 8 precisam ser consideradas em conjunto com alguns

<sup>791</sup> Acesso em 01/08/2022 e no link: <https://www.macrotrends.net/countries/USA/united-states/military-spending-defense-budget>.

<sup>792</sup> Julgamos oportuno salientar que a aferição de despesas militares é um assunto controverso, com um enorme debate sobre “o que” e “como” aferir para a caracterização de despesas militares.

<sup>793</sup> JOFFE, 2015, p. 101.

<sup>794</sup> JOFFE, 2015, p. 263.

aspectos que investigamos quando tratamos da economia hegemônica. São eles: o comportamento dos juros, a inflação, o câmbio e a tributação. Devemos considerar ainda as questões do *despertar da periferia*, o controle da moeda de referência internacional e a ideia de Krugman e Rajan de que os EUA assumiram o papel de tomadores de crédito e centro de consumo mundial<sup>795</sup>. Eichengreen, em suas considerações sobre a dominância do USD e minimizando a questão dos déficits americanos, nos diz que “os juros que os EUA pagam por seus passivos externos são 2 ou 3% inferiores as taxas de retorno de seus investimentos no exterior”, assim “os EUA poderiam manter déficits externos no valor dessas diferenças, importando mais do que exportam e consumindo mais do que produzem, ano após ano, sem se endividarem mais em relação ao resto do mundo”<sup>796</sup>. Além disso, para o autor, o verdadeiro poder dos EUA não vem do chamado privilégio exorbitante, que deriva da dominância da moeda de referência internacional, e sim da composição de crescimento econômico com gestão fiscal para custear o seu orçamento militar<sup>797</sup>.

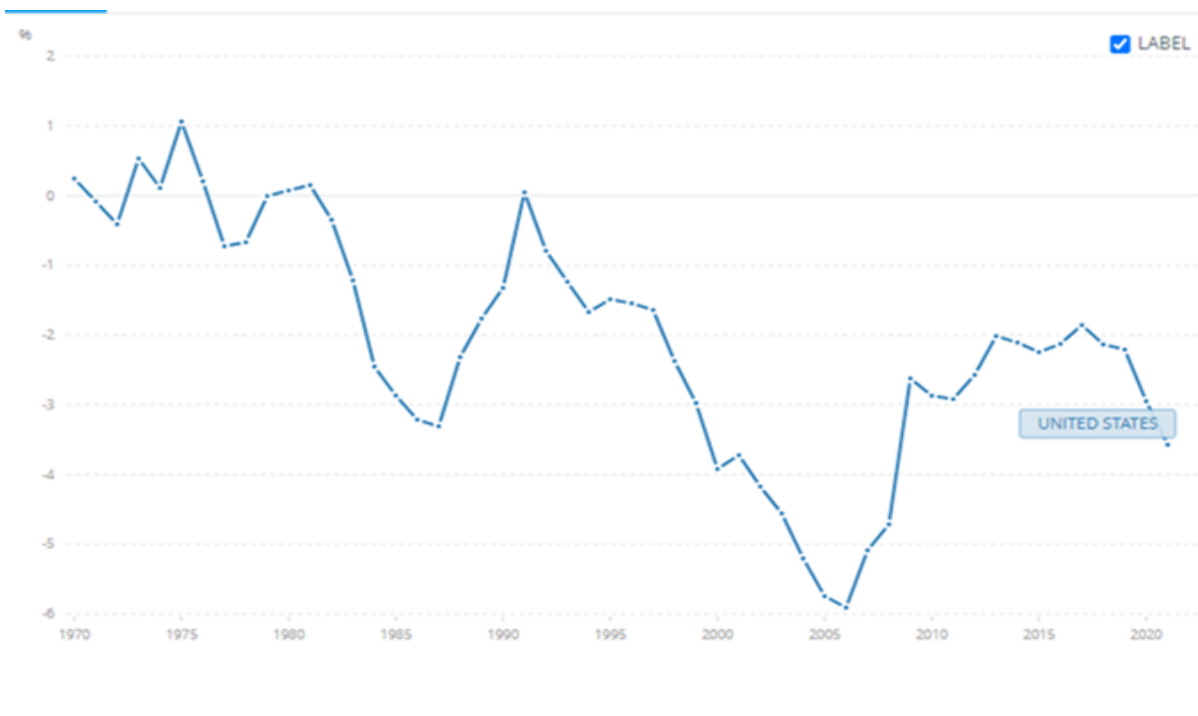


Gráfico 8 – Balança de pagamento dos EUA entre 1970 e 2020 (Fonte BM)<sup>798</sup>

<sup>795</sup> KRUGMAN, 2009, p. 185 e RAJAN, 2012, p. 327.

<sup>796</sup> EICHENGREEN, 2010, p. 4.

<sup>797</sup> EICHENGREEN, 2010, p. 174.

<sup>798</sup> Acesso em 01/08/2022 e no link: <https://data.worldbank.org/indicator/NE.RSB.GNFS.ZS?locations=US>.

Quando consideramos o já pesquisado, o aumento do déficit até 2005, sua redução e posterior estabilização cíclica na faixa de 3% do PIB não constituiu um problema sério para o *hegemon*.

Assim, a combinação de forma panorâmica do pesquisado sobre tributação, inflação, despesas militares e desequilíbrios de pagamento do *hegemon* não indica que esteve em curso na Conjuntura um processo de *incorporação de recursos* nos níveis preparatórios de uma *guerra hegemônica*<sup>799</sup>. Veremos a seguir a questão da mudança de paradigma tecnológico.

Vimos, quando investigamos a questão do *diferencial de poder tecnológico*, que os EUA permaneceram na dianteira durante a Conjuntura, em que pese alguma redução por parte da RPC. Consideraremos a seguir o comportamento geral dos investimentos dos EUA em pesquisa e desenvolvimento<sup>800</sup> (P&D), para avaliarmos os esforços em mudança de paradigma tecnológico que indiquem inclinações para uma *guerra hegemônica*.

De acordo com Foot e Atkinsons, os EUA vem apresentando uma tendência histórica de redução dos investimentos federais em pesquisa em relação ao PIB, que se agravou a partir de 1990, como mostra o gráfico 9. O gráfico 10 mostra uma tendência histórica de compensação pelo setor privado da redução de investimentos públicos, o que manteve o investimento total em P&D praticamente estável durante a Conjuntura. Em que pese o aumento nos investimentos privados, na medida em que declinavam os investimentos públicos, os autores consideram que a tendência é preocupante<sup>801</sup>. Joffe tem uma visão mais otimista, afirmando que o que comandará as economias do futuro são as pesquisas básicas, computadores poderosos, desenvolvimento de softwares, inteligência artificial, nano e biotecnologia, reconhecimento de imagens, comércio digital, e aplicativos, áreas em que os EUA já começou liderando na Conjuntura e continuou dominando<sup>802</sup>.

---

<sup>799</sup> Certamente que existe a possibilidade de os EUA terem avaliado que os recursos necessários a um enfrentamento hegemônico já estariam disponíveis, sendo desnecessária uma mobilização de adicionais. Mas consideramos essa hipótese menos provável do que nossa avaliação.

<sup>800</sup> Utilizaremos a seguinte fonte: FOOTE, Caleb e ATKINSONS, Robert D. Federal Support for R&D Continues its Ignominious slide. Produzido em 12/08/2019, acesso em 01/08/2022 e no link: <https://itif.org/publications/2019/08/12/federal-support-rd-continues-its-ignominious-slide/>.

<sup>801</sup> Foote e Atkinsons, 2019.

<sup>802</sup> JOFFE, 2015, p. 189.

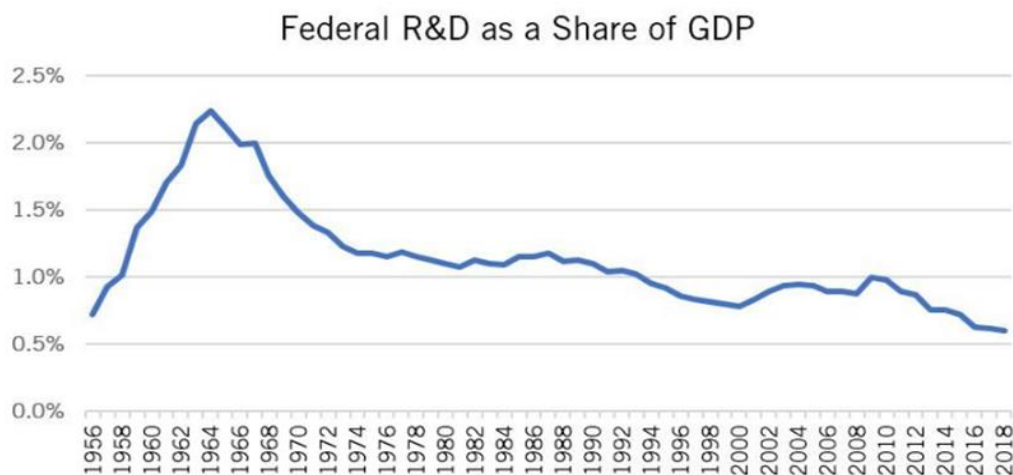


Gráfico 9 – Investimentos governamentais dos EUA em P&D entre 1956-2018 (Fonte: Foote e Atkinsons, 2019)<sup>803</sup>

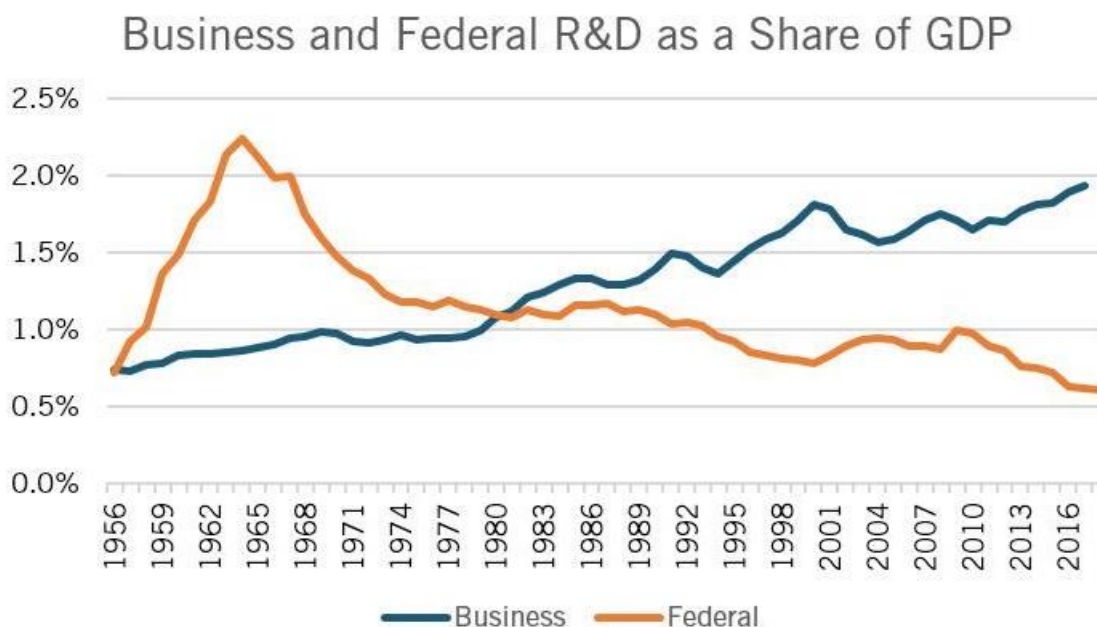


Gráfico 10 – Investimentos públicos e privados dos EUA em P&D entre 1956-2018 (Fonte: Foote e Atkinsons, 2019)

O gráfico 10 mostra como o investimento público era crescente no período de uma séria confrontação hegemônica, de meados da década de 1950 até o pico de meados da década de 1960. O gráfico 10 também indica três questões interessantes, mas de relevância baixa para a pesquisa. A primeira é se o declínio do investimento público iniciado em meados da década de 1960 teria relação com o aumento das despesas da guerra do Vietnã; a segunda

<sup>803</sup> Acesso em 01/08/2022 e no link: <https://itif.org/publications/2019/08/12/federal-support-rd-continues-its-ignominious-slide/>.

é se, a partir de uma perspectiva mais ampla do que a Conjuntura de interesse, a substituição dos investimentos públicos por privados obedece a algum projeto mais amplo, o que parece provável pois o declínio do primeiro é síncrono com o aumento do segundo; e a terceira é se a tendência de redução veio acompanhada de um direcionamento maior das pesquisas para algumas áreas e que áreas teriam sido beneficiadas e prejudicadas.

Do observado nos gráficos 9 e 10, considerando o aumento em valores absolutos do PIB dos EUA e o sustentado por Joffe, podemos concluir que os EUA investiram em mudanças de paradigma tecnológico na Conjuntura, mas esse esforço não indicou claramente os prenúncios de uma disputa hegemônica específica. Após tratarmos dos componentes que nos indicaram a tendência de *incorporação de recursos* pelo hegemon, passaremos a seguir a investigarmos se tivemos ou não na Conjuntura *redução de compromissos*.

Já vimos que o *hegemon* manteve alta a sua *capacidade de arrasto*, ao mesmo tempo em que se distraiu em três *guerras da hegemonia*, quando, de forma crescente, agiu unilateralmente, se desvinculando progressivamente dos interesses e posições de seus aliados. Atuou para expandir globalmente o modelo democrático-liberal, independentemente das consequências dentro das mais diferentes sociedades. Perdeu o foco da visão global e sistêmica em detrimento da atuação supremacista, civilizacional e catequética em duas das periferias do SI. Com as ações nas periferias e as crises conjunturais - onde salientamos que o *hegemon* atuou de forma rápida para impedir maiores consequências ao funcionamento da economia mundial -, sofreu desgaste de sua imagem, mas não perdeu a liderança na *hierarquia de prestígio*. Observamos ainda a degradação das *regras e direitos*, com significativas *alterações relacionais e mudanças no sistema*.

O quadro apresentado no parágrafo acima já nos dá algumas indicações sobre a questão da *redução de compromissos*. O envolvimento nas catequéticas *guerras da hegemonia* e a expansão de sua forma particular de organização política e econômica já indicavam a predisposição para a indiferença, avanços isolados e abandonos, o que de fato aconteceu quando dos envoltimentos na Ásia Central e Oriente Médio. Mesmo ainda dispondo de alta *capacidade de arrasto* e liderança na *hierarquia de prestígio*, optou pela atuação unilateral em momentos críticos. Mas em duas outras regiões, Europa e Leste da Ásia, a Conjuntura presenciou um comportamento hegemônico dual e contraditório; agiu globalmente de forma unilateral, ao mesmo tempo em que impunha francamente, e



esperando entusiasmados suportes, os seus interesses. Sendo que nessas duas regiões do mundo que se configurou no pós II GM estão os aliados mais importantes dos EUA em nível global<sup>804</sup>.

Na Europa, envolvida desde o início da Conjuntura em um duplo e complexo processo, de união e de integração dos cacos remanescentes da implosão de um dos blocos da ordem bipolar, o *hegemon* ignorou e até hostilizou as posições divergentes sobre o tom do envolvimento nas periferias<sup>805</sup> e sobre os riscos existentes na economia mundial<sup>806</sup>. Isso ao mesmo tempo em que contava com os aliados europeus para a expansão da OTAN, mesmo arriscando a estabilidade do delicado processo de união e a segurança estratégica do continente, com apontou Fiori<sup>807</sup>. Embora tenham sido recorrentes as queixas dos EUA sobre a contribuição financeira e militar de alguns países membros da OTAN, essas queixas indicavam menos a intenção de abandono do que o clamor por uma divisão de custos mais equânime<sup>808</sup>. Assim, em que pese as condutas unilaterais explícitas nas *guerras da hegemonia* e as reclamações sobre a divisão de esforços e custos, os EUA não só não abandonaram os aliados europeus como se valeram deles para sua expansão regional, com consequências que só viriam a ficar claras uma década depois do término da Conjuntura pesquisada, no que Fiori indicaria como sendo “as portas de entrada da ‘nova ordem mundial’”<sup>809</sup>.

No Leste da Ásia que, ao invés de um quadro de união e integração pós derrocada, apresentava, segundo Kissinger, uma dinâmica westfaliana clássica de equilíbrio de poder<sup>810</sup>, o *hegemon* também não deu sinais de abandono. Na verdade, o contrário se deu. Entre 2005 e 2011 buscou desenvolver uma larga parceria regional das economias do Pacífico<sup>811</sup>, a TPP,

---

<sup>804</sup> Certamente que os EUA possuem importantes aliados fora dessas áreas, como Canadá, Colômbia, Israel e Austrália. Mas esses aliados possuem influência global limitada.

<sup>805</sup> O caso mais notório e até cômico foi a campanha interna feita contra a França no contexto da Guerra do Iraque, onde se propôs alterar nos cardápios nacionais a denominação de “French fries” para “Freedom fries”. Acesso em 02/08/2022 e no link: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/reuters/ult112u29527.shtml>.

<sup>806</sup> RAJAN, 2012, p. 120.

<sup>807</sup> Afirma Fiori que “durante toda a década de 90, os EUA e a OTAN promoveram ativamente a cooptação dos países do antigo Pacto de Varsóvia e o desmembramento do próprio território russo, consolidado desde o início do século XIX”. Acesso em 18/06/2021 e no link: <https://www.brasil247.com/blog/o-controle-militar-da-ucrania>.

<sup>808</sup> Acesso em 02/08/2022 e no link: <https://foreignpolicy.com/2022/06/10/2-percent-defense-spending-nato-budget-bad-target/>.

<sup>809</sup> Acesso em 02/08/2022 e no link: <https://www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-na-rede/2022/07/o-mundo-depois-da-guerra-na-ucrania-por-jose-luis-fiori/>.

<sup>810</sup> KISSINGER, 2015, p. 370.

<sup>811</sup> Acesso em 02/08/2022 e no link: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/4332?locale-attribute=en>.

que excluía a potência em ascensão, a RPC. Além disso, no evento que assumimos encerrar a Conjuntura, o *pivot* para a Ásia, anunciou a reorientação de seus esforços estratégicos das regiões da Ásia Central e Oriente Médio para a Ásia nas duas grandes direções de atuação, econômica e estratégica, com consideráveis custos e riscos<sup>812</sup>. Assim, a exemplo do que se deu na Europa e distraído pelas *guerras da hegemonia*, os EUA não só não deram indicações de abandono dos aliados como ampliaram a imposição da sua presença.

As duas regiões, Europa e Leste Asiático, compartilhavam a similaridade de serem de grande relevância para economia global e grande potencial de instabilidade. Na primeira, os países tentavam a união; na segunda, uma tendência de competição westfaliana dominou a Conjuntura. A instabilidade da primeira derivou do complexo esforço de união adicionado, em prazos mais alongados, da necessidade de lidar com uma potência ferida e disposta a renascer, a Rússia. A instabilidade da segunda derivou do delicado e dinâmico equilíbrio de poder para acomodar uma potência em rápido ressurgimento, a RPC. Nas duas regiões, o *hegemon* não deu sinais de abandono; na verdade suas ações incisivas agravaram as instabilidades regionais endógenas. Assim, concluímos que a Conjuntura não presenciou a *redução de compromissos do hegemon*, que seria esperada nos momentos que precedessem uma *guerra hegemônica*. Veremos a seguir a primeira das condições para uma guerra hegemônica, se o que esteve em jogo durante a Conjuntura foi a governança do SI.

Sobre a questão da *governança do SI*, vimos, quando tratamos do *diferencial de poder* que, em que pese termos constatado uma redução desse aspecto observável para médio, os EUA continuaram atuando com grande amplitude na região do Leste e Sudeste Asiático. Isso impediu que a RPC implementasse qualquer visão regional que fosse próxima ao que os americanos fizeram com a doutrina Monroe, interditando a presença de potências europeias no Caribe. Com a RPC enfrentando limitações até mesmo para uma atuação regional mais assertiva, fica difícil de sustentarmos que a RPC tinha condições de contestar seriamente ou ameaçar a *governança do SI*.

Na nossa investigação sobre a *capacidade de arrasto*, igualmente avaliamos uma redução entre o que cada uma das duas unidades seria capaz, em um SI naturalmente tendendo a fragmentação. Os EUA mantiveram altas as capacidades de estabelecer agendas,

---

<sup>812</sup> ZAKARIA, 2020, p. 64 e 65.

garantir a proteção e formar e manter parcerias comerciais; a RPC passou para médias as suas capacidades de garantir proteção e de formar e manter parcerias comerciais, mas manteve baixa a sua capacidade de estabelecer agendas. Essa redução da *capacidade de arrasto* poderia até ter dado as condições iniciais para a RPC colocar em jogo a governança do SI - o que não aconteceu -, mas com consideráveis riscos, uma vez que os EUA ainda possuíam a supremacia de arrasto não só na região, mas globalmente.

De nossas investigações sobre as atitudes das unidades diante do *diferencial de poder*, vimos que a RPC se comportou de forma *progressista*. No que diz respeito a *estrutura sistêmica*, o comportamento foi dual; *progressista* regionalmente e *conservador* globalmente. Com posturas típicas, seja no que diz respeito ao *diferencial de poder* ou a *estrutura sistêmica* oscilando entre *progressista* e *conservadora*, avaliamos que a RPC não colocou sob ameaça a *governança do SI*, o que é compatível com a postura chinesa histórica.

De nossas investigações sobre a prevalência e os significados das guerras, vimos que os EUA travaram três *guerras da hegemonia* de forma crescentemente unilateral, em regiões periféricas e com o propósito catequético de reprodução da sua forma de organização social e econômica, mais notadamente nas duas últimas. Fracassaram. E o esperado em situações em que a *governança do SI* estivesse em jogo seria a negligência das regiões periféricas para dirigir a atenção aos locais onde estivessem as contestações a governança. Não só nas *guerras da hegemonia* como no que diz respeito ao cambaleante derrotado da Guerra Fria, o *hegemon* foi incapaz de demonstrar empatia com os derrotados. A empatia com os derrotados aumentaria a necessária *capacidade de arrasto* e seria esperada em situações em que a *governança do SI* estivesse em jogo. E os EUA sabem disso pois foram empáticos com a Alemanha e Japão no pós II GM, quando a então URSS oferecia um modelo alternativo de governança. Assim, do comportamento dos EUA no uso de seus recursos bélicos, avaliamos que a governança do SI não esteve em jogo durante a Conjuntura.

Sabemos que após a crise política que tratamos, a Terceira de Taiwan, a RPC passou a se preocupar mais com a formação de sua imagem, evitando a ideia de um gigante e agressor regional. Também mostrou o quão longe a RPC estava em termos de capacidades militares para sustentar mesmo as suas pretensões regionais. As três crises econômicas do período foram todas conjunturais e ligadas a um dos pilares do modelo econômico imposto pelos EUA a maior parte do mundo, o livre fluxo de grandes volumes de capital. Pelas

preocupações da RPC com a sua imagem e capacidades e pela indiferença com que os EUA permitiram que a crença no mecanismo disciplinador dos fluxos de capital desestabilizasse três vezes a economia mundial, avaliamos também que a *governança do SI* não esteve em jogo na Conjuntura.

As alterações observadas na *hierarquia de prestígio* colocaram a RPC em um patamar superior, no núcleo do SI, mas isso não retirou dos EUA a posição de primazia. A *distribuição de poder* também sofreu alterações, mas os EUA também terminaram a Conjuntura com a posição de liderança. Constatamos também uma assimetria perigosa entre as variações da *hierarquia de prestígio* e da *distribuição de poder*. Essa assimetria, bem como os aspectos de *hierarquia de prestígio* e *distribuição de poder* considerados isoladamente, indica que a governança do SI não esteve em jogo.

Observamos séria degradação das *regras e direitos*, com significativas *alterações relacionais* e *mudanças no sistema* sem, contudo, constataremos indicações de *transformações do sistema*. E, como vimos, as degradações das *regras e direitos* e as *alterações relacionais* decorreram das ações hegemônica, que contribuíram para a desorganização do SI, mas não colocaram em risco a governança.

Quando tratamos da economia hegemônica, vimos que tributação, inflação, despesas militares e desequilíbrios de pagamento do *hegemon* não indicaram um processo franco de *incorporação de recursos*, esperados em casos de iminente disputa hegemônica. Assim, o funcionamento da economia hegemônica também não indicou as alterações esperadas caso a governança do SI estivesse em jogo. Apresentaremos, a seguir uma síntese da nossa avaliação sobre a questão da *governança do SI*, para em seguida tratarmos da formação de blocos pouco flexíveis.

Neste parágrafo apresentaremos a nossa avaliação geral sobre a questão da *governança do SI*. Como já deve ter ficado claro, sustentamos que a *governança do SI* não esteve em jogo no intervalo da Conjuntura, permanecendo uma prerrogativa hegemônica. A RPC possuía limitações até mesmo para uma atuação regional mais assertiva e ainda tinha a preocupação com a percepção dos seus vizinhos sobre a sua ascensão, estando fora de suas capacidades a ameaça a governança. A *capacidade de arrasto* hegemônica continuou alta e não foi usada para o benefício da governança; a capacidade de RPC aumentou, mas não foi

usada para esforços globais contestatórios de maiores impactos. Os EUA usaram de forma livre seus recursos bélicos em periferias de menor relevância, em esforços supremacistas e catequéticos que se aproximaram mais de uma distração do que de um esforço consistente de proteção da governança. Também toleraram desatentamente grandes fluxos de capital que desestabilizaram significativamente a economia global por três vezes. As alterações na *distribuição de poder* e na *hierarquia de prestígio* não foram compatíveis com o que seria esperado em períodos de contestação da *governança do SI*. Degradações das *regras e direitos* e as *alterações relacionais* se impuseram pela atuação do *hegemon*. Além disso, a sua economia não indicou a incorporação de recursos que deveria preceder momentos de clara contestação da governança. Assim, fica claro que a *governança do SI* não esteve ameaçada durante a Conjuntura. Na verdade, o contrário se deu; o hegemon agiu com ampla liberdade exatamente em função da clara e incontestada retenção da *governança do SI* no espaço Conjuntural. Veremos a seguir se a Conjuntura presenciou ou não tendência de formação de blocos pouco flexíveis, a segunda das condições de uma guerra hegemônica.

Kissinger nos indicou a tendência de fragmentação do SI - até mesmo antes da implosão soviética -, quando começaram a se desfazer as condições que garantiram a criação da ordem internacional americana no pós II GM<sup>813</sup>. Quando investigamos a existência de sinais de abandono hegemônico, esperado em situações de enfrentamentos com risco estrutural, vimos que nas duas regiões de maior relevância e custo, Europa e Leste Asiático, ambas em situação de instabilidade, o comportamento dos EUA foi inconsistente. Ao mesmo tempo em que não deu sinais de abandono, não foram observados esforços significativos na construção de consenso e as ações dos EUA agravaram as instabilidades regionais endógenas. A distração hegemônica e a predominante unilateralidade durante as *guerras da hegemonia* reforçam a ideia de que os EUA<sup>814</sup> não buscavam a formação de blocos pouco flexíveis. Tampouco buscou a RPC, que, como vimos, foi predominantemente *conservadora* em seu ressurgimento<sup>815</sup>, preocupada com a imagem regional que uma postura muito assertiva poderia despertar em seus vizinhos.

---

<sup>813</sup> KISSINGER, 2015, p. 180 e 279 e JOFFE, 2015, p. 222, 223 e 227.

<sup>814</sup> Zakaria sustenta que ao término da Conjuntura os EUA iniciaram esforços para aumentar sua presença na região do Leste e Sudeste Asiático e reduzir a vulnerabilidade dos países da região a atração gravitacional do mercado chinês, mas esses esforços seriam abandonados em seguida (ZAKARIA, 2020, p. 56).

<sup>815</sup> ALLISON, 2020, p. 36 e 38.

Farrell e Newman indicam que a interconexão econômica entre EUA e RPC atingiu níveis improváveis de rompimento sem o estabelecimento do caos. Nas palavras dos autores, “as duas unidades possuem pouca ou nenhuma habilidade para se transformarem em economicamente autárquicos autossuficientes; belicistas em Pequim e Washington podem falar de uma nova Guerra Fria, mas não existem hoje as condições de divisão do mundo em dois blocos antagônicos<sup>816</sup>. E a ruptura econômica, que não aconteceu na Conjuntura e nem enquanto essas linhas estão sendo escritas, seria uma condição esperada na formação de blocos pouco flexíveis<sup>817</sup>. Assim, avaliamos que não se formou na Conjuntura blocos antagônicos inflexíveis, a exemplo do que se deu nas duas guerras mundiais e na guerra fria. Vejamos a seguir o aspecto das ameaças sobre o emprego ilimitado de recursos de força, a terceira das condições de uma guerra hegemônica.

As duas evidências que apontaremos sobre a consideração do uso ilimitado da força são: as *guerras da hegemonia* e a mudança de paradigma que os EUA experimentaram a partir de 2017 no que diz respeito a sua atuação global<sup>818</sup>. Vejamos a questão das *guerras da hegemonia*.

Investigamos uma crise política, a terceira Crise de Taiwan, e três *guerras da hegemonia*. Vimos que a crise deixou clara a incapacidade da RPC de confrontar, ainda que limitada e regionalmente, o poder bélico dos EUA. A partir desse momento e durante a Conjuntura, a RPC perseguiu decididamente a redução dessa inferioridade, mas sempre de forma cuidadosa<sup>819</sup>. Portanto, ainda que investindo consistentemente para a redução do *diferencial de poder* político, a RPC não sinalizou clara e frequentemente a possibilidade de emprego ilimitado de recursos de força<sup>820</sup>.

---

<sup>816</sup> Tradução nossa e no original: “[...] States have little or no ability to become economically self-reliant. Hawks in Beijing and Washington may talk about a new Cold War, but there is today no way to split the world into competing blocs” (FARRELL e NEWMAN, 2020, p. 70).

<sup>817</sup> Esperada dissemos, mas não necessária. Se nos remetermos ao caso histórico da IGM, veremos que as parcerias comerciais se mantiveram ativas até bem perto do início das hostilidades.

<sup>818</sup> Essa consideração é externa ao período da Conjuntura pesquisada, mas constitui, no nosso entender, a evidência mais consistente do que predominou na Conjuntura a partir da mudança que se materializaria posteriormente.

<sup>819</sup> BRESLIN, 2010, p. 36.

<sup>820</sup> Para exemplificar a questão do emprego ilimitado de recursos de força, enquanto essa pesquisa está sendo escrita, a Rússia, no contexto da guerra na Ucrânia, sinalizou a possibilidade do eventual uso de artefatos nucleares. Esse tipo de declaração não aconteceu das partes, seja EUA ou RPC, no intervalo conjuntural.

A primeira das três *guerras da hegemonia*, a do Golfo, deu um sinal não só para a RPC, mas para todo o mundo, da supremacia convencional dos EUA. Os EUA, por sua vez, se mostraram capazes do uso competente, crescentemente unilateral e pouco realista dos recursos militares, que foi encontrando seus limites ao longo das três guerras. Nas duas últimas guerras, o poder militar dos EUA garantiu o sucesso inicial de suas empreitadas civilizacionais e catequéticas, mas foi incapaz de garantir a efetivação do projeto supremacista. Na verdade, o contrário se deu; os EUA se viram envolvidos em desgastantes e pouco promissoras guerras de insurgência nos países ocupados. Mesmo com os crescentes sinais de insucesso, os EUA oscilaram seus esforços militares ao longo da Conjuntura, com a tendência geral de retirada do Iraque e Afeganistão, o que eventualmente acabou acontecendo. Mesmo com os claros sinais de insucesso contra as insurgências, os EUA não anunciaram a possibilidade de emprego ilimitado de recursos de força; na verdade, anunciaram crescentemente a possibilidade de retração<sup>821</sup>. Para Joffe, “O uso da força mudou do emprego massivo de força militar para a interferência afastada e ataques pontuais, explorando a economia de recursos e a segurança das armas de emprego além da capacidade de retaliação adversária<sup>822</sup>. E quanto as regiões do Leste e Sudeste Asiático, como vimos, predominou, até em função do envolvimento na Ásia Central e Oriente Médio, a distração hegemônica. Tanto o cuidado da RPC quanto as distrações hegemônicas nos permitem concluir que nenhum dos dois atores apresentou a intenção clara da possibilidade de emprego ilimitado de recursos de força. Trataremos a seguir da mudança de paradigma que os EUA experimentaram a partir de 2017.

Fiori aponta uma tendência de reversão da atuação catequética dos EUA nos anos finais da segunda década do corrente século. Para o autor:

Em síntese, os EUA estão se propondo a deixar para trás seu ‘cosmopolitismo liberal’ e sua ‘utopia globalista’ do século XX, e estão se convertendo à velha geopolítica das nações, inaugurada pela Paz de Westfália, em 1648. Mas atenção, porque os Estados Unidos reconhecem a inexistência de valores universais, e estão abandonando qualquer tipo de

---

<sup>821</sup> Além dos claros sinais de retração do Iraque e Afeganistão, que se iniciam no final da primeira década do século XXI, o *hegemon* se mostrou reticente em participar diretamente de outros envolvimento militares nas periferias. Joffe cita o caso da cautela que os EUA apresentaram para se envolver na guerra civil da Síria, que estoura em 2011 (JOFFE, 2015, p. 250).

<sup>822</sup> Tradução nossa e no original: “The use of force has shifted from massive deployment to over-the-horizon balancing and to pinpoint attacks exploiting the economy and safety of high-precision stand-off weapons” (JOFFE, 2015, p. 265).

utopia iluminista com relação ao futuro do sistema mundial. E estão se propondo a levar à frente uma corrida tecnológica e militar contínua, dentro de um sistema instabilizado pela ideia de que a guerra é um instrumento regular de solução de conflitos e que pode ser travada a qualquer momento e em qualquer lugar, contra qualquer rival, inimigo ou antigo aliado”<sup>823</sup>.

Colby e Mitchel, convergindo com Fiori, sustentam que os EUA deram sinais claros em seus documentos oficiais da intenção de transformar as relações com a RPC e Rússia em competitivas a partir de 2017 e 2018<sup>824</sup>. Mesmo com a franca alteração de paradigma, que só se fez meia década após o término da Conjuntura pesquisada, de construtor de um mundo a sua imagem para o de um competidor autocentrado, os EUA ainda não declararam aberta e frequentemente a possibilidade do emprego ilimitado de recursos de força contra os seus rivais globais.

Por razões diferentes, as duas unidades escaparam de declarações sobre uso ilimitado da força. O primeiro, distraído e sem rivais no campo militar convencional; o segundo, conduzindo com cautela conservadora seu ressurgimento. Assim, considerando os cuidados da RPC, as distrações hegemônicas e a mudança de paradigma de envolvimento global dos EUA, que só se daria uma década e meia após o término Conjuntural, concluímos que ambos, os EUA e a RPC, não indicaram ou sugeriram a intenção de emprego ilimitado de recursos de força. Passaremos a investigar as dinâmicas precedentes de um enfrentamento hegemônico.

Para Gilpin, um enfrentamento hegemônico seria precedido de três dinâmicas, que seriam a *intensificação de conflitos*; a *tempestividade*; e a *redução do controle racional*. Veremos a seguir se tivemos ao longo da Conjuntura a dinâmica de *intensificação de conflitos* entre as unidades.

Vamos basear a nossa avaliação e conclusões sobre a *intensificação de conflitos* entre as unidades a partir de indícios de inversão de posturas, de cooperação para desagregação; omissão hegemônica; significativa perda de convergência de valores; e se aumentam, inicialmente de forma difusa, as tensões e conflitos de interesses relacionados a essa inversão. Começaremos pela *inversão de Conjuntura* e o que se deu com relação as *regras e direitos*.

---

<sup>823</sup> FIORI, 2018, p. 399.

<sup>824</sup> COLBY e MITCHELL, 2020, p. 121.



Vimos que a Conjuntura pesquisada exibiu pequenos sinais de declínio hegemônico, mesmo assim foi predominantemente expansiva, beneficiando desproporcionalmente os EUA. Travou a seu critério as *guerras da hegemonia*, financiou seus déficits com boa parte das reservas do resto do mundo, criou uma arma financeira exclusiva e exportou para o mundo sua crença econômica, resultando em três grandes crises. Quando tratamos das *regras e direitos*, vimos que a forma mais ampla como as principais unidades passaram a se relacionar se modificou. O *hegemon* atuou de forma unilateral, supremacista e catequética, em um SI dependente de sua capacidade de ordenamento. Os benefícios dessa forma de atuação hegemônica foram distribuídos casuisticamente, dificultando a criação de interesses convergentes. A orientação para a ação hegemônica foi autocentrada e não coletiva. Com relação a RPC, as relações entre os dois atores evoluíram de forma crescentemente tensa. Com isso, durante a Conjuntura tivemos *alterações relacionais* na direção degenerativa, abrindo um perigoso espaço para ou aumento de divergências e redução da *resiliência sistêmica*. Assim, podemos concluir que durante a Conjuntura se intensificou a tendência já apontada por Kissinger e Joffe<sup>825</sup> de fragmentação e desagregação, implicando na perda de convergência de valores.

Ferido em seu orgulho pelos inconclusivos resultados das *guerras da hegemonia*, os EUA passam, ao final da Conjuntura, a dar sinais de resistência ao envolvimento em *guerras triviais*. Em duas guerras civis que aconteceram no contexto da Primavera Árabe, o *hegemon* apresentou comportamentos distintos; em uma evitou o envolvimento claro e, na outra, liderou e atuou, ainda que de forma militarmente limitada. Joffe aponta que os EUA evitaram se envolver na guerra civil da Síria, que estourou em 2011<sup>826</sup>. Mas, também em 2011, os EUA iniciam e lideram uma coalizão da OTAN<sup>827</sup> para implementar uma resolução da ONU de interferir na guerra civil que começava na Líbia, com um registro de sucesso inicial, mas fracasso no efeito final desejado, de conversão do país em uma democracia funcional<sup>828</sup>, nos moldes do ocidente. A atuação divergente nas duas *guerras triviais* próximas ao término da

---

<sup>825</sup> KISSINGER, 2015, p. 180 e 279 e JOFFE, 2015, p. 222, 223 e 227.

<sup>826</sup> JOFFE, 2015, p. 250.

<sup>827</sup> Fomentou o debate sobre os rumos da política externa dos EUA a partir daquele momento e se teria sido ou não adotado e dito o preceito *leading from behind*. Para maiores esclarecimentos, acessar o link: <https://foreignpolicy.com/2011/10/27/who-really-said-obama-was-leading-from-behind/>. Acesso em 15/08/2022.

<sup>828</sup> Acesso em 15/08/2022 e no link: <https://www.foreignaffairs.com/articles/libya/2019-02-18/obamas-libya-debacle>.

Conjuntura e aproximadas no espaço e no tempo sinalizou que os envolvimento foram calibrados caso a caso, indicando que a omissão hegemônica não seria uma tendência clara, tampouco a *redução do controle racional*. Quando estudamos as crises econômicas da Conjuntura, dos emergentes, *dot.com* e de 2008, vimos que os EUA não interferiram nas condições que tornaram cada uma delas possíveis. Mas a decisão de não interferir não foi por uma omissão em função da priorização de outros desafios, mas sim por considerar que o livre fluxo de grandes volumes de capital era uma das formas de expansão de seu modelo político e econômico, a democracia liberal. Só que os EUA agiram prontamente para garantir o funcionamento da economia mundial pelo menos em duas das crises, a dos emergentes e a de 2008. Essas poucas evidências apontam diferentes direções e tornam a avaliação inconclusiva. Assim, não temos como concluir que a Conjuntura presenciou uma clara tendência de omissão hegemônica. Passaremos a investigar a o que aconteceu no que diz respeito a *intensificação dos conflitos*.

Nos apoiaremos nos dados disponibilizados pelo sítio *our word in data*<sup>829</sup> e aqui apresentados nos gráficos de 11 a 14. O sítio se propõe a acompanhar, de uma perspectiva histórica e alongada, os conflitos no mundo pós II GM. Para o interesse da nossa pesquisa, dirigiremos a nossa atenção para os indicadores que reflitam conflitos entre unidades. Buscaremos evidências que suportem a avaliação da *intensificação de conflitos* a partir do tempo médio em que as grandes potências estiveram envolvidas em conflitos entre elas, das taxas de mortalidades, da violência nas batalhas e do quantitativo de conflitos entre unidades. Julgamos que a consideração isolada do último parâmetro, quantitativo de conflitos entre unidades, poderia ser enganosa. E acreditamos que a avaliação do que se deu na Conjuntura ficaria mais clara quando confrontada com perspectivas mais alongadas temporalmente. Vejamos como se comportou historicamente a duração do envolvimento em conflitos das grandes potências.

Quando consideramos o apresentado no gráfico 11, podemos observar a tendência histórica e alongada de declínio do tempo em que as grandes potências<sup>830</sup>

---

<sup>829</sup> Max Roser, Joe Hasell, Bastian Herre and Bobbie Macdonald são os pesquisadores responsáveis pelo tratamento dos dados e conclusões apresentadas. Acesso em 08/08/2022 e no link: <https://ourworldindata.org/war-and-peace>.

<sup>830</sup> EUA passam a ser considerados pelos autores com grande potência a partir de 1898 e a RPC a partir de 1949.

estiveram envolvidas em conflitos entre si. Salientamos que não há qualquer garantia de que essa tendência - ou outra qualquer referente ao fenômeno da guerra - seja uma lei imutável inscrita na determinada e progressiva História da humanidade; também não está protegida de flutuações de consideráveis amplitudes. É possível observarmos que os EUA e RPC entram no núcleo do SI quando as grandes potências ficavam em média 1/3 de seus anos envolvidas em guerras entre si, com tendência declinante, contra aproximadamente 60% por volta de 1800. Então, os dados do gráfico 11 nos permitem concluir que a Conjuntura deu continuidade a tendência de redução do tempo em que as grandes potências estiveram em guerra entre si, indicando que não foi observada a *intensificação de conflitos*, em termos temporais, entre as unidades no que diz respeito a duração.



Gráfico 11 – Percentual dos anos em que grandes potências estiveram envolvidas em conflitos 1500-2015<sup>831</sup> (fonte: War and Peace)

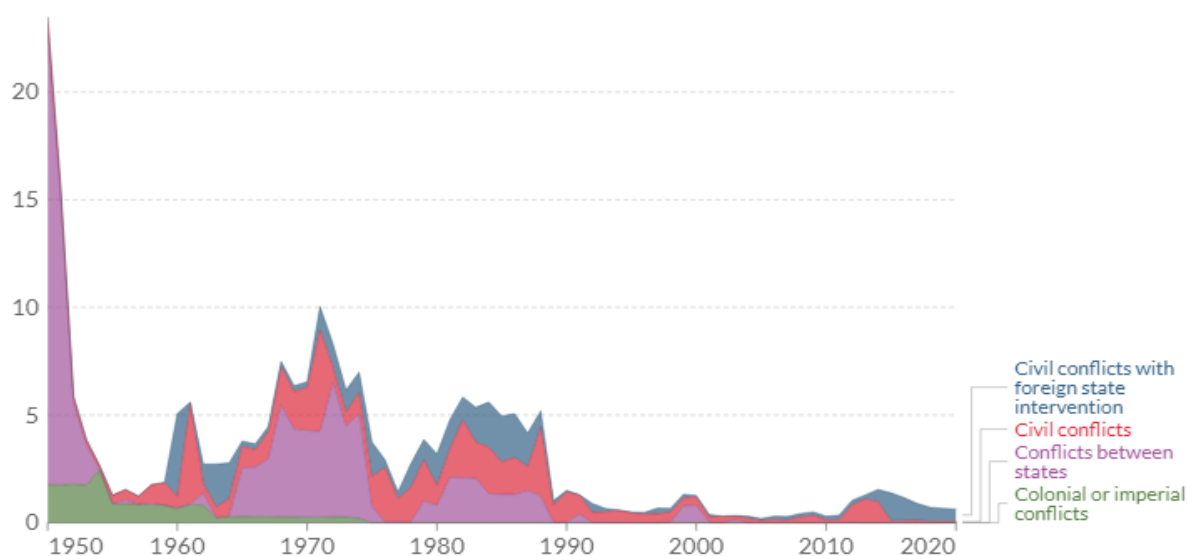
O gráfico 12 fornece a taxa global de mortes para cada cem mil habitantes no período de 1950 a 2020 que, com poucos sobressaltos, apresenta tendência de queda consistente. Essa queda se correlaciona positivamente com a tendência histórica de redução dos tempos proporcionais em que as grandes potências estiveram em guerras entre si, apresentada no gráfico anterior. Salientamos que a correlação entre o apresentado nos gráficos 11 e 12 não é necessária. As grandes potências poderiam se envolver em guerras entre si por períodos curtos, mas com taxas maiores de mortalidade, basta pensarmos em um

<sup>831</sup> Acesso em 08/08/2022 e no link: <https://ourworldindata.org/war-and-peace>.

conflito nuclear. A taxa de mortes em conflitos envolvendo duas unidades do SI foi de 0,4 em 1991 e 0,01 em 2012, confirmando a franca tendência de queda. Quando consideramos as taxas de mortes em situações de intervenção estrangeira para os mesmos anos, veremos que em 1991 foi de 0,01 e em 2012 a taxa foi de 0,2, um aumento considerável e que é síncrono com as *guerras da hegemonia* no Afeganistão e Iraque. Assim, é possível sustentarmos que, em termos de taxas de mortalidade, não houve a *intensificação de conflitos* entre as unidades.

### Deaths in state-based conflicts per 100,000, 1950 to 2020

Civilian and military deaths in conflicts where the government of a state was a participant on at least one side. The data counts only direct violent deaths (i.e. excluding deaths from disease or famine).



Source: OWID based on PRIO and UCDP

Note: The figures shown aggregate the sources' 'best' estimates for deaths in individual conflicts, or the mid-point between high and low estimates where no best estimate is provided.

OurWorldInData.org/war-and-peace • CC BY

Gráfico 12 – Mortos em conflitos entre unidades a cada 100000 no período de 1950-2020<sup>832</sup> (fonte: War and Peace)

O gráfico 13 indica o número médio de mortes por batalhas envolvendo pelo menos um Estado e no período 1950 a 2010. A tendência também é de franco declínio, excetuado um pico nos anos de 1970. O que quer dizer que as batalhas, sem considerações sobre as suas durações e intensidade, se mostraram menos letais. Poderíamos especular sobre várias hipóteses explicativas, excetuadas da duração e violência das batalhas, como cuidados médicos, equipamentos de proteção, aceitação de riscos e valoração da vida dos combatentes. É possível notarmos ainda que a tendência de queda é muito mais acentuada nos conflitos que envolvem duas unidades do SI, ou conflitos entre Estados, do que nos outros tipos de conflitos considerados, a exemplo do que vimos no gráfico anterior. Essa assimetria

<sup>832</sup> Acesso em 08/08/2022 e no link: <https://ourworldindata.org/war-and-peace>.

de tendências é de claro interesse da pesquisa, uma vez que o modelo analítico de Gilpin nos convida a olhar a *intensificação de conflitos* entre as unidades do SI. Pelo indicador de média de mortes em batalhas, podemos concluir que não tivemos a *intensificação dos conflitos* na sua expressão mais concreta, as batalhas, ou seja, o seu grau de violência.

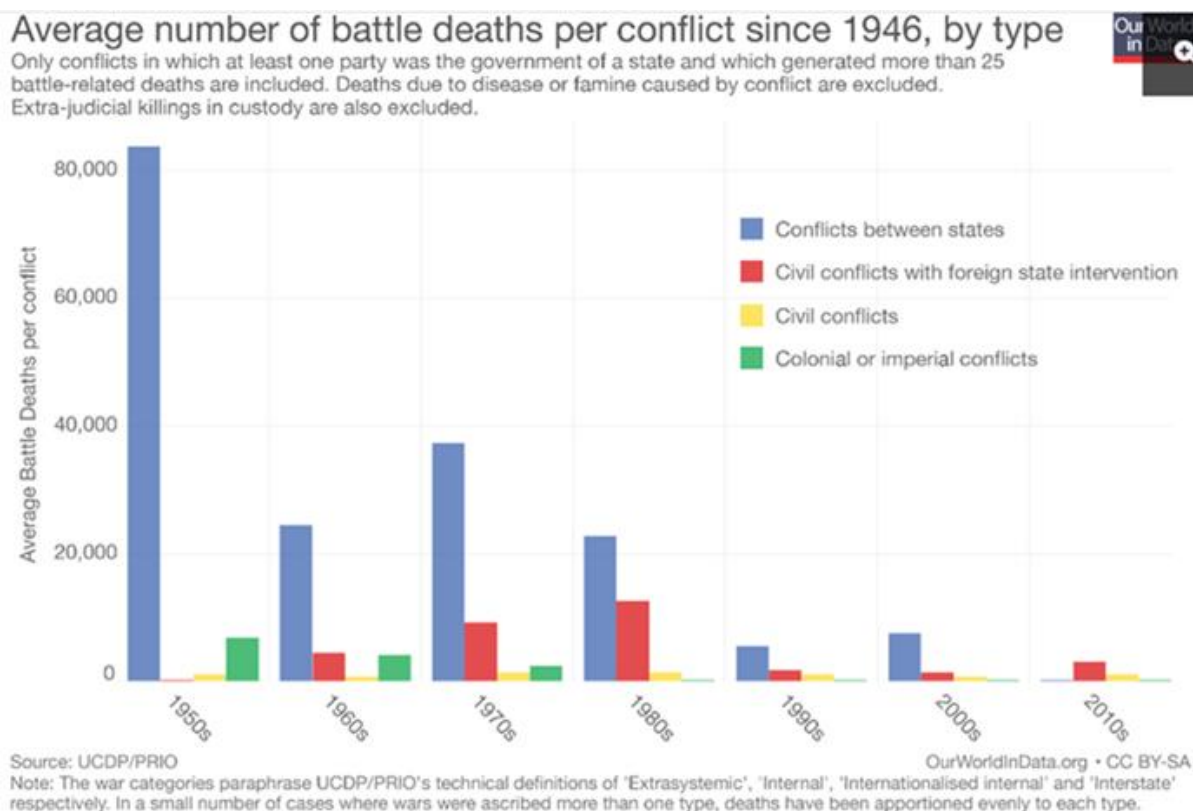


Gráfico 13 – Média de mortos por batalhas desde 1946<sup>833</sup> (fonte: War and Peace)

O gráfico 14 é o indicador mais significativo no que diz respeito a avaliação da *intensificação de conflitos* entre as unidades, mas que se torna mais representativo quando conjugado com os indicadores que tratamos anteriormente. Ele nos apresenta o número dos diferentes tipos de conflito a cada ano. Em 1991, tínhamos 2 conflitos entre unidades; em 2012 apenas 1. A redução de 2 para 1 no intervalo Conjuntural diz pouco estatisticamente, em função dos baixos valores considerados. Mas o fato de não termos tido aumento considerável desse tipo de conflito é significativo para a avaliação da *intensificação de conflitos* entre as unidades. Notemos que nos mesmos anos os conflitos de intervenção estrangeira e de guerra civil eram respectivamente: em 1991, tínhamos 2 e em 2012 tínhamos

<sup>833</sup> Acesso em 08/08/2022 e no link: <https://ourworldindata.org/war-and-peace>.

9; e em 1991, tínhamos 49 e em 2012 tínhamos 23. O que podemos concluir a partir do gráfico é que não tivemos *intensificação de conflitos* entre as unidades.

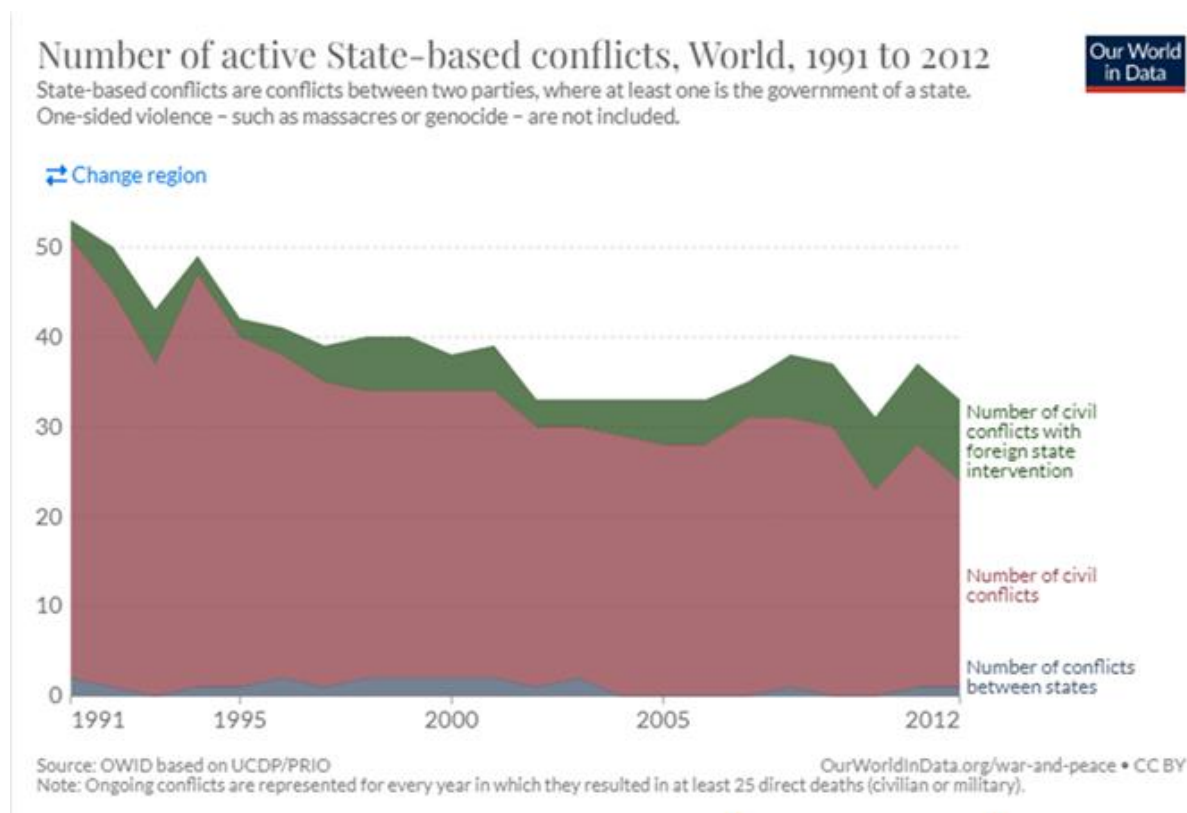


Gráfico 14 – Conflitos envolvendo Estados - 1991 e 2012<sup>834</sup> (fonte: War and Peace)

Assim, podemos concluir que durante a Conjuntura se intensificou a tendência já apontada por Kissinger e Joffe de fragmentação e desagregação, implicando na perda de convergência de valores. Não tivemos como garantir a tendência de omissão hegemônica. E, após avaliarmos as tendências de tempo em que as grandes potências se viram envolvidas em conflitos, a mortalidade relativa à população, o grau de violência das batalhas e o número de conflitos entre unidades, podemos concluir que não tivemos a *intensificação de conflitos*. Isso porque na Conjuntura predominou a tendência histórica de redução do tempo em que as grandes potências se viram envolvidas em conflitos entre si. Também não tivemos aumento das taxas de mortos relativos as populações e do grau de violência das batalhas. E, por fim, tivemos uma redução, ainda que constituindo uma evidência estatisticamente fraca, do número de conflitos entre as unidades do SI. Então, o nosso quadro geral é de perda de convergência de valores sem a clara omissão hegemônica e sem a *intensificação de conflitos*.

<sup>834</sup> Acesso em 08/08/2022 e no link: <https://ourworldindata.org/war-and-peace>.

Investigamos a primeira das três dinâmicas se esperaria preceder um enfrentamento hegemônico, a *intensificação de conflitos*. Passaremos a seguir a investigar a segunda, a *tempestividade*.

Vimos que a *tempestividade* deriva da pressuposição de determinadas unidades de que a marcha do tempo lhes seria desfavorável. A consequência imediata do pressuposto de *tempestividade*, em condições de perdas de confiança nos mecanismos de ajuste, seria a geração de tensões hegemônicas, com soluções de natureza preventiva ou preemptiva.

Nas duas últimas *guerras da hegemonia* e ao longo de toda a segunda metade da Conjuntura, os EUA agiram preventiva e preemptivamente, apoiados em uma crença, real ou imaginária, de que alguns países na Ásia Central e Oriente Médio constituíam ameaças existenciais ao seu modelo político e econômico. Nessas ações, os EUA enfraqueceram parcela dos mecanismos de ajuste do ordenamento por ele mesmo criado<sup>835</sup>, repetindo uma postura já apontada por Fiori em 2004<sup>836</sup> e reduzindo a confiança nos mecanismos graduais de ajuste. Isso converge com os resultados que obtivemos quando avaliamos a *resiliência sistêmica*, que transitou de alta para média durante a Conjuntura<sup>837</sup>. O *hegemon* empenhou ainda esforços não militares e de natureza preventiva contra unidades que tentavam dominar a tecnologia de armas nucleares<sup>838</sup>. Joffe nos indica que a quinta onda declinista se formou a partir da crise de 2008, vendo na RPC a encarnação de uma ameaça existencial e imediata<sup>839</sup>, isso já bem perto do término da Conjuntura.

No parágrafo acima constatamos a existência dos dois ingredientes da dinâmica precedente da *tempestividade*: redução da confiança nos mecanismos graduais de ajuste e a presença de esforços preventivos e preemptivos. Mas a associação dos ingredientes precisa ser vista com um pouco mais de atenção. A preocupação de Gilpin estava relacionada a

---

<sup>835</sup> BRESLIN, 2010, p. 51; KISSINGER, 2015, p. 367; e ZAKARIA, 2020, p. 63.

<sup>836</sup> FIORI, 2004, p. 91.

<sup>837</sup> Confiança nos mecanismos de ajuste e *resiliência sistêmica* se correlacionam e se aproximam, mas não são as mesmas coisas. A primeira traduz uma percepção difusa dos diferentes atores e a segunda é a capacidade de dado SI de se manter em equilíbrio após movimentos desestabilizadores. Hipoteticamente falando e isoladas de outras variáveis, podemos especular que a redução da primeira se correlacione positivamente com a segunda; e que a redução da segunda também se correlacione positivamente com a primeira, em uma dinâmica de circularidade causal.

<sup>838</sup> Para Torres, a primeira vítima da bomba-dólar amadurecida foi o Irã, em duas oportunidades, de 2006-2015 e em 2018 (TORRES, 2021, p. 427).

<sup>839</sup> JOFFE, 2015, p. xiv.

intensificação de ações preventivas e preemptivas que partissem da perda de confiança nos mecanismos graduais de ajuste e que se dirigissem aos competidores hegemônicos. Em que pese termos constatado alguma perda de confiança nos mecanismos de ajuste e na *resiliência sistêmica*, as ações preventivas e preemptivas não estiveram relacionadas a nenhuma das duas, tampouco se voltaram contra um opositor em disputa supostamente hegemônica; elas aconteceram predominantemente para a imposição de um projeto supremacista e civilizacional. Na verdade, a realidade foi o inverso do que preocupava Gilpin. Se Gilpin acreditava que a perda de confiança nos mecanismos de ajuste levaria a ações preventivas e preemptivas, foram essas que corroeram aquela. O gráfico 15, apresentado abaixo, fornece evidência sugestiva de reforço ao nosso argumento.

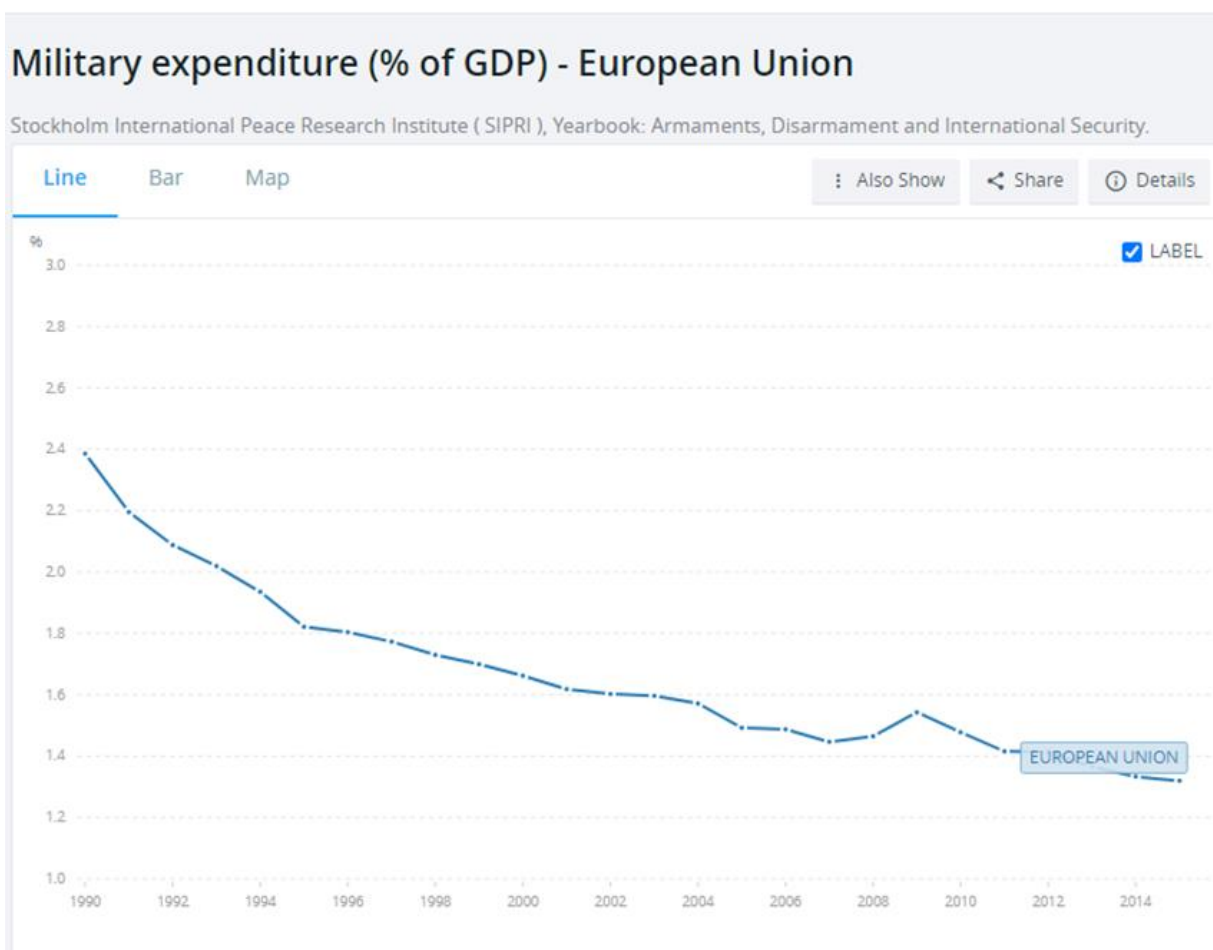


Gráfico 15 – Despesas militares da UE em relação ao PIB de 1990-2014<sup>840</sup> (fonte: Banco Mundial)

Notemos que as despesas militares da EU em relação ao PIB decrescem significativamente durante a Conjuntura, saindo de 2,2% em 1991 para 1,4 em 2012. Essa

<sup>840</sup> Acesso em 09/08/2022 e no link:

<https://data.worldbank.org/indicator/MS.MIL.XPND.GD.ZS?end=2015&locations=EU&start=1990>.



redução proporcional das despesas militares referentes a segunda maior economia mundial de então é inconsistente com uma perda considerável de confiança nos mecanismos de ajuste. Assim, concluímos que a dinâmica precedente da *tempestividade*, que assume que a marcha do tempo seria desfavorável, não orientou as ações hegemônicas durante a Conjuntura. Na verdade, do que já investigamos até aqui, podemos afirmar que um certo otimismo ingênuo foi o que predominou durante a Conjuntura. Esse otimismo tinha uma inspiração ideológica, oriunda da vitória sobre o rival soviético, e não os temores de um competidor global. E o otimismo tinha ainda uma base material, pois, de 1992 a 2007, os EUA experimentaram, com poucos sobressaltos, o período de maior expansão de sua economia desde meados do século XIX<sup>841</sup>. Passaremos, a seguir, a considerar a *redução do controle racional*.

Pretendemos saber se houve um descolamento de percepções entre o hegemon e o desafiante sobre aspectos sistêmicos e assim avaliarmos a questão da *redução do controle racional*. Para a nossa avaliação sobre a redução ou não do controle racional, veremos como estava panoramicamente o SI, como atuou o *hegemon*, como atuou a RPC e, finalmente, a questão da interação entre as duas unidades.

Tivemos um SI em processo de fragmentação, já em curso mesmo antes do início da Conjuntura e com duas de suas mais importantes regiões, Europa e Leste e Sudeste Asiático, em momentos de instabilidade. A primeira envolvida em um complexo processo de unificação ao mesmo tempo em que tinha que lidar com o que sobrou da implosão soviética; a segunda, testemunhando o ressurgimento acelerado da superpotência regional histórica e em um cenário de delicado jogo de equilíbrio de poder. Isso no meio da rápida expansão da forma de organização econômica hegemônica, que desestabilizou a economia global por três vezes. E Kissinger já nos esclareceu sobre a significativa diferença de percepção sobre a consistência e funcionamento do SI existente entre EUA e RPC. Esse quadro geral criou as condições de permissividade para a *redução do controle racional*, sem, no entanto, testemunhar a intensificação de conflitos.

A atuação hegemônica degradou as *regras e direitos*, promoveu *alterações relacionais* e a perda de convergência de valores. Joffe, como já vimos, aponta cinco

---

<sup>841</sup> JOFFE, 2015, p. 26.

momentos em que os EUA se guiaram por uma visão pessimista e distorcida de sua realidade; a quinta e atual teria começado após a crise do *subprime*. Os EUA agiram livremente no emprego em escala de seus recursos de força em duas periferias, Ásia Central e Oriente Médio, mas foram ficando realistas e reticentes ao término da Conjuntura<sup>842</sup> e na medida em que foi ficando claro o insucesso do esforço civilizacional. Assim, mesmo com a autopercepção distorcida e com liberdade de uso de seus recursos de força, os EUA não deram indícios de perda de controle racional.

A RPC, seja por limitações materiais ou por cuidado com a sua imagem regional, agiu com *cautela*, sendo predominantemente conservadora no que diz respeito a estrutura sistêmica, sem contestar ou ameaçar a governança. Ou seja, manteve sua ascensão dentro das expectativas racionais.

A interação dos dois atores, como vimos, não se materializou na intenção clara da possibilidade de emprego ilimitado de recursos de força e nem permitiu a formação de blocos antagônicos inflexíveis.

Assim, em que pese a existência de diferenças de percepção e alguma distorção hegemônica, e considerando os aspectos que tratamos nos parágrafos anteriores, concluímos que a Conjuntura não presenciou a *redução do controle racional*.

Chegamos ao ponto de apresentarmos nossa síntese sobre a *guerra hegemônica*. Gilpin indicou que a dialética entre *hegemon* e ascendente (s) estaria no caminho de uma *guerra hegemônica* se o *hegemon* atuasse para *incorporar recursos e/ou reduzir compromissos*. Três condições seriam permissíveis a esse tipo de guerra: se o que está em jogo é a governança do SI; se há a formação de blocos pouco flexíveis; e se aparecem ameaças consideráveis sobre o emprego ilimitado de recursos de força. Das condições, três dinâmicas se imporiam: *intensificação de conflitos*, *tempestividade*, e *redução do controle racional*.

Vimos que o aumento do déficit até 2005, sua redução e posterior estabilização cíclica na faixa de 3% do PIB não constituiu um problema sério para o *hegemon*. O combinado de tributação, inflação, despesas militares e desequilíbrios de pagamento do *hegemon* não indicou mobilização preparatória de uma *guerra hegemônica*. Os investimentos em mudança

---

<sup>842</sup> JOFFE, 2015, p. 250.

de paradigmas tecnológicos também não indicaram os prenúncios de uma disputa hegemônica. E a Conjuntura não presenciou a redução de compromissos do *hegemon*. Portanto, durante toda a Conjuntura e até o seu término, o *hegemon* não incorporou recursos e não sinalizou abandonos em níveis compatíveis com os momentos que antecederiam uma séria disputa hegemônica. Vejamos se as condições de permissividade de uma *guerra hegemônica* se apresentaram.

A governança do SI não esteve em jogo durante a Conjuntura; o *hegemon* agiu com ampla liberdade, seja na condução das guerras, na implementação de seu modelo político e econômico e na corrosão das *regras de direitos*. Não observamos a formação e consolidação de blocos antagônicos nem anúncios da intenção de emprego ilimitado de recursos de força. Assim, nenhuma das três condições se fizeram presentes ao longo e ao término da Conjuntura. Passaremos a apresentar o apurado sobre as dinâmicas que se imporiam em uma situação de *guerra hegemônica*.

Observamos perda de convergência de valores, mas não a clara e consistente omissão hegemônica. Não tivemos a intensificação de conflitos e a dinâmica precedente da *tempestividade* não orientou as ações do *hegemon*. E os principais atores do SI não apresentaram *redução do controle racional*. Assim, a nossa avaliação é de que as dinâmicas que precederiam uma guerra hegemônica não estiveram significativamente presentes de 1991 a 2012.

Sem a incorporação de recursos, sinalizações de abandono, condições de permissividade e as dinâmicas precedentes, sustentamos que a Conjuntura não se encerrou com as características de períodos que precederiam enfrentamentos hegemônicos.

Como antecipamos no capítulo 2, o modelo analítico de Gilpin é de alto valor para a compreensão de momentos de tensão estrutural do SI. Mas ele não considera a interdependência econômica entre os potenciais competidores. Para cobrirmos essa lacuna, recorreremos ao modelo teórico de Copeland, que esclarece sobre a correlação entre interdependência e a guerra. A seguir iremos apresentar os resultados do que pesquisamos a luz do que teorizou Copeland.

### 3.2 Interdependência e Guerra

Copeland nos apresentou as condicionantes *endógenas* e *exógenas* de dada *interdependência* que inclinariam as *expectativas* e as escolhas políticas criando ou não a tendência a uma *guerra de cautela*. E a mutável *expectativa* da unidade *dependente* é que, teoricamente, intermediaria a relação entre *interdependência* e *guerras de cautela*. Trataremos neste subitem separadamente dos aspectos *endógenos* e *exógenos* da *interdependência* para, em seguida, apresentar uma síntese do apurado. Veremos que a Conjuntura presenciou a degradação das *expectativas* e do *comprometimento*, com a tendência de enfraquecimento da *interdependência*.

Para a questão do que seria *endógeno*, investigaremos os aspectos de: *assimetria*; *expectativas*; *retroalimentação corrosiva*; *sinalizações* (mobilização, declarações públicas e formação de alianças); e *comprometimento*. E para a questão do que seria *exógeno* a parceria, investigaremos: *crescimento sustentado e diversificado*; alternativas do *dependente* a parceria; *redução de assimetrias*; e *conversão de benefícios materiais em recursos militares*. Os aspectos observáveis apresentados anteriormente nos permitirão considerar as *expectativas* e as relações entre *hegemon* e *dependente*, indicando algo sobre a redução ou não da *interdependência* e seus impactos na tendência de uma *guerra de cautela*. Começaremos pela *endogenia* e, dentro dela, trataremos a seguir da *assimetria* na *interdependência*.

#### 3.2.1 Aspectos *endógenos*

Já sabemos que a Conjuntura presenciou um considerável despertar da periferia, sem, contudo, deslocar o centro da economia mundial. A economia mundial se expandiu consideravelmente, compondo um arranjo global tripolar e com a substituição do principal eixo econômico mundial, que deixou de ser o Atlântico. E a Conjuntura foi, predominantemente, expansiva em benefício do *hegemon*.

O gráfico 16 nos fornece um panorama geral do comércio entre EUA e RPC. É possível notarmos o quanto cresceram em volume as exportações da RPC para os EUA

durante toda a Conjuntura, com um aumento também das importações, mas a taxas significativamente menores. A tendência se acentuou no período de 2000 a 2012, com uma única e rápida queda, que foi síncrona com a crise *subprime*. Esse indicador isoladamente sugere que a assimetria na *interdependência* teria aumentado, colocando a RPC em posição de crescente vulnerabilidade, que é a preocupação teórica de Copeland. Mas isso só seria verdadeiro se o superávit comercial da RPC com seus outros principais parceiros tivesse diminuído ou crescido a taxas bem menores do que o que se deu com relação aos EUA. Se, por exemplo, a RPC tivesse apresentado crescimento de seus superávits com seus principais parceiros a taxas e volumes significativamente superior ao que aconteceu com os EUA, então, na realidade, a assimetria de volume na *interdependência* poderia até ter aumentado, mas isso não seria um indicador do aumento de vulnerabilidade.

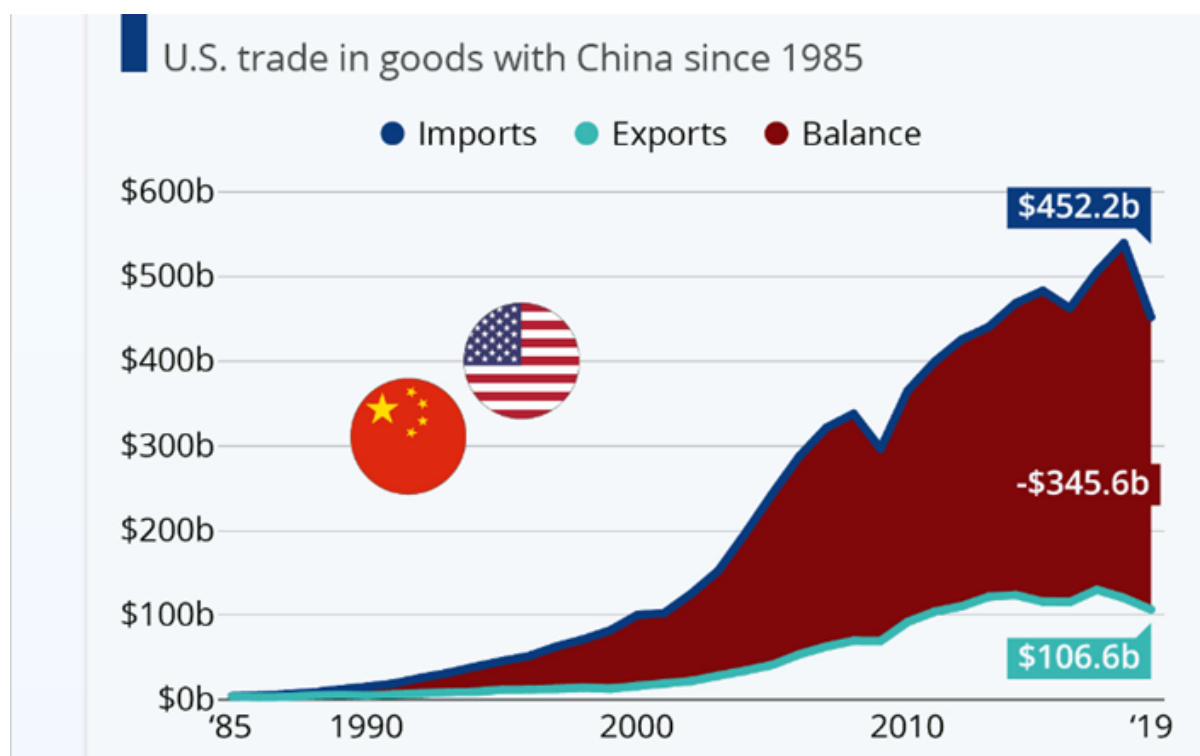


Gráfico 16 - Comércio de bens entre EUA-RPC / 1985-2019<sup>843</sup> (fonte: Departamento de Estatística dos EUA)

Para avaliarmos se a RPC teve aumento de assimetria com aumento de vulnerabilidade iremos verificar como se comportaram as suas tendências de importações e exportações com seus cinco maiores parceiros e com o resto do mundo, doravante referido como outros, em quatro momentos diferentes, nos anos 1991, 2000, 2005, 2007 e 2012. Os

<sup>843</sup> Acesso em 16/08/2022 e no link: <https://www.statista.com/chart/17982/us-trade-in-goods-with-china-since-1985/>.

anos de 1992<sup>844</sup>, 2000 e 2012 foram escolhidos por serem aproximada e respectivamente, início, meio e término da Conjuntura; o de 2005 por ser o ano de maior volume proporcional das exportações da RPC para os EUA; e o de 2007 para tentarmos isolar a queda esperada no pós crise de 2008. A tabela 2<sup>845</sup>, apresentará os percentuais de exportação sublinhados para facilitar a visualização.

Ano	Parceiro Comercial						
	HK	JAP	EUA	ALE	COR	Total - maiores parceiros	Outros
1992	25,48%	16,98%	11,05%	4,98%	3,25%	61,74%	30,76%
	<u>44,16%</u>	<u>13,75%</u>	<u>10,12%</u>	<u>2,88%</u>	<u>2,83%</u>	<u>73,74%</u>	<u>25,36%</u>
2000	4,19%	18,44%	9,94%	4,62%	10,31%	47,5%	37,98%
	<u>17,86%</u>	<u>16,72%</u>	<u>20,93%</u>	<u>3,72%</u>	<u>4,53%</u>	<u>63,76%</u>	<u>34,16%</u>
2005	1,85%	15,21%	7,39%	4,66%	11,64%	40,75%	39,58%
	<u>16,34%</u>	<u>11,02%</u>	<u>21,42%</u>	<u>4,27%</u>	<u>4,61%</u>	<u>57,66%</u>	<u>40,15%</u>
2007	1,34%	14,01%	7,27%	4,75%	10,85%	38,22%	42,24%
	<u>15,12%</u>	<u>8,37%</u>	<u>19,11%</u>	<u>4,00%</u>	<u>4,63%</u>	<u>51,23%</u>	<u>46,86%</u>
2012	0,98%	9,78%	7,36%	5,06%	9,28%	32,46%	52,41%
	<u>15,79%</u>	<u>7,40%</u>	<u>17,20%</u>	<u>3,38%</u>	<u>4,28%</u>	<u>48,05%</u>	<u>50,15%</u>

Tabela 2 – Importações e exportações da RPC entre 1992-2012 (fonte: autor)

Observando os dados apresentados na tabela 2, podemos salientar algumas tendências de interesse.

<sup>844</sup> 1992 foi escolhido ao invés de 1991 por razões de disponibilidade de dados. Mas julgamos que a diferença entre os dois anos não comprometerá a nossa avaliação de tendência conjuntural.

<sup>845</sup> Elaborada pelo autor, com base nos dados disponibilizados pelo site WITS (World Integrated Trade Solution). Dados disponíveis a partir do ano de 1992 até 2019. Acesso em 16/08/2022 e no link: <https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/CHN/Year/2012/TradeFlow/EXPIMP>.

Em 1992, 73,74% do que RPC exportou era para os seus cinco maiores parceiros, de quem importou 61,74% do que precisava. Em 2012, esses valores se alteram, respectivamente, para 48,05% e 32,46%. Olhando as variações desse mesmo indicador ao longo dos anos que selecionamos e apresentamos na tabela 2, é possível percebermos uma consistente redução dos valores, o que sugere uma estratégia bem construída, implementada e efetiva, que reduziu a dependência comercial da RPC de seus cinco maiores parceiros.

Em complemento ao tratado no parágrafo anterior, se observarmos o comportamento do comércio exterior da RPC com seus outros parceiros, observaremos que as exportações e importações foram, respectivamente, de 25,36% e 30,76% para 50,15% e 52,41% em 2012. Ou seja, o comércio exterior da RPC com os outros durante a Conjuntura saltou de algo entre um terço e um quarto para praticamente a metade, reforçando a ideia de uma bem-sucedida estratégia de diversificação comercial. Escapa a moldura temporal delimitada para a pesquisa, mas se considerarmos os dados de 2019<sup>846</sup>, a RPC exportou 55,75% e importou 59,16% do que precisava comerciando com os outros excetuados de seus cinco maiores, o que confirma a tendência em horizontes mais alongados. A redução dos percentuais comercializados com os seus cinco maiores parceiros, ao mesmo tempo em que aumentou seu comércio com os outros, indica que a RPC implementou consistentemente uma estratégia de diversificação comercial, onde o aumento de volume na *interdependência* comercial com o *hegemon* (Gráfico 16) não significou necessariamente o aumento de vulnerabilidade. Isso converge com a avaliação de Allison de que a RPC criou para si um mercado global<sup>847</sup>. Na verdade, é provável que o aumento de volume comercializado com o *hegemon*, ou seja, o aumento da *interdependência* em termos absolutos tenha criado condições de permissividade para a diversificação comercial; o aumento da *interdependência* foi um redutor e não potencializador de vulnerabilidade do *dependente*. A redução dos percentuais comercializados pela RPC com seus cinco maiores parceiros é um indicador indireto e insuficiente do que teria se dado na *interdependência*, mas já podemos suspeitar de alguma redução de assimetria entre *hegemon* e *dependente*<sup>848</sup>. Vimos como se comportou

---

<sup>846</sup> Acesso em 18/08/2022 e no link:

<https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/CHN/Year/2019/TradeFlow/EXPIMP>.

<sup>847</sup> ALLISON, 2020, p. 247.

<sup>848</sup> Podemos colocar essa redução em uma perspectiva mais ampla, a partir de algumas reflexões de Paul Krugman publicadas no jornal O Estado de São Paulo no dia 08/09/2022. O autor sustenta, apresentando hipóteses explicativas, que pode estar em curso, com início a partir de 2008, uma tendência mais ampla de

a relação comercial da RPC com os seus cinco maiores parceiros e com os outros. Mas para garantirmos que a diversificação geral de parcerias da RPC significou uma redução de vulnerabilidade, vamos olhar com um pouco mais de cuidado o que se deu particularmente entre os EUA e a RPC. Isso porque a RPC poderia ter aumentado no geral a sua diversificação com o aumento proporcional de seu comércio com o *hegemon*.

Quando olhamos as relações comerciais entre EUA e RPC, podemos notar que em 1992, a RPC exportou 10,12% de seu total para esse parceiro, ao passo que dele importou 11,05% do que demandou. Em 2000, esses valores se alteram para respectivamente 20,93% e 9,94%, ou seja, as exportações dobraram ao passo em que as importações permaneceram em patamares próximos, com ligeira redução. 2005 marca o ano da série de maior percentual das exportações da RPC para os EUA, que foi de 21,42%, enquanto importou 7,39% do que precisava<sup>849</sup>. Em 2007, os valores já são, respectivamente, de 19,11% e 7,27% e em 2012 de 17,20% e 7,36%. O que é possível extrairmos da tabela 2 é a tendência de aumento das exportações até 2005 e depois clara e considerável redução da dependência de exportações para os EUA, além da ligeira e consistente redução das importações ao longo da Conjuntura. Se considerarmos os dados de 2019, somente para confirmação de persistência nas tendências, temos os seguintes valores: destinou aos EUA 16,75% de suas exportações e dele importou 5,96% do que precisava.

Mesmo quando consideramos os dados de 2005, maior valor tabulado para dependência das exportações por parte da RPC, é possível concluirmos que a dependência da RPC pode até ter sido grande (exportou 21,42% e importou 7,39%), mas não foi historicamente inédita. Observando o que se deu na parceria entre JAP e EUA no ano de 1994, notamos que o JAP destinou 30,01% de suas exportações para os EUA enquanto importou deles 23,04% do que precisava<sup>850</sup>. Ou seja, a dependência comercial do JAP em relação aos EUA já foi a um fator de aproximadamente 1,3 nas exportações e 3,1 nas importações do que

---

redução das trocas comerciais em escala global. E apresenta uma perspectiva pouco otimista para a avaliação do *comprometimento*, que trataremos mais para frente, quando investigarmos a Conjuntura a partir da *interdependência*, formulada pela perspectiva teórica de Copeland. Acesso em 19/09/2022 e no link: <https://www.estadao.com.br/internacional/paul-krugman-o-mundo-esta-ficando-menos-globalizado/>.

<sup>849</sup> Zakaria chama a atenção para os consideráveis benefícios que a *interdependência* teve para os EUA, que passou a ser o principal consumidor de produtos produzidos na RPC a custos baixos, além da absorção de comerciantes e talentos intelectuais (ZAKARIA, 2020, p. 66).

<sup>850</sup> Acesso em 18/08/2022 e no link:

<https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/JPN/Year/1994/TradeFlow/EXPIMP>.



foi a da RPC no ano de 2005<sup>851</sup>. Assim, a exemplo do que se deu na sua relação com os seus cinco maiores parceiros, a RPC implementou uma estratégia consistente de redução da dependência comercial com os EUA – redução do percentual de importações e exportações -, o que implicou também na redução de *assimetria* na parceria.

Sabemos como o comércio exterior foi importante para todos os países de desenvolvimento tardio, que é o caso da RPC. Para consubstanciarmos mais a nossa avaliação, vamos verificar se a RPC perseguiu alguma redução da importância de suas exportações na sua economia de modo a escapar da armadilha que costuma capturar países de desenvolvimento tardio baseado em exportações.

Apresentaremos a seguir dois gráficos que indicam tendências amplas do percentual das exportações com relação ao PIB. No gráfico 17<sup>852</sup>, apresentaremos a média dos percentuais das exportações na economia dos países do mundo entre 1990 e 2021<sup>853</sup>; no gráfico 18<sup>854</sup>, apresentaremos as mesmas considerações nas mesmas molduras temporais para a RPC.

---

<sup>851</sup> É oportuno salientarmos que o JAP se mostrou um fiel aliado dos EUA no pós II GM, enquanto a RPC estava no bloco ideológico antagônico da Guerra Fria, o que coloca as considerações sobre relações comerciais em patamares bem distintos. Mas esse panorama geral tem sutilezas. A RPC se aproximou dos EUA após dissidências com a então URSS ainda durante a Guerra do Vietnã e o JAP sofreu várias acusações de manipulações cambiais e comerciais para penetração no mercado americano nas décadas de 1980 e 1990. Portanto, a analogia que fizemos não se presta a consolidar conclusões, mas apenas para ilustrar e relativizar os percentuais de comércio entre RPC e EUA.

<sup>852</sup> Acesso em 22/08/2022 e no link:

<https://data.worldbank.org/indicator/NE.EXP.GNFS.ZS?end=2021&start=1988>.

<sup>853</sup> Embora ultrapasse em muito os limites do objeto da pesquisa, ampliaremos a moldura temporal dos três gráficos para avaliarmos a consistência da tendência.

<sup>854</sup> Acesso em 22/08/2022 e no link: <https://data.worldbank.org/indicator/NE.EXP.GNFS.ZS?locations=CN>.

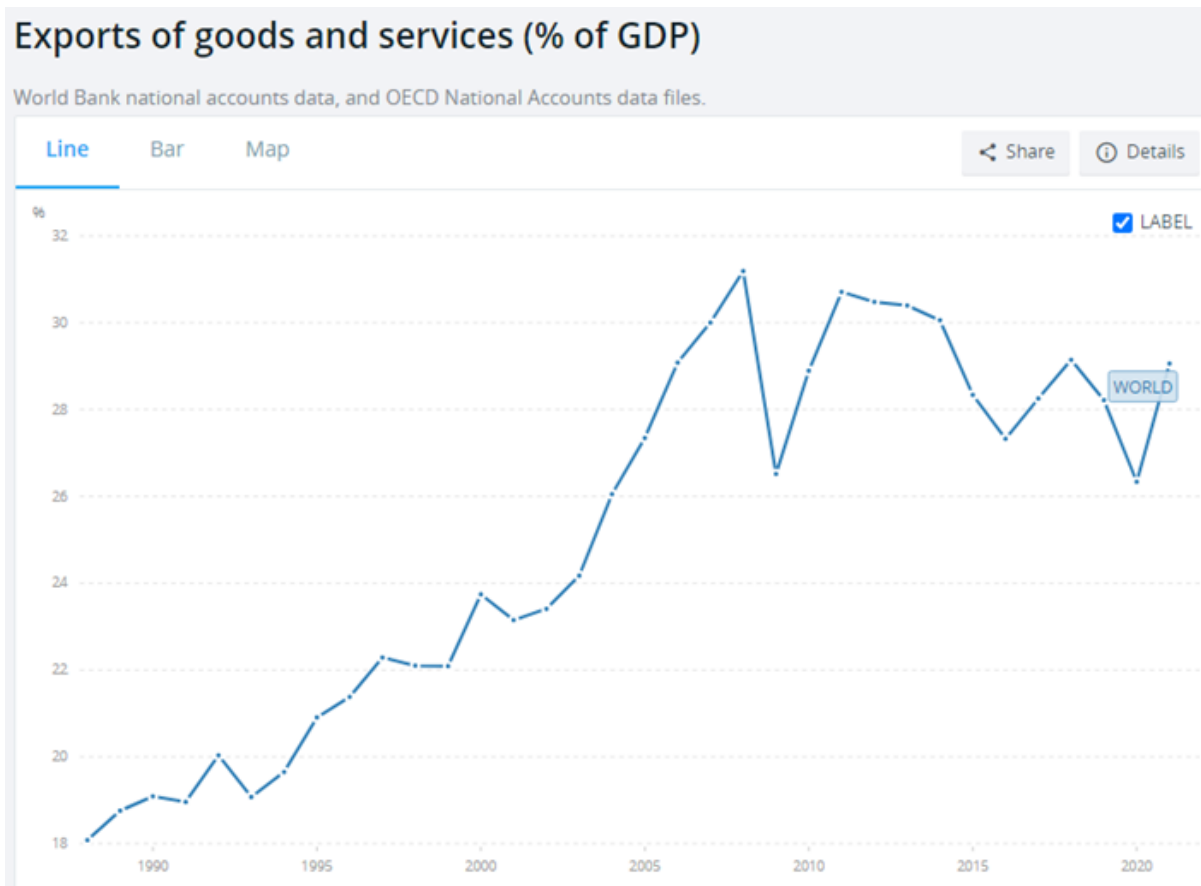


Gráfico 17 – Média mundial das exportações de bens e serviços / PIB (fonte: Banco Mundial e OCDE)

O gráfico 17 indica que em 1991 as unidades do mundo exportaram em média 19% de seus PIB. Em 2000, esse indicador sobe para 23,7% e em 2008 atinge seu maior valor no intervalo da Conjuntura, chegando a 31,2%. Em 2009, síncrono com os efeitos da crise do *subprime*, o indicador regride para 26,3%, se recuperando em seguida, onde passa a oscilar na faixa dos 29%. O gráfico 17 indica claramente que a Conjuntura presenciou um consistente aumento médio das trocas entre unidades. Vejamos a seguir, no gráfico 18, como se comportaram as exportações da RPC.

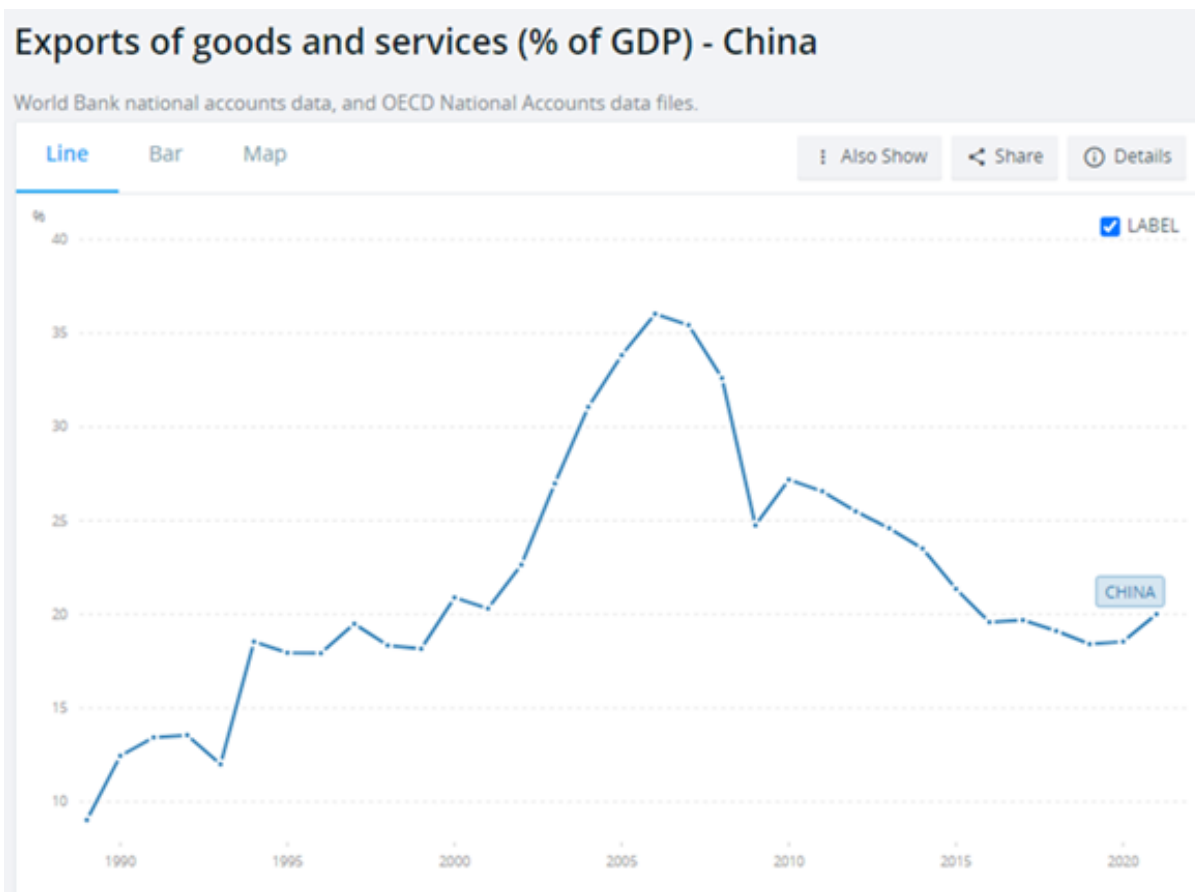


Gráfico 18 – Exportações de bens e serviços da RPC / PIB (fonte: Banco Mundial e OCDE)

O gráfico acima mostra que as exportações da RPC eram de 13,4% de seu PIB em 1991, crescendo acentuadamente e com oscilações a partir daí. Em 2000, esse indicador foi de 20,9% e em 2006 atinge seu maior valor não só na Conjuntura, mas em todo o intervalo considerado. De 2006 em diante inicia um franco declínio, que começa mesmo antes da crise de 2008, até iniciar uma ligeira recuperação em 2009, quando é de 24,7%. Mas de 2006 até o término da Conjuntura é possível identificarmos uma clara tendência de redução, que continuou durante todo o intervalo considerado, se mantendo em na faixa dos 20%.

Os dois últimos gráficos mostraram o comportamento das exportações de bens e serviços em nível mundial e isoladamente da RPC. Vimos que a média da relação exportações/PIB dos países do mundo subiu até o ano de 2008, quando passou a oscilar na faixa dos 29%. A RPC seguiu a tendência de aumento das suas exportações em relação ao PIB até 2006, mesmo antes da crise de 2008. Depois disso até o término da Conjuntura reduziu essa relação para algo em torno dos 20%. A comparação entre os indicadores agregado e da RPC, bem como as suas tendências para além do término da Conjuntura, sugere que a RPC vem buscando a redução da importância da pauta de exportações na sua economia como um

todo. Isso converge com o que sustenta Breslin, de que a crise de 2008 acelerou o projeto de aumento do consumo interno e redução das dependências das exportações de itens de baixo valor agregado<sup>855</sup>.

Em um contexto de expansão da economia global, sem o deslocamento do seu centro, vimos que a RPC conseguiu reduzir os percentuais comercializados com os seus cinco maiores parceiros, ao mesmo tempo em que aumentou seu comércio com os outros. Aumentou também os volumes comercializados com o *hegemon*, ao mesmo tempo em que reduziu os percentuais de seu comércio exterior atrelados a essa mesma unidade. Até 2005, aumentou as suas exportações para os EUA, ao passo que suas importações declinaram consistentemente ao longo da Conjuntura. Além disso, aumentou em um primeiro momento e até 2006 a importância das exportações para em seguida buscar a redução da relação exportações/PIB. Assim, avaliamos que a Conjuntura presenciou um aumento da assimetria na *interdependência* até por volta de 2005, seguido de uma redução até 2012. Essa inversão da assimetria na *interdependência* em benefício da RPC, que se iniciou por volta de 2005, colocou a RPC na direção de afastamento do que preocupava Copeland, ou seja, da tendência de início de uma *guerra de cautela*.

A pesquisa indicou até aqui que a RPC buscou a partir de 2005, de forma consistente e efetiva, uma redução da dependência de sua economia de suas trocas externas. Buscou também a diversificação de seus parceiros comerciais e o enfraquecimento proporcional de suas trocas com os EUA. Essas tendências gerais constituem evidências amplas e sugestivas da *expectativa* que orientou a RPC. Passaremos a seguir, ainda dentro das considerações endógenas da *interdependência*, a avaliar com mais detalhamento a questão da *expectativa* do dependente.

A ideia da paz liberal – ou comercial - assume que o aumento das trocas comerciais entre duas unidades tenderia a diminuir as chances de conflito uma vez que os interesses de ambos os envolvidos estariam crescentemente interconectados. Não temos como saber se a tendência da relação entre EUA e RPC será a de *guerra de cautela*, mas o que podemos suspeitar é que se não for, ou seja, a relação entre os dois for de crescente acomodação, talvez não tenha sido pelo aumento das relações comerciais em volume, mas

---

<sup>855</sup> BRESLIN, 2010, p. 58.

sim pela diversificação dos parceiros comerciais do *dependente*. Essa persistente estratégia de diversificação comercial já é um indicador sugestivo de *expectativas* de declínio da parceria comercial.

Mesmo com a alta complementariedade dos laços econômicos que se formaram com os EUA<sup>856</sup>, a RPC manteve a consciência de sua fragilidade e dependência das exportações<sup>857</sup>. Fiori sustenta que “não há dúvida que o aspecto mais importante desta nova relação entre Estados Unidos e China é que ela é complementar e competitiva a um só tempo, e ao mesmo tempo ela é econômica e militar”<sup>858</sup>. Essa complexidade na complementariedade convidou a RPC a agir com moderação na redução da *interdependência*, o que foi facilitado pela distração hegemônica durante as *guerras da hegemonia*. Além do que já consideramos quando tratamos da cuidadosa postura da RPC com relação a redução do *diferencial de poder*, a RPC indicou a clara intenção de não ruptura com a *interdependência* ao ter se tornado crescentemente detentora de parcela considerável da dívida hegemônica<sup>859</sup>. Além disso, a atuação imperial e intervencionista dos EUA, detentor de alta capacidade de *arrasto*, estimulou a percepção de uma ameaça existencial na RPC, que estava envolvida em um complicado e delicado processo de reinserção regional. Na Conjuntura, e mais uma vez na vigência da *pax americana*, o *hegemon* se colocou claramente como o maior agressor do ordenamento por ele criado, adotando posturas *revisionistas* no que diz respeito ao *diferencial de poder* e a *estrutura sistêmica*. Não se inibiu em usar o seu controle do sistema financeiro internacional para criar e operar uma arma exclusiva (bomba-dólar). Travou três *guerras da hegemonia* e negligenciou os riscos impostos a economia mundial pelas suas crenças, gerando três sérias crises econômicas. Do que evidenciamos partir da perspectiva de Gilpin, resta claro que a *expectativa* da RPC no que diz respeito a *interdependência* não deve ter sido alta após os momentos iniciais da Conjuntura.

As tensões comerciais entre EUA e a RPC começam a escalar em meados da Conjuntura, e vieram ganhando corpo desde então, abarcando diferentes áreas, como manipulação cambial, subsídios, protecionismo e violação de propriedade intelectual<sup>860</sup>. E

---

<sup>856</sup> ALLISON, 2020, p. 258.

<sup>857</sup> BRESLIN, 2010, p. 38/58 e ALLISON, 2020, p. 247.

<sup>858</sup> FIORI, 2004, p. 106.

<sup>859</sup> BRESLIN, 2010, p. 61.

<sup>860</sup> Acesso em 28/08/2022 e no link: <https://www.cfr.org/backgrounder/contentious-us-china-trade-relationship>.

essa escalada de tensões foi apontada por Kissinger como uma das duas maiores preocupações da RPC<sup>861</sup>. Como sabemos, uma composição de distração hegemônica e projeto civilizacional consumiu boa parte da atenção dos EUA durante a Conjuntura. Associado a isso, veio o interesse em disponibilizar bens de consumo a preços acessíveis a sociedade americana<sup>862</sup> como forma de alívio das sérias tensões sociais e distributivas que foram se formando desde os anos 70. A composição da distração com o conforto proporcionado pelo consumo barato manteve os níveis de tensão comercial baixos até aproximadamente o término da primeira década do século, quando então iniciou-se a quinta onda declinista e paranoica descrita por Joffe. Mas já havia sinais de que esses níveis baixos de tensão não permaneceriam por muito tempo e que, em breve, a situação iria mudar<sup>863</sup>, dificultando em muito a acomodação de longo prazo da RPC<sup>864</sup>.

Rajan argumenta que a condição dos EUA de importador sem limites e de ator em condições de virar a mesa a qualquer hora – como já fez na década de 1970 - conferiu uma enorme alavancagem hegemônica<sup>865</sup>, assustando mais os parceiros comerciais que mais dele dependiam. Isso se compôs com a afirmação de Allison de que os EUA ainda mantinham a capacidade de bloquear militarmente a economia RPC (importações e exportações)<sup>866</sup>. A capacidade dos EUA de reduzir o comércio com a RPC, seja pela redução das importações ou pelo estrangulamento militar, contribuiu para a deterioração das *expectativas* do *dependente*.

Somou-se a isso um projeto da RPC de redução do *diferencial de poder* tecnológico. Como vimos anteriormente, a RPC intensificou seus investimentos em itens considerados críticos em sua dependência comercial com os EUA ou seus principais aliados<sup>867</sup> e, também como vimos, buscou a redução da dependência e concentração de exportações. Com isso, chegamos ao ponto em que temos condições de avaliar a questão da *expectativa* do *dependente*.

---

<sup>861</sup> KISSINGER, 2011, p. 424. A outra seria as sérias tensões internas.

<sup>862</sup> KRUGMAN, 2009, p. 185 e RAJAN, 2012, p. 327.

<sup>863</sup> RUDD, 2021, p. 68. Colby e Mitchell apontam que nas proximidades do final da segunda década do milênio, um considerável consenso interno nos EUA apoiava medidas comerciais mais sérias contra a RPC (COLBY e MITCHELL, 2020, p. 12), dando corpo ao clamor “américa first”.

<sup>864</sup> RUDD, 2021, p. 69.

<sup>865</sup> RAJAN, 2012, p. 327.

<sup>866</sup> ALLISON, 2020, p. 247.

<sup>867</sup> FARRELL e NEWMAN, 2020, p. 76.

O hegemom se posicionou de forma *revisionistas* no que diz respeito ao *diferencial de poder* e a *estrutura sistêmica*. Conduziu de forma crescentemente unilateral as três *guerras da hegemonia* e foi leniente com os riscos para a economia mundial de suas crenças, o que gerou três sérias crises. Manteve alta a sua capacidade de estrangular o comércio da RPC e criou dificuldades de acomodação de longo prazo entre *hegemon* e *dependente*. A RPC perseguiu uma estratégia de diversificação comercial e redução proporcional da *interdependência*, ao mesmo tempo em que reduziu o peso das exportações na sua economia. Cada uma dessas constatações constitui um indicador sugestivo, de valor questionável se considerados isoladamente. Mas a pesquisa indicou que elas coabitaram a Conjuntura, implicando em uma majoração de seu valor representativo para a avaliação que precisamos fazer. Combinado todas elas, somos levados a concluir que a RPC reagiu de forma cautelosa, mas consistente com um quadro de deterioração das suas *expectativas* com relação a *interdependência*. Veremos a seguir a questão da *retroalimentação corrosiva*.

Allison defende que potências dominantes que se julgam declinantes constituem sérias ameaças ao SI<sup>868</sup>, ficando muito sujeitas a disparar uma dinâmica de *retroalimentação corrosiva*. Joffe adicionaria a ideia de que a assimetria de percepção no declínio entre o *hegemon* e unidades em esforço de ascensão complicaria ainda mais a questão<sup>869</sup>. Potências ascendentes também estariam expostas a esse risco de distorção, mas, como vimos quando tratamos das questões de *diferencial de poder* e *capacidade de arrasto*, fomos levados a considerar que a RPC não disparou ou alimentou tais dinâmicas, seja por cautela ou condições concretas. Isso ao passo em que a percepção hegemônica se descolou da realidade de duas formas diferente durante a Conjuntura.

O primeiro descolamento, que dominou a maior parte da Conjuntura, levou o *hegemon* a acreditar na capacidade de expansão por imposição de seu modelo de organização social, política e econômica em periferias resistentes. O segundo descolamento, que se inicia no final da Conjuntura, foi bem caracterizado por Joffe no que chamou da quinta onda declinista<sup>870</sup>, que alçou a RPC da condição de parceira geopolítica da Guerra Fria e destinação de investimentos à de ameaça existencial.

---

<sup>868</sup> ALLISON, 2020, p. 73.

<sup>869</sup> JOFFE, 2015, p. xiv.

<sup>870</sup> JOFFE, 2015, p. xiv.

Vimos que os EUA assumiram posturas *revisionistas* com relação ao *diferencial de poder* e a *estrutura sistêmica*, que corroeram as *regras e direitos*, conduziram com crescente unilateralidade três *guerras da hegemonia* e permitiram que a expansão de sua forma de organização econômica interna desestabilizasse seriamente o mundo por três vezes. Na Europa e Leste e Sudeste Asiático, o agravou instabilidades regionais endógenas.

Ainda durante o período da primeira distorção, a RPC se viu cercada pela expansão imposta e catequética da visão de mundo hegemônica e pela trágica implosão da URSS<sup>871</sup>. Mas mesmo sentindo os riscos para si e para o SI<sup>872</sup>, a RPC ascendeu e atuou com cautela e responsabilidade.

Então, durante a distração hegemônica de viés catequético que dominou a maior parte da Conjuntura, poderíamos ter tido o início de uma espiral de *retroalimentação corrosiva* pois a atuação dos EUA criou as condições para a dinâmica. Mas isso não aconteceu pois os esforços hegemônicos mais francos foram concentrados em duas periferias do SI e principalmente em função do ressurgimento cuidadoso da RPC nos cenários regional e global. A nossa avaliação é que a Conjuntura não se encerrou com o estabelecimento claro de uma *retroalimentação corrosiva*, embora precisemos reconhecer que as condições para a permissividade do fenômeno foram criadas pelos EUA. Passaremos a seguir a avaliar o que se deu em termos de *sinalizações*.

Como vimos, Copeland acredita que as *sinalizações* seriam trocadas entre as partes da *interdependência* por meio da mobilização de recursos, declarações e da formação de alianças. E que essas *sinalizações* afetariam a *expectativa* do *dependente*. Começaremos a nossa avaliação das *sinalizações* pela questão da formação de alianças.

A *sinalização* da formação de alianças por dado *hegemon* que excluísse ou prejudicasse o *dependente* degradaria a *expectativa*, aumentando as chances da disfuncionalidade da *interdependência* e, conseqüentemente, de uma *guerra de precaução*. Gilpin nos indicou dinâmicas que tenderiam a preceder uma *guerra hegemônica*. Um dos

---

<sup>871</sup> FOOT, 2010, p. 28, 29 e 30.

<sup>872</sup> Kissinger levanta a questão de se estaríamos entrando em uma época de tal risco sistêmico que as ações humanas simplesmente seriam incapazes de controlar. Em suas palavras: ““Estaremos nós diante de uma época na qual o futuro será determinado por forças além do controle de qualquer ordem?” (KISSINGER, 2015, p. 10).



indicadores de que essas dinâmicas estariam em movimento seria a *formação de blocos pouco flexíveis*.

Quando investigamos a existência ou não dos blocos, vimos que a distração hegemônica e a condução unilateral das *guerras da hegemonia* indicaram que os EUA não se empenharam na *formação de blocos pouco flexíveis*<sup>873</sup>. Mas não só isso; a condução unilateral das *guerras da hegemonia* foi um sinal para a RPC e para o mundo de que a vontade hegemônica iria se impor sobre as ideias de consenso e ordenamento, negligenciando até a própria *capacidade de arrasto*, que se manteve alta. Assim, os dois sinais emitidos pela crescente unilateralidade das *guerras da hegemonia* foram: não há a necessidade de blocos; e o projeto hegemônico civilizacional se imporá sobre o debate e o consenso. Mas isso foi no plano global. Nos diferentes planos regionais, outros sinais foram emitidos. Durante a maior parte da Conjuntura, os EUA pressionaram aliados em duas regiões com instabilidades endógenas, a Europa e o Leste e Sudeste Asiático, mas sem a articulação necessária a formação de blocos. Na Europa, as diferentes ondas de expansão da OTAN aconteceram durante toda a Conjuntura; na Ásia o empenho de contenção da RPC aparece mais tardiamente, como aponta Zakaria. Para ele, ao término da Conjuntura os EUA já manifestavam a intensificação de esforços na Ásia<sup>874</sup>. Em suas palavras:

com o Presidente Barack Obama, os EUA alavancaram a dissuasão, aumentando a sua presença na Ásia com novos acordos militares com a Austrália e Japão e investindo na parceria trans pacífica, projetada para fornecer aos vizinhos da RPC uma Plataforma econômica de resistência ao domínio imposto pelo mercado chinês<sup>875</sup>.

A RPC, por sua vez, foi predominantemente *conservadora* em sua ascensão. Temeu a formação de alianças regionais que poderiam ser desencadeadas por uma postura mais assertiva<sup>876</sup>.

Com isso e a partir das reações negativas que tiveram os acontecidos durante os protestos na Praça

---

<sup>873</sup> Em que pese a existência prévia da OTAN, sabemos que os EUA intensificaram seus esforços de expansão dessa aliança durante a Conjuntura.

<sup>874</sup> Colby e Mitchell indicam que quase uma década após o término da Conjuntura se formará nos EUA um consenso sobre a necessidade de uma postura mais firme e competitiva com relação aos seus adversários globais (COLBY e MITCHELL, 2020, p. 126), que é somente embrionária em 2012, quando o hegemon ainda tenta se desvencilhar de seu projeto civilizacional e catequético.

<sup>875</sup> Tradução nossa e no original: “Under President Barack Obama, the United States ramped up deterrence, expanding its footprint in Asia with new military agreements with Australia and Japan and nurturing Trans-Pacific partnership, designed to give Asian countries an economic platform that would enable them to resist dominance by Chinese market” (ZAKARIA, 2020, p. 56).

<sup>876</sup> ALLISON, 2020, p. 248.

da Paz Celestial (1989) e da Terceira Crise de Taiwan<sup>877</sup>, optou por uma reinserção regional a partir do seu poder brando, dentro das normas internacionalmente aceitas<sup>878</sup> e com uma forte ênfase nas parcerias econômicas<sup>879</sup>.

Com isso concluímos que não só regionalmente como globalmente, embora a RPC tenha iniciado movimentos de sedução - muito mais por precaução do que por esforço de arrasto - e os EUA tenham pressionado parceiros históricos, não tivemos na Conjuntura a formação de alianças para além do que já eram realidades regionais. Passaremos a investigar a questão da mobilização de recursos.

Allison aponta a tendência natural para a formação de uma aliança regional contra a RPC. Isso em função do seu histórico de dominância e de seu acelerado ressurgimento<sup>880</sup>. Para Zakaria, no término da Conjuntura a RPC começa a colocar em curso um plano de inserção internacional distinto. Nos diz Zakaria que:

[...] a política externa da RPC passou a ser mais ambiciosa e assertiva, dos esforços de liderança em organismos internacionais até a grandiosa iniciativa do projeto 'Belt and Road' e a construção de ilhas artificiais no Mar do Sul da China. Esse movimento de larga amplitude marca uma ruptura com a passividade prévia da RPC no cenário global, que ficou registrada nas palavras e seu líder anterior, Deng Xiaoping, que pregava que a RPC deveria 'oculte a sua força, aguarde a sua hora'. Particularmente a expansão militar da RPC tem sido de um tamanho e características que sugerem estar em curso a execução sistemática de um projeto de longo prazo<sup>881</sup>.

A citação acima converge com o que já havíamos apurado ao longo da pesquisa sobre o cuidado que dominou o ressurgimento da RPC durante a Conjuntura. Mas aponta algo novo até aqui: a franca mudança de postura da RPC ao término da Conjuntura, que

---

<sup>877</sup> BRESLIN, 2010, p. 36 e 37.

<sup>878</sup> BRESLIN, 2010, p. 35.

<sup>879</sup> BRESLIN, 2010, p. 38.

<sup>880</sup> ALLISON, 2020, p. 248.

<sup>881</sup> Tradução nossa e no original: "China's foreign policy has become more ambitious and assertive, from its pursuit of leadership roles in un agencies to the vast Belt and Road Initiative and the construction of islands in the South China Sea. These moves mark a break with the country's erstwhile passivity on the global stage, captured by the former Chinese leader Deng Xiaoping's adage "Hide your strength, bide your time." China's military buildup, in particular, has been of a size and designed in a manner that suggest that a long-term plan is being systematically executed" (ZAKARIA, 2020, p. 60).

certamente já vinha sendo considerada e planejada muito antes da implementação e que exigiu o início de uma grande mobilização de recursos.

Já vimos que a Conjuntura não testemunhou o empenho de nenhuma das partes na formação de blocos e alianças categoricamente excludentes. Os EUA estiveram empenhados na disseminação catequética ou por sedução de seu modelo político e econômico, com grande expansão das trocas de bens e serviços entre as unidades (vide gráfico 17) e a derrubada de barreiras aos grandes fluxos de capitais, com consequências na estabilidade da economia mundial. Assim, os aspectos político e econômico não indicaram uma mobilização de recursos específica do *hegemon* contra o *dependente*, ou *vice-versa*. Vejamos se as despesas militares, subgrupo particular do aspecto político, confirmam ou contradizem o que constatamos sobre a mobilização de recursos. Julgamos oportuno a avaliação dessas despesas, ainda que com base em evidências sugestivas, pois a preparação para uma confrontação hegemônica derivada da redução das *expectativas* do *dependente* passaria por mudanças nas despesas militares detectáveis de pelo menos um dos atores. Mas antes de dirigirmos a nossa atenção para o comportamento das despesas militares, faremos alguns breves esclarecimentos sobre as limitações desse indicador.

Vamos empregar o indicador de percentual das despesas militares em relação ao PIB, para o mundo, para a RPC e para os EUA. As despesas militares, excetuadas situações de guerras em curso ou iminentes, onde sofreriam expansões abruptas, tendem a crescer gradativamente ao longo dos anos, independentemente da disponibilidade de recursos financeiros e até da vontade política de dado Estado. Isso porque os projetos dos atuais materiais bélicos demandam tempos consideráveis para a pesquisa, projeto, produção e incorporação. Então, crescimentos graduais e até imperceptíveis do indicador podem mascarar grandes projetos de rearmamento, que só crescerão a níveis detectáveis em tempos mais alongados. Essa limitação do indicador pode ser potencializada se determinado Estado conjugar o aumento gradual das despesas em determinado tipo de material com cortes em outros recursos, militares ou não. Ou seja, não seria impossível, em tese, grandes projetos de mobilização militar estarem em curso até mesmo com a redução do indicador, pelo menos em seus anos iniciais.

Outra restrição do indicador é que ele não torna necessariamente explícitas as opções estratégicas dos atores. E opções estratégicas diferentes podem implicar em diferenças

significativas nos custos dos meios militares. Vejamos alguns exemplos. Se dado Estado pretende possuir a capacidade de controlar o espaço aéreo de determinada região, precisará de uma variedade e quantidade grande de meios aéreos, que já teriam custos altos nas proximidades do território nacional, mas que subiriam exponencialmente se essa opção fosse expedicionária, ou seja, afastada do território pátrio. Uma mudança de estratégia que passasse a pretender tão somente impedir o controle do mesmo espaço aéreo precisaria basicamente de mísseis antiaéreos e equipamentos de ataque eletrônico, a custos significativamente mais baixos. Se dado Estado pretendesse controlar uma área marítima, precisaria de meios navais e aéreos proporcionais a ambição, de custos elevados; se pretende somente impedir o seu uso, até mesmo uma dotação de minas simples, de custos comparativamente muito mais baixos, poderia ser suficiente. Aqui novamente a desproporção de custos seria imensa. Assim sendo, não seria impossível termos um projeto de mobilização com tendência franca para o confronto com significativas reduções do indicador, a depender das opções estratégicas.

O indicador também não considera o quanto a economia de dada unidade cresceu e como esses recursos foram internamente denominados e administrados. Por isso, alguns especialistas preferem usar como indicador as despesas absolutas e não as proporcionais, com as devidas correções cambiais e de paridade de compra. A distribuição de recursos para pesquisas militares poderia ser facilmente disfarçada em outros tipos de pesquisa e isso também vale para outras questões, como formação de instalações e treinamento de pessoal. Ou seja, os recursos reais para as despesas militares podem ter subido consideravelmente em termos absolutos mesmo quando o valor do indicador se mantém constante ou até diminui. Em horizontes temporais curtos e nos inícios de grandes programas de mobilização militar, essas limitações do indicador tenderiam a ser potencializadas.

Finalmente, o uso do indicador de forma comparativa, como pretendemos fazer, além de não considerar o tamanho concreto de cada economia, desconsidera a paridade de compras e os compromissos espalhados pelo mundo dos diferentes atores. Essas nuances que apontamos a título de ilustração, e deixando claro que muitas outras existem, são do conhecimento dos especialistas e de grande valia na área dos Estudos Estratégicos, mas fugiriam ao interesse da pesquisa. Estando exemplificadas algumas das limitações do

indicador, julgamos que, para uma avaliação Conjuntural e para os efeitos da pesquisa, ele poderá funcionar como evidência adicional, sem o carácter determinístico e incontestável.

Vejamos então como se comportou a média das despesas militares em relação ao PIB dos países do mundo que disponibilizaram dados para o BM, da RPC e dos EUA, respectivamente nos gráficos 19<sup>882</sup>, 20<sup>883</sup> e 21<sup>884</sup>. Começemos pelos dados mundiais.

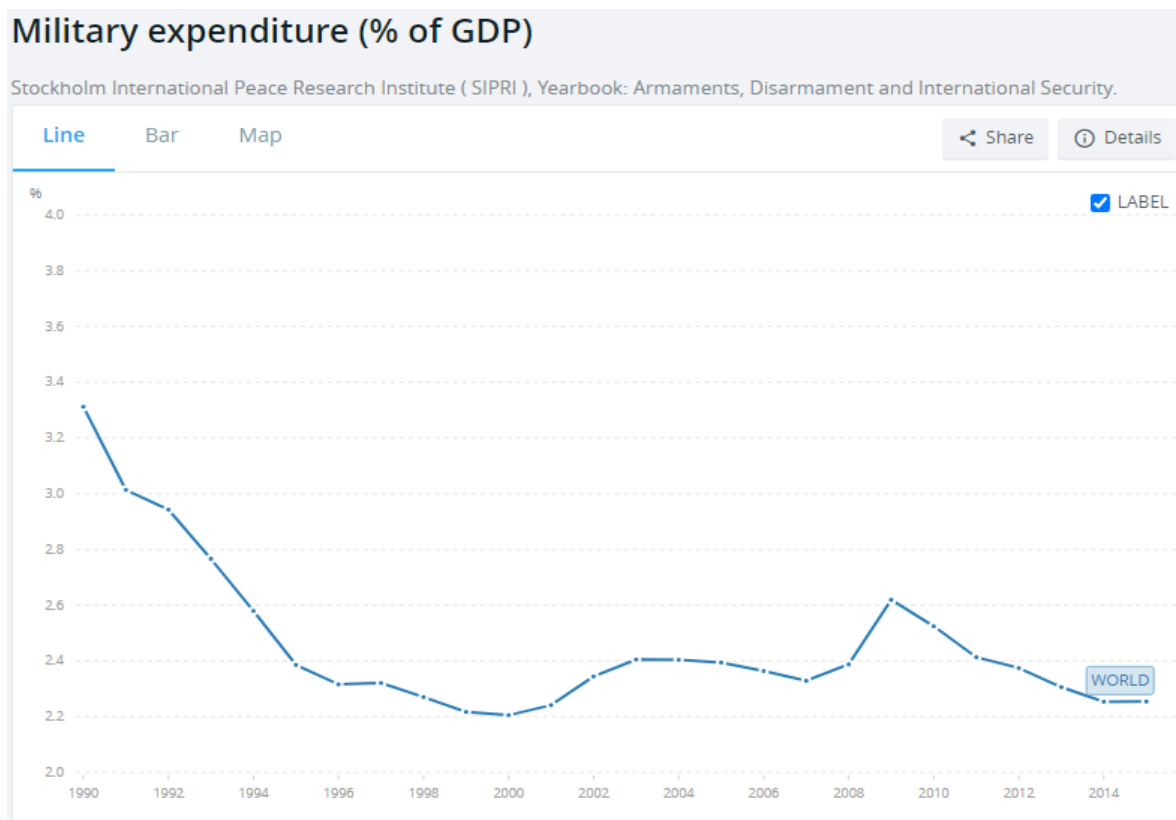


Gráfico 19 - Despesas militares mundiais relativas ao PIB, período de 1990-2014 (fonte: Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) e Armaments, Disarmament and International Security, disponibilizados no sítio do BM).

Quando observamos as despesas médias do mundo em relação ao PIB (gráfico 19) vimos que de 1990 até o ano 2000 o indicador cai de forma consistente de 3,3% para 2,2%, uma queda de mais de um terço, o que significa muito em termos de redução de despesas

<sup>882</sup> Acesso em 24/08/2022 e no link:

<https://data.worldbank.org/indicator/MS.MIL.XPND.GD.ZS?end=2015&start=1990>.

<sup>883</sup> Acesso em 24/08/2022 e no link:

<https://data.worldbank.org/indicator/MS.MIL.XPND.GD.ZS?end=2015&locations=CN&start=1990>.

<sup>884</sup> Acesso em 24/08/2022 e no link:

<https://data.worldbank.org/indicator/MS.MIL.XPND.GD.ZS?end=2015&locations=US&start=1990>.

militares em termos proporcionais, mesmo considerando crescimento do PIB mundial no período<sup>885</sup>. De 2000 até 2009, praticamente o mesmo intervalo temporal da variação anterior, aproximadamente de uma década, saem de 2,2% para 2,6%, aumentando em aproximadamente um quinto, ou seja, a queda da primeira metade da Conjuntura foi consideravelmente mais acentuada do que a retomada da década seguinte. E em 2012, atinge o valor de 2,4%, uma redução de 0,4% desde 2009. Notemos que após a queda acentuada que se encerra em 2000, as despesas mundiais obedecem a um comportamento cíclico, oscilando entre os valores de 2,2% a 2,6% no período de 2000 até 2014, com uma tendência de média de 2,4%. Obviamente que, como os EUA são os maiores orçamentos militares do mundo, as tendências mundiais sofreram grande influência da flutuação do indicador hegemônico. Temos então que as despesas médias para o mundo oscilaram entre os valores de 3,3 e 2,3%. Vejamos a seguir o que aconteceu com as despesas proporcionais da RPC (gráfico 20).

---

<sup>885</sup> Ver variações do PIB mundial no período de 1990 a 2015 no link: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?end=2015&start=1990&view=chart>. Acesso em 24/08/2022.

## Military expenditure (% of GDP) - China

Stockholm International Peace Research Institute ( SIPRI ), Yearbook: Armaments, Disarmament and International Security.

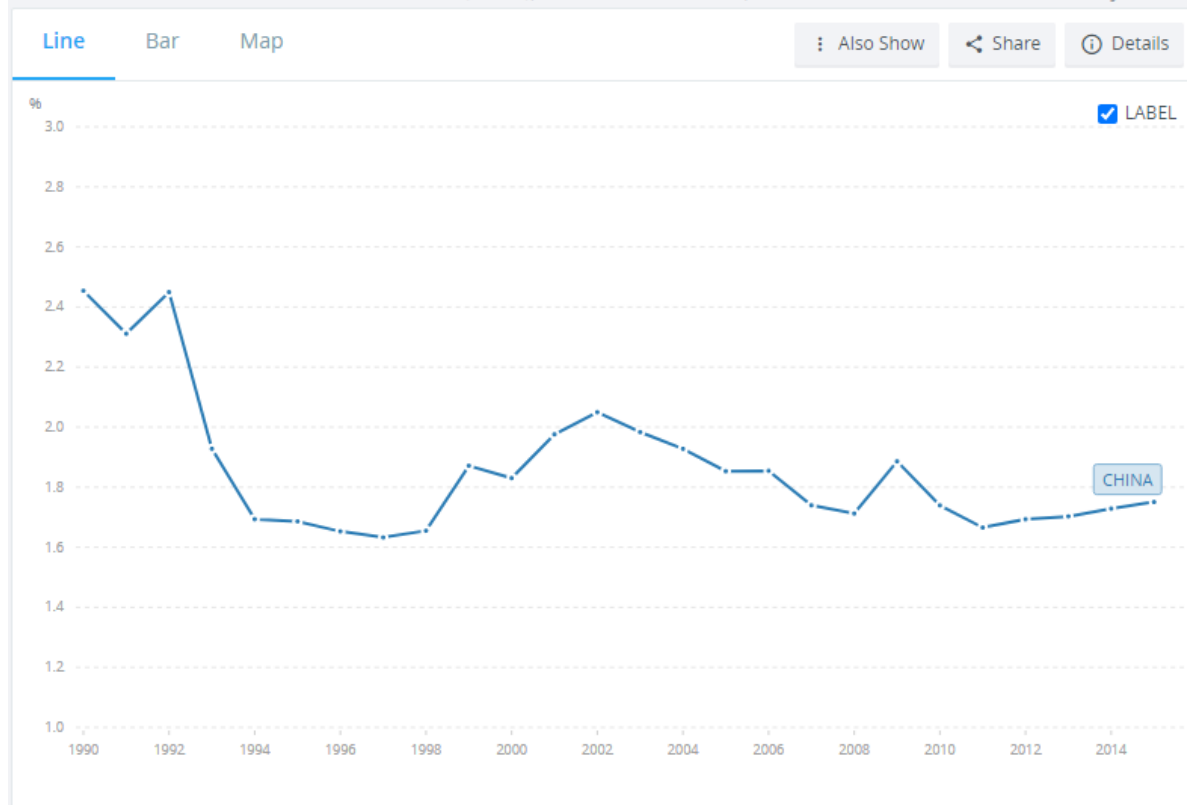


Gráfico 20 - Despesas militares da RPC relativas ao PIB, período de 1990-2014 (fonte: Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) e Armaments, Disarmament and International Security, disponibilizados no sítio do BM).

No início da Conjuntura, a RPC teve despesas militares que corresponderam a 2,5% de seu PIB. Seguindo a tendência mundial, caíram até 1,7% em 1998, subindo a partir daí até atingir 2% no ano de 2002<sup>886</sup>. De 2002 até o término da Conjuntura declinaram suavemente, se mantendo próximo a 1,8%. Importante salientarmos que o crescimento do PIB da RPC foi consideravelmente maior do que o crescimento médio do resto do mundo, o que significa maiores volumes de recursos em termos absolutos para esse tipo de despesa. As despesas militares da RPC, em relação ao PIB e no período considerado, flutuaram entre os valores de 2,5 e 1,6%.

Vejamos o que se deu com os EUA (gráfico 21).

<sup>886</sup> Vimos, quando tratamos da Terceira Crise de Taiwan, que a RPC percebeu como seus recursos militares eram insuficientes para a afirmação de suas vontades mesmo regionalmente. Uma interessante questão é se o aumento observado entre 1996 e 2002, que não foi tão alto assim, de 1,7% para 2,0%, teria alguma relação com essa crise específica, com algum projeto mais alongado ou mesmo das duas coisas combinadas.

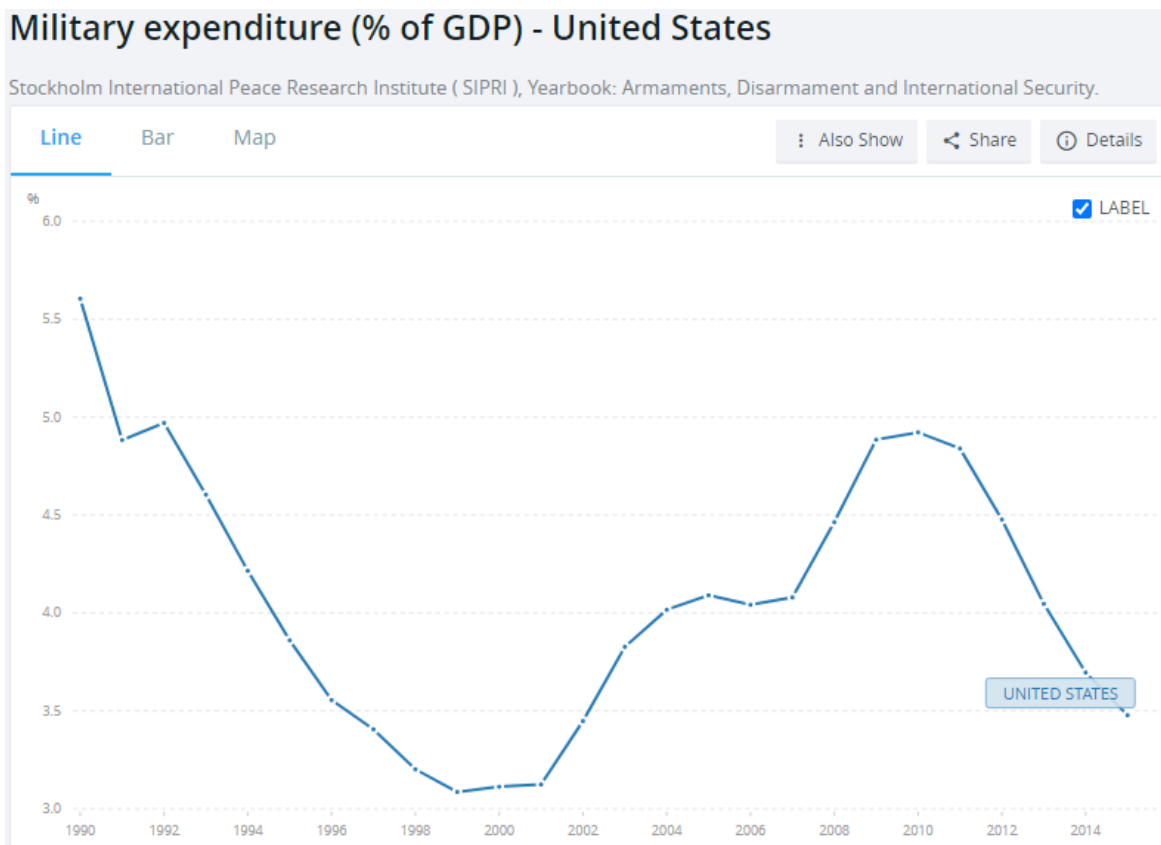


Gráfico 21 - Despesas militares dos EUA relativas ao PIB, período de 1990-2014 (fonte: Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) e Armaments, Disarmament and International Security, disponibilizados no sítio do BM)

Também seguindo a tendência mundial, e certamente tendo considerável influência sobre ela, os EUA reduziram proporcionalmente as suas despesas militares na primeira década da Conjuntura; saíram de 5,6% do PIB em 1991 para 3,1% em 1999, uma redução de quase a metade das despesas proporcionais, o que é significativo, ainda que essa primeira década tenha sido de grande enriquecimento hegemônico<sup>887</sup>. Mas subiram acentuadamente a partir de 2001, síncronas com as duas últimas *guerras da hegemonia*, até atingir o patamar de 4,9% em 2010, declinando acentuadamente a partir daí para 3,7% (e caindo) em 2014. Importante notarmos que no intervalo considerado as despesas norte americanas flutuaram entre os valores máximo e mínimo de 5,5 e 3,1% respectivamente.

Temos então que as despesas militares do mundo sofreram uma queda acentuada na primeira década da Conjuntura, coincidindo com o período da crença no triunfo da sociedade democrática liberal e da precipitada propagação determinística do fim da História. Depois disso, passaram a se comportar ciclicamente, oscilando entre os valores de 2,2% a

<sup>887</sup> KISSINGER, 2015, p. 317.



2,6% entre 2000 e 2014, com uma tendência de média de 2,4%. Quando observamos o indicador da RPC, detectamos a mesma queda do indicador na primeira década da Conjuntura, saindo de 2,5 para 1,6%. De 1998 até 2014, passaram a se comportar ciclicamente, oscilando entre os extremos de 1,6 a 2,1%, tendendo a uma média de 1,8%. Já os EUA seguiram e em grande medida influenciaram a tendência de queda do indicador mundial na primeira década, saindo de 5,6% em 1991 para 3,1% em 1999. A partir de 2000 também apresentam comportamento cíclico do indicador, só que com oscilações e tendência de média significativamente maior do que o que aconteceu com o mundo e com a RPC; a oscilação ficou entre 3,1 e 4,9%, com uma tendência de média de 4% do PIB.

Comparando o apresentado no parágrafo anterior, e cientes do diferenciado crescimento econômico que experimentou a RPC em toda a Conjuntura, podemos observar sobre esta unidade, a *dependente da interdependência* econômica, que: o comportamento geral de seu indicador seguiu a tendência mundial e dos EUA de duas fases, uma clara queda na primeira metade da Conjuntura, seguido de comportamento cíclico até o término; partiu, no início da Conjuntura, de patamares menores do indicador do que a média do mundo e do que os EUA, respectivamente de 2,5% contra 3,6% e 5,6%; a partir daí, passou a oscilar ciclicamente o indicador, a exemplo do que aconteceu com a média mundial e com os EUA, com amplitude de variação de 0,5% contra 0,4% do mundo e 1,8% dos EUA; e a média do indicador da RPC na fase cíclica foi de 1,8% contra 2,4% do mundo e 4,0 dos EUA<sup>888</sup>. Assim, o indicador de despesas militares em relação ao PIB nos mostra que a RPC não foi discrepante do que aconteceu no mundo. Iniciou a Conjuntura destinando proporcionalmente menos, foi mais estável em suas variações e tendeu a gastar proporcionalmente menos da metade do que gastou o *hegemon*, sugerindo que não tivemos uma mobilização militar franca da RPC durante a Conjuntura. Apresentaremos a seguir a nossa avaliação geral sobre a questão da mobilização.

Vimos antes de nossas considerações sobre as despesas militares que os aspectos político e econômico não indicaram a *mobilização* do dependente contra o *hegemon*, mobilização essa que seria sinal de queda acentuada das *expectativas*. Quando tratamos da questão das despesas militares proporcionais, um campo particular e significativo do aspecto

---

<sup>888</sup> Para uma perspectiva histórica, Joffe indica que a média histórica das despesas militares dos EUA desde a sua projeção imperial ao término da II GM foi de 4,5% do PIB (JOFFE, 2015, p. 101).

político, apuramos que a RPC destinou menos e foi mais estável no indicador, sugerindo que não se mobilizou francamente, em que pese o seu continuado crescimento econômico nos permitir afirmar que dispôs de consideráveis recursos para suas despesas militares. Assim, a nossa avaliação é que a RPC não se mobilizou na Conjuntura contra o *hegemon*. Passaremos a considerar, a seguir, a questão das declarações públicas.

Por questões de viabilidade e por fugir ao propósito amplo da pesquisa, não consideraremos todas as declarações públicas que se deram na Conjuntura. Optamos por considerar as duas de maior relevância, sendo uma específica e uma composta do agrupamento de declarações difusas, recorrentes, mas sem impactos significativos se consideradas isoladamente que, por isso mesmo, não serão detalhadas. Acreditamos que as declarações selecionadas indicarão de forma suficiente o que se deu na Conjuntura. A primeira será o discurso sobre o eixo do mal, de 2002<sup>889</sup>; e a segunda serão as alegações norte-americanas sobre práticas comerciais e de propriedade intelectual da RPC. A declaração de *pivot* para a Ásia será tratada mais para frente, fora da avaliação da  *sinalização* por termos assumido que ela encerraria a Conjuntura pesquisada. Começaremos pela declaração sobre o eixo do mal.

Vimos que a visão messiânica democrático-liberal, que dominou a segunda metade da Conjuntura, criou uma distração hegemônica para questões sistêmicas. Mesmo com a alta *capacidade de arrasto*, o *hegemon* optou por uma crescente unilateralidade na condução das *guerras da hegemonia*, principalmente as duas últimas. Isso foi possível graças ao enorme *diferencial de poder* em seu benefício, que restou da implosão soviética. No contexto da condução das duas últimas *guerras da hegemonia*, os EUA declararam sua intenção de enfrentamento aos países integrantes do chamado eixo do mal, Coreia do Norte, Irã e Iraque<sup>890</sup>, impondo consequências reais aos três. O último foi invadido e os dois anteriores foram colocados diante de severas medidas de isolamento político e econômico. Ou seja, durante o tempo que durou a crença ingênua na ilimitada capacidade de conversão do mundo em sua imagem, política ou economicamente, do início da queda da ordem bipolar até quase o término da Conjuntura, a principal declaração hegemônica não se dirigia

---

<sup>889</sup> Discurso feito no contexto do início da guerra ao terror, após o ataque de 11 de setembro. Acesso em 29/08/2022 e no link: <https://www.youtube.com/watch?v=btkJhAM7hZw>. Inicialmente, foram indicados, na sequência, como componente do eixo do mal a Coreia do Norte o Irã e o Iraque.

<sup>890</sup> Posteriormente, ainda no ano de 2002, Cuba, Líbia, e Síria foram adicionadas ao grupo.

diretamente ao *dependente* não exercendo, portanto, impacto direto na *expectativa*. Mas as ações concretas do *hegemon* emitiram sinais degenerativos, como vimos quando tratamos da questão das *regras e direitos*. De certo que a crescente unilateralidade de emprego dos recursos de força, como também já vimos, alertou a todas as unidades do SI que considerassem a possibilidade de resistir aos desejos hegemônicos, mas não foi um sinal direto *hegemon*→*dependente*. Passaremos a considerar, de forma ampla, as alegações norteamericanas sobre práticas comerciais e de propriedade intelectual da RPC.

As tensões comerciais e de propriedade intelectual são recorrentes em momentos históricos onde unidades em estágios econômicos de menor desenvolvimento tentam alcançar unidades em estágios mais avançados<sup>891</sup>. Foi assim, por exemplo, quando a Inglaterra ascendeu para emular e superar a Holanda; quando a Alemanha pós unificação ascendeu emulando e superando a Inglaterra nos anos que antecederam a IGM; e, mais recentemente, quando o JAP, ressurgido da II GM, tentava penetrar no mercado americano com seus produtos industrializados de preços e qualidade baixos. E a relação entre EUA e a RPC, obviamente com as suas particularidades, não foi diferente.

Allison sustenta que a postura dos EUA com relação a RPC no pós IIGM sempre foi dual, de “envolvimento com salvaguardas”<sup>892</sup>, o que daria sentido as recorrentes e dispersas declarações sobre práticas duvidosas da RPC ao passo em que a *interdependência* aumentava durante a maior parte da Conjuntura. Vimos anteriormente que a RPC aumentou até 2005 as suas exportações para os EUA, enquanto as importações declinaram consistentemente ao longo da Conjuntura. Por isso, concluímos na ocasião que a assimetria na *interdependência* aumentou até por volta de 2005, entrando em declínio até o término da Conjuntura.

O que concluímos previamente sobre o comportamento da *interdependência*, que subiu até 2005, declinado até o término da Conjuntura, nos indica a direção estratégica assumida pela RPC, mas não nos explica o porquê. É possível que a RPC tenha procurado a redução da *interdependência* pelas oscilações do comportamento hegemônico, como indicado por Allison, pelo temor das declarações dispersas sobre as suas práticas comerciais e de propriedade intelectual ou somente por considerar que o que poderia oferecer a parceria

---

<sup>891</sup> FIORI, 2004, p. 37.

<sup>892</sup> Tradução nossa e no original: “engage but hedge” (ALLISON, 2020, p. 256).

comercial com o *hegemon* já se aproximava dos seus limites. As possibilidades constantes da frase anterior não são mutuamente excludentes e é provável que a realidade seja uma combinação delas, mas foge ao interesse desta pesquisa identificar o peso de cada uma das hipóteses na decisão da RPC.

Assim, não temos como saber o real impacto dos discursos hegemônicos dispersos nas *expectativas* do *dependente*, mas suspeitamos que o conjunto de declarações sobre as suas práticas comerciais e de propriedade intelectual não teve peso significativo. Isso por duas razões. A primeira é que algo parecido teria acontecido com o JAP, sem o comprometimento da parceria<sup>893</sup>; e a segunda é que essas declarações não vieram acompanhadas de medidas concretas em escala, como as que se impuseram em 2018, por ocasião do início da chamada guerra comercial entre EUA e RPC<sup>894</sup>.

Então, sobre as declarações públicas de relevância, apuramos que a principal declaração pública hegemônica, o anúncio do eixo do mal, não se dirigiu ao *dependente*, portanto não afetou significativamente a *expectativa*. Contudo, as ações do *hegemon* emitiram sim sinais degenerativos de forma difusa. Já os discursos dispersos sobre práticas comerciais e de propriedade intelectual não parecem ter influenciado significativamente as *expectativas* do *dependente*. Vimos ainda que a RPC buscou a diversificação de parceiros comerciais e a redução do peso das exportações em sua economia. A pesquisa não teve como concluir se essas decisões, que invertem a tendência de aumento da *interdependência*, tiveram ou não forte correlação com as declarações públicas mais importantes, mas nos parece razoável assumir que sim. Passaremos a investigar a questão da formação de alianças.

Já vimos que durante a maior parte da Conjuntura o *hegemon* agiu de forma crescentemente unilateral, degradando das *regras e direitos* enquanto mantinha em alta a sua *capacidade de arrasto*. A RPC foi predominantemente cuidadosa e *conservadora* no seu esforço de reinserção regional e global. Os dois países buscaram incrementar parcerias e alianças no entorno do Leste e Sudeste Asiático buscando o reforço de suas posições

---

<sup>893</sup> Em que pese sabermos que quando essas tensões se manifestaram entre EUA e JAP, ambos eram aliados da Guerra Fria, o que singulariza consideravelmente a relação entre eles.

<sup>894</sup> Acesso em 29/08/2022 e no link: <https://www.scmp.com/economy/global-economy/article/3177652/us-china-trade-war-timeline-key-dates-and-events-july-2018>.

estratégicas e comerciais, mas que não levaram a formação de blocos antagônicos inflexíveis. Apresentaremos a seguir a nossa avaliação geral da questão das *sinalizações*.

De Copeland, extraímos que as *sinalizações* de reforço ou degeneração da *interdependência* seriam compostas da mobilização, das declarações públicas e da formação de alianças. Vimos que a RPC não se mobilizou francamente contra o *hegemon* e que o anúncio do denominado eixo do mal, principal declaração pública hegemônica, não se dirigiu ao *dependente*. Mas é razoável assumirmos que as ações hegemônicas concretas foram degenerativas para as *expectativas* do *dependente*. Quanto as *declarações públicas*, as evidências levantadas não nos permitiram assegurar, com algum grau de confiança, que tenham tido ou não influência nas *expectativas*, mas assumiremos que sim. As duas unidades se empenharam na formação e/ou reforço de parcerias e alianças, mas que não chegaram ao nível da formação de blocos inflexíveis. Do apurado sobre *mobilização, declarações públicas e formação de alianças*, restou claro que não tivemos tendências positivas, predominando as evidências de quadro degenerativo. Assim, a nossa avaliação é que o aspecto *endógeno* das *sinalizações* agravou a escalada degenerativa do binômio atitudes-incertezas, afetando negativamente as *expectativas*, com impacto corrosivo na *interdependência*. Passaremos a seguir a tratar do último aspecto *endógeno* da teoria de Copeland, o *comprometimento*.

Vimos que as *expectativas* derivariam das incertezas nos horizontes temporais curtos, sendo, portanto, um mecanismo de maior controle das partes envolvidas. Por outro lado, o *comprometimento* seria a garantia de dada unidade do seu comportamento em futuro afastado, o que seria de baixo controle das partes. O *comprometimento* derivaria de duas incertezas alongadas, uma para o *dependente* e outra para o *hegemon*. Respectivamente, são essas as incertezas alongadas: a *manutenção dos altos níveis de comércio e futuras posturas hostis*<sup>895</sup>. E sabemos que Copeland atribui tal relevância ao *comprometimento* que alerta para o fato de que *guerras de cautela* poderiam se impor ainda que houvesse a boa vontade entre as partes, com completude de informações.

---

<sup>895</sup> Reapresentando aqui as questões que orientariam cada uma das partes na *interdependência*, temos que “a primeira dessas incertezas, a manutenção dos altos níveis de comércio, coloca o *dependente* diante da seguinte questão: devo continuar em uma *interdependência* que me torna assimetricamente mais vulnerável antes de algum estágio de equilíbrio? E a segunda das incertezas coloca o *hegemon* diante da seguinte questão: devo enfraquecer a *interdependência* antes que seus benefícios materiais tornem viável e convidativa para o dependente uma agressão militar?”

A seguir, investigaremos as duas incertezas que compõem a nossa avaliação do *comprometimento*, aspecto *endógeno* da *interdependência*. Em primeiro lugar, trataremos da *manutenção dos altos níveis de comércio*, incerteza vinculada ao *dependente*; em segundo lugar, trataremos das *futuras posturas hostis*, incerteza vinculada ao *hegemon*. Depois de tratadas das duas isoladamente, efetuaremos um esforço de síntese e apresentaremos a nossa avaliação sobre o *comprometimento*. Vejamos então a questão da *manutenção dos altos níveis de comércio*.

Relembremos o que a nossa pesquisa já apurou e que teria afetação na incerteza alongada do *dependente*. A RPC se viu diante da necessidade de calibrar cuidadosamente a sua reinserção regional em um SI tendente a fragmentação e desconfiado de seu ressurgimento, com redução de *resiliência* e sob o exercício de uma hegemonia *revisionista*, que não se intimidou em agir unilateralmente mesmo quando mantinha altas as suas capacidades de estabelecer agendas, garantir a proteção e formar e manter parcerias comerciais. Além disso, a tendência da relação *hegemon-dependente* foi de deterioração. É provável que essa discrepância entre a visível e a pouca reconhecida postura de cuidado da RPC contra as unilateralidades do *hegemon* tenha minado qualquer possibilidade de esperança em parcerias alongadas no tempo. Assim, a partir dos comportamentos mais gerais das duas unidades, concluímos que a RPC não teve motivos para acreditar em um caminhar construtivo da parceria em molduras temporais mais alongadas.

Além de escolhas unilaterais, as divergências de percepções entre o *hegemon* e a RPC, que Kissinger e Allison<sup>896</sup> nos dizem serem históricas, aumentaram de intensidade a partir de 2008, com uma nova onda declinista influenciando assimetricamente a percepção dos EUA<sup>897</sup>. Essa diferença de percepções se compôs com a incapacidade de empatia com os derrotados, seja do ordenamento bipolar que desmoronou ou do momento catequético e unipolar que dominou a primeira metade da Conjuntura. Assim, o aumento da diferença de percepções que a RPC e os EUA mantiveram também não facilitou a formação de uma boa perspectiva por parte da RPC de parceria alongada.

---

<sup>896</sup> Respectivamente, KISSINGER, 2015, p. 228; e ALLISON, 2020, p. 181.

<sup>897</sup> JOFFE, 2015, p. xiv.

Valendo-se da alta dominância que possuía do sistema financeiro mundial, o *hegemon* desenvolveu e usou a seu critério uma arma exclusivista, a bomba-dólar. Amparado no enorme *diferencial de poder* militar, o *hegemon* sinalizou que não havia a possibilidade de resistência convencional a sua supremacia bélica. Demonstrou alta capacidade de permanência no uso de recursos militares em causas políticas de resultados altamente duvidosos e com apoio interno declinante. Ou seja, o *hegemon* poderia recorrer ao recuso da força militar ou ao seu domínio do sistema financeiro mundial mesmo sobre condições claramente desfavoráveis e quando opções de consenso ainda estivessem disponíveis, o que não surpreenderia Fiori<sup>898</sup>. É provável que o uso do poder militar e econômico do *hegemon* tenha aumentado as incertezas sobre futuros de prazos médio e longo.

Por fim, em um quadro conjuntural de perda de convergência de valores e com o aspecto *endógeno* das *sinalizações* degenerando o binômio atitudes-incertezas, o que afetou negativamente a *expectativas*, é muito pouco provável que a RPC tenha se amparado em uma visão otimista da manutenção dos altos níveis de comércio com o *hegemon*.

Nos parágrafos imediatamente acima relembramos o que a pesquisa já apurou e avaliamos seus prováveis impactos na formação das incertezas alongadas do *dependente*. Isoladamente, as considerações acima são evidências de natureza sugestivas, mas a sua composição permite, com reservas é claro, amparar a nossa conclusão. Se considerarmos a atuação geral das unidades, as históricas e crescentes divergências de percepção, o uso hegemônico de seus recursos de poder – meios e ocasiões –, a perda de convergência de valores e as *sinalizações*, concluímos que a RPC assumiu como baixo o *comprometimento* dos EUA e conseqüentemente como arriscada as parcerias de médio e longo prazo. Essa avaliação encontra amparo<sup>899</sup> no que também já apuramos sobre a relação da RPC com seus parceiros comerciais e sobre o impacto das exportações em sua economia, notadamente a partir de

---

<sup>898</sup> Relembremos o que disse Fiori em uma de suas mais conseqüentes reflexões sobre o exercício da hegemonia americana e que já citamos anteriormente. Diz o autor que “a própria potência hegemônica – que deveria ser o grande estabilizador, segundo aquela teoria – precisa de competição e guerra, para seguir acumulado poder e riqueza. E para se expandir, muitas vezes, ela precisa ir além e destruir as próprias regras e instituições que ela mesma construiu, num momento anterior, depois de alguma vitória” (FIORI, 2008, p. 31).

<sup>899</sup> Queremos deixar claro que o que sustentamos aqui é que há compatibilidade entre o que concluímos e o que será apresentado, e não a confirmação do concluído pelo que será apresentado. Isso porque a RPC poderia iniciar um projeto de degradação da *interdependência*, diversificação de parceiros comerciais e redução do peso do comércio internacional em sua economia mesmo com o *hegemon* apresentando comportamentos diametralmente oposto.

2005. A RPC reduziu os percentuais comercializados com os seus cinco maiores parceiros e aumentou seu comércio com os outros; aumentou os volumes comercializados com o *hegemon*, ao mesmo tempo em que reduziu os percentuais de seu comércio exterior atrelados a essa mesma unidade bem como a importância geral das exportações em sua economia. Tendo apresentado o que já havíamos apurado, adicionaremos novas evidências que comporão a avaliação final que faremos sobre o *comprometimento* da perspectiva do *dependente*.

Kissinger nos diz que duas das grandes preocupações da RPC na Conjuntura foram as possíveis restrições a sua inserção comercial<sup>900</sup> e suas tensões internas<sup>901</sup>. Também indica que sérias oscilações fizeram parte do relacionamento entre as unidades<sup>902</sup> e que o ideal dos EUA para o ordenamento internacional tende a ser conflitivo<sup>903</sup>. Nas duas preocupações da RPC, o histórico hegemônico<sup>904</sup>, suas dificuldades de convivência com o diferente<sup>905</sup> e a crença simplória e potencialmente intervencionista de que só pode haver liberdade comercial onde há liberdade política<sup>906</sup> não atenuaram as preocupações do *dependente*; temos como provável que tenha até agravado.

Na primeira das preocupações, mesmo que as *declarações públicas* sobre práticas comerciais e respeito as propriedades intelectuais não aparentem ter influenciado significativamente as *expectativas* do *dependente* em horizontes temporais curtos, certamente que não favoreceram as perspectivas de *comprometimento*. Ainda sobre a primeira preocupação, Zakaria sustenta que “uma visão realista do nascente ordenamento internacional liberal é de que ele já começou comprometido pelas exceções, discordâncias e fragilidades”<sup>907</sup>, com muitos desses vícios de origem baseados na forma de liderança hegemônica. Farrell e Newman apontam os riscos alongados do uso do sistema financeiro

---

<sup>900</sup> Allison sustenta que essa capacidade é real, mas com grandes riscos sistêmicos (ALLISON, 2020, p. 247).

<sup>901</sup> KISSINGER, 2011, p. 424.

<sup>902</sup> KISSINGER, 2011, p. 378.

<sup>903</sup> KISSINGER, 2011, p. 438.

<sup>904</sup> ZAKARIA, 2020, p. 63. O autor aponta, basicamente, as intervenções militares e o desrespeito ao ordenamento internacional. Diz que entre 1947 e 1989, enquanto o ordenamento democrático-liberal esteve em construção, os EUA o *hegemon* teria interferido 72 vezes para mudanças de governos.

<sup>905</sup> KISSINGER, 2011, p. 436.

<sup>906</sup> KISSINGER, 2011, p. 442.

<sup>907</sup> Tradução nossa e no original: “a more realistic image is that of a nascent liberal international order, marred from the start by exceptions, discord, and fragility” (ZAKARIA, 2020, p. 63).



internacional como arma<sup>908</sup>, também denunciado por Torres<sup>909</sup>. Colby e Mitchell alertam para a conexão frequente que os EUA operam entre discordâncias políticas e penalidades comerciais e financeiras, potencializando os riscos de espiral retaliatória<sup>910</sup>. Já na segunda, o histórico de interferência externa hegemônica é vasto, que se confirmou e ganhou dimensões maiores ao longo das duas últimas *guerras da hegemonia*, onde o fervor civilizacional e catequético amparado por vasta e competente máquina bélica<sup>911</sup> manteve o *hegemon* distraído por quase duas décadas. E as duas preocupações tiveram que ser administradas pela RPC em condições históricas de divergências de perspectivas<sup>912</sup>, instabilidade relacional e cercamento por aliados hegemônicos<sup>913</sup>. Assim, concluímos que a RPC não viu motivos para a atenuação de seus temores a partir das declarações, do histórico de intervenções e da gestão hegemônica do sistema financeiro mundial, conseqüentemente, não seria razoável esperar graus favoráveis de *comprometimento* em relação aos mesmos temas.

Eichengreen aponta o paradoxo financeiro da crise de 2008, que se originou no mercado imobiliário americano, se espalhou pelo mundo e promoveu uma corrida para o USD, ao contrário do esperado, que seria uma corrida contra a moeda, fortalecendo a posição econômica dos EUA<sup>914</sup>, epicentro da crise. Nos diz o autor também que as instabilidades ou preferências na Europa e Ásia não favoreciam o aparecimento de uma moeda internacional alternativa ao USD<sup>915</sup>. Torres sustenta que “as ameaça ao domínio monetário americano não parecem ser relevantes no futuro previsível”<sup>916</sup>. Isso conferiu efetividade a arma financeira e exclusivista criada pelos EUA<sup>917</sup>, a bomba-dólar. Podemos adicionar ainda o histórico de mudança larga e abrupta no funcionamento de alicerces da economia mundial quando do interesse hegemônico, como foi o caso em 1971<sup>918</sup>. Além disso, as grandes reservas em USD que a RPC dispunha e que eventualmente poderiam ser usadas para enfraquecimento do

---

<sup>908</sup> FARRELL e NEWMAN, 2020, p. 79.

<sup>909</sup> TORRES, 2021, p. 416.

<sup>910</sup> COLBY e MITCHELL, 2020, p. 123.

<sup>911</sup> Joffe indica que os EUA teriam mais de 115 bases espalhadas pelo mundo; a RPC não tem nenhuma. Esse amplo Sistema de bases conferiria aos EUA a capacidade de empregar força em qualquer lugar do mundo (JOFFE, 2015, p. 100).

<sup>912</sup> KISSINGER, 2015, p. 228.

<sup>913</sup> ALLISON, 2020, p. 248.

<sup>914</sup> EICHENGREEN, 2012, p. 5.

<sup>915</sup> EICHENGREEN, 2012, p. 124.

<sup>916</sup> TORRES, 2018, p. 286 e 287.

<sup>917</sup> TORRES, 2021, p. 431.

<sup>918</sup> TORRES, 2018, p. 286; e ZAKARIA, 2020, p. 63.

USD teriam um efeito deletério em suas exportações pois apreciariam a sua moeda, encarecendo os seus produtos<sup>919</sup>, com grandes riscos a sua economia. Assim, a tendência foi de que a favorável e de difícil contestação posição financeira dos EUA tenha influenciado negativamente a percepção da RPC sobre o *comprometimento*.

Rajan indica três linhas de falha, presentes na Conjuntura e de improvável solução em horizontes temporais mais alongados, que poriam em risco a economia mundial, que são: tensão política interna, desequilíbrios comerciais e interação de diferentes sistemas econômicos<sup>920</sup>. Das três linhas, a volatilidade da política interna do *hegemon*, inerente aos regimes democráticos, traz o risco de alterações abruptas nas relações com parceiros comerciais e, conseqüentemente, significativas incertezas alongadas. E essa volatilidade não passou despercebida pela RPC. Então, avaliamos que as potenciais instabilidades hegemônicas, derivadas da sua política interna, não reforçaram a perspectiva de *comprometimento* da RPC. Apresentaremos, a seguir, nossa síntese sobre a questão do *comprometimento*.

Vimos que a atuação hegemônica, as perspectivas históricas de cada unidade e as crescentes divergências de percepção já formariam um ambiente hostil para o florescimento do *comprometimento*. A forma como o *hegemon* utilizou seus recursos de poder reforçou a perda de convergência de valores e degenerou as *sinalizações* trocadas. O histórico de intervenções, a posição privilegiada e gestão hegemônica do sistema financeiro mundial mais as instabilidades internas dos EUA não incentivaram boas perspectivas alongadas. Concluimos, com isso, que o *dependente* avaliou como fraco o *comprometimento* hegemônico. Sabemos que a avaliação apresentada na frase anterior foi fundamentada em uma seleção parcial das evidências, onde as que indicavam quadro degenerativo foram as consideradas. Certamente que evidências favoráveis ao *comprometimento* existiram, mas assumimos que as avaliações das unidades sobre os riscos alongados, por razões de precaução, seriam fundamentadas nas evidências portadoras de ameaça, muito mais do que nas evidências neutras ou sugestivas de otimismo. Somos da opinião de que as evidências neutras ou sugestivas de otimismo teriam impacto de reforço no *comprometimento* em situações de ausência de evidências degenerativas, que não foi o caso durante a Conjuntura.

---

<sup>919</sup> EICHENGREEN, 2010, p. 133.

<sup>920</sup> RAJAN, 2012, p. 30.

Quando da existência de evidências otimistas e degenerativas, assumimos que as avaliações de riscos alongados seriam comandadas pelo segundo grupo. Passaremos, a seguir, a investigar a questão das *futuras posturas hostis*, que fundamentará a avaliação de *comprometimento* por parte do *hegemon*. Veremos inicialmente o que a pesquisa já apurou e em seguida adicionaremos evidências julgadas pertinentes.

Concluimos, a partir das considerações que fizemos sobre *incorporação de recursos, sinalizações de abandono, condições de permissividade e as dinâmicas precedentes* que a Conjuntura não exibiu sinais claros de períodos imediatamente precedentes a enfrentamentos hegemônicos. Embora a RPC tenha se tornado um sério ator global e uma dominante potência regional, não se mostrou definitivamente capaz de enfrentar o domínio hegemônico em sua periferia. Também se mostrou cuidadosa e conservadora em seu ressurgimento. Nada disso impediu o aparecimento da quinta onda declinista, assumindo que os EUA estavam em um momento de fraqueza e prestes a ser superado, mais uma vez, distorcendo a percepção hegemônica.

O eixo Atlântico sofreu redução de relevância a partir da difusão tecnológica para periferia asiática, com a economia mundial se expandindo consideravelmente e evoluindo para uma tripla polaridade. As relações *hegemon-dependente* tenderam a deterioração, agravadas por sérias diferenças de percepção e pela dissolução das condições imperiais do início da Conjuntura<sup>921</sup>. A RPC reduziu os *diferenciais de poder* econômico e tecnológico, isso enquanto o *hegemon* esteve distraído, dispendendo tempo e recursos em uma cruzada civilizacional. Aumentou de forma impressionante a participação da sua economia no SI, não esbarrando nas restrições esperadas para países em rápido crescimento econômico. Diversificou suas parcerias e minimizou a dependência de sua economia das exportações. Em termos absolutos e em que pese a sua resistência histórica ao uso da força militar<sup>922</sup>, após as duras lições da Terceira Crise de Taiwan disponibilizou mais recursos ao seu aparato militar, que desenvolveu meios e formas de resistir a aproximação de forças americanas<sup>923</sup>.

---

<sup>921</sup> KISSINGER, 2015, p. 233.

<sup>922</sup> KISSINGER, 2011, p. 106.

<sup>923</sup> Se tornou capaz de implementar uma estratégia chamada A2AD (Anti-Access Area Denial), que pretendia impedir ou aumentar os custos de qualquer aproximação de forças assumidas como hostis da região do Leste e Sudeste Asiático. Acesso em 05/09/2022 e no link: [https://www.rand.org/pubs/research\\_reports/RR1820.html](https://www.rand.org/pubs/research_reports/RR1820.html).

Os recursos militares da RPC foram desenvolvidos para amparar uma estratégia de imposição regional por meio da redução das interferências ocidentais no entorno da RPC, a exemplo do que os EUA fizeram na região do Caribe com a Doutrina Monroe. Acontece que o Leste e Sul Asiático passaram a constituir, como vimos, um dos polos da economia mundial, crescendo em relevância, ao contrário do que era o Caribe de então, que perdia relevância a partir da competição industrial intereuropeia e do surgimento de outras áreas para o fornecimento de matérias primas. Essa diferença muda completamente o jogo da perspectiva dos EUA; a capacitação militar pretensamente regional da RPC trouxe impactos globais para o *hegemon*. Assim, essa controlada, consistente e aparentemente regional capacitação militar da RPC aumentou crescentemente os riscos da presença de forças americanas, degradando a capacidade dos EUA de proteger seus interesses e de seus aliados, ameaçando a posição influenciadora na região que passou a formar o terceiro polo da economia mundial. E essa possibilidade de exclusão não poderia ser tolerada, seja pelas suas consequências concretas e subjetivas ou pelo precedente aberto, de negação ao *hegemon* do livre acesso e influência em áreas de grande interesse, o que daria ao SI sinais de fraqueza hegemônica.

E, embora o *hegemon* tenha mantido a sua primazia na *hierarquia de prestígio*, a RPC, que historicamente “desempenhou um papel mundial que ultrapassa a sua força objetiva”<sup>924</sup>, ascendeu meteoricamente ao grupo dos desenvolvidos. A RPC ficou quase que imune as graves consequências das três crises econômicas da Conjuntura<sup>925</sup>, reforçando a imagem de ator economicamente responsável. Assim, nas expressões materiais e imateriais, a RPC ascendeu de forma impressionante na ordem internacional, se mostrando cuidadosa, porém firme em seus projetos alongados de reinserção. Isso deixou o *hegemon* na posição de potencialmente excluído e declinante.

Quando investigamos a *capacidade de arrasto*, vimos que a percepção hegemônica começou a se desacoplar da realidade com mais intensidade a partir de 2008, afastando consideravelmente a forma como EUA e a RPC percebiam a realidade. Os resultados inconclusivos das duas últimas *guerras da hegemonia* colocaram os EUA diante da

---

<sup>924</sup> KISSINGER, 2011, p. 113.

<sup>925</sup> As desacelerações da economia mundial que sucederam cada uma das crises, principalmente a de 2008, afetaram as exportações chinesas, mas como impacto colateral. A RPC não permitia o livre fluxo de capitais, que criou as condições de possibilidade de cada uma delas, e ainda possuía enormes reservas em USD, que garantiriam uma eventual estabilidade cambial caso estivesse sujeita a qualquer movimento repentino, acelerado e de grande volume de evasão de capitais.

dura realidade do que pode ser efetivado a partir do alinhamento de seus desejos supremacistas e catequéticos com sua determinação política amparada, em seus recursos econômicos e militares.

Esse choque de realidade pode ter desorientado momentaneamente o *hegemon*, que, de acordo com uma das teses de Fiori, precisaria constantemente de um adversário organizador, real ou imaginário, que criasse as condições de coesão e esforço necessários ao avanço. Para Fiori, “este talvez seja o segredo mais bem guardado deste sistema: o próprio ‘poder expansivo’ é quem cria ou inventa, em última instância, os seus competidores e adversários, indispensáveis para a sua própria acumulação de poder”<sup>926</sup>. Se a tese de Fiori tiver aderência com a realidade, e acreditamos que tenha, a RPC começou a ser a bola da vez, sucedendo o Império do Mal (URSS) da ordem bipolar, o terrorismo internacional e o eixo do mal (as denominadas “novas ameaças”), as ameaças existenciais do momento imperial que dominou a maior parte da Conjuntura. Zakaria dá uma dimensão concreta ao argumento de Fiori quando diz que:

Em teoria, uma postura mais firme contra a RPC forçaria a moderação e até reformas. De forma não declarada, mas central para a estratégia dos que apoiam o enfrentamento, é a ideia de que a contenção da RPC precipitará o colapso do regime, assim como aconteceu com a URSS [...] O Pentágono aderiu a premissa de que os EUA e a RPC são os maiores competidores um do outro. De uma perspectiva puramente burocrática, essa assunção é perfeitamente coerente. Nos últimos vinte anos, o aparato militar dos EUA lutou contra insurgência e guerrilhas, tendo que explicar repetidamente o motivo pelo qual uma máquina de guerra cara falhou contra inimigos mal equipados. Transformar a RPC em inimigo da vez, em contrapartida, significa o retorno ao conforto dos dias da Guerra Fria, quando o Pentágono dispunha de enormes orçamentos invocando o fantasma de uma guerra contra um adversário rico, militarmente sofisticado com tecnologias próprias e de ponta<sup>927</sup>.

---

<sup>926</sup> FIORI, 2004, p. 28.

<sup>927</sup> Zakaria desenvolve esse argumento em 2020, mais de uma década depois dos primeiros sinais de abandono do esforço catequético para o engajamento na disputa com a RPC. O argumento de Zakaria considera a tendência que se impôs no desenrolar dos anos após o término da Conjuntura, deixando clara a tendência que já se anunciava em 2008. Tradução nossa e no original: “The theory is that a hard line against China will force it to behave and even reform. Unspoken but clearly central to the hawks’ strategy is the notion that containing China will precipitate the collapse of its regime, just as happened with the Soviet [...] The Pentagon has embraced the notion of China as the United States’ top “strategic competitor.” From a bureaucratic point of view, this designation makes perfect sense. For the last 20 years, the U.S. military has fought against insurgencies and guerrillas in failed states, and it has time and again had to explain why its expensive machinery has failed against these underequipped, cash-strapped enemies. To make an enemy of China, by contrast, is to return to the halcyon days of the Cold War, when the Pentagon could raise large budgets by conjuring the specter of a war against a rich, sophisticated military with cutting-edge technology of its own” (ZAKARIA, 2020, p. 64 e 65).

Salientamos que Zakaria escreveu as linhas acima em 2020, mais de quinze anos após o anúncio da tese de Fiori e no contexto do amadurecimento do que já se mostrava embrionariamente no término da Conjuntura. Do extraído de Fiori e Zakaria, podemos suspeitar que a elevação da RPC a condição de ameaça existencial, em sucessão as ameaças terroristas ou ao eixo do mal, guardaria algum grau de independência com a realidade objetiva.

As alterações na *distribuição de poder* foram muito menores do que a alteração na *hierarquia de prestígio*. Essa transformação nos indicadores relacionais e sistêmicos se deram em um curto intervalo de tempo. A Conjuntura se encerrou com a preocupante possibilidade de que o *hegemon* concluísse, a partir da redução de seu prestígio, que a sua superação pela RPC seria uma questão de tempo e que seria prudente agir enquanto as condições concretas ainda são favoráveis.

O já tratado até agora se compõe com a intrínseca incerteza dos tempos alongados, já denunciada por Copeland como tendência natural e reafirmada por Legro para o caso específico. Para Legro, “mesmo se tivéssemos acesso ao funcionamento preciso do governo chinês, é improvável que tais informações pudessem desvendar seus objetivos futuros” [...] Ironicamente, nem mesmo os principais líderes chineses, apesar de todo o seu poder, podem saber com certeza o que seu país há de querer no futuro”<sup>928</sup>. Legro adiciona uma camada a mais de complicação quando diz que a maior ameaça a ordem internacional não é o crescimento da RPC, mas sim uma rápida ruptura do seu crescimento econômico<sup>929</sup>. Independentemente da veracidade da hipótese de Legro, a sua verossimilhança já coloca o *hegemon* diante de uma complexa situação de risco alongado: se a RPC cresce a altas taxas, poderá ser capaz de criar os recursos objetivos e subjetivos de contestação; e se sofre queda considerável e abrupta de seus índices de crescimento poderá se voltar francamente contra o ordenamento. Dessa perspectiva, a contenção seria uma necessidade, mas precisaria ser muito bem calibrada, o que não é coisa simples. Assim, as condições para a avaliação hegemônica da necessidade de esforços preventivos contra a RPC estiveram presentes na Conjuntura.

---

<sup>928</sup> LEGRO, 2010, p. 84.

<sup>929</sup> LEGRO, 2010, p. 85.

Então, a composição das condições necessárias a inclinação para esforços preventivos, alguma distorção hegemônica, que incluiu a quinta onda declinista, a redução da *assimetria na interdependência* e o considerável e firme aumento dos recursos materiais e imateriais que sustentaram a impressionante reinserção da RPC na ordem internacional nos levam a avaliar que a perspectiva hegemônica sobre o *comprometimento* não foi favorável. Além disso, e baseados em Fiori e Zakaria, precisamos considerar que os EUA parecem precisar da RPC como uma ameaça organizadora. Apresentaremos no parágrafo abaixo o que podemos concluir da combinação das avaliações que fizemos dos dois riscos alongados.

Da perspectiva teórica de Copeland, a avaliação das partes sobre os riscos alongados comporia o *comprometimento*, que seria o indicador de reforço ou degeneração da *interdependência*, com a inclinação para uma *guerra de cautela* no caso de degeneração. A avaliação de risco alongado do *dependente* se fundamentaria em suas perspectivas de manutenção de *altos níveis de comércio* e a avaliação de riscos alongados do *hegemon* nas *futuras atitudes hostis* do *dependente*. Vimos que as condições para que o *dependente* formasse uma boa perspectiva do *comprometimento* não eram boas, com a presença de perda de convergência de valores e degeneração das *sinalizações*, além do histórico de intervenções, da gestão hegemônica do sistema financeiro mundial e das instabilidades internas dos EUA. Vimos também que o *dependente* tomou medidas concretas para a redução da *interdependência*, com efeitos sensíveis a partir de 2005. Assim, concluímos que a avaliação da RPC foi de que o *comprometimento* dos EUA seria baixo.

Os EUA, mesmo sabedor do papel histórico da RPC e de suas intenções e avanços na direção de reavê-lo, se envolveu em distrações periféricas e, em seguida, passou a perceber distorcidamente a realidade, tomado pela quinta onda declinista. Viu o continuado e impressionante aumento dos recursos materiais e imateriais que sustentaram a reinserção da RPC, desconfiando das intenções futuras do *dependente*, que poderiam tender a hostilidade. Se viu, com consequências, na difícil situação de parecer excluído e fraco. Além disso, para organizar e sustentar o seu avanço, precisou substituir as ameaças existenciais que implodiram (URSS) ou que não se permitiram derrotar (terrorismo e eixo do mal); a RPC reunia condições concretas e foi a escolhida nas proximidades do término da Conjuntura. Por isso, avaliamos que a perspectiva dos EUA sobre o *comprometimento* foi desfavorável. Temos então um quadro preocupante, onde *hegemon* e *dependente* possuíam, ao término da

Conjuntura, perspectivas desfavoráveis sobre o *comprometimento*. Isoladamente, essa convergência de perspectivas já seriam um sério problema, mas coexistindo a situação piora, pois uma dinâmica de *retroalimentação corrosiva* provavelmente afetou as interações de prazos mais curtos, acelerando o quadro também degenerativo da *expectativa*. Escapa a moldura temporal da pesquisa, mas temos como muito provável que as consequências da interação retroalimentada e corrosiva entre as *expectativas* e o *comprometimento* venham a ficar claras na Conjuntura seguinte, com seus impactos degenerativos na *interdependência*, talvez explicando boa parte da chamada Guerra Comercial entre EUA e RPC, que se impôs nas proximidades do término da segunda década deste século. E isso nos remete mais uma vez a preocupação de Kissinger, de que talvez estejamos entrando em um período em que o porvir venha a ser determinado por forças que escapariam a disciplina da estrutura e ao controle político<sup>930</sup>.

Tratamos até aqui da *endogenia* na *interdependência*, ou seja, consideramos o que estaria diretamente ligado ao par *hegemon-dependente*. Investigamos os aspectos subjetivos de *assimetria*, *expectativa*, *retroalimentação corrosiva*, *mobilização*, *declarações públicas*, *formação de alianças* e *comprometimento*. Passaremos agora aos aspectos *exógenos* da *interdependência* e que julgamos de valor na caracterização da Conjuntura. Após isso, apresentaremos uma síntese do par *endógeno-exógeno*.

### 3.2.2 Aspectos *exógenos*

De Copeland, filtramos e estabelecemos os aspectos observáveis de interesse que são *exógenos* a relação *hegemon-dependente*. Nos propusemos a investigar os aspectos de: *crescimento sustentado e diversificado*; *alternativas do dependente a parceria*; *redução de assimetrias*; e *conversão de benefícios materiais em recursos militares*. Após essa investigação e as considerações sobre os aspectos *exógenos* estaremos em condições de avaliar a *redução da interdependência*. Começaremos pelo aspecto do *crescimento sustentado e diversificado de dependente*.

---

<sup>930</sup> KISSINGER, 2015, p. 10. Como vimos no capítulo 2, Copeland manifesta preocupação convergente com a de Kissinger, ao julgar o *comprometimento* uma dinâmica que poderia desencadear guerras mesmo quando houvesse boa vontade entre as partes e completez de informações (COPELAND, 2015, p. 41).



Já sabemos que a RPC aumentou o seu PIB e participação na economia mundial, notadamente a partir do início da década de 1990<sup>931</sup> e não esbarrou nas restrições corriqueiras de unidades em crescimento econômico acelerado. Isso ao mesmo tempo em que os EUA abriram dianteira no que diz respeito ao *diferencial de poder econômico*, pois converteram seu poder econômico em recursos exclusivistas e de potencial sistêmico, além de terem se mostrado capazes de financiar seus déficits com superávits e reservas de outras unidades e de terem conseguido fortalecer o USD mesmo quando isso seria improvável. Os gráficos 22 e 23, extraídos do sítio do BM, mostram, respectivamente, as taxas de crescimento do PIB mundial e da RPC no período de 1991 a 2012.

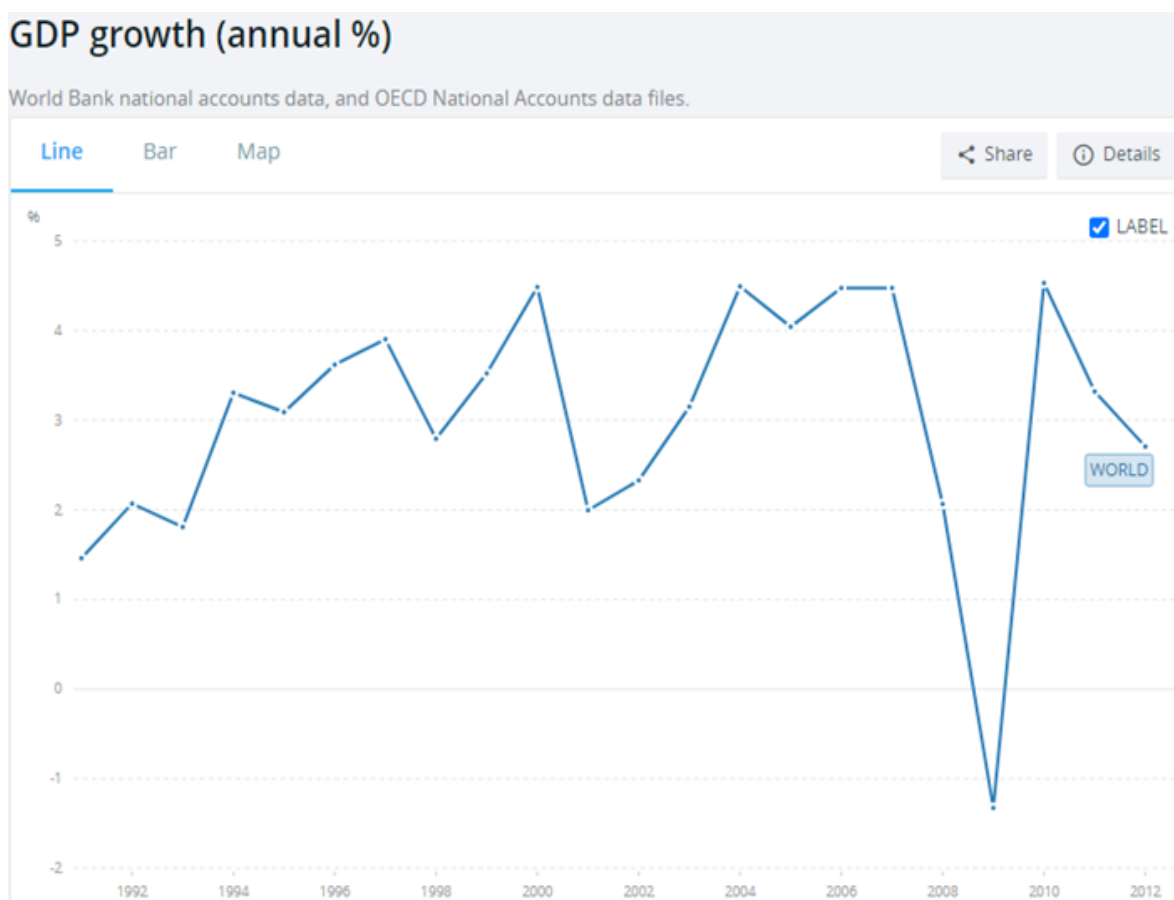


Gráfico 22 – Taxa de crescimento do PIB mundial entre 1991-2012 (Fone: BM e OCDE)

<sup>931</sup> KISSINGER, 2011, p. 460.

## GDP growth (annual %) - China

World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files.



Gráfico 23 – Taxa de crescimento do PIB da RPC entre 1991-2012 (Fonte: BM e OCDE)<sup>932</sup>

A comparação dos dois gráficos não deixa dúvidas sobre o que se passou com o PIB da RPC, quando comparado ao do mundo. O PIB mundial variou no intervalo de -1,3 (2009), mínimo síncrono com os efeitos da crise do *subprime*, a 4,5% (nos anos de 2000, 2004, 2006, 2007 e 2010), apresentando uma média de 3,0% no período. O crescimento do PIB da RPC oscilou entre 7,7% (1999), mínimo síncrono com as consequências de uma das fases da *crise dos emergentes*, a que se manifestou na Ásia, e 14,2% (2007). Essas continuadas e favoráveis taxas de crescimento não são de fácil obtenção. Nas palavras de Rajan, “o capitalismo gerenciado se mostrou extremamente bem-sucedido em seu objetivo imediato de tirar países da pobreza. Não é, no entanto, uma estratégia de fácil implementação”<sup>933</sup>. Também sofreu redução de crescimento após a crise do *subprime*, mas para 9,4% em 2009. A média de crescimento do PIB da RPC no período foi de 10,34%. Se compararmos o impacto nas taxas de crescimento da crise de 2008, veremos que entre 2007 e 2009 a economia da

<sup>932</sup> Acesso em 06/09/2022 e no link:

<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?end=2012&locations=CN&start=1991&view=chart>

<sup>933</sup> RAJAN, 2012, p. 108.

RPC sofreu uma queda de aproximadamente 33%, enquanto a queda no mundo foi de 115%, sugerindo a confirmação do que já havíamos apurado, de que houve a preparação do *dependente* após a *crise dos emergentes*.

Para Zakaria, a RPC cresceu nesses níveis pela combinação de: abandono de preceitos econômicos socialista e adesão a economia de mercado; altas taxas de poupança, que permitiram altas taxas sustentadas de investimento; aumento de produtividade; e, nas últimas décadas, abertura para investimentos externos, sendo a mais aberta e favorável a investimentos externos de todos os BRICS<sup>934</sup>. E Breslin aponta a decisão da RPC de se transformar em uma locomotiva de desenvolvimento regional, funcionando como mercado consumidor e fonte de investimentos diretos e desenvolvimento e transferência de tecnologias<sup>935</sup>. Considerando os indicadores de crescimento do PIB do *dependente*, quando referenciados ao do mundo, concluímos que a RPC apresentou *crescimento econômico sustentado* durante a Conjuntura<sup>936</sup>.

Vimos que a RPC reduziu seu *diferencial de poder tecnológico*, se valendo da *difusão tecnológica* que permitiu o *despertar da periferia*. E esse salto tecnológico foi possível pela combinação consistente de planejamento, vigor burocrático, investimentos, pesquisa e produção, ao contrário do propagado no senso comum de que teria sido produto exclusivo da violação de propriedade intelectual<sup>937</sup>. Com isso a RPC escapou da armadilha do domínio das exportações de produtos de baixo valor agregado<sup>938</sup>, mantendo o controle do risco cambial que acompanha o aumento de agregação de valor e volume das exportações<sup>939</sup>. Conseguiu a rápida saída da pobreza via crescimento das exportações, que geralmente implica em altas vulnerabilidades a alterações demográficas e pouco desenvolvimento de

---

<sup>934</sup> ZAKARIA, 2020, p. 57. Breslin diria que os fatores da atração da RPC são: recipiente de investimentos estrangeiros diretos; grande mercado consumidor; investidor e estabilizador; e detentor de parcela significativa da dívida americana (BRESLIN, 2010, p.61). E podemos adicionar desenvolvedor de tecnologias.

<sup>935</sup> BRESLIN, 2010, p. 38.

<sup>936</sup> Joffe aponta o caráter transiente das altas das taxas de crescimento econômico (JOFFE, 2015, p. xv), se perguntando até quando esses níveis de crescimento poderiam se manter (JOFFE, 2015, p. 20 e 21).

<sup>937</sup> Zakaria sustenta que a RPC, notadamente a partir de 2014, vem tomando medidas efetivas para a redução das violações de direitos de propriedade intelectual (ZAKARIA, 2020, p. 59 e 208).

<sup>938</sup> BRESLIN, 2010, p. 58.

<sup>939</sup> Para Rajan, o aumento de superávits comerciais permite a liquidação dos empréstimos externos e a aquisição de bens de capital em um primeiro momento, mas, em um segundo momento criam altíssimas pressões sobre as moedas nacionais do exportador, prejudicando a sua competitividade (RAJAN, 2012, p. 112). Além disso, o autor aponta as diferenças de vulnerabilidades das economias exportadoras pequenas e grandes (RAJAN, 2012, p. 130), onde os maiores, que é o caso da RPC, teriam menores espaços para ajustes a choques.

consumo interno<sup>940</sup>. A comparação entre os indicadores de exportações agregado nos sugeriu que a RPC buscou a redução da importância das exportações na sua economia como um todo. Além disso, reduziu os percentuais comercializados com os seus cinco maiores parceiros, ao mesmo tempo em que aumentou seu comércio com os outros, em um também consistente esforço de diversificação comercial. Até 2005, aumentou as suas exportações para os EUA, ao passo que suas importações declinaram consistentemente ao longo da Conjuntura. Aumentou em um primeiro momento e até 2006 a importância das exportações para em seguida buscar a redução da relação exportações/PIB. Assim, como a pesquisa já havia indicado, a RPC diversificou suas parcerias comerciais e aumentou a agregação de valor aos produtos exportados. Com isso, concluímos que a RPC apresentou ao longo da Conjuntura um crescimento econômico sustentado e diversificado em produtos e parcerias.

A RPC tem um histórico de grandes sacrifícios coletivos. De certo que a sociedade chinesa de hoje não é a mesma do Grande Salto para Frente, da Grande Fome ou da Revolução Cultural. A RPC reduziu a sua dependência da economia hegemônica por meio da diversificação de parcerias e desenvolvimento interno, mas os EUA ainda era o seu maior parceiro comercial em 2012. Dito isso, consideramos que a avaliação de se a economia da RPC teria sobrevivido a uma ruptura com o *hegemon* seria de baixo grau de confiança. Por isso, assumiremos a posição conservadora para os efeitos da teoria de Copeland, ou seja, a RPC não teria sobrevivido, implicando assim em um esforço do *dependente* para a melhora das condições da *interdependência*. Vejamos a questão das *alternativas do dependente a parceria com o hegemon*.

Se voltarmos as figuras 1,2 e 3, veremos um quadro de expansão da importância das economias periféricas na economia mundial, um fenômeno que veio a ser conhecido como a ascensão do resto<sup>941</sup>. Além da redução na diferença de peso das economias ditas desenvolvidas e do chamado resto, as figuras mostram grandes áreas do mundo com potencial de inserção significativa na economia mundial. E a RPC não ignorou esse quando, colocando em execução grandes projetos de financiamentos e infraestrutura<sup>942</sup> exatamente

---

<sup>940</sup> RAJAN, 2012, p. 35. Zakaria sustenta que a RPC começou a abandonar a estratégia depreciação da moeda nacional para o favorecimento da competitividade nas exportações desde a crise de 2008, com consideráveis consequências nas taxas de crescimento (ZAKARIA, 2020, p. 58).

<sup>941</sup> NAYYAR, 2013, p. 94.

<sup>942</sup> ZAKARIA, 2020, p. 60.

em partes da periferia com esse potencial latente, ainda na Conjuntura ou imediatamente após o seu encerramento<sup>943</sup>. Além disso, considerando o que concluímos a partir da tabela 2, sabemos que a RPC reduziu os percentuais comercializados com os seus cinco maiores parceiros, ao mesmo tempo em que aumentou seu comércio com os outros, implementando de forma consistente uma estratégia de diversificação comercial, em que o aumento de volume na *interdependência* (Gráfico 16) não implicou no aumento de vulnerabilidade. Portanto, concluímos que na Conjuntura a RPC criou e expandiu alternativas à *interdependência*. Passaremos a tratar do potencial de *redução da assimetria* a partir do crescimento econômico do *dependente*.

Sabemos que a RPC apresentou crescimento econômico sustentado e diversificado em produtos e parcerias, ao mesmo tempo em que criou e expandiu alternativas a *interdependência*. Aumentou a *assimetria* na *interdependência* até 2005, reduzindo a mesma até o término da Conjuntura. Começou a utilizar sua poupança e reservas para, na sequência, investimentos internos, estabilização cambial e financiamentos e investimentos externos, notadamente em grandes projetos de infraestrutura, que aumentaram a importância da economia doméstica e diversificaram e consolidaram parcerias. Com isso, concluímos que a RPC se mostrou capaz de utilizar o seu crescimento econômico para a *redução da assimetria*<sup>944</sup>. Veremos a seguir se a RPC teria operado a *conversão de benefícios materiais em recursos militares*.

Quando tratamos dos gráficos 20 e 21, vimos que as despesas militares da RPC em relação ao PIB flutuaram entre os valores de 2,5 e 1,6% entre 1990 e 2014, não destoando significativamente do resto do mundo. No mesmo período, as despesas norte-americanas flutuaram entre os valores máximo e mínimo de 5,5 e 3,1%. Esse primeiro indicador, despesas relativas ao PIB, nos mostrou que a RPC não esteve envolvida em uma mobilização franca contra os EUA, mas nos diz pouco sobre como esses recursos foram gastos e que tipo de capacidades foram agregadas, para situações próximas e afastadas de seu entorno estratégico. Para avaliarmos se os gastos, que cresceram com o acelerado desempenho médio de sua economia durante a Conjuntura (10,34%), foram ou não efetivos para o

---

<sup>943</sup> EICHENGREEN, 2010, p. 48.

<sup>944</sup> Joffe entende que isso indicaria que a RPC estaria pronta para ser uma ameaça global ou regional aos EUA (JOFFE, 2015, p. 217).

aumento dos recursos militares disponíveis, iremos nos valer da avaliação da RAND Corporation sobre as capacidades dos EUA *versus* a da RPC em dez áreas de interesse de 1996 até 2017<sup>945</sup>, apresentada na figura 4. Mas, dada a limitação temporal do objeto da pesquisa, iremos considerar os dados do estudo da RAND até 2012, limite externo da Conjuntura. O estudo da RAND considera dois cenários para as interações militares EUA-RPC. O cenário aproximado é o estrito de Taiwan e o afastado as Ilhas Spratly, ambas nas águas do Leste Asiático, portanto ambos de natureza regional.

A avaliação considera dez áreas<sup>946</sup> em que EUA e a RPC poderiam vir a se enfrentar, em cenários próximos ou afastados do território chinês. A RAND estabelece cinco estágios comparativos para cada uma das áreas consideradas. São eles: grande vantagem, vantagem, paridade aproximada, desvantagem e grande desvantagem<sup>947</sup>. Faremos a nossa avaliação em quatro campos distintos – aéreo, naval, cibernético-espacial e nuclear – para em seguida concluirmos sobre a *conversão de benefícios materiais em recursos militares pelo dependente*.

---

<sup>945</sup> O sítio não disponibiliza dados a partir de 1991, mas julgamos, salvo melhor juízo, que essa falta dos anos iniciais da Conjuntura não invalidará a nossa conclusão sobre a conversão ou não da RPC de seu crescimento econômico em capacidades militares.

<sup>946</sup> Que seriam com a tradução nossa e na sequência: 1- capacidade da RPC de atacar bases aéreas dos EUA; 2- superioridade aérea; 3- capacidade de penetração aérea dos EUA; 4- capacidade dos EUA de atacar bases aéreas chinesas; 5- capacidade da RPC de atacar navios dos EUA, enquanto defende e protege os seus; 6- capacidade dos EUA de atacar navios da RPC, enquanto defende e protege os seus; 7- capacidade de defesa e proteção espacial dos EUA; 8- capacidade de defesa e proteção espacial da RPC; 9- guerra cibernética; e 10 – estabilidade nuclear (confiança na própria capacidade de sobreviver a um primeiro ataque ainda com capacidade de ataque retaliatório, ou segundo ataque).

<sup>947</sup> Tradução nossa e no original: “major advantage; advantage; approximate parity; disadvantage; and major disadvantage”.

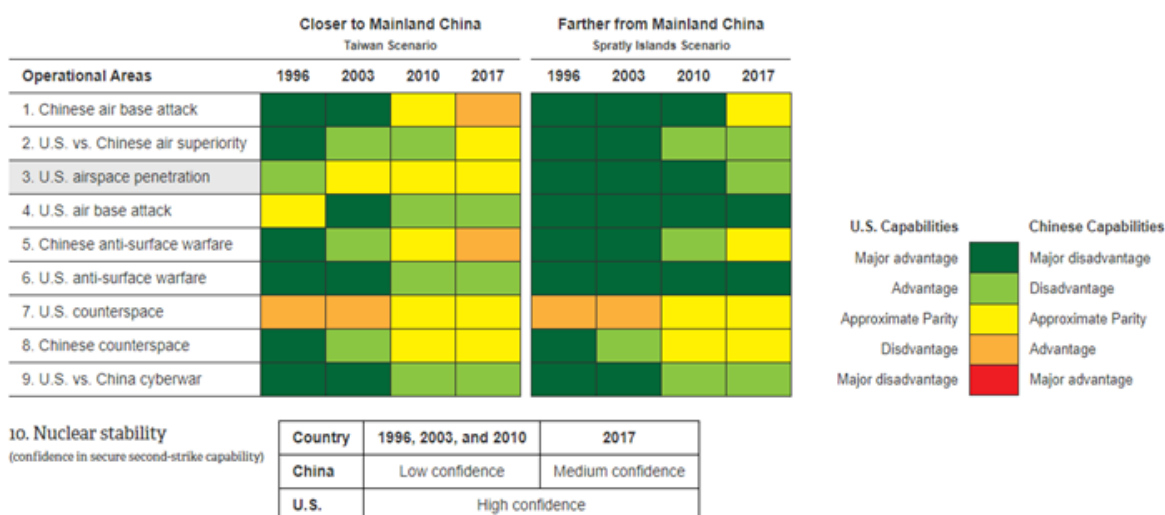


Figura 4 – Comparação das capacidades militares EUA vs RPC 1996-2017 (fonte: RAND Corporation)<sup>948</sup>

No primeiro campo e na primeira área, capacidade da RPC de atacar bases aéreas americanas, observamos que a RPC saiu da condição de grande inferioridade passando para a de paridade nas proximidades, porém mantendo grande desvantagem em cenário afastado. Na segunda, superioridade aérea, a RPC também melhorou a situação, em menor escala, saindo da grande inferioridade para a inferioridade nos cenários aproximado e afastado. E na terceira área, capacidade de penetração aérea dos EUA, observamos que, no cenário aproximado, a RPC conseguiu degradar a posição dos EUA, de vantagem para paridade, sem, no entanto, modificar a situação no cenário afastado. A quarta área, capacidade dos EUA de atacar bases aéreas chinesas, a RPC degradou no plano aproximado a sua condição, saindo da paridade, piorando para a grande superioridade dos EUA e melhorando em seguida para vantagem hegemônica, enquanto o equilíbrio permaneceu de grande vantagem hegemônica no cenário afastado. Das quatro áreas que compõe o campo aéreo, a RPC apresentou melhora em três e piora em um no cenário aproximado, enquanto no cenário afastado melhorou em apenas uma. Garantir os resultados reais e interdependentes das interações entre as áreas é um assunto complexo e foge ao interesse da pesquisa, mas o investigado nos permite concluir que no campo aéreo a RPC operou efetivamente a *conversão de benefícios materiais em recursos militares*. E essa conversão foi assimétrica, muito mais concentrada no cenário

<sup>948</sup> Acesso em 08/09/2022 e disponível no sítio <https://www.rand.org/paf/projects/us-china-scorecard.html>.

aproximado do que afastado. Vejamos o que aconteceu no segundo campo, que engloba as áreas relacionadas ao ambiente naval.

No campo naval, na área que indica sua capacidade de atacar navios dos EUA enquanto defende e protege os seus, a RPC apresentou uma melhora crescente entre 1996 e 2010, em ambos os cenários. No aproximado, saiu do estágio de grande desvantagem para paridade e no afastado saiu da grande desvantagem para a desvantagem. Na sexta área, que indica a capacidade dos EUA de atacar navios da RPC, é possível observar que a RPC não imprimiu alterações no cenário afastado, mas degradou a capacidade dos EUA no cenário aproximado, que saiu de grande vantagem para vantagem. Com isso, concluímos que no campo naval a RPC também operou a conversão de *benefícios materiais em recursos militares* e a conversão foi igualmente assimétrica, mais marcada no cenário aproximado do que no afastado. Passemos ao que a figura 4 nos indica sobre o terceiro campo, o cibernético-espacial.

No campo cibernético-espacial, oitava e nona áreas, respectivamente as capacidades de defesa e proteção espacial da RPC e guerra cibernética, notamos que as transições aproximada e afastada foram significativas. Em ambas as áreas a RPC apresentou melhora. Na área espacial saiu da condição de grande desvantagem para a de paridade. Na área cibernética também melhorou, mas em escala menor do que os resultados da área espacial; saiu, aproximada e afastadamente, de grande desvantagem para desvantagem. A observação do apresentado na figura 4 nos indica que a RPC teve sucesso na *conversão de benefícios materiais em recursos militares* no que diz respeito ao campo cibernético-espacial, sem diferenças entre o cenário aproximado e o afastado, explicável a partir dos espaços, virtual e físico onde o eventual embate se daria. Vejamos o que se deu no quarto e último campo, o nuclear.

A figura 4 indica uma transição exatamente no término da Conjuntura. Até 2010, a RPC mantinha como baixa a sua confiança na estabilidade nuclear, ou seja, na sua capacidade de sobreviver a um primeiro ataque dos EUA ainda em condições de desencadear um segundo ataque, ou ataque retaliatório. Em 2017 essa confiança da RPC aumentou para média. Embora o aumento tenha se materializado em meia década após o encerramento da Conjuntura, dado o esforço necessário para tornar efetiva tal modificação julgamos razoável assumirmos que os recursos necessários ao salto tenham sido dotados ainda dentro da



Conjuntura. Assim, no campo nuclear, concluímos que a RPC operou a *conversão de benefícios materiais em recursos militares*. Apresentaremos a seguir a nossa avaliação geral sobre se a RPC operou ou não a *conversão de benefícios materiais em recursos militares*.

Vimos que nos campos aéreo e naval a RPC operou efetivamente a *conversão de benefícios materiais em recursos militares*, com assimetria entre os cenários aproximado e afastado, sendo primeiro mais destacado que o segundo. Nos campos em que não faz sentido falarmos de cenários aproximado e afastado, o cibernético-espacial, e no campo nuclear, a RPC também teve sucesso na *conversão de benefícios materiais em recursos militares*. Ou seja, a RPC converteu seus recursos materiais, em grande medida oriundos da *interdependência*, em meios militares efetivos para um enfrentamento regional contra o *hegemon*. Apresentaremos, no parágrafo abaixo, uma breve síntese do que apuramos sobre o aspecto *exógeno* da *interdependência*.

Vimos que a RPC apresentou ao longo da Conjuntura crescimento econômico sustentado e diversificado, em produtos e parcerias, ao mesmo tempo em que criou alternativas a *interdependência*. O crescimento e a diversificação implicaram em uma redução da assimetria com os EUA. A RPC também foi capaz de converter os benefícios materiais da *interdependência* em recursos militares. Com isso, concluímos que os *aspectos exógenos* que consideramos de interesse na Conjuntura contribuíram de forma degenerativa para a *interdependência*.

Tratamos isoladamente as diversas faces dos aspectos *endógeno* e *exógeno* da parceria *hegemon-dependente*. A seguir, buscaremos a integração dos dois aspectos da teoria de Copeland de forma a concluirmos seus impactos na *interdependência*.

### **3.2.3 Aspectos endógenos e exógenos e a redução da *interdependência***

Copeland nos diz que se a *expectativa* do *dependente* declina, aumentam as chances de uma *guerra de cautela* pois o *dependente* anteciparia o declínio de sua posição a partir do estrangulamento econômico, rápida ou aceleradamente. Diz também que o declínio da *expectativa* pode alterar a forma como o *dependente* usa os benefícios da *interdependência*, construindo capacidades que não só reduziriam a *interdependência*, mas

que habilitassem esforços contestatórios; neste caso, a *guerra de cautela* precisaria ser iniciada pelo menos dependente da parceria antes do *dependente* desenvolver críveis capacidades de contestação. Claro fica neste parágrafo, a partir das reflexões de Copeland, quão ingênua pode ser a crença da paz comercial.

Para Copeland e do interesse da pesquisa, a *expectativa* seria resultado da composição de aspectos *endógenos* e *exógenos* da *interdependência*. O aspecto *endógeno* resultaria da soma de: *assimetria*; *expectativas*; *retroalimentação*; *sinalizações* (mobilização, declarações públicas e formação de alianças); e *comprometimento*. O aspecto *exógeno* do *crescimento do dependente* é formado por: *crescimento sustentado e diversificado*; *alternativas do dependente a parceria*; *redução de assimetrias*; e a *conversão de benefícios materiais em recursos militares*.

A composição dos aspectos *endógeno* e *exógeno* da parceria indicariam de forma mais ampla a *expectativa* e, conseqüentemente, a tendência ou não para a *guerra de cautela*. Vamos relembrar o que a pesquisa apurou sobre cada um dos aspectos para em seguida oferecermos uma síntese. Começaremos pela endogenia.

Vimos que a RPC aumentou a *assimetria* na *interdependência* até 2005, diminuindo a partir daí. Reduziu os percentuais comercializados com os seus cinco maiores parceiros, aumentando com os outros. Isso ao mesmo tempo em que a economia mundial assumia uma forma tripolar, com a conseqüente perda de supremacia do eixo atlântico. Comercializou maiores volumes, enquanto reduziu os percentuais de seu comércio exterior com o *hegemon*. 2005 marca a inflexão do seu padrão de comércio exterior, quando deixa de aumentar as suas exportações para os EUA; suas importações da mesma unidade declinaram consistentemente ao longo da Conjuntura. Aumentou até 2006 a importância das exportações em sua economia, reduzindo a partir daí consistentemente a sua relação exportações/PIB.

Com relação a *expectativa*, vimos que o quadro geral foi de deterioração. O revisionismo hegemônico se compôs com a unilateralidade das três *guerras da hegemonia*, com a leniência para os riscos da economia mundial e com a redução da *resiliência sistêmica*. Coerente com essa postura geral hegemônica, a RPC viu degradada a *expectativa*, implicando em diversificação de seus parceiros comerciais e o peso das exportações na sua economia.

Decresceu a *expectativa*, mas não observamos o início de significativa *retroalimentação corrosiva* entre as ações.

As *signalizações* não só não ofereceram reforço a *expectativa* como colaboram com o quadro da sua lenta e continuada deterioração. A RPC não se mobilizou francamente contra o *hegemon*, a despeito dos discursos e ações unilaterais. *Hegemon* e *dependente* promoveram formação e/ou reforço de parcerias e alianças, mas não ao ponto de formação de blocos inflexíveis. Com isso, as *signalizações* afetaram negativamente as *expectativas*.

EUA e RPC formaram perspectivas desfavoráveis sobre o *comprometimento* do outro. Ao longo da Conjuntura, e de forma crescente, a RPC formou uma visão pessimista dos riscos alongados; os EUA, por sua vez, começam a duvidar dos benefícios da *interdependência* quando acordam da distração hegemônica, ou seja, quando ficou claro que o esforço das *guerras da hegemonia* teria sido de pouco proveito. Assim, é provável que uma dinâmica de retroalimentação corrosiva tenha afetado de forma considerável o julgamento composto dos riscos curtos e longos, prejudicando a *expectativa*.

Em termos *exógenos*, a RPC apresentou crescimento econômico sustentado e diversificado, reduziu a *assimetria*, criou alternativas comerciais e converteu efetivamente benefícios materiais da parceria em recursos de força. Isso indicou uma avaliação pessimista de *expectativa* e *comprometimento* por parte do dependente ao mesmo tempo em que deteriorou a avaliação hegemônica do *comprometimento*, impactando negativamente a *interdependência*.

O aumento, até por volta de 2005, seguido de queda da *assimetria* e *interdependência* indicam a avaliação pessimista que a RPC formou da *expectativa* e do *comprometimento*, o que foi reforçado pelas *signalizações*. Em alinhamento com as avaliações pessimistas formadas de *expectativas* e *comprometimento*, a RPC buscou, além do crescimento sustentado, a diversificação de parceiros, a redução do peso das exportações na sua economia e a aquisição de recursos de força. Esse panorama influenciou a avaliação de *comprometimento* dos EUA, notadamente nos anos próximos ao encerramento da Conjuntura.

Considerando a continuada degradação das *expectativas* e a desfavorável avaliação mútua do *comprometimento*, concluímos que a Conjuntura se encerrou com a

tendência de enfraquecimento da *interdependência* e, da perspectiva teórica de Copeland, com reais riscos de uma escalada na direção da *guerra de cautela*.

No capítulo seguinte consideraremos o *acontecimento* a partir da síntese conjuntural que aqui construímos, referenciada a partir dos modelos analítico de Gilpin e teórico de Copeland. Depois disso, buscaremos, nos valendo da *práxis* de Fiori, significar a decisão de *pivot* para a Ásia.

#### 4 O acontecimento e a Conjuntura

No Capítulo 2 estabelecemos as balizas que orientarão a interpretação enquanto *acontecimento* da decisão de *pivot* para a Ásia. Depois disso, mostramos como a *práxis* de Fiori permitiria transitar um evento da crônica nas temporalidades ampliadas, da conjuntura e da estrutura. Ainda no Capítulo 2, apresentamos os modelos analítico de Gilpin e teórico de Copeland, que indicaram o que e como olhar dado par específico de conjuntura-estrutura em que houvesse declínio hegemônico combinado com *interdependência* econômica.

No Capítulo 3, maior esforço da pesquisa e considerando as evidências obtidas com a orientação dos modelos de Gilpin e Copeland, construímos um panorama amplo, e por isso mesmo de pouco detalhamento, do par Conjuntura-estrutura, nosso segundo objeto de pesquisa.

No presente capítulo buscaremos operar a *práxis* de Fiori, transitando o *acontecimento* nas considerações que levantamos sobre o par Conjuntura-estrutura para, com isso, adicionarmos diferentes camadas de significado a decisão de *pivot* para a Ásia. Com isso, e dentro das limitações da pesquisa, pretendemos concluir sobre o *acontecimento* para além do tempo da crônica, para além de seu em si, das intenções que lhe deram origem e da execução que lhe deu corpo, ou seja, para além da confusão da sua contemporaneidade imediata.

Vamos avaliar como a decisão de *pivot* para a Ásia representa o que se deu nos assuntos pesquisados; se representa fortemente; fracamente; ou não representa. No primeiro caso, em que avaliarmos que a decisão representa fortemente, julgamos que o pesquisado reforça a condição de *acontecimento* da reorientação estratégica. No segundo caso, em que avaliarmos que a decisão representa fracamente, julgamos que o pesquisado não seria capaz de reforçar tão pouco degradar a condição de *acontecimento* do *pivot*. E no terceiro caso, em que avaliarmos que a decisão não representa, julgamos que o assunto pesquisado degrada a condição de *acontecimento*.

O capítulo será dividido em cinco partes. Na primeira, trataremos brevemente do *acontecimento* limitado a sua temporalidade, a crônica. Na segunda e terceira transitaremos

o *acontecimento*, respectivamente, pelo par Conjuntura-estrutura e depois pela *interdependência*. Na quarta parte, considerando as três anteriores, buscaremos o significado do *acontecimento* e na quinta apresentaremos algumas considerações parciais.

Vejamos então, brevemente, o *acontecimento* limitado a sua temporalidade, a crônica.

#### 4.1 O *acontecimento*

No contexto de uma série de problemas internos, divergências político-partidárias e reinserção regional e global da RPC, o governo do presidente Obama anunciou, no final do segundo semestre de 2011, a decisão de reorientação dos esforços estratégicos dos EUA para a Ásia<sup>949</sup>, que viria a ser reconhecida com *pivot* para a Ásia.

No campo interno, a grave e momentânea situação fiscal em que os EUA estavam imersos em decorrência da crise do *subprime*, agravada pela falta de consenso político em torno do planejamento orçamentário, se compôs com o debate sobre a negligência ao Oriente em detrimento da guerra ao terror. No campo externo, a instabilidade oriunda das aventuras nucleares da Coreia do Norte se combinou com clamores de revisionismo territorial da RPC<sup>950</sup>.

A reorientação estratégica pretendia cobrir, integradamente, os campos diplomático, militar e econômico. Na cobertura midiática, a reorientação visava apenas declarar uma postura de confronto com a RPC, mas Lieberthal sustenta que o movimento era bem mais amplo. A mensagem principal foi: “os EUA irão exercer o papel de liderança na Ásia pelas próximas décadas”<sup>951</sup>.

Além da questão de se os EUA teriam os recursos necessários para irem além da retórica de reorientação<sup>952</sup>, outras foram colocadas e que afetam a significação do objeto principal da pesquisa. Da perspectiva de Fiori, seria a RPC opositor e organizador necessário

---

<sup>949</sup> Artigo *The American Pivot to Asia*, de Kenneth G. Lieberthal para a revista *Foreign Policy*, de 21/12/2011. Acesso em 19/04/2022 e no link: <https://foreignpolicy.com/2011/12/21/the-american-pivot-to-asia/>.

<sup>950</sup> LIEBERTHAL, 2011.

<sup>951</sup> LIEBERTHAL, 2011, tradução nossa e no original: “America is going to play a leadership role in Asia for decades to come”.

<sup>952</sup> LIEBERTHAL, 2011.

da vez? Das reflexões de Allison<sup>953</sup>, teria havido realmente a intenção de reorientar ou a retórica consistia em uma preparação para o abandono das *guerras da hegemonia*<sup>954</sup>? Ou uma diversão dos sérios problemas internos que Lieberthal apontou e que mencionamos no primeiro parágrafo desse subitem? Ainda no campo puramente retórico e como coloca Kissinger, pretendia o *pivot* para a Ásia somente intimidar a RPC?

As questões acima indicam a complexa relação entre determinado *acontecimento* e a intenção que lhe deu origem; são perguntas que ensejariam diferentes pesquisas e é mais provável que não haja uma resposta única que dê conta da realidade. A nossa pretende atravessar o *acontecimento* pela caracterização que fizemos do par Conjuntura-estrutura e da *interdependência* e, com isso, concluirmos sobre seu significado um pouco mais alongado e não sobre a intenção que lhe deu origem ou seu contexto aproximado. De outra e recente perspectiva de Fiori<sup>955</sup>, seria o *pivot* para a Ásia o marco inicial de uma novo e imparável ordenamento internacional, que começa a amadurecer enquanto esta pesquisa está sendo escrita<sup>956</sup>? Vejamos como o acontecimento atravessou o par conjuntura-estrutura.

#### 4.2 O *acontecimento* através do par Conjuntura-estrutura

Sabemos que o *diferencial de poder* político transitou de alto para médio; o econômico também se reduziu, mas continuou alto em favor do *hegemon*; e o tecnológico saiu de alto para médio. No geral, o *diferencial de poder* chegou ao término da Conjuntura como médio.

Em um SI que naturalmente tendeu a fragmentação, os EUA mantiveram altas as capacidades de estabelecer agendas, garantir a proteção e formar e manter parcerias comerciais, enquanto a RPC passou para médias as suas capacidades de garantir proteção e

---

<sup>953</sup> ALLISON, 2020, p. 28 e 29.

<sup>954</sup> JOFFE, 2015, p. 217.

<sup>955</sup> Para o autor, “este mundo monolítico e eurocêntrico já acabou do ponto de vista econômico e militar. Como eu disse no ensaio que publiquei recentemente, ‘já não existe mais um único critério ético, tampouco existe mais um único juiz com poder para arbitrar todos os conflitos internacionais, com base na sua própria ‘tábua de valores’. E já não é mais possível expulsar os ‘novos pecadores’ do ‘paraíso’ inventado pelos europeus, como aconteceu com os lendários Adão e Eva””. Acesso em 19/09/2022 e no link: <https://www.brasil247.com/blog/jose-luis-fiori-ao-247-o-mundo-monopolitico-e-eurocentrico-ja-acabou-do-ponto-de-vista-economico-e-militar?>

<sup>956</sup>Para Milanovic, o marco de uma tensão tectônica que definirá a forma de funcionamento do capitalismo no próximo século (MILANOVIC, 2020, p. 12).

de formar e manter parcerias comerciais, mas manteve baixa a sua capacidade de estabelecer agendas. Assim, em termos de *arrasto*, os EUA se mantiveram na dianteira e em grau alto, com a RPC reduzido a diferença. Surgiu, com mais intensidade a partir de 2008, uma distorção da percepção hegemônica, o que comprometeu ainda mais a convergência entre EUA-RPC.

Notamos também mudanças nas posturas dos atores no que diz respeito ao *diferencial de poder* e a *estrutura sistêmica*. EUA e RPC foram classificados quanto a atitude diante do *diferencial de poder* como, respectivamente, de *revisionista* e *progressista*. Com relação a *estrutura sistêmica*, os EUA se colocaram de forma *revisionista* e a RPC de forma dual, *progressista* regionalmente e *conservadora* globalmente.

Então, o que obtivemos sobre o *diferencial de poder*, *arrasto* e posturas, indica significativas mudanças ao longo da Conjuntura. De forma geral, a RPC reduziu, cuidadosamente, a distância que a separava do *hegemon*, que iniciou comportamento *revisionista* ao ordenamento por ele construído enquanto ainda mantinha grandes vantagens em alguns aspectos, como o *diferencial de poder econômico* e o *arrasto*. Disso depreendemos que o *acontecimento* representa: fortemente as mudanças conjunturais política, tecnológica e de postura e percepção hegemônica; fracamente a postura da RPC em relação ao *diferencial de poder* e a *estrutura sistêmica*; e não representa a transformação do *diferencial de poder econômico* e do *arrasto*. Vejamos o que se deu com relação as guerras do período.

No início da Conjuntura, estavam dadas as condições de efetivação do projeto supremacista e civilizacional norte-americano. Três *guerras da hegemonia* mostraram ao mundo que os EUA eram capazes de usar de forma competente, unilateral e politicamente distorcidos os seus recursos militares. Esse uso encontrou limites ao longo das duas últimas guerras, no pantanoso ambiente insurrecional. Os EUA, demasiadamente confiantes na sua missão catequética e civilizacional se desvincularam progressivamente das posições de seus aliados. Se mostraram capazes de perdurar em guerras longas e inconclusivas, que turvaram a visão global e sistêmica em detrimento de atuações regionalizadas. As três *guerras da hegemonia* mostraram a supremacia militar dos EUA contra adversários estatais e convencionais, mas também mostraram, notadamente nas duas últimas, seus limites diante de ameaças irregulares e assimétricas. Ou seja, os EUA não tiveram adversários convencionais a altura nas três *guerras da hegemonia*, mas não conseguiram impor suas aspirações políticas em duas delas. O *acontecimento* representa de forma ambivalente o que se deu com relação



as guerras da Conjuntura. Não representa a capacidade militar dos EUA contra forças convencionais e representa fortemente o uso da força contra adversários não convencionais. Passemos a questão da *resiliência sistêmica*.

O SI acomodou a ascensão da RPC, a despeito dos esforços desestabilizadores do *hegemon*. A postura catequética, o descaso com aliados e derrotados e o revisionismo hegemônico alimentou resistências ao seu avanço, dando corpo a tensões de fragmentação que avançaram submersas e que foram ficando claras ao término da Conjuntura. Assim, em consequência dos esforços desorganizadores do *hegemon*, a *resiliência sistêmica* transitou de alta para média em seu final. Portanto, combinando a redução da *resiliência sistêmica*, que não encontrou esforços hegemônicos de reversão, e o caráter de contenção do *pivot*, concluímos que a reorientação estratégica para a Ásia não representa o que se deu na busca pela retomada da resiliência. Reformulando, os EUA não reorientaram seus esforços para a melhoria da *resiliência sistêmica*. Veremos a seguir o que as crises da Conjuntura podem nos dizer sobre o *acontecimento*.

Vimos que a Terceira Crise do Estrito desencadeou instabilidades regionais, ao mesmo tempo em que orientou a RPC para uma postura mais cuidadosa com seus vizinhos. Em termos militares, a crise expôs a incompatibilidade entre os anseios regionais e a capacidade militar da RPC, com consequências que se desdobraram ao longo da Conjuntura. Assim, o *pivot* para a Ásia representa fortemente os efeitos alongados da Terceira Crise de Taiwan, que implicou em maiores e consistentes investimentos nos poderes brando e militar da RPC ao longo de toda a Conjuntura.

As três crises econômicas se apresentaram em crescente gravidade, a partir da rápida movimentação de grandes volumes de capital, que implicou em instabilidades cambiais e apreciação irreal de ativos. Corroeram a credibilidade dos EUA e do que veio a ser conhecido como globalização, ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, fortaleceram o USD. As três crises econômicas pouco afetaram a RPC, que se afirmou regional e globalmente como ator econômico responsável, saindo em condições melhores de reputação do que estava ao início da Conjuntura. Mas a posição de saída da RPC pouco altera o fato de que os EUA impuseram impunemente as suas crenças à economia mundial, independente das consequências. E quando as crises eclodiram ou seus resultados ficaram claros, foi para o USD que os países correram, seja para a formação de reservas cautelares ou para proteção de

ativos. Com isso, avaliamos que a decisão de *pivot* não representa a realidade conjuntural das crises econômicas. E a reorientação estratégica representa de forma ambivalente as crises da Conjuntura; fortemente a Terceira Crise de Taiwan e não representa as crises dos emergentes, a *dot.com* e a de 2008. A seguir, confrontaremos o *pivot* com o que se deu na *governança*, começando pela *distribuição de poder*.

Tivemos alterações na *distribuição de poder*, mas que não foram suficientes para limitar ações do *hegemon*, inclusive as desestabilizadoras. Iniciou e conduziu quase que unilateralmente as *guerras da hegemonia*, impôs suas crenças sobre a organização da economia mundial, enquanto ignorava os sinais das crises econômicas. Enquanto isso, a RPC melhorou sua condições econômica e política, com redução no *diferencial de poder*, porém pouco afetando a *distribuição de poder*. Assim, avaliamos que a reorientação estratégica dos EUA não representa o que se deu em termos de *distribuição de poder*. Vejamos, na sequência, a questão da *hierarquia de prestígio*.

O prestígio internacional das duas unidade tiveram mudanças ao longo da Conjuntura; redução para os EUA e aumento para a RPC. Sabemos que a *hierarquia de prestígio* global se alterou, sem que a ressurgente RPC desbancasse a liderança do *hegemon*. O indicador relacional de prestígio sofreu alterações, isso sem que o indicador sistêmico de *hierarquia de prestígio* tivesse variado nas mesmas proporções. Com isso, tivemos a alteração na *distribuição de poder* menor do que a alteração na *hierarquia de prestígio*. Esse descompasso entre os indicadores sistêmicos foi portador de grande risco pois convidou o *hegemon* a agir preventivamente, enquanto seus recursos materiais declinavam menos do que seu prestígio. Por isso avaliamos que o *pivot* para a Ásia representa fortemente o que se deu em termos de *hierarquia de prestígio*. Passaremos ao aspecto das *regras e direitos*.

Depois de considerarmos as *alterações relacionais, mudanças no sistema e transformações do sistema*, vimos que a Conjuntura apresentou séria degradação das *regras e direitos*, mas, paradoxalmente, sem prejuízo condenatório da posição dos EUA. Então, não só a degradação das *regras e direitos* como a paradoxal manutenção e até reforço da posição dos EUA a partir da violação dessas mesmas regras indicam que a reorientação estratégica não representa o que se desenvolveu ao longo da Conjuntura.

Gilpin nos sugere que a avaliação da *governança* é uma composição de *distribuição de poder*, *hierarquia de prestígio* e *regras e direitos*. Nos parágrafos acima tratamos isoladamente cada uma das três componentes da governança. Julgamos oportuno apresentarmos, a partir da síntese que operamos no Capítulo 2, o grau de representação do *acontecimento* ao combinado das três componentes da governança, uma vez que a interação entre elas nos indicou implicações estruturais de relevância.

Sabemos que a alteração na *distribuição de poder* foi menor do que da *hierarquia de prestígio*, com degradação das *regras e direitos*. A Conjuntura se encerrou com os EUA isolados em termos de *distribuição de poder*, mas declinante em *hierarquia de prestígio*; e com degradação da *governança* e da *resiliência sistêmica*. Esse panorama geral da governança indicou alta inclinação ao recurso da força, implicando em consideráveis riscos sistêmicos e estruturais. Assim, avaliamos que a decisão de *pivot* para a Ásia representa fortemente o que se deu em termos de *governança*. Vejamos o que se deu durante a Conjuntura no que diz respeito a estrutura dominante.

Vimos que durante a moldura temporal da Conjuntura manifestou-se a tendência de transição estrutural U-B, com consideráveis diferenças do antecipado analiticamente por Gilpin. Houve aumento da instabilidade no Leste e Sul da Ásia com a manutenção de larga liberdade de ação global dos EUA. A tendência U-B foi a aparente, mas detectamos traços ocultos das transições U-M e U-T, que podem ou poderão se impor nas conjunturas subsequentes. A tendência de transição manifesta, U-B, e seus reflexos detectáveis nos indicam que a reorientação estratégica representa fortemente as transformações conjunturais nesse campo. Passemos a questão da existência ou não de transição declinante durante a Conjuntura.

A pesquisa mostrou que o *hegemon* enfrentou disfuncionalidades na gestão de suas demandas conflitantes, sem, contudo, se ver envolvido por uma crise fiscal. Também não se limitou significativamente, pois o resto do mundo financiou seus déficits fiscais a juros arbitrados pelo devedor, ignoradas quaisquer considerações dos credores. Tivemos *difusão tecnológica* e *despertar da periferia*, sem *fratricídio nuclear* e *deslocamento de centro*. E a pesquisa indicou que a Conjuntura foi, predominantemente, expansiva para o *hegemon*, em que pese a ascensão chinesa em diversas áreas, o que implicou no aparecimento de algum grau de declínio relativo. Assim, avaliamos que a transição declinante ampara fracamente a

reorientação estratégica. Vejamos o que se deu com relação as condições para uma *guerra hegemônica*.

A pesquisa também mostrou que os aspectos de incorporação de recursos, sinalizações de abandono e condições de permissividade não estiveram presentes de forma significativa na Conjuntura, assim como as dinâmicas precedentes. Isso nos levou a concluir que as características de períodos que precederam enfrentamentos hegemônicos não se manifestaram no intervalo conjuntural. Assim, sustentamos que o pivot para a Ásia não representa as condições que precederiam uma *guerra hegemônica*.

Ao longo desde subitem, confrontamos o *acontecimento* com os aspectos principais do modelo analítico de Gilpin, buscando avaliar em que medida a decisão de *pivot* para a Ásia representou o que se deu, de forma desagregada, durante a Conjuntura. No subitem seguinte, empreendemos o mesmo esforço no que diz respeito ao indicado para a pesquisa pelo modelo teórico de Copeland.

#### **4.3 O *acontecimento* através da *interdependência***

De Copeland, extraímos considerações que compuseram os quadros *endógeno* e *exógeno* da interdependência EUA-RPC. Em termos gerais, vimos que a Conjuntura apresentou continuada degradação das *expectativas* do *dependente* e do *comprometimento* de ambas as partes, o que nos levou a conclusão do enfraquecimento da *interdependência*, com sérios riscos de escalada na direção da guerra de cautela. No parágrafo seguinte iniciaremos o transitar objeto pelos aspectos *endógenos* da *interdependência*, buscado, a exemplo do que fizemos com os aspectos que derivamos do modelo analítico de Gilpin, a sofisticação da significação do objeto principal da pesquisa.

A RPC reduziu os percentuais comercializados com os seus cinco maiores parceiros e aumentou com os outros. Aumentou os volumes comercializados e reduziu os percentuais de comércio exterior com o *hegemon*. Aumentou suas exportações para os EUA até 2005, com declínio consistente das importações ao longo da Conjuntura. Até 2006, aumentou a importância das exportações na sua economia, posteriormente reduzindo a relação exportações/PIB. Então, a *assimetria* aumentou até por volta de 2005, com redução

até 2012. Com isso, concluímos que a reorientação estratégica dos EUA representa fortemente os desdobramentos da *assimetria*. Vejamos o que se deu com relação a *expectativa*.

A partir de diferentes indicadores sugestivos, coexistentes e combinados, concluímos que a RPC agiu de forma consistente com a deterioração das suas *expectativas*. A deterioração das *expectativas* do *dependente* confere forte representação ao *pivot* para a Ásia. Passaremos a considerar o aspecto *endógeno* da *retroalimentação corrosiva*.

A atuação dos EUA criou claras condições para a dinâmica da *retroalimentação corrosiva*. Mas a postura cuidadosa da RPC impediu que, na moldura temporal da Conjuntura, a dinâmica viesse a se impor. Assim, avaliamos que a decisão estratégica dos EUA representa fracamente a realidade conjuntural da *retroalimentação corrosiva*. Após considerarmos as questões de mobilização, declarações públicas e formação de alianças, concluímos sobre as *sinalizações*, que é o que trataremos a seguir.

Não foi observada a franca mobilização da RPC e a principal declaração pública hegemônica estava vinculada ao projeto civilizacional em experimentação no Oriente Médio e Ásia Central. A formação e/ou reforço de parcerias e alianças, que ocorreram, não chegaram ao ponto de formar blocos inflexíveis. Com isso, constatamos um quadro degenerativo das *sinalizações*, o que degradou o binômio atitudes-incertezas. Por esse quadro geral degenerativo não ter presenciado a franca mobilização de qualquer das partes, a trocas de declarações públicas inflamadas e a formação de alianças inflexíveis, avaliamos que o *pivot* não representa as *sinalizações* durante a Conjuntura. Passaremos a considerar a últimas das questões da *endogenia*, o *comprometimento*, que busca esclarecer as avaliações de risco alongado de ambas as partes.

As condições para que a RPC avaliasse favoravelmente o *comprometimento* não eram boas, o que explica o grande e efetivo esforço de redução da *interdependência* que começa a mostrar os resultados em 2005. Também tem compatibilidade com a conversão de recursos materiais oriundos da *interdependência* e meios de força. Os EUA, distraído, viu a reinserção da RPC amparada por crescentes recursos materiais. Isso, composto com alguma distorção da realidade, levou o *hegemon* a desconfiar das intenções futuras do *dependente* e a formar uma avaliação também desfavorável sobre o *comprometimento*. Com ambas as

unidades avaliando desfavoravelmente o *comprometimento*, concluímos que a reorientação estratégica dos EUA para a Ásia representa fortemente esse aspecto da Conjuntura. Vimos os aspectos que compuseram o quadro *endógeno* da *interdependência* e a seguir passaremos para o que é *exógeno*.

A economia da RPC cresceu de forma sustentada e diversificada, reduzindo a *assimetria* e a importância da *interdependência*. Essa melhora das condições materiais foi convertida em recursos militares. A composição *exógena* de recursos materiais e militares influenciou negativamente a *interdependência*. Assim, consideramos que o *pivot* para a Ásia representa fortemente o que se deu na Conjuntura no que diz respeito ao *crescimento do dependente*.

Neste subitem confrontamos a decisão de *pivot* para a Ásia com os aspectos pesquisados da *interdependência* entre EUA-RPC, considerando o que é *endógeno* e *exógeno* na parceria. No próximo subitem integraremos o que aqui concluímos como o apurado no subitem anterior, onde confrontamos o *pivot* com o apurado a partir do modelo analítico de Gilpin.

#### **4.4 O acontecimento para além de si**

Passaremos a integrar o que tratamos nos dois subitens anteriores de modo a concluirmos sobre a significação da decisão de *pivot* para a Ásia a partir do par Conjuntura-estrutura e da *interdependência*.

No Capítulo 2, subitem 2.1, vimos que o *acontecimento* se faz a partir de uma descrição particular de determinado fato, que inicia uma dinâmica autônoma e que possui singularidades potencialmente expansíveis. Que ele, *acontecimento*, portador das características de causalidade, acidentalidade, singularidade, e potencial de ruptura pode, a partir da sua leitura nas diferentes temporalidades, revelar mais sobre as forças que dele se apropriam do que sobre ele mesmo, o seu em si.

Para facilitar o esforço de transitar a reorientação estratégica com o apurado sobre a Conjuntura, indicaremos, de forma tabulada, os resultados amplos da pesquisa na tabela 3, abaixo apresentada. Usaremos uma legenda de cores de modo a facilitar a

visualização. Para os casos em que a reorientação estratégica venha a representar fortemente o que se deu na Conjuntura, usaremos o verde; em que representar fracamente, o azul; nos casos de ambivalência, usaremos o amarelo; e o vermelho quando não houver representação significativa na Conjuntura.

<b>Aspecto de interesse</b>	<b>Grau de representação do <i>pivot</i> para a Ásia</b>
Conjuntura-estrutura (Gilpin)	
Alteração de <i>Diferencial de poder</i> político e tecnológico	Fortemente
<i>Posturas típicas</i> dos EUA e <i>percepção hegemônica</i>	Fortemente
<i>Posturas típicas</i> da RPC	Fracamente
Alteração de <i>Diferencial de poder</i> econômico e <i>arrasto</i>	Não representa
Prevalência e significado das guerras (capacidade militar contra adversários convencionais / insurgências)	Ambivalente (não representa/fortemente)
<i>Resiliência sistêmica</i>	Não representa
Crises (política / financeiras)	Ambivalente (fortemente/não representa)
<i>Governança</i>	Fortemente
<i>Transição estrutural</i>	Fortemente
Transição declinante	Fracamente
Condições para uma guerra hegemônica	Não representa
Interdependência (Copeland)	
<i>Assimetria</i>	Fortemente
<i>Expectativas</i>	Fortemente
<i>Retroalimentação corrosiva</i>	Fortemente
<i>Sinalizações</i>	Não representa
<i>Comprometimento</i>	Fortemente
<i>Crescimento do dependente</i>	Fortemente

Tabela 3 - O *pivot*, o par Conjuntura-Estrutura e a interdependência (fonte: o autor)

Sabemos que a separação do apurado a partir de cada um dos modelos é uma artificialidade necessária a precária condição de conhecer da ciência. Dito isso, um olhar panorâmico sobre a tabela e suas cores nos fornece uma indicação interessante sobre o que podemos inferir da consistência dos resultados da pesquisa a partir dos dois modelos. Nos sugere também quão complexo, contraditório e pouco linear pode ser dado quadro conjuntural.

A tabela 3 apresentou uma visão panorâmica dos resultados da pesquisa a partir do trânsito do objeto principal pelo apurado a partir dos modelos analítico de Gilpin e teórico de Copeland. A tabela fornece interessante perspectiva geral, mas precisamos tomar cuidado. Em que pese a quantidade de aspectos de interesse onde a reorientação estratégica representou os desdobramentos conjunturais fornecer indicação sugestiva, alguns indicadores precisam ser considerados com maior relevância do que outros.

No modelo analítico de Gilpin, avaliamos que os dois últimos aspectos - transição declinante e condições para uma *guerra hegemônica* – integram e condensam os demais aspectos com razoável aceitabilidade. E assim consideramos pois Gilpin deixa clara a sua preocupação com a *guerra hegemônica* a partir do declínio do dominante combinado com a contestação do ascendente. Para o modelo teórico de Copeland, temos também aspectos de interesse de maior relevância. Só que em Copeland é a avaliação de riscos do *dependente* que precisa ser olhada com mais atenção. Por isso, os aspectos de *expectativas* e *comprometimento* precisam ser considerados com maior peso.

Ao olharmos a Conjuntura tendo como orientação o modelo analítico de Gilpin fica claro que os desdobramentos da realidade apresentaram inconstâncias com relação ao antecipado; convergiram e divergiram quase que nas mesmas proporções. Mas os dois últimos aspectos, de maior relevância para o modelo, não apontaram francamente na direção do que preocupava Gilpin. Isso nos permite inferir que a realidade conjuntural não encontrou reflexos consistentes na combinação de declínio hegemônico e ascensão revisionista; mas a realidade também não negou claramente essa combinação arriscada. O descasamento entre a realidade e o previsto no modelo analítico de Gilpin é sintomático de que o caminhar do par Conjuntura-estrutura não foi na direção do tipo de *guerra hegemônica* que preocupava Gilpin. Essa ideia sintetiza a avaliação que fizemos de que a reorientação estratégica dos EUA



não representou as condições para uma *guerra hegemônica*. Pelo menos não a *guerra hegemônica* que orientou a formulação analítica de Gilpin.

Se houve a ambivalência entre os aspectos antecipados por Gilpin sem o caminhar para a *guerra hegemônica*, o que podemos concluir? A ambivalência nos indica que a Conjuntura marcou uma redução do poder hegemônico relativo, sem que tenha havido uma clara transição declinante, sendo que os reflexos estruturais dessa redução não ficaram claros em 2012. Apoiados na perspectiva conjuntural de Fiori, que amplia as avaliações do par passado-presente para o futuro aproximado – no nosso caso esse salto se dará sobre um tempo já passado, porém não coberto pela delimitação temporal da pesquisa -, estimamos que o SI pós 2012 não foi e será marcado por um enfrentamento hegemônico entre os EUA e a RPC nos moldes antecipados por Gilpin. Ou seja, não podemos depositar muita confiança na avaliação de tendência a transição estrutural tipo U-B. Assim, a *guerra hegemônica* entre EUA e RPC não foi provável, mas não deixou de ser uma possibilidade.

Sobre a condição de *acontecimento* a partir de Gilpin, nada podemos afirmar sobre suas características de autonomia, uma vez não nos debruçamos a partir dele sobre a conjuntura seguinte. A tabela 3 nos indicou que a Conjuntura foi ambivalente quando comparada ao modelo analítico de Gilpin, o que nos permite dizer que o *pivot* para a Ásia não tem fortes características de causalidade e acidentalidade. Ou seja, a reorientação estratégica não foi a clara consequência dos desdobramentos conjunturais, mas também não deixou de representar parcela desses mesmos desdobramentos. No que diz respeito a sua singularidade, nada podemos garantir uma vez que para isso teríamos que comparar o *pivot* com outras reorientações estratégicas. Finalmente, estimamos que o potencial de ruptura da decisão tenha sido baixo, dada a ambivalência e o gradualismo das transformações conjunturais. Com isso, a partir de Gilpin, sustentamos que a reorientação estratégica foi um *acontecimento*, equilibrando as facetas de sinal e de ruído, sem fortes características de causalidade e acidentalidade e com baixo potencial de ruptura.

Quando olhamos na tabela 3 o apurado a partir de Copeland percebemos que a situação é diferente. Há uma convergência grande entre o que se desdobrou ao longo da Conjuntura e o que preocupava Copeland. O *pivot* para a Ásia marcou um momento de sério declínio das *expectativas* e do *comprometimento*, com impacto corrosivo na

*interdependência*. A combinação apresentada na frase anterior trouxe para o SI de 2012 sérios riscos da *guerra de cautela* que preocupava Copeland.

Sobre a condição de *acontecimento* a partir de Copeland, igualmente nada podemos afirmar sobre suas características de autonomia. A tabela 3 exibiu forte compatibilidade entre os desdobramentos conjunturais e antecipado no modelo teórico, o que nos permite dizer que a reorientação estratégica tem fortes características de causalidade e fraca de acidentalidade; foi a clara consequência dos desdobramentos conjunturais. No que diz respeito a sua singularidade, também nada podemos garantir pois a comparação com outros *acontecimentos* similares não foi operada na pesquisa. E estimamos que o potencial de ruptura foi alto, considerando a alta compatibilidade com o modelo teórico. Assim, a partir de Copeland, o *pivot* para a Ásia foi um *acontecimento*, com fortes características de causalidade e alto potencial de ruptura, claramente um sinal que se distingue de ruídos.

A condição de *acontecimento* da decisão de *pivot* para a Ásia se fez notar, com variações, nas duas perspectivas que escolhemos para a apreensão e compreensão da Conjuntura, sendo que ganhou maior relevância a partir do modelo teórico de Copeland.

A assimetria de convergência entre a realidade conjuntural e o antecipado nos modelos de Gilpin e Copeland nos sugere que as instabilidades e riscos sistêmicos que existiam por volta de 2012 derivaram mais da *interdependência* econômica entre EUA e a RPC do que do declínio hegemônico relativo.

A divergência entre as tendências de *guerra hegemônica* e *guerra de cautela* presentes em 2012 indica a complexidade da conjuntura seguinte, que se iniciou em 2012, onde tais tendências podem ter tido continuidade ou inversão e onde o *acontecimento* passaria a exibir claramente a sua condição de esfinge e fênix, com seus mistérios a serem decifrados e suas possibilidades de reinterpretação. Restou claro que em 2012 o SI tinha se transformado, saindo de uma forma estrutural unipolar para uma indefinida, com alguns traços de bipolaridade, mas sem categorização definida. A envergadura e indefinição da transição estrutural no curto intervalo pesquisado sugere altos graus de instabilidade para a conjuntura seguinte, com riscos difíceis de antecipar e avaliar.

Em 2012 a decisão de *pivot* para a Ásia aconteceu em um momento em que o SI tinha se transformado consideravelmente do que era em 1991. Os contornos do ordenamento que nasceram da implosão soviética e a ilusão hegemônica de um mundo a sua imagem se desfizeram em menos de duas décadas, uma migalha para a longa duração. Assim, considerando o pesquisado, concluímos que a reorientação estratégica é um *acontecimento*, que marca claramente a transição de um SI hegemônico e unipolar para uma forma que talvez só fique clara com a pesquisa do período seguinte. E o período seguinte poderá indicar se o *acontecimento* guarda ou não independência da intenção no tempo da crônica que lhe deu origem. Assim, nos limites desta pesquisa, esse *acontecimento* nos fala razoavelmente sobre o que ele encerra, mas pouco sobre o que ele inaugura. Apresentaremos no último subitem deste capítulo algumas considerações parciais que julgamos de interesse.

#### 4.5 Considerações parciais

A reorientação estratégica dos EUA encontrou razoável amparo no pesquisado a partir de Gilpin e forte amparo a partir de Copeland. Foi um *acontecimento* que representa significativas alterações conjunturais com indefinidos resultados estruturais. Serve como marco de encerramento do momento unipolar que se inaugurou com o final da guerra fria, mas, nos limites desta pesquisa, não carrega consigo um claro senso de direção. Como já dissemos, fala mais sobre o que encerra do que sobre o que inaugura.

O esforço que precisamos empreender para a significação do *pivot* enquanto *acontecimento* nos disse mais do que a ocorrência ou não de mudanças conjunturais. Nos disse em que aspectos a Conjuntura se transformou. A pesquisa permitiu traçarmos um panorama amplo do que se deu entre 1991 e 2012, a partir de uma perspectiva dupla, analítica e teórica. Vejamos então os traços mais significativos da Conjuntura.

Ficou clara a redução do *diferencial de poder*, mais marcadamente nos campos político e tecnológico; no campo econômico, os EUA mantiveram a liderança isolada, em que pese o grande e diversificado crescimento da RPC. A RPC gerenciou a sua reinserção de forma predominantemente responsável, *conservadora* globalmente e *progressista* regionalmente. Já os EUA se comportaram de forma *revisionista*, contestando a redução do *diferencial de poder* e as possíveis mudanças estruturais, agindo de forma unilateral ainda quando mantinha

alta sua capacidade de *arrasto*. Degradou a *resiliência* e *governança*, abrindo espaço para sérios riscos em transições estruturais. Foi inconsequente com a gestão da economia mundial e travou três *guerras da hegemonia*, de forma crescentemente unilateral, competente e persistente, mas sem que os resultados mais amplos fossem alcançados. E, em que pese tenhamos constatadas reduções no *diferencial de poder*, não se viu em situação de clara e acelerada transição declinante. Considerando o apresentado, não tivemos formadas as condições para uma *guerra hegemônica* ao término da Conjuntura.

A RPC conseguiu reduzir de forma consistente e continuada a *assimetria* na *interdependência* econômica. Viu sua *expectativa* ser degradada pelo comportamento hegemônico, criando incertezas curtas que se reforçaram com as alongadas. Mesmo em um quadro de degradação das incertezas e de esporádicas e inquietantes declarações norte-americanas, a Conjuntura não testemunhou *sinalizações* degenerativas em escala significativa de um contra o outro. E o crescimento econômico e a diversificação comercial da RPC tomaram o claro rumo de enfraquecimento da *interdependência*. Assim, concluímos que as condições para uma *guerra de cautela* estavam presentes ao término da Conjuntura.

A decisão de *pivot* para a Ásia marcou uma transição conjuntural, sendo, portanto, um *acontecimento* histórico. O seu grau de representatividade depende da perspectiva que ampara a sua significação, se a de Gilpin ou a de Copeland. Ao longo da pesquisa, buscamos significar a reorientação estratégica sem considerar as suas condições aproximadas, as intrigas e intenções que lhe deram origem, sua gestação e parto no tempo da crônica. O que operamos predominantemente foi a significação do *acontecimento* a partir da sua representação do tempo intermediário, o conjuntural. Não nos espantaria que a que a significação mudasse para uma pesquisa cujos esforços se concentrassem em diferentes temporalidades, como a da crônica ou da longa duração. Isso mostra o grau de autonomização que dado fato histórico pode adquirir das forças imediatas que lhe deram origem em sua transição para a condição de *acontecimento*.

Para Gilpin, a *guerra hegemônica* ocorreria em condições gerais de declínio hegemônico acelerado, combinado com um ou mais ascendentes revisionistas. Para Copeland, a *guerra de cautela* ocorreria quando as *expectativas* do *dependente* indicassem riscos elevados na *interdependência*. Como vimos, o panorama geral da Conjuntura foi mais permissível a uma *guerra de cautela* do que a uma *guerra hegemônica*. A redução do par

*expectativa-comprometimento* foi mais acentuada do que o declínio, absoluto e relativo, da condição hegemônica. E essa permissividade foi dinâmica. Aumentou na medida em que nos aproximávamos do término conjuntural, uma vez que a deterioração mutuamente afetada de *expectativa* e *comprometimento* corroeu a interdependência. Essa diferença entre as inclinações para os diferentes tipos de guerra ampara a nossa tese, de que a instabilidade sistêmica que encerrou a Conjuntura derivou mais da gestão da *interdependência* do que do declínio hegemônico.

Apresentaremos, no capítulo seguinte, as considerações finais da pesquisa.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A instabilidade sistêmica que encerrou a Conjuntura derivou mais da gestão da *interdependência* do que do declínio hegemônico. Essa foi tese que a pesquisa sustentou.

Estabelecemos dois objetos de pesquisa. O primeiro foi a decisão dos EUA de reorientação de seus esforços estratégicos para a Ásia, ou o *pivot* para a Ásia. E o segundo objeto, referido ao longo da pesquisa como Conjuntura, foi o período temporal delimitado pela implosão do ordenamento bipolar em 1991 e o *pivot*, em 2012. O desenho metodológico mais amplo que empregamos, apoiados na *práxis* de Fiori, foi o transitar do primeiro objeto pelo segundo de modo a adquirir um entendimento para além do tempo da crônica do par Conjuntura-estrutura.

A pesquisa teve três grandes fases, que coincidem respectivamente com os Capítulos intermediários da redação da pesquisa, o 2, 3 e 4. Na primeira, construímos os recursos abstratos que orientaram a apreensão e compreensão da complexa realidade do par conjuntura-estrutura e da crônica. Nos valem de Dosse, Braudel, Fiori, Gilpin e Copeland para essa construção. O resultado desse esforço foi uma lente epistemológica altamente específica para o período de interesse. Na segunda fase, orientados pelos recursos abstratos construídos na primeira, coletamos e tratamos grande quantidade de evidências, apreendidas, produzidas e apresentadas pelas diversas fontes no tempo da crônica, mas com impactos no par Conjuntura-estrutura. Na terceira fase buscamos a síntese das evidências coletadas e tratadas a partir dos modelos analítico de Gilpin e teórico de Copeland e operamos o transitar do *pivot* sobre os desdobramentos da Conjuntura como convida a *práxis* referida no parágrafo anterior.

Os resultados mais amplos do transitar do *pivot* pelo par Conjuntura-estrutura considerando o apurado a partir do modelo analítico de Gilpin indicaram um quadro ambivalente, convergiram em alguns aspectos ao mesmo tempo em que divergiram em outros. Interpretamos essa inconsistência entre os resultados e o modelo como indicadora de que a preocupação que orientou Gilpin não se viu predominantemente representada no período. Ou seja, a combinação de declínio hegemônico com contestação, sob dadas condições, não criou as claras instabilidades conjunturais que antecederiam a entrada do SI em uma *guerra hegemônica*.

Quando transitamos o *pivot* pelos desdobramentos conjunturais considerados a partir de Copeland, detectamos grande consistência entre o antecipado pelo modelo e a realidade. A combinação de *expectativa* declinante com deterioração das avaliações mútuas de *comprometimento* inclinou o SI para as instabilidades características de períodos que antecederiam uma *guerra de cautela*.

E a combinação do contido nos dois últimos parágrafos é que amparou a tese da pesquisa.

Fiori e Kissinger anteciparam a entrada do SI em um período complexo e arriscado, indiretamente questionando o paralelo simplório de uma nova guerra fria entre EUA e RPC. A pesquisa mostrou o quão complexa e contraditória foi a conjuntura entre 1991 e 2012. A conjuntura que se seguiu, suspeitamos nós, ampliou as instabilidades, complexidades e contradições na direção apontada pelos dois pensadores, mas como, em que aspectos e qual a intensidade da ampliação só saberemos com a realização de outras pesquisas que venham a cobrir o período subsequente ao aqui considerado. Por isso, indicamos para estudos futuros a conjuntura que parece ter se aberto com a reorientação. Esperamos que nossa pesquisa forneça algumas indicações genealógicas de desdobramentos da conjuntura seguinte. O que começamos a suspeitar na medida em que a pesquisa chegava ao seu final é que existem sérias limitações nos modelos analítico de Gilpin e teórico de Copeland, o primeiro mais do que o segundo, no apoio as investigações do período que se seguiu.

Entender o quadro conjuntural de onde derivamos a complexa assimetria entre as inclinações para uma *guerra hegemônica* ou *de cautela* parece ser de grande interesse para o Brasil; envolve não só as duas maiores potências globais como os nossos dois maiores parceiros comerciais.

## 6 BIBLIOGRAFIA

1. ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2015.
2. ALLISON, Grahame. **A caminho da Guerra: os EUA e a China conseguirão escapar da Armadilha de Tucídides?** Rio de Janeiro: Intrínseca Ltda, 2020.
3. ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo, Cia das Letras, 2008.
4. ARIÈS, P. **O tempo da História**. São Paulo: Editora da UNESP, 2013.
5. ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
6. ART, Robert J. & WALTZ, Kenneth N (Org.) **The use of the force – Military Power and International Politics**. 7<sup>th</sup> Ed. Lanham: Rowman & Littlefield Publisher Inc.
7. BAER, George W. **The U.S. Navy, 1890-1990 - One Hundred Years of Sea Power**. Stanford: Stanford University Press, 1993.
8. BANDEIRA, Luiz Alberto M. **Formação do Império Americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque**. 3<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2009.
9. BARREIROS, Daniel P. **Guerra, Ética e Etologia** in FIORI, José L. (org) Sobre a Guerra. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2018.
10. BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em História**. 10<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.
11. BARROS, José D'Assunção. **Os conceitos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.
12. BARROS, José D'Assunção. **Teorias da História, Volume II, Os primeiros paradigmas: positivismo e historicismo**. 4<sup>a</sup> ed. Petrópolis: editora Vozes, 2014.
13. BARROS, José D'Assunção. **Teorias da História, Volume I, Princípios e Conceitos fundamentais**. 5<sup>a</sup> ed. Petrópolis: editora Vozes, 2017.
14. BELLUZZO Luiz G e TAVARES, Maria C. **A mundialização do Capital e a Expansão do Poder Americano** in FIORI, José Luís (org). **O Poder Americano**. Petrópolis: Vozes, 2004.
15. BERGSON, Henri. **A evolução criadora**. São Paulo: editora Folha de São Paulo, 2015.
16. BLACKWILL, Robert D. & HARRIS, Jennifer M. **War by other means**. Cambridge & London: Harvard University Press, 2016.
17. BOOTH, Wayne C.; COLOMBO, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. **A Arte da Pesquisa**. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
18. BRACKEN, Paul. **The Second Nuclear Age: Strategy, Danger, and the New Power Politics**. New York: Henry Holt, 2012.
19. BRAUDEL, F. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1992.
20. BRAUDEL, F. **Reflexões sobre a História**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2002.
21. BRESLIM, Shawn. **Entendendo ascensão regional chinesa** in SPEKTOR, Mathias e NEDAL, Dani (Orgs). **O que a China quer?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
22. BRZEZINSKI, Zbigniew. **Second Chance: Three Presidents and the crisis of American Superpower**. New York: Basic Books, 2007.
23. BRZEZINSKI, Zbigniew & SCOWCROFT Brent. **America and the world**. New York: Basic Books, 2007.
24. BURNS, William J. The lost Art of American Diplomacy: **Can the State Department Be Saved?** in Foreign Affairs, volume 98 número 3, maio/junho de 2019.
25. BUZAN, Barry. **International Society and International security**, in FAWN, Rick; JEREMY, Larkins, (Orgs). **International Society after cold war**. Basingstoke: Macmillan, 1996.
26. BYMAN, Daniel e WAXMAN, Matthew. **The Dynamics of Coercion: American Foreign Policy and the Limits of Military Might**. New York: Cambridge University Press, 2002.



27. CERVO, Amado L., BERVIAN, Pedro A. e Da SILVA, Roberto. **Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson, 2007.
28. CHA, Victor D. **Power Play: The Origins of the American Alliance System in Asia**. Princeton & Oxford: Princeton University Press, 2016.
29. CHOMSKY, Noam. **O império americano: hegemonia ou sobrevivência**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2004.
30. CHOMSKY, Noam. **Mídia, propaganda política e manipulação**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2017.
31. CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. São Paulo: Editora Universidade de Brasília e Martins Fontes, 1979.
32. COLBY, Elbridge A. e MITCHELL, Wess A. **The Age of Great-Power Competition: How Trump Administration Refashioned American Strategy** *in* Foreign Affairs, volume 99 número 1, janeiro/fevereiro de 2020.
33. COPELAND, Dale C. **Economic Interdependence and War**. 1ª ed. Princeton: Princeton University Press, 2015.
34. COUTEAU-BÉRGAIRE, Hervé. **Tratados de Estratégia**. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010.
35. DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia**. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 2013.
36. DOBBS, Michael. **A queda do Império Soviético**. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1998.
37. DOSSE, Francois. **A História em migalhas**. Campinas: Editora da Universidade de Campinas, 1994.
38. DOSSE, Francois. **A História à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
39. DOSSE, Francois. **História e Ciências Sociais**. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2004.
40. DOSSE, Francois. **A História**. São Paulo: Editora da UNESP, 2012.
41. DOSSE, Francois. **Renascimento do Acontecimento**. São Paulo: Editora UNESP, 2013.
42. EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo: Editora Boitempo, 1997.
43. ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. 22ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 2009.
44. EICHENGREEN, Barry. **Privilégio exorbitante**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 2011.
45. EICHENGREEN, Barry. **A globalização do capital: uma história do Sistema Monetário Internacional**. São Paulo: Editora 34 Ltda, 2012.
46. ERICKSON, Andrew S. et al. **China's Future Nuclear Submarine Force**. Annapolis – USA: Naval Institute Press, 2007.
47. EVANS, Peter B., JACOBSON, Harold K., PUTNAM, Robert D. **International Bargaining and Domestic Politics: Double-Edge Diplomacy**. Berkley, Los Angeles & Londres: University of California Press, 1993.
48. EVERA, Stephen Van. **Guide to Methods for Students of Political Science**. Ithaca e Londers: Cornell University Press, 1997.
49. FAHNBULLEH, Miatta. **The Neoliberal Collapse: Markets are not the answer** *in* Foreign Affairs, volume 99 número 1, janeiro/fevereiro de 2020.
50. FARIAS, Hélio C. **A Guerra do Golfo e a “Paz Liberal”** *in* FIORI, José Luís (Org) *et al.* **Sobre a Paz**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2021.
51. FARRELL, Henry e NEWMAN, Abraham L. **Chained to Globalization: Why It's Too Late to Decouple** *in* Foreign Affairs, volume 99 número 1, janeiro/fevereiro de 2020.

52. FERGUSON, Niall. **A grande degeneração: a decadência do mundo ocidental**. São Paulo: Editora Planeta, 2013.
53. FINDLAY, R. & O'ROURKE, K. **Power and Plenty. Trade, war and the world economy in the second millennium**. Princeton University Press, 2007.
54. FIORI, José Luís. **As estranhas derrotas de uma potência que não para de se expandir e acumular poder**. Disponível em <https://sul21.com.br/opiniao/2021/07/as-estranhas-derrotas-de-uma-potencia-que-nao-para-de-se-expandir-e-acumular-poder-por-jose-luis-fiori/> e acesso em 23 de julho de 2021.
55. FIORI, José Luís. **Por uma Economia Política do tempo conjuntural**. Texto para discussão nº44, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1984. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=210005&view=detalhes> e acesso em 08/10/2021.
56. FIORI, José L. & TAVARES, M.C (orgs). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
57. FIORI, José L. **Globalização, hegemonia e império** in FIORI, José L. & TAVARES, M.C (orgs). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
58. FIORI, José Luís. & C. Medeiros (org). **Polarização Mundial e crescimento**. Petrópolis: Vozes, 2001.
59. FIORI, José Luís. **O Poder Global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites** in FIORI, José Luís (org). **O Poder Americano**. Petrópolis: Vozes, 2004.
60. FIORI, José Luís. **O poder global e a nova geopolítica das nações**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
61. FIORI, José Luís, **O sistema interestatal capitalista no início do século XXI** in FIORI, José Luís, MEDEIROS, Carlos & SERRANO, Franklin. **O mito do colapso americano**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.
62. FIORI, José Luís. **História, Estratégia e Desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.
63. FIORI, José Luís, **Dialética da Guerra e da Paz** in FIORI, José Luís (Org) *et al*, **Sobre a Guerra**. Petrópolis: Editora Vozes, 2018.
64. FIORI, José Luís, **Epílogo – Ética cultural e guerra infinita** in FIORI, José Luís (Org) *et al*, **Sobre a Guerra**. Petrópolis: Editora Vozes, 2018
65. FIORI, José Luís. **A Síndrome de Babel e a Disputa do Poder Global**. Petrópolis: Editora Vozes, 2020.
66. FIORI, José Luís & NOZAKI, William. **Poder e Desenvolvimento: os ponteiros do mundo**. Edição de fevereiro de 2022 da revista Le Monde Diplomatique Brasil. No site <https://diplomatique.org.br/poder-e-desenvolvimento-os-ponteiros-do-mundo/> e acesso em 06/02/2022.
67. FIORI, José Luís. **O paradoxo de Kant e a leveza da paz** (prefácio) in FIORI, José Luís (Org) *et al*. **Sobre a Paz**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2021.
68. FLOURNOY, Michèle e DIVIDSON, Janine. **Obama's new global posture** in *Foreign Affairs*, volume 91 número 4, julho/agosto de 2012.
69. FOOT, Rosemary. **O poder chinês e a ideia de um país responsável**, in SPEKTOR, Mathias e NEDAL, Dani (Orgs). **O que a China quer?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
70. FOOTE, Caleb e ATKINSONS, Robert D. **Federal Support for R&D Continues its Ignominious slide**. Produzido em 12/08/2019, acesso em 01/08/2022 e no link:

- <https://itif.org/publications/2019/08/12/federal-support-rd-continues-its-ignominious-slide/>.
71. FREEDMAN, Lawrence. **Strategy, a history**. Oxford: Oxford University Press, 2013.
  72. FRIEDBERG, Aron L. **Bucking Beijing: an alternative to U.S. China policy** in *Foreign Affairs*, volume 91 número 5, setembro/outubro de 2012.
  73. FRIEDMAN, George e Meredith. **Poder Mundial: a tecnologia e o domínio dos Estados Unidos no século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 2009.
  74. FRIEDMAN, Norman. **Seapower as Strategy: Navies and National Interests**. Annapolis: Naval Institute Press, 2001.
  75. GADDIS, John L. **On grand strategy**. Nova York: Penguin Press, 2018.
  76. GARCÍA, Clara. **Capital extranjero y política económica: las crisis financieras del Sudeste Asiático**. Madri: Editora Fundamentos, 2005.
  77. GILPIN, Robert. **War & Change in World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
  78. GOLDSTEIN, Joshua S. **Long Cycle: Prosperity and War in the modern age**. New Haven and London: Yale University Press, 1988.
  79. GRAY, Colim S. **The Leverage of Sea Power: The Strategic Advantage of Navies in War**. Nova York: The Free Press, 1992.
  80. GRONDIN, Jean. **Hermenêutica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
  81. GUNDER, Frank A. **Reorient. Global Economy in the Asian Age**. Berkley: University of California Press, 2009.
  82. HAYNES, Peter D. **Toward a new maritime strategy: American naval thinking in the post-cold war era**. Annapolis: Naval Institute Press, 2015.
  83. HELLEINER, E. **States and the Reemergence of Global Finance**. London: Cornell University Press, 1994.
  84. HOSSEIN-ZADEH, I. **The Political Economy of U.S. Militarism**. Palgrave 2006.
  85. IKENBERRY, John G. **A ascensão da China e o futuro do Ocidente: o sistema liberal sobreviverá?** in SPEKTOR, Mathias e NEDAL, Dani (Orgs). **O que a China quer?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
  86. JERVIS, Robert. **Perception and Misperception in International Politics**. New Jersey: Princeton University Press, 1976.
  87. JOFFE, Josef. **The Myth of America's Decline: Politics, Economics and half century of false prophecies**. New York & London: Liveright Publishing Corporation, 2015.
  88. JOHNSON, Chalmers. **As aflições do Império Americano: militarismo, operações secretas e o fim da república**. Rio de Janeiro & São Paulo: Editora Record, 2007.
  89. JOHNSON, Chalmers. **Blowback: os custos e as consequências do Império Americano**. Rio de Janeiro & São Paulo: Editora Record, 2007.
  90. KAGAN Robert. **The New German Question: What Happens When Europe Comes Apart?** in *Foreign Affairs*, volume 98 número 3, maio/junho de 2019.
  91. KEOHANE, Robert O. **Hegemony and After** in *Foreign Affairs*, volume 91 número 4, julho/agosto de 2012.
  92. KING, Gary; KEOHANE, Robert; e VERBA, Sidney. **Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research**. New Jersey: Princeton University Press, 1994.
  93. KISSINGER, Henry A. **Diplomacia**. Rio de Janeiro: Livraria Franscisco Alves Editora Ltda, 2001.
  94. KISSINGER, Henry A. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011.

95. KISSINGER, Henry A. **The future of U.S.- Chinese Relation** in *Foreign Affairs*, volume 91 número 2, março/abril de 2012.
96. KISSINGER, Henry A. **Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2015.
97. KOSELLECK, R. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2012.
98. KRUGMAN, Paul. **A crise de 2008 e a economia da depressão**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 2009.
99. LAKATOS, Eva Maria; e MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.
100. LEGRO, Jeffrey W. **O que China vai querer? As futuras intenções de uma potência em ascensão** in SPEKTOR, Mathias e NEDAL, Dani (Orgs). **O que a China quer?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
101. LIEBERTHAL, Kenneth G. **The American Pivot to Asia** in *Foreign Policy* de 21/12/2011. Acesso em 19/04/2022 e no link: <https://foreignpolicy.com/2011/12/21/the-american-pivot-to-asia/>.
102. LUTTWAK, Edward N. **The Political Uses of Sea power**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1974.
103. LUTTWAK, Edward N. & KOEHL, L. Stuart. **The Dictionary of Modern War – A Guide to the Ideas, Institutions and Weapons of the Modern Military Power Vocabulary**. New York: Gramercy Books, 1991.
104. LUTTWAK, Edward N. **Estratégia: a Lógica da Guerra e da Paz**. Rio de Janeiro: BIBLIX, 2009.
105. LYRIO, Mauricio C. **A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos**. Brasília: FUNAG, 2010.
106. MAHNKEN, Thomas G. **“Strategic Theory”** in BAYLIS, John. WIRTZ, James J. GRAY, Colin S. **“Strategy in Contemporary World – 3ª Edition”**. Oxford: Oxford University Press, 2010.
107. MANN, Michael. **O império da incoerência: a natureza do poder americano**. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record: 2006.
108. MARCH, James C. & OLSEN, Johan P. **Rediscovering Institutions: the organizational basis of politics**. New York & London: The Free Press, 1989.
109. MARCONDES, Danilo. **Iniciação à História da Filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 2007.
110. MARICHAL, Carlos. **Nova História das Grandes Crises Financeiras: uma perspectiva global, 1873-2008**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.
111. MARTEL, William C. **Victory in War: Foundation of Modern military Policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
112. MARTIN, F. **Dinheiro: uma biografia não autorizada**. São Paulo: Editora Schwarcz SA, 2016.
113. MEARSHEIMER, John J. **Conventional Deterrence**. Ithaca & London: Cornell University Press, 1983.
114. Midgley, Mary. **A presença dos mitos em nossas vidas**. São Paulo: Editora UNESP, 2014.
115. MILANOVIC, Branko. **The Clash of Capitalism** in *Foreign Affairs*, volume 99 número 1, janeiro/fevereiro de 2020.
116. MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 33ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

117. NAYYAR, Deepak. **A corrida pelo crescimento: países em desenvolvimento e a economia mundial**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2013.
118. NARANG, Vipin. **Nuclear Strategy in Modern Era: Regional Powers and International Conflict**. Princeton: Princeton University Press, 2014.
119. NATHAN, Andrew F. & SCOBELL, Andrew. **How China see America** *in* Foreign Affairs, volume 91 número 5, setembro/outubro de 2012.
120. NYE, Joseph Jr. **The paradox of American power: why the world's only superpower can't go it alone**. New York: Oxford University Press, 2002.
121. NYE, Joseph Jr. **Soft power – The means to success in world politics**. New York: Public Affairs, 2004.
122. NYE, Joseph Jr. **Cooperação e Conflito nas Relações Internacionais**. São Paulo: Editora Gente, 2009.
123. NYE, Joseph Jr. **Will Liberal Order Survive?** *in* Foreign Affairs, volume 96 número 1, janeiro/fevereiro de 2017.
124. PAPE, Robert A. **Bombing to Win: Air Power and Coercion in War**. Ithaca e Londres: Cornell University Press, 1996.
125. PETERS, Guy B. **Institutional Theory in Political Science: the new institutionalism**. 3ª ed. New York & London: The Continuum International Publishing Group, 2012.
126. POSEN, Barry R. **Restraint, a new foundation for US grand strategy**. Ithaca & Londres: Cornell University Press, 2014.
127. RAJAN, Raghuram G. **Linhas de falha: como rachaduras ocultas ainda ameaçam a economia mundial**. São Paulo: Editora BEI Comunicações, 2012.
128. RHODES, Ben. **Them and Us: How America Lets Its Enemies Hijack Its Foreign Policy** *in* Foreign Affairs, volume 100 número 5, setembro/outubro de 2021.
129. ROGOFF, Kenneth S. e REINHART, Carmen M. **Oito Séculos de Delírios Financeiros: desta vez é diferente**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 2010.
130. ROSE, Gideon. **The Future of Capitalism** *in* Foreign Affairs, volume 99 número 1, janeiro/fevereiro de 2020.
131. ROSE, Lisle A. **Power at Sea: a Violent Peace, 1946-2006**. Columbia e Londres: University of Missouri Press, 2007.
132. RUDD, Kevin. **Short of war: How to keep U.S.-Chinese Confrontation From Ending in Calamity** *in* Foreign Affairs, volume 100 número 2, março/abril de 2021.
133. SEIDMAN, Harold. **Politics, Position and Power: the dynamic of federal organization**. New York & Oxford: Oxford University Press, 1998.
134. SHEEHAN, Matt. **The Chinese Way of Innovation: What Washington can learn from Beijing about Investing in Tech**. Acesso em 23/04/2022 e no sítio: <https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2022-04-21/chinese-way-innovation>.
135. SPEKTOR, Mathias e NEDAL, Dani (Orgs). **O que a China quer?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
136. STRANGE, Susan. **Mad money: when markets outgrow governments**. Michigan: The University of Michigan Press, 1998.
137. TAVARES, Maria da C. **A retomada da hegemonia norte-americana** *in* FIORI, J.L. & TAVARES, M.C. **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
138. TILL, Geoffrey. **Maritime Strategy and the Nuclear Age - Second Edition**. Nova York: St Martin's Press, 1984.
139. TILL, Geoffrey. **Modern Sea Power**. London: Brassey's Defence Publishers, 1987.

140. TORRES, Ernani Teixeira T. Filho. **Guerra, moeda e finanças** in FIORI, José L. (org) **Sobre a Guerra**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2018.
141. TORRES, Ernani Teixeira T. Filho. **Paz, moeda e coerção no século XXI** in FIORI, José Luiz (org). **Sobre a Paz**. Petrópolis: Editora Vozes, 2021.
142. TOYNBEE, Arnold J. **Survey of International Affairs 1930**. London: Oxford University Press, 1931.
143. TOYNBEE, Arnold J. **A Study of History**. Vol 3 e 12. London: Oxford University Press, 1961.
144. TRACHTENBERG, Marc. **History and Strategy**. New Jersey: Princeton University Press, 1991.
145. WALLERSTEIN, Imanuel. **O declínio do poder americano**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2004.
146. WALLERSTEIN, Imanuel. **The Modern World-System**. California: University of California Press, 2011.
147. WALTER, A. (1993). **World Power and World Money: The Role of Hegemony and International Money Order**. London: Palgrave Macmillan, 1993.
148. WALTZ, Kenneth N. **Theory of International Politics**. Reading Mass: Addison-Wesley, 1979.
149. ZAKARIA, Fareed. **O mundo pós-americano**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
150. ZAKARIA, Fareed. **The New China Scare: Why America Shouldn't Panic About Its Latest Challenger** in *Foreign Affairs*, volume 99 número 1, janeiro/fevereiro de 2020.

## Anexo A

## Quadro geral dos aspectos observáveis

Subitem	Orientação	Aspectos observáveis de interesse
2.3	<b>Mudanças Estruturais</b>	
<b>Desequilíbrio sistêmico</b> ( <u>Existência</u> sim/não - <u>grau</u> - <u>tendência</u> )		
2.3.1	<i>Diferencial de Poder</i>	- Variações dos aspectos político, econômico e tecnológico
	<b>Esforço de arrasto</b>	- Desproporção e Limites das capacidades - Psicose hegemônica
	<b>Comportamento típico com relação ao Diferencial de Poder</b>	<b>Posturas:</b> submissa, progressista, revisionista e conservadora
	<b>Comportamento típico com relação a Estrutura sistêmica</b>	<b>Posturas:</b> submissa, progressista, revisionista e conservadora
	<b>Prevalência e significado das guerras</b>	- Guerras da hegemonia e triviais
	<b>Resiliência sistêmica</b>	
<b>Tipologia das Crises Sistêmicas</b>		
2.3.2	Sistêmicas	
	Conjunturais	
	Imediatas (acidentais e intencionais)	
2.3.3	<b>Governança e Modificações</b>	

	<p><b><u>Governança:</u></b></p> <p>(a) <b>Distribuição de Poder</b> (estruturação do SI);</p> <p>(b) <b>Hierarquia de Prestígio;</b></p> <p>(c) <b>Regras e direitos.</b></p>	<p>(a) Poder – Considerações concretas; Prestígio – Considerações subjetivas; (a X b) Dinâmica entre <i>diferencial de poder e hierarquia de prestígio</i> (tendência e velocidade);</p> <p>(c1) Questionamento das <i>regras e direitos</i> e seu potencial de criar e manter a <i>resiliência sistêmica</i>;</p> <p>(c2) Modificações típicas: <i>transformações do sistema, mudanças no sistema e alterações relacionais</i>;</p> <p>(c3) Cadeias de modificações – ascendentes e descendentes;</p>
--	--	--

### Estrutura Dominante, Transições e Crises

<p><b>2.3.4</b></p>	<p><b><u>Estruturas típicas:</u></b></p> <p>- Unipolar, bipolar, tripolar e multipolar;</p> <p><b><u>Transição provável</u></b> (U-B; U-T; U-M):</p> <p>- Posturas Hegemon e unidade em ascensão;</p> <p>- Ações do hegemon (Francas, cuidadosa ou manipulativa);</p> <p><b><u>Tipos e níveis de violência na transição:</u></b></p> <p>- Guerras hegemônicas, da hegemonia ou triviais;</p> <p><b><u>Profecia autorrealizada</u></b></p>	<p>- Forma e velocidade dos esforços de ruptura potencializando ou não a resiliência sistêmica;</p> <p>- Crises e violência dentro de cada estrutura típica;</p> <p>-Transições:</p> <p><b>U-B</b> – foco na disputa hegemônica – hegemon de francas atitudes – revisionista / redução das guerras da hegemonia / abdicação do papel de “ordenador” e “árbitro” / aumento das guerras triviais;</p> <p><b>U-T</b> – Hegemon mais cauteloso – progressista / triangulações diplomáticas / redução das guerras da hegemonia e triviais (evitar erros de cálculo);</p> <p><b>U-M</b> – Hegemon conservador ou progressista / aumento de guerras triviais e redução das da hegemonia;</p> <p>- A percepção do hegemon e ascendente moldando a realidade para além do que ela seria <i>per si</i>;</p>
---------------------	---	---

### Transição declinante

<p><b>2.3.5</b></p>	<p><b>2.3.5.1 - Economia hegemônica; e</b></p> <p><b>2.3.5.2 - Deslocamento do Centro.</b></p>
<p><b>2.3.5.1</b></p>	<p><b>Economia hegemônica</b></p>



	<p><b><u>Demandas Conflitantes</u></b></p> <p>- Proteção, investimento e consumo</p>	<p>- Disfunção de proteção, consumo e investimento – Crise fiscal do <i>hegemon</i>;</p> <p>- Competições e saltos tecnológicos (internet e 5G);</p> <p>- Ascensão de forças conservadoras;</p> <p>- Envelhecimento da população</p> <p>- Vantagem dos atrasados e Acumulação revisionista</p>
	<p>a) <i>Crescentes custos hegemônicos</i></p> <p>b) <i>Perda de Liderança econômica e tecnológica</i></p>	<p>(a) <i>Arrasto</i> (colocar em todo o texto em itálico) – VRF esforço americano para impedir o “arrasto” da CHI na região;</p> <p>(a) Free Rider e Teoria dos bens públicos</p> <p>(b) <i>Difusão tecnológica</i> (briga de propriedade intelectual – discurso ideológico acusativo para frear a difusão);</p> <p>(b) exemplo e sedução do <i>catch-up</i> – corroendo a hierarquia de prestígio;</p> <p>(b) Mudança de centros econômicos e tecnológicos para a periferia;</p> <p>(b) Mudança de paradigma tecnológico;</p>
<b>Deslocamento do Centro</b>		
2.3.5.2	<p>a) <i>despertar da periferia</i></p> <p>b) <i>fratricídio nuclear</i></p>	<p>(a) combinação de <i>difusão tecnológica</i> e potencial de <i>arrasto</i></p> <p>(b) distração hegemônica</p>
<b>Guerras Hegemônicas</b>		
2.3.6	<p><b><u>Diferencial de Poder</u></b> – incorporação de recursos e/ou redução de compromissos</p>	
	<p><b><i>incorporação de recursos</i></b></p>	<p>- Taxação, inflação e desequilíbrio da balança de pagamentos;</p> <p>- Mudança de paradigma tecnológico;</p> <p>- Profecia autorrealizada;</p> <p>- Afetação mútua</p>

	<b>redução de compromissos</b>	- Sinalizações de abandono (discursos ou atos): se só discursos sem esforço concreto de liderança, provavelmente estaríamos diante de prelúdios de abandono
	<b>Condições:</b> - disputa entre <i>hegemon</i> e desafiante; - a governança do SI; - emprego ilimitado de recursos	- Formações de blocos pouco flexíveis; e - Considerações sobre uso indiscriminado da violência.
	<b>Dinâmicas precedentes</b> ( <i>Intensificação de conflitos entre unidades, tempestividade e redução de controle racional</i> )	- Esforço de arrasto.
	<b>Intensificação de conflitos entre unidades</b> (disputa de base material)	- Cooperação para desagregação (Inversão de conjuntura); - Perda de convergência de valores; - Aumento difuso dos conflitos de interesse; e - Omissão hegemônica.
	<b>Tempestividade</b> ( <i>esforços preventivos e preemptivos</i> ) (aspecto psicológico)	- Redução da confiança nos mecanismos de ajuste; - EUA envolvido nos esforços e CHI não?
	<b>esforços preventivos</b>	- Intensificação
	<b>esforços preemptivos</b>	- Intensificação
	<b>redução de controle racional</b>	- Descolamento de percepção entre <i>hegemon</i> e outras unidades;
<b>2.4</b>	<b>Interdependência e Guerra</b>	
<b>Aspectos endógenos</b>		
<b>2.4</b>	<b>Assimetria na interdependência</b>	- Se a assimetria declina
	<b>Expectativa</b> (percepção do dependente)	- Variação de <i>expectativas</i>
	<b>Retroalimentação corrosiva</b> (observar a dinâmica)	- Atitudes moderadas + incertezas baixas – predomínio da agenda comercial;

		- Atitudes agressivas + incertezas altas – predomínio da agenda de segurança;
	<b>Mobilização</b>	Mobilização de recursos
	<b>Declarações públicas</b>	Declarações mais relevantes
	<b>Formação de alianças</b>	- Esforço e capacidade de arrasto
	<b>Comprometimento</b> (incerteza alongada)	- Manutenção dos altos níveis de comércio; - Parcerias de longo prazo; - Atitudes futuras hostis ( <i>questão vital para o hegemon</i> ) - Expansão militar limitada do <i>dependente</i> X tolerância do <i>hegemon</i> (leituras mútuas e a questão dos tipos de meios para segurança, para a expansão e os híbridos); - Diversificação comercial do <i>dependente</i> ; - Preocupação do <i>hegemon</i> com a imagem de fraqueza;
<b>Aspectos exógenos</b>		
<b>2.4</b>	<b>Crescimento do <i>dependente</i></b>	- Sustentado; - Diversificado em produção e parcerias; - Independente da parceria (sobreviveria sem ela); - Capaz de reduzir assimetrias; - Conversão de benefícios materiais da parceria em recursos militares; - Redução da <i>interdependência</i> (e se tivermos aumento dos anteriores sem redução da parceria?)

## Anexo B

### Versão completa da entrevista para Cláudia Antunes - O GLOBO

“AS TORRES, O AFGANISTÃO E O DEPOIS”

JOSÉ LUÍS FIORI

11 DE SETEMBRO DE 2021 - VERSÃO COMPLETA DA ENTREVISTA PARA CLAUDIA ANTUNES-  
O GLOBO

- 1) **C.A.** Na época da invasão do Afeganistão, você escreveu que os EUA estavam sendo empurrados por uma espécie de regra básica e universal do sistema interestatal: a necessidade de suas grandes potências seguirem se expandindo para manter a posição já adquirida. Algo que você chamou, num outro livro, de “paradoxo hiperpoder”. Mesmo assim, depois desta derrota consagrada pela ocupação talibã de Cabul no dia 15 de agosto, você acha que os norte-americanos têm menos poder do que antes?

**J.L.F.** Bem antes dos atentados de 11 de setembro de 2001, logo depois do fim da Guerra Fria, um grupo de trabalho criado pelo presidente George Bush e liderado por Dick Cheney já havia definido como principal objetivo estratégico dos EUA, na virada do século XXI, consolidar o poder conquistado em 1991, impedindo o aparecimento de um novo concorrente regional ou global do tipo URSS. Naquele momento, falaram da necessidade de algo parecido com um novo Pearl Harbour para mobilizar apoios e viabilizar a imposição “legítima” do poder global americano. Por isso hoje está absolutamente claro o que na época era menos visível devido ao trauma provocado pela derrubada das torres gêmeas de Nova Iorque: os atentados do 11 de Setembro cumpriram o papel do “acontecimento traumático” preconizado pelo grupo de trabalho de Dick Cheney, e em sentido mais amplo, o ataque imediato ao Afeganistão teve menos a ver com a caça de Osama Bin Laden e a destruição das redes de apoio do Al Qaeda, do que com a necessidade americana de reafirmar ativamente o seu poder e sua decisão de exercê-lo através de suas armas. O Talibã não estava envolvido com os atentados e até hoje não foram apresentadas provas inequívocas de que o antigo “guerreiro da liberdade” inventado e formado pelos EUA, para combater a URSS no próprio Afeganistão, tenha sido o verdadeiro cérebro ou responsável pelos atentados de Nova Iorque. De qualquer forma, o ataque ao Afeganistão serviu como cartão de apresentação da nova “guerra global ao terrorismo” declarada pelo presidente Bush, que foi uma guerra tipicamente imperial, por duas razões fundamentais: dentro dos EUA, justificou a criação de uma brecha legal que permitia e ainda permite ao governo declarar guerras e atacar “terroristas” em qualquer parte do mundo sem necessitar da aprovação prévia do Congresso Americano; e em segundo, durante alguns anos pelo menos, permitiu que os norte-americanos definissem quem fossem os terroristas em qualquer lugar do mundo, por cima da soberania dos povos escolhidos e atingidos pelos ataques punitivos das forças norte-americanas. A “guerra ao terror” significou um passo à frente no objetivo americano de criação e consolidação de um império militar global. Tudo isto são fatos que hoje já pertencem à História. Mas a Guerra do Afeganistão pode e deve ser lida de um ponto de vista mais amplo e de longo prazo, a partir da própria história de formação e expansão do sistema interestatal “inventado” pelos europeus. Durante toda a história desse sistema, sempre existiram Estados ganhadores e Estados perdedores, e seus

“Estados-membros” foram obrigados a competir e fazer guerra para sobreviver numa disputa permanente pela conquista do poder global, e pela acumulação de uma riqueza capitalista que se transformou numa peça fundamental da própria luta pelo poder. Costumo sempre citar um autor alemão, Norbert Elias, que disse, numa obra clássica, que a regra básica deste sistema interestatal e capitalista era que nele “quem não subia, caía”; uma regra que se aplica a todos, e mais ainda para as grandes potências que já se encontram na frente dessa corrida sem fim. Ou seja, mesmo as chamadas “grandes potências” desse sistema estão obrigadas a se expandir aumentando seu poder e sua riqueza, para seguir ocupando as posições que já ocupam. Por isso mesmo, no sistema em que vivemos, a preparação para a guerra e o início de novas guerras é uma necessidade quase impositiva de todas as grandes potências e em particular da “potência líder” ou “hegemônica”, que no caso vem a ser os Estados Unidos. Como escrevo e repito muitas vezes, o poder é fluxo, é conquista, e só existe enquanto é exercido, e é imposto, mesmo que seja através de guerras que afinal se transformam em derrotas, como no caso de quase todas as guerras de que os Estados Unidos participaram, depois da Segunda Guerra Mundial. O poder internacional precisa ser temido mais do que amado, como diria Maquiavel, e ele é temido por sua capacidade de destruição, e não por sua capacidade de construção ou reconstrução. E por isto que os EUA perderam a guerra do Afeganistão mas seguem mantendo o seu poder de punir e destruir quando considerarem necessário. Neste sentido, por mais absurdo que isto possa parecer, neste sistema internacional em que vivemos é mais importante que sua potência dominante faça guerras sucessivas e demonstre seu poder militar do que as ganhe. Neste sentido, não há a menor dúvida de que os Estados Unidos acabam de sofrer uma derrota verdadeiramente humilhante no Afeganistão, mais humilhante até do que seu fracasso no Iraque. Apesar disso, seguirão em frente e já estão envolvidos numa competição sem limites com a China, que pode não acabar em uma guerra direta, mas que deverá ser o guarda-chuva sob o qual estarão sendo travadas as novas guerras locais desta primeira metade do século XXI.

- 2) **C.A.** Você também disse que a chamada “guerra ao terror” era um projeto imperial que se propunha a combater um “método”, na ausência, naquele momento, de interesses ou ameaças nacionais concretos que justificassem as guerras que se seguiram aos atentados. Essa “guerra ao terror” ainda tem a mesma importância e o mesmo lugar dentro do sistema internacional, já na terceira década do século XXI?

**J.L.F.** O “terrorismo” sempre existiu através de toda a História, como uma forma particular de luta de grupos, etnias, seitas e “nações” em defesa de seus direitos contra potências mais poderosas. E seguirá existindo, com toda certeza, em qualquer tempo e em qualquer lugar do futuro, com consequências mais ou menos dramáticas, mesmo quando não alcancem o nível de intensidade e dramaticidade do “atentado das Torres Gêmeas”, ou mais ainda, do “atentado de Sarajevo” que esteve na origem da Primeira Guerra Mundial e, portanto, se poderia dizer também, do fim de pelo menos quatro grandes impérios multinacionais. Não há dúvida de que “a guerra global ao terrorismo” declarada pelo presidente George Bush, em 2001, ocupou um lugar particular na história de expansão do poder americano. E também é verdade o que você diz, que naquele momento não havia no cenário mundial nenhum país que pudesse ameaçar o poder militar dos EUA. Mas hoje a situação é distinta: a guerra global ao terrorismo acabou se transformando numa “guerra santa” quase inteiramente travada dentro do mundo mulçumano, e contra o governo de

Estados situados na região do Grande Médio Oriente. Em algum momento os EUA chegaram a bombardear o território de seis países ao mesmo tempo, todos eles de maioria muçulmana, e sempre em nome do combate ao terrorismo fundamentalista islâmico. O resultado final dessas guerras foi um gigantesco morticínio, e um verdadeiro terremoto demográfico, com a fuga de milhões de pessoas de suas terras, quase sempre na direção da Europa. E em nenhum caso, os norte-americanos e seus aliados cristãos e da OTAN conseguiram construir Estados democráticos, ou impor seus próprios valores, que acabaram sendo rechaçados de forma explícita e humilhante, como aconteceu nas últimas semanas com as declarações de vários líderes talibãs de que não queriam rigorosamente saber nem incorporar os valores, costumes e instituições ocidentais. Criou-se uma situação realmente grotesca no Conselho de Defesa dos Direitos Humanos das Nações Unidas, quando as potências ocidentais recém-derrotadas demonstravam grande preocupação pelo respeito talibã aos direitos humanos cristãos e ocidentais, depois de terem iniciado uma guerra para castigar Osama Bin Laden, que durou 20 anos, matou cerca de 100 mil afegãos e provocou uma onda de mais de 2 milhões de refugiados expulsos de suas casas na direção da repulsa xenófoba dos países e povos que foram seus próprios agressores. De qualquer forma, vocês têm razão ao dizer que hoje os EUA já estão desafiados e competindo com outras grandes potências e estão deixando de lado seu projeto imperial “da guerra global ao terrorismo”. Os inimigos agora são outros, mas a saga do poder americano segue em frente.

- 3) **C.A.** Você já identificava, na época, fragmentação e incerteza política dentro dos Estados Unidos, com o *impeachment* de Clinton pelos republicanos de Gingrich, a eleição contestada de Bush filho. Nesse sentido, Trump foi realmente uma exceção, como muita gente o vê hoje, ou uma continuidade?

**J.L.F.** Acho que não é necessário relembrar a Guerra Civil Americana (1851-1865), a mais violenta de todo o século XIX, ou os presidentes americanos que foram assassinados, ou mesmo os números da violência racial do sul dos EUA até hoje; ou ainda o tamanho da população carcerária norte-americana, para demonstrar que a divisão e a violência fazem parte essencial da história americana. Não se trata de um fenômeno recente, nem de uma exceção, assim como o próprio Trump não é nenhuma exceção. Pode ser uma figura exótica e extremamente inculta, mas não teria chegado aonde chegou se não fosse a expressão de uma parte importante não apenas da sociedade, mas também do *establishment* norte-americano, incluindo suas elites militares e empresariais. Sua própria estratégia internacional não caiu do céu, nem saiu de sua cabeça de animador de televisão e especulador imobiliário. Pelo contrário, seu nacionalismo e seu anticosmopolitismo sempre existiram e tiveram presença ativa através da história dos EUA, e mesmo no século XX, quando os EUA se transformaram realmente numa potência global e o liberal-internacionalismo se transformou na principal bandeira de sua política externa; sua sociedade seguiu dividida entre esse cosmopolitismo e o nacionalismo provinciano, tacanho e agressivo de boa parte de sua população, sobretudo das regiões agrícolas do centro-oeste americano, liberal e em geral mais intelectualizada. Não há dúvida de que esta divisão e polarização social e política aumentou muito nas últimas décadas, ao mesmo tempo que a desigualdade e a fragmentação da sociedade americana atingiram níveis altíssimos, sobretudo depois da grande crise financeira de 2008. É desse período o aumento do peso das seitas religiosas e do fanatismo racista que acabou permeando o Partido Republicano com o movimento Tea Party, até sua culminação com a vitória de um *outsider*

como Donald Trump. A força desse movimento conservador e de extrema-direita é muito grande e seguirá atuando e fragilizando internamente o Estado americano e sua própria capacidade de se impor internacionalmente. Daí vieram a energia e a inspiração do discurso raivosamente provinciano e antiliberal de Donald Trump – discurso que não morre e deverá reaparecer nas eleições parlamentares de 2022, quando o Partido Republicano deverá recuperar a maioria no Senado e ser capaz de paralisar o governo Biden.

- 4) **C.A.** Você fala da existência de um “buraco negro” dentro do sistema internacional que se desloca através do tempo e onde se concentra a energia destrutiva e bélica do sistema. E chega a dizer que o Oriente Médio ocupou este lugar nas últimas décadas. Mas agora, depois da saída americana do Afeganistão e do Iraque, para onde você acha que o ponteiro desse relógio ou bússola estará se deslocando? A China já é esse inimigo, é possível falar numa bipolaridade agora?

**J.L.F.** É verdade que falei de “buraco negro” num artigo logo antes do início da guerra do Iraque, em 2003, para chamar a atenção ao fato de que o sistema interestatal sempre possui algum lugar no mundo onde se concentra o seu “foco bélico”, onde as grandes potências “exercitam” seus novos armamentos e enviam sinais para seus aliados e inimigos sobre o seu real potencial militar. Foi o que aconteceu, por exemplo, com a Guerra do Golfo em 1991/2, quando os EUA expuseram ao mundo seus novos arsenais teleguiados, que deixaram claro o distanciamento, naquele momento, entre o poder de fogo dos americanos e o dos demais países e eventuais concorrentes. Esse “buraco negro” se desloca no espaço e no tempo, exercendo ao mesmo tempo uma espécie de força gravitacional sobre todo o sistema, mantendo-o junto e hierarquizado. Depois da Segunda Guerra Mundial, esse centro gravitacional saiu da própria Europa e se deslocou na direção dos ponteiros do relógio: para o nordeste e sudeste asiático, com as guerras da Coreia e do Vietnã, entre 1951 e 1975; e depois para a Ásia Central, com as guerras entre o Irã e o Iraque, e contra a invasão soviética do Afeganistão, na década de 80; com a Guerra do Golfo, no início dos anos 90; e com as guerras do Iraque e do Afeganistão na primeira década do século XXI, e depois se transferiu para o Líbia, a Síria etc. Os ponteiros deste relógio já estão se deslocando para algum novo foco, mas neste caso, há que distinguir um foco de tensão e negociação permanente, como é o caso de Taiwan, de um foco de guerra aberta que ainda não está claro onde se situará agora nesta terceira década. A China já é o novo grande inimigo bipolar dos EUA, mas com certeza não será o epicentro ou o “buraco negro” do sistema.

- 5) **C.A.** Outro aspecto são as divergências entre os Estados Unidos e seus aliados tradicionais na Europa, que se manifestaram na invasão do Iraque. Você identificou na Alemanha o núcleo dessa tensão, e falou do temor de uma aproximação entre Berlim e Moscou. O quão mais forte ou mais fraca essa tendência está hoje?

**J.L.F.** Esta é uma ideia central do geopolítico inglês Halford Mackinder (1861-1947), que foi formulada teoricamente no início do século XX, e um papel central na estratégia geopolítica de conquista do poder global por parte das duas grandes potências anglo-saxônicas que dominaram o sistema interestatal nos últimos 200 anos: impedir ou bloquear, de qualquer maneira, o surgimento de uma aliança estratégica entre Alemanha e Rússia. Esta tese foi formulada no início do século XX, mas foi de fato uma sistematização e racionalização daquilo que a Inglaterra já vinha fazendo desde o fim das Guerras Napoleônicas, quando o *Foreign Office* inglês definiu, pela primeira vez, a Rússia imperial dos Romanov como principal concorrente do poder britânico na Europa, na Ásia Central e,

inclusive, na América. A mesma estratégia depois se manteve no século XX, com relação à Rússia comunista de Lenin a Gorbachev, e segue vigente hoje, com relação à Rússia nacionalista e conservadora de Vladimir Putin. No final do século XIX, em particular durante o século XX, essa estratégia de isolamento da Rússia adquiriu nova dimensão e um objetivo mais específico, a partir da “primeira unificação” da Alemanha, em 1871, de não permitir jamais que a Rússia e a Alemanha estabelecessem entre si algum tipo de aliança estratégica ou integração econômica que lhes permitisse hegemonizar a Europa e, como consequência, controlar o poder mundial, segundo a teoria de Mackinder. Essa mesma ideia foi retomada pelo diplomata americano George Kennan, que defendia a necessidade de “contenção permanente” da URSS, ideia que foi referendada por Winston Churchill em seu famoso discurso no Westminster College, na cidade de Fulton, Missouri, em 5 de março de 1946, quando propôs a criação de uma espécie de “cortina de ferro” separando a Europa Ocidental da URSS e seus países aliados da Europa Central. E essa mesma doutrina estratégica segue vigente até hoje, e já se transformou numa espécie de paradigma ou cacoete mental da maior parte do *establishment* militar e diplomático norte-americano. A estratégia do governo Bush, de ataque e “conversão” do Grande Médio Oriente, começando pelo Afeganistão e o Iraque, provocou uma fissura grave entre os EUA e seus aliados europeus continentais. Esta fissura se transformou numa verdadeiro abismo durante o governo de Donald Trump, que hostilizou sistematicamente a Alemanha de Angela Merkel. E agora, finalmente, os EUA estão se retirando do Oriente Médio e da Ásia Central, e deslocando suas linhas de defesa e ataque para a região do Índico e do Sul do Pacífico, cercando e procurando conter a China. A diferença é que, neste caso, o país que está sendo cercado é um parceiro econômico fundamental da economia capitalista mundial e é um parceiro indispensável da Alemanha, seja como potência exportadora ou como país com alto potencial tecnológico necessitado dos investimentos chineses. O governo Biden está procurando reverter o isolacionismo e a animosidade contra a Alemanha de Trump, mas estas coisas não se reverterem com tapinhas nas costas, e a experiência Trump não só pode se repetir em três anos mais, como ela é rigorosamente inesquecível. Rompeu-se ali uma relação de confiança mútua, como se rompeu agora a confiança dos pequenos protetorados militares do EUA na Ásia e na África, depois que os americanos deixaram para trás o Afeganistão afundado na sua própria miséria. Por tudo isso, resumindo, acho que a tendência à aproximação entre Alemanha e Rússia deve aumentar nos próximos anos, não apenas como distanciamento dos EUA, mas também como forma de equilibrar a influência mundial crescente dos chineses.

- 6) C.A.** Uma das principais justificativas de Biden para manter a saída do Afeganistão, apesar das críticas, é que os EUA precisam se concentrar no que ele chamou de “batalhas do futuro”, que são principalmente a competição com a China, mas em especial no campo de tecnologia, incluindo as voltadas para a “transição verde”. Ele vai conseguir ou o sistema político americano continua tão fragmentado que vai tornar isso impossível?

**J.L.F.** Isto é verdade, mas o importante é entender que os novos “adversários” americanos nasceram da própria estratégia expansiva e agressiva dos EUA nos últimos 30 anos desde o fim da Guerra Fria. Foi a estratégia expansiva e agressiva que apressou o surgimento de uma resistência de dentro do próprio núcleo das velhas grandes potências do sistema interestatal, e da Rússia - no campo militar - e da China - em particular, no campo econômico e cada vez mais também no campo militar. Um momento decisivo dessa inflexão



aconteceu na Geórgia, em 2008, quando o poder imperial dos EUA e da OTAN encontrou seu primeiro limite depois do fim da Guerra Fria. A chamada “Guerra da Geórgia” foi muito rápida e talvez até passasse despercebida na história do século XXI, se não tivesse acontecido o inesperado: a intervenção das Forças Armadas da Rússia, que em poucas horas cercaram o território da Geórgia, numa demonstração contundente de que a Rússia havia decidido colocar um limite à expansão das tropas da OTAN para o Leste, vetando a incorporação da Geórgia como novo Estado-membro da organização. Foi exatamente naquele momento que a Rússia demonstrou, pela primeira vez, sua decisão e capacidade militar de opor-se ou de vetar o arbítrio unilateral dos EUA dentro da nova ordem mundial do século XXI. Mais à frente, em 2015, a Rússia deu um novo passo nessa mesma direção, quando interveio na Guerra da Síria (2011-2019), sem consultas prévias e sem subordinação a nenhum outro comando que não fosse o de suas próprias Forças Armadas. Com sua intervenção militar na Síria, a Rússia já não estava se propondo apenas vetar decisões e iniciativas estratégicas dos EUA e da OTAN; impôs pelas armas seu direito de também arbitrar e intervir nos conflitos internacionais, mesmo que fosse contra os mesmos inimigos, e a partir dos mesmos valores defendidos por europeus e norte-americanos. E a partir de 2013, em particular depois do início da presidência de Xi Jinping, a China também assumiu plenamente seu projeto de afirmação de sua hegemonia militar regional, no Estreito de Taiwan e no Mar do Sul do Pacífico. E anunciou sua decisão de ser uma potência militar global até o ano de 2050. O território e o armamento desses três países são gigantescos; eles controlam em conjunto cerca de um quarto da superfície territorial do mundo, e mais de um terço da população global, e já não admitem mais invasões ou conquistas do tipo clássico. Por isso, sua luta deve se deslocar para os territórios periféricos do sistema e para os espaços e fluxos sem fronteiras por onde circulam os recursos e a energia do sistema interestatal capitalista, onde deve assumir a forma de uma “guerra híbrida” quase permanente, travada em vários pontos simultaneamente, com mudanças súbitas e inesperadas de cenário, e com alianças cada vez mais instáveis, como se todo mundo fosse reproduzir no futuro, e em escala planetária, o que foi a história da formação da própria Europa. De qualquer maneira, essa competição subterrânea e contínua entre os “três gigantes” deverá promover um dos saltos tecnológicos mais espetaculares de toda a História. E uma vez mais, como sempre ocorreu através dos anos, esse salto tecnológico deverá ser liderado pela pesquisa e pela inovação da indústria bélica, envolvendo uma mudança na matriz energética que move atualmente a infraestrutura militar desses países, e de todo o mundo. Não será uma guerra, mas uma longa “preparação para a guerra”, uma guerra que talvez nunca ocorra explicitamente, mas que estará sendo travada de forma oculta, em todos os planos, na terra, no mar, no ar, no mundo submarino e no espaço sideral. Muito provavelmente será um destes momentos em que a humanidade estará cruzando uma das “fronteiras” que alguns analistas chamam de “ponto de singularidade”. Ray Kurzweil<sup>957</sup>, por exemplo, “prevê que o crescimento da capacidade tecnológica envolvendo computadores, robótica e biotecnologia alcançará um ponto “tendente ao infinito”, entre 2029 e 2045, o que significaria que as inteligências artificiais teriam superado as capacidades de todos os humanos combinados; a partir daí, a biologia humana e a máquina fariam parte de um mesmo complexo, sem que se pudesse distinguir onde um começa e o outro termina”.

**2 de setembro de 2021**

---

<sup>957</sup> Kurzweil, R. *The singularity is near*. New York: Viking Books, 2005.